REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, HABITAÇÃO E URBANISMO

DIRECÇÃO GERAL DAS INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE

Unidade de Gestão do Projecto de Conectividade Norte

UGP-CN

Projeto Conetividade Norte

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL CLIMÁTICO E SOCIAL DAS COMPONENTES ADICIONAIS IDENTIFICADOS NO QUADRO DA REABILITAÇÃO DA ESTRADA SAFIM- M'PACK

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Versão portuguesa – final

2 de Outubro de 2024

Sumário

SINAIS E ABREVIATURAS ---------- **VII**
LISTA DE QUADROS ---------- **X**
LISTA DE FIGURAS ---------- **XV**
RESUMO EXECUTIVO ---------- **XVI**
SÍNTESE ---------- **XL**
1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO ---------- **1**
1.1. Contexto do estudo ---------- **1**
1.2. Objetivos do estudo ---------- **2**
1.2.1. Objectivo geral ---------- 2
1.2.2. Objetivos específicos ---------- 2
1.3. Responsáveis do EIAS ---------- **2**
1.3.1. Apresentação do promotor ---------- 2
1.3.2. Apresentação da empresa de estudo ---------- 3
1.4. Abordagem metodológica ---------- **4**
1.4.1. Reunião de definição do âmbito do EIASC ---------- 4
1.4.2. Observações e investigações no terreno ---------- 4
1.4.3. Investigação e análise da literatura ---------- 4
1.4.4. Recolha de dados no terreno ---------- 5
1.4.5. Tratamento e análise dos dados recolhidos ---------- 5
1.4.6. Consultas públicas ---------- 5
1.4.7. Estrutura da AESI ---------- 6
2. QUADRO POLÍTICO, JURÍDICO E INSTITUCIONAL ---------- **7**
2.1. Enquadramento da política de gestão ambiental e social da Guiné-Bissau ---------- **7**
2.1.1. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II) ---------- 7
2.1.2. Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA) ---------- 7
2.1.3. Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica 8
2.1.4. Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PANA) ---------- 8
2.1.5. Plano Diretor Florestal ---------- 8
2.1.6. Plano Diretor das Pescas ---------- 8
2.1.7. Carta da Política de Desenvolvimento Agrícola ---------- 9
2.1.8. Plano de Acção dA Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para o Abastecimento de Água Potável e o Saneamento 9
2.1.9. O Plano Diretor da Água ---------- 10
2.1.10. O Plano Diretor de Planeamento Costeiro ---------- 10
2.2. Quadro político regional de gestão ambiental e social ---------- **10**
2.2.1. Parceria Regional para a Conservação do Meio Marinho (PRCM) ---------- 10
2.2.2. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, Outubro de 2001) ---------- 10
2.3. Quadro jurídico para a gestão ambiental e social na Guiné-Bissau ---------- **11**
2.3.1. Quadro jurídico nacional ---------- 11
2.3.2. Procedimentos para a realização de avaliações de impacto ambiental na Guiné-Bissau 20
2.3.3. Convenções e acordos internacionais ratificados pela Guiné ---------- 21

EIA SOMIC ANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

2.4. Normas ambientais e sociais (ESS) do BEI relevantes para o projeto ----------27
2.5. Quadro institucional para a gestão ambiental----------54
2.5.1. Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo ----------54
2.5.2. Ministério do Ambiente, da Biodiversidade e da Ação Climática (MEBACAC) -----54
2.5.3. Ministério das Minas----------55
2.5.4. Ministério da Saúde Pública ----------55
2.5.5. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADR) ----------55
2.5.6. Ministério das Pescas Marítimas e da Economia ----------55
2.5.7. Ministério da Administração Territorial e da Administração Local ----------55
2.5.8. Ministério das Mulheres, da Família e da Solidariedade Social ----------56
2.5.9. Ministério das Finanças----------56
2.5.10. Autoridades locais----------56
2.5.11. Intervenientes não governamentais ----------56
2.5.12. Chefes /Comités de Aldeias----------57
2.5.13. Serviços de consultoria ----------58
2.5.14. Empresas----------58
2.6. Análise das capacidades ambientais e sociais e do desempenho dos principais intervenientes no projeto ----------58
3. DESCRIÇÃO DO PROJECTO ----------61
3.1. Designação do subprojecto ----------61
3.2. Tipo de subprojecto ----------61
3.3. Objetivos do subprojeto----------61
3.4. Apresentação das componentes do subprojecto----------62
3.5. Localização geográfica do subprojecto ----------62
3.6. Descrição das atividades da componente adicional de acordo com o anteprojecto pormenorizado (APP)----------64
3.6.1. Características das atividades de reabilitação de pistas agrícolas ----------64
3.6.2. Descrição das atividades relacionadas com a instalação de passadiços públicos -----72
3.6.3. Descrição das atividades para o desenvolvimento de um centro de pesagem ---------82
3.6.4. Descrição das atividades de desenvolvimento de parques de estacionamento para veículos pesados ----------84
3.6.5. Descrição das atividades de construção de postos de portagem ----------88
3.6.6. Descrição das actividades de construção e ou reabilitação de Furos----------88
3.6.7. Resumo do trabalho ----------90
3.6.8. Fases e empreitada do projecto ----------91
3.6.9. Custo da execução dos componentes adicionais ---------- 105
3.6.10. Estimativa da população ativa ---------- 105
3.6.11. Beneficiários do projecto ---------- 106
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DO PROJETO ---------- 107
4.1. ESBOÇO DE VARIANTES E OPÇÕES---------- 107
4.2. VARIANTE "SEM PROJETO"----------111
4.3. VARIANTE "COM PROJETO"----------111
4.4. JUSTIFICAÇÃO DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA ----------111

ESIA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ESTADO INICIAL DO SÍTIO E DO SEU AMBIENTE FÍSICO, BIOLÓGICO, SOCIOECONÓMICO E HUMANO. ---------- 112
5.1. Áreas de impacto do projeto ---------- 112
5.1.1. . Zona de impacto restrito/direto ---------- 112
5.1.2. 5.3. Zona de impacto indireto ---------- 112
5.2. Análise das questões ambientais e sociais (incluindo as relacionadas com a VBG/SEA/SH) ---------- 112
5.3. Perfil biofísico, cultural e socioeconómico da área de influência do subprojeto ---- 116
5.4. Pontos críticos das diferentes pistas rurais, mercados e áreas de estacionamento - 136
5.5. Depósitos de Empréstimos ---------- 137
6. AVALIAÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROJECTO ---------- 139
6.1. Abordagem metodológica ---------- 139
6.1.1. Descrição e análise dos elementos socioculturais e dos recursos naturais susceptíveis de serem afectados pelo projecto ---------- 139
6.1.2. Identificação e avaliação dos impactos (positivos e negativos) e dos riscos da execução do projeto no ambiente natural e humano; ---------- 141
6.2. Identificação das fontes e dos recetores dos impactos ---------- 144
6.2.1. Atividades geradoras de impacto ---------- 144
6.2.2. Recetores de impacto ---------- 150
6.3. Matrizes de impacto ---------- 152
6.3.1. Matriz dos impactos da realização das infra-estruturas comerciais de Bula, Begene e São Domingos ---------- 152
6.3.2. Matriz de impactos da realização dos Estacionamentos de Bula e São Domingos - 153
6.3.3. Matriz de impactos da realização da estação de pesagem de São Domingos -------- 154
6.3.4. Matriz de impacto da construção da portagem de Bula ---------- 155
6.3.5. Matriz de impactos da realização dos percursos de Bula e Begene ---------- 156
6.3.6. Matriz de impactos da construção de infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração) ---------- 157
6.4. Avaliação dos impactos ambientais e sociais da variante «com o projeto» ---------- 158
6.4.1. Impactos positivos da variante "com o projeto" ---------- 158
6.4.2. Avaliação dos impactos ambientais negativos do projeto ---------- 182
6.4.3. Impactos sociais negativos ---------- 205
6.4.4. Impactos ambientais e sociais negativos da construção de sistemas de abastecimento de água potável e de perfuração ---------- 238
6.5. Impactos específicos relacionados com a reinstalação ---------- 242
6.5.1. Número de PAT por setor e por componente adicional ---------- 242
6.5.2. Número de PAP por tipo de bens afetados de acordo com a componente adicional 244
6.6. Análise de impacto cumulativa ---------- 249
6.6.1. Identificação de projectos e actividades susceptíveis de ter efeitos cumulativos --- 249
6.6.2. Identificação dos impactos cumulativos ---------- 249
6.6.3. Recursos hídricos ---------- 249
6.6.4. Flora/Vegetação, fauna e habitats ---------- 249
6.6.5. Actividades económicas ---------- 250

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.7. Melhoria e mitigação dos impactos ---------- 250
6.7.1. Medidas de reforço do impacto positivo ---------- 250
6.7.2. Medidas de atenuação dos impactos ambientais negativos ---------- 254
6.7.3. Medidas para atenuar os impactos sociais negativos ---------- 263
7. AVALIAÇÃO E PREVENÇÃO DOS RISCOS ---------- 282
7.1. Avaliação dos riscos ---------- 282
7.1.1. Identificação e avaliação dos riscos ---------- 282
7.1.2. Apresentação da grelha de avaliação ---------- 282
7.2. Análise de risco ---------- 283
7.2.1. Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas ---------- 283
7.2.2. Risco de ruído ---------- 285
7.2.3. Riscos relacionados com a movimentação manual e mecânica ---------- 286
7.2.4. Riscos tóxicos ---------- 287
7.2.5. Riscos de incêndio e explosão na base do estaleiro de construção ---------- 289
7.2.6. Risco de afogamento ---------- 290
7.2.7. Risco de Exploração Sexual e Abuso (EAS) e Assédio Sexual (HS) e Doenças Sexualmente Transmissíveis(DST) ---------- 291
7.2.8. Risco de contaminação por pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis 294
7.2.9. Riscos de vibrações ---------- 295
7.2.10. Riscos associados ao transporte de materiais das pedreiras para os estaleiros de construção ---------- 297
7.2.11. Riscos relacionados com o trabalho infantil ---------- 298
7.2.12. Risco relacionado com a prevalência de DST/SIDA ---------- 299
7.2.13. Riscos de descobertas acidentais ---------- 301
7.2.14. Riscos relacionados com a descoberta de sepulturas ou enterros ---------- 302
7.2.15. Riscos de catástrofes naturais ---------- 303
7.2.16. Riscos relacionados com quedas, acidentes de trabalho (SST), vibrações, quedas Riscos de acidentes relacionados com a utilização de andaimes ou equipamentos de elevação 303
7.3. Síntese da análise de risco e das medidas de prevenção ---------- 308
8. RESUMO DAS CONSULTAS DAS PARTES PARTES INTERESSADAS ---------- 315
8.1. Objetivo da consulta ---------- 315
8.2. Metodologia da consulta ---------- 315
8.3. Estatísticas sobre as consultas das partes interessadas ---------- 316
8.4. Síntese das recomendações das reuniões dos grupos de partes interessadas ---------- 317
9. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) ---------- 318
9.1. Plano de gestão de contingências ou plano de gestão de riscos do estaleiro ---------- 318
9.1.1. Medidas preventivas ---------- 318
9.1.2. Estratégiade resposta ---------- 319
9.1.3. Execução do plano de contingência ---------- 320
9.1.4. Acompanhamento e avaliação ---------- 323
9.1.5. Mecanismo de reabilitação ---------- 323

ESTUDO AMBIENTAL E SOCIAL COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

9.2. Plano de gestão de resíduos ---- 324
9.2.1. Gestão de resíduos triviais ---- 324
9.2.2. Gestão de materiais perigosos ---- 326
9.3. Plano de Gestão de Saúde Pessoal ---- 328
9.4. Plano de desmobilização do local ---- 329
9.5. Plano de Gestão Integral para a Operação e Reabilitação de Áreas de Empréstimos e Pedreiras ---- 329
9.6. Plano de gestão da saúde e da segurança ---- 330
9.6.1. Planificação da políticas ---- 331
9.6.2. Execução da política empresarial ---- 333
9.6.3. Medidas de emergência e evacuação geralmente tomadas pela empresa ---- 334
9.6.4. Conformidade ---- 334
9.6.5. Proteção pessoal: Equipamento de proteção individual (EPI) ---- 334
9.6.6. Formação em matéria de segurança ---- 336
9.6.7. Métodos de monitorização e controlo ---- 336
9.7. Plano de gestão do tráfego rodoviário do estaleiro e nas suas imediações ---- 338
9.7.1. Plano de tráfego ---- 338
9.7.2. Instalação de sinais de trânsito ---- 339
9.7.3. Outros dispositivos de segurança rodoviária ---- 339
9.8. Plano de ação sobre a violência de género ---- 339
9.9. Procedimento para a descoberta acidental de bens enterrados ou procedimento de "chance find" ---- 340
9.10. Plano de gestão ambiental e social do sítio ---- 342
9.11. Programa de acompanhamento e monitorização ambiental e social ---- 343
9.11.1. Atividades de monitorização ambiental e social ---- 344
9.11.2. Atividades de monitorização ambiental e social ---- 346
9.12. Plano de reforço das capacidades ---- 348
9.12.1. Reforço das capacidades do empresário ---- 348
9.12.2. Reforço das capacidades sob a responsabilidade da entidade adjudicante ---- 349
9.12.3. Módulos de formação ---- 349
9.12.4. Informação e sensibilização das populações e partes interessadas em causa ---- 350
9.13. Responsabilidade pela aplicação e acompanhamento do PGAS ---- 350
9.13.1. Unidade de Gestão de Projetos (UGP) ---- 350
9.13.2. Ministério do Ambiente e da Biodiversidade (MABAC) ---- 351
9.13.3. Empresas de construção ---- 351
9.13.4. Fiscalização (missão de controlo) ---- 351
9.13.5. Administrações localizadas na zona do projeto ---- 351
9.13.6. ONG e outras organizações da sociedade civil ---- 351
9.13.7. Banco Europeu de Investimento (BEI) ---- 352
9.14. Mecanismo de Gestão de Reclamações (CMM) ---- 352
9.14.1. Justificação da MGR ---- 352
9.14.2. Objectivo e princípios orientadores do MGR ---- 352
9.14.3. A Importância e os Benefícios do MGR ---- 353

PAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.14.4. Processo de tratamento de queixas ---------- 353
9.14.5. Organização e responsabilidades ---------- 353
9.14.6. Etapas básicas do procedimento de gestão de reclamações ---------- 357
9.14.7. Operacionalização do MGR ---------- 361
9.15. Plano de comunicação pública da AESI ---------- 364
9.16. Orçamento do PGAS ---------- 368
10. ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS (CEAS) ---------- 370
11. CONCLUSÃO ---------- 373

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

SINAIS E ABREVIATURAS

ADE	Área Directamente Atribuída
AEP	Abastecimento de água potável
AGR	atividades geradoras de rendimentos
AUXÍLIOS	Área de influência direta
AMAE	Associação das Mulheres para as Atividades Económicas
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau
BEI	Banco Europeu de Investimento
CEDEAO	Comunidade dos Países da África Ocidental
CNPR	Comissão Nacional de Segurança Rodoviária
UNCAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
CO	monóxido de carbono
COV	Compostos orgânicos voláteis
DAO	Processo do concurso
DENARP II	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGE	Direcção-Geral do Ambiente
DGEF	Direcção-Geral das Águas e Florestas
DGP	Direcção-Geral das Pescas
DIES	Diagnóstico de Impacto Ambiental e Social
PRSP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
E3S	Social, Saúde e Segurança
EAGB	Electricidade e Águas da Guine-Bissau
EAS	Exploração e abuso sexual
SES	Avaliação ambiental e social
EIES	Impacto ambiental e social
ERD	Avaliação dos riscos e perigos
FME	Fundo Mundial para o Ambiente
FPI	Financiamento de projectos de investimento
FPI	financiamento de projetos de investimento
GEE	gases com efeito de estufa
PAH	Hidrocarbonetos aromáticos poliinsaturados
HIMO	Alta Intensidade do Trabalho
SH	assédio sexual
IBA	Aves importantes e zona de biodiversidade
IBAP	Instituto de Proteção Ambiental Biodiversidade e Áreas Protegidas
ICPE	Instalações classificadas como perigosas para a proteção do ambiente
IEC	Informação Educação e Comunicação
IEC	Informação, educação e consulta
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRA	Infeções respiratórias agudas

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

KBA	Área-chave da biodiversidade
LGT	Direito Geral do Trabalho
MAB	Ministério do Ambiente e da Biodiversidade
MADR	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
MoC	Missão de acompanhamento
MEBAC	Ministério do Ambiente e da Biodiversidade
MGF	Mutilação genital feminina (MGF)
MGI	Medidas de gestão do impacto
MGP	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MGPE	Mecanismo de Gestão de Reclamações dos Empregadores
MST	doenças sexualmente transmissíveis
MTPHU	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NES	Normas ambientais e sociais
NH_3	amônia
NIES	Avisos de Impacto Ambiental e Social
NaO	óxido nítrico
NaO_2	dióxido de azoto
quem	Organização Mundial da Saúde
PAA	Plano de Seguros Ambientais
PAN/DCL	Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação
PANA	Plano de Acção Nacional de Adaptação
PAP	Populações afetadas pelo projeto
PAR	Plano de Acção de Reinstalação
PCN	Projeto Connectivity North
PEES	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PEPI	Plano de Equipamentos de Proteção Individual
LFNC	Perda de produtos florestais não lenhosos
PGES	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGESE	Plano de Gestão Ambiental e Social Corporativa
PGMO	Plano de Gestão da Força de Trabalho
UIP	Plano de resposta a emergências
$PM_{2,5}$	partículas finas
PMCES	Planos de Conformidade Ambiental e Social
PMH	Bomba de propulsão humana
PMPP	Plano de envolvimento das partes interessadas
PNGE	Plano Nacional de Gestão Ambiental
PNSR	Programa Nacional de Saúde Reprodutiva
PNTC	Parque Natural do Cacheu Tarrafes
POS	Procedimentos operacionais normalizados
PPE	profilaxia pós-exposição

ESTAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

PPGED	Plano Específico de Gestão e Eliminação de Resíduos
PPSPS	Plano Especial de Segurança e Protecção da Saúde
PRCM	Parceria Regional para a Conservação do Meio Marinho
PRERC	Plano de Reabilitação e Reflorestação Compensatória
PTR	Projecto de Transportes Rurais
RGB	República da Guiné-Bissau
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SERF Burquina	Société d'Etudes de Recherches et de Formations du Burkina
SNAP	Estratégia Nacional para a Gestão das Áreas Protegidas
OE_2	dióxido de enxofre
SPANB	Estratégias e planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade
SST	Saúde e segurança no trabalho
TdR	Termos de referência
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UES	Unidade Ambiental e Social
UGP	Unidade de Gestão de Projetos
VBG	violência baseada no género

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

LISTA DE QUADROS

Quadro: 1 Convenções ambientais internacionais ratificadas pela Guiné-Bissau aplicáveis ao projecto 21
Quadro: 2 Principais convenções da OIT ratificadas pela Guiné-Bissau 24
Quadro: 3 Comparação do quadro ambiental e social da Guiné-Bissau com o NES do BEI..... 28
Quadro: 4 Análise da capacidade ambiental e social e do desempenho dos principais atores envolvidos no projeto..... 58
Quadro: 5 Programa de desenvolvimento dos furos selecionados..... 64
Quadro: 6 Lista de danos e soluções de reparação em pistas 64
Quadro: 7 Secções e linhas lineares das caleiras planeadas 67
Quadro: 8 Resumo das obras a serem construídas ou reabilitar 67
Quadro: 9 Proposta de espessuras do pavimento tendo em conta o desgaste durante o tráfego... 72
Quadro: 10 Áreas dos componentes de mercado da Bula..... 73
Quadro: 11 Componentes do mercado das áreas de São Vicente..... 75
Quadro: 12 Superfícies dos componentes de mercado da Ingoré..... 77
Quadro: 13 Áreas dos componentes de mercado da Sedengal 79
Quadro: 14 Componentes do mercado de São Domingos 81
Quadro: 15 superfícies das componentes do Centro de Pesagem de São Domingos 83
Quadro: 16 Superfícies dos componentes do parque de estacionamento de Jegue 85
Quadro: 17 Superfícies dos componentes do parque de estacionamento de Bula..... 87
Quadro: 18 Programa de construção e ou reabilitação dos furos selecionados 88
Quadro: 19 Faseamento do projecto 91
Quadro: 20 Empreitada da obra de construção da estação de pesagem..... 92
Quadro: 21 Coerência das obras de remodelação dos PARKING GROS PORTEURS..... 93
Quadro: 22 Coerência das obras de adaptação normalizadas do mercado 96
Quadro: 23 Coerência das obras de adaptação das estações de portagem..... 97
Quadro: 24 Coerência dos trabalhos de desenvolvimento das pistas 11, 17 e 22..... 98
Quadro: 25 Coerência dos trabalhos de desenvolvimento nas pistas 21, 10 e 24..... 101
Quadro: 26 Análise das variantes 107
Quadro: 27Análise das questões ambientais e sociais do subprojecto 113
Quadro: 28 Perfil biofísico e socioeconómico da área do subprojeto 116
Quadro: 29 Resumo dos pontos críticos por infraestrutura 136
Quadro: 30 depósitos de Empréstimos 137
Quadro: Componente 31ambiental avaliada e justificação..... 140
Quadro: 32 Declaração de impacto..... 143
Quadro: 33 Critérios para avaliar a importância de um impacto 143
Quadro: 34 Grelha de Fecteau 144
Quadro: 35 Matriz de interações de potenciais fontes de impactos e recetores de impactos da construção das infraestruturas de mercado de Bula, Begene e São Domingos. 152

EIAS COMPLEMENTAR E ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 36 Matriz de interações entre potenciais fontes de impacto e recetores de impacto para a construção dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos 153
Quadro: 37 Matriz de interações de potenciais fontes de impactos e recetores de impacto da construção da estação de pesagem de São Domingos 154
Quadro: 38 Matriz de interações de potenciais fontes de impacto e recetores de impacto da construção da portagem de Bula 155
Quadro: 39 Matriz de interações de potenciais fontes de impacto e recetores de impacto para a construção das pistas de Bula e Begene 156
Quadro: 40 Matriz de interações de potenciais fontes de impacto e recetores de impacto para a construção das pistas de Bula e Begene 157
Quadro: 41 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (realizações de mercado de Bula, Begene e São Domingos) 159
Quadro: 42 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (desenvolvimento dos parquesde estacionamento de Bula e São Domingos) 160
Quadro: 43 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (construçãoda estação de pesagem de Bula e São Domingos). 162
Quadro: 44 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (implementação das estações de portagem de Bula) 164
Quadro: 45 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (conclusão das pistas de Bula e Begene) 165
Quadro: 46 Matriz de análise dos impactos sociais positivos da variante de mercado «com o projeto» 167
Quadro: 47 Impacto social positivo da variante de estacionamento «com o projeto» 170
Quadro: 48 Impacto social positivo da variante da estação de pesagem "com o projeto" 172
Quadro: 49 Impacto social positivo da variante da portagem "com o projeto" 175
Quadro: 50 Impacto social positivo da variante de faixas "com o projeto" 177
Quadro: 51 Impacto social positivo dos sistemas de abastecimento de água potável e dos furos «com o projeto» 180
Quadro: 52 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental da Plataforma Antotinha ao Mpack (Lote2) 182
Quadro: 53 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental do mercado de Bula, componente adicional 184
Quadro: 54 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo 185
Quadro: 55 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo 186
Quadro: 56 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo 188
Quadro: 57 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo 189
Quadro: 58 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental para a componente adicional dos parques de estacionamento de São Domingos 191
Quadro: 59 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental do componente adicional da estação de pesagem de São Domingos 192

EIAS CONTROSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 60 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo 194
Quadro: 61 Resumo dos impactos ambientais negativos da pista Bipo - Jolmete..... 195
Quadro: 62 Resumo dos impactos ambientais negativos da pista Bipo – Bissum naga..... 197
Quadro: 63 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental para a pista Carabane xerif - Tande (componente adicional)..... 198
Quadro: 64 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental da pista de Sedengal - componente adicional Apilho 200
Quadro: 65 Matriz-resumo das fichas de impacto ambiental da pista do Tarreiro – tulum (componente adicional)..... 202
Quadro: 66 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental da pista Aquintcha – Botche (componente adicional) 203
Quadro: 67 Matriz sumária das fichas de impacto social da Plataforma Antotinha para o Mpack (Lote2)..... 205
Quadro: 68 Resumo das afirmações dos impactos sociais negativos do mercado de Bula, componente adicional 207
Quadro: 69 Resumo das declarações dos impactos sociais negativos do mercado Ingore, componente adicional 210
Quadro: 70 Síntese dos relatórios sobre os impactos sociais negativos do mercado de Sedengal (componente adicional)..... 212
Quadro: 71 Resumo das fichas de relatório sobre os impactos sociais negativos do mercado de São Domingos, componente adicional..... 214
Quadro: 72 Matriz sumária das declarações dos impactos sociais negativos da componente adicional dos parques de estacionamento de Bula..... 216
Quadro: 73 Matriz de síntese das fichas de impacto social dos parques de estacionamento em São Domingos (componente adicional)..... 218
Quadro: 74 Matriz de síntese das fichas de impacto social da estação de pesagem de São Domingos (componente adicional)..... 221
Quadro: 75 Resumo dos relatórios sobre os impactos sociais negativos da componente adicional da cabina de portagem de Bula..... 223
Quadro: 76 Matriz de síntese das fichas de avaliação de impacto social Bipo-Jolmete (componente adicional)..... 225
Quadro: 77 Resumo dos impactos sociais negativos da pista Bipo – Bissum naga (componente adicional)..... 227
Quadro: 78 Resumo dos impactos sociais negativos da pista Carabane Xerif - Tande (componente adicional)..... 229
Quadro: 79 Resumo dos impactos sociais negativos da pista de Sedengal - componente adicional Apilho 231
Quadro: 80 Síntese dos impactos sociais negativos da pista do Tarreiro – tulum (componente adicional)..... 233

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 81 Resumo dos impactos sociais negativos da pista Aquintcha - Botche (Componente adicional)..... 235
Quadro: 82 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental das infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração)..... 239
Quadro: 83 Resumo das fichas de relatório sobre os impactos sociais negativos das infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração)..... 240
Quadro: 84 Número de PAP por género por componente e setor adicionais afetados..... 243
Quadro: 85 Pessoal PAP com base nas perdas por componente adicional..... 245
Quadro: 86 Matriz de síntese das medidas destinadas a melhorar os efeitos positivos do projeto 251
Quadro: 87 Medidas para atenuar os impactos ambientais negativos..... 254
Quadro: 88 Atenuação dos impactos sociais negativos..... 263
Quadro: 89 Níveis dos fatores da grelha de avaliação dos riscos..... 282
Quadro: 90 Grelha de avaliação dos riscos..... 283
Quadro: 91 Significado das cores da grelha de avaliação dos riscos..... 283
Quadro: 92 Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas..... 283
Quadro: 93 Risco de ruído..... 285
Quadro: 94 Riscos relacionados com a movimentação manual e mecânica..... 287
Quadro: 95 Riscos relacionados com a utilização de produtos químicos..... 288
Quadro: 96 Perigos de incêndio e explosão..... 289
Quadro: 97 Risco de afogamento..... 291
Quadro: 98 Riscos de exploração e abuso sexual..... 292
Quadro: 99 Riscos de contaminação e propagação por pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis..... 294
Quadro: 100 Riscos de vibrações..... 295
Quadro: 101 Riscos associados ao transporte de materiais das pedreiras para os estaleiros de construção..... 297
Quadro: 102 Riscos relacionados com o trabalho infantil..... 298
Quadro: 103 Riscos de aumento da prevalência de DST/SIDA..... 299
Quadro: 104 Riscos de descoberta acidental de objetos culturais ou arqueológicos..... 301
Quadro: 105 Riscos relacionados com a descoberta de sepulturas ou enterros..... 302
Quadro: 106 Riscos das alterações climáticas..... 303
Quadro: 107 Riscos relacionados com quedas e colapsos, acidentes de trabalho (SST), vibrações, quedas Riscos de acidentes relacionados com a utilização de andaimes ou equipamentos de elevação..... 304
Quadro: 108 Resumo da análise de risco..... 308
Quadro: 109 Estatísticas sobre as consultas das partes interessadas..... 316
Quadro: 110 Resumo do plano de gestão de resíduos do local..... 327
Quadro: 111 acompanhamento dos indicadores-chave..... 332
Quadro: 112 Atribuição de responsabilidades no PHSS..... 333

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 113 EPI necessários para o local e tipos de trabalho 335
Quadro: 114 Atividades do plano de ação operacional sobre a violência de género. 340
Quadro: 115 : Resumo do programa de monitorização das medidas ambientais e sociais propostas 344
Quadro: 116 Programa de monitorização ambiental e social 347
Quadro: 117 Síntese das atividades de formação e de sensibilização 350
Quadro: 118 Princípios fundamentais de um mecanismo funcional e participativo 352
Quadro: 119 Operacionalização do MGR 362
Quadro: 120 Plano de comunicação durante a vida do projeto 364
Quadro: 121 Estimativa dos custos ambientais e sociais 368
Quadro: 122 Resumo da estimativa dos custos ambientais e sociais 369

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

LISTA DE FIGURAS

Figura: 1 Área de estudo do projecto 63
Figura: 2 Perfil transversal tipo — Pista de aterro 71
Figura: 3 Tipo de perfil cruzado-Caminho na limpeza no campo meuble 71
Figura: 4 Tipo de secção transversal com calhas na área de escavação 72
Figura: 5 Tipo de secção transversal com calhas na área de aterro 72
Figura: 6 Plano de ordenamento do Mercado Bula 74
Figura: 7 Plano de ordenamento do mercado de São Vicente 76
Figura: 8 Plano de massa para o desenvolvimento do mercado de Ingoré 78
Figura: 9 Plano massa desenvolvimento mercado Sedengal 80
Figura: 10 Plano de ordenamento do Mercado São Domingos 82
Figura: 11 Plano de ordenamento do posto de pesagem de São Domingos 84
Figura: 12 Plano de ordenamento do parque de estacionamento de Jegue 86
Figura: 13 Plano de ordenamento do parque de estacionamento de Bula 88
Figura: 14 Mapa de localização 116
Figura: 15 Mapa topográfico 117
Figura: 16 Curva Ombrotérmica de Bula 118
Figura: 17 Curva Ombrotérmica Ingoré 118
Figura: 18 Curva Ombrotérmica de São Domingos 118
Gráfico*19*:Mapa da população da região de cacheu em 2009 121
Figura: 20 Mapa da rede rodoviária 122
Figura: *21* Mapa educativo 125
Figura: *22* Calendário das culturas principais 128
Figura: 23 Mapa de localização semanal dos mercados 129

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

RESUMO EXECUTIVO

A. Introdução

O presente Estudo de Impacto Ambiental, Climático e Social (EIAS) é considerado um instrumento de gestão do subprojecto. Ela informa a decisão da autoridade administrativa sobre a realização ou não do subprojecto. Permite identificar, prever e avaliar as consequências prejudiciais do subprojecto para o ambiente e recomendar medidas para proteger o ambiente e melhorar os impactos positivos, bem como propor um PGAS. Informa o público sobre o subprojecto e incentiva a sua participação na decisão a tomar sobre a sua execução.

Contexto e justificação do projeto

O Governo da República da Guiné-Bissau, através do Projeto de Conetividade Norte (PCN), está a implementar as componentes adicionais identificadas como parte da reabilitação da estrada Safim-M'Pack com o apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI) designadas "Componentes Adicionais - Subvenção da UE ". Estas componentes adicionais serão implementadas através de seis (6) componentes designadamente:

1. Reabilitação de furos existentes e construção de novos furos, incluindo equipamento a motricidade humana (12-15 ao longo do lote 2);
2. Construção de uma estação de pesagem na fronteira equipado com o sistema solar;
3. Construção e equipamento de 2 postos de portagem ao longo da estrada;
4. Melhoramento e equipamento das infra-estruturas fronteiriças (parque de estacionamento e infra-estruturas auxiliares, iluminação solar, corredor para peões que atravessam a fronteira);
5. Ordenamento de espaços de mercado (regular) em Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos em concertação com as populações envolvidas (ligado ao PAP / PAR);
6. Reabilitação de pistas agrícolas prioritárias, de acordo com uma metodologia multicritério estabelecida entre o BEI e a UGP.

O Governo da República da Guiné-Bissau pretende reabilitar o principal corredor rodoviário do país que liga a capital Bissau a Ziguinchor, no Senegal. A estrada Bissau-Ziguinchor é estratégica para a Guiné-Bissau, uma vez que é a única estrada pavimentada que liga o país aos mercados externos. O corredor é também a principal estrada que serve o noroeste da Guiné-Bissau.

Para além das principais obras do projeto, o PCN planeia realizar obras de reparação para melhorar a funcionalidade e a durabilidade de determinadas estruturas do projeto principal (cabinas de portagem, parques de estacionamento, estações de controlo do peso dos veículos) e melhorar as condições de vida das populações rurais em zonas confinantes ao projeto principal (construção/reabilitação de furos, mercados públicos, pistas rurais).

A empreitada das obras de conforto envolverá a reabilitação de seis vias, todas com início a partir da estrada Safim - Mpack, bem como: (i) a reabilitação dos furos existentes e a construção de novos furos positivos (20-25) ao longo do projeto com bomba, incluindo o fornecimento de uma torre metálica com um sistema de abastecimento de água com capacidade 10 m3 alimentado por energia solar bem como a construção de fontenários; (ii) construção de uma estação de pesagem

EIAS COVID SANTA AUCO COM VERSÃO PORTUGUESA

na fronteira equipado com sistema solar tendo em vista assegurar a conformidade da Guiné Bissau com o Regulamento 14 da UEMOA (relativo à sobrecarga de camiões) e promover a sustentabilidade rodoviária; (iii) construção e equipamento de duas cabinas de portagem com 02 (duas) faixas para veículos ligeiros, 1 (uma) faixa para veículos pesados de mercadorias e 1 (uma) faixa para veículos de duas rodas nas localidades de São Vicente e João Landim; iv) realização e equipamento de infra-estruturas auxiliares de fronteira (iluminação solar, corredores para peões que atravessam a fronteira); (v) realização de dois parques para veículos pesados em Bula e na fronteira de Jegue com uma área aproximada de 3 ha cada; (vi) construção/reabilitação de mercados públicos nas localidades de Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos para facilitar a comercialização de produtos alimentares e outros bens.

A execução das atividades e trabalhos acima referidos exige a pertinência de dez (10) das onze (11) normas do grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) a que o projeto terá de obedecer. Trata-se i) da norma n.o 1 (impactos e riscos ambientais e sociais); Norma n.o 2 (Diálogo com as partes interessadas); Norma n.o 3 (Eficiência na utilização dos recursos e prevenção da poluição); Norma n.o 4 (Biodiversidade e ecossistemas); v) Norma n.o 5 (Alterações climáticas); Norma n.o 6 (Reinstalação involuntária); vii) Norma n.o 7 (Grupos vulneráveis, povos indígenas e dimensão de género; viii) Norma n.o 8 (Emprego e condições de trabalho); (xi) Norma n.o 9 (Saúde, segurança e proteção) e (x) Norma n.o 10 (Património cultural) do Grupo.

A relevância destas dez normas para o projeto exige a realização dos seguintes documentos à saber: o estudo de Impacto Ambiental, Climático e Social (EIACS), incluindo o Plano de Ação de Reinstalação (RAP).

É neste contexto que foi elaborada a presente EIACS para a execução das componentes adicionais, a fim de ter em conta as medidas destinadas a prevenir, eliminar, atenuar e compensar os impactos negativos, bem como as medidas destinadas a melhorar os impactos positivos.

C. Objectivo EIACS

O Estudo de Impacto Ambiental, Climático e Social (EIACS) visa:

- identificar elementos sensíveis no ambiente do projeto;
- Identificar as atividades do projeto suscetíveis de afetar o ambiente natural e humano;
- Avaliar os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais do projeto;
- Recomendar medidas e ações para reforçar os impactos positivos e atenuar os impactos negativos, a fim de garantir a sustentabilidade ambiental e social do projeto;
- Avaliar o impacto direto ou indireto do projeto no equilíbrio ecológico da zona de implantação, na qualidade de vida dos habitantes locais e no ambiente em geral, a fim de assegurar a sua integração harmoniosa no ambiente de acolhimento;
- Elaborar um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).

Este relatório EIACS foi preparado para informar as várias partes interessadas do projeto sobre os constrangimentos ambientais e sociais associados à realização das obras, e as medidas de proteção

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

a serem consideradas. Destina-se igualmente a facilitar a tomada de decisões sobre a relevância ambiental e social do projeto.

D. Metodologia

A metodologia consistiu em:

- organização de uma reunião de enquadramento entre a equipa do Projeto CN, a equipa do SERF Burquina e a equipa da DECO, que permitiu chegar a acordo sobre os dados do projeto, o conteúdo dos termos de refeência (TDR); e de APD, a fim de chegar a acordo sobre a abordagem metodológica (terça-feira, 30, e quarta-feira, 31 de janeiro de 2024);
- uma visita de reconhecimento às componentes adicionais do projeto (pistas, locais de mercado, sítios de portagem, áreas para estações de pesagem, parques de estacionamento, etc.) (quarta-feira, 31 de janeiro, quinta-feira, 1 de fevereiro de 2024);
- investigação e análise de documentos, nomeadamente de textos jurídicos nacionais e internacionais sobre a gestão ambiental e as normas ambientais e sociais do Grupo BEI;
- recolha de dados e consulta das partes interessadas (serviços técnicos e administrativos, autoridades tradicionais, PAP, etc.), o que permitiu ter em conta as suas principais preocupações ao longo da realização do estudo;
- a análise dos dados que permitiu redigir o presente EIACS;
- animação das consultas das partes interessadas;
- redação de relatórios.

E. Breve descrição das atividades e dos trabalhos da componente adicional

A empreitada das obras de conforto envolverá a reabilitação de seis vias, todas com início a partir da estrada Safim - Mpack, bem como: (i) a reabilitação dos furos existentes e a construção de novos furos positivos (20-25) ao longo do projeto equipados com sistemas de abastecimento de água, incluindo o fornecimento de uma torre metálica, uma cistema de água com capacidade 10 m3 alimentado por energia solar bem como a construção de fontenários; (ii) construção de uma estação de pesagem na fronteira Djegue equipada com sistema solar numa área de cerca de 4ha tendo em vista assegurar a conformidade da Guiné Bissau com o Regulamento 14 da UEMOA (relativo à sobrecarga de camiões) e favorecer a durabilidade da estrada; (iii) construção e equipamento de dois postos de portagem com 02 (duas) faixas para veículos ligeiros, 1 (uma) faixa para veículos pesados de mercadorias e 1 (uma) faixa para veículos de duas rodas nas localidades de São Vicente e João Landim com uma área aproximada de 4ha cada; iv) realização e equipamento de infra-estruturas auxiliares de fronteira (iluminação solar, corredores para peões que atravessam a fronteira); (v) realização de dois parques para veículos pesados em Bula e na fronteira de Jegue com uma área aproximada de 3 ha cada; (vi) construção/reabilitação de mercados públicos nas localidades de Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos numa área aproximada de 0,5ha para facilitar a comercialização de produtos alimentares e outros bens.

EIACS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro 1: Lista de actividades e trabalhos prioritários para o presente estudo:

Não	DESIGNAÇÃO	Quantidade	OBSERVAÇÕES
1	Construção de mercados	5	Construção de áreas de mercado regular num terreno de 0,5 hectares em Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos
2	Construção de estação de pesagem	1	Construção de um centro de pesagem numa área de cerca de 4 hectares perto da fronteira
3	Construção portagem	2	Construção de portagem no PK09+050 (Jao Landim) e PK35+400 (São Vicenté) numa área de cerca de 1,4 ha
4	Construção de parques de estacionamento para camiões	2	Construção de um parque de estacionamento para veículos pesados numa área de cerca de 4 hectares perto da fronteira em Jegue e na cidade de Bula
5	Construção e ou reabilitação de furos	5	Execução de furo positivo com bomba incluindo um sistema fornecimento equipado com uma torre metálica, cisterna de água com capacidade de $10m^3$ alimentada por energia solar e construção de fontenários.
		7	Substituição da bomba manual por sistema solar, bem como trabalhos de pintura
6	Construção de infra-estruturas auxiliares na fronteira de Jegue	1	Reconstrução do posto de alfândegas, polícia, guarda nacional, segurança do Estado, fundo rodoviário, bloco habitacional, sanitários etc.

Fonte: estudos*de conceção pormenorizados e preparação de documentos de concurso (dao) para trabalhos de reabilitação na estrada Safim - M'pack.*

Quadro 2: Lista de pistas prioritárias para este estudo.

Itinerário	Coordenadas de origem		Comprimento	Coordenadas terminam	
	Latitude	Longitude			
Bipo-Jolmete em	12,162248	-15,719422	17,50 km	12,219539	-15,858855
Caraban Xerif-Tande em	12,363208	-15 77409	10,80 km	12,314215	-15,850227
Sedengal-Apilho em	12,396367	-15,921577	8,00 km	12,330774	-15,942557
Tarreiro - Rio de Janeiro	12,392295	-15,879799	2,80 km	12,369059	-15,877281
Bipo-Bissum Naga em	12.161075	-15.718238	12,60 km	12.246955	-15.656606
Aquintcha-Botche em	12,402411	-15,947995	6,90 km	12,355077	-15,984235
TOTAL			58,60 km		

Fonte: *Termos de referência para o estudo de impacto ambiental, climático e social e elaboração do plano de ação regional para as componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) para a reabilitação da estrada Safim-M'pack.*

PARA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

F. Promotor do projeto

O promotor do projecto é o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo. É aqui representada pela Unidade de Gestão de Projetos de Conectividade Norte (UGP-CN), que é o proprietário do projeto.

G. Localização geográfica da zona do projeto

A área de estudo abrange duas (2) regiões e cinco (5) sectores da Guiné-Bissau designadamente regiões de Cacheu (setores de Bula, Bigene, São Domingos e Canchungo) e Oio (setor de Bissora), localizadas no noroeste da Guiné-Bissau.

H. Questões ambientais e sociais

As principais questões ambientais e sociais na área do projeto são designadamente:

- O primeiro desafio é a gestão dos resíduos sólidos e líquidos, cuja proliferação não está em conformidade com as práticas de proteção ambiental aceites em matéria de proteção ambiental. A reabilitação e o desenvolvimento dos componentes adicionais identificados (pistas, furos, mercados, postos de portagem, estações de pesagem, parques de estacionamento, etc.) resultarão num afluxo de homens e mulheres para oferecerem os seus serviços na proximidade de estaleiros de construção, e o problema da gestão de resíduos em estaleiros de construção poderá tornar-se uma verdadeira preocupação se este modo de gestão persistir.
- O segundo desafio na reabilitação e desenvolvimento dos componentes adicionais identificados é a mobilização em larga escala de trabalhadores e técnicos. Estas pessoas de origens diversas podem agravar o risco de violência baseada no género, em especial contra mulheres/jovens raparigas, pessoas vulneráveis, incluindo menores e crianças isoladas das suas famílias (crianças da rua), pessoas com deficiência, chefes de família do sexo feminino e viúvas. Tal poderá conduzir a um aumento da propagação do VIH/SIDA se não forem tomadas medidas adequadas.
- A terceira questão diz respeito à perda de terrenos e ativos económicos na sequência da reabilitação e do desenvolvimento das componentes adicionais identificadas. Um recenseamento rápido das pessoas e dos seus ativos afetados identificou cerca de 366 PAP no mercado de Bula; cerca de 5 PAP no parque de estacionamento de Bula; cerca de 4 PAP na portagem de São Vicente; cerca de 93 PAP na pista 11; cerca de 11 PAT na portagem de João Landim; cerca de 57 PAP na pista 10; cerca de 61 PAP na pista 17; cerca de 42 PAP na pista 22; Aproximadamente 36 PAP na pista 24; cerca de 35 PAP na pista 21; cerca de 3 PAP no mercado de Sedengal; cerca de 3 PAP na báscula de São Domingos; cerca de 3 PAP no parque de estacionamento de São Domingos; cerca de 360 PAP no mercado de São Domingos; cerca de 2 PAP no mercado de Ingoré, ou seja, um total de cerca de 1081 PAP para a componente adicional. Os ativos afetados são principalmente árvores, infraestruturas comerciais e instalações conexas, e culturas, principalmente mandioca, arroz e cebolas.
- A quarta questão é o impacto nos locais sagrados e culturais (divindades tradicionais, florestas sagradas, florestas de iniciação). As pistas 10 e 11 foram identificadas como limítrofes de locais sagrados e culturais, com impactos em uma série de árvores sagradas identificadas como pontos críticos. Para a pista 10, foram identificados 3 locais culturais e sagrados nas localidades atravessadas, nomeadamente Bipo (1), Bissauzinho (1) e Bisum Naga (1). Quanto à pista 11, foram identificados 7 locais culturais e sagrados nas localidades atravessadas, incluindo 5 em Ponate, 1 em Djel e 1 em Calaque. Embora as pistas 10 e 11 façam fronteira com locais

FIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

culturais e sagrados, as discussões com as autoridades consuetudinárias permitiram à missão concluir que o projeto financiado pelo BEI poderia intervir se fossem implementados rituais tradicionais antes do início dos trabalhos para evitar a profanação desses locais e assegurar o bom funcionamento das obras.

- A quinta questão é o risco de acidentes em locais públicos, particularmente na proximidade dos mercados existentes (mercado de Bula, São Domingos), locais de culto (Igreja Nova Apostolica de Tarreiro e de Tulum na pista 21) e escolas (escola Quintinho Zé da Silva e escola Irma Lucia D'Amdrea perto do sítio escolhido para o novo mercado de Sedengal). A maioria destes locais públicos estão localizados perto dos componentes adicionais identificados e, portanto, o trabalho pode aumentar o risco de acidentes nessas áreas. Estes riscos de acidente serão igualmente percetíveis em curvas perigosas e em zonas de risco de derrocadas;
- A sexta questão está relacionado com a travessia das pistas 10 e 11 as zonas de tarrafes. Os tarrafes não estão situados dentro da área de influência destas pistas, mas sim na sua proximidade. Razão pela qual o projeto é obrigado a incluir no presente estudo medidas para proteger este ecossistema;
- O sétimo desafio refere-se ao risco de conflito, relacionado com o recrutamento de mãos de obra local durante a fase de construção, a exploração das infraestruturas comerciais construídas, bem como no que diz respeito às condições de acesso aos mercados de Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos;

I. Quadro político, jurídico e institucional

O contexto político e jurídico do setor ambiental e dos setores de intervenção do projeto é marcado pela existência de documentos políticos pertinentes, dos quais podemos citar: a Política Comum da UEMOA para a Melhoria do Ambiente, o Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGE), a Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica, o Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PANA), Estratégia Nacional de Gestão das Áreas Protegidas (SNAP), Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN/LCD), Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II, 2015).

A implementação destas exigiu a definição prévia de um quadro institucional, legislativo e regulamentar para a ação ambiental na Guiné-Bissau. Assim, a nível legislativo, foram promulgadas a Lei n.o 1/2011, de 02 de março de 2011, sobre aos "princípios fundamentais relativos à definição da política nacional de proteção do ambiente natural e construído" e a Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro de 2010, relativa aos "princípios fundamentais relativos à avaliação ambiental e social de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento". O artigo 7.o desta lei classifica os projetos em 3 categorias A, B e C, do risco mais elevado ao mais baixo. Na vertente regulamentar, foram adotados vários decretos designadamente: o Decreto n.o 5/2017, de 28 de junho, que aprova e regula a participação do público no processo de avaliação ambiental; o Decreto n.o 6/2017, de 28 de junho, que aprova e regula o Fundo para o Ambiente; o Decreto n.o 07/2017, de 28 de junho de 2017, relativo ao Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) para garantir que um projeto respeite as normas ambientais existentes; o Decreto n.o 08/2017, de 28 de

DIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

junho de 2017 pode ser considerado como o texto que enquadra a necessidade de ter licenças e autorizações ambientais após análises dos impactos e riscos da implementação de uma determinada atividade e o Decreto n.o 09/2017, de 28 de junho de 2017, sobre a realização de uma Auditoria Ambiental para projetos, programas, planos e políticas.

Outras leis relevantes reforçam este corpus jurídico, nomeadamente: a Lei-Quadro das Áreas Protegidas relativa à conservação da natureza - Biodiversidade; Decreto-Lei n.o 5-A/2011 relativo à criação de setores salvaguardados; Lei n.o 05/2011, de 22 de fevereiro, sobre a Lei Florestal que enquadra a exploração madeireira e o repovoamento; Lei n.o 2/1986, de 5 de Abril, intitulado a Lei Geral do Trabalho (LGT) da Guiné-Bissau; a nova Lei n.o 11/2006, de 16 de outubro de 2006, relativa ao Código do Trabalho; Lei n.o 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra), relativa à propriedade fundiária; Decreto-Lei n.o 3/97, de 26 de maio (Lei-Quadro das Áreas Protegidas), que assegura a participação das comunidades locais na definição (artigo 7) e gestão (artigos 18 e 21) da biodiversidade; Decreto-Lei n.o 4-A/91 (Lei Florestal), de 29 de janeiro de 1991, relativo ao regime florestal e à caça.

As convenções ratificadas pela Guiné Bissau relevantes para o projeto incluem:

- Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada em 12 de junho de 1992 e ratificada em 4 de outubro de 1995,
- Convenção Africana para a Protecção dos Recursos Naturais adoptada em 15 de Setembro de 1968 em Argel;
- Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes à Fauna Selvagem, ratificada em 1 de Outubro de 1987,
- Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Adoptado em Paris em 17 de Junho de 1994,
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), ratificada em 28 de dezembro de 1994
- A Convenção RAMSAR de 2 de Fevereiro de 1971 sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional e o seu Protocolo de 3 de Dezembro de 1982 foram ratificados em 15 de Maio de 1985.
- O Acordo de Paris e os CDN, que entraram em vigor em 4 de novembro de 2016.
- Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança;
- Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993);
- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos da Mulher em África (Protocolo de Maputo) (2003);
- Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (Julho de 1990);

ESTE COMPONENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1981):
- Resolução 2011/33 sobre a prevenção, a proteção e a cooperação internacional contra a utilização das novas tecnologias da informação para abusar e/ou explorar crianças (1981).

A nível institucional, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, onde o projeto está localizado, é o proprietário do projeto, e as principais instituições envolvidas na execução do projeto são as seguintes:

- Ministério do Ambiente, da Biodiversidade e da Ação Climática através do Institut Nationale de l'Environnement (INE) e da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), bem como do Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).
- O Ministério das Minas é responsável pela execução e acompanhamento da política governamental no domínio mineiro e emite a autorização prévia para qualquer projeto de criação, desenvolvimento e/ou exploração de uma pedreira, gravilha, e outros em conformidade com as disposições do Código Mineiro da Guiné-Bissau;
- o Ministério da Saúde Pública, que coordena a luta contra o VIH/SIDA, as pandemias, as epidemias e todas as doenças transmissíveis, através do Programa Nacional de Luta contra o VIH/SIDA e as IST e dos Planos de Resposta a estas pandemias, e que está indiretamente envolvido na gestão ambiental e social dos projetos rodoviários;
- O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADR) participará na avaliação das perdas de culturas e terras, bem como na compensação das pessoas afetadas pelo projeto (PAP);
- o Ministério das Pescas e da Economia Marítima, que participará na identificação e gestão das zonas de desova nos rios atravessados pelo projeto;
- O Ministério da Administração Territorial e do Poder Local, através da participação de administradores regionais e setoriais na mobilização da população da zona do projeto;
- O Ministério das Mulheres, da Família e da Solidariedade Social na identificação de pessoas vulneráveis e na sensibilização para a violência sobre o género, incluindo o Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGP);
- O Ministério das Finanças na mobilização de fundos para a implementação do presente PGAS;
- Unidade de Gestão do Projeto de Conectividade Norte (UCP-CN): A UCP-CN é responsável pela coordenação das atividades fiduciárias, de seguimento-avaliação e de comunicação;
- Organizações não governamentais (ONG) e associações comunitárias: para além da mobilização social, participarão na sensibilização do público e no acompanhamento da aplicação das PGAS, a través da interpelação das principais partes interessadas do projeto;
- Missão de controlo: assegurará a supervisão técnica e a execução do PGAS do estaleiro produzido pela empresa adjudicatária;
- Empreiteiros: serão responsáveis pela prestação de serviços técnicos, ambientais e sociais previstos no caderno de encargos e PGAS-C.

DAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

J. Impactos do projeto

Quadro 3: Principais impactos positivos do projeto durante a instalação, construção e exploração sáo designadamente:

Fase de instalação e construção	Fase de exploração e manutenção
Para as pistas	
• Oportunidades de emprego diretas e indiretas para os jovens nas localidades atravessadas; • Desenvolvimento Circunstancial do Rendimento – atividades geradoras devido à presença do pessoal no sítio; • Aumento das divisas do Estado da Guiné-Bissau;	• Melhor acesso às localidades atravessadas pelas vias e às estruturas socioeconómicas (escolas, centros de saúde, mercados, etc.); • Poupança de tempo, redução de custos de transporte de manutenção de veículos; • Desenvolvimento de pequenos comércio ao longo das pistas; • Facilidade de transporte e de comercialização de produtos alimentares e mercadorias; • Melhoria do conforto nos transportes;
• Oportunidades de negócio para os operadores económicos;	• Melhoria de rendimento das famílias através da melhoria das condições de evacuação de produtos agrícola;
Para as zonas de portagem, pesagem e estacionamento	
• Criação de emprego local para jovens e mulheres; • Desenvolvimento Circunstancial de atividades geradoras de Rendimento - devido à presença do pessoal na obra;	• Desenvolvimento de pequenas empresas em áreas de estacionamento (portagens, pesagem, estacionamento, etc.); • Melhorar a segurança rodoviária; • Planeamento urbano;
Para infraestruturas comerciais (mercados)	
• Criação de emprego local para jovens rapazes e mulheres; • Desenvolvimento Circunstancial de atividades geradoras de rendimento - devido à presença do pessoal na obra.	• Melhorar o conforto nos mercados através da construção de instações de mercadorias modernas; • Desenvolvimento de atividades económicas; • Facilidade de conservação de mercadorias perecíveis; • Autonomização das mulheres; • Acesso a novos produtos e serviços;

Fonte: Missão do SERF para desenvolver o PCN PCN ESIA, fevereiro de 2024

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro 4: Principais impactos negativos do projeto durante a instalação, construção e operação.

Fase de instalação e construção	Fase de exploração e manutenção
Para declives	
• Poluição atmosférica; • Poluição sonora; • Poluição e erosão do solo; • Poluição dos recursos hídricos; • Modificação da paisagem; • Perda de vegetação cobertura através destruição de 3 559 árvores; • Perda de 600 m2 de terrenos residenciais; • Perda de 36 edifícios: • Perda de 1.781 m2 de terras agrícolas • Depravação da moral ligada aos riscos de Exploração e Abuso Sexual/Assédio (EAS/AS), em especial raparigas menores e viúvas; • Aumento da exposição a infeções respiratórias agudas (29% das causas de consulta na zona) na população ribeirinha que vive ao longo das pistas; • Aumento do risco de doenças de origem hídrica para os residentes e trabalhadores;	• Poluição do ar, do solo e da água; • Danos à acústica; • Poluição das águas de escoamento e das águas superficiais;
• Conflitos relacionados com o não emprego dos trabalhadores locais;	
Para pesagem, portagens, áreas de estacionamento...)	
• Destruição de 02 edifícios; • Perda de 6030 m2 de terrenos residenciais • Perda de 4 038 pés de árvores: • Perda de 148 455 m2 de terras agrícolas; • Poluição atmosférica; • Ruído e vibração; • Poluição e erosão do solo em Pessuk e Cacok, João Landim e São Vicente, Bula, Djegué e Djegué 2; • Poluição dos recursos hídricos; • Modificação da paisagem; • Aumento da exposição aos acidentes de viação;	• Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração e abuso e assédio sexuais (EAS/HS), em especial de raparigas menores e viúvas) devido à presença de camionistas; • Aumento da exposição a doenças sexualmente transmissíveis (DST) devido a comportamentos sexuais de risco entre as populações femininas locais e os camionistas;

EAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fase de instalação e construção	Fase de exploração e manutenção
Para infraestruturas comerciais (mercados)	
• Aumento dos níveis de ruído devido aos trabalhos de preparação; • Poeiras provenientes das atividades de limpeza do local; • Poluição proveniente de óleos usados, produção de resíduos sólidos, lixiviação de partículas finas, etc.; • Perda de 862 pés de árvores: • Perda de 362 benfeitorias: • Perda de 30 000 m2 de terrenos residenciais: • Perda de 40 000 m2 de terras agrícolas; • Poluição das águas superficiais; • Aumento da exposição a doenças sexualmente transmissíveis; • Surgimento de conflitos entre o pessoal da obra e os residentes locais; • Dificuldade em deslocalizar temporariamente os operadores dos mercados de Bula e São Domingos;	• Dificuldade de acesso dos operadores despejados dos mercados de Bula e São Domingos após a reconstrução do mercado; • Aumento dos níveis de ruído devido à presença de lojistas; • Exacerbação dos conflitos entre os utilizadores do mercado e as populações locais; • Produção de resíduos sólidos e líquidos;

Fonte: Missão do SERF para desenvolver o PCN PCN ESIA, fevereiro de 2024

K. Principais riscos

Os principais riscos prováveis associados a obra são:

- Riscos de acidente associados à deslocação de máquinas e equipamentos do estaleiro;
- Perigos de ruído;
- Risco de acidentes devido a quedas e colapsos (pessoas e objetos)
- Riscos relacionados com a movimentação manual e mecânica;
- Riscos de acidente associados à circulação máquinas, e veículos do estaleiro e ao tráfego;
- Riscos de incêndio e explosão na base do estaleiro;
- Riscos de afogamento;
- Riscos de Exploração e Abuso Sexual (AAE) e Assédio Sexual (AS) e doenças sexualmente transmissíveis;
- Riscos de aumento da prevalência de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e infeções sexualmente transmissíveis (IST);

L. Consultas públicas

Foram realizadas sessões de consulta pública de 30 de janeiro a 31 de março de 2024 com as Autoridades Administrativas, estruturas técnicas e populações anfitriãs (transportadores,

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

sindicatos de condomínios, ONGs, guias religiosos, líderes comunitários, chefes de aldeia, associações de jovens e mulheres, representantes de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP), gestores de mercado...) com vista a informá-los sobre os desenvolvimentos previstos e recolher os seus pontos de vista, por um lado, e sobre os impactos negativos que serão gerados pelo projeto e as medidas de mitigação a serem desenvolvidas, por outro.

As consultas abrangeram os cinco (5) setores de acolhimento do projeto: Bula, Bigene, São Domingos, Canchungo e Bissora. As consultas das partes interessadas foram organizadas por aldeia. As aldeias abrangidas pelas várias componentes são as seguintes:

- Para a pista 10: Bipo, Bissauzhinho, Tchil e Bissunaga;
- Para a pista 11: Bipo, ponate, Djol nhaga; Djol Pessi, Djol, Calaque e Djolmete;
- Para a pista 17: Carabane Xerif, Sibana e Tandé;
- Para a pista 22: Sedengal e Apilho;
- Para a pista 21: Tarreiro Balanta e Tarreiro Tulum;
- Para a pista 24: Aquincha, Cation e Botché;
- Para o parque de estacionamento de Bula: Pessuk e Cacok;
- Para as portagens João Landim e São Vicente;
- Para o mercado de Bula: Bula;
- Para a estação de pesagem de São Domingos: Djegué 1;
- Para o mercado de São Domingos: São Domingos;
- Para o parque de estacionamento de São Domingos: Djegué 2;

Foram consultadas 554 pessoas, entre as quais 171 mulheres (30,87%) e 383 homens (69,13%).

Plano de Gestão Ambiental e Social (ESMP)

- **Medidas destinadas a reforçar os impactos positivos**

Quadro 5: Principais medidas de bonificação identificadas

Fase de instalação e construção	Fase de exploração e manutenção
Para as pistas	
• Dar prioridade ao recrutamento de mão de obra local para empregos não qualificados e para a competencia igual de empregados qualificados, com o apoio das autoridades locais, a fim de evitar o agravamento da violência de género; • Informar as pessoas sobre as oportunidades de emprego através da publicação de avisos de recrutamento em zonas de grande afluência (administração, chefaturas, igrejas, mesquitas, escolas, etc.).	• Prosseguir a manutenção regular de pistas para evitar uma deterioração precoce; • A criação de mercados para mulheres nas aldeias atravessadas pelas pistas; • Ligar as aldeias a menos de 10 km das pistas;

FINS CONSULTIVOS ANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fase de instalação e construção	Fase de exploração e manutenção
• Dar prioridade ao recrutamento de mulheres e pessoas vulneráveis para empregos adaptados às suas condições; • Orgganizar espaços perto da base do estaleiro para restaurantes e pequenas lojas; • Supervisionar, em termos de qualidade, as atividades de restauração e das pequenas lojas em redor do local; • Sensibilizar as populações sobre as novas oportunidades geradoras de rendimentos oferecidas pelo subprojeto; • Priorizar o recrutamento de pequenas e médias empresas (PME) locais para a compra de materiais de construção, como cimento, areia, cascalho, etc... ;	• Instalar barreiras físicas de redução de velocidade e outros sinais de trânsito para reduzir os acidentes nas pistas;
Para pesagem, portagens, áreas de estacionamento...)	
• Dar prioridade ao recrutamento de mão de obra local para empregos não qualificados e de igual modo para os trabalhadores qualificados para empregos qualificados, com o apoio das autoridades locais, a fim de evitar o agravamento da violência de género; • Informar as pessoas sobre as oportunidades de emprego através da publicação de avisos de recrutamento em zonas de grande afluência (administração, chefias, igrejas, mesquitas, escolas, etc.). • Dar prioridade ao recrutamento de mulheres e pessoas vulneráveis para empregos adaptados às suas condições; • Criar uma plataforma perto da base do sítio para restaurantes e pequenas lojas; • Supervisão das atividades de restauração e das pequenas lojas em redor do local, em termos de qualidade; • Sensibilizar para as novas oportunidades geradoras de rendimentos oferecidas pelo subprojeto. • Priorizar o recrutamento de pequenas e médias empresas (PME) locais para a compra de materiais de construção, como cimento, areia, cascalho, etc... ;	• Criar pequenos mercados para as mulheres nos parques de estacionamento (cabinas de portagem, estações de pesagem, parques de estacionamento, etc.) à semelhança dos mercados de peixe das portagens de João Landim e São Vicente; • Facilitar o acesso dos pequenos comerciantes (bolos, bananas, maçãs, laranjas, etc.) às abords praças de portagem, estações de pesagem e parques de estacionamento; • Formar e sensibilizar os condutores sobre o cumprimento do Código da Estrada; • Disponibilizar kits de prevenção de incêndios nos diferentes locais.
Para infraestruturas de mercado (mercados)	

EVAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fase de instalação e construção	Fase de exploração e manutenção
• Dar prioridade ao recrutamento de mão de obra local para empregos não qualificados e de trabalhadores igualmente qualificados para empregos qualificados, com o apoio das autoridades locais, a fim de evitar o agravamento da violência de género; • Informar as pessoas sobre as oportunidades de emprego através da publicação de avisos de recrutamento em zonas de grande tráfego (administração, chefias, igrejas, mesquitas, escolas, etc.). • Dar prioridade ao recrutamento de mulheres e pessoas vulneráveis para empregos adaptados às suas condições; • Criar uma plataforma perto da base do sítio para restaurantes e pequenas lojas; • Supervisão das atividades de restauração e das pequenas lojas em redor do local, em termos de qualidade; • Sensibilizar para as novas oportunidades geradoras de rendimentos oferecidas pelo subprojeto.	• Equipar as vendedeira com câmaras frias para conservar alimentos perecíveis; • Capacitar os grupos e associações de comerciantes na gestão do mercado; • Organizar e ganhar reconhecimento para grupos e associações de retalhistas; • Formar lojistas em higiene e gestão comercial; • Disponibilizar kits de prevenção de incêndios nos mercados;
• Priorizar o recrutamento de pequenas e médias empresas (PME) locais para a aquisição de materiais de construção como cimento, areia, cascalho, etc... ;	

Fonte: Missão do SERF para desenvolver o PCN PCN ESIA, fevereiro de 2024

- **Medidas de atenuação do impacto**

Quadro 6: Principais medidas de atenuação identificadas

Fase de Instalação e Construção	Funcionamento e manutenção
Para pistas	
• Planear a reflorestação compensatória com espécies arbóreas de crescimento rápido, tendo em conta a composição florística da área e a ecologia das plantas utilizadas para a reflorestação compensatória; • Assegurar a gestão adequada dos resíduos;	• Instalar sinais de limite de velocidade; • Prever um plano de emergência em caso de derrame acidental de hidrocarbonetos/óleos (circunscrição da zona de impacto, utilização de kits de descontaminação, etc.); • Recolher o óleo usado em recipientes estanques para reciclagem ou reutilização;

ESIA/PGES COMPLEMENTAIRE VERSION PORTUGUESE

• educar e formar a mão de obra (trabalhadores do estaleiro) em matéria de gestão de resíduos; • colocar recipientes de lixo e assegurar que o lixo é transportado para aterros públicos; • Instalar um número suficiente de instalações sanitárias adequadas no acampamento de base vida; • escolher o local de instalação do acampamento de base vida, respeitando as normas ambientais e sociais e, sobretudo, tendo em conta a distância de mais de 500 metros de um curso de água; • utilizar lonas de proteção nos camiões que transportam materiais pulverizáveis; • utilizar veículos de estaleiro em bom estado de funcionamento, respeitando os planos de manutenção regular; • Equipar o pessoal e garantir que o equipamento de proteção individual (EPI) é usado; • Regar regularmente as as fontes de emissões de poeiras, 2 a 3 vezes por dia durante a estação seca; • Elaborar e implementar o plano de gestão do tráfego; • Elaborar um plano dos circulação das máquinas no estaleiro; • Estabilizar ou reflorestar zonas de risco com espécies adaptadas de crescimento rápido; • incluir cláusulas que proíbam a caça de animais selvagens nos contratos das empresas; • escolher um local para o acampamento base (a mais de 500 m dos cursos de água em terreno de inclinação zero) • Prever um plano de emergência em caso de derrame acidental de hidrocarbonetos/óleos (circunscrição da zona de impacto, utilização de kits de descontaminação, etc.);	• Realizar sessões de sensibilização e educação, para utentes da pistas, sobre o Código da Estrada. • Instalar sinais de redução de velocidade, especialmente perto de cruzamentos; • Instalar barreiras físicas de redução de velocidade para proteger os animais.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

• dar prioridade ao recrutamento de mão-de-obra local para empregos não qualificados, através da aplicação do sistema HIMO; • aplicar a estratégia de inclusão social para a contratação de pessoas marginalizadas pela comunidade; • proibir o emprego de crianças com menos de 18 anos no estaleiro; • fazer comque os trabalhadores de obras, incluindo os de subcontratantes e prestadores de serviços, assinem Código de Boa conduta sobre VBG/AS, proibindo estes atos, e prevendo sanções a serem impostas em caso de sua comissão; • elaborar e assinar um conjunto de regulamentos internos; • inscrever todos os trabalhadores no INSS, incluindo os dos subcontratantes e prestadores de serviços; • fazer com que os trabalhadores assinem um código de boa conduta; • realizar as campanhas de IEC sobre os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual e as suas consequências para os grupos vulneráveis e pessoal da obra. • sensibilizar os trabalhadores sobre a interdiãão da caça ou da compra de carne de animais selvagens; • proibição do transporte de carne de animais selvagens nos veículos relacionados com o projeto; • incluir sanções nos regulamentos internos para os trabalhadores que se dedicam a atividades de caça • proibição formal da caça, da pesca e do comércio de madeira e de produtos florestais não lenhosos (PFNL) durante o período em que participam no projeto; • construir pistas de desvio;	•

FICHA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

• Incluir uma cláusula para proteger os locais culturais e sagrados;	
Para pesagem, portagens e áreas de estacionamento...	
• Limitar o trabalho ao horário normal de trabalho ou aos horários de sesta conforme acordados com os residentes locais ou serviços próximos; • Utilizar equipamento mais silencioso; • Regar frequentemente de zonas próximas de concessões; • Prever um ordenamento paisagistico em torno dos mercados através da plantação de árvores; • Reduzir a velocidade dos camiões para reduzir o risco de acidentes e de emissões de partículas finas (construção de barreiras físicas de limitação de velocidade, colocação de sinais de trânsito e sensibilização dos condutores);	• Sensibilizar os conditores e as mulheres ribeirinhas sobre as DST e as IST; • Distribuir preservativos aos condutores e à população feminina e sensibilizar para as medidas de proteção contra as DST e as IST; • Elaborar regulamentos internos e um código de conduta para os sítios; • Sensibilizar as mulheres e as raparigas para as DST e as DST na rádio; • Peça aos camionistas que assinem o código de conduta VBG e VFE;
Para infraestruturas comerciais (mercados)	
• Assegurar a deslocalização temporária dos ocupantes dos mercados de Bula e São Domingos antes do início dos trabalhos nos locais identificados; • Limitar o trabalho ao horário normal de trabalho ou aos horários de sesta acordados com os residentes locais ou serviços próximos; • Utilizar equipamento mais silencioso; • Regar as áreas em torno das concessões com frequência; • Prever um ordenamento paisagistico da área em torno dos mercados através da plantação de árvores; • Reduzir a velocidade dos camiões para reduzir o risco de acidentes e de emissões de partículas finas (construção de barreiras de limitação de velocidade, colocação de sinais de trânsito e sensibilização dos condutores);	• Dar prioridade aos actuais ocupantes dos mercados de Bula e São Domingos na atribuição de espaços nos novos mercados; • Aplicar medidas para regular o tráfego e o estacionamento em torno dos mercados, a fim de minimizar os impactos sobre os residentes ou os serviços nas proximidades (disposição de zonas de estacionamento, aplicação de restrições de estacionamento, etc.); • Regulamentar o ruído nos mercados, limitando as atividades ruidosas durante as horas sensíveis; • Implementar um plano de gestão de resíduos para os mercados;

Fonte: Missão do SERF de estudo de impacto ambiental e social (EIAS) do PCN, fevereiro de 2024

EIES COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- **Medidas de prevenção de riscos**

Quadro 7: Medidas de prevenção de riscos nas fases preparatória e de construção

Riscos	Medidas a tomar para prevenir, minimizar e gerir os riscos
Incêndio e/ou explosão	- Organizar o armazenamento (prever sítios de armazenamento separadas para o fuel, o óleo e o gasóleo); - Instalar sistemas de deteção e alarme de fumo e de incêndio; - Colocar os extintores de incêndio de forma visível e acessível a todos (os caminhos de acesso devem estar livres de quaisquer obstáculos); - Reforçar as medidas de vigilância; - Localizar a base do estaleiro longe de zonas residenciais.
Risco de eletricidade	- Assegurar a proteção dos circuitos elétricos; - Efetuar controlos regulares das instalações elétricas; - Proibir o pessoal de agarrar os cabos descobertos no local; - Assegurar que a fonte de eletricidade é interrompida antes de qualquer intervenção na rede elétrica.
Riscos associados ao movimento das máquinas e equipamentos do estaleiro	- Formar o pessoal em matéria de segurança nos locais de trabalho; - Elaborar fichas de procedimentos de utilização das máquinas; - Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI): capacetes, botas de segurança, luvas adequadas, etc.; - Sinalizar as zonas de circulação das máquinas pesadas; - Regar regularmente as zonas de circulação e do trabalho; - Elaborar o plano de circulação.
Riscos associados à circulação de máquinas e veículos do estaleiro	- Efetuar a manutenção periódica dos veículos; - Proibir o consumo de álcool aos condutores nos dias úteis; - Assegurar o cumprimento dos limites de velocidade para todos os veículos na via pública, com um máximo de 30 km/h ao nível das aglomerações e nas aldeias atravessadas s; - Regar regularmente as zonas de trabalho com água; - Sistematizar o dispositivo de segurança dos veículos (painéis de sinalização, sinais de advertência sonora, sinais luminosos, alarme sonoro de marcha-atrás, etc.); - Formar os operadores à conduzir com segurança.
Riscos associados ao manuseamento manual	- Organizar os postos de trabalho de modo a eliminar ou reduzir as manutenções - Utilizar equipamentos de manutenções adequado tal como porta-paletes; - Utilizar equipamento de manuseamento adequado, como porta-paletes; - Equipar as cargas com dispositivos de preensão, como pegas; - Formar o pessoal para adotar gestos e posturas adequadas - Fornecer e exigir o uso de equipamento de proteção individual (sapatos, luvas, etc.).
Risco de queda	- Limitar as alturas de armazenamento; - Marcar as zonas de risco; - Preencher as escavações; - Verificar a estabilidade dos elementos de cofragem, escoras, etc; - Fixar corretamente as cargas a movimentar;

GAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Riscos	Medidas a tomar para prevenir, minimizar e gerir os riscos
	- Sensibilizar o pessoal do estaleiro sobre as medidas de segurança; - Assegurar-se sobre a utilizar equipamentos de proteção individual (EPI): capacetes e calçado de segurança.
Transmissão de IST e VIH SIDA e COVID 19	- Sensibilizar o pessoal do estaleiro e os residentes locais; - Distribuir diariamente preservativos ao pessoal. - Cumprir as medidas de barreira; - Implementar um plano de luta contra o COVID.
Risco ligado ao barulho	- Informar os trabalhadores dos riscos; - Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (tampões para os ouvidos, auscultadores com cancelamento de ruído, etc.). - Organizar vigilância médica especial para os trabalhadores expostos ao ruído.
Violência sexual baseada no género	- Cumprir o regulamento interno e o código de conduta da empresa, fornecendo estratégias de gestão de riscos; - Sensibilizar os trabalhadores sobre o regulamento interno e o código de conduta; - Sensibilizar o público através da rádio (mensagem dirigida às mulheres e às raparigas); - Fazer com que cada empregado assine o código de conduta.
Riscos ligados aos colapsos.	**Proteções coletivas** - Organizar a armazenagem (zonas reservadas, métodos de armazenagem adaptados aos objetos, larguras de corredor compatíveis com os equipamentos de manutenção utilizados, etc.); - Sinalizar todas as zonas perigosas; - Utilização obrigatória de EPI no estaleiro; - Limitar as alturas de armazenagem. **Proteções individuais** - Fazer usar equipamentos de proteção individual (calçado de segurança, capacete, etc.).

<u>Mediddas de prevenção de riscos</u>

Quadro

Riscos	Medidas a tomar para prevenir, minimizar e gerir os riscos
Incêndio e/ou explosão	- Organizar o armazenamento (prever sítios de armazenamento separadas para o fuel, o óleo e o gasóleo); - Instalar sistemas de deteção e alarme de fumo e de incêndio; - Colocar os extintores de incêndio de forma visível e acessível a todos (os caminhos de acesso devem estar livres de quaisquer obstáculos); - Reforçar as medidas de vigilância; - Localizar a base do estaleiro longe de zonas residenciais.
Risco de eletricidade	- Assegurar a proteção dos circuitos elétricos; Efetuar **<u>controlos</u>** regulares das instalações elétricas; - Proibir o pessoal de agarrar os cabos descobertos no local;

EIAS COMPOSANTE AMBIENTAL VERSÃO PORTUGUESA

Riscos	Medidas a tomar para prevenir, minimizar e gerir os riscos
	- Assegurar que a fonte de eletricidade é interrompida antes de qualquer intervenção na rede elétrica.
Riscos associados ao movimento das máquinas e equipamentos do estaleiro	- Formar o pessoal em matéria de segurança nos locais de trabalho; - Elaborar fichas de procedimentos de utilização das máquinas; - Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI): capacetes, botas de segurança, luvas adequadas, etc.; - Sinalizar as zonas de circulação das máquinas pesadas; - Regar regularmente as zonas de circulação e do trabalho; - Elaborar o plano de circulação.
Riscos associados à circulação de máquinas e veículos do estaleiro	- Efetuar a manutenção periódica dos veículos; - Proibir o consumo de álcool aos condutores nos dias úteis; - Assegurar o cumprimento dos limites de velocidade para todos os veículos na via pública, com um máximo de 30 km/h ao nível das aglomerações e nas aldeias atravessadas s; - Regar regularmente as zonas de trabalho com água; - Sistematizar o dispositivo de segurança dos veículos (painéis de sinalização, sinais de advertência sonora, sinais luminosos, alarme sonoro de marcha-atrás, etc.); - Formar os operadores à conduzir com segurança.
Riscos associados ao manuseamento manual	- Organizar os postos de trabalho de modo a eliminar ou reduzir as manutenções - Utilizar equipamentos de manutenções adequado tal como porta-paletes; - Utilizar equipamento de manuseamento adequado, como porta-paletes; - Equipar as cargas com dispositivos de preensão, como pegas; - Formar o pessoal para adotar gestos e posturas adequadas - Fornecer e exigir o uso de equipamento de proteção individual (sapatos, luvas, etc.).
Risco de queda	- Limitar as alturas de armazenamento; - Marcar as zonas de risco; - Preencher as escavações; - Verificar a estabilidade dos elementos de cofragem, escoras, etc; - Fixar corretamente as cargas a movimentar; - Sensibilizar o pessoal do estaleiro sobre as medidas de segurança; - Assegurar-se sobre a utilizar equipamentos de proteção individual (EPI): capacetes e calçado de segurança.
Transmissão de IST e VIH SIDA e COVID 19	- Sensibilizar o pessoal do estaleiro e os residentes locais; - Distribuir diariamente preservativos ao pessoal. - Cumprir as medidas de barreira; - Implementar um plano de luta contra o COVID.
Risco ligado ao barulho	- Informar os trabalhadores dos riscos; - Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (tampões para os ouvidos, auscultadores com cancelamento de ruído, etc.). - Organizar vigilância médica especial para os trabalhadores expostos ao ruído.

LUIS COMPLEMENTO ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Riscos	Medidas a tomar para prevenir, minimizar e gerir os riscos
Violência sexual baseada no género	- Cumprir o regulamento interno e o código de conduta da empresa, fornecendo estratégias de gestão de riscos; - Sensibilizar os trabalhadores sobre o regulamento interno e o código de conduta; - Sensibilizar o público através da rádio (mensagem dirigida às mulheres e às raparigas); - Fazer com que cada empregado assine o código de conduta.
Riscos ligados aos colapsos.	**Proteções coletivas** - Organizar a armazenagem (zonas reservadas, métodos de armazenagem adaptados aos objetos, larguras de corredor compatíveis com os equipamentos de manutenção utilizados, etc.); - Sinalizar todas as zonas perigosas; - Utilização obrigatória de EPI no estaleiro; - Limitar as alturas de armazenagem. **Proteções individuais** - Fazer usar equipamentos de proteção individual (calçado de segurança, capacete, etc.).

Fonte: Missão do SERF para desenvolver o PCN PCN ESIA, fevereiro de 2024

Outras medidas em caso de insucesso da prevenção

Aplicar a Lei n.o 4/2007 que estabelece o quadro jurídico para a proteção social da população e o Decreto n.o 4/80 relativo ao seguro obrigatório contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, que rege o direito dos trabalhadores (e membros das suas famílias) a indemnização.

- **Mecanismo de Gestão de Reclamações (CMM)**

O presente mecanismo de gestão de reclamações é a adaptação do MGR do projeto. É um instrumento para receber, processar e responder às queixas dos beneficiários/partes interessadas de forma sistematizada. As etapas para a resolução de reclamações são:

- Fase 1: Informar as pessoas direta ou indiretamente afetadas e as várias partes interessadas do projeto da existência do PGM
- Etapa 2: Acesso (apresentação de queixas, contacto com os autores das queixas)
- Etapa 3: Aviso de receção
- Etapa 4: Triagem e tratamento (procedimento)
- Etapa 5: Comunicação
- Etapa 6: Avaliação, atribuição, reconhecimento
- Etapa 7: Resolução e encerramento
- Etapa 8: Arquivo

As estruturas ou pessoas envolvidas no Mecanismo de Gestão de Reclamações são designadamente: a Unidade de Gestão do Projeto; a Administração Local e os chefes das aldeias,

ESIA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

a Fiscalização (Fisc) e as empresas recrutadas pelo projeto; o Representante das Pessoas Afetadas pelo projeto, os beneficiários, as ONG, a sociedade civil, etc.

.

O acompanhamento e a avaliação do MGR serão realizados pela UGP com base nos vários relatórios dos diferentes níveis de gestão das reclamações. A UGP criará um sistema de comunicação de informações para a gestão global das reclamações, classificando-as por categoria ou tipo. De igual modo será elaborado e transmitido ao BEI um relatório trimestral sobre as reclamações.

Funções e responsabilidades na execução e acompanhamento da PGAS

No âmbito da implementação e acompanhamento do PGAS, propõem-se as seguintes disposições institucionais:

1. Poderes do Proprietário/dono da obra (Unidade de Gestão de Projetos)

O Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo (MOPHU) assegura os poderes do dono da obra, assim como assegura a tutela do projeto e supervisionará a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), que incluirá um Especialista em Salvaguardas Ambientais (ESS) e um Especialista em Desenvolvimento Social. Estas duas (02) entidades assegurarão o cumprimento das medidas ambientais e sociais definidas no presente estudo.

2. Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC)

O seguimento ambiental, em conformidade com as disposições aplicáveis na República da Guiné-Bissau, será efetuado pela Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), que está habilitada a verificar a aplicação no terreno das disposições previstas no EIAS. Por outras palavras, a AAAC é responsável por verificar se os trabalhos previstos estão em conformidade com a legislação nacional e com as normas de proteção ambiental e social.

3. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)

O IBAP será chamado a participar na implementação do PGAS, em especial na implementação do Plano de gestão da biodiversidade (PGB).

4. Fiscalização

A Missão de Fiscalização (Fisc.) irá gerir os trabalhos, ou seja, acompanhar a execução das várias tarefas atribuídas à Empresa. A Fisc incluirá um perito ambiental sénior com competências comprovadas em matéria de saúde, segurança e higiene. A sua principal tarefa será controlar e acompanhar a implementação do Plano de Gestão Ambiental e Social do estaleiro (PGAS-E), ***o Plano Específico de Gestão e Eliminação de Resíduos (PEGER), o Plano Específico de Proteção da Saúde e Segurança (PPSS) e o Mecanismo de Gestão de Reclamações do Empregador (MGR)*** elaborado pela Empresa de Obras.

5. Empresa

A empresa responsável pela obra será selecionada através de um processo de adjudicação. A empresa deve aplicar efetiva e eficazmente as recomendações do PGAS do estaleiro e cumprir as

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

obrigações contratuais em matéria ambiental, social e de segurança. A empresa terá nos seus quadros um responsável ambiental com larga experiência em HSS, responsável pela elaboração, atualização durante as obras e cumprimento do PGAS do estaleiro. Também será o interlocutor no seio da empresa para as questões de higiene, saúde, segurança e ambiente.

6. ONG

A UGP - CN recrutará uma ONG que trabalha no domínio da prevenção e do tratamento da violência baseada no género (VBG) para realizar atividades de informação, educação e sensibilização e registar queixas relacionadas com a VBG.

7. Autoridades locais

As autoridades administrativas e consuetudinárias em causa ajudarão a unidade de coordenação e outras partes interessadas no local a gerir as reclamações. Deverão ser envolvidas em missões de supervisão organizadas pela UGP.

- **Reforço das capacidades**

O reforço das capacidades destinar-se-á a especialistas ambientais e sociais, bem como ao pessoal dos projetos, ao pessoal de gestão e acompanhamento dos projetos nas administrações locais visadas, às organizações de beneficiários das infraestruturas e aos quadros das empresas que prestam serviços. Serão organizados workshops de formação sobre gestão ambiental e social durante a execução do projecto numa das localidades envolvidas no lançamento do projecto. A formação abrangerá uma variedade de tópicos, designadamente:

- **Avaliação Ambiental e Social**
  - Políticas e procedimentos ambientais e sociais nacionais e do BEI.
  - Apreciação objetiva dos conteúdos dos relatórios de EIAS;
  - Processo de implementação e seguimento do EIAS
  - Formação em monitorização ambiental e social
- **Metodologia de monitorização ambiental e social**
  - Indicadores de seguimento/avaliação ambiental e social;
  - Cumprimento das leis e regulamentos ambientais;
  - Sensibilização das populações sobre a proteção e gestão do ambiente; ▪
  - Eficácia da tomada em consideração do aspecto género.

- **Estimativa orçamental global para a ESMP**

O custo global da execução da ESMP, detalhado na secção 9.15 do relatório, está estimado em 567 000 USD (através dos quais os impactos identificados serão mitigados, reduzidos, compensados, melhorados ou mitigados), dos quais 210 500 USD ficarão vinculados à empresa e 2 925 500 USD ficarão diretamente vinculados ao projeto.

Quadro 8: Resumo dos custos

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Não.	Rubricas	Empresa	Projeto	Total
1	Aplicação de medidas de mitigação e compensação do impacto ambiental	205 000	90 000	295 000
	Aplicação de medidas de atenuação e compensação do impacto social	15 500	0	15 500
	Aplicação de medidas de gestão dos riscos ambientais	110 000	12500	122 500
	Aplicação de medidas de gestão dos riscos sociais	80 000	123 000	203 000
3	Aplicação de medidas de acompanhamento, reforço das capacidades, auditoria, avaliação e reforço das capacidades	205 000	90 000	295 000
ORÇAMENTO TOTAL DO PGAS (FCFA)		**246 300 000**	**135 300 000**	**381 600 000**
ORÇAMENTO TOTAL DO PGAS (€)		**376 031**	**206 565**	**582 595**
ORÇAMENTO TOTAL DOS PGAS (USD)		**410 500**	**225 500**	**636 000**

Fonte: Missão do SERF para desenvolver o PCN PCN ESIA, fevereiro de 2024

EIAS COMPOSANTE ... VERSÃO PORTUGUESA

SÍNTESE

B. Introduction

This Environmental, Climatic and Social Impact Assessment (ESIA) is considered a management tool for the sub-project. It informs the administrative authority's decision as to whether or not to carry out the sub-project. It makes it possible to identify, forecast and assess the sub-project's harmful consequences for the environment, and to recommend measures to protect the environment and enhance positive impacts, as well as to propose an ESMP. It informs the public about the sub-project and encourages its participation in the decision to be taken regarding its implementation.

C. Project background and justification

The Government of the Republic of Guinea-Bissau, through the Northern Connectivity Project (PCN), is in the process of implementing additional components identified as part of the rehabilitation of the Safim-M'Pack road with the support of the European Investment Bank (EIB) designated "Additional Components - EU Grant". These additional components will be implemented through six (6) components:

7. Rehabilitation of existing boreholes and construction of new ones, including human-powered equipment (12-15 along lot 2);
8. Construction of a weighing station at the border with solar system;
9. Installation of 2 toll stations along the road and equipment ;
10. Border infrastructure and equipment (parking lots and ancillary infrastructure, solar lighting, pedestrian corridors crossing the border);
11. Development of (regular) market areas in Bula, Sao Vicente, Ingoré, Sedengal and Sao Domingos in consultation with the populations concerned (linked to PAP / RAP);
12. Development of priority agricultural feeder roads according to a multi-criteria methodology established between the EIB and the PMU.

The Government of the Republic of Guinea Bissau is planning to rehabilitate the country's main road corridor linking the capital Bissau to Ziguinchor in Senegal. The Bissau-Ziguinchor road is strategic for Guinea-Bissau, as it is the only paved road linking the country to external markets. The Bissau-Ziguinchor road is also the main route serving north-western GuineaBissau.

In addition to the main project works, the NCP plans to carry out remedial works to improve the functionality and durability of certain main project structures (toll booths, parking lots, vehicle weight control stations), and to improve the living conditions of rural populations in areas close to the main project (boreholes, public markets, rural tracks).

The comfort works will involve the rehabilitation of six tracks, all starting from the Safim - Mpack road, as well as : (i) rehabilitation of existing boreholes and construction of new positive boreholes (20 - 25) along the project with pump, supply of a 10 m3 metal water tower with solar power

FIAP CLIMATSAFE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

system and supply of standpipes (ii) construction of a solar-powered border station to ensure Guinea-Bissau's compliance with EUBissau's compliance with UEMOA regulation

14 (concerning truck overloading) and to promote road sustainability (iii) construction and equipping of two toll booths with 02 (two) lanes for light vehicles, 1 (one) lane for heavy goods vehicles and 1 (one) lane for two-wheelers in the localities of São Vicente and João Landim; (iv) fitting out and equipping auxiliary border infrastructures (solar lighting, lanes for pedestrians crossing the border); (v) fitting out two parking lots for heavy goods vehicles at Bula and Jegue border with an area of around 3 ha each; (vi) fitting out public markets in the localities of Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal and São Domingos to facilitate the marketing of food products and other goods.

The implementation of the above activities and works calls for the relevance of ten (10) out of ten (10) standards of the European Investment Bank (EIB) group to which the project will have to obey. These are (i) Standard No. 1 (Environmental and social impacts and risks); (ii) Standard No. 2 (Dialogue with stakeholders); (iii) Standard No. 3 (Resource efficiency and pollution prevention); (iv) Standard No. 4 (Biodiversity and ecosystems); (v) Standard No. 5 (Climate change) ; (vi) Standard No. 6 (Involuntary resettlement); (vii) Standard No. 7 (Vulnerable groups, indigenous peoples and gender dimension; (viii) Standard No. 8 (Employment and working conditions); (xi) Standard No. 9 (Health, safety and security) and (x) Standard No. 10 (Cultural heritage) of the Group.

The relevance of these ten standards to the project requires the completion of the following documents: the Environmental, Climate and Social Impact Assessment (ESIA), including the Resettlement Action Plan (RAP).

It is within this framework that the present ESIA for the implementation of the additional components has been drawn up, in order to take into account measures to prevent, eliminate, mitigate and compensate for negative impacts, as well as measures to improve positive impacts.

C. ESIA objectives

The Environmental, Climatic and Social Impact Assessment (ESIA) aims to :

- identify sensitive elements in the project environment;
- identify project activities likely to impact the natural and human environment;
- assess the potential environmental and social risks and impacts of the project ;
- recommend measures and actions to enhance positive impacts and mitigate negative impacts in order to guarantee the environmental and social sustainability of the project;
- assess the project's direct or indirect impact on the ecological balance of the siting area, on the quality of life of local residents and on the environment in general, in order to ensure its harmonious integration into its host environment;
- draw up an Environmental and Social Management Plan (ESMP).

This ESIA report has been prepared to inform the project's various stakeholders about the environmental and social constraints associated with carrying out the work, and the protective

EAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

measures to be considered. It is also intended to facilitate decision-making on the environmental and social relevance of the project.

F. Methodology

The methodology consisted of :

- the organization of a scoping meeting between the PCN project team, the SERF Burkina team and the DECO team, which enabled agreement to be reached on the project data, the content of the Terms of Reference (ToR) and the PDA, in order to agree on the methodological approach (Tuesday 30th and Wednesday 31st January 2024);
- a reconnaissance visit to the project's additional components (runways, market sites, toll stations, weighing areas, parking lots, etc.) (Wednesday January 31 Thursday February 1er 2024);
- research and analysis of documents, in particular national and international legal texts on environmental management and the EIB Group's Environmental and Social Standards;
- data collection and consultation with stakeholders (technical and administrative services, traditional authorities, PAPs, etc.), which enabled their major concerns to be taken into account throughout the project's implementation;
- the analysis of the data used to draw up this ESIA; - leading stakeholder consultations; - report writing.

G. Brief description of the activities and work of the additional component

The remedial work will involve rehabilitating six tracks, all originating on the Safim - Mpack road, as well as : (i) rehabilitation of existing boreholes and construction of new positive boreholes (20 - 25) along the project with pump, supply of a 10 m3 metal water tower with solar power system and supply of standpipes (ii) construction of a weighing station at the Djegue border with solar installation of an area of around 4 ha to ensure Guinea-Bissau's compliance with WAEMU regulation 14 (on truck overloading) and to promote road sustainability (iii) construction and equipping of two toll plazas with 02 (two) lanes for light vehicles, 1 (one) lane for heavy goods vehicles and 1 (one) lane for two-wheelers in the localities of São Vicente and João Landim, with an area of around 4 ha each; (iv) development and equipping of auxiliary border infrastructures (solar lighting, pedestrian corridors crossing the border); (v) development of two parking areas for heavy goods vehicles at Bula and Jegue border with an area of around 3 ha each (vi) development of public markets in Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal and São Domingos on sites of around 0.5 ha to facilitate the marketing of food products and other goods.

Table 1: List of priority activities and works for the present study :

No	DESIGNATION	Quantity	OBSERVATIONS
1	Step construction	5	Construction of regular market areas on a 0.5-hectare site in Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal and Sao Domingos
2	Weighing station construction	1	Construction of a weighing center on a 4-hectare site near the border

EXISTE COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

3	Toll plaza construction	2	Construction of toll booths at PK09+050 (Jao Landim) and PK35+400 (Sao Vicenté) on a site of around 1.4 ha
4	Construction of truck parking facilities	2	Construction of a heavy goods vehicle parking area on a 4hectare site near the JEGUE border and in the town of Bula
5	Construction and rehabilitation of boreholes	5	Execution of positive borehole with pump, supply of a metal water tower, solar power supply system and hydrant supplies
		7	Replacement of pump and solar system as well as painting work
6	Construction of ancillary infrastructure at the jegue border	1	Reconstruction of customs, police, national guard, state security, foundo, housing block, toilets etc.

Source: *detailed design studies and preparation of tender documents (dao) for rehabilitation work on the Safim - M'pack road.*

Table 2: List of priority trails for this study.

Itinerary	Coordinates of origin		Length	Coordinates end	
	Latitude	Longitude			
Bipo - Jolmete	12,162248	-15,719422	17.50 km	12,219539	-15,858855
Caraban Xerif - Tande	12,363208	-15,77409	10.80 km	12,314215	-15,850227
Sedengal - Apilho	12,396367	-15,921577	8.00 km	12,330774	-15,942557
Tarreiro - Tulum	12,392295	-15,879799	2.80 km	12,369059	-15,877281
Bipo - Bissum Naga	12.161075	-15.718238	12.60 km	12.246955	-15.656606
Aquintcha - Botche	12,402411	-15,947995	6.90 km	12,355077	-15,984235
TOTAL			58.60 km		

Source: *Terms of reference for the environmental, climatic and social impact study and preparation of the RAP for the additional components identified by the European Investment Bank (EIB) for the rehabilitation of the Safim-M'pack road.*

I. Project sponsor

The project promoter is the Ministry of Public Works, Housing and Urban Planning. It is represented here by the Unité de Gestion du Projet-Connectivité Nord (UGP-CN), which is the project owner.

J. Geographical location of the project area

The study area covers two (2) regions and five (5) sectors of Guinea-Bissau. These are the regions of Cacheu (Bula, Bigene, Sao Domingos and Canchungo sectors) and Oio (Bissora sector), located in north-western Guinea-Bissau.

K. Environmental and social issues

Environmental and social issues in the project area concern :

- The first challenge is the management of solid and liquid waste, the proliferation of which is not in line with accepted environmental protection practices. The rehabilitation and

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

development of the additional components identified (runways, boreholes, markets, toll booths, weigh stations, parking lots, etc.) will result in an influx of men and women to offer their services in the vicinity of construction sites, and the problem of waste management on construction sites could become a real concern if this mode of management persists.

- The second challenge in the rehabilitation and development of the additional components identified is the large-scale mobilization of workers and technicians. These people from diverse backgrounds could exacerbate the risk of gender-based violence, particularly against women/young girls, vulnerable people including minors and children cut off from their families (street children), people living with disabilities, female heads of household and widows. This could lead to an increase in the spread of HIV-AIDS if appropriate measures are not taken.
- The third issue concerns the loss of land and economic assets following the rehabilitation and development of the additional components identified. A quick census of the people and their assets impacted identified around 366 PAPs for the Bula market; around 5 PAPs for the Bula parking lot; around 4 PAPs for the São Vicente toll booth; around 93 PAPs for runway 11; around 11 PAPs for the Joao Landim toll booth; around 57 PAPs for runway 10; around 61 PAPs for runway 17; around 42 PAPs for runway 22 ; approx. 36 PAPs for runway 24; approx. 35 PAPs for runway 21; approx. 3 PAPs for the Sedengal market; approx. 3 PAPs for the Sao Domingos weighbridge; approx. 3 PAPs for the Sao Domingos parking lot; approx. 360 PAPs for the Sao Domingos market; approx. 2 PAPs for the Ingoré market, i.e. a total of approx. 1081 PAPs for the additional component. The impacted assets are mainly trees, commercial infrastructure and related facilities, and crops, mainly cassava, rice and onions.
- The fourth issue is the impact on sacred and cultural sites (customary deities, sacred forests, initiation forests). Runways 10 and 11 have been identified as bordering sacred and cultural sites, with impacts on a number of sacred trees identified as critical points. For runway 10, 3 cultural and sacred sites were identified in the localities crossed, notably Bipo (1), Bissauzinho (1) and Bisum Naga (1). As for track 11, 7 cultural and sacred sites were identified in the localities crossed, including 5 in Ponate, 1 in Djel and 1 in Calaque. Although tracks 10 and 11 border on cultural and sacred sites, discussions with the customary authorities enabled the mission to conclude that the EIB-financed project would be able to intervene if customary rituals were implemented prior to the start of work to prevent the desecration of these sites and ensure the smooth running of the works.
- The fifth issue is the risk of accidents in public places, particularly in the vicinity of existing markets (Bula market, Sao Domingos), places of worship (NOVA APOSTOLICA church in Tarreiro tulum on runway 21) and schools (QUINTINHO ZÉ DA SILVA school and IRMA LUCIA D'AMDREA school near the site of the new Sedengal market). Most of these public places are located close to the additional components identified, and so the work could increase the risk of accidents in these areas. These accident risks will also be perceptible at dangerous bends and areas at risk of rockfall;

EIAS CONFIDENTIEL AUCUNE DIFFUSION VERSION PORTUGAISE

- The sixth issue is the mangroves crossed by runways 10 and 11. The mangroves are not located within the construction right-of-way, but are close to the runways. The project is required to take measures to protect the mangroves crossed by the project, which will be included in this ESIA;
- The seventh challenge relates to the risk of conflict, both during the construction phase, with regard to the recruitment of local labor, for example, and during the operation of the commercial infrastructures built, with regard to conditions of access to the Bula, Sao Vicente, Ingoré, Sedengal and Sao Domingos markets;

I. Political, legal and institutional framework

The political and legal context of the environmental sector and of the project's intervention sectors is marked by the existence of relevant policy documents, including: UEMOA Common Policy for the Improvement of the Environment, the National Environmental Management

Plan (PNGE), the National Strategy and Action Plan for the Conservation of Biological

Diversity, the National Climate Change Adaptation Plan (PANA), the National Protected Areas Management Strategy (SNAP), the National Action Plan to Combat Desertification (PAN/LCD), the National Poverty Reduction Strategy Paper (DENARP II, 2015).

The implementation of these policies required the prior definition of an institutional, legislative and regulatory framework for environmental action in Guinea-Bissau. Thus, on the legislative level, Law N°1/2011 of March 02, 2011 on "Fundamental principles relating to the definition of the national policy for the protection of the natural and built environment" and Law N°10/2010 of September 24, 2010 on "Fundamental principles relating to the environmental and social assessment of development projects, programs, plans and policies" were promulgated. Article 7 of this law classifies projects in 3 categories A, B and C, from the highest to the lowest risk. On the regulatory front, Decree no. 5/2017 of June 28, 2017 approving and regulating public participation in the environmental assessment process; Decree no. 6/2017 of June 28, 2017 approving and regulating the environment fund; Decree no. 07/2017 of June 28, 2017 carrying an Environmental and Social Impact Assessment (ESIA) to ensure that a project complies with existing environmental standards ; Decree no. 08/2017 of

June 28, 2017 can be seen as the text that frames the need for environmental licenses and authorizations after analyses of the impacts and risks of implementing a given activity and Decree no. 09/2017 of June 28, 2017 on carrying out an Environmental Audit for projects, programs, plans and policies.

Other relevant laws reinforce this legal corpus, namely: the Framework Law on Protected Areas relating to nature conservation - Biodiversity; Decree-Law no. 5-A/2011 relating to the creation of safeguarded sectors; Law no. 05/2011 of February 22, 2011 on the Forestry Law to regulate logging and reforestation; Law no. 2/1986 of April 5, 1986 on the General Labor Law (LGT) in Guinea Bissau; the new Law no. 11/2006 of October 16, 2006 on the Labor Code; Law No. 5/98 of April 23, 1998 ("Lei da Terra") on land tenure; Decree-Law No. 3/97 of May 26, 1997 (Lei-Quadro das Áreas Protegidas) which ensures the participation of local communities in the

FIAS COMPLIANCE EDICIÓN VERSÃO PORTUGUESA

definition (article 7) and management (articles 18 and 21) of biodiversity; Decree-Law No. 4-A/91 (Lei Florestal) of January 29, 1991 on forestry and hunting.

The ratified conventions relevant to the project include:

- The Convention on Biological Diversity, signed on June 12 1992 and ratified on October 4 1995,
- African Convention for the Protection of Natural Resources adopted on September 15, 1968 in Algiers ;
- Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals ratified on October 1, 1987,
- United Nations Convention to Combat Desertification. Adopted in Paris on June 17, 1994,
- United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) ratified on December 28, 1994
- The RAMSAR Convention of February 2, 1971 on Wetlands of International Importance and its Protocol of December 3, 1982 were ratified on May 15, 1985,
- The Paris Agreement and NDCs, which came into force on November 4, 2016.
- The United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women ;
- The United Nations Convention on the Rights of the Child and the African Charter on the Rights and Welfare of the Child;
- Declaration on the Elimination of Violence against Women (1993) ;
- The African Charter on Human and Peoples' Rights and the Protocol to the African Charter on the Rights of Women in Africa (Maputo Protocol) (2003);
- The African Charter on the Rights and Welfare of the Child (July 1990) ;
- The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women or the Declaration on the Elimination of Violence against Women (1981):
- Resolution 2011/33 on Prevention, protection and international cooperation against the use of new information technologies to abuse and/or exploit children (1981).

At institutional level, the Ministry of Public Works, Housing and Urban Planning, where the project is located, is the project owner, and the main institutions involved in implementing the project are as follows:

- Ministry of the Environment, Biodiversity and Climate Action at the Institut Nationale de l'Environnement (INE) and the Autorité d'Évaluation Environnementale Compétente (AAAC) as well as the Institut de Biodiversité et des Aires Protégées (IBAP).
- The Ministry of Mines is responsible for implementing and monitoring government policy in the field of mining, and issues prior authorization for any project to create, develop and/or operate a borrow pit or quarry for rubble and gravel in accordance with the provisions of the Mining Code of Guinea-Bissau;
- the Ministry of Public Health, which coordinates the fight against HIV/AIDS, pandemics, epidemics and all transmissible diseases, through the National Program for the Fight against

ESS COMPOSANT ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

HIV/AIDS and STIs and the Response Plans against these pandemics, and which is indirectly involved in the environmental and social management of road projects;

- The Ministry of Agriculture and Rural Development (MADR) will be involved in assessing crop and land losses, and will also participate in compensating the Populations Affected by the Project (PAP);
- the Ministry of Fisheries and Maritime Economy, which will be involved in identifying and managing spawning grounds in the rivers crossed by the project;
- The Ministry of Territorial Administration and Local Power by involving regional and sectional administrators in mobilizing the population of the project area;
- The Ministry of Women, Family and Social Solidarity in identifying vulnerable people and raising awareness of GBV, including the Complaints Management Mechanism (MGP);
- The Ministry of Finance in the mobilization of funds for the implementation of this ESMP;
- Northern Connectivity Project Coordination Unit (UCP-CN): UCP-CN is responsible for coordinating fiduciary, monitoring-evaluation and communication activities;
- Non-governmental organizations (NGOs) and community associations: in addition to social mobilization, they will participate in raising public awareness and monitoring the implementation of the ESMPs by challenging the project's main stakeholders;
- the control mission: this will ensure technical supervision and implementation of the site ESMP produced by the works company;
- contractors: they will be responsible for the technical, environmental and social services specified in the specifications.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

M. Major and medium impacts

Table 3: Main positive impacts of the project during installation, construction and operation.

Installation and construction phase	Operation and maintenance phase
For slopes	
• Direct and indirect job opportunities for young people in the localities crossed; • Circumstantial development of income-generating activities due to the presence of site personnel; • Increase in Bissau Guinean State foreign exchange ;	• Better access to localities crossed by the tracks and to socio-economic structures (schools, health centers, markets, etc.); • Save time, transport and vehicle maintenance costs; • Development of small businesses along the slopes; • Facilitating the transport and marketing of food products and other goods; • Improved transport comfort ;
• Business opportunities for economic operators ;	• Improving household income by improving conditions for the sale of their agricultural produce;
For toll, weighing and parking areas	
• Local job creation for young people and women; • Circumstantial development of income-generating activities due to the presence of site personnel;	• Development of small businesses in parking areas (tolls, weighing, parking, etc.); • Improving road safety; • Urban planning ;
For commercial infrastructures (markets)	
• Local job creation for young people and women; • Circumstantial development of income-generating activities due to the presence o site personnel;	• Improving comfort in markets by installing modern merchandising facilities; • Business development ; • Ease of storage for perishable goods; • Women's empowerment; • Access to new products and services;

Source: Mission de SERF pour l'élaboration de l'EIES PCN du PCN, February 2024

EIAS COMPOSANT ADICIONAL UNIVERSAL PORTUGUESA

Table 4: Main negative impacts of the project during installation, construction and operation.

Installation and construction phase	Operation and maintenance phase
For slopes	
• Air pollution ; • Noise pollution ; • Pollution and soil erosion ; • Pollution of water resources ; • Landscape modification ; • Loss of vegetation cover through destruction of 3559 trees; • Loss of 600 m² of residential land; • Loss of 36 buildings : • Loss of 1,781 m² of farmland • Depravation of morals linked to the risks Exploitation and Sexual Abuse Harassment (EAS / HS) particularly underage girls and widows); • Increased exposure to acute respirat infections (29% of causes of consultation the zone) in the riverside population liv along the runways; • Increased risk of water-borne diseases for l residents and workers;	• Air, soil and water pollution; • Damage to acoustics ; • Pollution of runoff and surface water ;
• Conflicts linked to the non-employment of local workers ;	
For weighing, toll, parking areas...)	
• Destruction of 02 buildings; • Loss of 6030 m² of residential land • Loss of 4038 feet of trees: • Loss of 148,455 m² of farmland; • Air pollution ; • Noise and vibration ; • Soil pollution and erosion at Pessuk and Cacok , Joao Landim and São Vicente, Bula , Djegué and Djegué 2 ; • Pollution of water resources ; • Landscape modification ; • Increased exposure to traffic accidents;	• Depravation of morals linked to the risks of Exploitation and Sexual Abuse and Harassment (EAS / HS) particularly on underage girls and widows) due to the presence of truckers; • Increased exposure to Sexually Transmitted Diseases (STDs) due to risky sexual behavior between local female populations and truck drivers;
For commercial infrastructures (markets)	

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Installation and construction phase	Operation and maintenance phase
• Increased noise levels due to preparation work ; • Dust from site clearance activities ; • Pollution from used oils and the production of solid waste, leaching of fine particles; • Loss of 862 feet of trees : • Loss of 362 buildings: • Loss of 30,000 m² of residential land: • Loss of 40,000 m² of farmland; • Surface water pollution ; • Increased exposure to sexually transmitted diseases ; • Emergence of conflicts between site personnel and local residents; • Difficulty in temporarily relocating traders from the Bula and Sao Domingos markets;	• Difficult access for evicted traders from the Bula and Sao Domingos markets after market reconstruction; • Increased noise levels due to the presence of shopkeepers; • Exacerbation of conflicts between market users and local populations; • Solid and liquid waste production ;

Source: Mission de SERF pour l'élaboration de l'EIES PCN du PCN, February 2024

N. Major risks and means

The main probable risks associated with the work are :

- Accident risks associated with the movement of site machinery and equipment;
- Noise hazards;
- Risk of accidents due to falls and collapses (people and objects)
- Risks related to manual and mechanical handling ;
- Accident risks associated with site machinery, vehicles and traffic;
- Fire and explosion hazards in the site base ;
- Drowning hazards ;
- Risks of Sexual Exploitation and Abuse (SEA) and Sexual Harassment (SH) and sexually transmitted diseases;
- Risks of increased prevalence of Sexually Transmitted Diseases (STDs) and Sexually Transmitted Infections (STIs);

O. Public consultations

Public consultation sessions were held from January 30 to March 31, 2024 with the Administrative Authorities, technical structures and host populations (transporters, condominium unions, NGOs, religious guides, community leaders, village chiefs, youth and women's associations, representatives of People Affected by the Project (PAP), market managers...) with a view to informing them about the planned developments and gathering their views, on the one hand, and

EAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

about the negative impacts that will be generated by the project and the mitigation measures to be developed, on the other.

The consultations covered the five (5) project host areas: Bula, Bigene, Sao Domingos, Canchungo and Bissora. Stakeholder consultations were organized by village. The villages concerned by the various components are :

- For track 10: Bipo, Bissauzhinho, Tchil and Bissunaga ;
- For track 11: Bipo, Ponate, Djol nhaga; Djol Pessi, Djel, Calaque and Djol mete ;
- For track 17: Carabane Xerif, Sibana and Tandé ;
- For track 22: Sedengal and Apilho ;
- For track 21: Tarreiro Balante and Tarereiri Tulum ;
- For track 24: Aquincha, Cation and Botché ;
- For the Bula parking lot: Pessuk and Cacok ;
- For the Bula: Joao Landim and São Vicente tolls;
- For the Bula market: Bula ;
- For the Sao Domingos weigh-in: Djegué 1 ;
- For the Sao Domingos market: Sao Domingos ;
- For the Sao Domingos parking lot: Djegué 2 ;

A total of 554 people were consulted, including 171 women (30.87%) and 383 men (69.13%).

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

M. Environmental and Social Management Plan (ESMP)

- **Measures to enhance positive impacts**

Table 5: The main bonus measures identified

Installation and construction phase	Operation and maintenance phase
For slopes	
• Prioritize the recruitment of local labor for unskilled jobs, and of equally skilled workers for skilled jobs, with the support of local authorities to avoid exacerbating GBV; • Inform people about job opportunities by posting recruitment notices in high-traffic areas (administration, chiefdoms, churches, mosques, schools, etc.).	• Continue regular trail maintenance to prevent early deterioration; • Setting up women's markets in villages crossed by the tracks; • Link villages less than 10 km from the slopes;
• Give priority to recruiting women and vulnerable persons for jobs adapted to their conditions; • Create a platform near the site base for restaurants and small shops;	• Install speed bumps and other traffic signs to reduce accidents on trails;

Installation and construction phase	Operation and maintenance phase
• Supervision of catering activities and small shops around the site, in terms of quality ; • Raise awareness of the new income-generating opportunities offered by the sub-project; • Prioritize the recruitment of local small and medium-sized enterprises (SMEs) for the purchase of construction materials such as cement, sand, gravel, etc... ;	
For weighing, toll, parking areas...)	
• Prioritize the recruitment of local labor for unskilled jobs, and of equally skilled workers for skilled jobs, with the support of local authorities to avoid exacerbating GBV; • Inform people about job opportunities by posting recruitment notices in high-traffic areas (administration, chiefdoms, churches, mosques, schools, etc.). • Give priority to recruiting women and vulnerable persons for jobs adapted to their conditions; • Create a platform near the site base for restaurants and small shops; • Supervision of catering activities and small shops around the site, in terms of quality ; • Raise awareness of the new income-generating opportunities offered by the sub-project. • Prioritize the recruitment of local small and medium-sized enterprises (SMEs) for the purchase of construction materials such as cement, sand, gravel, etc... ;	• Set up small markets for women at parking areas (toll booths, weigh stations, parking lots, etc.) along the lines of the fish markets at the Joa Landim and São Vicente toll booths; • Facilitate access for small traders (cakes, bananas, apples, oranges, etc.) to toll plazas, weigh stations and parking lots; • Train and raise awareness among drivers about compliance with the Highway Code; • Make fire prevention kits available at the following sites;
For market infrastructures (markets)	
• Prioritize the recruitment of local labor for unskilled jobs, and of equally skilled workers for skilled jobs, with the support of local authorities to avoid exacerbating GBV; • Inform people about job opportunities by posting recruitment notices in high-traffic areas (administration, chiefdoms, churches, mosques, schools, etc.).	• Equip shopkeepers with cold chains to preserve perishable goods; • Empower merchant groups and associations in market management; • Organize and gain recognition for retailers' groups and associations; • Train shopkeepers in hygiene and commercial management;

FICHA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Installation and construction phase	Operation and maintenance phase
• Give priority to recruiting women and vulnerable people for jobs adapted to their conditions; • Create a platform near the site base for restaurants and small shops; • Supervision of catering activities and small shops around the site, in terms of quality ; • Raise awareness of the new income-generating opportunities offered by the sub-project.	• Make fire prevention kits available in markets;
• Prioritize the recruitment of local small and medium-sized enterprises (SMEs) for the purchase of construction materials such as cement, sand, gravel, etc... ;	

Source: Mission de SERF pour l'élaboration de l'EIES PCN du PCN, February 2024

- **Impact mitigation measures**

Table 6: Main mitigation measures identified

Installation and Construction phase	Operation and maintenance
For slopes	
• Plan compensatory reforestation with fast-growing tree species, taking into account the floristic composition of the area and the ecology of the plants used as compensatory reforestation; • Ensure proper waste management; • educate and train the workforce (site workers) in waste management ; • set up garbage bins and ensure that garbage is transported to public landfill sites; • install a sufficient number of appropriate sanitary facilities in the base camp; • choose the site for the base camp, respecting environmental and social standards and, above all, taking into account the distance of more than 500 meters from a watercourse; • install a protective tarpaulin on trucks transporting materials;	• Install speed limit signs; • provide for an emergency plan in the event of an accidental hydrocarbon/oil spill (containment of the impact area, use of decontamination kits, etc.); • collect used oil in leak-proof containers for recycling or reuse; • Carry out awareness-raising and educational sessions on the Highway Code. • Install speed reduction signs, especially near crossroads; • Install speed bumps to protect animals.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL – VERSÃO PORTUGUESA

• use worksite vehicles that are in good working order and regularly maintained; • Equip staff and ensure that Personal Protective Equipment (PPE) is worn; • Water regularly, 2 to 3 times a day during the dry season; • develop and implement a traffic management plan ; • draw up a plan of machine movements on the site; • Stabilize or reforest at-risk areas with adapted, fastgrowing species; • include clauses prohibiting the exploitation of wildlife in company contracts; • choose a site for the base camp (more than 500 m from watercourses on zero-slope terrain) • provide for an emergency plan in the event of an accidental hydrocarbon/oil spill (containment of the impact area, use of decontamination kits, etc.);	
• give priority to recruiting local labor for unskilled jobs, by applying the HIMO system; • implement the social inclusion strategy for hiring people marginalized by the community ; • prohibit the employment of children under the age of 18 on site; • have workers on construction sites, including those of subcontractors and service providers, sign a Code of Good Conduct for GBV/GEW, prohibiting acts of EAS/HS, and the sanctions to be imposed in the event of their commission; • draw up and have signed a set of internal regulations; • affiliate all workers with the CNSS, including those of subcontractors and service providers; • have workers sign a Code of Good Conduct;	•

EHS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

• carry out IEC on the risks of sexual exploitation and abuse and sexual harassment, and their consequences for vulnerable groups and site personnel. • raise workers' awareness of the ban on hunting or buying bushmeat; • ban on transporting bushmeat in the project vehicle ; • include sanctions in internal regulations for workers who engage in hunting activities • a formal ban on hunting, fishing and trading in timber and NTFP resources during the period in which they are involved in the project; • build bypass roads ; • Include a clause to protect cultural and sacred sites;	
For weighing, toll and parking areas...	
• Limit work to normal working hours or siesta times agreed with local residents or nearby services; • Use quieter equipment; • Frequent watering of areas near concessions; • Provide landscaping around the sites by planting trees; • Reduce truck speeds to reduce the risk of accidents and fine-particle emissions (build speed bumps, post signs and educate drivers);	• Raise awareness of STDs and STIs among truckers and local women; • Distribute condoms to truckers and the female population and raise awareness of protection measures against STDs and STIs; • Draw up internal regulations and a code of conduct for sites; • Raise awareness of STDs and STIs among women and girls on the radio; • Have truckers sign the VBG and VFE code of conduct;
For commercial infrastructures (markets)	•
• Ensure the temporary relocation of the occupants of the Bula and Sao Domingos markets before work begins on the sites identified; • Limit work to normal working hours or siesta times agreed with local residents or nearby services; • Use quieter equipment; • Water the areas around the concessions frequently;	• Prioritize current occupants of the Bula and Sao Domingos markets when allocating spaces in the new markets; • Implement measures to regulate traffic and parking around markets to minimize impacts on nearby residents or services (layout of parking areas, implementation of parking restrictions, etc.); • Regulate noise in markets by limiting noisy activities during sensitive hours;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

• Landscape the area around the markets by planting trees; • Reduce truck speeds to reduce the risk of accidents and fine-particle emissions (build speed bumps, post signs and educate drivers);	• Implement a waste management plan for markets;

Source: Mission de SERF pour l'élaboration de l'EIES PCN du PCN, February 2024

- **Risk prevention measures**

Table 7: Risk prevention measures in the preparatory and construction phases

Risk	Measures to prevent, minimize and manage risk
Fire and/or explosion	- Organize storage (separate storage areas for fuel oil and diesel); - install smoke and fire detection systems and alarm systems; - have sufficient extinguishing equipment (extinguishers, foam and pumping equipment) on site to quickly contain the fire; - Equip vehicles and machinery with functional fire extinguishers; train - personnel in fire extinguishing ; - prohibit smoking in specified areas (e.g. near storage areas and machinery); - draw up intervention and evacuation plans ; - place extinguishers so that they are visible and accessible to all (paths leading to them must be clear of all obstacles) ; - strengthen surveillance measures ; - locate the site base away from residential areas;
Electricity risk	- Protect electrical circuits; - carry out regular checks on electrical installations; - prohibit personnel from seizing any cables discovered on the worksite; - ensure that the power source is disconnected before any work is carried out on the electricity network;
Risks associated with the movement of site machinery and equipment	- Train personnel in workstation safety ; draw - up machine operating procedure sheets ; - ensure personal protective equipment (PPE) is worn: helmets, safety boots, appropriate gloves - systematize vehicle safety devices (road signs, horn, warning lights, audible reversing alarm, etc.), - mark out areas where heavy machinery is to be used; - Regular watering of traffic and work areas; - draw up a traffic plan ;

Risk	Measures to prevent, minimize and manage risk

EIA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Risks associated with the movement of site machinery and vehicles	- Periodically maintain vehicles; - properly mark and signalize work areas; - create passageways for residents and users ; - Organize travel by deploying traffic regulators; - prohibit drivers from consuming alcohol on working days; - make drivers aware of safety rules ; - install signage in work zones; - ensure speed limits for all vehicles on public roads, with a maximum of 30 km/h in built-up areas and village crossings; - Regular watering of work areas. - Systematize vehicle safety devices (traffic signs, horn, warning lights, audible reversing alarm, etc.), - train operators in safe driving ;
Risks associated with manual handling	- Organize workstations to eliminate or reduce handling ; - Use appropriate handling equipment, such as a pallet truck; - Equip loads with gripping devices, such as handles; - train staff to adopt appropriate gestures and postures ; - provide and require the wearing of personal protective equipment (shoes, gloves, etc.);
Risk of falling	- Limit storage heights; - mark out risk areas; - backfill the excavation; - check the stability of formwork elements, props, etc. ; - secure loads correctly; - make site personnel aware of safety measures; - treat product spills ; - clear and illuminate passageways (especially for night work) ; - make sure you wear personal protective equipment (PPE): helmets and safety shoes,
Transmission of STIs and HIV AIDS	- raise awareness among site personnel and local residents; - distribute condoms to staff every day;
Noise risk	- Informing workers of the risks ; - ensure the use of PPE (earplugs, ear muffs, etc.) - Organize special medical surveillance for workers exposed to noise; - use low-noise equipment;

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Gender-based sexual violence	- Comply with the company's internal regulations and code of conduct, providing risk management strategies; - make employees aware of the internal regulations and code of conduct; - raise awareness on the radio (message for women and girls); - have each employee sign the VBG and VFE code of conduct.
Collapse hazards	**Collective protection** - Organize storage (reserved areas, storage methods adapted to the objects, aisle widths compatible with the handling equipment used, etc.); - Mark all dangerous places; - Mandatory wearing of PPE on site;
Risk	**Measures to prevent, minimize and manage risk**
	- Limit storage heights; Individual **protection** - Ensure that employees wear personal protective equipment (safety shoes, helmets, etc.);

Source: Mission de SERF pour l'élaboration de l'EIES PCN du PCN, February 2024

Other measures if prevention fails

Apply Law no. 4/2007 setting out the legal framework for social protection of the population and Decree no. 4/80 on compulsory insurance against accidents at work and occupational illnesses, which governs the right of workers (and members of their families) to compensation.

- **Complaints Management Mechanism (CMM)**

The complaints management mechanism is adapted from the project's PMM. It is an instrument for receiving, processing and responding to beneficiary/stakeholder grievances in a systematized way. The steps for resolving complaints are :

- Stage 1: Informing those directly or indirectly affected and the various project stakeholders of the existence of the PGM
- Step 2: Access (filing complaints, contacting complainants)
- Step 3: Acknowledgement of receipt
- Step 4: Sorting and processing (procedure)
- Step 5: Reporting
- Step 6: Evaluation, assignment, recognition
- Step 7: Resolution and closure
- Step 8: Archiving

The structures or people involved in the complaints management mechanism are: the project coordination unit; the local administration and village chiefs; the Mission de Contrôle (MdC) and

EIES COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

companies recruited by the project; the Representative of People Affected by the project or beneficiaries, the NGO or civil society.

Monitoring and evaluation of the MGP will be carried out by the PMU on the basis of the various reports from the complaint management levels. The PMU will set up a reporting system for the overall management of complaints, classifying them by category or type. A quarterly report on complaints will be drawn up and forwarded to the EIB.

- **Roles and responsibilities for implementing and monitoring the ESMP**

As part of the implementation and monitoring of the ESMP, the following arrangements are proposed:

- **Owner / Project Management Unit (PMU)**

The project will be managed by the Ministry of Public Works, Housing and Urban Planning. It will be supervised by the Unité de Gestion du Projet-Connectivité Nord (UGP-CN), which includes an Environmental Safeguard Specialist (SSE) and a Social Development Specialist. These two (02) entities will ensure compliance with the environmental and social measures set out in this study.

- **Competent Environmental Assessment Authority (AAAC)**

Environmental monitoring, in accordance with the provisions applicable in the Republic of Guinea-Bissau, will be carried out by the Competent Environmental Assessment Authority (AAAC), which is empowered to verify the application in the field of the provisions set out in the ESIA. In other words, the AAAC is responsible for checking that the planned work complies with national legislation and environmental and social protection standards.

- **Institute for Biodiversity and Protected Areas (IBAP)**

IBAP will be called upon to help implement the ESMP, in particular for mangrove biodiversity management.

- **Control office**

The Bureau de Contrôle (MdC) will be responsible for project management, i.e. monitoring the execution of the various tasks assigned to the contractor. The MdC will include a senior environmental expert with proven skills in Health, Safety and Hygiene. His main task will be to control and monitor the implementation of the Site Environmental and Social Management Plan (PGES-C), ***the Specific Waste Management and Disposal Plan (PPGED), the Specific Health and Safety Protection Plan (PPSPS) and the Employer Complaint Management Mechanism (MGPE)*** drawn up by the works company.

- **Company**

HAS COMPOSANTE AUTONOME VERSÃO PORTUGUESA

The company in charge of the work will be selected through a competitive bidding process. It must effectively and efficiently apply the recommendations of the site ESMP, and comply with contractual environmental, social and safety obligations. The company's staff will include an environmental manager with extensive HSE experience, responsible for preparing and updating the worksite ESMP and ensuring compliance with it. He or she is also the company's point of contact for health, safety and environmental issues.

- **NGO**

An NGO working in the field of prevention and treatment of gender-based violence (GBV) will be recruited to carry out information, education and awareness-raising activities and record GBV-related complaints.

- **Local authorities**

The administrative and customary authorities concerned will help the coordination unit and other site stakeholders to manage complaints. They should be involved in supervision missions organized by the PMU.

- **Capacity building**

Capacity-building will target environmental and social specialists as well as project staff, project management and monitoring staff within the targeted local administrations, infrastructure beneficiaries' organizations, and managers of the companies providing the work. Training workshops on environmental and social management during project implementation will be organized in one of the localities concerned at the launch of the Project. Training will cover a variety of topics, including

- **Environmental and Social Assessment**
  - Knowledge of EIB and national environmental and social policies and procedures
  - Objective assessment of the content of ESIA reports ;
  - Knowledge of the ESIA implementation monitoring process
  - Environmental and social monitoring training
- **Environmental and social monitoring methodology**
  - Environmental and social monitoring/evaluation indicators ;
  - Compliance with environmental laws and regulations;
  - Raising public awareness of environmental protection and management; ▪ Effectiveness of gender mainstreaming.

- **Overall budget estimate for the ESMP**

The overall cost of implementing the ESMP, detailed in section 9.15 of the report, is estimated at US$567,000 (through which the identified impacts will be mitigated, reduced, compensated,

EIA COMPLEMENTAIRE ADDITIONAL VERSION PORTUGUESA

enhanced or mitigated), of which US$210,500 will be borne by the company and US$2,925,500 will be borne directly by the project.

Table 8: Summary of costs

N°	Headings	Company	Project	Total
1	Implementation of environmental impact mitigation and compensation measures	205 000	90 000	295 000
	Implementation of social impact mitigation and compensation measures	15 500	0	15 500
	Implementation of environmental risk management measures	110 000	12500	122 500
	Implementation of social risk management measures	80 000	123 000	203 000
3	Implementation of monitoring, follow-up, capacity building, audit, evaluation and capacity building measures	205 000	90 000	295 000
TOTAL PGES BUDGET (FCFA)		**246 300 000**	**135 300 000**	**381 600 000**
TOTAL PGES BUDGET (€)		**376 031**	**206 565**	**582 595**
TOTAL PGES BUDGET (USD)		**410 500**	**225 500**	**636 000**

Source : Mission de SERF pour l'élaboration de l'EIES PCN du PCN, February 2024

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

1.1. Contexto do estudo

O Governo da República da Guiné-Bissau, através do Northern Connectivity Project (NCP), está a executar as componentes adicionais identificadas como parte da reabilitação da estrada Safim-MPack com o apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI) designado «Componentes Adicionais - Subvenção da UE». Estas componentes adicionais serão implementadas através de seis (6) componentes:

1. Reabilitação de furos existentes e conclusão de novos furos, incluindo equipamento de motricidade humana (12-15 ao longo do lote 2);
2. Construção de uma estação de pesagem na fronteira incluindo instalação solar;
3. Construção e equipamento de duas portagem ao longo da estrada;
4. Melhoramento e equipamento das infraestruturas fronteiriças (infraestruturas de estacionamento e auxiliares, iluminação solar, corredores pedestres que atravessam a fronteira);
5. Ordenamento de espaços de mercado (regulares) em Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal bu promete envia até agora

O Governo da República da Guiné-Bissau pretende reabilitar o principal corredor rodoviário do país que liga a capital Bissau a Ziguinchor, no Senegal. A estrada Bissau-Ziguinchor é estratégica para a Guiné-Bissau, uma vez que é a única estrada pavimentada que liga o país aos mercados externos. A estrada Bissau-Ziguinchor é também a principal estrada para o noroeste da Guiné-Bissau.

Para além das obras principais, do Projeto, Conetividade Norte (NCP) pretende ainda realizar obras de conforto para por um lado, melhorar a funcionalidade e a durabilidade de determinadas obras do projeto principal (portagens, parques de estacionamento; estação de controlo do peso dos veículos) e, por outro lado, melhorar as condições de vida das populações rurais situadas nas zonas circundantes do projeto principal (construção/reabilitação de furos, construção de mercados públicos e reabilitação de pistas rurais).

A empreitada das obras de conforto centrar-se-á na reabilitação de seis pistas, todas com início na estrada Safim – Mpack, bem como: i) reabilitação de furos existentes e construção de novos furos positivos (20-25) ao longo do projeto com sistema abastecimento incluindo, fornecimento de uma torre de água metálica com uma cisterna com a capacidade de 10 m3 alimentado por um sistema de energia solar e construção de fontenários; ii) construção, na fronteira Djegue, de uma estação de pesagem equipada com sistema de fornecimento de energia solar, numa área de cerca de 4ha, para assegurar o cumprimento, por parte da Guiné-Bissau, do Regulamento n.o 14 da UEMOA (relativo à sobrecarga de camiões) e promover a sustentabilidade da estrada a ser construída; iii) construção e equipamento de duas portagens com 02 (duas) faixas para veículos ligeiros 1 (um) corredor para veículos pesados de mercadorias e 1 (um) corredor para veículos de duas rodas nas localidades de São Vicente e João Landim; iv) melhoramento e equipamento de infraestruturas

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

fronteiriças auxiliares (iluminação solar, corredores pedestres que atravessam a fronteira); v) construção de dois parques de estacionamento para veículos pesados de mercadorias em Bula e na fronteira de Djegue com uma área de cerca de 4 ha cada; vi) construção/reabilitação de mercados públicos nas localidades de Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos numa área aproximada de 0,5ha, para facilitar a comercialização de produtos alimentares e outros bens.

Para implementar este projeto e de acordo com as Normas Ambientais e Sociais do Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) e a legislação da República da Guiné-Bissau, é necessário preparar uma série de documentos de salvaguardas ambientais e sociais, incluindo o Estudo de Impacto Ambiental, Climático e Social (EIACS) para este projeto.

1.2. Objetivos do estudo

1.2.1. Objectivo geral

O objetivo da avaliação de impacto ambiental, climático e social é identificar e analisar todos os principais impactos ambientais e sociais cumulativos, diretos, indiretos ou induzidos, e propor medidas de atenuação a curto, médio e longo prazo. Considerar os pontos de vista, as reações e as principais preocupações das populações, outras partes interessadas vizinhas do projeto, grupos e comunidades com qualquer interesse no projeto, etc.. Trata-se igualmente de assegurar a conformidade das acções previstas com a regulamentação em vigor não só na Guiné-Bissau como a nível do Grupo BEI, de propor medidas correctivas a aplicar em caso de detecção de discrepâncias e de definir um plano de gestão ambiental e social justo e racional que envolva todos os intervenientes.

1.2.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos incluem a descrição do meio recetor, salientando a sua sensibilidade ambiental e vocação socioeconómica, a sua natureza jurídica, etc.; utilização dos solos em torno do projeto; identificação das várias questões ambientais relacionadas com o projecto; Identificação de todas as fontes de impactos ambientais adversos específicos e respetiva quantificação; Elaborar um plano de gestão ambiental para assegurar que os impactos negativos identificados são devidamente abordados e que os impactos positivos são otimizados; a definição de indicadores de acompanhamento; o desenvolvimento de normas de gestão e outras obrigações a cumprir durante as várias fases do projeto; a proposta de um quadro/conjunto institucional adequado para a aplicação operacional e rápida das recomendações do estudo e a elaboração das cláusulas ambientais e sociais a incluir nos cadernos de encargos.

1.3. Responsáveis do EIAS

1.3.1. Apresentação do promotor

O promotor do projecto é o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo aqui representado pela Unidade de Gestão de Projeto de Conectividade Norte (UGP-CN), que é a entidade adjudicante.

EIAS COVID SANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

1.3.2. Apresentação da empresa de estudo

A presente avaliação é elaborada pela empresa de investigação SERF (Société d'Etudes de Recherches et de Formations, (+226) 25 38 41 03 /+226 76 67 18 15/70 30 80 40 /70 21 36 50 , correioeletrónico:serfburkina@gmail.com/adamaszare@yahoo.fr/tarnagadaabdoulaye@yahoo.fr) . Os membros da equipa SERF figuram em anexo ao presente relatório.

A Société d'Études, de Recherches et de Formation pour le développement (SERF Burquina) é uma sociedade de responsabilidade limitada de direito burkinabe com a capital social estimada em dois milhões (2 000 000) de francos CFA. Trata-se de um Gabinete de estudos de prestação intelectuais inscrito no Registo Comercial, sob o Nº BF OUA 2003 B3194.

Desde a sua criação em 2003, o SERF presta serviços de consultoria, aconselhamento e formação em vários setores, sobretudo relacionados com o desenvolvimento socioeconómico das populações, a luta contra a pobreza e o ambiente. Os domínios de atividade do SERF incluem, nomeadamente:

- **Avaliações ambientais e sociais:**
  - Estudos de impacto ambiental e social (EIAS) ou notícias de impacto ambiental e social (NIES)
  - Constatações de Impacto Ambiental e Social (CIAS)
  - Diagnóstico Ambiental e Social (DAS)
  - Plano de Ação de Reinstalação (PAR) ou Plano Sucinto de Reinstalação (PSR)
  - Auditoria ambiental e social;
  - Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)
  - Quadro político de reinstalação (QPR)
  - Plano de Gestão de Pesticidas (PGP)
  - Etc.
- **Desenvolvimento rural**
  - Formação do pessoal técnico das instituições de desenvolvimento rural
  - Apoio conselho aos atores intervenientes no mundo rurais

A SERF SARL está localizada em OUAGA 2000, na cidade de Ouagadougou , 10 BP 13 722 Ouaga 10

Tel. (+226) 25 38 41 03 /+226 76 67 18 15/70 30 80 40 /70 21 36 50:

Endereço eletrónico: serfburkina@gmail.com

O seu público-alvo é constituído por empresas ou operadores económicos, parceiros de desenvolvimento (projetos de desenvolvimento, cooperativas e organizações de tipo cooperativo, organizações não governamentais (ONG), serviços e agências de cooperação, etc.) e administrações públicas ou privadas.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

1.4. Abordagem metodológica

Para alcançar os resultados da missão, a equipa de Consultores desenvolveu uma abordagem participativa que incluiu todas as partes interessadas envolvidas na implementação do projeto. A abordagem metodológica incluiu, assim, as seguintes tarefas:

1.4.1. Reunião de definição do âmbito do EIASC

As reuniões de definição do âmbito do estudo foram realizadas na terça e quarta-feira, feira, dias 30 e 31 de janeiro de 2024, onde tomaram oarte a equipa do Projeto CN, a equipa do SERF Burquina e a equipa da DECO, o que permitiu chegar a acordo não só sobre os dados do projeto, o conteúdo do mandato do estudo (TDR) e a APD (Ante-projeto-detalhado do projeto), mas também sobre determinados pontos específicos do estudo, em especial i) reuniões com as autoridades locais e ii) consultas públicas a realizar a nível local (aldeias).

1.4.2. Observações e investigações no terreno

Na quarta-feira, 31 de janeiro, e na quinta-feira, 1 de fevereiro de 2024, realizou-se uma missão de reconhecimento aos sítios onde o subprojeto será realizado. A visita ao terreno permitiu não só identificar os elementos da componente complementar do projeto (pistas, sítios de mercado, de portagem, de pesagem, parques de estacionamento, furos, etc.), como também recolher dados complementares sobre as condições ambientais e sociais e, sobretudo, discutir os desafios ambientais e sociais das atividades do subprojeto. Trata-se designadamente de:

- Identificar a área de influência do subprojecto e as componentes ambientais e socioeconómicas envolvidas no estudo;
- Ter uma panorâmica mais pormenorizada do ambiente biofísico e humano;
- Percorrer as obras existentes a serem reconstruídas (mercados em Bula e São Domingos, portagens em João Landim e São Vicente, etc.);
- Identificar os vários condicionalismos e os impactos prováveis durante o faseamento dos trabalhos;

1.4.3. Investigação e análise da literatura

A síntese bibliográfica a nível nacional, regional e local teve início durante a visita de reconhecimento da área de influência do projeto. Ela consistiu na recolha de documentação e informação sobre o projeto, nomeadamente sobre o quadro legislativo, político e institucional do setor do ambiente na República da Guiné-Bissau (textos legislativos e regulamentares, documentos de planificação nacionais e locais, etc.). A recolha de documentação prosseguiu durante a realização da avaliação de impacto ambiental e social.

Permitiu recolher e resumir dados relativos ao contexto legislativo e regulamentar dos estudos de impacto na República da Guiné-Bissau; dados sobre o ambiente biofísico e humano, bem como dados socioeconómicos da área de influência do projeto.

EAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

1.4.4. Recolha de dados no terreno

Estas missões tiveram lugar de 15 de fevereiro a 31 de março de 2024 e visaram avaliar o estado atual dos sítios potenciais em termos biofísicos e humanos e os possíveis impactos negativos que as obras poderiam ter nas matrizes ambientais e nas comunidades ribeirinhas. Permitiram caracterizar a área de estudo, identificar e avaliar os impactos e riscos ambientais e sociais.

1.4.5. Tratamento e análise dos dados recolhidos

As informações recolhidas foram organizadas numa base de dados que serviu de base para a avaliação de impacto ambiental e social. A base de dados é composta por vários componentes: estudo da situação inicial, identificação dos impactos, consulta pública, quadro de gestão ambiental e social, incluindo medidas de atenuação, necessidades de formação e acompanhamento e avaliação.

Concretamente, a análise das informações recolhidas permitiu:

- descrever o projeto;
- descrever o contexto legislativo e regulamentar da EIAS na República da Guiné-Bissau;
- Delimitar a zona de influência do projeto;
- descrever o estado atual do ambiente (ambiente biofísico e humano);
- avaliar o impacto potencial do projecto nas várias componentes do ambiente biofísico e humano;
- Identificar os ativos suscetíveis de serem afetados pelas obras;
- Propor medidas de atenuação e compensação dos impactos negativos e medidas para reforçar os impactos positivos;
- Identificar os indicadores de impacto ambiental do projeto a monitorizar;
- Elaborar um programa de monitorização e acompanhamento ambiental;
- avaliar os custos associados à aplicação das principais medidas ambientais e sociais;
- Elaborar um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para o projecto;
- redigir diferentes relatórios

Todos os dados recolhidos foram tratados e analisados com recurso a software normalizado (Word e Excel) e especializado, depois complementados conforme necessário e integrados no relatório. Esta fase permitiu a elaboração dos quadros, mapas e gráficos, bem como a elaboração do presente relatório AES, tendo em conta o contexto do projeto e a evolução dos dados disponíveis.

1.4.6. Consultas públicas

Estas consultas às partes interessadas prosseguiram de 15 de fevereiro a 31 de março de 2024 no quadro da preparação do presente EIAS. Estas reuniões com os potenciais beneficiários, os intervenientes institucionais do projeto, as autoridades locais e outros recursos visavam integrar no processo de tomada de decisão as preocupações (potenciais impactos), opiniões e recomendações destes diferentes intervenientes, com vista a alinhar o projeto com as expectativas dos beneficiários. Estas consultas com as comunidades beneficiárias do projeto revelaram-se

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

essenciais na medida em que permitiram complementar as informações da revisão da literatura, recolher dados adicionais e, acima de tudo, debater com a população os desafios ambientais e sociais das atividades do projeto.

1.4.7. Estrutura da AESI

A análise dos dados recolhidos permitiu elaborar um relatório em conformidade com os termos de referência (TdR). A estrutura do presente estudo, de acordo com as TDR, é a seguinte:

- Página de rosto;
- Índice;
- Lista de siglas e abreviaturas;
- Resumo executivo em inglês
- Resumo em portugues;
- Introdução e justificação do estudo;
- Quadro político, jurídico e institucional;
- Descrição do projecto;
- Apresentação e análise de alternativas;
- Razões para escolher a alternativa selecionada de entre as possíveis soluções;
- Descrição e análise do estado inicial do sítio e do seu ambiente físico, biológico, socioeconómico e humano;
- Métodos e técnicas utilizados na avaliação e análise dos impactos do projeto proposto;
- Descrição e análise de todos os elementos socioculturais e recursos naturais susceptíveis de serem afectados pelo projecto;
- Identificação e avaliação dos impactos (positivos e negativos) e dos riscos da execução do projeto no ambiente natural e humano;
- Análise e proposta de medidas previstas para evitar, eliminar, reduzir/mitigar, compensar e corrigir os impactos e riscos negativos, bem como as medidas destinadas a reforçar ou maximizar os impactos positivos;
- Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS);
- Cadernos de Especificações Ambientais e Sociais (CEAS)
- Anexos;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

2. QUADRO POLÍTICO, JURÍDICO E INSTITUCIONAL

Este capítulo descreve o quadro político, jurídico e institucional aplicável ao projeto. O quadro político e jurídico inclui políticas nacionais, convenções ratificadas pela Guiné-Bissau, decretos, leis e decretos e outros regulamentos que regem a avaliação ambiental e social dos projetos, bem como o quadro ambiental e social do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Compara o quadro ambiental e social nacional com as NAS do BEI aplicável ao projeto e destaca as diferenças entre os dois. Por último, apresenta o quadro institucional do projeto de gestão ambiental e social; define e avalia as disposições ambientais e sociais de todas as entidades envolvidas na execução do projeto.

A implementação das componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) no âmbito da reabilitação da estrada Safim-M'pack estará em conformidade com estes instrumentos.

2.1. Enquadramento da política de gestão ambiental e social da Guiné-Bissau

2.1.1. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)

A vontade política do Governo da República da Guiné-Bissau (RGB) de proteger o ambiente está claramente expressa no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II). Com efeito, a fim de preservar o ambiente e assegurar um desenvolvimento humano sustentável, a estratégia que o Governo pretende prosseguir, através do Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP II, 2015), consiste em proteger o ambiente através de uma consideração sistemática das questões relacionadas com as alterações climáticas.

Esta vontade de proteger o ambiente reflecte-se também em vários documentos de planificação ambiental que a Guiné-Bissau elaborou e que reconhecem a importância de ter em conta o impacto ambiental dos projectos de desenvolvimento na gestão ambiental.

2.1.2. Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA)

O PNGA dá especial ênfase ao desenvolvimento socioeconómico durável e sustentável do país. Baseia-se na procura de soluções para garantir a segurança alimentar, a erradicação da pobreza, o controlo da poluição e o saneamento.

Dá especial ênfase à degradação e erosão dos solos devido a más práticas de cultivo; poluição atmosférica e atmosférica proveniente de atividades agrícolas e desenvolvimento de infraestruturas em diferentes graus; desflorestação, exploração madeireira ilegal, caça furtiva intensiva e exploração mineira descontrolada em determinadas zonas protegidas.

O PNGA salienta a obrigação de realizar avaliações de impacto ambiental para todos os projetos suscetíveis de ter impacto no ambiente e a necessidade de obter licenças ambientais.

No contexto da gestão participativa, o PNGA apela ao desenvolvimento e apoio da gestão descentralizada e participativa dos recursos naturais.

ESIA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

No contexto deste projeto, será necessário ter em conta as disposições necessárias para preservar o ambiente vivo das populações das localidades abrangidas e para preservar os recursos naturais como os rios, a flora, o solo, a fauna, etc.

2.1.3. Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica

A Estratégia Nacional e o Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica constituí um quadro de referência para a gestão sustentável dos recursos biológicos da Guiné-Bissau. Ele instituí que até 2035, a biodiversidade é gerida de forma sustentável através da sua integração em todos os setores nacionais relevantes, contribui para o desenvolvimento do país e todos os guineenses estão conscientes do seu valor e contribuição para o seu bem-estar. Os eixos prioritários acordados e os objetivos fixados no quadro da estratégia serão alcançados com a execução das ações operacionalizadas por um plano de ação.

Esta política diz respeito ao projeto na sua execução, a fim de evitar a degradação dos recursos biológicos.

2.1.4. Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PANA)

No que diz respeito às alterações climáticas, o Governo da Guiné-Bissau, com a assistência dos parceiros de desenvolvimento, nomeadamente o Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), elaborou o Plano de Acção Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas (PANA) em 2006. Entre outras coisas, o PANA permitiu identificar os riscos climáticos mais comuns, as suas tendências e as medidas de adaptação urgentes adequadas a considerar.

O PANA propõe medidas e ações prioritárias que permitam ou conduzam à redução e/ou atenuação dos efeitos adversos e à aplicação de medidas de previsão e de alerta precoce a catástrofes futuras.

Assim, na sua execução, o projeto terá de cumprir as disposições contidas no presente plano, em especial estes eixos prioritários.

2.1.5. Plano Diretor Florestal

Fornece uma análise da situação através da qual são definidas políticas, estratégias e objetivos para a utilização sustentável dos recursos florestais, mas também define os meios necessários para a sua execução. Propõe medidas específicas para reforçar a capacidade institucional do setor, bem como a criação, no âmbito do ordenamento do território nacional, de unidades de conservação representativas das diferentes zonas biogeográficas da Guiné-Bissau.

Com esta política, pretende-se pôr termo à forte pressão antropogénica dos últimos anos sobre os ecossistemas florestais da Guiné-Bissau.

2.1.6. Plano Diretor das Pescas

O sector das pescas, para além deste plano, dispõe de todo um quadro jurídico (leis, decretos...) que permite uma boa gestão de um dos recursos naturais mais importantes do país. Este plano prevê, no contexto da exploração dos recursos haliêuticos, a melhoria do regime de controlo das

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

pescas, um sistema de acompanhamento e gestão científicos desses recursos e medidas destinadas a assegurar a sua utilização sustentável.

2.1.7. Carta da Política de Desenvolvimento Agrícola

Desenvolvido em 1997, estabelece a estratégia e as prioridades nos domínios da produção agroflorestal e da investigação agrária.

Os seus principais objetivos para o setor são garantir a segurança alimentar, aumentar e diversificar as exportações agrícolas, assegurar a gestão racional dos recursos e melhorar a qualidade de vida da população.

Este documento apresenta de forma coerente as diferentes políticas subsetoriais (agricultura, pecuária e silvicultura) e as interações com outros setores, nomeadamente as pescas, as obras públicas, os recursos naturais, o ambiente, a educação, a promoção do género e o comércio.

A análise deste documento mostra que a agricultura é o setor que tem a relação mais próxima com a desertificação, dadas as pressões florestais decorrentes da agricultura itinerante e da desmatação para as plantações de caju.

A nova política florestal refletida na Carta Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA), atualizada em 2002, visa essencialmente responsabilizar as populações e as comunidades rurais, designadamente na gestão de recursos e espaços.

Este projecto contribuirá certamente para melhorar as condições de vida dos pobres rurais e dos grupos particularmente vulneráveis (mulheres e jovens).

2.1.8. Plano de Acção dA Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para o Abastecimento de Água Potável e o Saneamento

Neste plano de ação, foram mencionadas questões relacionadas com o desenvolvimento humano sustentável e a luta contra a pobreza. Assim, verifica-se que a pobreza é um dos constrangimentos no acesso aos serviços sociais básicos e, em particular, ao abastecimento de água potável e saneamento (AEPS). O acesso a todos estes serviços deve ser um dos principais objetivos de qualquer estratégia de desenvolvimento humano sustentável e de luta contra a pobreza, uma vez que esse acesso permite, nomeadamente:

- estabelecimento de condições sanitárias e de higiene que se traduzam rapidamente numa redução da morbilidade e da mortalidade devidas a doenças transmitidas pela água e no aumento da produtividade socioeconómica;
- melhorar a organização social das comunidades rurais através de ações bem orientadas de sensibilização, educação e informação (IEC), coordenadas com os setores da saúde, da educação, etc.;
- demonstrar coerência entre o acesso à água potável, ao saneamento e à higiene, com a redução da pobreza e o desenvolvimento humano sustentável.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

O acesso à água potável é considerado um direito humano fundamental no sentido dos termos da ONU. Um dos objetivos da melhoria do acesso à água potável e ao saneamento é de reduzir a incidência de doenças transmitidas pela água em 35% em 2010 e 70% em 2015.

2.1.9. O Plano Diretor da Água

Entre os objetivos defendidos pelo Plano Diretor da Água estão:

- a gestão racional dos recursos hídricos;
- Contribuição para a modernização e adequação do setor da água e do saneamento;

2.1.10. O Plano Diretor de Planeamento Costeiro

O Plano Diretor da Zona Costeira, desenvolvido no âmbito do Programa de Ordenamento do Litoral (IUCN/MDRA-DGFC, 1993), tem como objeto estabelecer orientações para o desenvolvimento sustentável da zona costeira, a fim de assegurar a conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas costeiros e da diversidade biológica.

As ações do Plano Diretor da Zona Costeira incluem, nomeadamente, a comunicação e a educação ambiental da população.

2.2. Quadro político regional de gestão ambiental e social

2.2.1. Parceria Regional para a Conservação do Meio Marinho (PRCM)

Esta iniciativa reúne seis países da sub-região da África Ocidental (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal) e é apoiada por organizações que trabalham no domínio do ambiente na África Ocidental. Foi elaborado um documento estratégico que apresenta grandes linhas para orientar os intervenientes na zona costeira no que diz respeito às áreas marinhas protegidas nos países da sub-região ao longo dos próximos 20 anos. A Guiné-Bissau, através do seu Governo, assinou uma declaração política que compromete os países a participarem conjuntamente na gestão de áreas protegidas, biodiversidade e recursos partilhados a nível sub-regional.

O projeto é apelado a tomar medidas que serão integradas no presente EIAS para a proteção dos cursos de água que conduzem as pistas 10 (na aldeia de Bissum naga) e 22 (na aldeia de Apilho);

2.2.2. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, Outubro de 2001)

A Guiné-Bissau faz parte desta iniciativa continental, uma nova parceria para o desenvolvimento, na qual foi desenvolvido um plano de acção ambiental para:

- Contribuir para a implementação da NEPAD através da implementação de iniciativas ambientais;
- promover a utilização sustentável dos recursos;
- Reforçar o apoio público e político às iniciativas ambientais regionais e sub-regionais.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Por outro lado, a Ata Adicional n.o 01/2008/CCEG/UEMOA, relativa à adoção da política comum para a melhoria do ambiente na área da UEMOA, visa garantir e assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais, a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima, a luta contra a poluição e a sua nocividade.

2.3. Quadro jurídico para a gestão ambiental e social na Guiné-Bissau

2.3.1. Quadro jurídico nacional

A República da Guiné-Bissau tem várias leis e regulamentos relativos a questões ambientais e sociais relevantes para a implementação deste projecto.

2.3.1.1. Constituição de 16 de Maio de 1984

Na Constituição da Guiné-Bissau, adotada em 1984 e revista em 1991, 1993, 1996, são tidas em conta várias preocupações importantes para um desenvolvimento socioeconómico e ambiental harmonioso. Assim, o artigo 5.° dispõe que «todas as pessoas têm direito a um ambiente saudável e propício ao seu pleno desenvolvimento. Ela tem o dever de defendê-lo. O Estado assegura a proteção do ambiente e da saúde da população.»

O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir para promover e salvaguardar a dignidade humana (artigo 17).

O trabalho é um direito e um dever de todos os cidadãos (n.o 1, artigo 36). Assim, o trabalhador tem direito à proteção, à segurança e à higiene no trabalho (artigo 37.°, n.° 1).

O artigo 24 estabelece igualmente que os homens e as mulheres são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

A Constituição também aborda a questão da saúde pública. O seu objetivo é promover o bem-estar físico e mental da população e a sua integração equilibrada no ambiente socioeconómico em que vive. A saúde pública deve ser orientada para a prevenção e visa a socialização progressiva da medicina e dos setores médico-farmacêutico (artigo 15.o).

A Constituição é a lei fundamental do país. É na base dela que todas as outras leis obtêm a sua legitimidade. O projeto será realizado de acordo com as disposições desta Lei Fundamental, ou seja, a preservação do meio ambiente de todas as formas de poluição com o objetivo de mantê-lo saudável e a compensação das pessoas cujos bens serão afetados pelo projeto. Por conseguinte, o projeto deve ser executado em conformidade com o artigo 15 da referida Constituição, integrando no presente EIAS as disposições a tomar em caso de descobertas acidentais.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

2.3.1.2. Lei n.° 1/2011, de 2 de março, relativa aos «princípios fundamentais relativos à definição da política nacional de proteção do ambiente natural e construído»

Visa promover a gestão sustentável dos recursos naturais, prevenir riscos, combater formas de poluição e perturbações e melhorar a qualidade de vida das populações, respeitando simultaneamente o equilíbrio ecológico.

A Lei n.o 1/2011 é um instrumento legislativo que prevê, como princípio geral, no seu artigo 2, que: Toda a pessoa tem direito a um ambiente humano ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, e é responsabilidade do Estado, através de organismos qualificados e da iniciativa popular e comunitária, trabalhar para a melhoria da qualidade de vida, seja ao nível individual seja ao nível colectivo.

A Lei n.o 1/2011 visa otimizar e assegurar a continuidade da utilização recursos naturais, tanto qualitativa como quantitativamente, enquanto princípio fundamental do desenvolvimento sustentável.

Estes princípios baseiam-se numa série de medidas (artigo 4), cujo objetivo é proporcionar um quadro que promova a saúde e o bem-estar dos indivíduos, o desenvolvimento social e cultural das comunidades e a melhoria da qualidade de vida.

Em termos de normas, a lei apenas prevê limites regulamentares ambientais, por exemplo, ruído, turbidez, qualidade da água, que poderiam ser aplicáveis ao projeto.

Este texto jurídico é particularmente relevante no contexto deste projeto, uma vez que regula a preservação do ambiente na sua área de inserção através da realização do presente Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS).

2.3.1.3. Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro, sobre os princípios fundamentais relativos à avaliação ambiental e social de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento

Destina-se a definir os procedimentos para a avaliação ambiental e social de projetos, programas, planos e políticas. Nos termos do artigo 7.° desta lei, os projectos são classificados em três (3) categorias A, B e C.

A categoria A diz respeito a projetos de alto risco e que podem ter múltiplos impactos negativos bastante significativos no ambiente e na saúde social, por vezes com efeitos em grande escala.

A categoria B inclui projetos suscetíveis de ter impactos adversos menos graves nas pessoas e no ambiente do que na categoria anterior e estes são geralmente impactos locais e a curto prazo, com oportunidades para tomar medidas para os atenuar.

A categoria C representa projetos com impactos negativos insignificantes ou inexistentes no ambiente e na saúde. Após uma análise, não são necessárias outras medidas de avaliação ambiental para os projetos desta categoria.

Os anexos I, II e III do referido regulamento determinam a lista dos projetos, políticas, planos e programas dos setores de atividade abrangidos pela avaliação ambiental, mas é o procedimento

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

administrativo de avaliação ambiental que especifica o processo que conduz à classificação dos projetos de acordo com as categorias A, B e C.

Este texto jurídico é particularmente relevante no contexto deste Projeto, uma vez que regula a preservação do ambiente na sua área de inserção através da realização de Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) ou Notícia de Impacto Ambiental e Social (NIES) de subprojetos. Esta disposição é respeitada através da realização do presente EIAS.

No contexto deste projeto de implementação das componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) no quadro da reabilitação da estrada Safim-M'pack, os impactos negativos são menos graves e têm impactos locais e a curto prazo, com a possibilidade de serem tomadas medidas para os atenuar. Trata-se, portanto, de um projeto de categoria B.

2.3.1.4. Decreto-Lei n.o 5-A/2011, de 1 de março, relativo à criação de setores protegidos

Estabelece as regras para a proibição absoluta da desflorestação ou limpeza da vegetação, tais como arbustos, árvores ou ainda incêndios florestais na concessão ou em todos os terrenos que constituem a área conhecida como «Parques Naturais Nacionais».

Deve ser dada especial atenção às espécies protegidas na zona de intervenção, a fim de cumprir as disposições da presente lei em colaboração com os representantes locais do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tutela da Direção Geral das Florestas e Fauna.

2.3.1.5. Decreto-Lei n.o 5/2011, de 22 de fevereiro, relativo à Lei das Florestas

Esta lei visa regulamentar a exploração madeireira e a reflorestação. Declara que: «Qualquer desflorestação deve ser compensada por uma reflorestação equivalente, em qualidade e área, ao coberto florestal original (...) e exige a obtenção de uma licença ambiental e/ou licença como condições básicas para a obtenção da licença de desflorestação para uma área superior a 05 ha».

O projeto é abrangido pela presente lei e propõe medidas de reflorestação compensatórias no âmbito do presente EIAS.

2.3.1.6. Lei n.o 2/1986, de 5 de Abril, sobre a Lei Geral do Trabalho (LGT) na Guiné-Bissau

Esta lei orienta as relações individuais e coletivas no domínio do trabalho. No quadro da implementação do presente projeto, pode ser contratada qualquer pessoa de nacionalidade guineense ou estrangeira, do sexo masculino ou feminino, com idade igual ou superior a 18 anos (artigos 1 e 3, artigos 146 e 154 da LGT). As condições para a celebração de um contrato a termo são especificadas no artigo 10 da LGT. No que respeita ao horário de trabalho, segundo as disposições do artigo 43.° da LGT, «o horário normal de trabalho não pode exceder 45 horas semanais. Artigo 66: "O trabalhador tem direito a um dia de descanso por semana, que será, em princípio, o domingo. O artigo 68.°, n.° 1, dispõe que «[o]s trabalhadores só podem trabalhar no dia ou meio dia de descanso semanal suplementar nos casos previstos na alínea b) do artigo 52.° e o n.° 2 dispõe que «[o] trabalho efetuado ao abrigo do número anterior dá direito a uma remuneração especial equivalente ao dobro da remuneração normal». Deve ser um mínimo de 24 horas consecutivas.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

A LGT também fornece definições claras de acidentes de trabalho e doenças profissionais. O Decreto n.o 4/80, de 6 de fevereiro de 1980, relativo ao seguro obrigatório contra acidentes de trabalho e doenças profissionais). O artigo 9.° do mesmo Decreto, torna obrigatório o seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais. Em conformidade com o Decreto n.o 02/2012, de 3 de janeiro de 2012, relativo à obrigação de institucionalização do plano e à responsabilidade pela saúde e segurança nas empresas, cada empregador deve prestar um serviço de medicina do trabalho em benefício dos trabalhadores que emprega. Este serviço inclui, nomeadamente, um exame médico dos candidatos a recrutamento ou dos trabalhadores recentemente contratados, o mais tardar antes do termo do seu período de estágio; Exames periódicos dos trabalhadores com vista a assegurar o seu bom estado de saúde e a manutenção da sua aptidão para o posto de trabalho ocupado. Cada empregador é obrigado a organizar a formação em saúde e segurança para os funcionários recém-contratados, aqueles que mudam de emprego ou técnicas. Esta lei e ordem são relevantes para o Projeto na medida em que servem como um guia para as relações empregador-empregado durante a implementação do Projeto. O projeto é abrangido pelos vários artigos citados. Por conseguinte, o projeto cumprirá os seguintes decretos:

- Decreto lei Nº 5/86, que institui um regime de protecção social (29 de Março de 1986);
- O Decreto Nº 4/80, relativo ao seguro obrigatório de acidentes de trabalho e doenças profissionais, regula o direito à indemnização dos trabalhadores (e dos membros da sua família);
- O Decreto Nº 6/80 estabelece diferentes tipos de prestações a que um trabalhador que tenha sofrido um acidente de trabalho ou uma doença profissional tem direito em função do seu grau de incapacidade e estabelece as regras de determinação do salário com base no qual é calculada a indemnização.
- Lei Nº 4/2007 que estabelece o quadro jurídico da proteção social da população através da criação de três regimes: proteção social designadamente: proteção social não contributiva dos cidadãos; proteção social obrigatória, que é um regime contributivo que abrange todos os trabalhadores (nacionais ou estrangeiros); e, por último, o regime complementar voluntário de segurança social;
- Decreto Nº 02/2012, de 3 de janeiro, relativo à obrigação de institucionalização do plano e dos responsáveis pela saúde e segurança nas empresas.

2.3.1.7. Lei n.o 5/98, de 23 de abril («Lei da Terra»), sobre o fundiário

A Lei n.o 5/98, de 23 de abril de 1998 («Lei da Terra»), organiza a gestão das terras e estipula que «os terras pertencem ao Estado e são propriedade comum de todo o povo». Esta lei reconhece o direito consuetudinário em conformidade com o artigo 4, que estabelece que «[...] o Estado pode conferir direitos privados de utilização a entidades nacionais ou estrangeiras, individuais ou coletivas, que tenham em conta o interesse superior da nação, tal como definido nos planos e objetivos de desenvolvimento económico e social». Esta lei reconhece aos residentes nas comunidades o direito de negociar livre e diretamente a transferência dos seus direitos de utilização privada de terrenos titulados (artigo 19, Nº 2). De acordo com a lei fundiária, o cancelamento do

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

direito de utilização privada para todos os utilizadores pode ocorrer ao abrigo da legislação guineense na sequência de uma expropriação por razões de utilidade pública. Nesse caso, é o Estado que «compensa o concessionário» (artigo 27.°). A indemnização terá em conta o valor real do bem imóvel, do mobiliário, dos bens imóveis, dos benefícios e da propriedade da concessão a partir da data da anulação.»

Ao custo calculado deve-se acrescentar: i) uma quantidade igual aos lucros líquidos esperados durante um período de cinco anos, estimados com base em metade dos lucros realizados durante os três anos; ii) juros desde a data da anulação da concessão até à data do pagamento da indemnização acrescida da taxa de conta do Banco da Guiné-Bissau.»

Esta lei fundiária constitui a base jurídica para o procedimento de expropriação e indemnização na Guiné-Bissau e é, por isso, relevante para o projeto, uma vez que haverá perdas de propriedade e terrenos que terão de ser compensados de acordo com o espírito desta lei. Qualquer procedimento de expropriação deve respeitar os procedimentos previstos na regulamentação.

2.3.1.8. Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro, relativa ao regime geral de minimização das perdas de propriedade económica

Esta lei fornece orientações sobre a avaliação das perdas de propriedade privada para fins públicos e é aplicada em conjugação com a Lei n.o 5/98, de 23 de abril de 1998 («Lei da Terra»), sobre terrenos, a fim de pagar uma compensação justa e equitativa às PAP.

2.3.1.9. Decreto n.o 5/2017, de 28 de junho, relativo à participação do público no processo de avaliação ambiental

Este decreto reveste-se de grande importância no contexto do projeto, na medida em que torna obrigatório que o público seja consultado e envolvido em todos os procedimentos e decisões que possam ter impacto no seu ambiente (artigo 4).

No âmbito da elaboração do presente relatório, foram realizadas sessões de consulta pública nos cinco (05) setores de acolhimento do projeto (Bula, Bigene, São Domingos, Canchungo e Bissora), de 15 de fevereiro a 31 de março de 2024, com as autoridades administrativas, as estruturas técnicas e as populações de acolhimento (transportadoras, sindicatos, ONG, guias religiosos, líderes comunitários, líderes de aldeias, associações de jovens, associações de mulheres, representantes das pessoas afetadas pelo projeto (PAP), gestores de mercado, etc.), com vista a informá-las sobre os desenvolvimentos previstos e recolher os seus pontos de vista e sobre os impactos negativos que serão gerados pelo projeto e pelas medidas de atenuação a desenvolver.

2.3.1.10. Decreto n.o 6/2017, de 28 de junho, que regulamenta o Fundo do Ambiente

O Fundo do Ambiente compreende a recolha, gestão e aplicação de recursos financeiros para apoiar a implementação e promoção de políticas, planos, programas, projectos e outras actividades que visem a proteção, conservação e preservação dos recursos naturais. Tem em conta a prevenção ou reparação de danos já causados a componentes ambientais, contribuindo para a realização dos objectivos de desenvolvimento sustentável.

FIAC COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

2.3.1.11. Decreto n.o 7/2017, de 28 de junho, que regula o estudo de impacto ambiental

O presente regulamento tem por objeto regulamentar os procedimentos de EIAS para projetos suscetíveis de ter impactos significativos no ambiente e na saúde humana, nos termos da Lei n.o 1/2011, de 2 de março, e sem prejuízo do disposto na Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro.

O EIAS é realizada pelo promotor e sob a sua exclusiva responsabilidade. Os termos de referência será elaborado pela administração responsável pelo sector de actividade em causa em articulação com o projecto, com base em orientações gerais e sectoriais que serão posteriormente elaboradas pela Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC). A aceitabilidade ambiental e social do projecto será decidida pela autoridade responsável pelo ambiente. A validação pela AAAC está prevista para se conformar com o aludido decreto.

2.3.1.12. Decreto n.o 8/2017, de 28 de junho, que aprova o Regulamento relativo às licenças ambientais.

Este decreto pode ser considerado como o texto que regula a necessidade de dispor de licenças e autorizações ambientais após as análises de impacto e de risco da execução de uma determinada atividade. O seu objetivo é definir o procedimento de obtenção de uma licença e de uma autorização para o exercício de uma determinada atividade.

O artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 1/2011, de 2 de março, define as licenças ambientais como um registo das atividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, são susceptíveis de causar impactos ambientais e sociais significativos. Além disso, a emissão de uma licença ambiental baseia-se nos resultados de uma avaliação ambiental.

Este decreto reveste-se de grande importância no contexto do projeto, na medida em que regula as avaliações ambientais e sociais, por um lado, e torna obrigatória a autorização prévia antes da execução do projeto, por outro. Por conseguinte, o projeto estará em conformidade com este texto.

2.3.1.13. Decreto n.o 9/2017, de 28 de junho, relativo à realização de uma auditoria ambiental a projetos, programas, planos e políticas.

Este decreto regula os tipos, procedimentos e condições a cumprir na realização de auditorias ambientais. Além disso, aplica-se a atividades, políticas, planos, programas e projetos, públicos ou privados, que possam influenciar direta ou indiretamente qualquer uma das componentes ambientais e sociais durante as fases de planificação, execução e encerramento. No âmbito deste EIAS, está prevista uma auditoria no final da execução do projeto.

2.3.1.14. Decreto n.o 10/2017, de 28 de junho, que aprova o Regulamento da Inspeção Ambiental

A missão da inspeção ambiental é avaliar o desempenho e a gestão dos organismos responsáveis pelo ambiente, ou sujeitos à sua supervisão, através de ações de auditoria e controlo, bem como assegurar o controlo e o cumprimento da legislação ambiental. Deve ter em conta, nomeadamente, as seguintes tarefas:

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Realização de auditorias, inspeções e outros controlos a estabelecimentos industriais e similares, obras, políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento, etc.;
- Supervisionar os processos de licenciamento de estabelecimentos industriais e similares, obras, projetos e programas de desenvolvimento no setor em causa;
- verificação do estado de conservação das instalações, dos estabelecimentos e do nível de execução das políticas, planos, programas e projetos.

2.3.1.15. Decreto-Lei n.o 5-A, de 1992, que estabelece o regime jurídico geral de todas as atividades relacionadas com a gestão da água

Este regulamento estabelece as disposições de base para i) definir o regime jurídico geral de todas as atividades relacionadas com a gestão dos recursos hídricos; ii) definir o quadro institucional e normativo para a execução da política geral de gestão da água em benefício de toda a população e no interesse económico e social do país; iii) assegurar a execução da política de gestão dos recursos hídricos da Guiné-Bissau, independentemente da sua forma; iv) assegurar o inventário para a utilização rentável e a tributação racional dos recursos hídricos e da sua administração;vi) assegurar a protecção qualitativa da água contra a poluição, os resíduos e a sobre-exploração. Este regulamento obriga, nomeadamente, a regulamentação de qualquer utilização da água para fins domésticos, agrícolas, industriais, hidroelétricos, etc.

No âmbito da execução do projeto, serão realizadas IEC (Informação – Educação – Comunicação) junto de empresas para a proteção da integridade e contra o desperdício de água nas aldeias atravessadas pelo projeto.

2.3.1.16. Decreto 14/2011, de 22 de fevereiro, relativo à preservação da floresta

Define uma floresta como uma formação natural ou sistema artificial de formações compostas por tarrafes, palmeiras, florestas de galeria e outros tipos de formação vegetal, como florestas subtropicais subúmidas, densas, moderadamente densas, regeneradoras e savanas arbóreas e herbáceas. O projeto que, na sua execução, terá de cortar árvores, é obrigado a envidar todos os esforços para preservar, tanto quanto possível, as formações vegetais em conformidade com o presente regulamento (artigo 2.o, n.o 3). No âmbito do projeto, estão incluídas no presente EIAS medidas de proteção das florestas e dos habitats naturais ou modificados.

2.3.1.17. Decreto-Lei n.o 3/97, de 26 de Maio (Lei-Quadro das Áreas Protegidas)

As áreas protegidas regem-se pelo Decreto-Lei n.o 3/97, publicado no Bletim Oficial n.o 21, de 26 de maio de 1997. 124. Resulta claramente desta lei que a cobertura vegetal ao longo das orlas dos parques, ao longo das margens e estuários, dos lagos e dos rios deve ser objeto de medidas de conservação específicas. As reservas naturais e os santuários ecológicos beneficiam das mesmas medidas que os parques nacionais.

As florestas sagradas, utilizadas para fins religiosos, também são protegidas e o seu estatuto é reconhecido pelo Estado.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

No quadro do presente projeto, as medidas para proteger as florestas sagradas estão incluídas neste EIAS.

2.3.1.18. Decreto-Lei n.o 4-A/91 (Lei Florestal), de 29 de janeiro

A Lei Florestal proíbe qualquer atividade que altere o solo e as formações florestais em florestas classificadas, incluindo a caça (caça furtiva), mas salvo autorização (obtenção de uma licença) emitida pela autoridade competente.

No contexto do presente projeto, os vários locais identificados para a obra não estão localizados em áreas protegidas. No entanto, dada a possibilidade de haver pequena fauna selvagem nos troços da via, o pessoal do estaleiro será proibido de participar em atividades de caça.

2.3.1.19. Quadro normativo nacional específico relativo à violência baseada no género em vigor na Guiné-Bissau

Nesta seção, vamos nos concentrar nas leis relacionadas à VBG, em particular as seguintes leis: Lei n.o 6/2014 relativa à violência doméstica; Lei de julho de 2013 contra a violência doméstica; Lei n.o 14/2011 que proíbe a prática da mutilação genital feminina (MGF). Uma disposição importante da Lei de 2013 diz respeito à qualificação da violência doméstica como crime público, pelo que, mesmo que uma mulher vítima dessa violência não apresente queixa, outros membros do agregado familiar ou vizinhos podem fazê-lo em seu lugar.

No entanto, as associações de mulheres e os ativistas que trabalham em prol dos direitos legais das mulheres consideram que estas leis não foram divulgadas nem devidamente aplicadas e que as mulheres não conhecem verdadeiramente os seus direitos e não recebem o apoio institucional e a assistência necessários para as incentivar a apresentar denúncias. Como resultado, a maioria dos casos não são levados à justiça, e a polícia raramente intervém, mesmo quando chamada. De acordo com um estudo de 2013 realizado pela Afroteste Lda, na região de Gabú, onde as estatísticas mostram que quase 100% das mulheres foram submetidas à circuncisão feminina, o tribunal regional não se pronunciou sobre um único caso desde a promulgação da lei contra a MGF em 2011.

De acordo com a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género PNIEG, 2014, a atual Lei da Terra garante o direito ao uso da terra sem qualquer discriminação, mas, de facto, para todos os grupos étnicos do país, a terra pertence aos homens e é gerida por eles, como proprietários, notáveis ou chefes de família. As agricultoras que trabalham principalmente na produção de caju, bem como no arroz e na horticultura para consumo familiar e para venda nos mercados, ocupam terras que lhes são atribuídas por familiares que são todos homens. Em caso de morte do marido ou do pai de uma mulher, esta não tem direito hereditário sobre os bens da família (National Policy for Gender Equality and Equity PNIEG, 2014, p. 29). Todos os outros fatores de produção, como o crédito, a formação, o equipamento e os recursos, só podem ser atribuídos às mulheres por decisão dos homens. Isso limita a capacidade das mulheres de aumentar a produtividade.

FAIS COMPOSANTE ADDICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

A legislação sobre a idade para o casamento também deve ser reformada. A idade legal para o casamento foi fixada em 18 anos, mas o casamento de adolescentes é comum, incluindo meninas com menos de 14 anos de idade.

No que diz respeito ao casamento precoce e/ou forçado, os dados do Quarto Inquérito aos Indicadores Múltiplos do Governo da Guiné-Bissau e UNICEF, 2010 (MICS4) mostram que 29 % das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos se casaram antes dos 18 anos e 8 % das mulheres antes dos 15 anos. Quanto às mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos, 7% eram casadas antes dos 15 anos.

Relatórios do Governo da Guiné-Bissau e de organizações da sociedade civil sobre a prevalência da violência contra as mulheres (PNIEG 2014, *Plano Nacional de Ação* 2011, Roque 2011). De acordo com o PNIEG, as associações de mulheres do país e os parceiros técnicos e financeiros entrevistados também confirmam a violência generalizada e socialmente aceite contra as mulheres, principalmente a violência doméstica em casa por parte do cônjuge ou parceiro. De acordo com um estudo realizado por Sylvia Roque (2011), os casos relatados de violência baseada no género dizem principalmente respeito à capital Bissau e às regiões de Bafatá, Gabú e Oio (p.14), com um aumento constante dos casos relatados no período 2006-2009, o que ela interpreta como um sinal positivo da maior disponibilidade das mulheres para denunciar casos de violência, em vez de uma indicação do aumento da violência doméstica (p.21). Até 44% das mulheres inquiridas admitiram ter sido vítimas de violência física e 43% também admitiram ter sido vítimas de violência sexual (21% por violação e 22% por toque não consensual). As mulheres entrevistadas mencionaram os seguintes fatores (entre outros) como contribuindo para a violência baseada no género (p. 21): as mulheres são consideradas inferiores aos homens (49 % das mulheres inquiridas); o governo não defende nem protege as vítimas de violência baseada no género (34 %); as mulheres não têm bens económicos (33%). Apesar da adoção, em 2013, de uma lei contra a violência doméstica, a PNIEG cita três fatores que desencorajam as mulheres a apresentar queixas: i) o desconhecimento, por parte das mulheres, das leis que proíbem a violência e dos seus direitos legais; ii) o facto de as estruturas do Estado, especialmente a polícia, não serem competentes para lidar com a violência contra as mulheres; e iii) a falta de capacidade das entidades públicas, das organizações tradicionais e das organizações sem fins lucrativos para aconselhar e proteger as vítimas (p. 46).

Esta política de género levou à adoção das seguintes leis:

- Lei contra a violência doméstica 6/2014, de 4 de fevereiro
- A lei da paridade de 2018 de 3 de dezembro de 2018
- Código Penal n.o 4/93, de 31 de outubro de 1993, e artigos relativos ao abuso sexual, à violação e à exploração sexual.

No contexto deste projeto, seria importante centrar a atenção nas IEC (Informação – Educação – Comunicação) para as mulheres nas localidades de acolhimento do projeto, incluindo o pessoal da obra, sobre legislação em vigor em matéria de violência contra as mulheres.

COMPOSANTE AUTONOME DU PORTUGUESA

2.3.1.20. Disposições relativas ao emprego e às condições de trabalho no contexto da execução do projeto

As condições de trabalho na Guiné-Bissau regem-se pelas seguintes leis principais: Lei n.o 2/1986, de 5 de abril, sobre a Lei Geral do Trabalho (LGT) na Guiné-Bissau, Decreto n.o 02/2012, de 3 de janeiro, relativo à obrigação de institucionalização do plano e dos responsáveis pela saúde e segurança nas empresas. A LGT não distingue entre nacionais e não nacionais. De acordo com a LGT, é proibido empregar um menor de 18 anos (artigos**146.o a 154.o do Código do Trabalho). Os artigos 146.o a 154.o da LGT** determinam a lista de trabalhos perigosos proibidos às crianças, sendo as idades mínimas de trabalho das crianças as seguintes:

- 18 anos para trabalhos perigosos;
- 16 anos para a admissão ao emprego;
- 14 anos para aprendizagens;

Também de acordo com o artigo 37 da Constituição da Guiné-Bissau, o trabalho forçado ou obrigatório é absolutamente proibido. O artigo 37.° dispõe: Em caso algum pode haver trabalho forçado ou medidas de segurança que impliquem a privação da liberdade por períodos ilimitados ou indeterminados.

Esta lei está em conformidade com a Norma Ambiental e Social n.º 8 do Grupo BEI, com exceção do facto de não prever o elaboração e a implementação de um Plano de Gestão da Mão-de-Obra (PGMO).

Para o efeito, o PCN desenvolveu um PGMO que servirá de enquadramento para as empresas e os trabalhadores da empresa. Estes procedimentos descrevem a forma como os trabalhadores da empresa serão geridos, em conformidade com os requisitos da legislação nacional e da NAS n.o 8, indicando a forma como a NAS Nº 8 será aplicada às várias categorias de trabalhadores da empresa, incluindo os trabalhadores diretos (pessoal-chave responsável pelos estudos e supervisão, pessoal-chave para a execução, mão de obra especializada e não especializada), e as obrigações que a Entidade Recetora imporá a terceiros em relação à gestão dos seus trabalhadores, em conformidade com os pontos 52 a 55 da NES n.o 8.

Na implementação do projeto, uma documentação e informações precisas e concisas serão inseridas no DAO, a fim de comunicar as condições de emprego à empresa. Estas informações e documentação descrevem os direitos dos trabalhadores ao abrigo da legislação laboral nacional, incluindo os seus direitos em termos de tempo de trabalho, remuneração, horas extraordinárias, remuneração e prestações, bem como quaisquer outros direitos mencionados na Norma Ambiental e Social n.o 8 do BEI. Esta documentação e informação serão disponibilizadas no início da relação de trabalho e em caso de alteração significativa dos termos e condições de emprego. As medidas de saúde e segurança no trabalho também serão aplicadas pela empresa.

2.3.2. Procedimentos para a realização de avaliações de impacto ambiental na Guiné-Bissau

Na República da Guiné-Bissau, é o Decreto n.o 7/2017, de 28 de junho, que regula a avaliação de impacto ambiental, que regula os procedimentos de avaliação de impacto ambiental para projetos

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

suscetíveis de terem impactos significativos no ambiente e na saúde humana, ao abrigo da Lei n.o 1/2011, de 2 de março, e sem prejuízo do disposto na Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro.

Este decreto estabelece o conteúdo da avaliação do impacto ambiental e social e descreve o impacto previsível do projeto no ambiente (artigo 2). O procedimento de avaliação do impacto ambiental é o seguinte:

a) A AAAC elabora, em colaboração com todos os serviços interessados, e coloca à disposição do público o Manual de Operações e de Procedimentos para a realização dos estudos de impacto ambiental e social.
b) O Estudo do impacto ambiental e social é da responsabilidade do promotor.
c) O dono da obra recruta uma empresa de consultoria ou um consultor individual aprovado pelo Ministério do Ambiente Biodiversidade para o realizar;
d) O promotor envia uma carta de pedido do EIAS ao Ministro do Ambiente em conformidade com as diretrizes do Decreto n.º 07/2017 de 16 de junho de 2017.
e) Um despacho do Ministro do Ambiente para a AAAC estabelece as condições da realização do EIAS;
f) A AAAC realiza a visita ao local
g) O promotor prepara e envia o relatório de triagem à AAAC;
h) A AAAC analisa o relatório, determina se o projeto está ou não sujeito a uma avaliação de impacto ambiental e social, faz a categorização do projeto e informa o promotor
i) O proponente submete o projeto dos TdR à AAAC para análise e aprovação
j) A AAAC cria e convoca o comité ad hoc para aprovação dos TdR. Após a análise o comité prepara um relatório de aprovação que submete a AAAC
k) A AAAC informa o proponente da aprovação dos TdR
l) O promotor prepara o EIAS, depois de terminar envia-o para aprovação à AAAC
m) A AAAC Uma vez apresentado o estudo, a AAAC nomeia um comité ad hoc constituído de peritos do setor concernente para avaliar o projeto do relatório, com base nas suas características específicas.
n) A AAAC por sua vez organiza consultas públicas para auscultar as partes interessadas depois do qual apresenta um relatório ao promotor para integrar os comentários das partes interessadas após a qual o Ministro emite ao promotor o Certificado de Conformidade Ambiental mediante parecer favorável da AAAC.

2.3.3. Convenções e acordos internacionais ratificados pela Guiné

2.3.3.1. Convenções ambientais e sociais internacionais

Tendo em conta o contexto, as características da área de influência e a natureza das actividades do projecto, várias convenções internacionais ambientais e sociais, ratificadas pela Guiné-Bissau, poderão ser aplicáveis ao projecto. Estas convenções são apresentadas nos quadros que se seguem.

Quadro: 1 Convenções ambientais internacionais ratificadas pela Guiné-Bissau aplicáveis ao projecto

EIAS COMPLEMENTAR NÃO OFICIAL VERSÃO PORTUGUESA

Convenções	Data de entrada em vigor ou de assinatura	Datas de ratificação	Zona regulamentada	Justificação e pertinência para o projeto
Convenção sobre a Diversidade Biológica	12 de Junho de 1992	**4 de Outubro de 1995**	Recursos biológicos	Existência de relíquias florestais com espécies, vegetação dominada por culturas de renda nas áreas de intervenção do projeto.
Estratégias e planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade	17-29 de novembro de 2018		Visam ter em conta uma abordagem ecossistémica, destacar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos para a identidade nacional, a sustentabilidade e o desenvolvimento, avaliar as ameaças à biodiversidade e definir metas de execução.	
Convenção Africana para a Protecção dos Recursos Naturais	15 de setembro de 1968	30 de Janeiro de 2011	Recursos naturais africanos	As atividades do projeto podem ser uma fonte de degradação dos recursos naturais (cursos de água, relíquias florestais, etc.). Por conseguinte, este acordo deve ser respeitado pelo projeto.
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC)	9 de Maio de 1992	28 de Dezembro de 1994	Gestão e adaptação às alterações climáticas. Estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa para evitar perturbações perigosas do sistema climático e permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente às alterações climáticas.	Existência de poluição por gases com efeito de estufa (emissões de CO2, CH4, N2O e CO2, em especial) relacionada com as atividades de máquinas e camiões.
Convenção RAMSAR sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional	**2 de Fevereiro de 1971**	**15 de Maio de 1985**	A presente Convenção diz respeito às zonas húmidas de	O projeto vai intervir em zonas húmidas (pistas 10, 11 e 22).

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Convenções	Data de entrada em vigor ou de assinatura	Datas de ratificação	Zona regulamentada	Justificação e pertinência para o projeto
e respetivo Protocolo de 3 de dezembro de 1982			importância internacional.	
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	**18 de Dezembro de 1979**	**1985, pela Resolução no 14/85.**	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	As atividades do projeto podem conduzir a riscos de discriminação contra as mulheres se não forem tomadas medidas antecipadamente.
O Acordo de Paris e os contributos determinados a nível nacional (CDN),	**4 de novembro de 2016.**	**22 de outubro de 2018**	Reforçará a resposta mundial à ameaça das alterações climáticas, mantendo o aumento da temperatura mundial bem abaixo dos 2 °C em relação aos níveis pré-industriais, e prosseguirá os esforços para limitar ainda mais o aumento da temperatura a 1,5 °C.	Existência de poluição por gases com efeito de estufa (emissões de CO2 e NO, CH4, N2O e CO2), particularmente relacionada com as atividades de máquinas e camiões durante a execução do projeto.
Convenção para a Proteção do Património Mundial e Cultural	**Novembro de 1972**	**28 de Janeiro de 2006**	Proteção e respeito do património cultural no país	As aberturas de vias de acesso ou de locais para construção de infraestruturas previstas, podem ser observados riscos de destruição ou degradação do património arqueológico /cultural se não forem aplicadas.as disposições necessárias
Convenção de Combate à Desertificação e à Seca	22 de Março de 1995	**27 de Outubro de 1995**	Combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca	A execução dos trabalhos exigirá o abate de árvores, o que poderá conduzir a riscos de desertificação e de seca se as disposições não forem aplicadas.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Convenções	Data de entrada em vigor ou de assinatura	Datas de ratificação	Zona regulamentada	Justificação e pertinência para o projeto
Ato Adicional N0 01/2008/CCEG/UEMOA que adota a Política Comum da UEMOA para a Melhoria do Ambiente	17 de janeiro de 2018	17 de janeiro de 2018	Preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima; Gestão dos recursos florestais e da fauna selvagem; Gestão dos poluentes e dos riscos; Gestão dos recursos hídricos;	Esta política, que integra a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima, a gestão dos recursos florestais e da fauna selvagem, a gestão dos poluentes e dos riscos e a gestão dos recursos hídricos, é relevante para a execução deste projeto.

Fonte: Missão do SERF para a preparação da AESI do PCN, fevereiro de 2024

2.3.3.2. Convenções da OIT

Quadro: 2 Principais convenções da OIT ratificadas pela Guiné-Bissau

Número e designação da convenção	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Data da ratificação	Disposições pertinentes aplicáveis ao projeto
C-029 Convenção sobre o Trabalho Forçado	28 de Junho de 1930	1 de maio de 1932	21 de fevereiro 1977	Proibição do recurso ao trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas; Não é considerado trabalho forçado: - Serviços comunitários menores que, sendo efetuados por membros da comunidade no interesse direto dessa comunidade, desde que os membros da comunidade ou os seus representantes diretos tenham o direito de ser consultados sobre a necessidade desses serviços; - qualquer trabalho ou serviço necessário em caso de emergência (calamidade ou ameaça de calamidade, incêndio, inundações, invasão por animais, insetos ou plantas nocivos, em geral qualquer circunstância suscetível de pôr em perigo a existência ou o bem-estar de toda ou parte da população que beneficia do projeto); ● Sanção do trabalho forçado como infração penal e aplicação estrita dessa sanção.
C-087 Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical,	9 de julho de 1948	4 de Julho de 1950	9 de julho de 2023. A Convenção	● O direito das organizações de trabalhadores e de empregadores, sem distinção de qualquer espécie, de

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Número e designação da convenção	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Data da ratificação	Disposições pertinentes aplicáveis ao projeto
			entrará em vigor para a Guiné-Bissau em 9 de julho de 2024.	constituírem e, apenas sob reserva das regras da organização em causa, de se filiarem em organizações da sua escolha sem autorização prévia; ● O direito das organizações de trabalhadores e de empregadores de elaborarem as suas constituições e regras, de elegerem os seus representantes com toda a liberdade, de organizarem a sua administração e atividades, de formularem os seus programas e de funcionarem livremente, sem interferência das autoridades do projeto com o objetivo de restringir os referidos direitos ou de os dissolver ou suspender; ● As organizações de trabalhadores devem respeitar as leis e os regulamentos nacionais.
C-098 Convenção sobre o Direito de Organização e de Negociação Coletiva,	1 de Julho de 1949	18 de julho de 1951	21 de Fevereiro de 1977	● Proteção adequada dos trabalhadores contra atos de discriminação antissindical no que respeita ao seu emprego; ● Proteção adequada das organizações de trabalhadores e de empregadores contra qualquer ato de interferência na sua criação, funcionamento e administração; ● Incentivo e promoção do desenvolvimento e utilização de mecanismos de negociação voluntária entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores, com vista a regular os termos e condições de emprego através de acordos coletivos.
C-105 Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado,	25 de Junho de 1957	17 de janeiro de 1959	Ratificada em 21 de Fevereiro de 1977	Comprometer-se a suprimir e a abster-se de utilizar qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção, educação, punição ou disciplina laboral ou como método de mobilização e utilização da mão de obra para o desenvolvimento económico.
C-111 Convenção sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão,	25 de Junho de 1958	15 de Junho de 1960	21 de Fevereiro de 1977	● Consideração não discriminatória de qualquer distinção, exclusão ou preferência relativamente a um determinado emprego

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Número e designação da convenção	Data de adoção	Data de entrada em vigor	Data da ratificação	Disposições pertinentes aplicáveis ao projeto
				com base nos requisitos inerentes a esse emprego; ● Promoção, por métodos adequados às condições e práticas nacionais, da igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e atividade profissional.
Convenção C-138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego	26 de Junho de 1973	19 de Junho de 1976	5 de Março de 2009	● Conformidade da idade mínima para o emprego com as disposições legislativas e regulamentares nacionais; ● Admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, pela sua natureza ou pelas circunstâncias em que é efetuado, seja suscetível de pôr em perigo a saúde, a segurança ou a moral das pessoas com idade igual ou superior a 18 anos.
C-182 – Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças	17 de Junho de 1999	19 de Novembro de 2000	26 de Agosto de 2008	Proibição das piores formas de trabalho infantil (formas de escravatura ou práticas análogas à escravatura, trabalho suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral).

Fonte: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/e?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:103065

2.3.3.3. Convenções e acordos internacionais relacionados com a violência de género e a violência contra as crianças (AWC) ratificados pela Guiné-Bissau

A nível internacional, a República da Guiné-Bissau é signatária de várias convenções internacionais sobre VBG e VCC. As principais convenções internacionais assinadas pela Guiné-Bissau aplicáveis ao projeto são as seguintes:

- a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança;
- Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993);
- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos da Mulher em África (Protocolo de Maputo - 2003);
- Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (Julho de 1990);
- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1981):

FICHA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Resolução 2011/33 sobre a prevenção, a proteção e a cooperação internacional contra a utilização das novas tecnologias da informação para abusar e/ou explorar crianças (1981).

2.4. Normas ambientais e sociais (ESS) do BEI relevantes para o projeto

O projeto de realização das componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) como parte da reabilitação da estrada Safim-M'pack deve cumprir os princípios e requisitos do quadro de sustentabilidade ambiental e social do Grupo BEI desencadeado no que diz respeito às atividades e obras a realizar. A avaliação preliminar dos riscos e impactos ambientais e sociais do projeto permitiu classificá-lo como um projeto com um risco ambiental e social substancial. Dez (10) das onze (11) Normas Ambientais e Sociais (NAS) foram consideradas relevantes para este projecto e serão comparadas com as disposições nacionais.

A comparação entre a legislação ambiental nacional e as Normas Ambientais e Sociais do BEI aplicáveis ao projeto visa identificar as deficiências da legislação nacional, a fim de recomendar medidas para cumprir com as exigências da referida NAS e propor medidas de execução do projeto para corrigir as deficiências identificadas.

Apresenta convergências, em especial no que diz respeito às avaliações ambientais, e divergências, cujos pormenores são apresentados no quadro 3.

As 10 normas ambientais e sociais do BEI relacionados com o projeto são designadamente:

1. Impactos e riscos ambientais e sociais
2. Diálogo com as partes interessadas
3. Eficiência dos recursos e prevenção da poluição
4. Biodiversidade e ecossistemas
5. Alterações climáticas
6. Reinstalação involuntária
7. Direitos e Interesses dos Grupos Vulneráveis
8. Emprego e condições de trabalho)
9. Saúde, segurança e proteção
10. Património cultural

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 3 Comparação do quadro ambiental e social da Guiné-Bissau com o NES do BEI

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
NES 1 (Impactos **e riscos ambientais e sociais):** descreve as responsabilidades do promotor em relação à avaliação dos potenciais impactos e riscos ambientais, climáticos e/ou sociais relacionados com o projeto, bem como o desenvolvimento e a aplicação de procedimentos para a gestão e o acompanhamento desses impactos e riscos ao longo do ciclo do projeto do BEI.		
Classificação dos riscos ambientais e sociais: O artigo 4.o, n.os 4 e 5, da Diretiva 2011/92/UE relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (Diretiva AIA), com a redação que lhe foi dada pela Diretiva 2014/52/UE, classifica os projetos em duas categorias: os projetos enumerados no anexo I estão sujeitos a uma avaliação ambiental e os projetos enumerados no anexo II, relativamente aos quais os Estados determinam se devem ser sujeitos a uma avaliação ambiental com base em vários parâmetros (análise caso a caso, limiares ou critérios fixados pelo Estado, etc.). Este projeto enquadra-se nesta última categoria.	O artigo 7.o da Lei Fundamental n.o 1/2011 relativa ao ambiente e a Lei n.o 10/2010 relativa à avaliação ambiental classificam os projetos por categoria: Projetos da categoria A; Projetos da categoria B; Projetos da categoria C. - A categoria A refere-se a projetos de alto risco com múltiplos efeitos negativos potencialmente significativos. - A categoria B inclui projetos suscetíveis de ter impactos negativos menos graves nas pessoas e no ambiente. - Os projetos com impactos negativos insignificantes ou inexistentes no ambiente e na saúde são classificados na categoria C.	A legislação nacional não está em conformidade com esta disposição do Quadro de Sustentabilidade Ambiental e Social do BEI. Nos termos da NAS 1, este projeto insere-se na categoria de projetos enumerados no anexo 2 da Diretiva 2011/92UE, ou seja, projetos relativamente aos quais os Estados determinam se devem ser sujeitos a uma avaliação ambiental.
Avaliação de Impacto Ambiental e Social (ESIA) A NES n.o 1, cujo principal requisito é a avaliação de impacto ambiental e social do projeto proposto, é aplicável a todos os projetos suscetíveis de terem impactos e riscos ambientais, climáticos e (ou) sociais significativos. Estes riscos e impactos devem ser tidos em conta o mais cedo possível nos processos de planificação e de tomada de decisões, em especial para assegurar a coerência com os requisitos e princípios de «não prejudicar significativamente» e de «salvaguardas sociais mínimas».	A secção 1 da Lei relativa à avaliação ambiental, no seu artigo 6.°, sob a epígrafe «Instrumento de classificação de projetos», define os instrumentos de avaliação ambiental e prevê os seguintes instrumentos como instrumentos de avaliação ambiental no âmbito da execução de um projeto: avaliação de impacto ambiental, avaliação ambiental estratégica, análise de riscos e estudos de perigos; consulta pública, auditoria ambiental, informação ambiental, avaliação económica ambiental, monitorização ambiental, plano de gestão ambiental e social, quadro de gestão ambiental e social, plano de ação de reinstalação e plano de ocupação interna.	A legislação nacional satisfaz este requisito da NAS n.o 1. Esta AES terá em conta estes elementos para cumprir os requisitos da NES1.

EIAS CONFORME ADICIONAL VERSÃO PORT

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Elaborar um relatório do EIAS que tenha em conta todas as fases pertinentes do projeto Ponto 23	A secção 1 da Lei relativa à avaliação ambiental, no seu artigo 6.°, sob a epígrafe «Instrumento de classificação de projetos», define os instrumentos de avaliação ambiental e prevê os seguintes instrumentos como instrumentos de avaliação ambiental no âmbito da execução de um projeto: avaliação de impacto ambiental, avaliação ambiental estratégica, análise de riscos e estudos de perigos; consulta pública, auditoria ambiental, informação ambiental, avaliação económica ambiental, monitorização ambiental, plano de gestão ambiental e social, quadro de gestão ambiental e social, plano de ação de reinstalação e plano de ocupação interna.	A legislação nacional satisfaz este requisito da NAS n.o 1. Este requisito é cumprido através da realização do presente EIAS.
Desenvolver e fornecer as informações mínimas a incluir no PGAS, contendo uma combinação de informações documentadas sobre a estrutura organizacional, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e os recursos para a execução e o acompanhamento do projeto e as ações mensuráveis planeadas para fazer face aos impactos e riscos identificados, bem como os documentos comprovativos dessas informações (incluindo acordos jurídicos, se for caso disso) e incluindo, no mínimo, os elementos especificados no anexo 2-B da presente norma. Ver ponto 25.	A Lei da Avaliação Ambiental, aprovada pela Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro, prevê a elaboração de um PGAS no relatório de EIAS.	A legislação nacional satisfaz este requisito do NAS n.o 1. Como parte da realização desta EIAS, um PGAS será realizado.
***NAS 2 (Diálogo* com as partes interessadas):** reconhece a importância do diálogo entre as partes interessadas como forma de garantir o respeito pelos direitos em matéria de acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisões e acesso à justiça, a fim de assegurar uma avaliação, gestão e monitorização eficazes dos impactos e riscos ambientais, climáticos e/ou sociais. A NAS 2 descreve as responsabilidades do promotor no que diz respeito à implementação de um diálogo transparente e contínuo com as partes interessadas do projeto.		
Realizar um processo de consulta construtivo que dê às partes interessadas a oportunidade de expressarem continuamente os seus pontos de vista sobre o projeto, os	O equivalente a este requisito da NAS 2 é o Decreto n.o 05/2017, de 16 de junho de 2017, relativo à necessidade de ter em conta a participação do público no planificação, na tomada de decisões e no acompanhamento da	A legislação nacional cumpre parcialmente este requisito porque, na legislação nacional, o

FIAS – DOCUMENTO COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
impactos e riscos ambientais, climáticos e/ou sociais identificados e as medidas e ações propostas para os abordar num espaço de diálogo para as partes interessadas NAS 2, n.os 15, 36 a 41	execução de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento nacionais.	diálogo com as partes interessadas não exige que todas as partes interessadas sejam tidas em conta. Assim, para além da legislação nacional, um diálogo com as partes interessadas durante todas as fases do projeto, envolvendo todas as partes interessadas.
Identificar e analisar as partes interessadas com especial atenção e prioridade para a identificação e análise de indivíduos ou grupos suscetíveis de serem afetados de forma diferenciada ou desproporcionada devido à sua vulnerabilidade NAS 2 Parágrafos 16 a 20	A legislação nacional não prevê qualquer requisito equivalente	A legislação nacional não cumpre este requisito. Assim, na aplicação da NAS 2, durante as fases de consulta às partes interessadas, será dada especial atenção aos indivíduos ou grupos vulneráveis.
Criar um mecanismo eficaz de apresentação de queixas a nível do projeto para permitir que todas as partes interessadas, em especial os indivíduos e as comunidades afectados, apresentem queixas sobre o desempenho ambiental e social do projeto bem como recorrer das soluções tomadas e solicitar reparação. Responder rápida e eficazmente às preocupações, sem envolver qualquer forma de intimidação, coerção e retaliação, ser inclusivo e sensível às questões de género. O projeto pode também basear-se em mecanismos formais ou informais existentes, desde que sejam devidamente concebidos e executados e adaptados ao objetivo do projeto. NES 2, n.os 21 a 25	A legislação nacional não prevê qualquer requisito equivalente	A legislação não cumpre este requisito da NAS 2. Assim, em complemento da disposição nacional, o projeto criará um Mecanismo de Gestão de Reclamações, que será implementado durante a execução do projeto.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Planear um processo de diálogo eficaz através da elaboração de um plano de envolvimento das partes interessadas (PEPI) ou documento equivalente para descrever todo o processo de diálogo com as partes interessadas envolvidas no projeto, especificar as atividades, definir as funções, os recursos e o calendário e servir de documento de orientação ao longo de todo o ciclo do projeto do BEI. Acompanhar regularmente o diálogo com as partes interessadas e utilizar estas informações para identificar os domínios em que este diálogo deve ser reforçado, nomeadamente através da revisão e atualização da PEPI ou de ajustamentos do mecanismo de apresentação de reclamações NES 2, n.os 26 a 32 NES 2, pontos 42 e 43	Decreto n.o 05/2017, de 16 de junho, sobre a necessidade de ter em conta a participação do público na planificação, na tomada de decisões e no acompanhamento da execução de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento nacionais.	A legislação nacional cumpre parcialmente esta norma do BEI, uma vez que não especifica a aplicação de um plano de envolvimento das partes interessadas. Assim, para além da disposição nacional, o projeto elaborará um plano que pode ser alterado à medida que o projeto evolui e as suas necessidades de comunicação mudam. Consultará igualmente as partes interessadas durante a realização das EIAS e durante a fase de execução dos trabalhos.
Divulgar informações às partes interessadas identificadas para garantir a sua participação efetiva no projeto NAS 2, n.os 33 a 35	O Decreto n.o 05/2017, de 16 de junho, exige que a participação do público seja tida em conta no planeamento, na tomada de decisões e no acompanhamento da execução de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento nacionais. A Lei n.o 10/2010, de 24 de setembro, relativa aos «Princípios fundamentais relativos à avaliação ambiental e social de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento», exige a publicação de relatórios da EIAS.	A legislação nacional satisfaz este requisito do NAS n.o 10.
NAS 3 (Eficiência* na utilização dos recursos*e prevenção da poluição): reconhece que a eficiência dos recursos contribui para aliviar as pressões ambientais e combater as alterações climáticas, reforçando simultaneamente a competitividade através da poupança de custos resultante de uma maior eficiência, da comercialização de inovações e de uma melhor gestão dos recursos ao longo do seu ciclo de vida. Esta norma estabelece as responsabilidades do dono da obra em assegurar uma abordagem integrada da eficiência dos recursos, da prevenção da poluição e da redução das emissões para o ar, a água e o solo, da poluição sonora, das radiações e da prevenção de acidentes, gestão de resíduos e utilização segura de substâncias perigosas e pesticidas, evitando a transferência de poluição de um meio para outro, assegurando a coerência com o princípio de "não prejudicar significativamente" e contribuindo assim para a ambição de "poluição zero" da UE..		

COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Prevenção e redução da poluição A NAS 3 estabelece que a Entidade Recetora deve descrever a tecnologia proposta e outras técnicas destinadas a prevenir ou, se tal não for possível, á reduzir as emissões para a atmosfera, a água e o solo, a produção de resíduos, a utilização de matérias-primas e o ruído, bem como à melhorar a eficiência energética, a prevenir acidentes e a restaurar o sítio no momento do seu encerramento; Aplicar todas as condições ambientais exigidas e as medidas previstas para evitar, prevenir ou reduzir e (ou), se necessário, compensar os impactos adversos significativos no ambiente no seu conjunto, bem como as medidas de acompanhamento adequadas descritas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) NAS 3, ponto 12	A prevenção e a gestão da poluição são tratadas nos seguintes textos: - Constituição da República da Guiné-Bissau adoptada em 1984 e alterada em 1991, 1993, 1996; - Lei n.o 1/2011, de 2 de março, relativa aos «princípios fundamentais relativos à definição da política nacional de proteção do ambiente natural e construído»; - Decreto-Lei n.o 5-A, de 1992, que estabelece o regime jurídico geral de todas as atividades relacionadas com a gestão da água;	A legislação nacional satisfaz estes exigências do NAS n.o 3.
Prevenção, preparação e resposta a emergências A NAS 3 exige que o mutuário tome providências para lidar com qualquer incidente, acidente e emergência, implementando sistemas de gestão eficazes e tomando medidas de controlo para assegurar a prevenção de acidentes graves e a preparação e resposta adequada a tais situações, em conformidade com o quadro jurídico e as melhores práticas internacionais. NAS 3, ponto 14	A legislação nacional não prevê um requisito equivalente	A legislação nacional não cumpre este requisito da NA S 3. Assim, para além da legislação nacional, as empresas terão de elaborar e implementar um plano de resposta a emergências para gerir melhor as situações de emergência.
Gestão de resíduos, matérias perigosas e substâncias A NAS 3 exige que o proponente preveja um plano de gestão de resíduos que inclua medidas para atenuar esses impactos, bem como objetivos e metas exequíveis para a prevenção, reutilização, reciclagem e valorização de	A legislação nacional não tem um requisito equivalente. A Guiné-Bissau ratificou tratados e convenções internacionais.	A legislação nacional não satisfaz plenamente este requisito da NAS n.o 3. Um Plano de Gestão de Resíduos terá de ser desenvolvido pelas

PAS COMPLEMENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
resíduos, em conformidade com o princípio da hierarquia dos resíduos. A produção de resíduos perigosos deve ser reduzida ou, se tal se revelar impossível, gerida de forma segura, a fim de minimizar os efeitos nocivos para a saúde humana e o ambiente. O promotor deve envidar esforços para evitar, reduzir ou eliminar a utilização e o armazenamento de substâncias e materiais perigosos, em especial os classificados como «que suscitam elevada preocupação», e deve ponderar a possibilidade de utilizar substâncias ou materiais alternativos menos nocivos, sempre que existam alternativas económica e tecnicamente viáveis. Caso não possa evitá-los ou substituí-los, o promotor deve ponderar a utilização e o armazenamento seguros de matérias e substâncias perigosas do ponto de vista do cumprimento escrupuloso dos requisitos da legislação horizontal da UE em matéria de produtos químicos e das melhores práticas internacionais. NAS 3, n.os 17, 18, 20 e 21		empresas e implementado para melhor gerir estes resíduos de forma a evitar impactar a saúde dos agentes e populações.
NAS 4 (*Biodiversidadee ecossistemas*): reconhece que a proteção e a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como a manutenção das suas funções e processos ecológicos, são fundamentais para a sustentabilidade ambiental e social. Esta Norma reconhece que as crescentes pressões sobre os recursos naturais e os ecossistemas estão a levar a perdas sem precedentes de biodiversidade, que são agravadas pelos impactos negativos das alterações climáticas, e que a degradação dos ecossistemas pode ter consequências desproporcionadas para as famílias rurais pobres e para as comunidades indígenas e vulneráveis que dependem dos serviços ecossistémicos para a sua subsistência e bem-estar. A NAS 4 define as responsabilidades dos promotores na identificação, avaliação, gestão e acompanhamento dos impactos e riscos para a biodiversidade e os ecossistemas decorrentes de projetos financiados pelo BEI, assegurando a coerência com o princípio de «não prejudicar significativamente» e contribuindo assim para colocar a biodiversidade europeia e mundial na via da recuperação até 2030.		
Avaliação dos impactos e riscos significativos para a biodiversidade e os ecossistemas	A gestão ambiental tem a sua base jurídica na Lei Quadro das Áreas Protegidas relativas a Conservação da Natureza - Biodiversidade,	A legislação nacional cumpre os requisitos da NAS 4

EIA - ANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Ter em conta os impactos diretos, indiretos, cumulativos e combinados do projeto e de quaisquer obras ou instalações auxiliares ou associadas ao avaliar a importância dos impactos e riscos para os habitats, as espécies e os ecossistemas.	Decreto-Lei n.o 5-A/2011, sobre a criação de setores e o Decreto 14/2011, de 22 de fevereiro, relativo à preservação da floresta. Consideram que os recursos naturais fazer parte do património comum da nação, que o Estado protege e gere, facilitando o acesso de todos. A Lei-Quadro das Áreas Protegidas relativa a Conservação da Natureza - Biodiversidade e o Decreto-Lei n.º 5-A/2011, relativo à criação de áreas protegidas, estabelecem as regras para a proibição absoluta de desmatação ou limpeza de matos, bem como de queimadas de arbustos, arvoredos ou lenhas na concessão ou em todos os terrenos que constituem o domínio designado por "Parques Nacionais, Áreas Naturais". A Lei Fundamental n.o 1/2011 relativa ao ambiente e a Lei n.o 10/2010 relativa à avaliação ambiental sublinham a obrigatoriedade da realização do estudo do impacto ambiental de qualquer projeto suscetível de prejudicar o ambiente. A legislação prevê igualmente a audição pública, a avaliação ambiental e a auditoria ambiental.	
Adotar uma prática de gestão adaptativa, que permita ajustar a aplicação das medidas de atenuação e de gestão em função da evolução das condições (por exemplo, conceção do projeto, acontecimentos naturais imprevistos, impactos adversos das alterações climáticas) e acompanhar os resultados ao longo do ciclo de vida do projeto NAS 4, n.o 13	Não explicitamente mencionado na legislação nacional. Com efeito, a Lei-Quadro das Áreas Protegidas relativas à Conservação da Natureza - Biodiversidade, Decreto-Lei n.o 5-A/2011, sobre a criação de sectores e o Decreto n.o 14/2011, de 22 de fevereiro, relativo à preservação das florestas, trata da proteção da natureza e da biodiversidade e do cumprimento dos princípios da gestão sustentável das florestas e da limpeza, quer manual quer mecanizada. Contribui, em especial, para assegurar a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais, a proteção das espécies da fauna e da flora selvagens e o desenvolvimento sustentável das zonas protegidas.	A legislação nacional não satisfaz plenamente a NAS 4. Assim, aplicar-se-á a NAS 4.
Proteção e conservação da biodiversidade de elevado valor Evitar a execução de uma atividade que possa ter impactos negativos e irreversíveis significativos na biodiversidade de elevado valor, a menos que:	Não explicitamente mencionado na legislação nacional. Com efeito, a Lei-Quadro das Áreas Protegidas relativa à conservação da natureza - Biodiversidade, o Decreto-Lei n.o 5-A/2011, sobre a criação de sectores e o Decreto n.o 14/2011, de 22 de fevereiro, relativo à preservação das	O direito nacional não satisfaz plenamente este requisito da NAS 4. Assim, aplicar-se-á o NAS n.o 4.

FHAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
- Não existe uma alternativa viável para a execução do projeto em zonas de menor valor em termos de biodiversidade; - A execução do projeto é autorizada ao abrigo da legislação ambiental aplicável, tendo em conta os elementos da biodiversidade que é importante preservar; - foi realizada uma consulta construtiva com as partes interessadas e os peritos pertinentes; e - Sejam postas em prática medidas adequadas mediante a aplicação da hierarquia das medidas de atenuação, a fim de assegurar que não serão causadas perdas e, se necessário, que será gerado um impacto positivo líquido nos elementos e habitats de biodiversidade subjacentes, de modo a alcançar resultados de conservação positivos mensuráveis. NAS 4, n.o 15	florestas, trata da proteção da natureza e da biodiversidade, bem como do respeito pelos princípios da gestão sustentável das florestas e da limpeza, quer manual quer mecanizada.	
Protecção e conservação de habitats críticos O promotor deve ser proibido de realizar qualquer atividade relacionada com o projeto em zonas de habitat crítico, a menos que: - Não existe uma alternativa viável ao projeto em termos de localização ou conceção e está rigorosamente demonstrado que o projeto apresenta um interesse público superior com base em considerações de saúde humana, segurança pública e/ou consequências benéficas de importância primordial para o ambiente; - O projeto não implica qualquer impacto negativo mensurável que possa afetar negativamente, sob	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 4. Assim, a NAS n.o 4 aplicar-se-á propondo medidas para a gestão de habitats críticos.

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGU

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
qualquer forma, o estado ecológico e de conservação do habitat crítico, e os impactos são evitados e reduzidos, tanto quanto possível, por alterações da área de influencia ou de conceção; - O projeto não conduz a uma redução líquida da população de espécies vulneráveis, ameaçadas ou criticamente ameaçadas durante um período de tempo razoável; - as partes interessadas são consultadas; - Os resultados positivos de conservação (impacto positivo líquido) e a manutenção da funcionalidade ecológica sejam alcançados através de medidas de compensação adequadas para os impactos que subsistiriam apesar das medidas de prevenção e de redução máxima do impacto, bem como de medidas de restauração; e um programa de acompanhamento sólido e adequado e - A avaliação a longo prazo da biodiversidade, destinada a avaliar o estado do habitat crítico, deve ser integrada no programa de gestão adaptativa do promotor. NAS 4, n.o 17		
Espécies exóticas invasoras Não introduzir intencionalmente espécies exóticas invasoras, a menos que tal seja realizado em conformidade com o quadro regulamentar internacional, europeu e/ou nacional. NAS 4, n.os 30 a 33	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 4. Assim, aplicar-se-á as disposições da NAS n.o 4.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Gestão e utilização sustentáveis dos recursos naturais vivos Gerir os recursos naturais vivos de forma sustentável, aplicando uma boa gestão e práticas setoriais específicas e utilizando as melhores tecnologias disponíveis. NAS 4, ponto 42	Não explicitamente mencionado na legislação nacional. Com efeito, a Lei-Quadro das Áreas Protegidas relativa à conservação da natureza - Biodiversidade, o Decreto-Lei n.o 5-A/2011, sobre a criação de sectores e o Decreto n.o 14/2011, de 22 de fevereiro, relativo à preservação das florestas, trata da proteção da natureza e da biodiversidade e do cumprimento dos princípios da gestão sustentável das florestas e da limpeza, quer manual quer mecanizada. Contribui, em especial, para assegurar a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais, a proteção das espécies da fauna e da flora selvagens e o desenvolvimento sustentável das zonas protegidas.	A legislação nacional cumpre esta NAS n.o 4, pelo que a NAS 4 será aplicável
NAS 5 (Alterações climáticas): reconhece a importância e a urgência de combater as alterações climáticas, que constituem uma grande ameaça mundial e um motivo de preocupação para toda a humanidade, uma vez que o aumento das temperaturas tem cada vez mais consequências negativas graves, generalizadas e irreversíveis para as pessoas, as atividades económicas, os ecossistemas e a capacidade regenerativa do planeta. Esta norma reconhece ainda o papel da atividade de financiamento no apoio ao desenvolvimento hipocarbónico e resiliente às alterações climáticas, em especial no apoio i) à ação climática através da redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e ii) ao reforço da resiliência e da capacidade de adaptação das populações, dos ambientes naturais e dos recursos para fazer face aos impactos atuais e futuros das alterações climáticas. A NAS 5 define as responsabilidades dos promotores na atenuação das alterações climáticas e na adaptação às mesmas e, por conseguinte, no combate às alterações climáticas.		
Avaliação e redução máxima das emissões de GEE Fornecer ao BEI todas as informações pertinentes sobre a natureza e a extensão das emissões de GEE do projeto e/ou o seu sequestro; NAS 5, n.o 15	A questão das alterações climáticas é abordada na Guiné-Bissau com o Plano de Acção Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas (PANA) elaborado em 2006 para ajudar os Países Menos Desenvolvidos a identificar actividades prioritárias para dar resposta às suas necessidades imediatas e às preocupações mais urgentes em matéria de adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas. A Guiné-Bissau ratificou igualmente a Convenção sobre as Alterações Climáticas em 27 de Outubro de 1995.	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 5. Assim, aplicar-se-á as disposições da NAS 5.
Demonstrar que teve em conta soluções alternativas para minimizar as emissões de GEE relacionadas com os projetos.	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 5. Assim,

EIAS COMPOSANTE ... VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
NAS 5, n.o 16		aplicar-se-á as disposições da NAS 5.
Avaliação e redução máxima dos riscos climáticos físicos Fornecer ao BEI todas as informações pertinentes sobre os riscos climáticos físicos associados a um projeto, conforme exigido pelo Banco NAS 5, n.o 17	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 5. Assim, aplicar-se-á as disposições da NAS 5.
Realizar uma avaliação da vulnerabilidade e dos riscos climáticos quando um projeto está ameaçado por perigos climáticos físicos NAS 5, n.o 18	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 5. Assim, aplicar-se-á as disposições da NAS 5.
Fornecer ao BEI, mediante pedido, informações relacionadas com o clima relevantes para a avaliação da parte económica do projeto NAS 5, n.o 20	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 5. Assim, aplicar-se-á as disposições da NAS 5.
NES 6 (Reinstalaçãoinvoluntária): reconhece que a reinstalação involuntária é uma deslocação que resulta diretamente da aquisição de terrenos ou da restrição da utilização de terrenos no contexto de um projeto. Inclui a deslocação física (reinstalação física, perda de residência ou abrigo); e/ou deslocação económica (perda de bens ou acesso a bens, resultando na perda de fontes de rendimento ou de meios de subsistência). O reassentamento é involuntário quando os indivíduos ou comunidades afetados não têm o direito de se recusar a ser deslocados. Reconhece igualmente que a reinstalação involuntária pode ter um grave impacto no bem-estar económico, social e cultural dos beneficiários (pessoas afetadas e comunidades de acolhimento). As pessoas reinstaladas podem perder as suas fontes de rendimento temporária ou permanentemente; podem encontrar-se num ambiente em que a aplicação das suas competências é reduzida e a indemnização pode não ser suficiente para evitar danos ou desvantagens a longo prazo		
Critérios de elegibilidade: A NAS n.o 6 prevê que as pessoas afetadas podem ser classificadas em três (3) categorias de pessoas: - os titulares de direitos legais formais sobre a terra ou os bens (incluindo os direitos consuetudinários e tradicionais reconhecidos pela legislação nacional)	A Constituição da Guiné-Bissau garante o direito de propriedade aos cidadãos e condiciona a sua restrição apenas por razões de utilidade pública. Um dos artigos da Constituição prevê que o direito de propriedade é garantido por lei. Só pode ser prejudicada com base num interesse público legalmente estabelecido e após uma compensação justa e prévia.	As duas leis não atendem totalmente aos requisitos da NAS no 6. Assim, para complementar as disposições nacionais, na execução do Plano de Ação de Reinstalação (PAR), todas as pessoas identificadas nos vários

ESIAS COMPLEMENTAR NACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
- as pessoas que não têm direitos legais formais sobre a terra e/ou os bens, mas que têm direitos sobre a terra ou os bens que são reconhecidos ou reconhecíveis nos termos da legislação nacional ou dos direitos tradicionais e consuetudinários; - aqueles que não têm direitos legais ou reivindicações legítimas sobre a terra e/ou bens que ocupam ou utilizam.	Lei n.o 2.030, de 22 de Junho de 1948, sobre "Expropriação no Interesse Público"	locais serão tidas em conta na indemnização e na assistência à reinstalação.
Evitar a reinstalação involuntária ou, se esta for inevitável, minimizá-la através da investigação de projectos alternativos ou de concepções e localizações alternativas dos projectos.; NAS 6, n.o 4, alínea a)	A Lei Nº 10/2010, de 24 de setembro, estabelece as regras gerais para minimizar a perda de bens económica e a Lei fundiária Nº 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra), estabelecem que o cancelamento do direito de uso privativo para todos os utilizadores pode ocorrer nos termos da legislação guineense na sequência de expropriação por razões de utilidade pública. Neste caso, o artigo 27 da Lei da terra Nº 5/98, de 23 de abril de 1998, espacifica que é o Estado que compensa o concessionário. Afirmam igualmente que a comunidade local exerce o poder de gestão fundiária de acordo com o regime consuetudinário sobre a área situada no interior do seu limite territorial histórico, ou seja, a área habitada ou utilizada para fins agrícolas, como a agricultura, a pecuária. Este poder também é exercido sobre os recursos hídricos e marítimos, florestas sagradas ou florestas destinadas a outros fins socioculturais e económicos. A avaliação das despesas é efetuada por uma comissão de avaliação das despesas com vista a avaliar a compensação a pagar ao ocupante em caso de aquisição de terrenos.	A legislação nacional satisfaz este requisito da NAS 6, uma vez que prevê uma compensação para as atividades comerciais e artesanais que são permanente ou temporariamente perturbadas devido a obras de engenharia civil financiadas pelo projeto.
Evitar os despejos forçados; NAS 6, n.o 4, alínea b), e n.os 48 a 51	De acordo com a Lei da terra (Lei n.o 5/98, de 23 de abril de 1998 («Lei da Terra»), o cancelamento do direito de uso privativo para todos os utilizadores pode ocorrer ao abrigo da legislação guineense na sequência de uma expropriação por razões de utilidade pública. Nesse caso, é o Estado que «compensa o concessionário» (artigo 27.°). o montante da	O direito nacional satisfaz este requisito da NAS 6

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
	indemnização terá em conta o valor real dos bens imóvel, e imóveis, das benfeitorias pertencentes à concessão a partir da data da anulação.»	
Melhorar os meios de subsistência e/ou as condições de vida das pessoas deslocadas ou, pelo menos, restabelecê-las nos níveis anteriores ao projeto; NAS 6, Nº 4, alíneas c) e d).	Nos termos da Lei Nº 10/2010, de 24 de setembro, que estabelece as regras gerais para a minimização da perda de bens económicos e da Lei da terra Nº 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra),), a avaliação do valor dos bens é efectuada por uma comissão de avaliação de bens, com vista a avaliar a indemnização a pagar ao ocupante em caso de recuperação do terreno. A indemnização terá em conta o valor real do bem imóvel, móvel, das benfeitorias, pertencentes a concessão a partir da data da anulação.» Além do custo calculado desta forma: i) uma quantidade igual aos lucros líquidos esperados durante um período de cinco anos, estimados com base em metade dos lucros realizados durante os três anos; ii) juros desde a data da anulação da concessão até à data do pagamento da indemnização acrescida da taxa de conta do Banco da Guiné-Bissau.»	A legislação guineense não prevê explicitamente a reinstalação como um objetivo de desenvolvimento que permita às pessoas afetadas beneficiar de recursos suficientes para melhorar os seus meios de subsistência e o seu nível de vida em geral. A NES 6 será aplicada para permitir que as pessoas afetadas beneficiem plenamente dos benefícios do projeto e melhorem ou, pelo menos, preservem as suas condições de vida, uma vez que a reinstalação não deve, de modo algum, empobrecê-las ou degradar a sua qualidade de vida (social, económica e ambiental). A fim de permitir que as pessoas afetadas beneficiem de recursos suficientes que lhes permitam melhorar os seus meios de subsistência e o seu nível de vida em geral, o Governo, através da Unidade de Gestão de Projetos, tomará as medidas necessárias para envolver, se for caso disso, os departamentos técnicos dos ministérios na

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
		avaliação dos ativos afetados, tendo simultaneamente em conta o padrão de custos de reposição.
Definir uma data-limite para a elegibilidade em relação ao recenseamento devidamente documentada e efetivamente comunicada em toda a área do projeto. O promotor não é obrigado a compensar ou a prestar assistência às pessoas que se instalem na zona do projeto após o termo do prazo. NAS 6, ponto 22	A Lei Nº 2.030, de 22 de Junho de 1948, sobre "expropriação no interesse público" trata da abertura da investigação de "commodo et incommodo" (artigo 6 do Título I) sem esclarecer se esta é a data de elegibilidade para compensação.	Este decreto não satisfaz plenamente o NES Nº 6. Para complementar esta disposição nacional, serão propostas uma data de início e uma data de termo para a identificação dos PAP e dos seus ativos, em consulta com as pessoas afetadas pelo projeto (PAP) e os proponentes do projeto. Estas datas serão publicadas em estações de rádio locais e amplamente divulgadas por cartazes em locais públicos.
Realizar um recenseamento de base e um estudo socioeconómico para identificar todas as pessoas afetadas pelo projeto que serão deslocadas física ou economicamente e elegíveis para compensação e/ou assistência. NAS 6, Nº 19	A Lei N.º 10/2010, de 24 de setembro de 2010, sobre o regime geral de minimização da perda de bens económicos e a Lei da Terra n.º 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra), indicam que a anulação do direito de uso privativo para todos os utentes pode ocorrer ao abrigo da legislação guineense na sequência de uma expropriação por utilidade pública. Neste caso, o Estado indemnizará o concessionário nos termos do artigo 27º da lei nº 5/98 de 23 de abril de 1998 – Lei da Terra.	O direito nacional não satisfaz plenamente este requisito da NAS 6. A legislação nacional será complementada pelos princípios fundamentais da NAS 6 aquando da elaboração do plano de ação, em especial através da definição de uma data-limite e de uma definição clara através da identificação das pessoas elegíveis. Este prazo será acordado com as comunidades e amplamente difundido às populações através dos meios de

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
		comunicação adequados, incluindo em línguas faladas localmente.
Dar a todas as pessoas afetadas pelo projeto a oportunidade de fazerem uma escolha informada entre uma compensação em espécie («terra - por – terra», «casa – por – casa» e «armazém – por – armazém») e uma compensação financeira a custo de reposição integral. O proponente respeita a escolha das pessoas afetadas pelo projeto. Priorizar a compensação terra por terra quando os meios de subsistência das pessoas afetadas pelo projeto são baseados na terra ou caso a terra é mantida coletivamente. NAS 6, Nº 25 NAS 6, Nº 26	Nos termos do artigo 27 da lei Nº 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra), «o montante da compensação deve ter em conta o valor real dos bens, mobiliário, imobiliário, befeitorias pertencentes à concessão a partir da data da anulação». A Lei Nº 2.030, de 22 de junho de 1948, relativa à "expropriação por utilidade pública", propõe que a eliminação dos direitos consuetudinários sobre a terra dê lugar, para os titulares desses direitos, a uma indemnização, nomeadamente pecuniária (indemnização por expropriação fixada pelo Tribunal, artigos 12.º e 13.º do Título IV).	O direito nacional não prevê a possibilidade de compensação em espécie («terra-a-terra», «casa-a-casa» e «armazém-a-armazém») e de compensação financeira ao custo total da reposição e não exige diversos apoios temporários. Aplicar a NAS Nº 6 do BEI aquando da elaboração dos PAR, dando prioridade à compensação em espécie para as pessoas cujos meios de subsistência provêm da terra. As terras alternativas propostas devem ter um potencial produtivo, vantagens geográficas

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
		e outros factores pelo menos equivalentes em termos de benefícios às terras retiradas. Para a compensação de terrenos em zonas urbanas, é necessário tomar o valor de mercado antes da deslocação de um terreno de dimensão e utilizado da mesma forma, localizado na proximidade do terreno em causa, para além do custo das taxas de registo e de transferência.
Prestar assistência à reinstalação adaptada às necessidades de cada grupo de pessoas deslocadas, prestando especial atenção às pessoas e/ou grupos vulneráveis afetados pelo projeto. NAS 6, ponto 31 NAS 7, pontos 50-52	A legislação nacional não prevê medidas específicas para os grupos vulneráveis.	A legislação nacional não cumpre este requisito da NAS Nº 6. Assim, na execução do projeto, serão estudados caso a caso os vários tipos de apoio de que os PAP beneficiarão.
Efetuar o pagamento (no caso de compensação financeira) antes da deslocação efetiva, a fim de permitir que as pessoas afetadas pelo projeto obtenham os elementos de reposição adequados, tendo em conta o contexto local e considerações pessoais, para selecionar, consoante a pessoa em causa, o método de pagamento mais adequado (cheque, transferência bancária, numerário, etc.). NAS 6, ponto 33	**Não mencionado na legislação nacional**	A legislação nacional não cumpre este requisito da NAS 6. Complementar a legislação nacional; é importante incluir nos formulários de recenseamento o método de pagamento pretendido (cheque, transferência bancária ou eletrónica, numerário, etc.) e o tipo de pagamento de compensação (em numerário e/ou natura) e efetuar o pagamento antes do início dos trabalhos.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Propor a aquisição de uma parcela inteira em que apenas uma parte do terreno ou da propriedade seja adquirida e o resto da parcela não seja residencial ou economicamente viável. NAS 6, parágrafo 36	Não mencionado na legislação nacional	O direito nacional não cumpre este requisito da NAS 6. Assim, é necessário aplicar a NAS 6
Melhorar as infraestruturas sociais e públicas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo das comunidades afetadas e de acolhimento NAS 6, parágrafo 38	Não mencionado na legislação nacional	A legislação nacional não cumpre os requisitos da NAS 6 porque a legislação da Guiné-Bissau não faz do reassentamento uma atividade para o desenvolvimento da infraestrutura social e pública das comunidades afetadas ou de acolhimento. Assim, é necessário aplicar a NAS 6
Consultar as pessoas afetadas pelo projeto, tanto mulheres como homens, sobre a seleção dos locais e, na medida do possível, oferecer-lhes a oportunidade de escolher entre vários locais nos casos em que estão previstos locais de reassentamento. Informar as pessoas afetadas pelo projeto das opções à sua disposição e dos direitos relacionados com a reinstalação, disponibilizando todas as informações pertinentes de forma atempada e adequada ao contexto, num local acessível e numa forma e numa língua compreensíveis para todas as pessoas afetadas pelo projeto, prestando especial atenção aos casos de analfabetismo e à possibilidade de a educação diferir em função da idade, do género ou da situação económica. NAS 6, parágrafo 44 NAS 7, parágrafo 41 e 42	Especificado na legislação nacional Artigo 33.o da Lei da Terra n.o 5/98, de 23 de abril Para efeitos de consulta pública, será publicado um aviso no Diário da República e enviado para apresentação, por meio de edital, em local visível e acessível na sede do sector onde se situa a área requerida e nas aldeias vizinhas. O edital será difundido pela rádio nacional e local e nas línguas maternas dominantes na comunidade local do projecto. Artigo 44.o da lei Nº 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra) comunidades locais; Organizar e coordenar os processos de consulta pública sempre que tal seja obrigatório.	Acordo parcial entre as duas legislações, apenas sobre a consulta das comunidades, mas não sobre a sua participação na reinstalação, incluindo a escolha do local de reinstalação. Na preparação dos PAR, a legislação nacional será complementada pelas disposições do NAS 6 do BEI, que é mais abrangente em termos de participação e consulta.

EIAS CONFORME ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
NAS 6, parágrafo 40 NAS 7, parágrafo 25 e 26		
Prestar especial atenção aos grupos vulneráveis suscetíveis de serem afetados de forma desproporcionada pelo processo de reinstalação e aplicar disposições especiais às consultas que envolvam os povos indígenas. Quando exigido pela Norma 7, o promotor deve obter Consentimento Livre, Prévio e Esclarecido (CLPE) NAS 6, n.o parágrafo 45 NAS 7, parágrafo 43-49	Não mencionado na legislação nacional. A legislação nacional não especifica medidas específicas para os grupos vulneráveis afetados por operações de reinstalação	A legislação nacional não cumpre este requisito da NAS Nº 6. Para completar a disposição nacional, é importante contactar os serviços responsáveis pelos assuntos sociais para ter em conta esta categoria de pessoas no seio das pessoas a deslocar.
Estabelecer um mecanismo de gestão de reclamações socialmente adequado e facilmente acessível, independentemente do género ou de quaisquer outras características socioeconómicas, para responder prontamente às preocupações e reclamações relacionadas com o processo de reinstalação involuntária suscitadas por pessoas afetadas pelo projeto, comunidades de acolhimento ou outras entidades. NAS 6, parágrafo 46 e 47 NAS 7, parágrafo 55-57	Artigo 41 da lei Nº5/98, de 23 de abril de 1998 (Lei da terra) estipula que "No prazo de 30 dias a contar da data de apresentação dos avisos de publicação, as partes interessadas podem apresentar uma denúncia e uma objeção fundamentada. As reclamações serão apreciadas, com audiência prévia do requerente, pela Direção do Serviço Nacional de Geografia e Cadastro. Comissão fundiária (nacional, regional, setorial) descrita nos artigos 42-N, 43, 44 e 45.o da mesma lei Artigo 48 da Nº 5/98, de 23 de abril (Lei da Terra) Resolução de conflitos Estipula "Sem prejuízo dos mecanismos de mediação e arbitragem previstos na presente lei e sem prejuízo dos direitos de recurso e de recurso hierárquico, o direito de recurso judicial é garantido aos titulares de direitos e interesses legalmente protegidos, de acordo com os procedimentos legais, para dirimir litígios na aplicação e execução da presente lei". A Lei n.o 2.030, de 22 de junho de 1948, relativa à "expropriação no interesse público", prevê a comparência das pessoas afetadas perante a comissão composta por três agentes administrativos para chegar a um acordo amigável sobre a indemnização e, no caso de o PAP não ficar satisfeito com o tratamento do seu processo, pode remeter a questão para	As legislações nacionais aplicam mecanismos de resolução de conflitos que estão em conformidade com os criados pelo BEI. Assim, os procedimentos nacionais serão complementados pelos da NES n.o 6 do BEI, em especial no que diz respeito à criação de um mecanismo de gestão de queixas.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
	o Tribunal de Instancia, que estabelece a indemnização de expropriação com base num parecer pericial,	
Prestar especial atenção à dimensão de género na reinstalação involuntária, adotando medidas específicas para assegurar que as perspetivas e os interesses das mulheres são tidos em conta em todos os aspetos do planeamento e da execução da reinstalação (igualdade de género em todos os aspetos da reinstalação). NAS 6, parágrafos 53 e 53 NAS 7	O artigo 25 da Constituição da Guiné-Bissau estipula que "homens e mulheres são iguais perante a lei em todas as áreas da vida política, económica, social e cultural".	A legislação nacional satisfaz este requisito. No entanto, dada a sensibilidade da questão do género nas nossas sociedades africanas, a legislação nacional será reforçada pela NAS 6 durante a implementação do projeto.
Elaborar documentos de planeamento da reinstalação com base no grau e dimensão do impacto, amplitude da deslocação física e económica e vulnerabilidade das pessoas afectadas (CPR, PAR, PRMS, etc.). Criar um sistema de acompanhamento (recursos, pessoal e procedimentos) adaptado à dimensão da reinstalação e aos riscos envolvidos. NAS 6, parágrafo 63-66, parágrafo 55-58 e anexo 1-A e B	Ausência de disposições específicas na legislação nacional sobre o seguimento e a avaliação das operações de reinstalação	A UGP aplicará a NAS 6 do BEI no que concerne o sistema de seguimento e avaliação. Este deverá ser dotado de pessoal qualificado, de recursos financeiros e materiais adequados e incluir a participação inclusiva das pessoas afetadas durante o seguimento e a avaliação.
NAS 8 (*Emprego e condições de trabalho*): reconhece que uma boa gestão dos recursos humanos e das relações laborais é essencial para a sustentabilidade das práticas profissionais, a criação de emprego e o crescimento económico inclusivo. Garantir condições de trabalho justas, seguras e saudáveis, baseadas no respeito pelos direitos dos trabalhadores, promove a eficiência e a produtividade. Esta norma estabelece as responsabilidades do promotor para a avaliação, gestão e monitoramento dos impactos e riscos relacionados à força de trabalho dos projetos. Reconhece aos trabalhadores e aos empregadores tanto o direito como a obrigação. A NAS 8 aplica-se aos trabalhadores envolvidos no projeto, incluindo trabalhadores a tempo inteiro, a tempo parcial, temporários, sazonais e migrantes. Entende-se por «trabalhadores do projeto»: - pessoas empregadas ou recrutadas diretamente pelo promotor (incluindo o autor do projeto e os organismos responsáveis pela execução do projeto) para trabalhar especificamente para o projeto (trabalhadores diretos); - Pessoas empregadas ou recrutadas através de terceiros para executar tarefas relacionadas com as funções essenciais do projeto, independentemente da localização (trabalhadores terceiros);		

TE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUES

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
- pessoas empregadas ou recrutadas pelos principais fornecedores do promotor (trabalhadores da cadeia de abastecimento);		
Gestão das relações laborais A NAS 8 estabelece que os trabalhadores do projeto não devem ser contratados informalmente e todos devem ter um contrato de trabalho escrito válido que estabeleça os termos e condições de emprego, incluindo o direito a um salário, horas de trabalho, horas extraordinárias e disposições de compensação, bem como outros benefícios (como licença por doença, licença de maternidade/paternidade ou férias). Quaisquer alterações significativas nas condições de trabalho e de emprego devem ser comunicadas aos trabalhadores do projeto de forma culturalmente adequada. O promotor deve informar os trabalhadores do projeto dos seus direitos de eleger representantes do pessoal, de constituir um sindicato ou de aderir a um sindicato à sua escolha e de negociar coletivamente. NAS 8, parágrafos 16 e 37	A Guiné-Bissau tem uma série de leis que regem as condições de trabalho e as relações de trabalho: Lei n.o 2/86 de 5 de Abril de 1986 - Lei Geral do Trabalho - ARTIGO 161.o (Princípios gerais) - ARTIGO 4.o (Conceito de contrato de trabalho) - ARTIGO 7.o (Forma do contrato de trabalho) - ARTIGO 9o (Contrato de trabalho com e sem termo) - ARTIGO 47.o: Horário de trabalho - ARTIGO 155.o: Trabalho das mulheres	A legislação nacional satisfaz parcialmente este requisito da NAS 8. No entanto, foi elaborado um procedimento de gestão da mão de obra que cumpre com as exigencias da NAS 8.
Condições de trabalho e de emprego A NAS 8 exige que o promotor respeite as convenções coletivas com as organizações de trabalhadores e assegure condições de trabalho justas; Assegurar que os trabalhadores do projeto são remunerados regularmente, em conformidade com a legislação nacional e os procedimentos de gestão do trabalho; garantir o cumprimento do horário de trabalho, incluindo pausas e períodos de descanso, NES 8, parágrafos 19 a 22		

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Trabalho infantil A NES 8 proíbe que o projeto recorra, utilize ou beneficie de trabalho infantil. NES 8, parágrafos 24 a 27	O princípio da abolição efetiva do trabalho infantil é reconhecido na Guiné-Bissau pela Lei n.o 2/86, de 5 de abril de 1986, Lei Geral do Trabalho, capítulo VIII, artigos 146.o e seguintes, publicação Nº 2, suplemento do Boletim Oficial n.o 14/86. A legislação em vigor fixa a idade mínima de admissão ao emprego em cerca de 14 anos após a conclusão da escolaridade obrigatória, exceto no caso da formação profissional. A idade mínima de admissão a tipos de trabalho considerados perigosos foi fixada em 18 anos. Qualquer forma de trabalho suscetível de pôr em perigo o desenvolvimento físico e mental da criança é considerada perigosa, especialmente se o trabalho for realizado sem respeitar as condições mínimas de higiene e segurança. Não existe uma lista específica de tipos de trabalho considerados perigosos. A Guiné-Bissau ratificou igualmente convenções internacionais que proíbem o trabalho infantil: • C-138 Convenção sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, 1973, ratificada em 5 de março de 2009: - Conformidade da idade mínima de admissão ao emprego com as disposições legislativas e regulamentares nacionais; - Admissão em qualquer tipo de emprego ou trabalho que, pela sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de pôr em perigo a saúde, a segurança ou a moral de uma pessoa com, pelo menos, 18 anos de idade. • C-182 Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999, ratificada em 26 de agosto de 2008: - Proibição das piores formas de trabalho infantil (formas de escravatura ou práticas semelhantes à escravatura, trabalho que possa ser prejudicial à saúde, à segurança ou à moral).	A legislação nacional cumpre os requisitos da NAS 8

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
Não discriminação e igualdade de oportunidades e de tratamento A NAS N.º 8 estabelece que o Mutuário baseará a relação de trabalho no princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento e não tomará qualquer medida discriminatória relativamente a qualquer aspeto da relação de trabalho (sexo, orientação sexual, género, identidade de género, classe social, origem racial, étnica, indígena, caraterísticas genéticas, idade, nascimento, deficiência, religião ou crença, opinião política ou outra, ativismo, pertença a uma minoria nacional, a um sindicato ou a outra forma de organização de trabalhadores, nacionalidade, estado civil, estado de saúde, estatuto de migrante ou de minoria ou estatuto económico), etc.); NAS 8, parágrafos 33 a 36	Artigo 155.° da LGT: O TRABALHO DAS MULHERES - Garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres no emprego e na atividade profissional - A igualdade implica a ausência de qualquer discriminação em razão do sexo, direta ou indireta, nomeadamente por referência ao estado civil ou à situação familiar. - As mulheres têm acesso garantido a qualquer trabalho, profissão ou emprego que não envolva riscos reais ou potenciais para a função genética. • O artigo 1 da Lei da Paridade, de 3 de dezembro de 2018, visa assegurar uma maior igualdade de oportunidades na tomada de decisões, promovendo a paridade entre homens e mulheres; A Guiné-Bissau ratificou também a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 23 de Agosto de 1985. A legislação complementar estabelecerá condições ou proibições de contratação de mulheres para trabalhos pesados, trabalhos realizados em condições insalubres ou trabalhos subterrâneos, ou outros que sejam prejudiciais para a função genética da mulher.	O projeto elabora um plano de gestão de mão de obra (PGMO) para reger as condições de emprego e de trabalho dos trabalhadores durante a execução das obras. A elaboração do plano de gestão da mão de obra (PGMO) alinha o subprojeto com a NAS 8.
Mecanismo de gestão de reclamações A NAS 8 exige que o promotor crie um mecanismo de gestão de reclamações eficaz, culturalmente adequado e sensível às questões de género que permita aos trabalhadores do projeto (e às suas organizações representativas, se for caso disso) manifestar preocupações razoáveis sobre o seu trabalho. NES 8, parágrafos 44-46	No caso da última parte do parágrafo 1 da LGT, o trabalhador pode rescindir o contrato de trabalho e ter direito à uma indemnização prevista no artigo 129.o. O trabalhador pode recorrer à justiça, mas não há procedimento de gestão de reclamações.	A legislação nacional tem implicitamente em conta este requisito do NAS 8 e, por conseguinte, satisfaz-o parcialmente. O plano de gestão da mão de obra contém um MGR específico para os trabalhadores..
NAS 9 (Saúde,segurança e proteção): reconhece que as atividades, os equipamentos e as infraestruturas do projeto podem expor os trabalhadores e as populações a perigos, riscos e impactos para a saúde, a segurança e a proteção. Reconhece igualmente o direito dos trabalhadores a condições de trabalho justas e equitativas e o direito		

NS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
dos trabalhadores e das pessoas e populações afetadas à vida e à integridade. A NAS 9 define as responsabilidades do promotor em matéria de avaliação, gestão e monitorização dos riscos para a saúde, a segurança e a proteção dos trabalhadores e das populações associados aos projetos. Esta norma aplica-se a todos os projetos suscetíveis de ter um impacto, direto ou indireto, na saúde, segurança e proteção dos trabalhadores e/ou das populações, bem como aos requisitos específicos a ter em conta, nomeadamente a fim de assegurar a coerência com os princípios das «salvaguardas sociais mínimas».		
Segurança e Saúde no Trabalho (SST) A NAS 9 estabelece que todas as partes que empreguem ou contratem trabalhadores no âmbito do projeto desenvolverão e implementarão procedimentos para criar e manter um ambiente de trabalho seguro, incluindo a garantia de que os locais de trabalho, máquinas, equipamentos e processos sob o seu controlo são seguros e sem riscos para a saúde.	Lei n.o 2/86 de 5 de Abril de 1986 - Lei Geral do Trabalho Artigo 161.o do GTA (Princípios gerais) O empregador é obrigado a organizar e executar o trabalho em condições de higiene, segurança e proteção da saúde dos trabalhadores. Estas condições serão estabelecidas em legislação complementar, tendo em conta os condicionalismos e as especificidades dos diferentes setores de atividade económica. A legislação definirá as funções e responsabilidades respetivas das autoridades públicas, dos empregadores e dos trabalhadores, em consonância com a complementaridade dessas responsabilidades.	A empresa elaborará e implementará um plano especial de saúde e segurança (PESS) para dar cumprimento a este requisito da NAS 9.
Saúde e segurança da população A NAS 9 exige que o proponente identifique e avalie os riscos associados ao projeto e os seus impactos adversos na saúde e segurança das pessoas e populações suscetíveis de serem afetadas, incluindo as que, devido à sua situação particular, podem ser mais vulneráveis. NES 9, Parágrafo 35	A questão da saúde e segurança da população é tratada nos seguintes textos: - Lei n.o 2/86, de 5 de abril, relativa à Lei Geral do Trabalho (LGT); - Decreto Lei Nº 5/86 que institui um sistema de proteção social (29 de março de 1986), - O Decreto N.° 4/80, relativo ao seguro obrigatório de acidentes de trabalho e doenças profissionais, regula o direito à indemnização dos trabalhadores (e dos membros da sua família). - O Decreto lei N.° 6/80 estabelece diferentes tipos de prestações a que um trabalhador que tenha sofrido um acidente de trabalho ou uma doença profissional tem direito em função do seu grau de incapacidade e estabelece as regras de determinação do salário com base no qual é calculada a indemnização. - Lei Nº 4/2007 que estabelece o quadro jurídico da proteção social da população através da criação de três regimes: proteção social não contributiva dos cidadãos; proteção social obrigatória, que é um	A legislação nacional cumpre estes requisitos da NES n.° 9, na medida em que a empresa será obrigada a elaborar e aplicar um plano especial de saúde e segurança (PPSPS).

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO POR

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
	regime contributivo que abrange todos os trabalhadores (nacionais ou estrangeiros); e, por último, o regime complementar voluntário de segurança social; - Decreto N.º 02/2012, de 3 de janeiro, relativo à obrigação de institucionalização do plano e dos responsáveis pela saúde e segurança nas empresas.	
Riscos associados ao afluxo de trabalhadores: Exposição a doenças e outros abusos A NAS Nº. 9 estipula que todas as partes que empreguem ou contratem trabalhadores no âmbito do projeto devem adotar medidas para prevenir ou conter a propagação de pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis associadas ao afluxo de trabalhadores, como a malária, a tuberculose, as doenças sexualmente transmissíveis (incluindo o VIH/SIDA), entre outras ... (organização de programas de formação e sensibilização; aplicação de códigos de conduta aos trabalhadores e às pessoas que vivem em acampamentos de trabalho...) NES 9, parágrafos 37 e 46	O Código Penal de 31 de Outubro de 1993 proíbe e pune qualquer pessoa responsável pelos seguintes actos: abuso sexual (artigo 134), violação (artigo 133) e exploração sexual (artigo 136). Existem riscos de exacerbação dos casos de VBG, VCC e outros abusos devido à presença maciça de pessoal no local.	A legislação nacional será reforçada pela NAS 9. As empresas deverão elaborar e aplicar um código de conduta.
NAS 10 (Património cultural): reconhece que a proteção e a conservação do património cultural, uma fonte de informações históricas e científicas valiosas, uma mais-valia para o desenvolvimento económico e social e uma parte integrante da identidade cultural, das práticas e dos direitos das pessoas, são fundamentais para a sustentabilidade ambiental e social. O termo «património cultural» abrange todos os diferentes aspetos do passado e do presente de uma determinada comunidade reconhecida como refletindo e expressando a evolução perpétua dos valores, crenças, conhecimentos e tradições dessa comunidade e como um património precioso que pretende preservar e transmitir às gerações futuras. O património cultural inclui tanto o património material como o imaterial. Património cultural material refere-se a monumentos, edifícios individuais, complexos construídos e locais. O património cultural imaterial refere-se às práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências, bem como aos instrumentos, objetos, recursos, artefactos e espaços culturais conexos que os titulares de direitos (comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos) reconhecem como parte do seu património cultural e que são transmitidos de geração em geração. a) O objetivo desta norma é estabelecer requisitos para os projetos que o promotor deve cumprir. Estes requisitos destinam-se a promover: a) a aplicação do princípio da precaução na gestão e utilização sustentável do património cultural; b) a proteção do património cultural contra os potenciais impactos negativos das atividades		

VERSÃO PORTUGUESA ADICIONAL

Requisitos NAS	Disposições nacionais pertinentes	Disposições para cumprir os requisitos da NAS
relacionadas com o projeto; c) A partilha equitativa com as comunidades locais dos benefícios financeiros e/ou socioeconómicos decorrentes da utilização comercial do património cultural; e d) ter em conta, apreciação e a valorização do património cultural. Esta norma aplica-se ao património natural reconhecido pelas populações e comunidades locais como parte da sua história, valores, crenças, conhecimentos e/ou tradições e como um património valioso que pretendem preservar e transmitir às gerações futuras.		
A NAS 10 reconhece que a proteção e conservação do património cultural, uma fonte de informação histórica e científica valiosa, uma mais-valia para o desenvolvimento económico e social e parte integrante da identidade cultural, das práticas e dos direitos das pessoas, é fundamental para a sustentabilidade ambiental e social.	A Guiné-Bissau ratificou a Convenção para a Proteção do Património Mundial e da Cultura, de 25 de abril de 2016, e a Constituição da República da Guiné-Bissau, adotada em 1994, estipula no seu artigo 17 que "o Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir para promover e salvaguardar a dignidade humana".	A legislação nacional cumpre este requisito da NAS 10
Diálogo com as partes interessadas A NAS 10 estabelece que o promotor deve realizar consultas construtivas e fornecer informações adequadas e atualizadas às comunidades afetadas que utilizam ou utilizaram o património cultural num passado recente para fins culturais e de forma prolongada, prestando a devida atenção ao património cultural imaterial. NAS 10, parágrafo 20	O equivalente a este requisito da NAS 2 é o Decreto Nº. 05/2017, de 16 de junho de 2017, relativo à necessidade de ter em conta a participação do público no planeamento, na tomada de decisões e no acompanhamento da execução de projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento nacionais.	A legislação nacional cumpre este requisito da NES 10
Procedimento em caso de descobertas acidentais A NAS 10 exige que o promotor assegure que as disposições para a gestão de descobertas acidentais, ou seja, elementos do património cultural encontrados inesperadamente durante a execução do projeto, estejam em vigor e incluídas nos contratos, se for caso disso. NAS 10, parágrafo 22	A legislação nacional não menciona este requisito porque não indica o comportamento a adotar em caso de descoberta acidental.	O direito nacional não fornece orientações em caso de descoberta acidental. Será incluído no presente relatório um procedimento de descoberta acidental que será incluído nos cadernos de encargos das empresas, bem como as medidas que serão postas em prática para os sítios conhecidos.

Fonte: Missão do SERF para a preparação da AESI do PCN, fevereiro de 2024

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORT

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

2.5. Quadro institucional para a gestão ambiental

Na Guiné-Bissau, a gestão ambiental é da competência do Ministério do Ambiente, Biodiversidade e Ação Climática, através da Direção-Geral do Ambiente. A autoridade competente em matéria de avaliação ambiental (AAAC), que depende diretamente do Ministério do Ambiente, da Biodiversidade e da Ação Climática, assegura a aplicação do procedimento de avaliação ambiental no país.

2.5.1. Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo

É o ministério responsável pelo projeto. Entre as suas responsabilidades, as relacionadas com o projecto são as seguintes: Manutenção e proteção do património rodoviário, supervisão da inspeção técnica e execução de obras públicas de acordo com as normas estabelecidas, gestão otimizada da rede rodoviária, gestão dos estudos técnicos, económicos e ambientais necessários e planificação de intervenções na rede rodoviária.

O PCN dispõe de uma Unidade Ambiental e Social (UAS-PCN) que supervisiona as medidas ambientais e sociais do PCN. É liderado por dois (2) peritos (um perito em salvaguardas ambientais e um perito em salvaguardas sociais responsável por questões sociais, incluindo a violência baseada no género (VBG). A UAS destacará mais peritos de apoio no terreno a partir da execução do PCN para o acompanhamento contínuo e regular das atividades de apoio durante a fase de execução do projeto.

2.5.2. Ministério do Ambiente, da Biodiversidade e da Ação Climática (MEBACAC)

No atual quadro institucional, este ministério é responsável pela definição da política ambiental e pela coordenação e supervisão das ações relacionadas com o ambiente, tanto a nível nacional como internacional. É ainda responsável pela supervisão da gestão do processo de avaliação ambiental, concessão da licença ambiental, incluindo a emissão da Declaração de Conformidade Ambiental e do Certificado de Conformidade Ambiental. É também apoiado na sua missão por várias estruturas técnicas, incluindo o Instituto Nacional do Ambiente (INE), a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) e o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).

2.5.2.1. Instituto Nacional do Ambiente (INE)

O INE é a instituição responsável pela implementação e acompanhamento da política ambiental e de desenvolvimento sustentável. A sua missão consiste em elaborar os elementos da política nacional em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável. No âmbito deste projecto, participará na aplicação do PGAS.

2.5.2.2. AutoridadeCompetente de Avaliação Ambiental (CAAA)

Criada por despacho do Primeiro Ministro em 16 de Dezembro de 2004, é responsável pela condução e coordenação do processo de avaliação ambiental e social na Guiné-Bissau. As principais tarefas da AAAC são as seguintes: (i) Realizar a categorização do projeto, (ii) validar os Termos de Referência da Avaliação de Impacto Ambiental e Social (iii) Avaliar os relatórios dos Estudos de Impacto Ambiental e Social (EIAS), dos Diagnósticos de Impacto Ambiental e Social (DIAS), dos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e dos Planos de Conformidade Ambiental e Social (PCAS); iv) efectuar o acompanhamento administrativo e técnico dos

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

projectos em curso (análise dos relatórios de campo, inspecção e auditoria ambiental), v) efectuar a auditoria ambiental e social.

No desempenho das suas funções, a AAAC é assistida pelos técnicos, que se encontram no seio de diferentes Entidades e Ministérios, para a avaliação ambiental e social de projetos abrangidos pelas prerrogativas dos seus respetivos ministério ou entidade técnica.

No quadro do presente projeto, a AAAC participará no acompanhamento da execução do projeto em apoio aos peritos ambientais e sociais da UGP.

2.5.2.3. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)

Sob a supervisão do Ministério do Ambiente da Biodiversidade e Ação Climática, o IBAP, para além da conservação da biodiversidade, é a estrutura que gere o Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Trata-se de uma instituição autónoma do ponto de vista jurídico, administrativo e patrimonial, podendo assegurar a continuidade e a estabilidade da sua capacidade de exercer as atividades que lhe são confiadas. Será reforçada com a criação da Fundação para a Biodiversidade que assegurará o financiamento sustentável da rede de áreas protegidas e atividades relacionadas com a conservação da biodiversidade.

2.5.3. Ministério das Minas

O Ministério das Minas aplica e acompanha a política do Governo no domínio das minas; enquanto tal, emiti autorizações prévia com base numa análise de processos de qualquer projeto de criação, desenvolvimento e/ou exploração de zona de empréstimos ou pedreira de rochas e pedras, em conformidade com as disposições do Código Mineiro da Guiné-Bissau.

2.5.4. Ministério da Saúde Pública

O Ministério da Saúde Pública, que coordena a luta contra o VIH/SIDA, as pandemias, as epidemias e qualquer doença transmissível, através do Programa Nacional de Luta contra o VIH/SIDA e as IST, que estão indiretamente envolvidos na gestão ambiental e social dos projetos rodoviários;

2.5.5. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADR)

O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADR) intervirá na avaliação das perdas de culturas e terras e participará também na compensação das populações afetadas pelo projeto (PAP).

2.5.6. Ministério das Pescas Marítimas e da Economia

O Ministério das Pescas participará na identificação e gestão das zonas de desova dos rios situados na zona de influência do projeto.

2.5.7. Ministério da Administração Territorial e da Administração Local

O Ministério da Administração Territorial e do Poder Local, envolvendo os administradores das regiões (Cacheu e Oio) e sectores (sectores de Bula, Bigene, São Domingos, Canchungo, Bissora) intervirá na mobilização das populações das aldeias atravessadas pelo projecto e na gestão da infra-estrutura comercial.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

2.5.8. Ministério das Mulheres, da Família e da Solidariedade Social

O Ministério das Mulheres, da Família e da Solidariedade Social participará na identificação de pessoas vulneráveis e na sensibilização do público sobre a violência baseada no género e violência contra as crianças (VCC), incluindo o Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR);

2.5.9. Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças estará envolvido na mobilização de fundos para a implementação deste PGAS.

2.5.10. Autoridades locais

Assegurarão a coordenação do projeto a nível local através de intervenções diretas na área do projeto. Serão solicitadas em todas as fases do processo de aplicação do presente PGAS. As autoridades locais sassegurarão o acompanharão a implementação do PGAS e coordenarão o mecanismo de gestão de reclamações com os peritos em salvaguardas ambientais e sociais da Unidade de Gestão de Projeto. Recomenda-se que as autoridades locais sejam fortemente envolvidas na sensibilização das populações para o cumprimento das normas ambientais e sociais.

2.5.11. Intervenientes não governamentais

Na Guiné-Bissau, as ONG estão envolvidas na conceção e execução da política de desenvolvimento a nível local. Várias ONG ou associações e uma rede de ONG nacionais, internacionais e locais operam no setor do ambiente e apoiam os setores do desenvolvimento em vários domínios: reforço das capacidades, informação, sensibilização, mobilização e apoio social; proteção. Estas estruturas de base comunitária podem desempenhar um papel importante no acompanhamento da execução dos projectos. As populações das zonas atravessadas pelo projeto são apoiadas por ONG e associações, tais como:

- **ONG e associações nacionais e internacionais:**

- Associação para os Direitos da Criança (ADC);
- Association d'Appui au Développement des Initiatives locales (ADIC-NAFAYA);
- Associação para o Desenvolvimento Sustentável (ADS);
- Associação para a Reabilitação e Reintegração dos Cegos da Guiné-Bissau (AGRICE);
- Organização Islâmica para o Desenvolvimento (AL-ANSAR);
- Associação dos Amigos da Criança (AMIC);
- Associação para a Promoção do Desenvolvimento Local (APRODEL);
- Associação de Saneamento Básico e Proteção Ambiental da Guiné-Bissau (ASPAG);
- CASA EMMANUEL, Lar de Crianças Órfãs, Abandonadas e Excluídas
- Associação Guineense para o Estudo e Divulgação de Tecnologia Apropriada (DIVUTEC);
- Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (LGDH);
- Parlamento Nacional de Infantaria (PNI);
- Rede de Cooperação e de Ajuda ao Desenvolvimento (RA);
- Rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ);
- Rede Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres e as Crianças (RENLUV/GB);
- Associação para o Combate às Práticas Prejudiciais à Saúde da Mulher e da Criança (SINIM MIRA NASSIQUE);

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Alerta e Proteção das Crianças Talibé (SOS CHILDREN TALIBES);
- Surto e Partilha de Experiências (TOSTAN GB);
- Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG);
- Associação das Mulheres para as Atividades Económicas (AMAE);
- Quadro Nacional de Consulta das Organizações de Produtores Camponeses e Rurais (QNCOCPA);

- **ONG e associações locais:**

- Associaçiao de Filhos e Amigos de Elia (AJUFAEL);
- Chimbabunal (ASB);
- Associaçao de filhos Unidos para Desenvolvimento de Sector de São Domingos (AJUDESS);
- Juventude Unida para Desenvolvimento de Sector de Sao Domingos (JUNDESS);
- CRUZ Vermelha local;
- AMIC;
- Liga Guineense Direito Homem (LGDH);
- Movimento de Sociedade Civil;
- Associação dos Deficientes de Sector de São Domingos (ANDICAP);
- Lampada de Campo;
- Sindicato de Motoristas de Sector de São Domingos (AMOTRANS);
- Acao para Desenvolvimento (AD);
- MANITAÇÃO;
- GUIA IANDA;
- Associaçao dos filhos e amigos de secçao de Ingoré (AFASI);
- Associaçao de filhos e amigos de secçao de Antotinha (AFASA);
- Associação de Comité e Mediadores (ACM);
- Associação de filhos e amigos unidos de sibana (AFAUS);
- Associaçao no Djunta Cabeca;
- Buon na Tchif;
- Associação dos Pequinos Agrícolas de Ingoré (UPAI);
- Coperativa agricula N'ghafam Dema;
- Associação de Mulheres Bideira de Ingoré (AMBI);
- Associação Cembo de Mulheres do Mercado de Bula;
- Associação Titina Sila de Mulheres no Mercado de São Domingos;
- Associaçao de Motoristas de Sector de Bigene (AMIB);

Estas ONGs e associações podem ser os principais canais para a sua mobilização.

2.5.12. Chefes /Comités de Aldeias

As chefias/comissões das aldeias que acolhem as obras serão responsáveis por: i) participar no processo de validação dos resultados do PGAS durante a consulta pública; ii) analisar a lista do pessoal afetado com base no trabalho do consultor recrutado pelo projeto para elaborar o PGAS; iii) registar as reclamações através de formulários de reclamação e assegurar a sua resolução. Eles também devem ajudar a mobilizar a população durante a implementação do projeto. As aldeias abrangidas pelas várias componentes são as seguintes:

FIAS CONFORMANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Para a pista 10: Bipo, Bissauzhinho, Tchil e Bissunaga;
- Para a pista 11: Capafa, Ponate, Djol nhaga; Djol Pessi, Djel, Calaque e Djol mete;
- Para a pista 17: Carabane Xerif, Sibana e Tandé;
- Para a pista 22: Sedengal e Apilho;
- Para a pista 21: Tarreiro Balante e Tarereiri Tulum;
- Para a pista 24: Casa Um sum, Cation e Botché;
- Para o parque de estacionamento de Bula: Pessuk e Cacok;
- Para as portagens de Bula: João Landim e São Vicente;
- Para o mercado de Bula: Bula;
- Para pesagem de São Domingos: Djegué 1;
- Para o mercado de São Domingos: São Domingos;
- Para o parque de estacionamento de São Domingos: Djegué 2;

2.5.13. Serviços de consultoria

Os serviços de consultoria serão responsáveis pela supervisão, inspeção técnica e auditoria. Estes consultores serão recrutados com base nos serviços programados pelo projecto.

2.5.14. Empresas

Tal como os consultores, as empresas serão responsáveis pela realização dos trabalhos de remodelação previstos no âmbito da execução do projecto. Participarão igualmente em sessões de informação, educação e comunicação destinadas a pessoas vulneráveis e na sensibilização do público sobre a violência baseada no género e violência contra as crianças.

2.6. Análise das capacidades ambientais e sociais e do desempenho dos principais intervenientes no projeto

A consideração da dimensão ambiental e social nas actividades do projecto constitui uma grande preocupação. Registaram-se progressos no que diz respeito à integração do ambiente nas atividades do PCN (criação da Unidade Ambiental e Social com 02 peritos, incluindo um especialista em ambiente e um especialista em desenvolvimento social e questões relacionadas com o VBG), mas também através da AAAC e do INE. Importa reconhecer que todas as partes interessadas reunidas (INE, AAAC, IBAP, UAS-PCN e os serviços técnicos das secções) manifestaram a necessidade de reforçar as capacidades nos domínios das avaliações ambientais e sociais, nomeadamente na elaboração de instrumentos de acompanhamento ambiental e social, na gestão e gestão de casos da VBG, na avaliação dos ativos e no quadro de durabilidade ambiental e social do BEI. Este reforço das capacidades poderia ser feito através da formação de serviços e projetos.

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 4 Análise da capacidade ambiental e social e do desempenho dos principais atores envolvidos no projeto

Número da encomenda	Intervenientes envolvidos na execução do projeto	Análise da capacidade		Propostas
		Forças	Fraquezas	
1	Instituto Nacional do Ambiente (INE)	O INE possui as competências humanas necessárias ao desempenho das suas funções.	Competências insuficientes no elaboração de instrumentos ambientais e no domínio das NAS	Ministrar formação em matéria de avaliação ambiental, incluindo a triagem a monitorização do PGAS e do NAS; Proporcionar formação sobre a violência baseada no género (VBG) e o mecanismo de gestão reclamações ligasa ao VBG.
2	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC)	Existência de quadros para os com domínio de instrumentos de avaliação ambiental nacionais e do BEI	Recursos humanos, financeiros e logísticos insuficientes	Estabelecer um protocolo de colaboração, com um orçamento definido, com a AAAC para cumprir a sua missão regaliana (inspeção, acompanhamento, validação de relatórios) Proporcionar formação em Violência Sexual Baseada no Género (VBG) e Mecanismo de Gestão de reclamações relacionadas com a VBG.
3	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)	O IBAP possui as competências humanas necessárias no seu domínio	Conhecimentos especializados insuficientes na análise dos relatórios da EIAS bem como no; acompanhamento dos PGAS.	Ministrar formação em matéria de avaliação ambiental, incluindo a triagem e a monitorização do PGAS e da NAS;
	Direção-Geral das Infraestruturas (DGIT) e dos Transportes	A DGIT possui as competências humanas necessárias no seu domínio	Conhecimentos especializados insuficientes na análise dos relatórios da EIAS bem como no; acompanhamento dos PGAS	Ministrar formação em matéria de avaliação ambiental, incluindo a triagem e a monitorização do PGAS e da NAS
4	UAS - PCN	Experiência em análise e monitorização ambiental e social	Número limitado de recursos humanos e materiais necessários para assegurar um acompanhamento adequado da aplicação das medidas ambientais Conhecimentos especializados insuficientes para a	Fortalecer a equipa atual através do recrutamento de um assistente ou perito júnior Ministrar formação em matéria de avaliação ambiental, incluindo o triagem e a monitorização do PGAS e do NAS; Ministrar formação sobre o mecanismo de tratamento de

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Número da encomenda	Intervenientes envolvidos na execução do projeto	Análise da capacidade		Propostas
		Forças	Fraquezas	
			monitorização ambiental e social Conhecimentos especializados insuficientes para a gestão de reclamações relacionadas com a violência baseada no género	reclamações relacionadas com o VBG
5	Serviços técnicos de sectores/secções	Experiência na execução do trabalho	Ausência de uma unidade ambiental; Ausência de formação para os quadros da direção técnica	Incentivar a criação de uma unidade ambiental e social em cada administração setorial; Formar prioritariamente os quadros da célula e todo o pessoal de cada serviço técnico no domínio do ambiente, da legislação nacional e das normas do BEI, do controlo e da avaliação ambiental e social. Fornecer formação em matéria de violência sexual baseada no género (VBG) e de mecanismos de gestão de reclamações relacionadas com a VBG.
6	Comunidade	Vetores eficazes Informar, sensibilizar e educar as pessoas	Falta de conhecimento no tratamento e gestão de sobreviventes de VBG e do MGR relacionados à VBG	Proporcionar formação em Violência Sexual Baseada no Género (VBG) e Mecanismo de Gestão da queixas ligadas ao VBG.

Fonte: Missão do SERF para a preparação da AESI do PCN, fevereiro de 2024

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

3. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

3.1. Designação do subprojecto

O subprojeto abrangido pelo presente estudo de impacto ambiental, climático e social (EIASC) intitula-se «Componentes adicionais – subvenção da UE».

O Governo da República da Guiné-Bissau pretende reabilitar o principal corredor rodoviário do país que liga a capital Bissau a Ziguinchor, no Senegal. Com efeito, esta estrada, que faz parte do projeto do Corredor Costeiro Transafricano de Dacar a Lagos, é estratégica para o país, uma vez que é a única estrada pavimentada que liga o país aos mercados externos. É a principal estrada que serve o noroeste da Guiné-Bissau.

Para além das principais obras do projeto (reabilitação da estrada Safim-M'Pack), o Banco Europeu de Investimento (BEI) prevê financiar a realização de obras de conforto para melhorar a funcionalidade e a sustentabilidade de determinadas obras do projeto principal (construção de portagens, parques de estacionamento, etc.) e melhorar as condições de vida das populações rurais situadas nas zonas circundantes do projeto principal (reabilitação/constfrução de furos, mercados públicos, pistas rurais, etc.).

O promotor do subprojecto é o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo. representado aqui pela Unidade de Gestão de Projeto – Conectividade Norte (UGP-CN), que é a entidade adjudicante.

3.2. Tipo de subprojecto

O subprojeto para a execução das componentes adicionais centrar-se-á nas seguintes atividades:

- Reabilitação de 6 pistas rurais de acesso;
- Reabilitação/construção de mercados público (Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos);
- Construção de estação de pesagem em São Domingos;
- construção de 2 parques de estacionamento para camiões em Bula e Jegue;
- Construção/reabilitação de 20 – 25 furosao longo da estrada Safim - Mpack;

Os trabalhos nas componentes adicionais são descritos nos capítulos seguintes.

3.3. Objetivos do subprojeto

O subprojeto para a execução das componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) no âmbito da reabilitação da estrada safim-M'Pack deverá permitir:

- Melhorar o funcionamento económico nacional e internacional;
- Melhorar o custo do transporte de pessoas e bens através do melhoramento do nível dos serviços da rede rodoviária;
- Reduzir o tempo de viagem de pessoas e bens;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Manter uma ligação rodoviária permanente e confortável entre as principais cidades do noroeste do país e a cidade de Ziguinchor, no Senegal;
- Aumentar o tráfego e reduzir o custo de exploração dos veículos;
- Reduzir a pobreza;
- Melhorar as condições de transporte dos camiões de grande porte e do público em geral;
- Reduzir o número de acidentes de viação; aliviar o congestionamento e tornar o tráfego nacional e internacional mais fluido;
- Aumentar a segurança das pessoas e dos bens;

3.4. Apresentação das componentes do subprojecto

As componentes do trabalho de conforto são os seguintes:

- Reabilitação de furos existentes e construção de novos furos, incluindo equipamento com bombas de motricidade humana (12-15 ao longo do lote 2);
- Construção de uma estação de pesagem na fronteira equipada com sistema de fornecimento de energia solar;
- Construção e equipamento de duas portagem ao longo da estrada principal (Safim – Mpack);
- Melhoramento e equipamento de infraestruturas fronteiriços (parques de estacionamento e infraestruturas auxiliares, iluminação solar, corredores pedestres que atravessam a fronteira);
- Construção/reabilitação de mercado públicos (regulares) em Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos, em concertação com as populações concernentes (ligadas ao PAP/PAR);
- Reabilitação de pistas prioritárias de serviços agrícolas de acordo com uma metodologia multicritérios estabelecida entre o BEI e a UGP.

Em resultado do que precede, há cinco (5) componentes adicionais a ter em conta no presente relatório, em especial:

- Furos (25);
- Estação de pesagem (01);
- Parques de estacionamento (02);
- Pistas rurais (06);
- Espaços de mercado (05).

3.5. Localização geográfica do subprojecto

O projecto está localizado em duas (2) regiões e seis (5) sectores da Guiné-Bissau designadamente regiões de Cacheu (setores de Bula, Bigene, São Domingos e Canchungo) e Oio (setor Bissora), localizadas no noroeste da Guiné-Bissau.

A figura 1 mostra a localização geográfica do projeto e das suas componentes.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 1 Área de estudo do projecto

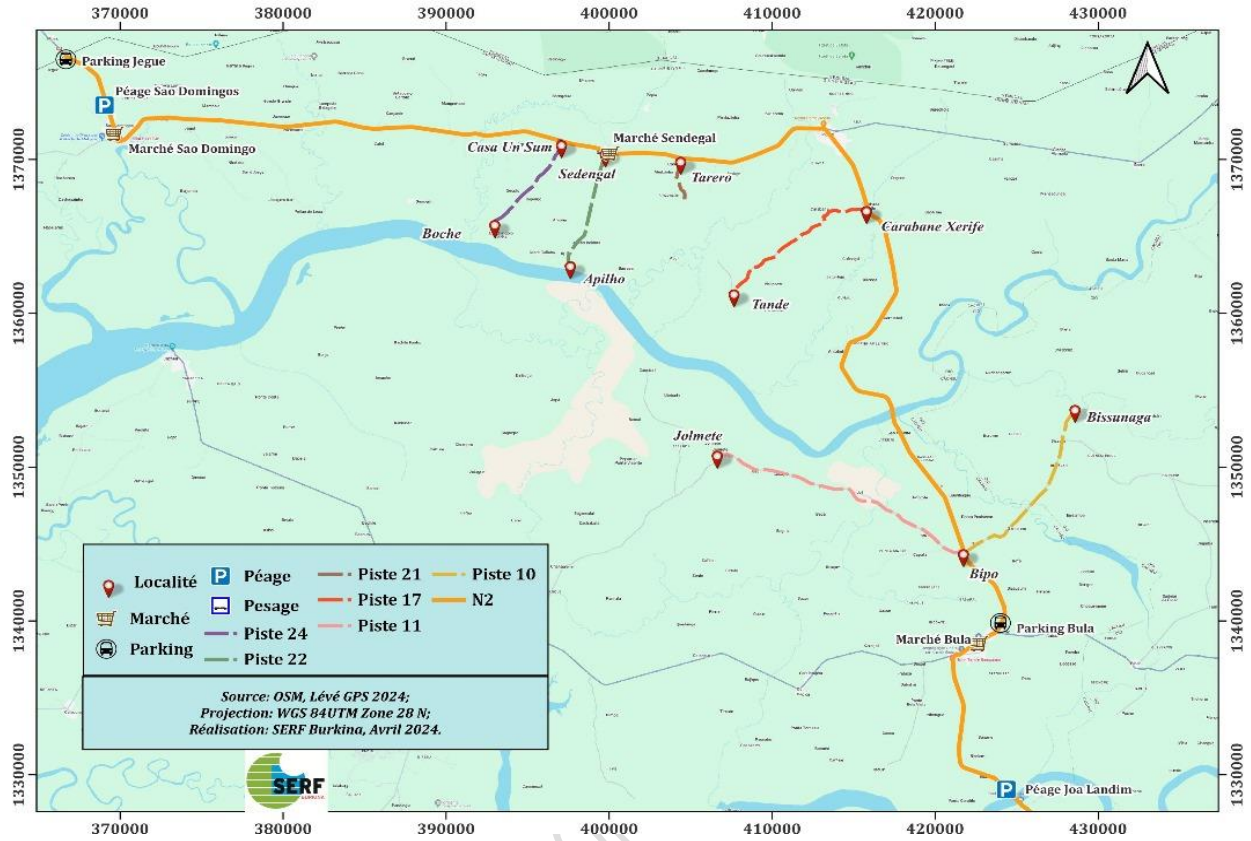


Figura2: localização geográfica dos furos

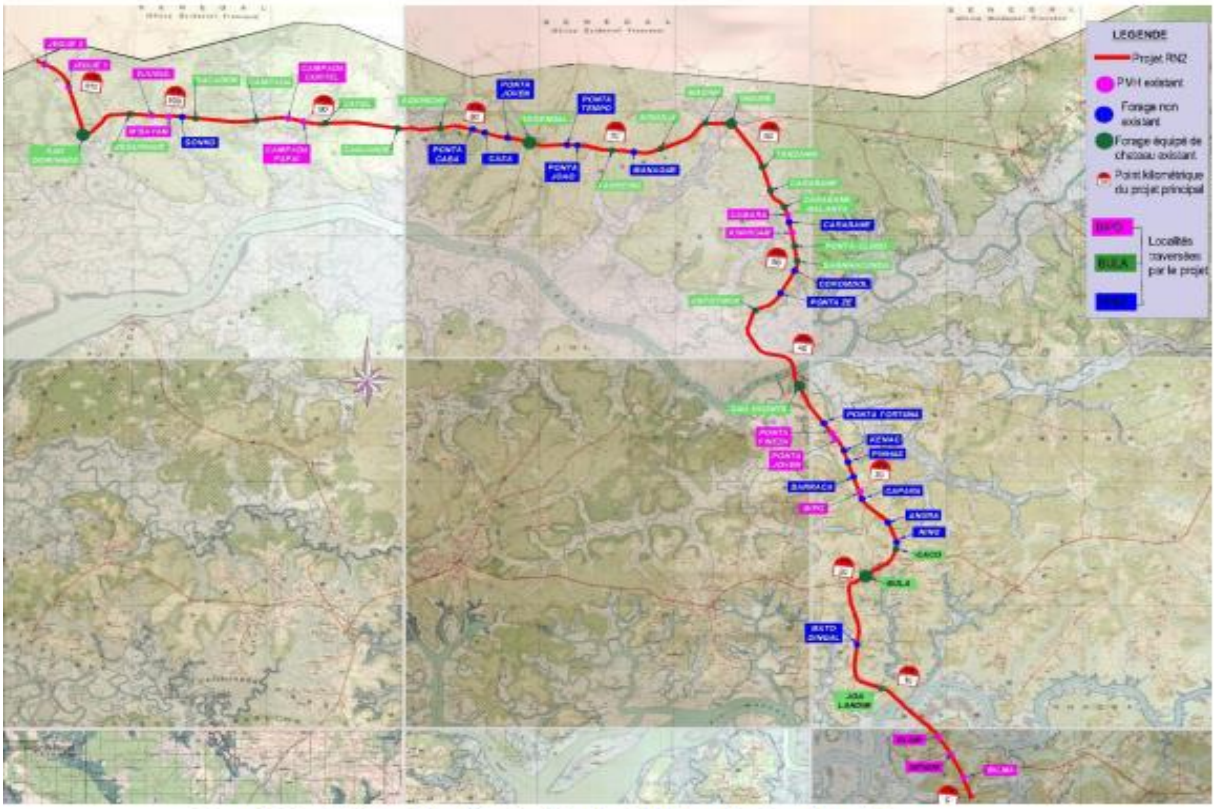


Figure 33 : Localisation générale des localités et points d'eau relevés sur le projet

Quadro: 5 Programa de desenvolvimento dos furos selecionados

Número de ordem	Localidade	PK	TIPO DE DESENVOLVIMENTO
1	Bilma	1+650	Construção
2	Blom	5+100	Construção
3	João Landim	10+350	Construção
4	Mato Dingal	14+850	Reabilitação
5	Bula	20+650	Reabilitação
6	Bula	20+650	Construção
7	Caco	23+75	Construção
8	Bipo	28+850	Construção
9	Ponta Jovem	33+050	Construção
10	São Vicente	37+750	Construção
11	Antotinha	45+300	Construção
12	Sanhacunda	50+200	Construção
13	Trevo da ponta	51+300	Construção
14	Carabane	55+950	Construção
15	Tarreiro	70+650	Construção
16	Sedengal	75+800	Reabilitação
17	Sedengal	75+800	Reabilitação
18	Ponta Caba	79+750	Construção
19	Canjande	85+000	Construção
20	Catel	89+850	Reabilitação
21	Campada Na Moante	95+450	Construção
22	Sacabem	98+750	Construção
23	Beguingue	103+100	Construção
24	Djegue 1		Construção
25	Categoria: Fronteira Djegue 2	112+900	Construção

3.6. Descrição das atividades da componente adicional de acordo com o anteprojecto pormenorizado (APP)

As atividades da componente adicional centrar-se-ão na reabilitação das pistas de acesso agrícolas, na construção de postos de portagem e pesagem, na construção de mercados e na reabilitação/construção de furos.

3.6.1. Características das atividades de reabilitação de pistas agrícolas

3.6.1.1. Atividades de reabilitação/reparação

O quadro 5 seguinte apresenta uma lista não exaustiva das degradações encontradas nas pistas com as soluções de reparação recomendadas.

Quadro: 6 Lista de danos e soluções de reparação em pistas

Não.	DEGRADAÇÕES	REPARAÇÕES
1	**Obstrução de pavimentos por gramíneas**	**Remoção de vegetação rasteira**

ESIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Não.	DEGRADAÇÕES	REPARAÇÕES
2	**Presença de árvores e arbustos na área de influência da pista**	**Abate e remoção de árvores**
3	**Pistas praticamente inexistentes à medida que se avança ao longo do percurso**	**Desobstrução mecânica da área de influência da pista a reabilitar (abertura)**
4	**Buracos**	**Recarga pontual**
5	**Presença de lombas**	**Reprofilagem pesada**
6	**Fendas longitudinais e transversais**	**Reprofilagem pesada e fornecimento de materiais para recarga pontual**
7	Presença de lamas	Purga e recarga pontual
8	Deformações (assentamento)	Purga e recarga pontual
9	Entupimento de valas (laterais/divergentes)	Limpeza de valas laterais e divergentes
10	Ausência de valas (laterais e divergentes)	Criação de valas laterais e divergentes
11	Pontos baixos sem estruturas de drenagem	Construção de estruturas de drenagem
12	Obras existentes danificadas	Reparação ou reconstrução de obras de drenagem danificadas
13	Obras existentes em bom estado obstruídas	limpeza de obras obstruídas
14	Beadings	Refilagem pesada ou ligeira
15	Erosões de taludes altas de aterro por escoamento	Descida da água
16	Erosões de taludes altas de aterros por residentes locais	Construir escadas que permite a subida e descida dos residentes
17	Defeito de drenagem lateral em aglomerações	Construir canais de drenagem
18	Falta de sinais de trânsito	Implantar sinais de transito (painel/terminal)
19	Atravessia de zonas pantanosas	Prever contenção da pista com estruturas/obras de equilíbrio
20	Afloramentos rochosos na estrada	Pavimentação em escombros

Fonte: Estudo do Ante-Projecto-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.1.2. Actividades de saneamento

3.6.1.2.1. Dimensionamento das obras hidráulicas

Estas obras serão feitas de betão armado e cumprirão as seguintes condições:

- um declive mínimo de 2 %;
- uma velocidade mínima de 0,50 m/s e uma velocidade máxima de 3,5 m/s;

EIAS CONTROSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- um contraste de 0,15 a 0,20 metros em comparação com o nível de água mais elevado para pontes e bicos;
- as obras não funcionam sob carga, ou seja, o nível de água na seção de entrada é inferior que a altura.

❖ **Tubos ármicos existentes**

Como parte deste projeto, os tubos ármicos em mau estado serão substituídos por lajes de secção transversal variável, cujo mínimo será 80x80.

❖ **Aquedutos existentes**

Depois de verificar as capacidades das lajes existentes contra os fluxos de inundação a serem suportados, aqueles com seção transversal hidráulica insuficiente serão substituídos por lajes de seções transversais adequadas. Se a secção hidráulica for suficiente para suportar o caudal da cheia, a sarjeta existente é mantida e prolongada, desde que esteja em boas condições.

❖ **Obras laterais de drenagem**

Para garantir o saneamento longitudinal da estrada, estão previstos os seguintes tipos de obras:

- valas triangulares em terra das secções 1/1 e 3/2, com uma profundidade mínima de 0,60 m fora das localidades e um comprimento máximo de 200 m;
- valas divergentes triangulares em terra para descarregar as valas laterais.

3.6.1.2.2. Obras de saneament longitudinal

No que diz respeito ao saneamento longitudinal, são propostas várias formas de disposições para proteger a faixa de rodagem contra águas exteriores:

❖ **valas laterais**

Em função dos declives globais observados ao longo do trajeto, da natureza do solo e da velocidade de arrastamento, as valas terão um comprimento entre 200 m e 300 m. Estas valas serão de terra, de secção triangular, com 0,60 m de profundidade, com uma inclinação de talude (H/V) interior de 2/1 e exterior de 1/2.

❖ **Lacunas divergentes**

De forma triangular, destinam-se a aliviar as valas laterais quando estas atingem o limite de comprimento sem atingir a obra de descarga ou de travessia. Aquando da sua construção, deve ter-se o cuidado de garantir que este tipo de vala seja capaz de evacuar a água drenada pelas valas laterais, sem, pelo contrário, lhes acrescentar água.

3.6.1.2.3. Instalações sanitárias adicionais

Para além das disposições acima indicadas, existem calhas de secções cobertas e não cobertas variáveis em função da zona, bem como valas de alvenaria. O quadro 6 abaixo mostra as secções e lineares das calhas previstas.

EIA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 7 Secções e linhas lineares das caleiras planeadas

Pistas	Secção de calhas e valas de alvenaria	PK	Linear das Calhas (ml)
N.o 11 Bipo – Jolmete (17,5 km)	**Fosso em alvenaria (120+80)80**	**1+800 a 1+900 (esquerda direita)**	**200,00**
	Fosso em lvenaria (120+80)80	**16+900 a 17+500 (esquerda direita)**	**1 200,00**
Linear total alvenaria (ml)			**1 400,00**
PISTE N°17 Caraban - Tande 10,74 Km	**Nível 80x80**	**0+000 a 0+150 (esquerda direita)**	**300,00**
Calhas lineares totais			**300,00**
PISTE N°22 Sedengal - Apilho7,91 Km	**Nível 80x80**	**0+000 a 0+300 (esquerda direita)**	**600,00**
	Nível 60x80	**7+600 a 7+800 (esquerda direita)**	**400,00**
Calhas lineares totais			**1 000,00**
N.o 10 Bipo – Bissum Naga (12,5 km)	**Fosso em alvenaria óssea (120+80)80**	**3+900 a 4+000 (esquerda direita)**	**200,00**
Alvenaria óssea total linear (ml)			**200,00**
PISTE N°24 Aquintcha - Botche 7 Km	**Fosso em alvenaria (120+80)80**	**6+800 a 7+000 (Direita)**	**200,00**
Linear total alvenaria (ml)			**200,00**

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.1.2.4. Resumo das obras a serem construídas ou reconstruídas

O quadro 7 infra apresenta um resumo das obras a construir ou a reabilitar.

Quadro: 8 Resumo das obras a serem construídas ou reabilitar

Não.	Nomes das bacias hidrog	Código da obra	PK	Número GP	Caudais	OH Calculado	Secção existente		A construir
							A	A	
Pista Nº. 10 Bipo – Bissum Naga (12,5 km)									
1	BV10-1	OH10-1	0+050	1 637	3.43	RS			RS
2	BV10-2	OH10-2	0+300	1 638		RS			RS
3	BV10-3	OH10-3	0+600	1 639		RS			RS
4	BV10-4	OH10-4	1+700	1 640		80x80			80x80
5	BV10-5	OH10-5	2+600	1 641		RS			RS
6	BV10-6	OH10-6	2+900	1642		RS			RS
7	BV10-7	OH10-7	4+000	1643	2.99	150x150			150x150
8	BV10-8	OH10-8	4+600	1644	16h00	200x200			200x200

Não.	Nomes das bacias hidrog	Código da obra	PK	Número GP	Caudais	OH Calculado	Secção existente		A construir
							A	A	
9	BV10-9	OH10-9	5+200	1 647	62.97	5x400x250			5x400x250
10	BV10-10	OH10-10	5+300	1 648	4.74	200x200			200x200
11	BV10-11	OH10-11	6+000	1653	2.76	200x200			200x200
12	BV10-12	OH10-12	6+100	1653	1.98	100x100			100x100
13	BV10-13	OH10-13	0	1656	0.98	80x80			80x80
14	BV10-14	OH10-14	6+700	-		RS			RS
15	BV10-15	OH10-15	7+250	1 661		RS			RS
16	BV10-16	OH10-16	7+400	1662	1.28	80x80			80x80
17	BV10-17	OH10-17	7+725	1663	1.96	80x80			80x80
18	BV10-18	OH10-18	8+500	1,665	0.69	RS			RS
19	BV10-19	OH10-19	9+500	1 666		RS			RS
20	BV10-20	OH10-20	10+200	1 668		80x80			80x80
21	BV10-21	OH10-21	10+400	1669		RS			RS
22	BV10-22	OH10-22	11+100	1 670	0.54	80x80			80x80
23	BV10-23	OH10-23	11+650	1.671	0.78	80x80			80x80
Pista Nº. 11 Bipo – Jolmete (17,5 km)									
24	BV11-1	OH11-1	1+100	1675	1.85	RS			RS
25	BV11-2	OH11-2	1+600	1.676	2.55	100x100			100x100
26	BV11-3	OH11-3	1+800	1 677	1.28	100x100			100x100
27	BV11-4	OH11-4	2+500	1 678		80x80			80x80
28	BV11-5	OH11-5	2+800	1 679		80x80			80x80
29	BV11-6	OH11-6	3+100	1 680		80x80			80x80
30	BV11-7	OH11-7	4+000	1 681		80x80			80x80
31	BV11-8	OH11-8	4+700	1 682	0.65	100x80			100x80
32	BV11-9	OH11-9	5+100	1 683		100x100			100x100
33	BV11-10	OH11-10	5+200	1 684		150x100			150x100
34	BV11-11	OH11-11	5+500	1 685	2.91	150x100			150x100
35	BV11-12	OH11-12	5+900	1.686	364.08	7x400x450			7x400x450
36	BV11-13	OH11-13	6+050	1 694	2.21	200x100			200x100
37	BV11-14	OH11-14	6+200	1 695		150x100			150x100
38	BV11-15	OH11-15	6+500	1 696		150x100			150x100
39	BV11-16	OH11-16	6+600	1 697	9.21	150x100			150x100
40	BV11-17	OH11-17	7+000	1 698		150x100			150x100
41	BV11-18	OH11-18	7+400	1 699	3.35	RS			RS

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Não.	Nomes das bacias hidrog	Código da obra	PK	Número GP	Caudais	OH Calculado	Secção existente		A construir
							A	A	
42	BV11-19	OH11-19	7+410	1700	3.79	RS			RS
43	BV11-20	OH11-20	7+850	1 701	2.27	RS			RS
44	BV11-21	OH11-21	8+100	1 702	2.68	RS			RS
45	BV11-22	OH11-22	8+200	1 703	0.82	RS			RS
46	BV11-23	OH11-23	8+400	1 704		RS			RS
47	BV11-24	OH11-24	8+500	1 705		RS			RS
48	BV11-25	OH11-25	9+000	1 706	2.96	RS			RS
49	BV11-26	OH11-26	9+350	1 707	0.62	RS			RS
50	BV11-27	OH11-27	9+600	1 708	6.67	150x100			150x100
51	BV11-28	OH11-28	9+900	1 709	5.04	150x100			150x100
52	BV11-29	OH11-29	10+600	1 711		RS			RS
53	BV11-30	OH11-30	10+700	1 712		RS			RS
54	BV11-31	OH11-31	10+900	1 714		RS			RS
55	BV11-32	OH11-32	11+000	1 718		RS			RS
56	BV11-33	OH11-33	11+100	1 719	12.93	150x150			150x150
57	BV11-34	OH11-34	11+200	1 720		150x100			150x100
58	BV11-35	OH11-35	11+400	1 722		150x100			150x100
59	BV11-36	OH11-36	11+600	1 723	8.19	150x150			150x150
60	BV11-37	OH11-37	11+800	1 724		150x150			150x150
61	BV11-38	OH11-38	11+900	1 725	1.97	150x150			150x150
62	BV11-39	OH11-39	12+200	1 726		200x200			200x200
63	BV11-40	OH11-40	12+300	1 727	54,35	3x300x200			3x300x200
64	BV11-41	OH11-41	12+400	1 728		80x80			80x80
65	BV11-42	OH11-42	12+800	1 731		RS			RS
66	BV11-43	OH11-43	13+600	1 737	1.71	RS			RS
67	BV11-44	OH11-44	14+900	1 746		100x100			100x100
68	BV11-45	OH11-45	15+100	1 747	27.13	2x200x200			2x200x200
69	BV11-46	OH11-46	16+300	1 752		RS			RS
70	BV11-47	OH11-47	17+400	1 758	7.77				0,00
Pista Nº. 17 Caraban - Tande (10.74 Km)									
71	BV17-1	OH17-1	2+100	1 762		80x80			80x80
72	BV17-2	OH17-2		1 762	4.54	150x100			150x100
73	BV17-3	OH17-3	3+600	1 763	10.32	2x150x100			2x150x100
74	BV17-4	OH17-4	5+500	1 764		80x80			80x80
75	BV17-5	OH17-5	6+600	1 765	5.19	150x100			150x100

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Não.	Nomes das bacias hidrog	Código da obra	PK	Número GP	Caudais	OH Calculado	Secção existente		A construir
							A	A	
76	BV17-6	OH17-6	7+600	1 766		100x80			100x80
77	BV17-7	OH17-7	8+000	1 767		RS			RS
78	BV17-8	OH17-8	8+500	1 768		RS			RS
79	BV17-9	OH17-9	9+100	1 769	2.65	100x100			100x100
80	BV17-10	OH17-10	9+400	1 770		RS			RS
81	BV17-11	OH17-11	10+400	1 771	9.14	2x150x100			2x150x100
Pista Nº. 21 Tarreiro - Tulum (2,89 Km)									
82	BV21-1	OH21-1	0+000	1.806		80x80			80x80
83	BV21-2	OH21-2	0+200	1.807	1.87	RS			RS
84	BV21-3	OH21-3	0+700	1.808	2.56	100x100			100x100
85	BV21-4	OH21-4	1+000	1.809	1.88	RS			RS
86	BV21-5	OH21-5	1+300	1 810		80x80			80x80
87	BV21-6	OH21-6	1+600	1 811	1.92	RS			RS
88	BV21-7	OH21-7	2+100	1 812	22.22	2x200x200			2x200x200
89	BV21-8	OH21-8	2+350	1 813	9.71	2x150x100			2x150x100
90	BV21-9	OH21-9	2+600	1 814	6.51	150x100			150x100
91	BV21-10	OH21-10	2+800	1 815		RS			RS
Pista Nº. 22 Sedengal – Apilho (7,91 Km)									
92	BV22-1	OH22-1	0+400	1 795	6.51	RS			RS
93	BV22-2	OH22-2	0+950	1 796		80x80			80x80
94	BV22-3	OH22-3	3+200	1 797		100x100			100x100
95	BV22-4	OH22-4	3+300	1 798		100x100			100x100
96	BV22-5	OH22-5	3+850	1 799	9.04	150x100			150x100
97	BV22-6	OH22-6	4+700	1 800	7.43	150x100			150x100
98	BV22-7	OH22-7	6+000	1.801	5.48	100x100			100x100
99	BV22-8	OH22-8	6+100		4.61	100x100			100x100
100	BV22-9	OH22-9	7+400	1 802		RS			RS
101	BV22-10	OH22-10	7+700	1.803	5.80	RS			RS
PISTE N°24 Aquintcha - Botche 7 (Km)									
102	BV24-1	OH24-1	0+060	1 776		RS			RS
103	BV24-2	OH24-2	0+400	1 778	2.11	100x80			100x80
104	BV24-3	OH24-3	1+500	1 780		RS			RS
105	BV24-4	OH24-4	1+700	1 781		80x80			80x80
106	BV24-5	OH24-5	2+500	1 782		80x80			80x80

FAIS COMPOSANTE REGIONALVERSÃO PORTUGUESA

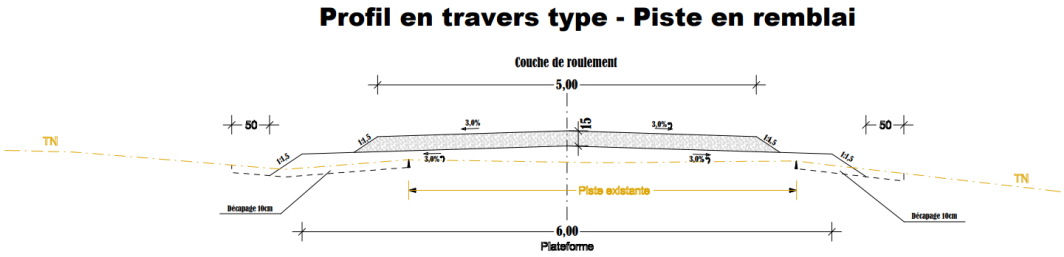
Não.	Nomes das bacias hidrog	Código da obra	PK	Número GP	Caudais	OH Calculado	Secção existente		A construir
							A	A	
107	BV24-6	OH24-6	3+700	1 783	1,69	100x80			100x80
108	BV24-7	OH24-7	4+000	1 784		80x80			80x80
109	BV24-8	OH24-8	4+300	1 785		RS			RS
110	BV24-9	OH24-9	5+200	1 785		RS			RS
111	BV24-10	OH24-10	5+400	1 788		RS			RS
112	BV24-11	OH24-11	6+300	1 789		RS			RS
113	BV24-12	OH24-12	6+800	1 790	1,47	80x80			80x80
114	BV24-13	OH24-13	7+000	1 792		80x80			80x80

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

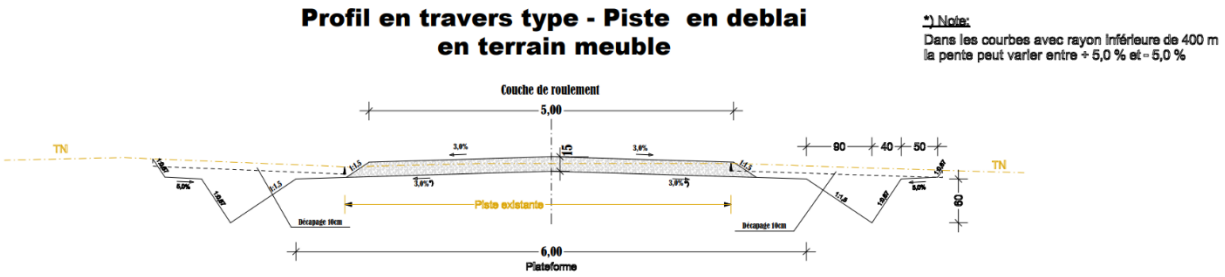
3.6.1.3. Perfis transversais tipos propostos

Os planos de secção transversal típicos (ver figuras abaixo) são elaborados para um perfil de aterro e um perfil de desaterro. Mostram a posição das valas laterais, a plataforma de 6 metros de largura e a camada rolamento de 5 metros de largura.

Figura: 2 Perfil transversal tipo — Pista de aterro



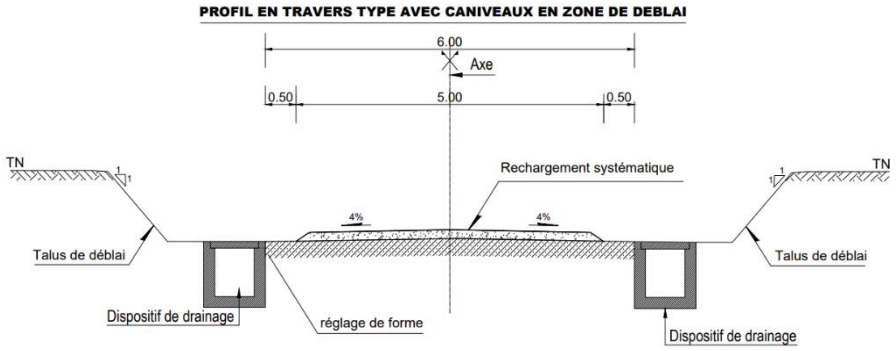
Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023
Figura: 3 Tipo de perfil cruzado-Caminho na limpeza no campo meuble



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

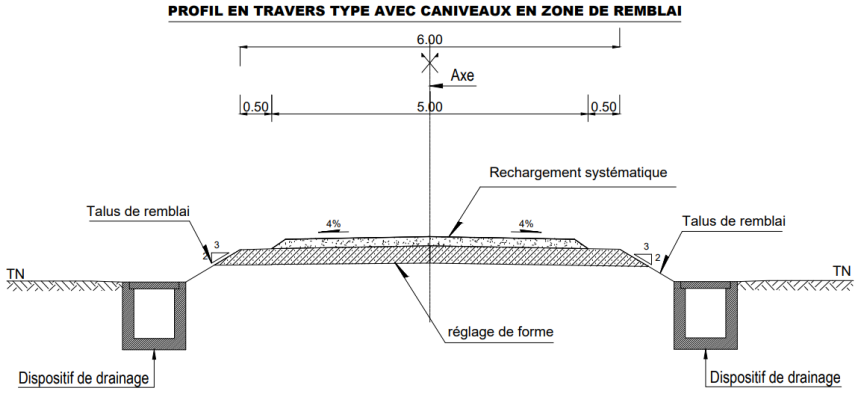
VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 4 Tipo de secção transversal com calhas na área de escavação



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

Figura: 5 Tipo de secção transversal com calhas na área de aterro



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.1.4. Espessuras totais do pavimento

Para estas pistas (Tabela 8) é proposta uma espessura de pavimento para cada secção em cascalho natural. As espessuras dos pavimentos levam em conta o desgaste sob o tráfego.

Quadro: 9 Proposta de espessuras do pavimento tendo em conta o desgaste durante o tráfego

Faixa n.o	ESPESSURA FLOORED (cm)
Faixa 10	20
Faixa 11	20
Faixa 17	20
Faixa 21	20
Faixa 22	20
Faixa 24	20

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.2. Descrição das atividades relacionadas com a instalação de passadiços públicos

3.6.2.1. Mercado de Bula

A reconstrução do mercado de Bula e a sua modernização foram propostas numa área de 0,341 ha da área de influencia do projeto. O local está dividido em duas grandes zonas (a zona central de 400,00m2 para a construção do edifício central e a zona periférica de 2261m2 para

construção de lojas, butiques, bloco sanitário e escritórios de gestão). No interior do recinto, existe uma zona de manutenção ou um cais de descarga acessível aos veículos e passagens para peões para facilitar a circulação interna de mercadorias e passageiros. As seguintes instalações estão localizadas no sítio: Um edifício central com 28 hangares integrados. Um edifício periférico constituído por 01 porta de entrada e saída com um local técnico integrado, 01 gabinete administrativo, 13 lojas, 03 armazéns, 04 instalações sanitárias com 03 cabines cada, 01 talho/peixaria equipado com uma câmara frigorífica, 02 armazéns, etc.; 4 hangares A plataforma interior do mercado é pavimentada com calçada de 11 cm para os corredores de circulação de veículos e com calçada de 8 cm para as zona de peões. As vias periféricas do mercado têm 250 m de comprimento, 7,00 m de largura e são pavimentadas com calçada de 11 cm. A estrutura da faixa de circulação das vias periféricas e os espaços de circulação dos veículos do mercado é o seguinte: Pavimento : Calçada de 11 cm; camada de base: 20 cm de brita laterítica natural; camada de fundação: 20 cm de cascalho laterítico natural.

As áreas das componentes de mercado da Bula são as seguintes (Quadro 9):

Quadro: 10 Áreas dos componentes de mercado da Bula

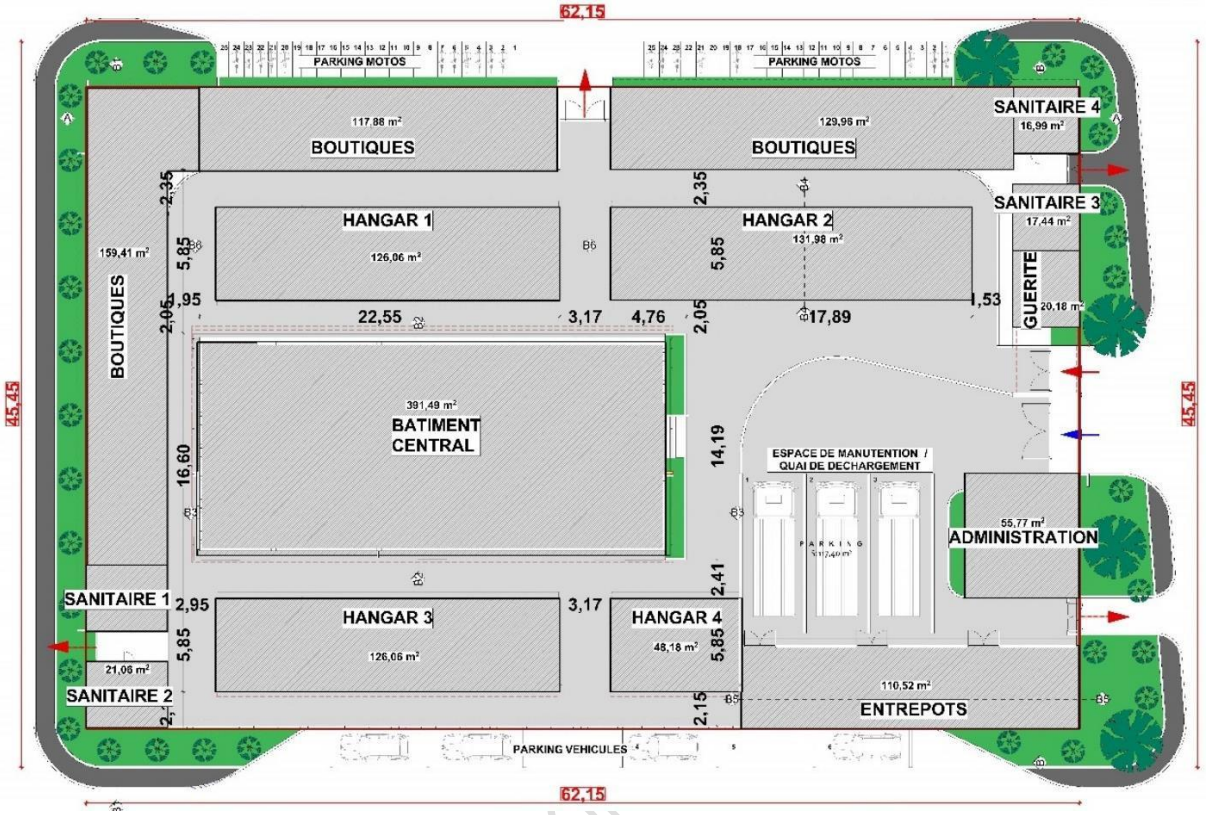
Não	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu..	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**2661**	
02	**Espaços verdes ordenados**	**333**	
03	**Espaços de estacionamento de 4 rodas**	**117**	**06 carros**
04	**Espaços de estacionamento 2 rodas**	**97**	**50 motociclos**
05	**Áreas de manuseamento**	**277**	**03 veículos**
06	**Passadeiras para peões**	**826**	
II-	**DADOS DES EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE**		
07	Porta de entrada incluindo serviços técnico	**20**	**03 lugares**
08	**Administração**	**56**	**03 gabinetes de 5 lugares + 01 WC+ 01 terraco**
09	**Edifício central**	**400**	28 assentos da barraca
10	**Lojas**	**407**	**13 lojas; 02 armazenagem; 01 talho/loja de peixe/carne câmara fria**
11	**Armazéns**	**111**	**03 Armazéns**
12	**Hangares**	**432**	**56 assentos da barraca**
13	**Instalações sanitárias**	**76**	**4 sanitários de 03 cabines**

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de ordenamento do mercado de Bula é o seguinte:

FAIS COMPOSANT ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 6 Plano de ordenamento do Mercado Bula



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.2.2. Mercado de São Vicente

O mercado de São Vicente será construído no mesmo formato que o projectado para Sedengal numa área de 0,341 ha da área de influencia do projeto. O local está dividido em duas grandes zonas (a zona central de 400,00m2 para a construção do edifício central e a zona periférica de 2261m2 para lojas, hangar, bloco sanitário e escritórios de gestão). O local é acessado através de uma entrada/saída principal com quatro (4) portas de emergência.

O interior do sítio é ordenado um espaço de manuseiamento ou plataforma de descarga acessível a máquinas e os corredores de pedestres para aumentar a fluidez do tráfego interno de mercadorias e passageiros. As seguintes instalações estão instaladas no site: Um edifício central com 40 hangares integrados; Um edifício periférico constituído por: 01 porta de entrada e saída com sala técnica integrada, 01 administração, 15 lojas, 03 armazéns, 04 instalações sanitárias com 03 cabines cada, 01 talhos de carne/peixe equipadas com câmara frigorífica, 02 armazéns; e 5 hangares.

A plataforma interna do mercado é pavimentada com calçadas de 11 cm para vias de circulação de veículos e 8 cm para espaços pedestres. As estradas periféricas do mercado estendem-se por uma extensão de 250 metros, com uma largura de 7,00 metros pavimentados com calçada de 11 cm.

TDR COMPLEMENTAR

A estrutura da faixa de rodagem das estradas periféricas e espaços internos de circulação de veículos no mercado é a seguinte: Revestimento: calçada de 11 cm; Camada de base: Gravilha laterítica natural de 20 cm; Camada de fundação: Gravilha laterítica natural de 20 cm.

As superfícies das componentes do mercado de São Vicente são as seguintes (Tabela 11):

Quadro: 11 Componentes do mercado das áreas de São Vicente

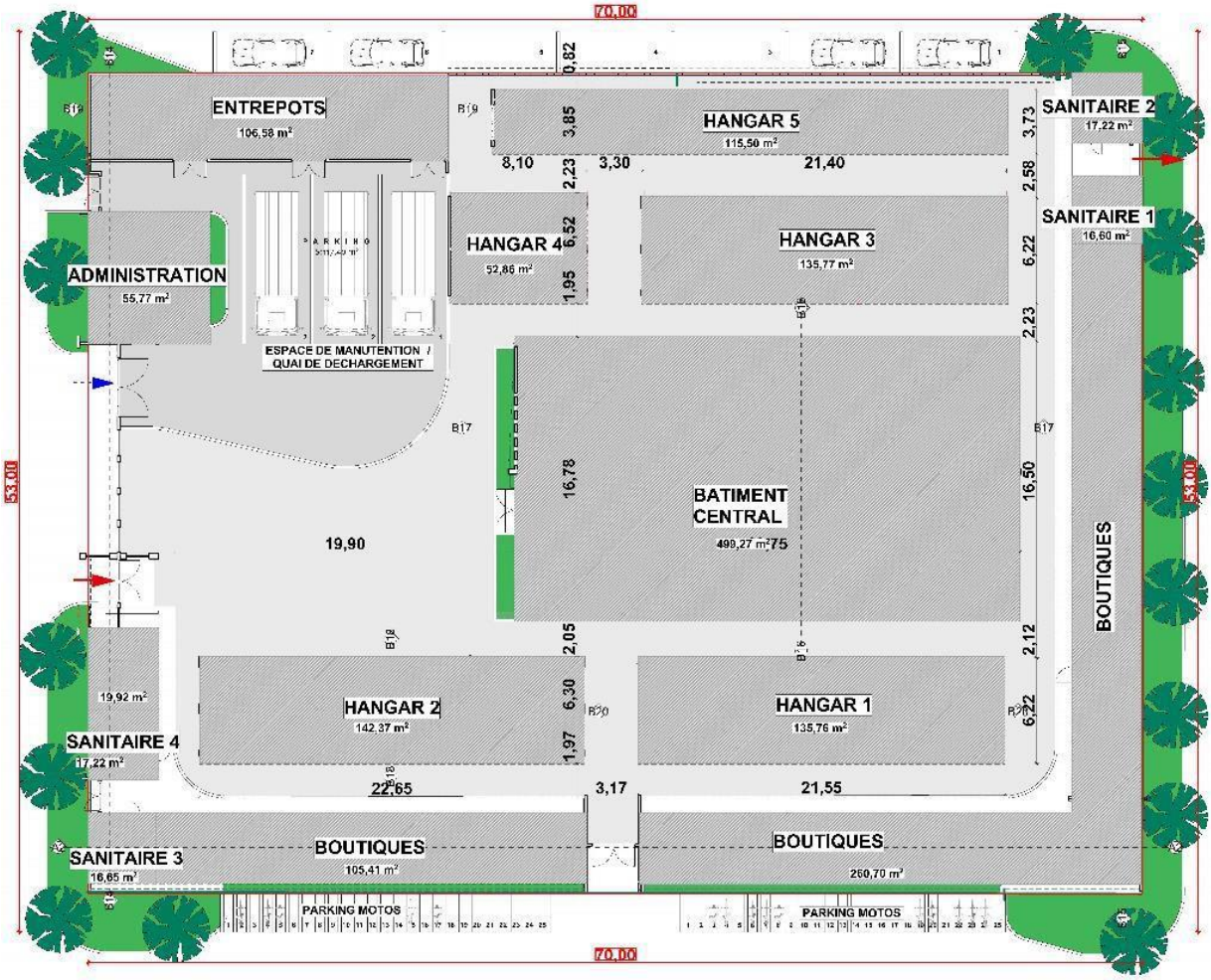
Não	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu..	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**3.286**	
02	**Espaços verdes ordenados**	**342**	
03	**Espaços de estacionamento de 4 rodas**	**135**	**07 carros**
04	**Espaços de estacionamento de 2 rodas**	**97**	**56 motociclos**
05	**Áreas de manuseamento**	**277**	**03 veículos**
06	**Passadeiras para peões**	**901**	
II-	**DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE**		
07	Porta de entrada, incluindo serviços técnico	**20**	**03 lugares**
08	**Administração**	**56**	**03 gabinetes de 5 lugares + 01 WC+ 01 terraço**
09	Edifício central	500	40 Locais de estandes
10	Lojas	412	15 lojas; 02 armazenagem; 01 talho/loja de peixe/carne câmara fria
11	Armazéns	111	03 Armazéns
12	Hangares	582	68 Quadrados para barracas
13	Instalações sanitárias	76	4 sanitários de 03 cabines

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de ordenamento do mercado de São Vicente é o seguinte:

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 7 Plano de ordenamento do mercado de São Vicente



Fonte: Forward Studies - Detailed Project (DPA), relatório técnico, maio de 2023

3.6.2.3. Mercado de Ingoré

O mercado de Ingoré será reconstruído num novo local com uma superfície de aproximadamente 3000 m2 localizado no distrito de Ingorézinho perto da estrada para o Senegal, a aproximadamente 1 km da rotunda de Ingoré e da RN2. O local do mercado de Ingoré está identificado num terreno habitacional (terreno nu) de aproximadamente 3000 m2 propriedade de duas pessoas. Haverá uma perda de terrenos residenciais durante as obras. O local está dividido em duas grandes zonas (a zona central de 400,00m2 para a construção do edifício central e a zona periférica de 2261m2 para lojas, galpão, bloco sanitário e escritórios de gestão). O local é acessado através de uma entrada/saída principal equipada com um portão, e quatro (4) portas de emergência.

Dentro do local há uma área de manuseio ou plataforma de descarga acessível a máquinas e corredores de pedestres para fazer o tráfego interno fluir sem problemas para comerciantes e passageiros. As seguintes instalações estão instaladas no site: Um edifício central com 38 hangares integrados; Um edifício periférico constituído por: 01 porta de entrada e saída com sala técnica integrada, 01 administração, 12 lojas, 01 armazém, 04 instalações sanitárias com

03 cabines cada, 01 talho de carne/peixe equipado com câmara frigorífica, 02 armazens; e quatro portas de emergência.

A plataforma interior do mercado é pavimentada com calçada de 11 cm para as vias de circulação de veículos e calçada de 8 cm para as zonas de peões. As vias periféricas do mercado e a via de acesso estendem-se por uma distância linear de 1.000 ml com um gabarito de 11,00 m de largura e uma pavimentação em calçada de 11 cm. Saneamento do local e da via pública com caleiras e lancis.

A estrutura rodoviária para estradas periféricas e espaços interiores para veículos no mercado é a seguinte: Revestimento: Pavimento de 11 cm; Camada de base: Gravilha laterítica natural de 20 cm; Camada de fundação: Gravilha laterítica natural de 20 cm.

As áreas das componentes do mercado da Ingoré são as seguintes (quadro 12):

Quadro: 12 Superfícies dos componentes de mercado da Ingoré

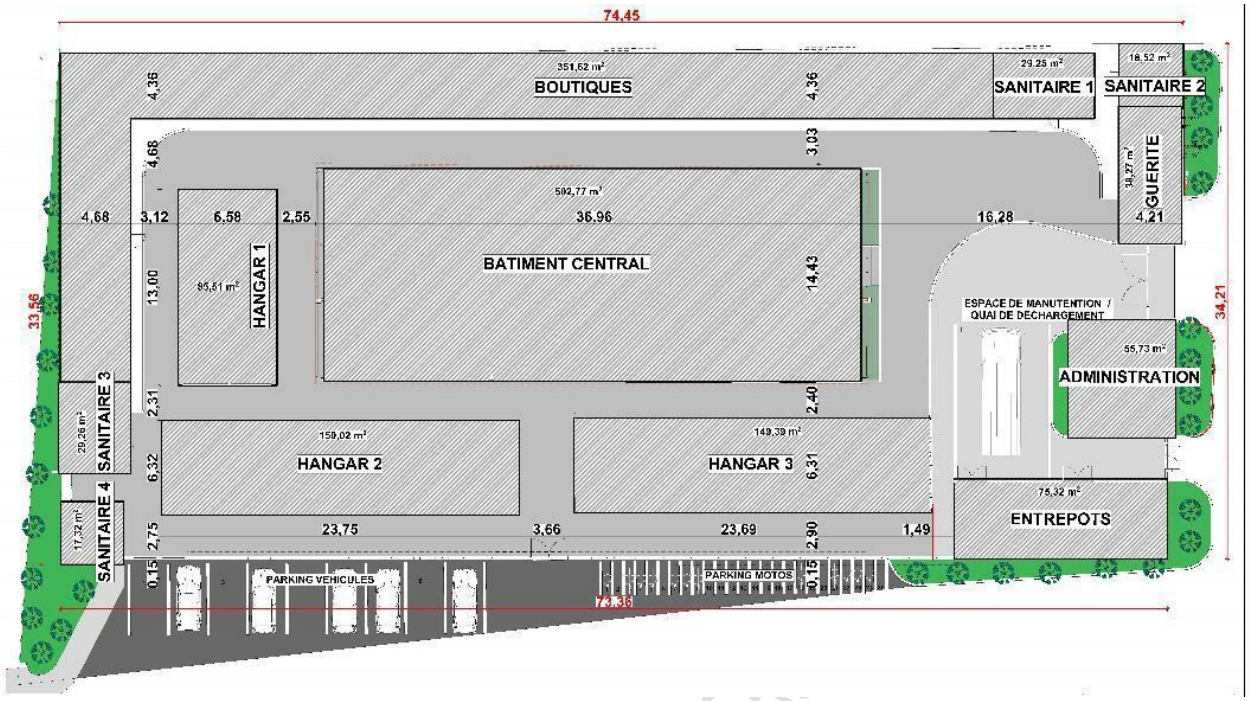
Não.	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu...	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**2 729**	
02	Zonas verdes ordenados	242	
03	Espaços de estacionamento de 4	136	09 carros
04	Espaços de estacionamento de 2 rodas	**48**	26 motociclos
05	Áreas de manuseamento	**200**	01 veículo
06	Pssadeiras para peões	797	
II-	DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE		
07	Porta de entrada, incluindo serviços técnicos	38	03 lugares
08	Administração	56	03 escrotório de 5 lugares + 01 WC+ 01 terraço
09	Edifício central	503	Bancadas com 38 lugares
10	Lojas	353	12 lojas; 02 armazenagem; 01 talho/loja de peixe/câmara fria
11	Armazéns	75	01 Armazéns
12	Hangares	385	Bancadas com 46 es bancas
13	Instalações sanitárias	76	4 sanitários de 03 cabines

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de ordenamento do mercado Ingoré é o seguinte (Figura 8):

EIA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 8 Plano de massa para o desenvolvimento do mercado de Ingoré



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.2.4. Mercado de Sedengal

A construção do novo mercado está previsto numa área de 4 ha que anteriormente era destinada a atividades agrícolas constituídas principalmente por plantações de caju pertencentes a cerca de 3 PAP. O local está dividido em duas grandes zonas (a zona central de 400,00m2 para a construção do edifício central e a zona periférica de 2261m2 para lojas, hangar, bloco sanitário e escritórios de gestão). O local é acessado através de uma entrada/saída principal constituído por 01 portão, e quatro (4) saídas de emergência.

No interior do sítio será ordenado um espaço de manuseiamento ou plataforma de descarga acessível a máquinas e os corredores pedestres para aumentar a fluidez do tráfego interno de mercadorias e passageiros. As seguintes instalações estão localizadas no sítio: Um edifício central com 40 hangares integrados; Um edifício periférico constituído por: 01 porta de entrada e saída com sala técnica integrada, 01 administração, 15 lojas, 03 armazéns, 04 instalações sanitárias com 03 cabines cada, 01 talho de carne/peixe equipado com câmara frigorífica, 02 salas de armazenamento; e 5 hangares. A plataforma interna do mercado é pavimentada com calçada de 11 cm para vias de circulação de veículos e 8 cm para espaços de peões.

As estradas periféricas do mercado estendem-se num linear de 400 ml com uma largura de 7,00m pavimentado com calçada de 11 cm. A estrutura da faixa de rodagem das estradas periféricas e espaços interiores para veículos no mercado é a seguinte: Revestimento: Pavimento com calçada de 11 cm; Camada de base: Gravilha laterítica natural de 20 cm; Camada de fundação: Gravilha laterítica natural de 20 cm.

As áreas das componentes do mercado de Sedengal são as seguintes (quadro 12):

EIAS COMPLEMENTAIRE VERSION

Quadro: 13 Áreas dos componentes de mercado da Sedengal

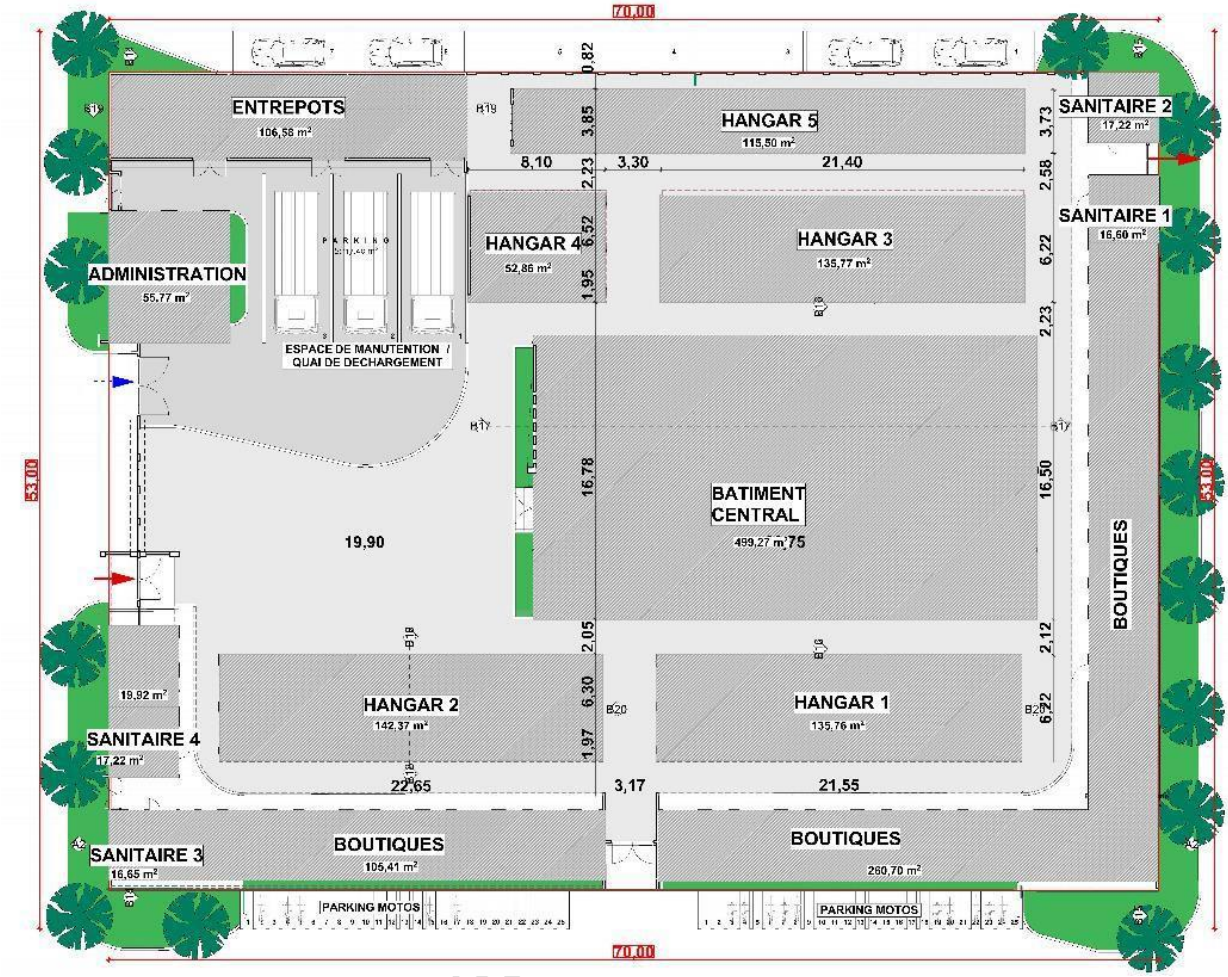
Não.	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu..	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**3.286**	
02	**Espaços verdes ordenados**	**342**	
03	**Espaços de estacionamento de 4 rodas**	**135**	**07 carros**
04	**Espaços de estacionamento de 2 rodas**	**97**	**56 motociclos**
05	**Áreas de manuseamento**	**277**	**03 veículos**
06	**Passadeiras para peões**	**901**	
II-	**DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE**		
07	Porta de entrada, incluindo serviço técnicos	**20**	**03 lugares**
08	**Administração**	**56**	**03 gabinetes de 5 lugares + 01 WC+ 01 terraço**
09	**Edifício central**	**500**	Bancadas com 40 lugares
10	**Lojas**	**412**	**15 lojas; 02 armazenagem; 01 talho/loja de peixe/câmara fria**
11	**Armazéns**	**111**	**03 Armazéns**
12	**Hangares**	**582**	Bancada com 68 lugares
13	**Instalações sanitárias**	**76**	**4 sanitários de 03 cabines**

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de massa para o desenvolvimento do mercado de Sedengal é o seguinte (Figura 9)

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 9 Plano massa desenvolvimento mercado Sedengal



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.2.5. Mercado de São Domingos

A reconstrução e modernização do mercado de São Domingos foi proposta no mesmo local de 0,35 ha da área de influência do atual mercado. Este local está dividido em duas grandes áreas (a área central de 516 m2 para a construção do edifício central e a área periférica de 2496 m2 para lojas e escritórios de gestão). Os locais são acessíveis através de uma entrada/saída principal constituídos por um portão e quatro (04) saídas de emergência.

No interior do sítio, será ordenado um espaço de manuseamento ou plataforma de descarga acessível a veículos e corredores pedestres para facilitar a fluidez do tráfego interno de mercadorias e passageiros. No sítio estão ordenados as seguintes instalações: Um edifício central com 40 hangares integrados; Um edifício periférico composto por (01 porta de entrada e saída com uma sala técnica integrada; 01 Administração; 15 lojas; 03 armazéns; 04 casas de banho com 03 cabinas cada; 01 talhos/loja de peixe/carne equipada com câmara frigorífica; 02 salas de armazenamentos e 5 hangares. A plataforma interna do mercado é pavimentada com calçada de 11 cm para vias de circulação de veículos e 8 cm para espaços de peões.

As estradas periféricas do mercado estendem-se em um linear de 600 ml com uma largura de 10,00m e pavimentada com calçada de 11 cm. A estrutura da faixa de rodagemas das estradas

periféricas e espaços interiores para veículos no mercado é a seguinte: Revestimento: Pavimento com calçada de 11 cm; Camada de base: Gravilha laterírica natural de 20 cm; Camada de fundação: Gravilha laterítica natural de 20 cm.

As superfícies das componentes do mercado de São Domingos são as seguintes (Tabela 13):

Quadro: 14 Componentes do mercado de São Domingos

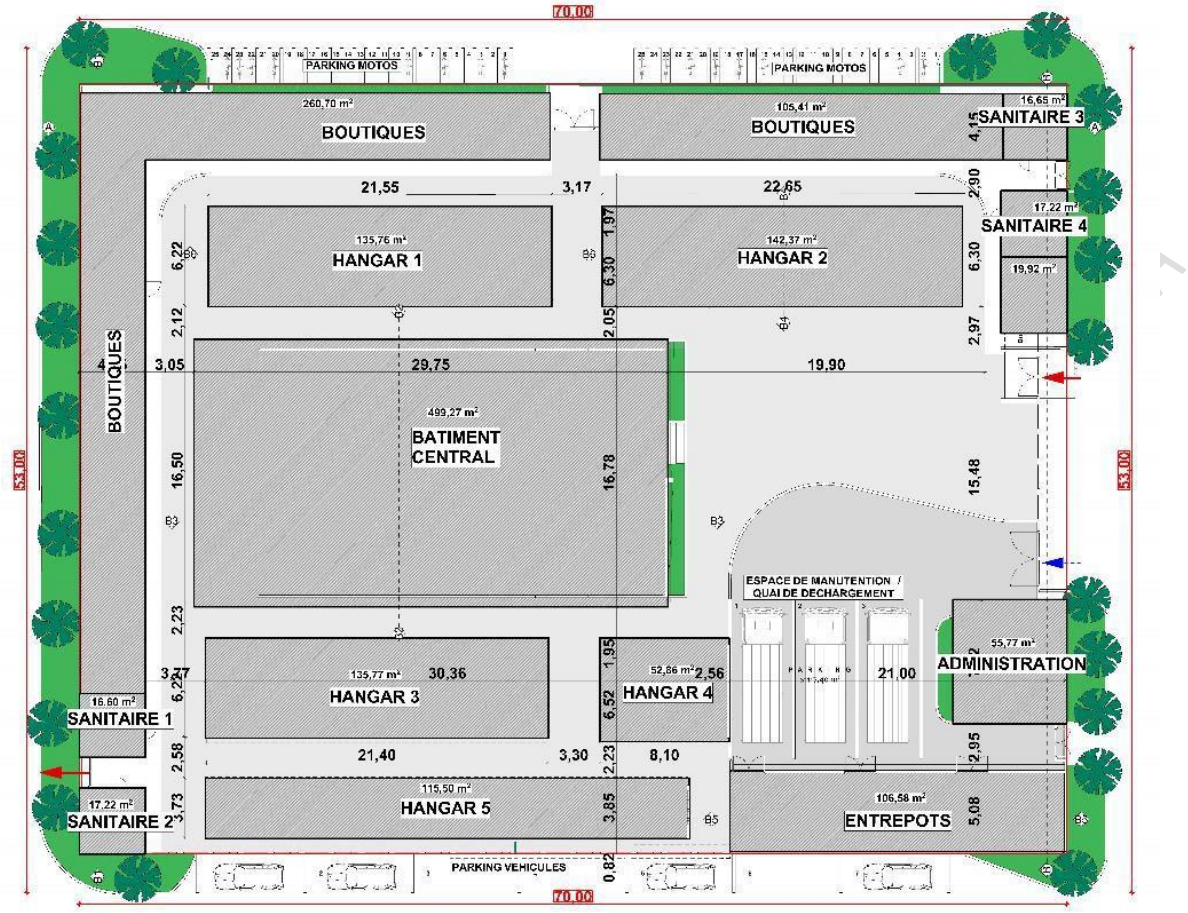
Não	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu..	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**3.286**	
02	**Espaços verdes ordenados**	**342**	
03	**Espaços de estacionamento 4 rodas**	**135**	**07 carros**
04	**Espaços de estacionamento de 2 rodas**	**97**	**56 motociclos**
05	**Áreas de manuseamento**	**277**	**03 veículos**
06	**Passadeiras para peões**	**901**	
II-	**DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE**		
07	Porta de entrada, incluindo serviços técnicos	**20**	**03 lugares**
08	**Administração**	**56**	**03 escritórios de 5 lugares + 01 WC + 01 terraço**
09	**Edifício central**	**500**	Bancadas 40 lugares
10	**Lojas**	**412**	**15 lojas; 02 armazenagem; 01 talho/loja de peixe/câmara fria**
11	**Armazéns**	**111**	**03 Armazéns**
12	**Hangares**	**582**	Bancada com 68 lugares
13	**Instalações sanitárias**	**76**	**4 sanitários de 03 cabines**

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de massa do mercado de São Domingos é o seguinte (Figura 10):

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 10 Plano de ordenamento do Mercado São Domingos



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.3. Descrição das atividades para o desenvolvimento de um centro de pesagem

3.6.3.1. Posto de pesagem de São Domingos

O plano de ordenamento do posto de pesagem prevê uma zona de pesagem de 2 lugares e um parque de estacionamento de 20 lugares para veículos pesados, e vai ser implementado num terreno de 4 hectares, incluindo a zona de ampliação. O terreno está dividido em duas grandes zonas, a primeira com 1,6629 hectares para o projeto inicial e a segunda com 2,3386 hectares para a futura ampliação..

A primeira zona de construção atual subdivide-se em três (03) subáreas: A área administrativa de 0,4636 Ha; A área de pesagem de 0,5223 ha e a área de estacionamento de 0,6770 ha.

O O acesso ao local faz-se através de uma estrada separada de entrada e saída com sentido único de circulação, com 7,00 metros de largura, com um corredor de entrada e saída com um passeio de 1,30 metros de ambos os lados.

Existem três (03) tipos de vias no interior do recinto do complexo: uma via interna principal com uma laje de betão unidirecional de 7 metros acessível a todo o tipo de máquinas e com um passeio de 1,30 metros de ambos os lados; uma via interna com uma laje de betão para as zonas de estacionamento acessível apenas às máquinas; e uma via pedestre acessível apenas aos peões.

O sítio, e particularmente a subárea de instalações locais, inclui as seguintes instalações: uma portaria de entrada para gerir a entrada de veículos e peões, com um corredor separado; um bloco administrativo para a gestão administrativa e financeira; uma zona de pesagem associada aos postos de controlo; gabinetes para a alfândega, a polícia e a guarda nacional; vestiários; um alojamento para descanso dos condutores; um bloco sanitário; uma sala técnica para a gestão da energia (eletricidade urbana e gerador); e uma portaria de saída para gerir a saída de veículos e peões, com corredores separados..

As superfícies das componentes do centro de pesagem são indicadas no quadro 14 seguinte:

Quadro: 15 superfícies das componentes do Centro de Pesagem de São Domingos

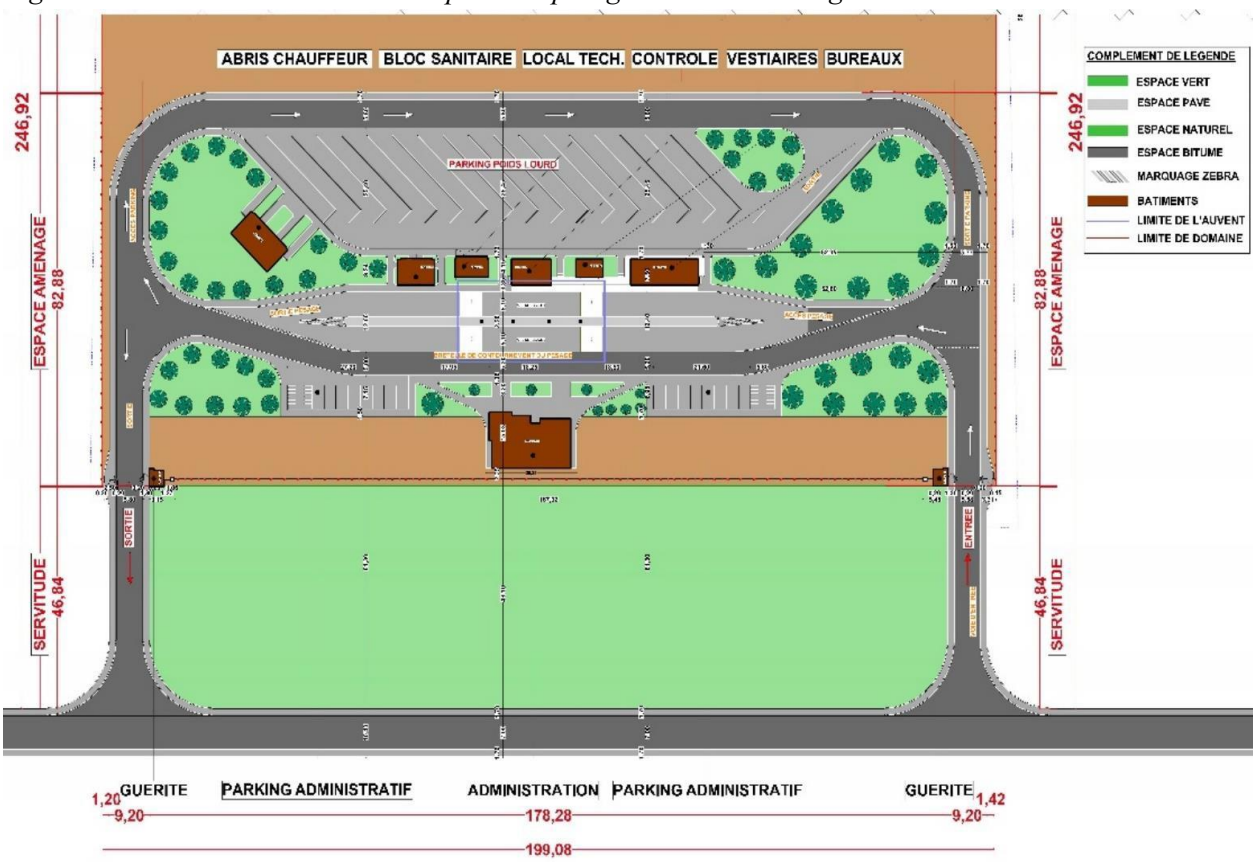
Não.	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu...	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**40 015**	
02	Área de ordenamento actual	**16 629**	
03	**Superfície reservada para extensões**	**23 386**	
04	Subzonas administrativas e de pesagem	9 859	9 edifícios e 16 locais de estacionamento de 4 rodas / e 24 para 2 rodas
05	Subzona da área de estacionamento subárea Leger	6 770	20 lugares para veículos pesados
06	Espaços verdes ordenados	3 868	
07	Vias de acesso para entrada e saída	782	
08	Via interna principal	3029	
09	Vias internas das áreas de estacionamento e de pesagem	3,584	
10	Passadeira para peões	1686	
II-	DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE		
11	Portão de entrada	8	01 estação equipada com banheiro
12	Ponte-báscula com posto de controlo	323,00	01 ponto
13	Administração	195.79	5 gabinetes + sala de reuniões
	Escritórios	83	3 escritórios + instalações sanitárias e
14	Vestiário	48	
15	Alojamento para condutores	55,00	50 lugares
16	Sanitários	34	5 cabines
17	Sala técnica	32	01 grupo + quadro geral
18	Portão de saída	8	01 estação equipada com banheiro

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de ordenamento do posto de pesagem de São Domingos é o seguinte (Figura 11):

EIA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 11 Plano de ordenamento do posto de pesagem de São Domingos



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

3.6.4. Descrição das atividades de desenvolvimento de parques de estacionamento para veículos pesados

3.6.4.1. parque de estacionamento Jegue

O parque de estacionamento de Jegue será desenvolvido numa área de 3,5071 hectares. O sítio está dividido em duas grandes zonas (a primeira de 1,6109 ha para o projeto inicial e a segunda de 1,8962 ha para a futura ampliação). A primeira zona está subdividida em duas (02) subzonas: a zona de equipamentos de proximidade, com 0,4728 ha, e a zona de estacionamento, com 0,9800 ha. O acesso ao local faz-se por uma estrada de acesso de 7,00 metros com uma portaria de entrada, e sai por uma estrada de 7,00 metros a partir da portaria de saída. As vias de entrada e saída são unidireccionais e têm um passeio de 1,30 metros de ambos os lados, pavimentado com calçada de 11,00 cm.

Foram previstos três tipos de estradas no interior do sítio: uma estrada interna principal pavimentada de 7 metros de largura, biderecional acessível a todos os tipos de veículos e com um pavimento de 1,30 metros de um lado; uma estrada interna pavimentada para as áreas de estacionamento acessível apenas aos veículos; e um passeio pedestre acessível apenas aos peões. Serão instalados no sítio os seguintes equipamentos, nomeadamente na subzona de equipamentos de proximidade: Uma portaria de entrada para gerir a entrada de veículos e peões, com um corredor separado; um bloco administrativo para gestão administrativa e financeira; um alojamento para repouso dos condutores; um bloco sanitário; uma báscula associada a um

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL

posto de controlo para pesagem de veículos; uma sala técnica para gestão de energia (eletricidade urbana e grupo eletrogéneo); e uma portaria de saída para gerir a saída de veículos e peões, com um corredor separado.

As superfícies dos componentes do parque de estacionamento de Jegue são as seguintes (quadro 15):

Quadro: 16 Superfícies dos componentes do parque de estacionamento de Jegue

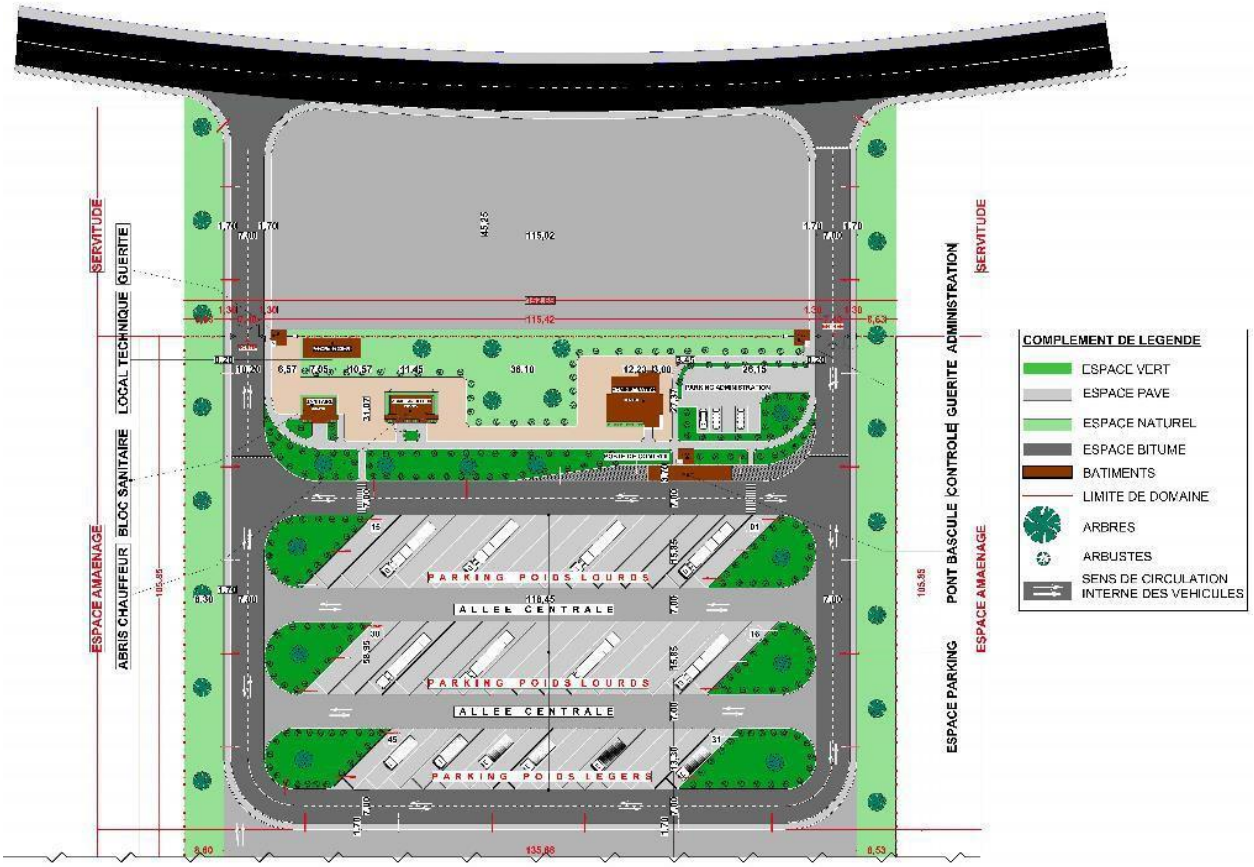
Nã	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu..	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**35 071**	
02	Área de ordenamento actual	**16 109**	
03	**Superfície reservada para extensões**	**18 962**	
04	**Subárea «equipamentos de proximidade»**	**4 728**	**7 edifícios e 5 lugares de estacionamento 4 rodas / 2 rodas**
05	**Área de estacionamento subárea Leger**	**9.800**	**15 lugares para veículos ligeiros e 30 lugares para veículos pesados**
06	**Espaços verdes ordenados**	**1 848**	
07	Estradas de acesso de entrada e de saída	**834**	
08	**Estrada interna principal**	**3 280**	
09	**Estradas internas das áreas de estacionamento**	**1 957**	
10	Passadeira para peões	1.442	
II-	DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE		
11	Portão de entrada	8	01 estação equipada com banheiro
12	Ponte-báscula, incluindo posto de controlo	69	01 ponto
13	Administração	119	3 gabinetes + sala de secretariado e terraço
14	Alojamento de condutores	55,00	50 lugares
15	Sanitários	34	5 cabines
16	Sala técnica	33	01 grupo + quadro geral
17	Portão de saída	8	01 estação equipada com banheiro

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 2023

O plano de ordenamento do parque de estacionamento de Jegue é o seguinte (Figura 12):

PGC COMPOSANT ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 12 Plano de ordenamento do parque de estacionamento de Jegue



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 202

3.6.4.2. Parque de estacionamento Bula

O sítio de aproximadamente 4 ha está dividido em duas grandes zonas: a primeira de 1,414 ha para os empreendimentos iniciais e a segunda de 1,446 ha para a futura extensão. A primeira zona está subdividida em duas (02) subzonas: a zona de equipamentos de proximidade de 0,528 m², e a zona de estacionamento de 0,886 ha. O acesso ao sítio faz-se por um portão de entrada e a saída e por um portão de saída. Existem três tipos de estradas no interior do complexo: uma estrada de acesso principal pavimentada, com 7 metros de largura e bidirecional, acessível a todos os tipos de veículos e com um passeio de 1,30 metros de um lado; uma estrada interna pavimentada para as áreas de estacionamento, acessível apenas a veículos pesados e ligeiros; e um passeio pedestre acessível apenas a peões. Serão instalados no local os seguintes equipamentos de proximidade, nomeadamente na subzona de equipamentos locais: Uma portaria de entrada para gerir a entrada de veículos e peões, com um corredor separado; um bloco administrativo para a gestão administrativa e financeira; um alojamento para repouso dos condutores; um bloco sanitário; uma sala técnica para a gestão da energia (eletricidade urbana e grupo eletrogéneo); e uma portaria de saída para gerir a saída de veículos e peões, com um corredor separado.

As superfícies das componentes do parque de estacionamento de Bula são as seguintes (tabela 16):

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL

Quadro: 17 Superfícies dos componentes do parque de estacionamento de Bula

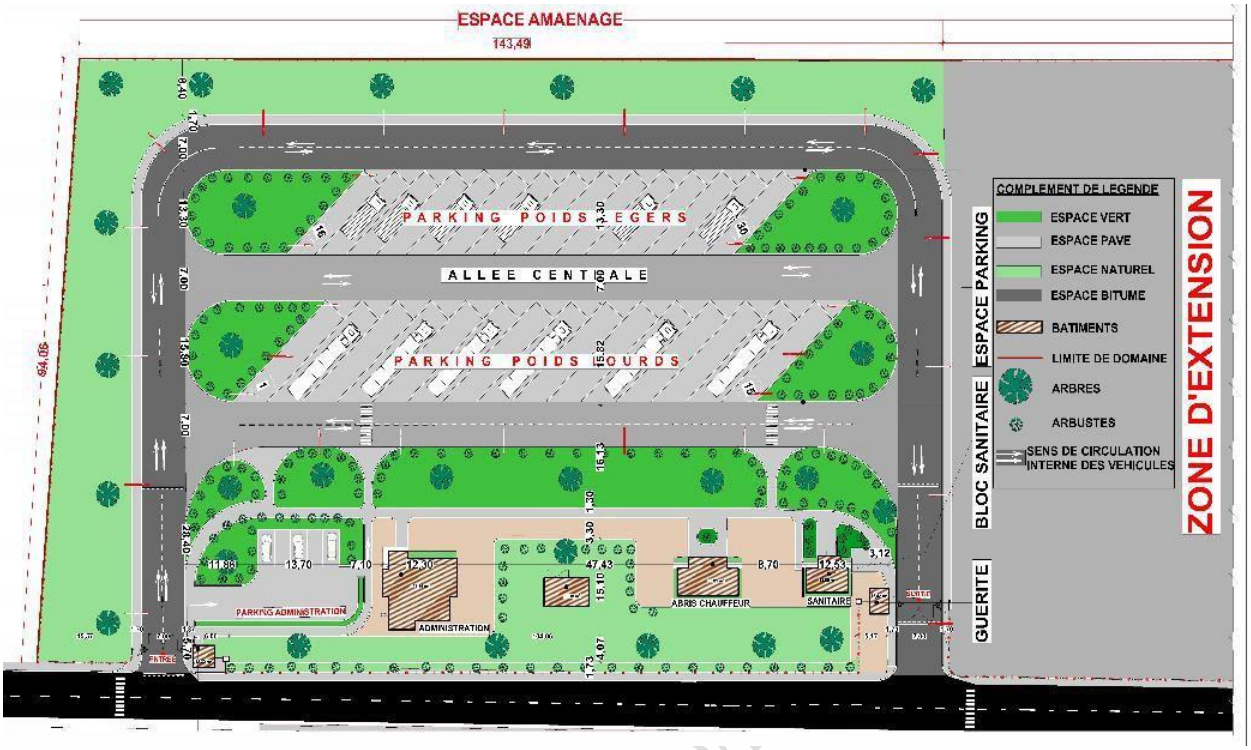
Não	DESIGNAÇÕES	Superfícies (m2)	CAPACIDADES
Eu..	DADOS DE URBANIZAÇÃO		
01	**Superfície do sítio**	**28 710**	
02	Área de ordenamento actual	**14 140**	
03	**Superfície reservada para extensões**	**14 460**	
04	**Subárea «equipamentos de proximidade»**	**5 280**	**6 edifícios e 5 locais de parque de estacionamento de 4 rodas / 2 rodas**
05	**Subárea do parque de estacionamento Leger e Lourd**	**8 860**	**15 lugares para veículos ligeiros e 15 lugares para veículos pesados**
07	**Estrada interna principal**	**1 972**	
08	**Estradas internas das áreas de estacionamento**	**1 981**	
09	**Passadeira para peões**	**937**	
II-	**DADOS DO EQUIPAMENTO DE PROXIMIDADE**		
11	Portão de entrada	**8**	**01 estação equipada com**
12	**Administração**	**119**	**3 gabinetes + sala de secretariado**
13	**Alojamento para condutor**	**55,00**	**50 lugares**
14	**Sanitários**	**34**	**5 cabines**
15	**Sala técnica**	**33**	**01 grupo + quadro geral**
16	**Portão de saída**	**8**	**01 estação equipada com**

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 202

O plano de ordenamento do parque de estacionamento de Bula é o seguinte (Figura 13):

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Figura: 13 Plano de ordenamento do parque de estacionamento de Bula



Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 202

3.6.5. Descrição das atividades de construção de postos de portagem

3.6.5.1. Portagem João Landim

As APD estão a ser finalizadas

3.6.5.2. Portagem de São Vicente

As APD estão a ser finalizadas

3.6.6. Descrição das actividades de construção e ou reabilitação de Furos

A empreitada prevista contempla a construção de furos positivos com bomba, incluindo fornecimento de torres metálica, sistemas com capacidade média de 10 m3 cada, sistema de fornecimento de energia solar e construção de fontenários.

O programa adotado para as atividades de construção e ou reabilitação de furos é apresentado no quadro abaixo (quadro 17):

Quadro: 18 Programa de construção e ou reabilitação dos furos selecionados

Não. Encomenda	Não. De acordo com o ponto	Localidades	PK	Tipo de trabalho a realizar
1	**1**	**Bilma**	**01+650**	**Construção**
2	**2**	**Blom**	**05+100**	**Construção**
3	**3**	**João Landim**	**10+350**	**Construção**

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL

Não. Encomenda	Não. De acordo com o ponto	Localidades	PK	Tipo de trabalho a realizar
4	**5**	**Mato Dingal**	**14+850**	**Construção**
5	**G1**	**BULA**	**20+650**	**Reabilitação**
6	**G1a**	**BULA**	**20+650**	**Reabilitação**
7	**6**	**Caco**	**23+750**	**Construção**
8	**10**	**Bipo**	**28+850**	**Construção**
9	14	Ponta do Joven	33+050	Construção
10	17	São Vicente	37+750	Construção
11	18	Antotinha	45+300	Construção
12	21	Sagnhacunda	50+200	Construção
13	22	Ponta Clode	51+300	Construção
14	27	Carabane	55+950	Construção
15	32	Tarreiro	70+650	Construção
16	G3	SEDENGAL	75+800	Reabilitação
17	G3	SEDENGAL	75+800	Reabilitação
18	37	Ponta Caba	79+750	Construção
19	39	Canjande	85+000	Construção
20	40	Cartel	89+850	Construção
21	43a	Campada Nammoite	95+450	Reabilitação
22	44	Sacabem	98+750	Construção
23	48	Beguingue	103+100	Construção
24	49	Jegue 1	110+450	Construção
25	50	fronteira Jegue 2	112+900	Construção

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fonte: Ante-Project-Pormenor (APP), relatório técnico, maio de 202

No total, está prevista a construção de vinte (20) furos equipados com mães de água e cinco (05) furos existentes com mães de água para reabilitação.

3.6.7. Resumo do trabalho

Os trabalhos a realizar consistem essencialmente em:

❖ **Para as pistas:**

➢ **Trabalhos de instalação:**

- Transporte de equipamento de construção;
- A instalação dos serviços administrativos e de inspecção, bem como do laboratório;
- Etc.;

➢ **Trabalhos de engenharia civil:**

- terraplenagem;
- Reabilitação ou reparação de obras;
- a construção de redes de esgotos;
- a construção de estruturas de proteção;
- Etc.;

➢ **Trabalho de elaboração de relatórios:**

- marcação das pistas;
- A implantação de painéis;
- Etc.;

➢ **Trabalho ambiental:**

- plantação de árvores de alinhamento de troncos altos;
- Disposições ambientais, incluindo a sensibilização sobre a segurança, a SIDA, a violência baseada no género (VBG) e as IST;

❖ **Para trabalhos de, mercados, portagens, pesagensparques de estacionamentos, etc.:**

➢ **Trabalhos de instalação:**

- Transporte de materiais e equipamento;
- A instalação de base da empresa;

➢ **Trabalhos de engenharia civil:**

- terraplenagem;
- a construção da faixa de rodagem;
- a construção de redes de esgotos;
- a construção de edifícios;
- limpeza e preparação do terreno;
- instalação de equipamentoss específico (pesagem, portagens, estacionamento, mercados, etc.);
- abastecimento de água e ambiente;

➢ **Trabalhos de sinalização:**

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- - a instalação de equipamentos automáticos de sinalização e de afixação;
- marcação das faixas de rodagem;
- instalação de barreiras automáticas;
- Etc.;

➢ **Obras eléctricas:**

- fornecimento e instalação de equipamento de iluminação e sistema de videovigilância;
- fornecimento e instalação de postes de iluminação pública e grupos eletrogénios;
- Etc.;

➢ **Desmantelamento do estaleiro:**

- Desmobilização do estaleiro;
- Desmontagem de equipamentos;
- Restauração de sítios designadamente pedreiras e empréstimos;
- limpeza geral do local.
- Etc.;

3.6.8. Fases e empreitada do projecto

3.6.8.1. Fases do projeto

Os trabalhos do projeto serão realizados em quatro (04) fases, em conformidade com a regulamentação em matéria de proteção do ambiente, a saber:

- a fase preparatória;
- A fase de construção do local;
- a fase pós-construção/desmobilização;
- a fase de exploração.

Estas diferentes fases são apresentadas no quadro 18 infra:

Quadro: 19 Faseamento do projecto

Fase	Actividades
Fase preparatória	Consiste na instalação da base do destaleiro, implantação de obras, na deponibilização de materiais disposição de oficinas, sanitários e áreas de armazenamento para vários materiais. É nesta fase do projeto que as áreas de influência do projeto são libertados (ocupações, redes concedidas, limpeza de sítio, etc.). Nesta fase do estudo, as localizações reais e possíveis das instalações do estaleiro ainda não são conhecidos com exatidão.
Fase de construção	Corresponde às obras de reabilitação das pistas e infraestruturas (mercados, portagem, estações de pesagem, parques de estacionamento, etc.). As atividades a realizar dizem respeito à preparação da plataforma, à instalação da camada de base, ao funcionamento, à implantação de calçadas, construção de calhas e sinalização horizontal e vertical, das instalações.
Fase pós-construção/desmobilização	Desmantelamento do estaleiro

EIAS COMPLEMENTAIRE ADDITIONNEL VERSÃO PORTUGUESA

Fase	Actividades
Fase de exploração	Corresponde à entrada em funcionamento de pistas e infraestruturas e a atividades de manutenção de rotina (reparação de danos, preenchimento de buracos e fissuras nas estradas) e limpeza de calhas

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

3.6.8.2. Empreitada da obra

A consistência do trabalho de acordo com o local é mostrada nas tabelas 19 abaixo.

Quadro: 20 Empreitada da obra de construção da estação de pesagem

Actividades	Descrição
Instalação e desmantelamento do estaleiro	• instalação de bases de empresas, desmontagem e remoção de equipamentos/materiais;
Limpeza e preparação do terreno	• Desmatação e limpeza da área de influência na savana ou na floresta; • Abate e remoção de árvores com uma circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo;
Demolição de edifícios e outras estruturas	• demolição de construção de qualquer tipo; • demolição de muros de vedação; • Remoção e armazenamento de painéis de sinalização verticais; • Remoção e armazenamento de painéis publicitários; • Remoção e armazenamento de postes de iluminação pública;
Terraplanagem	• nivelamento geral do sítio; • armazenamento definitivo de desaterros móveis; • aterros ordinários provenientes de empréstimos;
Faixa de rodagem e Revestimento	• Fornecimento e aplicação de gravilha laterítica natural; • Fornecimento e aplicação de gravilha; • Fornecimento e instalação de lajes de betão armado com 20 cm de espessura; • fornecimento e implementação de calçadas autobloqueadoras de 11 cm de espessura; • Fornecimento e instalação de calçadas de 8 cm de espessura para passeios ou circulação pedestre; • Fornecimento, transporte e implementação de lancis diversos;
Obras de saneamento	• construção de calhas retangulares cobertos de betão armado de dimensões internas (0,60 x 0,60) m, incluindo escavações e todos os condicionalismos; • construção de um colector 100x100;
Sinalização e equipamento	• instalação de painéis de sinalização de tipo A, B, AB, E ou C; • fornecimento e instalação de barreiras automáticas para balanças de eixos; • a instalação de barreiras físicas de limitação de velocidade de betão armado; • Fornecimento e instalação de uma barreira automática; • instalação de equipamento de sinalização automática e de visualização

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
Equipamento de pesagem	• Fornecimento e instalação do sistema completo de eixos de pesagem de «baixa velocidade», incluindo acessórios; • fornecimento e instalação do sistema de pesagem completo - eixo móvel, incluindo acessórios; • instalação de pórticos de delimitação do gabarito;
Abastecimento de água e ambiente	• execução de furos positivos, construção de uma torremetálica incluindo fornecimento de cisterna de água e de eletrobomba para o abastecimento de água; • várias redes de abastecimento de água potável; • plantação de árvores; • - espaços relvados;
Edifícios e equipamentos	• Construção de um bloco admonistrativo; • construção de uma bloco sanitário ; • construção de uma sala de geradores • construção de casas de banho • construção de postos de abastecimento de combustível • construção de portarias • construção de armazém de ferramentas; • vedação do sítio;
Sistema de eletricidade, iluminação e vídeo vigilância	• fornecimento e instalação de um poste de transformação H61 100KVA e de ligação trifásica 10/30 A, incluindo a subscrição do EAGB; • fornecimento e instalação de um gerador de reserva com capuz trifásico e insonorizado de 80 KVA + inversor automático; • fornecimento e instalação do sistema de videovigilância; • fornecimento e instalação de luzes de rua solares para iluminação pública, incluindo todos os requisitos; • fornecimento e instalação de projetores solares para iluminação pública;

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

Quadro: 21 Coerência das obras de remodelação dos PARKING GROS PORTEURS

Actividades	Descrição
Instalação e desmantelamento do estaleiro	• instalação de bases de empresas, desmontagem e remoção de equipamentos/materiais;
Limpeza e preparação do terreno	• Desmatação e limpeza da área de influência na savana ou na floresta; • Abate e remoção de árvores com uma circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo;
Demolição de construções e outras estruturas	• demolição de construção de qualquer tipo; • demolição de muros de vedação; • Remoção e armazenamento de painéis de sinalização verticais; • Remoção e armazenamento de painéis publicitários; • Remoção e armazenamento de postes de iluminação pública;

FALTA COMPOSANTE AMBIENTAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
Terraplanagem	• nivelamento geral do sítio; • armazenamento definitivo de desaterros móveis; • aterros ordinários provenientes de empréstimos;
Faixa de rodagem e Revestimento	• Fornecimento e aplicação de gravilha laterítica natural; • Fornecimento e aplicação de gravilha; • Fornecimento e instalação de lajes de betão armado com 20 cm de espessura; • fornecimento e implementação de calçadas autobloqueadoras de 11 cm de espessura; • Fornecimento e instalação de calçadas de 8 cm de espessura para passeios ou circulação pedestre; • Fornecimento, transporte e implementação de lancis diversos;
Obras de saneamento	• construção de calhas retangulares cobertos de betão armado de dimensões internas (0,60 x 0,60) m, incluindo escavações e todos os condicionalismos; • construção de um colector 100x100;
Sinalização e equipamento	• instalação de painéis de sinalização de tipo A, B, AB, E ou C; • fornecimento e instalação de barreiras automáticas para balanças de eixos; • a instalação de barreiras físicas de limitação de velocidade de betão armado; • Fornecimento e instalação de uma barreira automática; • instalação de equipamento de sinalização automática e de visualização
Equipamento de pesagem	• Fornecimento e instalação do sistema completo de eixos de pesagem de «baixa velocidade», incluindo acessórios; • fornecimento e instalação do sistema de pesagem completo - eixo móvel, incluindo acessórios; • instalação de pórticos de delimitação do gabarito;
Abastecimento de água e ambiente	• execução de furos positivos, construção de uma torremetálica incluindo fornecimento de cisterna de água e de eletrobomba para o abastecimento de água; • insplantação redes diversas de abastecimento de água potável; • plantação de árvores; • realização espaços verdes;
Edifícios e equipamentos	• Construção de um bloco admonistrativo; • construção de uma bloco sanitário ; • construção de uma sala de grupo eletrogénio • construção de hangar • construção de portões • construção de portões para operador de ponto-báscula • vedação do sítio;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
Sistema de eletricidade, iluminação e vídeo vigilância	• fornecimento e instalação de um poste de transformação H61 100KVA e de ligação trifásica 10/30 A, incluindo a subscrição do EAGB; • fornecimento e instalação de um gerador de reserva com capuz trifásico e insonorizado de 80 KVA + inversor automático; • fornecimento e instalação do sistema de videovigilância; • fornecimento e instalação de luzes de rua solares para iluminação pública, incluindo todos os requisitos; • fornecimento e instalação de projetores solares para iluminação pública;

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 22 Coerência das obras de adaptação normalizadas do mercado

Actividades	Descrição
Instalação e desmantelamento do estaleiro	• instalação de bases de empresas, desmontagem e remoção de equipamentos/materiais;
Limpeza e preparação do terreno	• desmatação e limpeza da faixa de rodagem em savana ou floresta; • abate e remoção de troncos de árvores com uma circunferência superior a 1 m, medida a 1,5 m do solo; • demolição de construções e obras diversas; • demolição de construções de qualquer natureza • demolição de muros de vedação • remoção e armazenamento de painéis de sinalização rodoviária vertical; • remoção e armazenamento de painéis publicitários; • remoção e armazenamento de postes de iluminação pública
Terraplanagem	• nivelamento geral do sítio; • armazenamento definitivo de desaterros móveis; • aterros ordinários provenientes de empréstimos;
Faixa de rodagem e Revestimento	• Fornecimento e aplicação de gravilha laterítica natural; • Fornecimento e aplicação de gravilha; • Fornecimento e instalação de lajes de betão armado com 20 cm de espessura; • fornecimento e implementação de calçadas autobloqueadoras de 11 cm de espessura; • Fornecimento e instalação de calçadas de 8 cm de espessura para passeios ou circulação pedestre; • Fornecimento, transporte e implementação de lancis diversos;
Obras de saneamento	• construção de calhas retangulares cobertos de betão armado de dimensões internas (0,60 x 0,60) m, incluindo escavações e todos os condicionalismos; • construção de um colector 100x100;
Abastecimento de água e ambiente	• execução de furos positivos, construção de uma torremetálica incluindo fornecimento de cisterna de água e de eletrobomba para o abastecimento de água; • insplantação redes diversas de abastecimento de água potável; • plantação de árvores; • realização espaços verdes;
Edifícios e equipamentos	• construção de um hangar central incluindo bancadas, banquetas cobertas de chapa de aço e estrutura metálica; • construção de um bloco sanitário • construção e equipamento de câmara frigorífica, incluindo todos os acessórios necessários; • construção de armazéns ; • construção de hangar para pequenas bancadas; • construção de lojas; • construção de postos de controlo;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
	• vedação do sítio, incluindo portões;
Sistema de eletricidade, iluminação e vídeo vigilância	• fornecimento e instalação de um poste de transformação H61 100KVA e de ligação trifásica 10/30 A, incluindo a subscrição do EAGB; • fornecimento e instalação de um gerador de reserva com capuz trifásico e insonorizado de 80 KVA + inversor automático; • fornecimento e instalação do sistema de videovigilância; • fornecimento e instalação de luzes de rua solares para iluminação pública, incluindo todos os requisitos; • fornecimento e instalação de projetores solares para iluminação pública;

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

Quadro: 23 Coerência das obras de adaptação das estações de portagem

Actividades	Descrição
Instalação e desmantelamento do estaleiro	• instalação de bases de empresas, desmontagem e remoção de equipamentos/materiais;
Limpeza e preparação do terreno	• Desmatação e limpeza da área de influência na savana ou na floresta; • Abate e remoção de árvores com uma circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo;
Demolição de construções e obras diversas	• demolição de construção de qualquer tipo; • demolição de muros de vedação; • Remoção e armazenamento de painéis de sinalização verticais; • Remoção e armazenamento de painéis publicitários; • Remoção e armazenamento de postes de iluminação pública;
Terraplanagem	• nivelamento geral do sítio; • armazenamento definitivo de desaterros móveis; • aterros ordinários provenientes de empréstimos;
Faixa de rodagem e Revestimento	• Fornecimento e aplicação de gravilha laterítica natural; • Fornecimento e aplicação de gravilha; • Fornecimento e instalação de lajes de betão armado com 20 cm de espessura; • fornecimento e implementação de calçadas autobloqueadoras de 11 cm de espessura; • Fornecimento e instalação de calçadas de 8 cm de espessura para passeios ou circulação pedestre; • Fornecimento, transporte e implementação de lancis diversos;
Obras de saneamento	• construção de calhas retangulares cobertos de betão armado de dimensões internas (0,60 x 0,60) m, incluindo escavações e todos os condicionalismos; • construção de um colector 100x100;
Sinalização e equipamento	• sinalização da estrada • instalação de painéis de sinalização de tipo A, B, AB, E ou C;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
	• fornecimento e instalação de barreiras automáticas para balanças de eixos; • a instalação de barreiras físicas de limitação de velocidade de betão armado; • Fornecimento e instalação de uma barreira automática; • instalação de equipamento de sinalização automática e de visualização
Equipamento de pesagem	• Fornecimento e instalação do sistema completo de eixos de pesagem de «baixa velocidade», incluindo acessórios; • fornecimento e instalação do sistema de pesagem completo - eixo móvel, incluindo acessórios; • instalação de pórticos de delimitação do gabarito;
Abastecimento de água e ambiente	• execução de furos positivos, construção de uma torremetálica incluindo fornecimento de cisterna de água e de eletrobomba para o abastecimento de água; • insplantação redes diversas de abastecimento de água potável; • plantação de árvores; • realização espaços verdes;
Edifícios e equipamentos	• Construção de um bloco admonistrativo; • construção de uma bloco sanitário e de segurança ; • construção de uma sala de grupo eletrogénio • construção de portões • vedação do sítio;
Sistema de eletricidade, iluminação e vídeo vigilância	• fornecimento e instalação de um poste de transformação H61 100KVA e de ligação trifásica 10/30 A, incluindo a subscrição do EAGB; • fornecimento e instalação de um gerador de reserva com capuz trifásico e insonorizado de 80 KVA + inversor automático; • fornecimento e instalação do sistema de videovigilância; • fornecimento e instalação de luzes de rua solares para iluminação pública, incluindo todos os requisitos; • fornecimento e instalação de projetores solares para iluminação pública;

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

Quadro: 24 Coerência dos trabalhos de desenvolvimento das pistas 11, 17 e 22

Actividades	Descrição
Instalação e desmantelamento de estaleiro	• fornecimento de despesas de instalação geral e desmantelamento do estaleiro e serviços gerais; • fornecimentos para a instalação dos gabinetes da administração, fiscalização e de laboratório;
Trabalhos de terraplanagem	• A abertura da pista; • limpeza mecânica de bandas laterais, incluindo decapagem; • abate de árvores com mais de 1,5 m de circunferência; • Purga mecânica, incluindo materiais a substituir;

FAIS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
	• limpeza mecânica de valas laterais; • criação mecânica de valas laterais; • a criação mecânica de valas divergentes; • Escavação ordinária em terrenos móveis armazenados; • material escavado em solo instável depositado em aterros sanitários; • desmoronamento em pavimento sobre rocha dura; • derrocada de valas laterais ou divergentes em rocha dura; • reprofilagem ligeira da plataforma; • refilagem pesada da plataforma, incluindo compactação; • tratamento de pontos críticos da faixa de rodagem remodelada, incluindo a compactação; • reabilitação de corpos de pavimento com materiais selecionados; • aterro de acesso as obras de arte ou sistema drenagem, com materiais selecionados de empréstimos; • aterro para a reconstrução pontual de taludes, com materiais selecionados provenientes de empréstimos; • aterro com bloco de rocha granítica em zonas pantanosas para proteger a estrada; • recarga sistemática da faixa de rodagem com 5 m de largura e 20 cm ou 15 cm de espessura: para uma faixa de rodagem com 15 cm de espessura; para faixa de rodagem com 20 cm de espessura; • limpeza manual de pequenas obras (aqueduto e caleira com um alcance cumulativo ≤ 3 m); • limpeza manual de estruturas de dimensão média: embornais, pontões e pontes (alcance acumulado > 3 m e ≤ 10 m); • Limpeza manual de grandes obras: embornais, pontões e pontes (alcance acumulado > 10 m);
Reabilitação ou reparação de obras	• a demolição de estruturas existentes; • demolição completa de pequenas obras (intervalo cumulativo ≤ 3 m); • demolição completa de estruturas de dimensão média (alcance acumulado > 3 m e ≤ 10 m); • demolição completa de grandes obras (intervalo cumulativo > 10 m);
Reparação de obras existentes	• reparação de estruturas de betão armado, incluindo aço; • extensão de obras de vãos cumulativos < 3 m; • ampliação de obras com vãos cumulativos > 3 m; • revestimento para aços expostos e fissuras;
Construção obras de saneamento	• construção de uma pá submersível BA de 5 m de largura com para-escavações, incluindo balizas;
Construção de canais	• a construção de canais laterais com uma secção transversal de 0,60x0,80 m; • a construção de canais laterais com uma secção transversal de 0,80 x 0,80 m; • a construção de canais laterais com uma secção transversal de 1x0,80 m;

EIAS COMPOSANTE

Actividades	Descrição
	• a construção de ossos trapezoidais revestidos (0,8+0,6)x0,6; • a construção de ossos trapezoidais revestidos (1,2+0,8)x0,8;
Fabrico e instalação de lajes amovíveis sobre canais de 20 cm de espessura	• fabrico e instalação de placas para calhas da secção 0,60x0,80m; • fabrico e instalação de placas para calhas da secção 0,80x0,80m; • fabrico e instalação de lajes para calhas da secção 1x0,80m; • fabrico e instalação de placas pontuais em valas trapezoidais revestidas (0.8+0.6)x0.6; • fabrico e instalação de placas pontuais em valas trapezoidais revestidas (1.2+0.8) x0.8;
Construção de lajes-quadro BA	• a construção do quadro dalot 0,8 x 0,8 em 8 ml, incluindo todos os requisitos; • construção de caixilharias de 1 x 0,8 x 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma caixilharia 1x1 com mais de 8 ml, incluindo todos os condicionalismos; • construção de uma caixilharia de 1,5 x 1 com mais de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • construção de faixas horárias de 1,5 x 1,5 quadros com mais de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma caixilharia 2x1 com mais de 8 ml, incluindo todos os condicionalismos; • a construção de caixilharias 2x1.5 de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma caixilharia 2x2 com mais de 8 ml, incluindo todos os condicionalismos; • a construção de 1,5 x 1,0 dalot duplo em 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de 2x2 dalot duplo com mais de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de um dalot triplo 3x2 superior a 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de dalots quíntuplos de 4 x 2,5 x 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de 4x4,5 x 8ml septuple dalot, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma bacia de dissipação; • a construção de limiares de retenção de água para as estruturas; • construção de pontos de venda (por bulldozer);

EIAS COMPOSANTE SOCIO-ECONOMIQUE PORTUGUESA

CONSTRUÇÃO DOS OPERADORES DE PROTEÇÃO	• fornecimento e execução de vigas de alvenaria; • fornecimento e execução de secções de gabião 1m x 1m; • fornecimento e execução de alvenaria de pedra; • fornecimento e instalação de riprap; • construção de grades, incluindo pintura e constrangimentos; • a construção de pavimentos BA, incluindo arestas de calhas; • a construção de paredes laterais de 0,20x0,50; • a construção de betão para paredes laterais de dimensões 0,40x0,20, incluindo a escavação; • a construção de betão Q350 não reforçado; • a construção de betão ciclópico; • a construção de paredes de retenção de 2 a 3 m de altura;
SINAIS E OBRAS DE IDENTIFICAÇÃO	• a construção de um novo terminal indicador; • Fornecimento e instalação de um terminal de pentaquilómetros; • fornecimento e instalação de balizas de betão para curvas; • Fornecimento e instalação de um sinal de trânsito triangular; • Fornecimento e instalação de um sinal de identificação de localidade; • Fornecimento e instalação de um painel de identificação do local; • fornecimento e instalação de balizas de betão para barragens; • fornecimento e instalação de barreiras contra as chuvas; • a construção de retardadores do tipo mini radiador com 1,5 m de comprimento e 6,5 m de largura; • Construção de lâminas de segurança galvanizadas simples do tipo H1;
DISPOSIÇÕES AMBIENTAIS	• plantação de árvores de alinhamento de troncos altos; • a introdução de disposições ambientais, incluindo a sensibilização para a segurança, a SIDA, a violência baseada no género (VBG) e as IST;

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

Quadro: 25 Coerência dos trabalhos de desenvolvimento nas pistas 21, 10 e 24

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
INSTALAÇÃO DE SANTIER	• *imputação dos custos gerais de instalação, do encerramento das instalações e dos serviços gerais;* • *Fornecimento para instalação dos escritórios da administração, da missão de inspecção e do laboratório;*
TRABALHOS DE TERRASSAMENTO	• A abertura da pista; • limpeza mecânica de bandas laterais, incluindo decapagem; • abate de árvores com mais de 1,5 m de circunferência; • Purga mecânica, incluindo materiais a substituir; • limpeza mecânica de valas laterais; • criação mecânica de valas laterais; • a criação mecânica de valas divergentes; • Escavação ordinária em terrenos móveis armazenados; • A escavação em terrenos retráteis colocados em armazém; • desmoronamento em pavimento sobre rocha dura; • Desmantelamento de valas laterais ou divergentes em rocha dura; • reprofilagem ligeira da plataforma; • refilagem pesada da plataforma, incluindo compactação; • O enchimento pontual e pontual do pavimento, incluindo a compactação; • enchimento de corpos de pavimento com materiais selecionados; • o aterro para o acesso a obras de arte ou drenagem, com materiais selecionados de empréstimos; • aterro para a reconstrução ocasional de encostas, com materiais selecionados a partir de empréstimos; • enchimento em bloco de rocha granítica em zonas pantanosas para conter a estrada; • reabastecimento sistemático da faixa de rodagem com 5 m de largura e uma espessura de 20 cm ou 15 cm; para pavimentos de 15 cm de espessura; para estradas com 20 cm de espessura; • limpeza manual de pequenas obras (passagens queimadas e dalot com um alcance cumulativo ≤ 3 m); • o trabalho manual médio de lavagem: embornais, pontões e pontes (alcance acumulado > 3 m e ≤ 10 m); • a limpeza manual de grandes obras: embornais, pontões e pontes (alcance acumulado > 10 m);

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
REABILITAÇÃO OU REPARAÇÃO DE OBRAS (demolição e reparação de estruturas existentes)	• demolição completa de pequenas obras (intervalo cumulativo ≤ 3 m); • demolição completa de estruturas de dimensão média (alcance acumulado > 3 m e ≤ 10 m); • demolição completa de grandes obras (intervalo cumulativo > 10 m); • reparação de estruturas de betão armado, incluindo aço; • extensão de obras de vãos cumulativos < 3 m; • ampliação de obras com vãos cumulativos > 3 m; • revestimento para aços expostos e fissuras;
CONSTRUÇÃO DOS OPERADORES DE SANITAÇÃO	• a construção de uma pá submersível BA de 5 m de largura com para-escavações, incluindo balizas; • a construção de canais laterais com uma secção transversal de 0,60x0,80 m; • a construção de canais laterais com uma secção transversal de 0,80 x 0,80 m; • a construção de canais laterais com uma secção transversal de 1x0,80 m; • a construção de ossos trapezoidais revestidos (0,8+0,6) x0,6; • construção de ossos trapezoidais revestidos (1.2+0.8) x0.8; • fabrico e instalação de placas amovíveis em calhas de 20 cm de espessura; • a construção de lajes para calhas da secção 0,60x0,80m; • a construção de lajes para calhas da secção 0,80x0,80m; • a construção de lajes para canais seccionais de 1x0,80m; • a construção de lajes pontuais em valas trapezoidais revestidas (0,8+0,6)x0,6; • a construção de lajes pontuais em valas trapezoidais revestidas (1,2+0,8)x0,8; • a construção de placas-quadro BA; • a construção do quadro dalot 0,8 x 0,8 em 8 ml, incluindo todos os requisitos; • construção de caixilharias de 1 x 0,8 x 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma caixilharia 1x1 com mais de 8 ml, incluindo todos os condicionalismos; • construção de uma caixilharia de 1,5 x 1 com mais de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • construção de faixas horárias de 1,5 x 1,5 quadros com mais de 8 ml, incluindo todos os requisitos;

EIAS COMPLEMENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
	• a construção de uma caixilharia 2x1 com mais de 8 ml, incluindo todos os condicionalismos; • a construção de caixilharias 2x1.5 de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma caixilharia 2x2 com mais de 8 ml, incluindo todos os condicionalismos; • a construção de 1,5 x 1,0 dalot duplo em 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de 2x2 dalot duplo com mais de 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de um dalot triplo 3x2 superior a 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de dalots quíntuplos de 4 x 2,5 x 8 ml, incluindo todos os requisitos; • a construção de 4x4,5 x 8ml septuple dalot, incluindo todos os requisitos; • a construção de uma bacia de dissipação; • a construção de limiares de retenção de água para as estruturas; • construção de pontos de venda (por bulldozer);
CONSTRUÇÃO DOS OPERADORES DE PROTEÇÃO	• fornecimento e execução de vigas de alvenaria; • fornecimento e execução de secções de gabião 1m x 1m; • fornecimento e execução de alvenaria de pedra; • fornecimento e instalação de riprap; • construção de grades, incluindo pintura e constrangimentos; • a construção de pavimentos BA, incluindo arestas de calhas; • a construção de paredes laterais de 0,20x0,50; • a construção de betão para paredes laterais de dimensões 0,40x0,20, incluindo a escavação; • a construção de betão Q350 não reforçado; • a construção de betão ciclópico; • a construção de paredes de retenção de 2 a 3 m de altura;
SINAIS E OBRAS DE IDENTIFICAÇÃO	• a construção de um novo terminal indicador; • Fornecimento e instalação de um terminal de pentaquilómetros; • fornecimento e instalação de balizas de betão para curvas; • Fornecimento e instalação de um sinal de trânsito triangular; • Fornecimento e instalação de um sinal de identificação de localidade;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Actividades	Descrição
	• Fornecimento e instalação de um painel de identificação do local; • fornecimento e instalação de balizas de betão para barragens; • fornecimento e instalação de barreiras contra as chuvas; • a construção de saliências de velocidade, tais como mini radiador de 1,5 m de comprimento e 6,5 m de largura; • A construção de uma corrediça de segurança, galvanizada, do tipo H1 simples;
DISPOSIÇÕES AMBIENTAIS	• plantação de árvores de alinhamento de troncos altos; • a introdução de disposições ambientais, incluindo a sensibilização para a segurança, a SIDA, a violência baseada no género (VBG) e as IST;

Fonte: Estudos técnicos preliminares pormenorizados e preparação do processo de cadernos de encargos (DAO) para a adjudicação as obras de reabilitação da estrada Safim – M'pack (115 km) na Guiné-Bissau

3.6.9. Custo da execução dos componentes adicionais

O BEI recordou que o orçamento disponível para as componentes adicionais que constituem as medidas de melhoria do projeto rodoviário depende das estimativas do custo do projeto principal, que ainda não foi decidido. De acordo com o APD, foi previsto um orçamento global muito inferior para as componentes adicionais, estimado em 12 265 585 341 francos CFA (18 698 764 euros). Neste contexto, o BEI estabeleceu as seguintes prioridades de financiamento para as componentes adicionais:

- Prioridade 1: Construção e ou reabilitação de furos;
- Prioridade 2: Estação de pesagem;
- Prioridade 3: Postos de portagem;
- Prioridade 4: parques de estacionamento,
- Prioridade 5: Pistas rurais,
- Prioridade 6: Espaços de mercado,
- Prioridade 7: Infraestruturas auxiliares como um projeto simplificado.

No que diz respeito às estações de portagem e à opção de conceção simplificada para as infraestruturas auxiliares na fronteira, foi acordado incorporar os seus melhoramentos no projeto principal Safim - M'Pack, pelo que os custos serão estimados no caderno de encargos das obras de reabilitação da estrada Safim - MPack.

3.6.10. Estimativa da população ativa

A mão de obra direta para as várias obras está estimada em 2410 pessoas, ou seja:

- 500 pessoas para a construção de 05 mercados de 0, 5 ha cada;
- 400 pessoas para a construção de uma estação de pesagem em 4 ha;
- 300 pessoas para a construção de 2 postos de portagem de 1,7 ha cada;
- 800 pessoas para a construção de 2 parques de estacionamento para camiões de 4 ha cada;

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- 160 pessoas para a construção ou reabilitação de 12 pontos de água potável (perfuração e abastecimento de água);
- 250 pessoas para a construção de infraestruturas auxiliares na fronteira de Jegue

É de notar, no entanto, que estes números podem ser complementados por mão de obra local para trabalhos de grande intensidade de mão de obra (HIMO).

3.6.11. Beneficiários do projecto

Os beneficiários do projeto são:

- as populações das localidades dos sectores de Bula, Bigene, São Domingos, Canchungo e Bissora;
- Utilizadores (transportadores de veículos pesados e ligeiros) da estrada nacional N^0 2 Safim-M'Pack;
- estruturas administrativas e técnicas;
- operadores económicos;
- autoridades administrativas desconcentradas;
- agregados familiares.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DO PROJETO

O estudo realizou uma análise comparativa de duas variantes:

- a variante «nenhum projeto» (situação atual);
- A variante «baseada em projetos» (conclusão das componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) como parte da reabilitação da estrada safim-m'pack°)

4.1. Esboço de variantes e opções

O quadro 25 apresenta a análise das variantes e opções do subprojeto.

Quadro: 26 Análise das variantes

Variantes *Opções*	**Opção sem projecto**		**Opção com projecto**	
	Impactos positivos	**Impactos negativos**	**Impactos positivos**	**Impactos negativos**
Aspetos sociais e ambientais	- Nenhuma expropriação de bens situados na área de servidão do projeto ; - Nenhum abate de árvores; - Nenhum transtorno ou incómodo (ruído, poeira) para os residentes locais e os utilizadores dos troços de pista; - Ausência de acidentes durante as obras; - Nenhuma perturbação do tráfego; - Nenhuma transmissão ou agravamento de DST ou HIV/SIDA devido a comportamentos de risco por parte dos trabalhadores	- Dificuldades de circulação nos troços de pistas não reabilitadas pelo projeto; - deterioração do quadro de vida e da saúde (aumento das doenças de origem hídrica, em especial o paludismo) das populações ribeirinhas devido à ausência ou inadequação dos trabalhos de saneamento ou drenagem das águas pluviais; - agravamento de incómodos diversos (picadas de mosquitos e de insectos, dispersão de poeiras) para as populações vizinhas, devido à ausência de obras de	- a criação de postos de trabalho devido à contratação de mão de obra local para as obras; - melhoramento das condições de tráfego e redução do tempo perdido em troços de pista em mau estado de conservação; - redução do nível de pobreza devido ao crescimento de atividades económicas ao longo de troços de pistas melhorados; - melhoria de condições de vida e o bem-estar das pessoas que vivem perto de troços de pistas melhorados; - a redução das doenças de origem hídrica (malária) e de vários incómodos (mosquitos e picadas de	- destruição e/ou deslocação de infraestruturas sociais e outros ativos no âmbito da pegada do projeto; - abate de árvores; - destruição da vegetação; - Riscos de degradação da diversidade biológica; - deterioração da qualidade do ar devido à fuga de poeiras e fumos; - incómodos acústicos para o pessoal, os residentes e os serviços ribeirinhos durante as obras; - Os riscos de poluição do solo e das águas superficiais por descargas de resíduos líquidos e sólidos do local; - a destruição profunda do perfil inicial do solo em toda a área de escavação;

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Variantes *Opções*	Opção sem projecto		Opção com projecto	
	Impactos positivos	**Impactos negativos**	**Impactos positivos**	**Impactos negativos**
	durante os trabalhos de construção; - Nenhuma perturbação das actividades socioeconómicas na zona do projeto;; -	drenagem das águas pluviais; - dificuldades de transporte e de conservação dos produtos agro-pastoris; - Continuação da degradação da Estrada Nacional 2 (estrada Safim-M'Pack) devido à ausência de um posto de pesagem no troço, etc.););	insetos) causados as populações ribeirinhas devido à melhoria do saneamento na área do projeto; - crescimento de atividades geradoras de rendimentos para as mulheres devido à existência de locais melhorados; - desenvolvimento de atividades económicas e benefícios económicos para os comerciantes devido à existência de mercados com melhores condições;	- Os riscos de infeção por IST e VIH/SIDA devido à presença e ao comportamento sexual de risco do pessoal do estaleiro e das populações femininas locais; - O risco de acidentes para o pessoal do estaleiro, os residentes locais e os utilizadores das secções das pistas e dos estaleiros durante as obras; - perturbação temporária das atividades económicas nomeadamente atvidades geradoras de rendimentos ao longo das pistas e nos locais; -
Aspetos técnicos	Não elegível	Não elegível	- A plataforma rodoviária de 6 metros de largura deve ser constituída por uma faixa de rolamento de 5 metros de largura delimitada por valetas; - construção de mercados modernos em Bula, São Vicente, Ingoré, Sedengal e São Domingos inclui áreas de estacionamento de 4 rodas e 2 rodas; zonas de manutenção, vias pedestres; um portão de entrada, uma administração, um edifício central; lojas, armazéns, pavilhões e instalações sanitárias; - O centro de pesagem de São	Não elegível

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Variantes *Opções*	Opção sem projecto		Opção com projecto	
	Impactos positivos	**Impactos negativos**	**Impactos positivos**	**Impactos negativos**
			Domingos será construído num local de 4 hectares e consistirá em áreas subadministrativas e áreas de estacionamento e pesagem; espaços verdes ordenados; Uma rampa de entrada e saída; uma estrada principal interna e áreas de estacionamento e pesagem espaços verdes ordenados; uma via de entrada e saída; uma via interna principal e zonas de estacionamento e pesagem; uma passagem pedestre; um portão de entrada; uma ponte-báscula com posto de controlo; - Construção de parques de estacionamento de Bula e Jegue consistirá nas subáreas de equipamento de proximidade e nas zonas de estacionamento para ligeiros; zonas verdes ordenados, o acesso aos sítios faz-se por um portão de entrada e saída; uma via de acesso de entrada e de saída; uma via interna principal e zonas de estacionamento; uma passagem pedestre; um portão de entrada; uma ponte-báscula com posto de controlo; um edifício administrativo; uma sala de repouso para os condutores;	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Variantes *Opções*	Opção sem projecto		Opção com projecto	
	Impactos positivos	**Impactos negativos**	**Impactos positivos**	**Impactos negativos**
			instalações sanitárias; uma sala técnica e um portão de saída; - Construção de furfos incluem execução de furos positivos com uma bomba, o fornecimento de uma torre metálica, um sistema água, fornecimento de energia solar e construção de fontenários.	
Aspetos financeiros	Não elegível	Não elegível	A estimativa financeira global para a realização dos trabalhos relativos às componentes adicionais identificadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) no âmbito da reabilitação da estrada safim-m'pack ascende a 12 265 585 341 francos CFA sem IVA, ou seja, 18 698 764 EUR.	Não elegível
Balanço energético (redução dos gases com efeito de estufa)	- Sem emissões de CO2;	Não elegível	Não elegível	Emissões de CO2 associadas à circulação de máquinas e veículos de engenharia civil e à instalação de centros de vida e de revestimento;

Fonte: Missão do SERF para a preparação da AESI do PCN, fevereiro de 2024

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

4.2. Variante "sem projeto"

Ao não realizar este projeto, optamos por manter o tráfego nos troços de pista e as actividades nos locais onde estão construídas as zonas de pesagem, as portagens, os parques de estacionamento e as infraestruturas comerciais (mercados) no seu estado atual.

A não realização das componentes adicionais não tem um novo impacto no ambiente biofísico e humano. No entanto, é provável que a deterioração do quadro de vida das populações rurais é susceptível de se acentuar a longo prazo. Trata-se de um obstáculo à mobilidade de bens e pessoas, à melhoria do quadro de vida das populações rurais.

4.3. Variante "com projeto"

Na realização do projeto, optamos por melhorar os diferentes locais, com as vantagens e os inconvenientes que isso implica. De uma maneira geral, as seis pistas do deserto agrícola estão muito obstruídas pelos campos de castanha de caju, sendo a mobilidade difícil em alguns locais. Os mercados de Bula e São Domingos estão totalmente ocupados. Os outros locais ou estão vazios ou ocupados por campos de castanha de caju ou habitações.

A realização das obras permitirá melhorar as condições de vida das populações rurais, facilitando o acesso às aldeias atravessadas pelas pistas, o transporte e o escoamento dos produtos agro-pastoris, a criação de actividades económicas e de empregos e o abastecimento regular das cidades ao longo do corredor.

4.4. Justificação da alternativa escolhida

A alternativa sem projeto não é uma opção a considerar do ponto de vista ambiental e socioeconómico, dadas as desvantagens acima descritas. Dadas as vantagens da alternativa com projeto, sugere-se a sua realização. No entanto, é de notar que tem impactos negativos e positivos, que serão desenvolvidos nos capítulos seguintes. Serão propostas medidas adequadas para prevenir, minimizar, atenuar e/ou compensar os impactos negativos e os riscos, e para reforçar os impactos positivos..

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ESTADO INICIAL DO SÍTIO E DO SEU AMBIENTE FÍSICO, BIOLÓGICO, SOCIOECONÓMICO E HUMANO.

5.1. Áreas de impacto do projeto

A zona de impacto do projeto é a zona geográfica ou o espaço físico onde serão avaliados os potenciais efeitos do projeto no ambiente e na sociedade. A área de influência das obras de reabilitação das pistas rurais, construção dos mercados, dos parques de estacionamento, das portagens e de pesagem nos setores de Bula, São Domingos e Bigène é repartida do seguinte modo:

- A área de impacto direto;
- A área de impacto indireto.

5.1.1. . Zona de impacto restrito/direto

Trata-se da área imediata e específica onde o projeto terá efeitos imediatos, mensuráveis e visíveis no ambiente natural e nas actividades socioeconómicas. Os impactos diretos estão geralmente associados às actividades do projeto. Esta área abrange uma zona de 5 km de cada lado do eixo dos troços rodoviários, incluindo a zona de inventário de 3,5 m de cada lado da estrada para as pistas, tal como para os mercados, balanças e parques de estacionamento, estendendo-se pelas localidades beneficiárias do projeto.

Corresponde à área onde serão construídas as vias, os mercados, as portagens e os postos de pesagem, os terrenos escavados e os ecossistemas e as comunidades que vivem ao longo dos troços diretamente afectados. Inclui também as áreas utilizadas para as necessidades associadas: poços de empréstimo, estradas de desvio, acesso à água, etc.

5.1.2. 5.3. Zona de impacto indireto

Está zona situa-se para além dos 5 km e das localidades que beneficiam das infra-estruturas previamente definidas, mas que podem ser afectadas pelas actividades do subprojecto. Toda a área de estudo pertence às regiões de Cacheu e OIO. As obras de construção das pistas, dos mercados, das básculas e dos parques de estacionamento permitirão assegurar a boa ligação entre as aldeias e, sobretudo, uma boa evacuação dos produtos agrícolas para os mercados e para as principais aglomerações e países.

5.2. Análise das questões ambientais e sociais (incluindo as relacionadas com a VBG/SEA/SH)

As questões ambientais são as principais preocupações associadas ao projeto, englobando tanto os aspectos ambientais do projeto como as preocupações das comunidades envolvidas. Têm um impacto significativo na decisão de validar o projeto. A identificação destas questões permite concentrar-se nos aspectos do ambiente que requerem uma atenção especial, facilitando assim discussões aprofundadas com as partes interessadas, incluindo peritos e comunidades locais.

O objetivo é minimizar ou evitar, tanto quanto possível, qualquer impacto negativo no ambiente. Além disso, a identificação exacta das questões ambientais é essencial para otimizar

EIAS/ CIMDSANTF ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

a conceção do projeto. O Quadro 26 abaixo mostra a sensibilidade do meio recetor, fazendo um resumo das questões.

Quadro: 27Análise das questões ambientais e sociais do subprojecto

Questões	Descrição	Nível de sensibilidade
Recursos naturais	Percebemos ao visitar a área de servidão do projeto que algumas pistas atravessaram as zonas húmidas. A vegetação é caracterizada pela agrofloresta (plantação de caju), que se desenvolveu em todo o país, e muitas parcelas de terreno ao longo das pistas, infra-estruturas comerciais, básculas e parques de estacionamento estão cobertas por plantações. As pistas 10, 11 e 24 atravessam zonas húmidas (tarrafes), a maior parte das quais está coberta por árvores de tarrafes. A plantação de árvores planeada ao longo da estrada e a reflorestação compensatória ajudarão a mitigar estas perdas de espécies vegetais..	Sensibilidade elevada
Questões relacionadas com as alterações climáticas	A baixa altitude das localidades em relação ao nível do mar expõe essas localidades à subida do nível do mar que é observada pela retirada e chegada das águas ao nível dos estuários causando inundações. Nesse sentido, durante o trabalho, as emissões de gases de efeito estufa e a diminuição da quantidade de carbono sequestrado podem levar a uma mudança no microclima, acentuando as alterações climáticas resultantes das inundações. Neste sentido, o projeto terá de adotar e popularizar um plano local de adaptação às alterações climáticas.	Sensibilidade média
Alteração da qualidade da água, do solo e do ar	O fenómeno da alteração do solo está a tornar-se cada vez mais generalizado nas zonas afetadas pelo projeto devido à salinização do solo. As estradas não pavimentadas produzem grandes quantidades de poeira. Durante as fases de obras e exploração dos sítios, estes fenómenos serão acentuados pela presença de maquinaria pesada que produz poeiras e fumos.	Sensibilidade média
Gestão de resíduos	A gestão de resíduos sólidos e líquidos, cujo método atual (proliferação de lixo) não cumpre as práticas de proteção ambiental aceites. Os trabalhos de reabilitação das pistas, construção de infraestruturas comerciais, pesagens e parques de estacionamento atrairão mais pessoas próximas, o que suscita preocupações quanto à gestão de resíduos na área do projeto. Esta situação pode tornar-se uma verdadeira preocupação se o atual modo de gestão continuar. A execução do projeto conduzirá à produção de vários resíduos de construção (drenagens resultantes da manutenção do material circulante, das embalagens e dos resíduos domésticos) durante a fase de construção. Durante a fase de exploração, haverá uma continuidade da produção de resíduos nos diferentes locais. O estabelecimento de um plano de gestão de resíduos adequado contribuirá para melhorar a gestão dos resíduos.	Sensibilidade média
Acesso à educação	O acesso à educação é muito baixo nas localidades que beneficiam do projeto devido à falta de meios financeiros e de infraestruturas de transporte para lá chegar. A reabilitação de pistas, a construção de parques de estacionamento, pesagem, mercados e portagens podem melhorar significativamente a acessibilidade das zonas rurais às escolas. Tal reduz as distâncias que os alunos têm de percorrer para chegar à escola, o que pode, por um lado,	Sensibilidade elevada

EIAS COMPOSANTES PORTUGUESA

Questões	Descrição	Nível de sensibilidade
	aumentar a frequência escolar e, por outro, ser locais de atração para os alunos, levando-os a abandonar a escola.	
Desenvolvimento económico	O nível de desenvolvimento económico das localidades beneficiárias do projecto é consideravelmente baixo. O número de pessoas suscetíveis de serem afetadas por deslocações económicas ou físicas é notável, especialmente em termos de infraestruturas de mercado.	Sensibilidade elevada
Segurança rodoviária	As pistas atravessam várias localidades. A reabilitação de pistas, mercados, parques de estacionamento e básculas poderia aumentar o risco de acidentes na zona do projeto. Os mercados, os locais de culto, os centros de saúde e as escolas estão situados perto das pistas. A maioria das escolas não está vedada, pelo que a asfaltagem da estrada pode aumentar o risco de acidentes na zona do projeto. Estes riscos de acidentes também se farão sentir nas curvas perigosas e nas zonas de risco de deslizamento de terras. Recomenda-se, portanto, que o projeto : - Instale barreiras de redução de velocidade nas aglomerações ou em pontos sensíveis; - Colocar painéis de sinalização rodoviária; - Realizar sessões de sensibilização rodoviária.	Sensibilidade elevada
Património cultural	Ao nível das localidades atravessadas pelas pistas, existem locais sagrados e culturais no âmbito do projeto. No entanto, durante o trabalho, existem riscos em relação à descoberta de locais e distúrbios das práticas culturais locais.	Sensibilidade elevada
Mobilidade	O acesso a certas localidades atravessadas pelas pistas é muito difícil devido à má qualidade das mesmas. Quanto às infra-estruturas comerciais, aos parques de estacionamento, às portagens e aos postos de pesagem, a sua utilização era bastante difícil, devido à desatualização ou à inexistência de instalações em algumas das localidades beneficiárias do projeto. A reabilitação das pistas, das infra-estruturas comerciais, dos parques de estacionamento, das portagens e das básculas permitirá aumentar a mobilidade das populações locais, permitindo-lhes deslocar-se mais rápida e facilmente entre as zonas rurais e urbanas e, nomeadamente, aceder aos mercados, aos serviços básicos, à família e aos amigos.	Sensibilidade média
Questões fundiárias	As questões fundiárias são muito sensíveis na zona do projeto. A área de servidão das pistas atravessa várias aldeias e é ocupada por particulares exploradores individuais para fins comerciais, campos de cultivo (cereais, leguminosas, tubérculos), pastagens e habitações. As infra-estruturas comerciais e os parques de estacionamento a construir estão situados em terrenos pertencentes a famílias, utilizados para plantações (cultura de caju). A não tomada em consideração dos limites fundiários existentes poderia causar descontentamento e conduzir à emergência de disputas e litígios fundiários.	Sensibilidade muito forte
Riscos de VBG, SAE/SH, IST/VIH/SIDA	Foram comunicados casos de violência de género devido à presença de trabalhadores de várias origens que podem levá-los a adotar comportamentos desviantes ou a abusar sexualmente de menores e mulheres em conflitos que afetaram a área do projeto. Indivíduos de diferentes origens podem aumentar o risco de violência baseada no género, em especial contra mulheres e	Sensibilidade muito forte

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Questões	Descrição	Nível de sensibilidade
	raparigas, bem como contra pessoas vulneráveis, como crianças de rua, pessoas com deficiência, mulheres chefes de família e viúvas. Tal poderá conduzir a um aumento da propagação do VIH/SIDA na área do projecto se não forem tomadas medidas adequadas. Recomenda-se que o projeto: - faça com que o pessoal da empresa que assine o código de conduta VBG. - Criar centros de acolhimento para as vítimas de violência baseada no de género - Organizar sessões de sensibilização sobre a violência baseda no género ao longo da pista - ncluir no quadro de responsabilização e de intervenção disposições pormenorizadas sobre o tratamento das alegações de EAS/AS (procedimentos de investigação) e sobre as medidas disciplinares a adotar em caso de violação do código de conduta pelos trabalhadores; - Fazer mapeamento das estruturas e actores envolvidos no cuidado de VBG/EAS/AS e pessoas vulneráveis na área de estudo; - Criar um mecanismo de gestão de queixas sensível às questões de género (MGR) (com capacidade para identificar casos de violência baseada no género, EAS/AS) e um plano de comunicação social; - Fomentar o recrutamento local de trabalhadores não qualificados	

Fonte: Missão do SERF para a preparação da AESI do PCN, fevereiro de 2024

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL (VERSÃO PORTUGUESA

5.3. Perfil biofísico, cultural e socioeconómico da área de influência do subprojeto

Quadro: 28 Perfil biofísico e socioeconómico da área do subprojeto

	Região de Cacheu	Região do OIO
Perfil físico		
Situação geográfica	A região de Cachu está localizada no noroeste do país. É delimitada a norte pela região de Casamance, no Senegal, a oeste pelo Oceano Atlântico, a leste pela região de Oio e a sul pela região de Biombo. Compreende seis (06) sectores, nomeadamente Bula, Bigène, São Domingos, Cacheu, Caio e Cachungo. As pistas rurais, áreas de estacionamento e mercados estão repartidos entre os sectores de Bula, Bigène e São Domingos.	A região de Oio é limitada a norte pelo Senegal, a leste pelas regiões de Bissau e Biombo, a sul por Quinara e a oeste por Cacheu. Compreende cinco sectores: Farim, Bissora, Massamba, Mansoa e Nhacra.
Figura: 14 Mapa de localização		
Relevos	A Guiné-Bissau tem um relevo ligeiramente acidentado. Uma parte significativa do país está abaixo de 50 m de altitude. A	

VERSÃO PORTUGUESA



	área do projeto é pouco acidentada e a sua altitude não excede 40 m. A baixa altitude do território permite a inundação de grandes extensões, margens de rios e planícies costeiras, que podem ser mantidas durante a estação chuvosa ou mesmo algumas semanas após o seu fim. O oceano penetra profundamente no interior, até 100 km e criou vários estuários delimitados por tarrafes até a foz dos principais rios. O mapa abaixo mostra as diferentes variações de altitude na zona de impacto do projeto.



ources :
imites administratives : (SALB) / OCHA ROWCA 2008 ; localités : GPC-Ministère de l'Intérieur, date non connue ; MNT : ASTER Global Digital Elevatio
lodel (ASTER GDEM).
énomination des cours d'eau et des autres éléments physiques : Ministerio do Ultramar - Servicos Cartographicos do Exercito, Guiné Portuguesa 1:
0 000, à partir de 1953.
éseau hydrographique : OCHA ROWCA (https://data.humdata.org/dataset/guinea-bissau-water-courses) et Ministerio do Ultramar - Servicos Carto-
raphicos do Exercito, Guiné Portuguesa 1: 50 000, à partir de 1953.

Figura: 15 Mapa topográfico

Clima	A Guiné-Bissau está situada à mesma distância entre o Equador e o Trópico de Câncer e no Oceano Atlântico, entre o vasto Atlântico Sul marítimo e o Saara continental. A isto acresce a sua posição marítima, que permite a existência de duas zonas climáticas, também devido à influência dos ventos alísios marítimos, provenientes do anticiclone dos Açores (frescos e húmidos). A zona do projeto (Bula, Bissora, São Domingos, Bigène) tem uma pluviosidade anual entre 1.200 e 1.800 mm, repartida por 107 dias. A taxa de evapotranspiração é de 2507 mm e a temperatura média é estimada em 27,4°C. As figuras seguintes ilustram as diferentes variações de pluviosidade, temperatura e velocidade do vento nas diferentes grandes localidades beneficiárias do projeto.

Bula	*Ingoré*

EIAS COMPOSAN

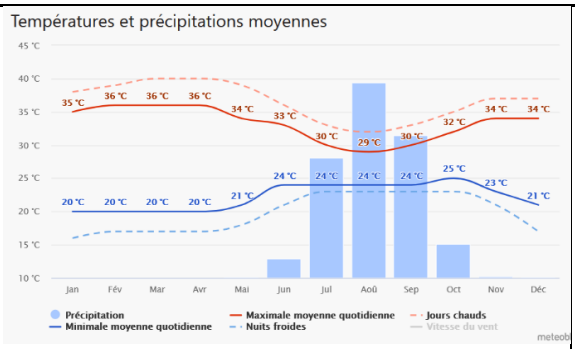


Figura: 16 Curva Ombrotérmica de Bula

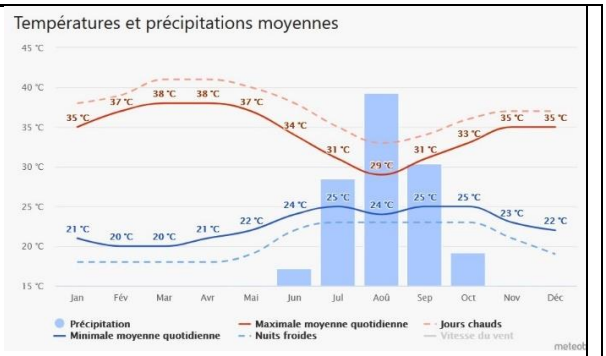


Figura: 17 Curva Ombrotérmica Ingoré

São Domingos

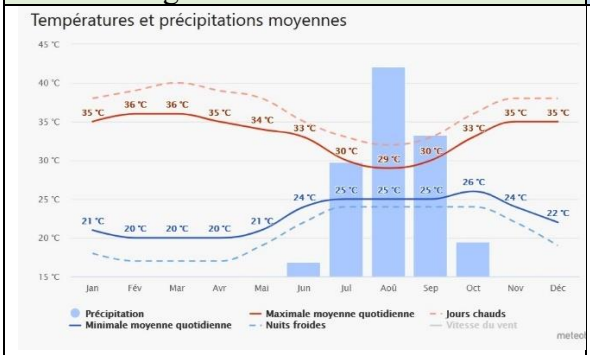


Figura: 18 Curva Ombrotérmica de São Domingos

Hidrografia	A área do projeto contém uma rede hidrográfica constituída principalmente pelo Rio Mansoa, em João Landim, e o Rio Cacheu, em São Vicente. Junto a estes dois rios principais encontra-se o Rio Ingoré e seus afluentes. Estes rios são frequentemente utilizados pelas pessoas para as necessidades diárias (pesca, lavandaria, natação, etc.).
Pedologia	A área de estudo caracteriza-se principalmente por três tipos de solo: - Solos tropicais ferraliticos e ferruginosos, que cobrem uma área de 20 000 km2, ou 62% da área terrestre. - Os litossóis, localizados no centro-oeste, são pouco desenvolvidos, compostos principalmente de cascalho ou pedras, e têm pouco ou nenhum valor agrícola. Os solos hidromórficos continentais, de cor cinzenta, ocupam uma área de 5.500 km2, dos quais 1.500 km2 são formados em aluvião marinho.
Perfil biológico	
Flora	A zona de impacto alargada do projeto comporta florestas tropicais húmidas com copas densas e uma grande variedade de espécies de árvores, incluindo teca, iroko e outras espécies valiosas. Devido à sua proximidade da costa e dos estuários, a área de estudo tem tarrafes, que constituem um habitat importante para a fauna aquática e contribuem para a proteção costeira. Algumas zonas da região são caracterizadas por savanas e pradarias, com vegetação adaptada a condições mais secas, incluindo gramíneas altas, arbustos e árvores dispersas. A cobertura arbustiva que sofre pressão antropogénica é

EIAS COMPOSANTE - VERSÃO FINAL VERSÃO PORTUGUESA

igualmente diversificada. Com base na categorização da IUCN, o quadro abaixo dá-nos uma visão geral das espécies presentes na zona de impacto direto e alargado..

Identificação de espécies vegetais na área do projeto com referência à Lista Vermelha Mundial (UICN) de espécies ameaçadas

Nome científico ou local	Categoria IUCN
Cássia da Tora	Não classificado (NE)
Cássia itálica	Não classificado (NE)
Zornia glochidiata	Não classificado (NE)
Aristida mutabilis	Não classificado (NE)
Cenchrus biflorus	Não classificado (NE)
Hyphaene tebaica	Não classificado (NE)
Mitragyna inermis	Preocupação menor (LC)
Anacárdio ocidental	Preocupação menor (LC)
Combretum sp	Preocupação menor (LC)
Annona squamosa	Preocupação menor (LC)
Acacia ataxacantha	Preocupação menor (LC)
Diospyros sp	Preocupação menor (LC)
Rhizophora mangle (Palutiviers)	Preocupação menor (LC)

Resumo dos produtos lenhosos afetados pelo projeto com referência à Lista Vermelha Mundial (UICN) de espécies ameaçadas

Espécies de árvores afetadas	**Categoria IUCN**
Acacia albida	Preocupação menor (LC)
Acacia seyal	Preocupação menor (LC)
Adansonia digitata	Não classificado (NE)
Anacárdio ocidental	Preocupação menor (LC)
Azadirachta indica	Preocupação menor (LC)
Borassus aethiopum	Preocupação menor (LC)
Cacia sp	Não classificado (NE)
Ceiba pentandra	Preocupação menor (LC)
Limão cítrico	Preocupação menor (LC)
Citrus paradisi	Preocupação menor (LC)
Citrus sinensis	Preocupação menor (LC)
Cocos nucifera	Preocupação menor (LC)
Elaeis guineensis	Preocupação menor (LC)
Eucalyptus camaldulensis	Quase ameaçado (NT)
Faidherbia albida	Preocupação menor (LC)
Ficus sp	Preocupação menor (LC)
Gmelina arborea	Preocupação menor (LC)
Khaya senegalensis	Vulnerável (Vu)
Mangifera indica	Dados insuficientes (DD)
Moringa oleifera	Preocupação menor (LC)
Musa paradisia	Não classificado (NE)
Parkia biglobosa	Preocupação menor (LC)

EIAS COMPOSANTE NACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	Tectona grandis | Em Perigo (PT) Terminalia Mentalis | Não classificado (NE) *Fonte: Missão de preparação da AESI para as obras de reabilitação da estrada Safim-Mpack (componente adicional), fevereiro-março de 2024* Os rios e as zonas húmidas albergam a flora ripícola, com espécies tais como os tarrafes e outras plantas adaptadas à vida aquática.
Fauna	A fauna é rara na zona de impacto do projeto. Incluem: rãs, garças brancas, pangolins, morcegos, lagartos-monitores, borboletas, gafanhotos, formigas pretas, aves granívoras, veados, gazelas, perdizes, térmitas, macacos, hipopótamos, esquilos, abutres, etc. O quadro seguinte ilustra a categorização da UICN. **Identificação de espécies de vida selvagem na zona do projeto com referência à Lista Vermelha Mundial (UICN) de espécies ameaçadas** Nome científico ou local | Categoria IUCN Rã | Não classificado (NE) Garças brancas | Não classificado (NE) Pangolim | Não classificado (NE) Morcego | Preocupação menor (LC) lagartas | Não classificado (NE) Borboleta | Não classificado (NE) Gafanhotos | Não classificado (NE) Formigas negras | Não classificado (NE) Aves granívoras | Não classificado (NE) Bicicletas | Não classificado (NE) Gazelles | Preocupação menor (LC) Perdrix | Não classificado (NE) Térmitas | Não classificado (NE) Macacos | Preocupação menor (LC) Hipopótamos | Vulnerável (VU) Esquilos | Preocupação menor (LC) Abutres | Preocupação menor (LC)
Perfil socioeconómico	
População	A região de cacheu e a parte de Oio afetada pelo projeto é uma área favorita das comunidades Manjaca, Pépel, Mancanha, Balanta, Mandinga, Bainhunca, fulupe. Em 2009, tinha uma população estimada de 190 000 habitantes, ou 13% da população do país. Aplicando a taxa de crescimento natural da região de 3,82 % por ano, a população atual em 2024 será De acordo com os dados disponíveis, a população total da Região de Oio é estimada em 224 644 habitantes, de acordo com os resultados do 3º Censo Geral da População e Habitação de 2009 (RGPH, 2009) do Instituto Nacional de Estatística (INE). A distribuição etária da população evidencia a sua juventude. No total, 54% da população tem menos de 20

EIAS COMPOSANTE NATIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	de 331226 habitantes para a região. As religiões dominantes são o cristianismo, o islamismo, o animismo e o sincretismo. De acordo com o censo de 2009, as pessoas com menos de 20 anos representam 53% da população da região. A população predominantemente jovem é uma mais-valia para o recrutamento durante o trabalho do projeto.	anos. Esta população jovem é um trunfo para o desenvolvimento socioeconómico. De um modo geral, o português é a língua oficial da Guiné-Bissau. No entanto, só é falado por 20-25% da população. O crioulo é a língua vernácula de mais de 50% da população. É a língua do comércio e das relações interculturais.

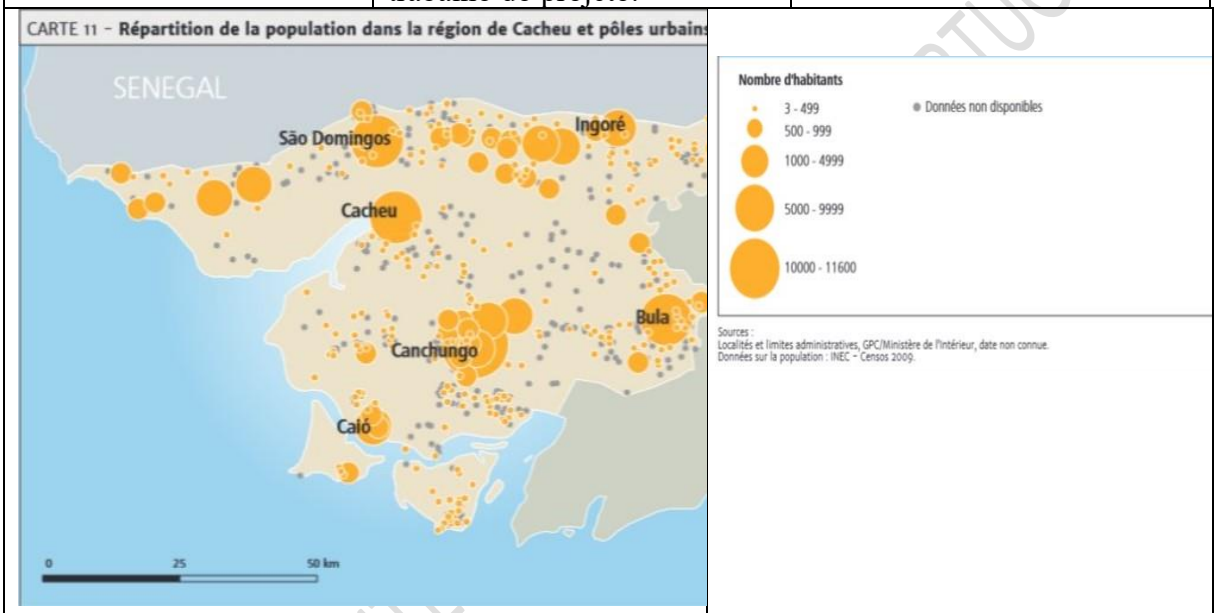


Gráfico*19*:Mapa da população da região de cacheu em 2009

Infraestruturas de transporte	O transporte rodoviário é responsável por 80% a 90% da mobilidade de passageiros e de mercadorias na Guiné-Bissau, sendo frequentemente o único meio de acesso à maioria das comunidades rurais. Até aos anos 50, a maior parte do comércio era efectuado por via fluvial. No entanto, com o desenvolvimento relativamente limitado das infraestruturas rodoviárias, o fluxo de mercadorias e de pessoas concentrou-se em torno das estradas. Atualmente, o eixo São Domingos - Bula (N2) é designado como a rota principal, com as principais cidades a marcar este percurso. A política de infra-estruturas de transportes do país centra-se principalmente no ordenamento dos corredores e na reabilitação e manutenção das infraestruturas. Neste contexto, o Governo da República da Guiné-Bissau prevê a realização de pistas rurais que ligam várias localidades ao principal corredor rodoviário do país, que liga a capital, Bissau, a Ziguinchor, no Senegal. Estas vias rurais revestem-se de uma importância estratégica para a Guiné-Bissau, pois constituem

FIAS COMPOSANTE PORTUGUESA

	meios essenciais de ligação entre as diferentes localidades, os mercados internos e externos para o escoamento dos produtos agrícolas e a deslocação das populações. A figura abaixo ilustra a rede rodoviária da zona do projeto
	 *Figura: 20 Mapa da rede rodoviária*
Fundiário	A Lei n.º 5/98, de 23 de abril de 1998, relativa à propriedade fundiária, sublinha a necessidade de valorização e a aceitação essencialmente agrícola de toda a valorização fundiária. A terra é propriedade do Estado e património comum do povo. O domínio público é constituído pelo solo, o subsolo, a água, os recursos minerais, as principais fontes de energia, os recursos florestais, os meios de produção industrial de base, os meios de informação e de comunicação, os bancos, os seguros, as infraestruturas e os meios de transporte de base. O domínio público natural é constituído por bens que não resultam da ação humana. São por exemplo os cursos hídricos, os lagos, as lagoas, as jazidas minerais e mineiras, as florestas classificadas, etc. O domínio público artificial é constituído por bens resultantes da ação humana. São por exemplos as estradas e vias de comunicação, os bancos e as companhias de seguros, etc. No domínio privado, existem dois sistemas de propriedade da terra, o sistema consuetudinário e o sistema moderno baseado na lei n.º 5/98, que legitima um sistema de registo administrativo formal centralizado (comissão fundiária nacional, comissão fundiária regional e comissão fundiária setorial). O direito de propriedade da terra inclui os atributos da propriedade, ou seja, o direito de propriedade que confere ao seu titular o gozo e a livre disposição de bens, mas o seu exercício pode ser limitado por razões de interesse público. Por exemplo, o artigo 9.º da Constituição de 1996 estabelece que: "O Estado exerce a soberania sobre (i) todo o território nacional, que compreende: a superfície terrestre compreendida nos

EIAS COMPOSANTE ADJOINTE VERSÃO PORTUGUES

	limites das fronteiras nacionais, o mar interior e o mar territorial definidos por lei, bem como os respectivos leitos e subsolos; o espaço aéreo sobre as áreas geográficas referidas nos números anteriores; e (ii) todos os recursos naturais vivos e não vivos existentes no seu território". No que diz respeito às áreas diretamente afectadas pelo projeto, os dados recolhidos mostram que a maior parte dos terrenos afectados se baseia em métodos costumeiros e tradicionais. Os principais materiais de construção utilizados para a habitação na zona são os tijolos de barro, os tijolos de cimento e o banco. Os tijolos de terra são utilizados por 23% dos agregados familiares, os tijolos de cimento por 11% e os tijolos de banco por 37%. Os locais selecionados para o projeto pertencem à população local. A terra é valorizada pelas populações locais. O impacto nos terrenos será significativo. O projeto irá perturbar as actividades económicas de algumas famílias.	
Habitat	Os principais materiais de construção utilizados para a habitação na área são principalmente tijolos de barro, tijolos de cimento e tijolos de banco. O primeiro é utilizado por 23%, o segundo por 11% e o terceiro por 37% de famílias agrícolas. Os sítios selecionados pelo projeto pertencem às populações dos referidos sítios. A terra é valorizada pela população local. O impacto na terra será significativo. Será materializada pela perturbação das atividades económicas de algumas famílias.	
Educação	O número de alunos na zona foi de 68235, ou seja, 31381 raparigas e 36854 rapazes em 2015-2016. Este número está a aumentar em resultado do crescimento da população e de um aumento da taxa de inscrição, que deverão manter-se a curto prazo (monografia da região de Cacheu). Estes alunos são repartidos por 308 escolas que estão concentradas nos setores de Bigène, Canchungo e São Domingos. Dos 308 estabelecimentos 166 têm estatuto público, 54 privados e 88 comunitários. As escolas públicas acolhem a maioria dos alunos (50919 alunos ou quase 75 % dos alunos). Entre 2014 e 2016, o número de professores do ensino primário e secundário mais do que duplicou, passando de 939	Em geral, a população adulta é muito pouco alfabetizada. De acordo com o RGPH de 2009, a taxa de analfabetismo ainda era elevada, situando-se em 56 %. A taxa de alfabetização para a faixa etária de 15 a 24 anos foi de 65%. Em 2014, a taxa de alfabetização dos homens com idade igual ou superior a 15 anos era de 62,16 %, em comparação com 30,77 % das mulheres. Globalmente, a taxa bruta de escolarização (TBE) aumentou de 7 % em 2010 para 13 % em 2013. O setor privado acolhe de quase metade da população estudantil. A taxa líquida de escolarização no ensino primário foi de 67,40 % a nível nacional, limitada a 56,50 % nas zonas rurais, em

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	para 2040. A formação profissional está na sua embrionária, uma vez que, desde 2012, a escola de formação de professores formou nada menos do que 200 professores. A taxa de analfabetismo está a diminuir na área, uma vez que, de acordo com a RGPH, caiu de 79% em 1991 para 51% em 2009. O nível de educação situa-se entre 13% e 15%. As taxas de insucesso e abandono escolar são sintomáticas de uma situação de crise latente. Assim, no ano letivo de 2014-2015, mais de 64000 alunos duplicaram, ou seja, uma taxa de insucesso de 25 %. Esta situação explica-se pelo facto de os recursos materiais e financeiros serem limitados. Das 308 escolas com 659 salas de aula, mais da metade não tem um ponto de água funcional, cerca de 100 salas de aula estão em mau estado e apenas 360 latrinas foram identificadas. O número, o perfil e as condições de trabalho dos professores são precários. Neste sentido, não é surpreendente que alguns alunos abandonem a escola ou abandonem a sua região à procura de melhores condições de estudo. De acordo com Sangreman (2016), em média, um aluno do ensino primário viaja 02 km para chegar à sua escola.	comparação com 83,50 % nas zonas urbanas. O trabalho infantil (aproximadamente 32 %) e o casamento de raparigas (aproximadamente 29 %) estão entre as principais causas de abandono escolar primário, devendo também ser tidas em conta as doenças e a gravidez precoce. A percentagem de inscrições privadas no ensino técnico e na formação profissional (ETFP) aumentou consideravelmente, tal como a percentagem no ensino superior. Com efeito, a percentagem de inscritos no ETFP privado aumentou de 36 % em 2005/2006 para 53 % em 2009/2010. O ensino superior aumentou de 20% para 45% nos mesmos anos Em certas localidades diretamente atravessadas pelas vias ou que beneficiam das infra-estruturas comerciais / furos de água, verificou-se a existência de edifícios degradados e a falta de equipamento em certas escolas. Neste quadro, as populações recomendaram: - vedação de escolas ao longo das pistas, na proximidade de mercados e áreas de estacionamento; - implantar barreiras físicas de redução da velocidade perto das escolas; - Colocação de sinais de trânsito perto das escolas; - Realizar sessões de sensibilização para a segurança rodoviária nas escolas.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

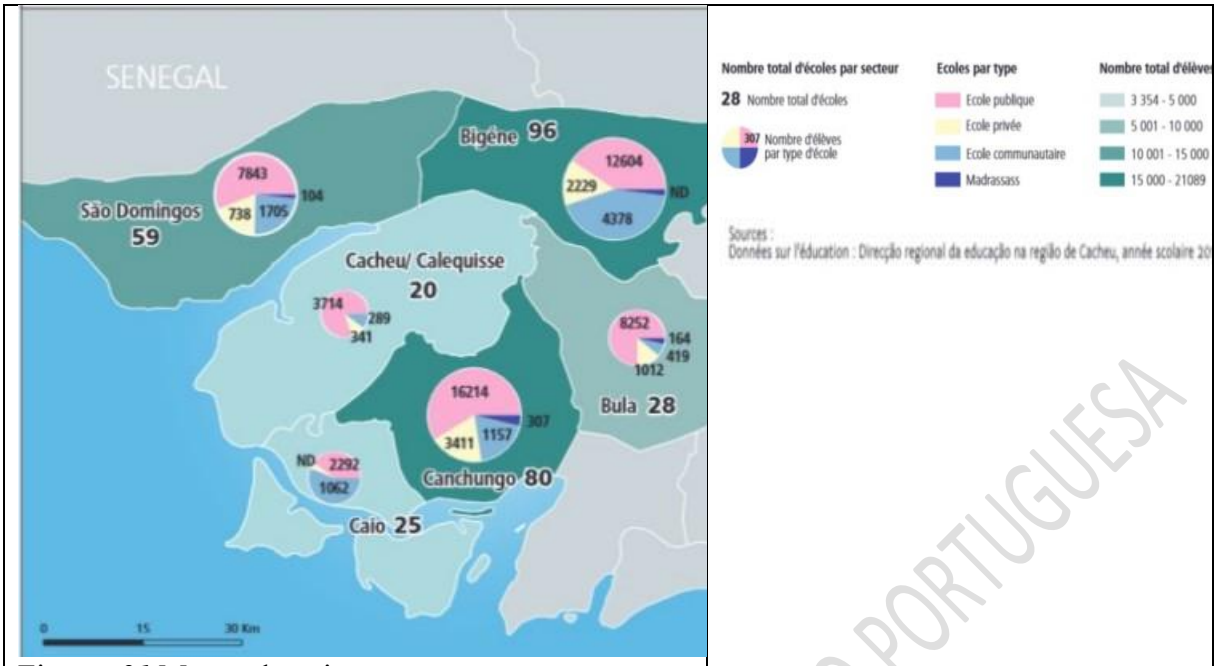


Figura: *21* Mapa educativo

Saúde	O sistema de saúde na área está subordinado à organização global do sistema nacional de saúde pública. A Guiné-Bissau tem 11 regiões sanitárias. O seu sistema de saúde tipo pirâmide compreende três (03) níveis: central, regional e periférica. O nível periférico é o primeiro ponto de contacto com os doentes. Inclui, em todo o território nacional, 114 áreas de saúde com 123 centros de saúde, incluindo 07 tipo A (Centros Médicos com bloco operatório), 08 tipo B (Centros Médicos), 108 tipo C (Centro de Saúde gerido por uma enfermeira) e 701 Unidades de Saúde Comunitárias (USC) geridas por agentes de saúde e matronas. A área do projeto conta com 124 USC. O sistema público de saúde parece abalado, com uma oferta privada de saúde diversificada, mas mal controlada. Os movimentos religiosos criaram nada menos que 07 postos de saúde de base religiosa. As farmácias desempenham um papel importante no sistema de saúde, nomeadamente têm acesso a certos medicamentos que escasseiam nos estabelecimentos públicos. São principalmente abastecidas pelo Senegal e, em menor escala, pela França e Portugal. Existem também curandeiros, que combinam frequentemente a fitoterapia com práticas feiticeiras. A área do projeto tem a 4ª maior taxa de mortalidade infantil (TMIJ) no país 96‰. O paludismo é uma das principais razões para a persistência da TMIJ elevado. É a principal causa de consulta nas estruturas de saúde pública, com, em 2014, nada menos que 1782 crianças menores de 05 anos e 4290 de 05 anos. As doenças relacionadas com a higiene, nomeadamente as doenças de origem hídrica, e as suas consequências (diarreia, desidratação) são provavelmente a segunda causa mais frequente. Registaram-se 22.000 consultas pré-natais, 30.000

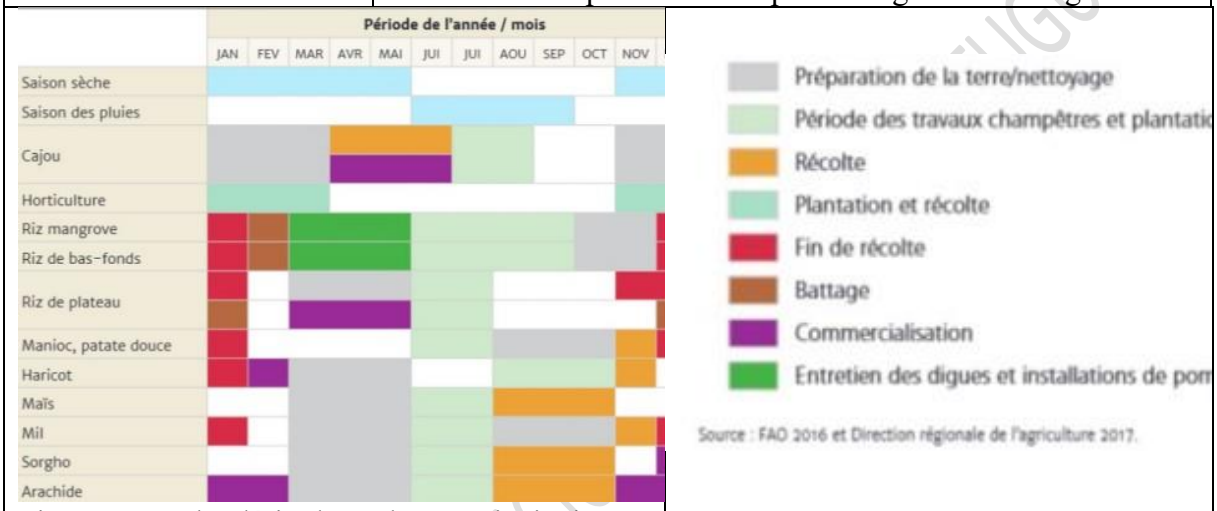
EIAS COMPOSANTE AGRICOLE VERSÃO PORTUGUESA

	para as crianças com menos de 05 anos e 32.000 para as crianças com 05 anos ou mais (Fonte: Monografia da região de Cacheu).
energia	A eletrificação é quase inexistente nas localidades atravessadas por pistas, mercados e parques de estacionamento. Apenas algumas localidades, como Bula, Ingoré e São Domingos, se beneficiam da eletricidade. Para iluminar e cozinhar, a população local depende principalmente de petróleo, velas, lenha e carvão. As mulheres são muitas vezes responsáveis pela recolha e venda destas fontes de energia. Existe uma produção significativa de carvão vegetal, principalmente a partir do abate de árvores, o que contribui para uma rápida degradação dos recursos florestais. Como tal, recomenda-se que: - Instalar iluminação pública nas localidades atravessadas pelas pistas; - Equipar as infraestruturas sociais básicas tais como escolas, centros de saúde, mercados, estações de autocarros, etc., com iluminação adequada para promover a sua utilização e assegurar condições de funcionamento ótimas.
Água potável e modo de utilização de recursos hídricos	Em 2010, segundo dados do MICS-4/IDSR (Multiple Indicator Cluster Survey), mais de metade (dois terços) da população da Guiné-Bissau utiliza uma fonte de água melhorada. No entanto, o fosso entre as zonas urbanas e rurais é significativo, com 53 % dos agregados familiares a viver em zonas rurais a utilizar fontes de água melhoradas, ao passo que a percentagem de utilização de fontes de água melhoradas nas zonas urbanas é de 84 %. Apesar disso, a cobertura das necessidades de água potável continua a ser muito inadequada em muitas aldeias. Em termos de utilização e método de aquisição, as principais fontes de aprovisionamento em água potável para as populações locais são a água de poços e a água de bomba (furo). As populações locais são abastecidas principalmente a partir de poços tradicionais. Com efeito, as pessoas consultadas observam uma falta de água potável. A qualidade da água de alguns furos existentes não é apreciada pela população. O sabor da água, a mudança de cor e a presença de depósitos no fundo dos recipientes estão na origem dessa depreciação. Os lençóis freáticos podem atingir 30 a 40 m de profundidade no subsolo primário, com um caudal que geralmente não ultrapassa os 5 m3. Nos aquíferos profundos, entre 40 e 60, o caudal pode atingir os 200 m3. O risco de poluição das águas subterrâneas pelos resíduos líquidos da obra é negligenciável, devido ao carácter argiloso do solo e à profundidade do lençol freático superior a 30 m. Estas razões não impedem a empresa de adotar medidas adequadas para evitar derrames de resíduos líquidos durante os trabalhos. Desta forma, desejam que a construção de furos tenha em conta a satisfação das suas necessidades de água potável.

EIAS CONFORME A APROVAÇÃO VERSÃO PORTUGUESA

Saneamento	No que diz respeito ao saneamento, os indicadores do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) de 2010 mostram que apenas 5% dos agregados familiares que vivem em zonas rurais utilizam instalações sanitárias melhoradas, em comparação com 35% nas zonas urbanas. Assim, a natureza continua a ser o principal local de conforto das populações das zonas rurais, o que as expõe a graves riscos de saúde. Além disso, o principal meio de eliminação dos resíduos domésticos é a deposição individual no meio rural. A tomada em consideração das medidas de sensibilização ambiental e social deste estudo contribuirá para minimizar os graves riscos para a saúde das populações locais.
Pobreza e situação económica das mulheres	De acordo com as estimativas do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 58% da população da Guiné-Bissau vive numa situação de pobreza multidimensional grave e 49% com menos de 1,25 USD por dia. Todas as regiões do país são afectadas pela pobreza e pela falta de recursos, mas a pobreza é particularmente grave nas regiões do norte do país, onde se concentra a maioria da população/mulheres. De acordo com o relatório de 2013 da FAO, do PAM e da Plan International, toda a região de Oio é considerada "zona de emergência", devido ao elevado nível de insegurança alimentar, enquanto as regiões de Bafatá, Quinhara, Cacheu e Biombo são "zonas de crise". Os papéis respectivos das mulheres e dos homens também se tornam mais pesados num ambiente de pobreza: há as tarefas domésticas que afastam as mulheres das actividades geradoras de rendimentos, tal como afastam as raparigas das escolas; há também os papéis reprodutivos das mulheres num ambiente de pobreza, com riscos acrescidos de desnutrição, doenças e mortalidade materna. As jovens estão também expostas a um risco acrescido de casamento precoce/forçado para aliviar os encargos económicos da família. De acordo com o PNIEG, "em todo o país, as mulheres são responsáveis por cuidar da casa e de toda a família, e 89% dos agregados familiares vivem em condições precárias, enquanto 80% usam velas para iluminação, 96% usam lenha ou carvão para cozinhar, 91% vão buscar água fora de casa e 65% usam latrinas em mau estado, o que significa que as mulheres têm de trabalhar longas horas e fazer muitos sacrifícios como esposas e mães (Profil genre, 2015).
Resumo dos meios de subsistência	
Agricultura	As explorações familiares, que dominam largamente os sistemas de produção agrícola, integram frequentemente a agricultura, a arboricultura e a pecuária. Em geral, funcionam de forma quase autónoma em termos de fatores de produção e adotam práticas agroecológicas. A presença generalizada de árvores na paisagem contribui para um balanço de carbono claramente positivo para este tipo de agricultura. De acordo com o «Comité Temático da Agricultura», a cultura do arroz ocupa uma grande área de produção agrícola de

FIAS COMPOSANT FAISONNABLE VERSION PORTUGUESA

	sequeiro, em especial a cultura do arroz inundado realizada em zonas de água doce (planícies baixas em 23 000 ha) ou salobra (tarrafes em 38 000 ha). Há uma tendência decrescente na produção de arroz devido à expansão dos pomares de caju. O cultivo do cajueiro tem sido bem integrado no calendário de actividades da grande maioria das explorações familiares da região. Os produtores são principalmente homens com, pelo menos, 40 anos de idade e a dimensão dos seus pomares varia entre 0,5 e 8 hectares, com uma idade média das árvores de cerca de 20 anos. Além da rizicultura e da plantação de caju, as culturas tais como a mandioca, a batata-doce, o feijão, o milho, o milheto e o amendoim complementam as práticas agrícolas da região.
 Figura: *22* Calendário das culturas principais	
Pesca	A elevada procura de produtos da pesca a nível local, nacional, sub-regional e mundial e a riqueza das águas costeiras e interiores da região explicam o dinamismo deste setor. A área concentra 40% do parque de canoas, ou seja, 900 das 2.400 canoas identificadas, e um terço dos pescadores artesanais 800 de 2.500 (UEMOA, 2016). De acordo com uma estimativa da UEMOA, 60 % das capturas dos pescadores artesanais estabelecidos são vendidas localmente e 35 % são transformadas, principalmente por técnicas de fumagem. Há nada menos do que 15 locais identificados na área em 2017. A colheita e a transformação de moluscos, em especial de ostras de mangal, realizadas por mulheres da região também têm um peso alimentar e económico significativo.
Comércio	A proximidade da região de Cacheu a importantes portos, Bissau e Banjul (Gâmbia), o mercado sub-regional de Diaobé (Haute-Casamance, Senegal) e cidades importantes (Bissau, Ziguinchor) e a melhoria das infraestruturas rodoviárias promovem a integração do O setor do comércio, dominado pelo setor informal, é dominado por jovens e mulheres. Em geral, as mulheres contribuem decisivamente para o crescimento económico através deste sector. De acordo com o ILAPI/2010, 77,10 % das mulheres trabalhadoras

EIAS COMPOSANTE ... PORTUGUESA

	território com os fluxos sub-regionais e globais (Hochet, 1981; Havickn 2016). A região está assim entrelaçada com uma rede de mercados semanais dinâmicos, ligados a fluxos comerciais nacionais e sub-regionais. Em 2011, o mercado de Bula tinha um volume médio de transações estimado em 17,5 milhões de CFAF por dia de abertura. O comércio diz principalmente respeito às matérias-primas: produtos de colheita tais como produtos florestais não lenhosos (cabaceiras, foles etc.), agrícolas (citrinos, bananas, amendoins, feijões, óleo de palma e vinho, etc.), pecuária (aves de capoeira e ruminantes) e pesca.	estão empregadas no setor primário e quase 23,0 % no setor terciário, das quais 12 % estão empregadas apenas no subsetor do comércio. O desenvolvimento de pistas e infraestruturas comerciais contribuirá para o desenvolvimento de atividades comerciais.
 *Figura: 23 Mapa de localização semanal dos mercados*		
reprodutores	A pecuária na Guiné-Bissau contribui com 17% para o PIB e 32% para o Produto Agrícola. O sistema de criação sedentária extensiva de pequenos e grandes ruminantes é o modo dominante nas localidades abrangidas pelo projecto. Os bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves de capoeira (frangos, patos, pintadas) são as principais espécies de animais criados na área do projeto. A pecuária é uma forma de capitalização e um regime de seguro de poupança para os produtores. As pessoas locais usam essa economia durante os períodos de "escassez" (segurança alimentar).	

VERSÃO PORTUGUESA

Caça	Os recursos de fauna selvagem são bastante escassos na área do projeto. O periodo da caça começa 1 de novembro termina 30 de maio de cada ano. A caça é praticada para consumo familiar, mas também para a procura de renda. No entanto, as atividades de caça furtiva, que colocam o recurso em risco, são comunicadas. Assim, devem ser realizadas sessões de sensibilização, a fim de contribuir para a preservação da diversidade dos recursos de fauna selvagem na área.
Indústria	A indústria Bissau guineense processa principalmente matérias-primas e fabrica produtos de consumo corrente (cervejaria, sumos de fruta, óleo de amendoim, materiais de construção, etc.), apesar da disponibilidade de recursos naturais. Representa apenas 15% do PIB. Na área de projeto, deparamo-nos principalmente com indústrias de processamento de caju. Estes empregam populações locais durante os períodos referenciados.
VBG, Mutilação Genital Feminina (MGF), Casamento Precoce e/ou Forçado	
VBG	De acordo com o perfil de género (2015), os relatórios do Governo da Guiné-Bissau e das organizações da sociedade civil dão conta da prevalência da violência contra as mulheres (PNIEG 2014, Plano Nacional de Ação 2011, Roque 2011). Embora não estejam disponíveis dados de inquéritos rigorosos e seja necessária mais investigação, as associações de mulheres no país e os parceiros técnicos e financeiros entrevistados também confirmam a violência generalizada e socialmente aceite contra as mulheres, principalmente a violência doméstica conjugal ou entre parceiros. De acordo com um estudo realizado por Sylvia Roque (2011), os casos relatados de violência baseada no género dizem principalmente respeito à capital Bissau e às regiões de Bafatá, Gabú e Oio, com um aumento constante dos casos relatados no período 2006-2009, o que ela interpreta como um sinal positivo da maior vontade das mulheres em denunciar casos de violência, em vez de uma indicação do aumento da violência doméstica. Até 44% das mulheres inquiridas admitiram ter sido vítimas de violência física e 43% também admitiram ter sido vítimas de violência sexual (21% por violação e 22% por toque não consensual). As mulheres entrevistadas mencionaram os seguintes fatores (entre outros) que contribuem para a violência baseada no género: - as mulheres são consideradas inferiores aos homens (49 % das mulheres inquiridas); - o governo não defende nem protege as vítimas de violência baseada no género (34 %); - as mulheres não têm bens económicos (33%). De acordo com o perfil de género (2015), apesar da adoção, em 2013, de uma lei contra a violência doméstica, o PNIEG cita três fatores que desencorajam as mulheres de apresentar queixas:

EIAS COMPOSANTE ADJOINTE VERSION PORTUGUESE

<table>
<tr><td></td><td>i) desconhecimento, por parte das mulheres, das leis que proíbem a violência e dos seus direitos legais;
ii) facto de as estruturas do Estado, especialmente a polícia, não serem competentes para lidar com a violência contra as mulheres; e
iii) falta de capacidade das entidades públicas, das organizações tradicionais e das organizações sem fins lucrativos para aconselhar e proteger as vítimas.
Os trabalhos de reabilitação de pistas, infraestruturas comerciais e furos exigirão a presença de trabalhadores de outros locais. Isto pode constituir um risco de VBG praticamente para as mulheres/raparigas. Por conseguinte, recomenda-se que:
- sensibilizar a opinião pública sobre os direitos das mulheres;
- Divulgar textos nacionais e internacionais que protejam os direitos das mulheres;
- reforçar a capacidade das estruturas (assuntos sociais, ONG e associações de mulheres, etc.) que combatem a violência baseada no género;
- criação de um mecanismo para prevenir e combater a violência baseada no género;
- punir os autores da violência;
- Facilitar a prestação de cuidados médicos, psicológicos e judiciais às vítimas de violência de género;
- incentivar a denúncia dos autores de atos de violência baseada no género;
- envolver as autoridades consuetudinárias, religiosas e administrativas na luta contra a violência de género.</td></tr>
<tr><td>Cartografia dos intervenientes no domínio da violência de género na Guiné-Bissau</td><td>- Organizações governamentais
Panorâmica das instituições e serviços públicos no domínio da violência de género
<table>
<tr><th>Ministérios e instituições</th><th>Missão</th></tr>
<tr><td>Ministério das Mulheres, da Família e da Coesão Social</td><td>Inclui o Departamento do Governo, que é responsável pelo desenvolvimento, coordenação e aplicação da política governamental em matéria de integração, coesão social, proteção das mulheres e da família e redução da pobreza. Supervisiona o IMC e o CNAPN e coordena o Comité Nacional de Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos.</td></tr>
<tr><td>Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos</td><td>Inclui o departamento do governo responsável pela preparação das reformas legislativas necessárias para a proteção dos direitos das mulheres e das crianças. Protege a GICJU.</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

PAS COMPOSANTE ADDITIONNEL VERSION PORTUGUESE

		Instituto para Mulheres e Crianças (IMC)	O mandato da IMC consiste em coordenar, acompanhar e promover a integração da perspetiva de género e o empoderamento das mulheres em todas as políticas, programas e legislação governamentais, bem como desenvolver políticas e programas específicos para a promoção da igualdade de género e a proteção dos direitos das mulheres. Os estatutos do Instituto foram aprovados pelo Decreto n.o 17/2010. Uma das suas principais competências (estabelecida no artigo 6.o do decreto) é assegurar a existência de estratégias, programas e leis a nível nacional para proteger as mulheres, as crianças e a sociedade contra práticas nocivas, todas as formas de discriminação e violência doméstica, abuso e exploração sexual, bem como outras práticas que ponham em perigo a saúde e a integridade física das mulheres e crianças. Devido à insuficiência de recursos atribuídos ao IMC através do orçamento do Estado, o Instituto só é capaz de conceber e executar ações eficazes se for apoiado por doadores internacionais, incluindo o apoio técnico e financeiro contínuo das agências das Nações Unidas (ONU Mulheres, UNFPA, UNICEF e UNIOGBIS). Significa também que as ações concretas dependem das prioridades do projeto e do doador, na ausência de uma abordagem sistemática e sustentável.
		Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nocivas (CNAPN)	O objetivo do CNAPN é promover o abandono de todas as práticas nocivas que violem os direitos das mulheres e das crianças, tais como a mutilação genital feminina, o casamento precoce e forçado, a violência doméstica, a escolarização insuficiente das raparigas, o analfabetismo das mulheres e outras práticas conexas. O seu mandato abrange especificamente a promoção da igualdade e da equidade de género. Os estatutos da CNAPN foram aprovados pelo Decreto n.o 28/2011, de 30 de agosto.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

			O CNAPN integra organizações da sociedade civil, instituições religiosas e organizações internacionais dedicadas a promover a defesa das mulheres e crianças, erradicar práticas nocivas e promover a equidade e igualdade de género. O Comité tem uma presença regional e coopera regularmente com organizações comunitárias e locais, bem como com ONG, em especial no leste do país, onde desenvolveu ações coerentes para reduzir a prevalência da mutilação genital feminina. O Comité realiza frequentemente campanhas de sensibilização, em parceria com ONG como a Plan International e a Tostan. Centram-se em áreas onde as taxas de MGF são elevadas. Os salários do pessoal da sede e custos de arrendamento, são cobertos por doadores internacionais (dependendo dos projetos). Tal como o IMC, a CNAPN só pode desenvolver e executar ações eficazes se for apoiada por doadores internacionais, incluindo o apoio técnico e financeiro contínuo da ONU, em especial da UNICEF, do FNUAP, da UE e do Banco Mundial. O CNAPN é financiado pelo orçamento do Estado, mas os recursos estatais não são suficientes e não cobrem nem um nem outro.
		Comité Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas	O Comitê Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (CNPCT) foi criado em 2008 sob a égide da IMC. Este comité interministerial é coordenado pelo IMC e inclui agências governamentais, ONG e grupos religiosos. O Comité Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas é um fórum de consulta e coordenação institucional entre as várias instituições públicas e privadas que trabalham para prevenir e combater o tráfico de seres humanos. Este Comité não dispõe de fundos e recursos suficientes para implementar atividades de prevenção e ações

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	relevantes de combate ao tráfico (de acordo com o Relatório de 2018 sobre o Tráfico de Pessoas na Guiné-Bissau).
Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU) e Centros de Acesso à Justiça (CAJ)	O Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU) assegura a coordenação e a execução eficaz de ações adequadas para garantir o acesso à informação e ao aconselhamento jurídico à população em geral e, de forma muito específica, aos grupos mais vulneráveis e de risco e é supervisionado pelo Ministério da Justiça. Os Centros de Acesso à Justiça (CAJ), sob a coordenação e supervisão da GICJU, promovem, participam e realizam campanhas de informação nas respetivas circunscrições territoriais com vista à sensibilização para o direito e o sistema jurídico nacional. Há CAJs em Bissau, Cacheu, Oio, Bafatá e Bula.
Assembleia Nacional Popular - Comissão Especializada para Mulheres e Crianças	A Comissão Especializada para Mulheres e Crianças trabalha em colaboração com a Assembléia Nacional Popular. As comissões especializadas permanentes são grupos de trabalho especializados em determinados assuntos, cuja função é prestar assistência técnica a plenária e elaborar os documentos necessários. Esta comissão influenciou a aprovação de leis fundamentais no domínio da violência baseada no género, incluindo a recente Lei da Igualdade de Género. É uma das entidades responsáveis pela elaboração do Código de Proteção da Criança, juntamente com o Ministério da Justiça e os parceiros internacionais.

- Organizações não governamentais

Panorâmica das ONG selecionadas que trabalham no domínio da violência baseada no género

ONGs	*Missão*
Rede Nacional de Combate à Violência Baseada no Género - RENLUV	A RENLUV é uma rede de organizações que promove a sensibilização, a formação, a informação, a defesa, a prevenção, a proteção e o acompanhamento da violência baseada no género e da violência infantil. Tem também como função de gestão de processos com funções de orientação e

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

		acompanhamento. A RENLUV tem pontos focais em todas as regiões do país. A RENLUV serve frequentemente como primeira linha de apoio às vítimas de violência de género, especialmente nas regiões. Os pontos focais regionais da RENLUV e as organizações locais que trabalham com a RENLUV recebem queixas, prestam aconselhamento sobre os serviços disponíveis e acompanham os casos que chegam às estruturas policiais ou judiciais.
	Liga guineense dos direitos humanos - LGDH	A LGDH protege os direitos humanos e as liberdades. A sua missão é promover uma sociedade mais justa e tolerante, com mais diálogo; Promove a igualdade de direitos e oportunidades para os cidadãos. Defende igualmente a primazia dos valores do Estado de direito e da democracia sobre a tirania e o totalitarismo. Publica vários estudos e relatórios de referência, como um relatório periódico sobre a situação dos direitos humanos e estudos sobre as práticas nocivas e a impunidade na Guiné-Bissau.
	Association des Amis de l'Enfance - AMIC	A AMIC tem uma longa tradição de trabalho sobre os direitos e a proteção das crianças. O trabalho mais conhecido da AMIC inclui o combate ao tráfico de seres humanos, o apoio à reintegração das vítimas de tráfico de seres humanos, a prevenção de casamentos precoces e a prevenção da violência contra as crianças. A AMIC apoia as crianças vulneráveis que vêm de ou transitam para Bissau para o reagrupamento familiar e sensibiliza sobre os direitos das crianças, a fim de prevenir casos de tráfico. A AMIC gere dois centros de acolhimento para as crianças vulneráveis, incluindo raparigas vítimas de violência, em Bissau e Gabú, que, embora a sua capacidade seja limitada, são uma das poucas instalações residenciais para vítimas no país.
	Fonte: Manual de formação sobre a violência baseada no género na Guiné-Bissau	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Mutilação genital feminina (MGF)	Na Guiné-Bissau, os dados do MICS4 mostram que até 50% de todas as mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos foram submetidas a MGF e que a prática da MGF nesse país é da pior forma, nomeadamente a mutilação genital feminina e o desenvolvimento social acompanhado de outras mutilações. Na Guiné-Bissau, a MGF está enraizada na habitual cerimónia de fanado, que é uma cerimónia de iniciação tradicional organizada por muitos grupos étnicos para assinalar a admissão de rapazes e raparigas na comunidade adulta. Durante esta cerimónia, os rapazes são circuncisados, enquanto as raparigas são submetidas a mutilação genital feminina. O MICS4 de 2010 mostrou que as mulheres que nunca tinham ido à escola eram as mais propensas a sofrer a MGF na infância (65 %), em comparação com as mulheres que tinham estudado (28 %), mas a MGF é comum em todos os escalões de rendimento: 40% para o quintil mais rico, cerca de 60% para os três quintis medianos e 50% para o quintil mais pobre (MICS4, Quadro CP.8). As mulheres que se submeteram à MGF provavelmente terão pelo menos uma mulher circuncisada (72%). Embora as opiniões estejam mudando em relação a esta prática, até 51% das mulheres analfabetas, que constituem a maioria das mulheres de 15 a 49 anos, são a favor da manutenção da prática da MGF (MICS4, Quadro CP.10), o que é indicativo das dificuldades a serem superadas na luta para pôr fim a esta prática.
Casamento precoce e/ou forçado	De acordo com os dados do MICS4, 29% das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos eram casadas antes dos 18 anos e 8% das mulheres antes dos 15 anos. Quanto às mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos, 7% eram casadas antes dos 15 anos. A idade legal para o casamento é de 18 anos no país. O MICS4 também relata que 48% das mulheres casadas de 15 a 49 anos na Guiné-Bissau vivem em uma casa polígama. Os casamentos precoces e os casamentos poligâmicos são mais frequentes nas zonas rurais. Outras práticas tradicionais de casamento que violam os direitos das mulheres são o levirato (casamento forçado com um cunhado após a morte do marido) e o sororat (casamento forçado com o viúvo de uma irmã), embora não existam estatísticas sobre estes fenómenos.

FIAS COMPOSANTE NACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

5.4. Pontos críticos das diferentes pistas rurais, mercados e áreas de estacionamento

Durante a reabilitação/construção de pistas rurais, mercados, parques de estacionamento e portagens, é importante ter em conta os pontos críticos. O trabalho de campo identificou os pontos críticos resumidos no quadro 29 a seguir. As coordenadas e os mapas das rotas constam nos anexos 59 e 60.

Quadro: 29 Resumo dos pontos críticos por infraestrutura

Pontos críticos	**Pista 10**	**Pista 11**	**Pista 17**	**Pista 21**	**Pista 22**	**Pista 24**
Antena	1				1	

Pontos críticos	Pista 10	Pista 11	Pista 17	Pista 21	Pista 22	Pista 24
Pdreira Pública		1				
Centro Cultural		1		1		
Centro da aldeia de Botche						1
Mãe de água					1	
Mãe de água Não-funcional					1	
Ponte				1		
Escola	1		1	1	1	
Anexos				1		
Furos	1			1	1	1
Furo Não-funcional						1
Hospital					1	
Praça Pública do Apilho					1	
Ponte	1	2				
Poço			1	1		
Sítio sagrado	1	5				
Terreno de futebol		4		2	2	
Zona húmida	1	3			1	
Sítio sagrado	2					
Igreja				1		

5.5. Depósitos de Empréstimos

No contexto deste projeto, os depósitos de empréstimo que serão utilizados estão localizadas nas proximidades e são antigas pedreiras. O quadro 29 à seguir apresenta um resumo das várias coberturas de empréstimos.

Quadro: 30 depósitos de Empréstimos

Infraestrutura	Dados de contacto		Comentário
	X	Y	
Pista 10	429270	1351344	Antiga pedreira localizada a cerca de 1,6 km da pista.
Pista 11	417810	1346725	Antiga pedreira na via, laterite coberta por uma espessa couraça de cerca de 1,8 m.
Pista 17	416927	1363742	Antiga pedreira, localizada em PK54+100 CG na estrada principal Safim-M'pack (na aldeia de KINIKHAM)
Pista 21	399564	1372054	Antiga pedreira, localizada no CD PK7+900 da estrada principal Safim-M'pack (cerca de 1,7 km de Sedengal). ***Este empréstimo pode ser usado para a pista 22.***
Pista 22	397373	1363137	
Pista 24	395156	1372770	Carreira inativa

EIAS COMPOSTA E ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6. AVALIAÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROJECTO

6.1. Abordagem metodológica

A abordagem para a identificação, avaliação e análise dos impactos do projeto baseia-se nos seguintes métodos e instrumentos:

Avaliação da importância dos impactos e dos componentes ambientais utilizando:

- a lista dos componentes ambientais valorizados que podem ser afectados pelo subprojecto;
- a lista das fontes potenciais de impacto nas diferentes fases do subprojecto ambiental, tal como especificado nos termos de referência, nos estudos técnicos e no anteprojeto pormenorizado (PPD);
- a matriz de inter-relações entre as fontes de impacto e as componentes valorizadas do ambiente afectadas pelo subprojecto, a fim de identificar a natureza dos impactos potenciais (positivos ou negativos);;
- a grelha de avaliação comparativa dos métodos de pontuação. Esta grelha é um quadro de duas entradas que enumera as atividades do projeto em diferentes fases e os componentes do ambiente biofísico, humano e socioeconómico e, em seguida, mede o impacto utilizando os seguintes critérios principais: **A extensão do impacto ou a sua localização, a intensidade do impacto, a duração do impacto e o valor da componente afetada;**
- Análise dos impactos em cada fase do projeto com base nas informações recolhidas na documentação e no terreno sobre o estado inicial do ambiente de acolhimento do projeto (pessoas e ativos afetados, sítios e espécies sensíveis, etc.).

6.1.1. Descrição e análise dos elementos socioculturais e dos recursos naturais susceptíveis de serem afectados pelo projecto

A avaliação dos efeitos ambientais é feita em componentes valorizados do ambiente (CVA), que têm um valor ou interesse particular para as diferentes partes interessadas. Estes CVA são definidos como «qualquer parte do ambiente considerada importante pelos intervenientes no processo de avaliação (o PCN enquanto promotor, o público, os cientistas, as comunidades ribeirinhas, as PAP, os serviços técnicos do Estado em causa, etc.). Os valores culturais, bem como as preocupações científicas e jurídicas, podem ser utilizados para determinar esta importância.

Com base nestas considerações, as CVA foram identificadas e selecionadas com base nas actividades de consulta e informação realizadas com as partes interessadas, na apreciação e experiência dos membros da equipa de peritos, nas observações no terreno, na análise da literatura assim como nos indicadores para a preparação do EIAS fornecidos nos termos de referência (ver Quadro 31 abaixo).

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: Componente 31ambiental avaliada e justificação

Ambiente	Componente valorizada do meio (recetor de impacto)	Justificação do valor atribuído
Física	Ar	Estes componentes são valorizados devido ao seu impacto na saúde e qualidade de vida das populações, na fauna e vegetação. No entanto, a maioria das fontes de poluição atmosférica e sonora do ar livre está completamente fora do controlo dos indivíduos, pelo que estas questões não fazem parte das prioridades atuais das populações na área do projeto. Daí o baixo valor atribuído a estas duas componentes.
	Ambiente sonoro	
	Solo	Os tipos de solo encontrados são muito generalizados e não têm grandes limitações à produção da especulação pretendida na área. É atribuído um valor médio para ter em conta o facto de os solos constituírem um recurso importante para as populações da zona, que são predominantemente agricultores.
	Águas subterrâneas e superficiais	Estes componentes são valorizados porque garantem o bem-estar das pessoas e são essenciais para as atividades de subsistência praticadas na região. O recurso hídrico está disponível e cobre as necessidades em água potável (vários furos e poços na zona do projeto), mas são insuficientes para satisfazer as necessidades de produção. Portanto, um valor médio dado a esta componente.
Orgânico	Vegetação/Flora	A flora é relativamente homogénea e característica do que se encontra à direita das pistas e parques de estacionamento. Embora muito comum, é atribuído um valor médio a esta flora, tendo em conta o apoio que proporciona à fauna aviária e o estatuto de certas espécies que têm um grande valor no plano económico e social.
	Fauna e habitats	As espécies de vida selvagem encontradas no sítio são geralmente comuns e, por conseguinte, de baixo valor. Geralmente, é atribuído um valor médio a esta componente para ter em conta espécies de estatuto especial (ameaçadas ou vulneráveis) com um forte valor jurídico e científico.
Human	Qualidade de vida, saúde e segurança	Este componente é altamente valorizado considerando que se trata de saúde humana.
	Tecido social	Um alto valor é atribuído a esta componente, considerando que condiciona qualquer ação de desenvolvimento.
	Economia local/regional	A economia local inclui todas as ações locais que contribuem para o desenvolvimento económico global do país. O seu valor é, portanto, grande.
	Empregos	O emprego é uma grande preocupação. Devido à redução das oportunidades de emprego, as expectativas da

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Ambiente	Componente valorizada do meio (recetor de impacto)	Justificação do valor atribuído
		população em relação ao projeto são elevadas. Daí o elevado valor desta componente.
	Género e pessoas vulneráveis	A integração da perspetiva de género, a proteção social, a inclusão das pessoas vulneráveis, a questão de violência baseada no género, a economia social e a saúde são questões que ocupam um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento. Existe um consenso mundial quanto à necessidade de ajudar os indivíduos, as famílias e as comunidades a gerir determinados riscos, a fim de alcançar um desenvolvimento económico e social sustentável. Tendo tudo isto em conta, esta componente tem um grande valor.
	Ambiente visual e paisagem	Esta componente é valorizada devido ao seu impacto na qualidade de vida dos utilizadores do sítio (natureza estética da paisagem), mas não é uma prioridade para as populações que estão mais preocupadas com as necessidades de subsistência.
	Património cultural e arqueológico	Esta classificação é dada devido ao valor da componente no plano sociocultural, científico e jurídico.

6.1.2. Identificação e avaliação dos impactos (positivos e negativos) e dos riscos da execução do projeto no ambiente natural e humano;

6.1.2.1. Identificação dos impactos

O objetivo é determinar os tipos mais prováveis de impacto ambiental e social do desenvolvimento do projeto de betumagem da estrada. Para issocontamos com:

- as componentes do projecto proposto e os meios para a sua execução, tal como especificado no termos de referência,
- conhecimento do estado inicial do ambiente e integração social do projeto através da revisão da literatura e da prospeção de terreno que permitiu localizar zonas sensíveis, potenciais áreas de empréstimo e cursos de água, mas também a identificação e localização de espécies suscetíveis de serem destruídas, bem como a estimativa das áreas de campos e pastagens afetadas.

A ferramenta de síntese utilizada para a identificação de impactos é a matriz de impacto. O método propõe cruzar factores de perturbação gerados pelo projecto e descritores dos ambientes biofísicos e humanos receptores. O resultado é uma tabela de dupla entrada que permite a comparação dos parâmetros do ambiente e das actividades do projecto.

O impacto ambiental e/ou social é então identificado ao nível das células cruzadas das linhas e colunas, onde as perturbações interagem com recetores sensíveis no ambiente.

No entanto, algumas caixas serão consideradas «ativas», ou seja, pertinentes para o projeto em questão. Outros serão considerados «inativos» porque se encontram numa encruzilhada que não é relevante para o projeto específico.

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Por último, algumas delas, que se encontram numa encruzilhada aberrante, seja qual for o tipo de projeto, serão definitivamente «extintas».

A matriz de impacto foi também utilizada como instrumento de síntese que resume a importância dos impactos ambientais e sociais

6.1.2.2. Avaliação de impacto

- **Elaboração de declarações de impacto**

A ficha de impacto deve ser elaborada indicando:

- **A atividade que causa o impacto** e o elemento do ambiente potencialmente afetado pelo projeto;
- **A natureza do impacto** e uma breve descrição do mesmo;
- **a duração do impacto:**
  - *Permanente:* o impacto durar a vida útil do projeto ou mais tempo;
  - *média:* o impacto dura de alguns meses a dois anos;
  - *temporário:* o impacto é limitado à duração da construção do projeto ou inferior.
- **a intensidade do impac**t:
  - *forte:* A atividade afeta gravemente a integridade da componente ou a sua utilização e compromete a sua sustentabilidade;
  - *média:* A atividade afeta significativamente a integridade do componente ou a sua utilização, mas sem comprometer a sua sustentabilidade;
  - *baixo:* a atividade tem pouco impacto na integridade do componente ou na sua utilização.
- **a extensão do impacto:**
  - *regionais:* o impacto estende-se às regiões ou a uma grande parte delas;
  - *local:* O impacto se estenda a uma área da dimensão de um setor ou afete a população de um setor;
  - *pontual:* o impacto estende-se a uma pequena área inferior à dimensão de um setor ou afeta apenas algumas pessoas ou um pequeno grupo de pessoas.
- Determinar a significância absoluta do impacto utilizando a grelha de avaliação Fecteau;
- Indicar a(s) medida(s) de atenuação planeada(s), independentemente da importância do impacto;

indicar qual é a avaliação de impacto residual

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 32 Declaração de impacto

COMPONENT			*FASE*			
Código 01	**Título do impacto:**			*Responsável pela execução da medida:*		
Coordenadas de referência GPS do impacto	Código ao nível do mapa:	Localização	X	Y		
Avaliação de impacto	**Nature**	**Intensidade**	**Âmbito de aplicação**	**Duração**	**Importância**	
	Análise					
Designação da medida de atenuação:						
Objetivo da medida de atenuação:			**Descrição:**			

Quadro: 33 Critérios para avaliar a importância de um impacto

Categoria	Significado
Forte	*O impacto potencial é inaceitável. Devem ser aplicadas medidas de atenuação ou compensação.*
Médio/moderado	*O impacto é visível e indesejável. Recomenda-se vivamente a aplicação de medidas de atenuação ou compensação.*
Baixo	*O impacto não é muito significativo, mas deve ainda ser atenuado por medidas de atenuação ou compensação adequadas.*

- **Utilização da rede Fecteau**

Ao fazer esta grelha, a Fecteau cumpriu os seguintes princípios:

- Cada critério utilizado para determinar a importância tem o mesmo peso;
- Se os valores de dois critérios tiverem o mesmo nível de severidade, deve ser atribuída a classificação de importância correspondente a esse nível, independentemente do nível de severidade do terceiro critério;
- Se os valores dos três critérios forem diferentes, é dada a classificação de importância média.

A grelha resultante destas regras tem tantas dimensões de importância como de menor importância. Esta disposição questionável de critérios oferece a vantagem de ser transparente e de evitar distorções a favor de impactos menores ou fortes.

FIAS COMPLEMENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 34 Grelha de Fecteau

Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
Forte	*Regionais*	*Permanent*	*Forte*
		Temporário	*Forte*
		Momentânea	*Forte*
	Local	*Permanent*	*Forte*
		Temporário	*Forte*
		Momentânea	*Média*
	Pontual	*Permanent*	*Forte*
		Temporário	*Média*
		Momentânea	*Média*
Média	*Regionais*	*Permanent*	*Forte*
		Temporário	*Forte*
		Momentânea	*Média*
	Local	*Permanent*	*Forte*
		Temporário	*Média*
		Momentânea	*Média*
	Pontual	*Permanent*	*Média*
		Temporário	*Média*
		Momentânea	*Baixo*
Baixo	*Regionais*	*Permanent*	*Forte*
		Temporário	*Média*
		Momentânea	*Média*
	Local	*Permanent*	*Média*
		Temporário	*Média*
		Momentânea	*Baixo*
	Pontual	*Permanent*	*Média*
		Temporário	*Baixo*
		Momentânea	*Baixo*

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.2. Identificação das fontes e dos recetores dos impactos

6.2.1. Atividades geradoras de impacto

As várias atividades estão ligadas a:

- Instalações do estaleiro (bases técnicas, bases de vida)
- transporte de materiais/circulação de máquinas;
- trabalhos de construção de pontes, pontilhões e obras de saneamento;
- obras relacionadas com a construção da faixa de rodagem;

6.2.1.1. Actividades na fase preparatória

a) Trabalhos relacionados com a preparação de contratos (Bula, São Domingos, Sedengal e ingoré);

- Libertação da área de influência do projeto, incluindo a deslocalização de instalações comerciais em determinadas pistas:
- Abate e remoção de árvores com uma circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo;

- Desmatação e desobstrução da área de influência do traçado retida para a abertura das valas;
- Demolição de construções antigas no local;
- Instalação de estaleiros e de base dvida. Trata-se de bases de estaleiro para equipamentos como máquinas pesadas e veículos, armazenamento de materiais e outros agregados, depósitos de combustível, central de betão, central de britagem, etc. Em geral, estas instalações não se situam no interior da área de servidão, mas requerem localizações apropriadas, dadas as suas sensibilidades específicas.;
- Eliminação de entulhos de demolição;
- Entrada de materiais / Transporte de materiais / Deslocação de máquinas. Todos os materiais necessários para o projeto terão de ser transportados para o local: aterro, pedra britada, betão, etc. A circulação de veículos de transporte de materiais e de pessoal, bem como de máquinas de estaleiro, pode ser fonte de impactos negativos importantes, como perturbações do tráfego, excesso de velocidade, acidentes, poluição atmosférica e ruído.etc.
- Além disso, o pagamento pela empresa responsável pelo trabalho de direitos aduaneiros, imposto sobre o valor acrescentado (IVA), licenças de exploração (pedreiras, estabelecimentos classificados, etc.) e várias taxas e serviços estatais durante a aquisição de sítios, a compra de equipamentos ou a exploração de materiais podem constituir outras receitas financeiras para o funcionamento desses serviços.
- Recrutamento de mão-de-obra;

b) Trabalhos relacionados com a preparação dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos;

- Libertação da área de influência do projeto, incluindo a deslocalização de instalações comerciais em determinadas pistas:
- Desmatação e desobstrução da área de influência do traçado retida para a abertura das valas;
- Instalação de estaleiros e de base dvida. Trata-se de bases de estaleiro para equipamentos como máquinas pesadas e veículos, armazenamento de materiais e outros agregados, depósitos de combustível, central de betão, central de britagem, etc. Em geral, estas instalações não se situam no interior da área de servidão, mas requerem localizações apropriadas, dadas as suas sensibilidades específicas.;
- Eliminação de entulhos de demolição;
- Além disso, o pagamento pela empresa responsável pelo trabalho de direitos aduaneiros, imposto sobre o valor acrescentado (IVA), licenças de exploração (pedreiras, estabelecimentos classificados, etc.) e várias taxas e serviços estatais durante a aquisição de sítios, a compra de equipamentos ou a exploração de materiais podem constituir outras receitas financeiras para o funcionamento desses serviços.
- Recrutamento de mão-de-obra;

c) Trabalhos relacionados com a preparação da estação de pesagem;

- Libertação da área de influência do projeto, incluindo a deslocalização de instalações comerciais em determinadas pistas:
- Desmatação e desobstrução da área de influência do traçado retida para a abertura das valas;

FAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Instalação de estaleiros e de base dvida. Trata-se de bases de estaleiro para equipamentos como máquinas pesadas e veículos, armazenamento de materiais e outros agregados, depósitos de combustível, central de betão, central de britagem, etc. Em geral, estas instalações não se situam no interior da área de servidão, mas requerem localizações apropriadas, dadas as suas sensibilidades específicas.;
- Eliminação de entulhos de demolição;
- Entrada de materiais / Transporte de materiais / Deslocação de máquinas. Todos os materiais necessários para o projeto terão de ser transportados para o local: aterro, pedra britada, betão, etc. A circulação de veículos de transporte de materiais e de pessoal, bem como de máquinas de estaleiro, pode ser fonte de impactos negativos importantes, como perturbações do tráfego, excesso de velocidade, acidentes, poluição atmosférica e ruído.etc.
- Além disso, o pagamento pela empresa responsável pelo trabalho de direitos aduaneiros, imposto sobre o valor acrescentado (IVA), licenças de exploração (pedreiras, estabelecimentos classificados, etc.) e várias taxas e serviços estatais durante a aquisição de sítios, a compra de equipamentos ou a exploração de materiais podem constituir outras receitas financeiras para o funcionamento desses serviços.
- Recrutamento de mão-de-obra;

d) Trabalhos relacionados com a preparação da portagem de São Vicente e Bula;

- Libertação da área de influência do projeto, incluindo a deslocalização de instalações comerciais em determinadas pistas:
- Desmatação e desobstrução da área de influência do traçado retida para a abertura das valas;
- Instalação de estaleiros e de base dvida. Trata-se de bases de estaleiro para equipamentos como máquinas pesadas e veículos, armazenamento de materiais e outros agregados, depósitos de combustível, central de betão, central de britagem, etc. Em geral, estas instalações não se situam no interior da área de servidão, mas requerem localizações apropriadas, dadas as suas sensibilidades específicas.;
- Eliminação de entulhos de demolição;
- Entrada de materiais / Transporte de materiais / Deslocação de máquinas. Todos os materiais necessários para o projeto terão de ser transportados para o local: aterro, pedra britada, betão, etc. A circulação de veículos de transporte de materiais e de pessoal, bem como de máquinas de estaleiro, pode ser fonte de impactos negativos importantes, como perturbações do tráfego, excesso de velocidade, acidentes, poluição atmosférica e ruído.etc.
- Além disso, o pagamento pela empresa responsável pelo trabalho de direitos aduaneiros, imposto sobre o valor acrescentado (IVA), licenças de exploração (pedreiras, estabelecimentos classificados, etc.) e várias taxas e serviços estatais durante a aquisição de sítios, a compra de equipamentos ou a exploração de materiais podem constituir outras receitas financeiras para o funcionamento desses serviços.
- Recrutamento de mão-de-obra;

e) Trabalhos relacionados com a preparação das pistas de Bula e Begene;

- Libertação da área de influência do projeto, incluindo a deslocalização de instalações comerciais em determinadas pistas:
- Desmatação e desobstrução da área de influência do traçado retida para a abertura das valas;

EAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Instalação de estaleiros e de base dvida. Trata-se de bases de estaleiro para equipamentos como máquinas pesadas e veículos, armazenamento de materiais e outros agregados, depósitos de combustível, central de betão, central de britagem, etc. Em geral, estas instalações não se situam no interior da área de servidão, mas requerem localizações apropriadas, dadas as suas sensibilidades específicas.;
- Eliminação de entulhos de demolição;
- Entrada de materiais / Transporte de materiais / Deslocação de máquinas. Todos os materiais necessários para o projeto terão de ser transportados para o local: aterro, pedra britada, betão, etc. A circulação de veículos de transporte de materiais e de pessoal, bem como de máquinas de estaleiro, pode ser fonte de impactos negativos importantes, como perturbações do tráfego, excesso de velocidade, acidentes, poluição atmosférica e ruído.etc.
- Além disso, o pagamento pela empresa responsável pelo trabalho de direitos aduaneiros, imposto sobre o valor acrescentado (IVA), licenças de exploração (pedreiras, estabelecimentos classificados, etc.) e várias taxas e serviços estatais durante a aquisição de sítios, a compra de equipamentos ou a exploração de materiais podem constituir outras receitas financeiras para o funcionamento desses serviços.
- Recrutamento de mão-de-obra;

6.2.1.2. Actividades na fase de construção

As atividades geradoras de impacto durante a fase de construção são:

a) Obras relativas à construção dos mercados de (Bula, São Domingos, Sedengal e Ingoré)

- A demolição de obras existentes e de construções expropriadas situadas na área de servidão do projeto;
- **Terraplenagem:** É a operação que consiste em utilizar uma máquina de engenharia civil para desobstruir e aterrar um espaço, a fim de lhe dar a forma desejada ou de obter uma base limpa e um solo homogéneo. Quando os materiais são trazidos e espalhados sem rega, podem gerar grandes quantidades de poeiras, que podem provocar infecções respiratórias nos habitantes locais. A deposição de poeira nas folhas reduz a atividade fotossintética da planta. As vibrações do equipamento de compactação podem também causar incómodos sonoros aos habitantes locais ou afastar a fauna terrestre do seu habitat original;
- Nivelamento do terreno para a construção das fundações
- Escavação e construção das fundações de acordo com os planos de projeto;
- Melhoria das vias de acesso ao mercado.
- Instalação de passeios e passagens de pedestres para garantir a segurança dos peões.

b) Trabalhos relacionados com a construção dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos;

- remoção e limpeza da área de servidão (despoluição e desflorestamento);
- **terraplenagem:** É a operação que consiste em utilizar uma máquina de engenharia civil para desobstruir e aterrar um espaço, a fim de lhe dar a forma desejada ou de obter uma

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

base limpa e um solo homogéneo. Quando os materiais são trazidos e espalhados sem rega, podem gerar grandes quantidades de poeiras, que podem provocar infecções respiratórias nos habitantes locais. A deposição de poeira nas folhas reduz a atividade fotossintética da planta. As vibrações do equipamento de compactação podem também causar incómodos sonoros aos habitantes locais ou afastar a fauna terrestre do seu habitat original;

c) Trabalhos relacionados com a construção da estação de pesagem;

- remoção e limpeza da área de servidão (despoluição e desflorestamento);
- **terraplenagem:** É a operação que consiste em utilizar uma máquina de engenharia civil para desobstruir e aterrar um espaço, a fim de lhe dar a forma desejada ou de obter uma base limpa e um solo homogéneo. Quando os materiais são trazidos e espalhados sem rega, podem gerar grandes quantidades de poeiras, que podem provocar infecções respiratórias nos habitantes locais. A deposição de poeira nas folhas reduz a atividade fotossintética da planta. As vibrações do equipamento de compactação podem também causar incómodos sonoros aos habitantes locais ou afastar a fauna terrestre do seu habitat original;

d) Obras relacionadas com a construção da portagem de São Vicente e Bula;

- remoção e limpeza da área de servidão (despoluição e desflorestamento);
- **terraplenagem:** É a operação que consiste em utilizar uma máquina de engenharia civil para desobstruir e aterrar um espaço, a fim de lhe dar a forma desejada ou de obter uma base limpa e um solo homogéneo. Quando os materiais são trazidos e espalhados sem rega, podem gerar grandes quantidades de poeiras, que podem provocar infecções respiratórias nos habitantes locais. A deposição de poeira nas folhas reduz a atividade fotossintética da planta. As vibrações do equipamento de compactação podem também causar incómodos sonoros aos habitantes locais ou afastar a fauna terrestre do seu habitat original;

e) Trabalhos relacionados com a construção das pistas de Bula e Begene;

- desmatação/limpeza das margens ao nível das zonas de ligação das estruturas;
- construção de condutas de descarga;

i) Construção da estrada

O projecto inclui 58,60 km de via a reabilitar. Em geral, a reabilitação das pistas consistirá nas seguintes etapas:

- remoção e limpeza da área de servidão (desmatação e desflorestação);
- a demolição de obras existentes e de construções expropriados situados na área de servidão projeto
- **terraplenagem:** É a operação que consiste em utilizar uma máquina de engenharia civil para desobstruir e aterrar um espaço, a fim de lhe dar a forma desejada ou de obter uma base limpa e um solo homogéneo. Quando os materiais são trazidos e espalhados sem rega, podem gerar grandes quantidades de poeiras, que podem provocar infecções respiratórias nos habitantes locais. A deposição de poeira nas folhas reduz a atividade fotossintética da

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

planta. As vibrações do equipamento de compactação podem também causar incómodos sonoros aos habitantes locais ou afastar a fauna terrestre do seu habitat original;

- **construção do corpo da faixa de rodagem:** trata-se de espalhar e compactar os materiais de acordo com as especificações técnicas (aterro, cascalho laterítico, etc.).

ii) Equipamento de sinalização e segurança

- A sinalização rodoviária desempenhará um papel muito importante neste projeto. Incluirá sinalização vertical e horizontal. Os equipamentos de segurança a instalar serão os guarda-corpos e as barreiras de proteção.
- A sinalização deverá permitir que cada componente cumpra o seu papel de forma mais eficaz, especialmente nos cruzamentos/aglomerações. Deverá melhorar a fluidez do tráfego e a segurança dos residentes e dos utentes. O equipamento a instalar deve ser respeitado e preservado pelos condutores, pelos agentes da autoridade e pelo público em geral. No que diz respeito, nomeadamente, aos sinais de localização, verifica-se cada vez mais que a sua colocação gera conflitos sobre os limites territoriais das aldeias. Os frascos de tinta e de respectivos aditivos utilizados nas oficinas de serigrafia são uma fonte potencial de poluição se não forem recolhidos e geridos corretamente. Existe um risco de intoxicação alimentar quando os seus recipientes são entregues a pessoas pouco instruídas que os utilizam para armazenar alimentos ou bebidas.

iii) Exploração de zonas de empréstimos e pedreiras

Os empréstimos e as pedreiras de rochas adequadas às obras podem ser utilizados para obter materiais de construção para aterros, camadas de fundação, camadas de base ou para o fabrico de betão ou de asfalto.

- Em função da localização e do estado inicial dos sítios identificados, a sua exploração poderá exigir
- a sua libertação pelos legítimos proprietários (expropriação ou destruição das culturas e dos bens existentes)
- a limpeza da vegetação rasteira, a extração do solo vegetal numa área descoberta mais ou menos grande;
- abertura da via de acesso;
- no caso das pedreiras, a utilização de explosivos, instalações de britagem, etc.

iv) Exploração de instalações de betão, britagem e asfalto

Entre as instalações de estaleiro, as centrais de betão, de asfalto e de britagem são classificadas como perigosas para a proteção do ambiente (ICPE) e merecem uma atenção especial. A sua instalação e funcionamento devem estar sujeitos à elaboração prévia de um processo de aprovação que inclua um plano de proteção ambiental do estaleiro e um estudo de perigosidade. As águas residuais dos estaleiros de construção, e mais ainda as das centrais de betão, contêm grandes quantidades de matérias em suspensão e são, por natureza, muito alcalinas (pH ≈ 12). Descarregadas de forma incorrecta, podem causar poluição da água, provocando, entre outras coisas, a morte de peixes. Por conseguinte, se estas substâncias forem descarregadas, é importante que sejam evacuadas e tratadas através de um método adequado (decantação, filtração, neutralização) para as colocar em conformidade com as caraterísticas das normas aceitáveis de proteção da água.

FAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

A central de britagem, que são utilizadas para reduzir os blocos rochosos em agregados (brita), emitem uma grande quantidade de vibrações e ruídos que podem afugentar a vida selvagem e produzem enormes quantidades de poeiras cuja deposição nas plantas pode abrandar significativamente a fotossíntese, ou cuja inalação pelas pessoas expostas pode causar graves problemas de saúde, nomeadamente doenças respiratórias.

As centrais de mistura de asfalto utilizam betume quente, que pode emitir compostos orgânicos voláteis (COV) e HAP nocivos para a saúde e o ambiente. As suas instalações devem igualmente respeitar as normas que limitam o risco de poluição dos solos devido a derrames acidentais de betume e de subprodutos, bem como do combustível que fornece o calor.

6.2.1.3. Actividades da fase operacional

Na **fase operacional,** as atividades geradoras de impacto são:

a) Obras relativas à exploração dos mercados de Bula, Ingoré, Sedengal e São Domingos;

- Gestão de resíduos;
- Consumo de recursos;

b) Trabalhos relacionados com a exploração dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos;

- Circulação de veículos;
- Gestão de resíduos;
- Facilitação dos transportes e da logística;
- Poluição sonora;
- Efeito na paisagem urbana;
- Criação de mão-de-obra local;
- Facilitação da mobilidade.

c) Trabalhos relacionados com o funcionamento da estação de pesagem em São Domingos;

- Circulação de veículos;
- Gestão de resíduos;

d) Trabalhos relacionados com a exploração da portagem de Bula;

- Circulação de veículos;
- Gestão de resíduos;

e) Trabalhos relacionados com a exploração das pistas de Bula e Begene;

- Circulação de veículos;
- Manutenção das pistas e obras de arte;
- Pressão de exploração dos recursos naturais (caça furtiva, exploração da madeira, fabrico de carvão, etc.);
- Remover ou reabilitar locais de empréstimo.

6.2.2. Recetores de impacto

A lista dos componentes ambientais susceptíveis de serem afectados é a seguinte:

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.2.2.1. Para o ambiente biofísico:

- ar;
- águas superficiais e subterrâneas;
- solos;
- vegetação e zonas sensíveis;
- faunna e habitat;
- paisagem.

6.2.2.2. Para o ambiente humano:

- saúde e segurança públicas;
- acesso ao emprego;
- Circulação e mobilidade;
- atividades socioeconómicas, artesanais e culturais;
- Sítios culturais e arqueológicos;
- Espaço agrossilvopastoril;
- habitações e outros bens;
- grupos vulneráveis, incluindo menores, raparigas vulneráveis a abusos sexuais, ocupantes de terras, mulheres idosas, deficientes, etc.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.3. Matrizes de impacto

6.3.1. Matriz dos impactos da realização das infra-estruturas comerciais de Bula, Begene e São Domingos

Quadro: 35 Matriz de interações de potenciais fontes de impactos e recetores de impactos da construção das infraestruturas de mercado de Bula, Begene e São Domingos.

Denominações	**Ambiente biofísico**						**Ambiente humano e socioeconómico**							
Recetores de impacto **Fontes de impacto**	Qualidade do ar, ambiente sonoro	Superficie e águas subterrâneas	Solo	Vegetação, zona sensível	Vida selvagem e habitat	Paisagem	Saúde e segurança públicas	Acesso ao emprego	**Tráfego e** Mobilidade	**Actividades** Socioeconómico, artesanal e cultural	**Sítios Culturais e** Categoria:	**Superficie agro-silvo-pastoril**	**Habitações e outros bens**	**Grupos vulneráveis**
	FASE PREPARATÓRIA													
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado escolhida para a abertura das valas_	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Equipamento de sinalização e de segurança	O	O	O	O	P	O	P	O	P	P	O	P	P	P
Recrutamento de mão-de-obra	O	O	O	O	O	O	P	P	P	P	O	O	O	O
Armazenamento de materiais de estaleiro de construção	N	N	N	O	O	N	N	O	O	O	O	O	O	O
Instalação de estaleiros e bases de vida	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	O	O	N	N
	FASE DE TRABALHO													
Presença de mão-de-obra	N	N	O	N	N	O	N	P	O	P	O	O	O	N
Transporte e circulação de mão-de-obra, máquinas e materiais	N	N	N	N	N	O	N	P	N	P	O	O	O	O
Trabalhos de terraplenagem	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Constrção de faixa de cir e revestimento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Obras de saneamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Exploração de áreas de contração de empréstimos materiais	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	N	N	O
Abastecimento de água	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	N	N	O
Construção de obras de arte	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
	FASE DE FUNCIONAMENTO													

Legenda: N = impacto negativo P= impacto positivo O = impacto nulo ou negligenciável

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.3.2. Matriz de impactos da realização dos Estacionamentos de Bula e São Domingos

Quadro: 36 Matriz de interações entre potenciais fontes de impacto e recetores de impacto para a construção dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos

Denominações	**Ambiente biofísico**						**Ambiente humano e socioeconómico**							
Recetores de impacto **Fontes de impacto**	Qualidade do ar, ambiente sonoro	Superficie e águas subterrâneas	Solo	Vegetação, zona sensível	Vida selvagem e habitat	Paisagem	Saúde e segurança públicas	Acesso ao emprego	**Tráfego e** Mobilidade	**Actividades** Socioeconómico, artesanal e cultural	**Sítios Culturais e**	**Superficie agro-silvo-**	**Habitações e outros**	**Grupos vulneráveis**
	FASE PREPARATÓRIA													
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado escolhida para a abertura das valas_	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
desmatação e limpeza da área de servidão em savana ou floresta	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Abate e remoção de árvores com a circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Equipamento de sinalização e segurança	O	O	O	O	P	O	P	O	P	P	O	P	P	P
Área de servidão do projeto retido para a abertura das trincheiras	O	O	O	O	O	O	O	P	O	P	O	O	O	O
Recrutamento de mão-de-obra	O	O	O	O	O	O	P	P	P	P	O	O	O	O
Armazenamento de materiais de estaleiro	N	N	N	O	O	N	N	O	O	O	O	O	O	O
Instalação de estaleiros e e bases de vida	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	O	O	N	N
	FASE DE TRABALHO													
Presença de mão-de-obra	N	N	O	N	N	O	N	P	O	P	O	O	O	N
Transporte e circulação de mão-de-obra, máquinas e materiais	N	N	N	N	N	O	N	P	N	P	O	O	O	O
Faixa de rodagem e revestimento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Obras de saneamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Trabalhos de terraplenagem	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Colocação da camada rolamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	O	N	N	N	O
Exploração de zonas de empréstimos de materiais	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	N	N	O
Construção de obras de arte	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
	FASE DE FUNCIONAMENTO													
Circulação de veículos	N	O	O	O	O	O	**N**	**P**	**P**	**P**	**O**	**O**	**O**	**O**
Manutenção de obras de arte	N	O	O	N	N	N	**O**	**P**	**P**	**P**	**N**	**N**	**O**	**N**

Legenda: N = impacto negativo P= impacto positivo O = impacto nulo ou negligenciável

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.3.3. Matriz de impactos da realização da estação de pesagem de São Domingos

Quadro: 37 Matriz de interações de potenciais fontes de impactos e recetores de impacto da construção da estação de pesagem de São Domingos

Denominações	**Ambiente biofísico**						**Ambiente humano e socioeconómico**							
Recetores de impacto **Fontes de impacto**	Qualidade do ar, ambiente sonoro	Superficie e águas subterrâneas	Solo	Vegetação, zona sensível	Vida selvagem e habitat	Paisagem	Saúde e segurança públicas	Acesso ao emprego	**Tráfego e** Mobilidade	**Actividades** Socioeconómico, artesanal e cultural	**Sítios Culturais e** Categoria	**Superficie agro-silvo-**	**Habitações e outros bens**	**Grupos vulneráveis**
	FASE PREPARATÓRIA													
Limpeza e desobstrução das áreas de servidão do traçado retida para a abertura das valas	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Desmatação e limpeza da área de servidão em savana ou floresta	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Abate e remoção de árvores com a circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Equipamento de sinalização e segurança	O	O	O	O	P	O	P	O	P	P	O	P	P	P
Área de servidão retida para a abertura das trincheiras	O	O	O	O	O	O	O	P	O	P	O	O	O	O
Recrutamento de mão-de-obra	O	O	O	O	O	O	P	P	P	P	O	O	O	O
Armazenamento de materiais de estaleiro	N	N	N	O	O	N	N	O	O	O	O	O	O	O
Instalação de estaleiros e de bases de vida	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	O	O	N	N
	FASE DE TRABALHO													
Presença de mão-de-obra	N	N	O	N	N	O	N	P	O	P	O	O	O	N
Transporte e circulação de mão-de-obra, máquinas e materiais	N	N	N	N	N	O	N	P	N	P	O	O	O	O
Faixa de rodagem e revestimento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Obras de saneamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Trabalhos de terraplenagem	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Colocação da camada de faixa de rodagem	N	N	N	N	N	N	N	P	N	O	N	N	N	O
Exploração de áreas de empréstimos de materiais	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	N	N	O
Construção de obras de arte	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
	FASE DE FUNCIONAMENTO													
Tráfego de veículos	N	O	O	O	O	O	N	P	P	P	O	O	O	O
Manutenção de obras de arte	N	O	O	N	N	N	O	P	P	P	N	N	O	N

Legenda: N = impacto negativo P= impacto positivo O = impacto nulo ou negligenciável

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.3.4. Matriz de impacto da construção da portagem de Bula

Quadro: 38 Matriz de interações de potenciais fontes de impacto e recetores de impacto da construção da portagem de Bula

Denominações	**Ambiente biofísico**						**Ambiente humano e socioeconómico**							
Recetores de impacto **Fontes de impacto**	Qualidade do ar, ambiente sonoro	Superficie e águas subterrâneas	Solo	Vegetação, zona sensível	Vida selvagem e habitat	Paisagem	Saúde e segurança públicas	Acesso ao emprego	**Tráfego e** Mobilidade	**Actividades** Socioeconómico, artesanal e cultural	**Sítios Culturais e** Categoria:	**Superficie agro-silvo-pastoril**	**Habitações e outros bens**	**Grupos vulneráveis**
	FASE PREPARATÓRIA													
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Desmatação e limpeza da área de servidão em savana ou floresta	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Abate e remoção de árvores com a circunferência superior a 1 m medida a 1,5 m do solo	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Equipamento de sinalização e segurança	O	O	O	O	P	O	P	O	P	P	O	P	P	P
Área de servidão retida para a abertura de trincheiras	O	O	O	O	O	O	O	P	O	P	O	O	O	O
Recrutamento de mão-de-obra	O	O	O	O	O	O	P	P	P	P	O	O	O	O
Armazenamento de materiais de estaleiro	N	N	N	O	O	N	N	O	O	O	O	O	O	O
Instalação de estaleiros e de bases de vida	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	O	O	N	N
	FASE DE TRABALHO													
Presença de mão-de-obra	N	N	O	N	N	O	N	P	O	P	O	O	O	N
Transporte e circulação de mão-de-obra, máquinas e materiais	N	N	N	N	N	O	N	P	N	P	O	O	O	O
Faixa de rodagem e revestimento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Obras de saneamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Trabalhos de terraplenagem	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Colocação da camada rolamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	O	N	N	N	O
Exploração de áreas de empréstimos de materiais	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	N	N	O
Construção de obras de arte	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
	FASE DE FUNCIONAMENTO													
Tráfego de veículos	N	O	O	O	O	O	**N**	**P**	**P**	**P**	**O**	**O**	**O**	**O**
Manutenção de obras de arte	N	O	O	N	N	N	**O**	**P**	**P**	**P**	**N**	**N**	**O**	**N**

EIA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Legenda: N = impacto negativo P= impacto positivo O = impacto nulo ou negligenciável

6.3.5. Matriz de impactos da realização dos percursos de Bula e Begene

Quadro: 39 Matriz de interações de potenciais fontes de impacto e recetores de impacto para a construção das pistas de Bula e Begene

Denominações	**Ambiente biofísico**						**Ambiente humano e socioeconómico**							
Recetores de impacto **Fontes de impacto**	Qualidade do ar, ambiente sonoro	Superficie e águas subterrâneas	Solo	Vegetação, zona sensível	Vida selvagem e habitat	Paisagem	Saúde e segurança públicas	Acesso ao emprego	**Tráfego e** Mobilidade	**Actividades** Socioeconómico, artesanal e cultural	**Sítios Culturais e** Categoria	**Superficie agro-silvo-pastoril**	**Habitações e outros bens**	**Grupos vulneráveis**
	FASE PREPARATÓRIA													
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	O	N	N
Equipamento de sinalização e segurança	O	O	O	O	P	O	P	O	P	P	O	P	P	P
Área de servidão do traçado retido para a abertura das trincheiras	O	O	O	O	O	O	O	P	O	P	O	O	O	O
Recrutamento de mão-de-obra	O	O	O	O	O	O	P	P	P	P	O	O	O	O
Armazenamento de materiais de estaleiro	N	N	N	O	O	N	N	O	O	O	O	O	O	O
Instalação de estaleiros e de bases de vida	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	O	O	N	N
	FASE DE TRABALHO													
Presença de mão-de-obra	N	N	O	N	N	O	N	P	O	P	O	O	O	N
Transporte e circulação de mão-de-obra, máquinas e materiais	N	N	N	N	N	O	N	P	N	P	O	O	O	O
Trabalhos de terraplenagem	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Colocação da camada rolamento	N	N	N	N	N	N	N	P	N	O	N	N	N	O
Exploração de áreas de empréstimos de materiais	N	N	N	N	N	N	N	P	N	P	N	N	N	O
Construção de obras de arte	N	N	N	N	N	N	N	P	N	N	N	N	N	O
Funcionamento e exploração de instalações de betão, britagem	N	N	N	N	O	N	**N**	**P**	**N**	**P**	**O**	**O**	**O**	**N**
Possível deslocação temporária de populações	O	O	O	N	N	N	**N**	**P**	**O**	**O**	**N**	**N**	**O**	**N**
	FASE DE FUNCIONAMENTO													
Circulação de veículos	N	O	O	O	O	O	**N**	**P**	**P**	**P**	**O**	**O**	**O**	**O**
Manutenção da estrada e obras de arte	N	O	O	N	N	N	**O**	**P**	**P**	**P**	**N**	**N**	**O**	**N**

Legenda: N = impacto negativo P= impacto positivo O = impacto nulo ou negligenciável

EIA COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

6.3.6. Matriz de impactos da construção de infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração)

Quadro: 40 Matriz de interações de potenciais fontes de impacto e recetores de impacto para a construção das pistas de Bula e Begene

Denominações	**Ambiente biofísico**						**Ambiente humano e socioeconómico**							
Recetores de impacto **Fontes de impacto**	**Qualidade do ar, ambiente sonoro**	**Superfície e águas**	**Solo**	**Vegetação, zona sensível**	**Vida selvagem e habitat**	**Paisagem**	**Saúde e segurança públicas**	**Acesso ao emprego**	**Tráfego e Mobilidade**	**Actividades Socioeconómico, artesanal e cultural**	**Sítios Culturais e Categoria:**	**Superfície agro-silvo-pastoril**	**Habitações e outros bens**	**Grupos vulneráveis**
	FASE PREPARATÓRIA													
Demolição, desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	**N**	**N**	**N**	**N**	**N**	**N**	**N**	**P**	**N**	**P**	**N**	**O**	**N**	**N**
	FASE DE TRABALHO													
Escavação do solo em zonas de trabalho	**N**	**N**	**N**	**N**	**O**	**O**	**O**	**P**	**O**	**N**	**N**	**O**	**O**	**N**
Trabalhos de foragem de furos para abastecimento de água potável	**O**	**O**	**O**	**O**	**O**	**O**	**P**	**P**	**P**	**P**	**O**	**O**	**O**	**O**
Construção de base de vida	**N**	**N**	**O**	**O**	**O**	**O**	**O**	**P**	**O**	**O**	**N**	**O**	**N**	**O**
desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	**N**	**N**	**O**	**N**	**N**	**N**	**O**	**P**	**O**	**P**	**N**	**O**	**N**	**O**
Terraplenagem e construção de obras de arte	**N**	**N**	**N**	**N**	**N**	**N**	**N**	**P**	**N**	**P**	**O**	**O**	**N**	**N**
	FASE DE FUNCIONAMENTO													
Funcionamento de pontos de abastecimento de água potável	O	O	P	O	P	P	**O**	**P**	**O**	**P**	**O**	**O**	**O**	**O**

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Legenda: N = impacto negativo P= impacto positivo O = impacto nulo ou negligenciável

6.4. Avaliação dos impactos ambientais e sociais da variante «com o projeto»

Este capítulo irá identificar, analisar e avaliar os potenciais impactos das actividades do projecto em ambientes (biofísicos e humanos). Este processo conduz à proposta das medidas necessárias para evitar, minimizar, atenuar ou compensar esses impactos, caso se revelem negativos, ou para os maximizar e reforçar, caso se revelem positivos.

Recorde-se que, nesta secção, é aplicado o quadro «Determinação da importância do impacto em termos de intensidade, extensão e duração», em que os valores de intensidade, extensão e duração do impacto são combinados para determinar a importância do impacto em questão.

6.4.1. Impactos positivos da variante "com o projeto"

6.4.1.1. Impactos ambientais positivos

a) Impactos ambientais positivos da realização das infraestruturas comerciais de Bula, Begene e São Domingos "com o projeto"

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 41 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (realizações de mercado de Bula, Begene e São Domingos)

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE PREPARAÇÃO E CONSTRUÇÃO												
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	Vegetação Solo Fauna	• Como parte do projeto, a missão estimou **862** pés de árvores a serem cortadas. Isto exige a reflorestação compensatória de **4310** árvores. Este reflorestamento contribuirá para a luta contra a erosão, reduzindo a velocidade do fluxo de água e minimizando a sedimentação. Isto conduz a uma melhoria na qualidade do solo e facilita a infiltração de água. A reflorestação pode proteger as margens de certos rios do risco de erosão e assoreamento. • Criar também um habitat favorável ao repovoamento das aves • Atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono através da reflorestação.												
		FASE DE EXPLORAÇÃO												
Exploração da infraestrutura	Vegetação, solo, água, vida selvagem	• Luta contra a poluição: a implementação controlada das actividades de exploração contribuirá para conservar e proteger a vegetação, o solo e a fauna selvagem, bem como para preservar a integridade de um rio que atravessa a estrada.												
Circulação de veículos	Ar	• Redução da poluição atmosférica												

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
	Climat	• Redução dos gases com efeito de estufa												
Construção de barreiras físicas de redução de velocidade	Fauna	• Redução dos acidentes com animais selvagens: A instalação de barreiras de limitação de velocidade nas zonas de tarrafes e relíquias da vegetação pode reduzir muito os acidentes com a fauna (macacos e veados) que muitas vezes atravessam a estrada												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau
Legenda – Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

b) Impactos ambientais positivos da construção dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos "com o projeto"

Quadro: 42 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (desenvolvimento dos parquesde estacionamento de Bula e São Domingos)

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE PREPARAÇÃO E CONSTRUÇÃO												

EIAS ... SANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	Vegetação Solo Fauna	• Como parte do projeto, a missão estimou **9.673** pés de árvores a serem cortadas. Isto exige a reflorestação compensatória de **48365** árvores. Este reflorestamento contribuirá para a luta contra a erosão, reduzindo a velocidade da corrente de água e minimizando a sedimentação. Isto conduz a uma melhoria na qualidade do solo e facilita a infiltração de água. A reflorestação pode proteger as margens de certos rios do risco de erosão e assoreamento. • Criar também um habitat favorável ao repovoamento das aves • Atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono através da reflorestação.												
		FASE DE EXPLORAÇÃO												
Exploração da infraestrutura	Vegetação, solo, água, vida selvagem	• Luta contra a poluição: a implementação controlada das actividades de exploração contribuirá para conservar e proteger a vegetação, o solo e a fauna selvagem, bem como para preservar a integridade de um rio que atravessa a estrada.												
Circulação de veículos	Ar	• Redução da poluição atmosférica												
	Climat	• Redução dos gases com efeito de estufa												

EIAS COMPOSANTE AUTOROUTIÈRE VERSION PROVISOIRE

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Construção de barreiras físicas de redução de velocidade	Fauna	• Redução de acidentes com animais selvagens: A instalação de barreiras físicas de redução de velocidade em zonas de tarrafes e relíquias da vegetação pode reduzir muito os acidentes com a fauna (macacos e veados) que muitas vezes atravessam a estrada												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau
Legenda – Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

c) Impactos ambientais positivos da realização da estação de pesagem de São Domingos "com o projeto"

Quadro: 43 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (construçãoda estação de pesagem de Bula e São Domingos).

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE PREPARAÇÃO E CONSTRUÇÃO												
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	Vegetação Solo Fauna	• Como parte do projeto, a missão estimou **794** pés de árvores a serem cortadas. Isto exige a reflorestação compensatória de **3970** árvores. Este reflorestamento contribuirá para a luta contra a erosão, reduzindo a velocidade da corrente de água e minimizando a sedimentação. Isto conduz a uma melhoria na qualidade do solo e facilita a infiltração de água. A reflorestação pode proteger as margens de certos rios do risco de erosão e assoreamento.												

FINS COMPOSANT ... VERSÃO PORTUGUES

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		• Criar também um habitat favorável ao repovoamento das aves • Atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono através da reflorestação.												
		FASE DE EXPLORAÇÃO												
Exploração da infraestrutura	Vegetação, solo, água, vida selvagem	• Luta contra a poluição: a implementação controlada das actividades de exploração contribuirá para conservar e proteger a vegetação, o solo e a fauna selvagem, bem como para preservar a integridade de um rio que atravessa a estrada.												
Circulação de veículos	Ar	• Redução da poluição atmosférica												
	Climat	• Redução dos gases com efeito de estufa												
Construção de barreiras físicas de redução de velocidade	Fauna	• Redução dos acidentes com animais selvagens: A instalação de barreiras físicas de redução de velocidade em zonas de tarrafes e relíquias da vegetação pode reduzir muito os acidentes com a fauna (macacos e veados) que muitas vezes atravessam a estrada												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau
Legenda – Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

d) Impactos ambientais positivos da construção de postos de portagem de Bula "com o projeto"

Quadro: 44 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (implementação das estações de portagem de Bula)

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE PREPARAÇÃO E CONSTRUÇÃO												
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	Vegetação Solo Fauna	• Como parte do projeto, a missão estimou **571** pés de árvores a serem cortadas. Isto exige a reflorestação compensatória de **2855** árvores. Este reflorestamento contribuirá para a luta contra a erosão, reduzindo a velocidade da corrente de água e minimizando a sedimentação. Isto conduz a uma melhoria na qualidade do solo e facilita a infiltração de água. A reflorestação pode proteger as margens de certos rios do risco de erosão e assoreamento. • Criar também um habitat favorável ao repovoamento das aves • Atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono através da reflorestação.												
		FASE DE OPERAÇÃO												
Exploração da infraestrutura	Vegetação, solo, água, vida selvagem	• Luta contra a poluição: a implementação controlada das actividades de exploração contribuirá para conservar e proteger a vegetação, o solo e a fauna selvagem, bem como para preservar a integridade de um rio que atravessa a estrada.												

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Circulação de veículos	Ar	• Redução da poluição atmosférica												
	Climat	• Redução dos gases com efeito de estufa												
Construção de barreiras físicas de redução de velocidade	Fauna	• Redução dos acidentes com animais selvagens: A instalação de barreiras físicas de redução de velocidade em zonas de tarrafes e relíquias da vegetação pode reduzir muito os acidentes com a fauna (macacos e veados) que muitas vezes atravessam a estrada												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau
Legenda – Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

e) Impactos ambientais positivos da realização das faixas de Bula e Begene "com o projeto"

Quadro: 45 Matriz de análise dos impactos ambientais positivos da variante «com o projeto» (conclusão das pistas de Bula e Begene)

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE PREPARAÇÃO E CONSTRUÇÃO												

EIAS – DOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Limpeza e desobstrução da área de servidão do traçado retido para a abertura das valas	Vegetação Solo Fauna	• Como parte do projeto, a missão estimou **3.966** pés de árvores a serem cortadas. Isto exige a reflorestação compensatória de **19830** árvores. Este reflorestamento contribuirá para a luta contra a erosão, reduzindo a velocidade da corrente de água e minimizando a sedimentação. Isto conduz a uma melhoria na qualidade do solo e promove a infiltração de água. A reflorestação pode proteger as margens de certos rios do risco de erosão e assoreamento. • Criar também um habitat favorável ao repovoamento das aves • Atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono através da reflorestação.												
		FASE DE EXPLORAÇÃO												
Exploração da infraestrutura	Vegetação, solo, água, vida selvagem	• Luta contra a poluição: a implementação controlada das actividades de exploração contribuirá para conservar e proteger a vegetação, o solo e a fauna selvagem, bem como para preservar a integridade de um rio que atravessa a estrada.												
Circulação de veículos	Ar	• Redução da poluição atmosférica												
	Climat	• Redução dos gases com efeito de estufa												

EIAS COMPOSANTE AGRICOLA VERSÃO PORTUGUES

Atividades/Fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Instalação de retardadores	Fauna	• Redução dos acidentes com animais selvagens: A instalação de retardadores em manguezais e relíquias da vegetação pode reduzir muito os acidentes com a vida selvagem (macacos e veados) que muitas vezes atravessam a estrada												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau
Legenda – Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

6.4.1.2. Impactos sociais positivos da variante «com o projeto»

- Impactos sociais positivos da realização do mercado de Bula, Begene e São Domingos "com o projeto

Quadro: 46 Matriz de análise dos impactos sociais positivos da variante de mercado «com o projeto»

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE CONSTRUÇÃO												
Demolição, desmatação e desobstrução das áreas de servidão	Human	• Disponibilidade de lenha e madeira para os agregados familiares ribeirinhos;												
Instalação do estaleiro e da base vida		• Desenvolvimento da economia informal (refeições diárias para os trabalhadores, compra de materiais de construção tais como cimento, areia e gravilha);												

EIAS COMPLEMENTAIRE ADDITIONNEL VERSION PROVISOIRE

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Aquisição de pequenos equipamentos	Human	• Oportunidades de negócio: fluxo de mercadorias (materiais de construção tais como cimento, areia e pedra) por operadores económicos privados locais;			■		■		■				■	
Emprego de mão de obra local para o desenvolvimento e a construção do projeto		• Oportunidades emprego para trabalhadores não qualificados e qualificados realizarem o trabalho, qualificados); • Reforço das capacidades de pessoas na gestão ambiental e social das infraestruturas rodoviárias; • Oportunidades de emprego para as mulheres		■	■		■		■		■		■	■
Compensação pelos bens afetados (perda de culturas, árvores ou terrenos)		• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social			■		■				■			■
Recrutamento de empresas para a realização de trabalhos e estudos	Base tributária	• Incremento da receita fiscal: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de impostos de importação e ao aumento da receita fiscal do Estado..			■		■		■				■	
Restaurantes e pequenos comércios geralmente pertencentes a mulheres	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas lojas, que são geralmente propriedade das mulheres, serão cada vez mais solicitados pelos trabalhadores. Isto aumentará o rendimento das mulheres..		■			■			■			■	

EIAS COMPLEMENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE FUNCIONAMENTO												
Entrada em funcionamento do projeto	Saúde humana	• Melhoria da segurança rodoviária (acidentes) e redução das avarias dos veículos.												
	Socioeconomia	• Melhor desenvolvimento dos intercâmbios comerciais e culturais entre as localidades atravessadas e o Senegal												
	Condições de vida, qualidade de vida e bem-estar das populações	• Poupar tempo, reduzir os custos de transporte e manutenção de veículos												
Entrada em funcionamento do projeto		• Melhor acesso das localidades atravessadas às estruturas socioeconómicas (escolas, centros de saúde, mercados).												
	Ambiente de vida	• Redução da poluição (poeira) das casas ao longo da estrada												
	Human	• Melhoria do rendimento dos comerciantes (aproximadamente 100) • Melhoria do acesso às aldeias, aldeias e outras regiões e países vizinhos												
		• Maior desenvolvimento da economia informal local												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

Legenda: –Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

ELAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORT

- Impactos sociais positivos da realização dos parques de estacionamento de Bula e São Domingos "com o projeto"

Quadro: 47 Impacto social positivo da variante de estacionamento «com o projeto»

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE CONSTRUÇÃO												
Demolição, desmatação e desobstrução das áreas de servidão	Human	• Disponibilidade de lenha e madeira para os agregados familiares ribeirinhos												
Instalação no local e na vida de base		• Desenvolvimento da economia informal (recuperação diária dos trabalhadores, aquisição de materiais de construção como cimento, areia e pedra)												
Aquisição de pequenos equipamentos	Human	• Oportunidades de negócio: fluxo de bens (materiais de construção como cimento, areia e pedra) de operadores económicos privados locais.												
Emprego de mão de obra local para o desenvolvimento e a construção do projeto		• Oportunidades para trabalhadores não qualificados e qualificados realizarem o trabalho; • Reforço das capacidades de várias pessoas na gestão ambiental e social das infraestruturas rodoviárias • Oportunidades de emprego para as mulheres												
Compensação pelos bens afetados (perda de		• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social												

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
culturas, árvores ou terrenos)														
Recrutamento de empresas para a realização de trabalhos e estudos	Base tributária	• Incremento da receita fiscal: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de impostos de importação e ao aumento da receita fiscal do Estado.												
Restaurantes e pequenas empresas normalmente pertencentes a mulheres	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas empresas geralmente propriedade de mulheres serão cada vez mais solicitados pelos trabalhadores. Isso aumentará os rendimentos das mulheres.												
		FASE DE FUNCIONAMENTO												
Comissionamento do projeto	Saúde humana	• Melhoria da segurança rodoviária (acidentes) e redução das avarias dos veículos.												
	Base tributária	• Aumento das receitas fiscais												
	Human	• Melhoria dos rendimentos dos comerciantes;												
		• Maior desenvolvimento da economia informal local;												

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

Legenda: –Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Impactos sociais positivos da realização da estação de pesagem de Bula e São Domingos "com o projeto"

Quadro: 48 Impacto social positivo da variante da estação de pesagem "com o projeto"

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE CONSTRUÇÃO												
Demolição, desmatação e desobstrução das áreas de servidão	Human	• Disponibilidade de lenha e lenha de serviço para agregados familiares ribeirinhos		■			■		■			■		
Instalação no local e na vida de base		• Desenvolvimento da economia informal (recuperação diária dos trabalhadores, aquisição de materiais de construção como cimento, areia e pedra)		■			■		■			■		
Aquisição de pequenos equipamentos	Human	• Oportunidades de negócio: eliminação de bens (materiais de construção como cimento, areia e pedra) de operadores económicos privados locais.			■		■		■				■	
Emprego de mão de obra local para o desenvolvimento e a construção do projeto		• Oportunidades para trabalhadores não qualificados e qualificados realizarem o trabalho; • Reforço das capacidades de várias pessoas na gestão ambiental e social das infraestruturas rodoviárias • ***Oportunidades de emprego para as mulheres***		■	■		■		■		■		■	■

EIAS COMPLEMENTAR AUTONOMA VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Compensação pelos bens afetados (perda de culturas, árvores ou terrenos)		• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social												
Recrutamento de empresas para a realização de trabalhos e estudos	Base tributária	• Incremento da receita fiscal: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de impostos de importação e ao aumento da receita fiscal do Estado												
Restaurantes e pequenas empresas normalmente pertencentes a mulheres	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas empresas geralmente propriedade de mulheres serão cada vez mais solicitados pelos trabalhadores. Isso aumentará os rendimentos das mulheres.												
		FASE DE FUNCIONAMENTO												
Comissionamento do projeto	Saúde humana	• Melhoria da segurança rodoviária (acidentes) e redução das avarias dos veículos.												
	Base tributária	• Aumento das receitas fiscais												
	Human	• Melhoria dos rendimentos dos comerciantes;												
		• Maior desenvolvimento da economia informal local;												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

Legenda: Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

EIA COMPOSANTE NACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Impactos sociais positivos da realização de postos de portagem de Bula "com o projeto"

Quadro: 49 Impacto social positivo da variante da portagem "com o projeto"

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE CONSTRUÇÃO												
Demolição, desmatação e desobstrução das áreas de servidão	Human	• Disponibilidade de lenha e lenha de serviço para agregados familiares ribeirinhos												
Instalação no local e na vida de base		• Desenvolvimento da economia informal												
Aquisição de pequenos equipamentos	Human	• Oportunidades de negócio: fluxo de bens (materiais de construção como cimento, areia e pedra) de operadores económicos privados locais.												
Emprego de mão de obra local para o desenvolvimento e a construção do projeto		• Oportunidades para trabalhadores não qualificados e qualificados realizarem o trabalho; • Reforço das capacidades de várias pessoas na gestão ambiental e social das infraestruturas rodoviárias • Oportunidades de emprego para as mulheres												
Compensação pelos bens afetados (perda de culturas, árvores ou terrenos)		• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social												

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Recrutamento de empresas para a realização de trabalhos e estudos	Base tributária	• Incremento da receita fiscal: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de impostos de importação e ao aumento da receita fiscal do Estado												
Restaurantes e pequenas empresas normalmente pertencentes a mulheres	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas empresas geralmente propriedade de mulheres serão cada vez mais solicitados pelos trabalhadores. Isso aumentará os rendimentos das mulheres.												
		FASE DE FUNCIONAMENTO												
Comissionamento do projeto	Saúde humana	• Melhoria da segurança rodoviária (acidentes) e redução das avarias dos veículos.												
	Base tributária	• Aumento das receitas fiscais												
	Human	• Melhoria dos rendimentos dos comerciantes;												
		• Maior desenvolvimento da economia informal local;												

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Impactos sociais positivos da realização da faixa de Bula e Begene "com o projeto"

Quadro: 50 Impacto social positivo da variante de faixas "com o projeto"

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE CONSTRUÇÃO												
Demolição, desmatação e desobstrução das áreas de servidão	Human	• Reforço da coesão social • Disponibilidade de lenha e lenha de serviço para agregados familiares ribeirinhos												
Instalação do estaleiro e da base vida		• Desenvolvimento da economia informal (recuperação diária dos trabalhadores, aquisição de materiais de construção como cimento, areia e pedra)												
Aquisição de pequenos equipamentos	Human	• Oportunidades de negócio: eliminação de bens (materiais de construção como cimento, areia e pedra) de operadores económicos privados locais.												
Emprego de mão de obra local para o desenvolvimento e a construção do projeto		• Oportunidades para trabalhadores não qualificados e qualificados realizarem o trabalho, trabalhadores qualificados) • Reforço das capacidades de aproximadamente pessoas na gestão ambiental e social das infraestruturas rodoviárias • Oportunidades de emprego para as mulheres												

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Compensação pelos bens afetados (perda de culturas, árvores ou terrenos)		• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social												
Recrutamento de empresas para a realização de trabalhos e estudos	Base tributária	• Incremento da receita fiscal: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de impostos de importação e ao aumento da receita fiscal do Estado. • Com base na nossa experiência e nas discussões com os serviços técnicos, esperamos que a base tributária aumente..												
Restaurantes e pequenas empresas normalmente pertencentes a mulheres	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas empresas geralmente propriedade de mulheres serão cada vez mais solicitados pelos trabalhadores. Isso aumentará os rendimentos das mulheres.												
		FASE DE FUNCIONAMENTO												
Comissionamento do projeto	Saúde humana	• Melhoria da segurança rodoviária (acidentes) e redução das avarias dos veículos.												
	Socioeconomia	• Melhor desenvolvimento dos intercâmbios comerciais e culturais entre as localidades atravessadas e o Senegal												

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
	Condições de vida, qualidade de vida e bem-estar das populações	• Poupar tempo, reduzir os custos de transporte e manutenção de veículos												
		• Melhor acesso das localidades atravessadas às estruturas socioeconómicas (escolas, centros de saúde, mercados).												
	Ambiente de vida	• Redução da poluição (poeira) das casas ao longo da estrada												
	Human	• Melhor rendimento para os comerciantes • Melhoria do acesso às aldeias, aldeias e outras regiões e países vizinhos												
		• Maior desenvolvimento da economia informal local (restauração diária de mais viajantes e transportadores)												

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

Legenda: Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Impactos sociais positivos da construção de sistemas de abastecimento de água potável e de perfuração

Quadro: 51 Impacto social positivo dos sistemas de abastecimento de água potável e dos furos «com o projeto»

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
		FASE DE CONSTRUÇÃO												
Demolição, desmatação e desobstrução das áreas de servidão	Human	• Reforço da coesão social • Disponibilidade de lenha e lenha de serviço para agregados familiares ribeirinhos												
Instalação do estaleiro e da base vida		• Desenvolvimento da economia informal (recuperação diária dos trabalhadores, aquisição de materiais de construção como cimento, areia e pedra)												
Aquisição de pequenos materiais	Human	• Oportunidades de negócio: eliminação de bens (materiais de construção como cimento, areia e pedra) de operadores económicos privados locais.												
Emprego de mão de obra local para o ordenamento e a construção do projeto		• Oportunidades para trabalhadores não qualificados e qualificados realizarem o trabalho, trabalhadores qualificados) • Reforço das capacidades de aproximadamente pessoas na gestão ambiental e social das infraestruturas hídricas • Oportunidades de emprego para as mulheres												

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/fontes de impacto	*Componente do ambiente afetado*	*Descrição do impacto*	*Intensidade*			*Âmbito de aplicação*			*Duração*			*Importância*		
			F	*M*	*Fo*	*P*	*Lo*	*R*	*C*	*Mo*	*L*	*Mi*	*Moy*	*Ma*
Compensação pelos bens afetados (perda de culturas, árvores ou terrenos)		• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social												
Recrutamento de empresas para a realização de trabalhos e estudos	Base tributária	• Incremento da receita fiscal: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de impostos de importação e ao aumento da receita fiscal do Estado. • Com base na nossa experiência e nas discussões com os serviços técnicos, esperamos que a base tributária aumente..												
Restaurantes e pequenas empresas normalmente pertencentes a mulheres	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas empresas geralmente propriedade de mulheres serão cada vez mais solicitados pelos trabalhadores. Isso aumentará os rendimentos das mulheres.												
		FASE DE FUNCIONAMENTO												
Comissionamento do projeto	Saúde humana	• Redução das doenças diarreicas associadas ao consumo de água não potável.												
	Human	• Melhoria do abastecimento de água potável; • Facilidade de acesso à água em agregados familiares ligados • Poupar tempo às mulheres para obter água limpa												

EIAS COMPLEMENTARES VERSÃO PORTUGUESA

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

Legenda: Intensidade = F: baixo, M: média, Fo: forte, extensão = P: pontual, Lo: Local, R: regional, Duração = C: Momentário, médio: Mo; L: Permanente, importância: Mi: Menor, Moy: média, Ma: Forte.

6.4.2. Avaliação dos impactos ambientais negativos do projeto

6.4.2.1. Impactos negativos da realização da plataforma de Antotinha a Mpack (Lote2)

As fichas de declaração de impacto ambiental da Plataforma Antotinha no Mpack (Lote2) encontram-se no ***Anexo 27***

Quadro: 52 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental da Plataforma Antotinha ao Mpack (Lote2)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE 01	Limpeza e desobstrução da área de servidãodo traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDE 02	Instalação do estaleiro e da base vida	Solo e paisagem	Poluição dos solos devido à produção de resíduos	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 03	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais nas zonas de empréstimo e pedreiras	Air	Poluição atmosférica através poeiras e gases de escape	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDE 04	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e da degradação dos solos durante os trabalhos de construção e risco de desabamento de terras	Média	Local	Temporário	Média
IDE 05	Base vida- e funcionamento de maquinaria	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade de águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 06	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por sedimentos de erosão e desabamentos e risco de assoreamento de rios como o Rio Mansoa, em João Landim, e o Rio Cacheu, em São Vicente, bem como o Rio Ingoré e os seus afluentes	Média	Local	Momentânea	Média

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL V... PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 07	Terraplenagens e construção de obras de arte	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do escoamento das águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontes) e perturbação do meio aquático a nível dos rios e lagos.	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 08	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Perda estimada de 3612 árvores	Forte	Local	*Permanent*	Forte
IDE 09	Desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Fauna e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 10	Abate de árvores, nomeadamente *Khaya senegalensis, Gmelin arborea, Ceiba pentendrera, entre outros*	Fauna	Perturbação dos abutres e das aves aquáticas tais como garça branca (*Ardea alba*) e dardo-africano (*Anhinga rufa*)], morcegos, entre outros.	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 11	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pelo tráfego e aumento dos gases com efeito de estufa	Baixo	Local	Permanent	Média
IDF 12	Entrada da estrada em funcionamento	Água e solo	Poluição da água e do solo devido ao escoamento da agua da estrada e das latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 13		fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDF 14		Vegetação	Desflorestação de mangais por exploração madeireira e carvão vegetal.	Baixo	Local	Momentânea	Média

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

6.4.2.2. Impactos negativos dos trabalhos no contrato Bula, componente adicional)

Fichas de declaração de impacto ambiental para o mercado de Bula, componente adicional

ELIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Ver anexo 28.

Quadro: 53 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental do mercado de Bula, componente adicional

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE 15	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Congestionamento do solo pela produção de resíduos	Média	Local	*Momentânea*	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 16	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais nas zonas de empréstimo e pedreiras	Ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 17	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 18	Base de vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 19	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 20	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se a perda de 300 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 21	Desmatação e desobstrução das áreas de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						

LAS COMPLEMENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 22	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais, escoamento e latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 23		Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.2.3. Impactos ambientais negativos das obras de execução da componente adicional do contrato Ingoré

Declarações de impactos dos impactos ambientais do mercado de Ingoré, componente adicional

Ver anexo 29

Quadro: 54 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 24	Instalação estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	*Momentânea*	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 25	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDF 26	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 27	Base vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade de águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média

EIAS COMPOSANTE AD... AL VERSÃO PORTUGUE...

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 28	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 29	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se a perda de 300 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 30	desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de obras de arte	Fauna e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Permanent	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 31	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 32		Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.2.4. Impactos Ambientais Negativos do Componente Adicional do Trabalho de Conclusão de Contrato da Sedengal

Declarações dos impactos ambientais da componente adicional do mercado de Sedengal

Ver anexo 30.

Quadro: 55 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 33	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte

EIAS ... DSANTE ADICIONAL ... VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 34	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	*Momentânea*	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 35	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Air e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDF 36	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 37	Base vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 38	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 39	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se a perda de 855 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 40	Desmatação e desobstrução das áreas de servidão, terraplenagem e construção de obras	Fauna e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE 41	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas e resíduos de actividades comerciais.	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 42		Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.4.2.5. Impacto negativo do trabalho para concluir a componente adicional do contrato de São Domingos

Fichas de declaração sobre o impacto ambiental do mercado de São Domingos: componente adicional

Ver anexo 31.

Quadro: 56 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE 43	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	*Permanent*	Forte
IDF 44	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Congestionamento do solo pela produção de resíduos	Média	Local	*Momentânea*	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 45	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 46	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE 47	Base vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade de águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 48	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 49	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Perda de 7 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 50	Desmatação e desobstrução das áreas de servidão,	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Baixo

FAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	terraplenagem e construção de obras de arte						
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 51	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 52		Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.2.6. Impactos ambientais negativos da construção dos parques de estacionamento (orçamento da componente adicional)

Fichas de declaração de impacto ambiental para a componente adicional do parque de estacionamento de Bula Ver anexos 32

Quadro: 57 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 53	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDE 54	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Congestionamento do solo pela produção de resíduos	Forte	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 55	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar ambiente e som	Poluição atmosférica e poeiras e gases de escape	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 56	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Média	Local	Momentânea	Média

FIAS COMPLIANT – VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 57	Base vida e funcionemento da maquinaria	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 58	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 59	Terraplenagem e construção de estruturas	Vegetação	Estima-se a perda de 871 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 60	Desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 61	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 62		Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Momentânea	Média

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

6.4.2.7. Impactos negativos dos parques de estacionamento em São Domingos Componente adicional

Componente adicional dos impactos ambientais negativos dos parques de estacionamento SAO Domingos

Fichas de declaração de impacto ambiental para os parques de estacionamento de Bula e SAO Domingo

Ver Anexos n.o 33.

EIAS COMPLEMENTARES ADICIONAIS VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 58 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental para a componente adicional dos parques de estacionamento de São Domingos

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE 63	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 64	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Forte	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 65	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Air e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 66	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 67	Base vida e funcionamento da maquinaria	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade de águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 68	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 69	Desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vegetação	Perda estimadas de 1802 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 70	Desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						

TIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTU

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 71	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 72	Entrada do projeto em funcionamento	Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Momentânea	Média

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

6.4.2.8. Impactos ambientais negativos da construção da estação de pesagem de São Domingos componente adicional)

Fichas de Declaração de Impacto Ambiental para a Estação de Pesagem SAO Domingo

Ver Anexos n.o 34

Quadro: 59 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental do componente adicional da estação de pesagem de São Domingos

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 73	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 74	Instalação estaleiro	Solo e paisagem	poluição do solo pela produção de resíduos	Forte	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 75	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Air e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 76	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Média	Local	Momentânea	Média

FIAS COMPOSANTE AD VERSÃO PORTUGUE

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 77	Base vida e funcionamento da maquinaria	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 78	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 79	Terraplenagem e construção de estruturas	Vegetação	Estima-se a perda de 794 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 80	Desmatação e desobstrução da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 81	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 82	Entrada do projeto em funcionamento	Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Momentânea	Média

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

6.4.2.9. Impactos ambientais negativos da construção da portagem de Bula (componente adicional)

Fichas de Declaração de Impacto Ambiental para a Estação de Portagem de Bula

Ver Anexos n.o 35

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 60 Resumo das fichas de declaração de impacto ambiental negativo

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 83	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 84	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Forte	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 85	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar ambiente e som	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 86	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 87	Base vida e funcionamento da maquinaria	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 88	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 89	Terraplenagem e construção de estruturas	Vegetação	Estima-se a perda de 571 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 90	Desmatação e desobstruição da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 91	Entrada do projeto em funcionamento	Águas superficiais	Poluição da água e do solo por actividades comerciais e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 92	Entrada do projeto em funcionamento	Fauna e Vegetação	Exploração da fauna	Baixo	Local	Momentânea	Média

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

6.4.2.10. Impactos ambientais negativos da construção da pista Bipo - componente adicional Jolmete)

Fichas de declaração de impacto ambiental para a pista Bipo-Jolmete

Ver Anexos n.o 36

Quadro: 61 Resumo dos impactos ambientais negativos da pista Bipo - Jolmete

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 93	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 94	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 95	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Air e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDE 96	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Média

EIAS COMPLEMENTAR FINAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 97	Base vida e funcionamento da maquinaria	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 98	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 99	Terraplenagens e construção obras de arte	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do fluxo de águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontilhões, lajes, calhas e lajes submersíveis) e perturbação do ambiente aquático ao nível do rio	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 100	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se que a perda de 903pés de árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 101	Desmatação e desobstruição da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da vida selvagem (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE 102	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pela circulação dos veículos e aumento dos gases com efeito de estufa	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 103	Entrada da estrada em funcionamento	Águas superficiais e solo	Poluição da água e do solo por escoamento de água da chuva vindo da estrada e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 104	Entrada da estrada em funcionamento	Fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDE 105	Entrada da estrada em funcionamento	Vegetação	Desflorestação de tarrafes por exploração da lenha e carvão vegetal.	Baixo	Local	Momentânea	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUE

6.4.2.11. Impactos ambientais negativos da construção da pista Bipo – componente adicional Bissum naga)

Impactos ambientais negativos da pista Bipo – componente adicional Bissum naga

Fichas de Declaração de Impacto Ambiental

Ver Anexos n.o 37

Quadro: 62 Resumo dos impactos ambientais negativos da pista Bipo – Bissum naga

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 106	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 107	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Congestionamento do solo pela produção de resíduos	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 108	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDF 109	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDF 110	Base vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 111	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 112	Terraplenagens e construção de obras de arte	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do fluxo de águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontes) e Perturbação do ambiente aquático em rios e lagos	Média	Local	Momentânea	Média

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 113	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se a perda de 792 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 114	Desmatação e desobstruição da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE 115	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pela circulação de veículos e aumento dos gases com efeito de estufa	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 116	Entrada da estrada em funcionamento	Águas superficiais e solo	Poluição da água e do solo por escoamento de água da chuva vindo da estrada e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 117	Entrada da estrada em funcionamento	fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média
IDF 118	Entrada da estrada em funcionamento	Vegetação	Desflorestação de tarrafes por exploração da lenha e carvão vegetal.	Baixo	Local	*Permanent*	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.2.12. Impactos ambientais negativos da construção da pista Carabane xerif - Tande (componente adicional)

Fichas de declaração de impacto ambiental para a pista Carabane xerif - Tande

Ver Anexos n.o 38

Quadro: 63 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental para a pista Carabane xerif - Tande (componente adicional)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						

EIMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 119	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 120	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	*Temporário*	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 121	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar ambiente e som	Poluição atmosférica e poeiras e gases de escape	Baixo	Local	*Temporário*	Média
IDF 122	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDF 123	Base de vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 124	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 125	Terraplenagens e construção de obras de arte.	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do fluxo de águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontes) e Perturbação do ambiente aquático em rios e lagoas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 126	Terraplenagem e construção de estruturas de engenharia	Vegetação	Estima-se a perda de 734 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 127	Limpeza e branqueamento dos direitos de passagem, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 128	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pela circulação de veículos e aumento dos gases com efeito de estufa	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 129	Entrada da estrada em funcionamento	Águas superficiais e solo	Poluição da água e do solo por escoamento de água da chuva vindo da estrada e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 130	Entrada da estrada em funcionamento	fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média
IDE 131	Entrada da estrada em funcionamento	Vegetação	Desflorestação de tarrafes por exploração da lenha e carvão vegetal.	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.2.13. Impactos ambientais negativos da construção da pista de Sedengal - Apilho. componente adicional)

Fichas de Avaliação de Impacto Ambiental da Pista Sedengal - Apilho

Ver Anexos n.o 39

Quadro: 64 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental da pista de Sedengal - componente adicional Apilho

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE 132	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 133	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 134	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e	Ar ambiente e som	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	*Temporário*	Média

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	materiais em zonas de empréstimo e pedreiras						
IDE 135	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	*Temporário*	Média
IDE 136	Base de vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	*Temporário*	Média
IDE 137	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	*Temporário*	Média
IDF 138	Terraplenagens e construção de obras de arte	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do fluxo de águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontes) e Perturbação do ambiente aquático em rios e lagoas	Média	Local	*Temporário*	Média
IDE 139	Terraplenagem e construção de estruturas de engenharia	Vegetação	Perda estimada de 377 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 140	Desmatação e desobstruição da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Fauna e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	*Temporário*	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE 141	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pela circulação de veículos e aumento dos gases com efeito de estufa	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 142	Entrada da estrada em funcionamento	Águas superficiais e solo	Poluição da água e do solo por escoamento de água da chuva vindo da estrada e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 143	Entrada da estrada em funcionamento	fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	Permanent	Média
IDE 144	Entrada da estrada em funcionamento	Vegetação	Desflorestação de tarrafes por exploração da lenha e carvão vegetal.	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

FAIS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

6.4.2.14. Impactos ambientais negativos da construção da pista do Tarreiro – tulum (componente adicional)

Fichas de avaliação de impacto ambiental da pista do Tarreiro – tulum.

Ver Anexos n.o 40

Quadro: 65 Matriz-resumo das fichas de impacto ambiental da pista do Tarreiro – tulum (componente adicional)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 145	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte
IDF 146	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 147	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDF 148	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDE 149	Base de vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 150	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 151	Terraplenagens e obras de arte para a construção	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do fluxo de águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontes) e Perturbação do ambiente aquático em rios e lagos	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 152	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se a perda de 83 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte

FIM COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 153	Desmatação e desobstruição da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Vida selvagem e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	*Temporário*	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 154	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pela circulação de veículos e aumento dos gases com efeito de estufa	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 155	Entrada da estrada em funcionamento	Águas superficiais e solo	Poluição da água e do solo por escoamento de água da chuva vindo da estrada e escoamento de latrinas	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 156	Entrada da estrada em funcionamento	fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	*Permanent*	Média
IDE 157	Entrada da estrada em funcionamento	Vegetação	Desflorestação de tarrafes por exploração da lenha e carvão vegetal.	Baixo	Local	*Permanent*	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.2.15. Impactos ambientais negativos da construção da pista Aquintcha – Botche (componente adicional)

Fichas de declaração de impacto ambiental para a pista Aquintcha – Botche (componente adicional)

Ver Anexos n.o 41

Quadro: 66 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental da pista Aquintcha – Botche (componente adicional)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE 158	Desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Vegetação	Perda de espécies vegetais	Forte	Ponto	Permanent	Forte

EIA APROSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 159	Instalação no local	Solo e paisagem	Poluição do solo pela produção de resíduos	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 160	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão de obra, máquinas e materiais em zonas de empréstimo e pedreiras	Ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica por poeiras e gases de combustão	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDF 161	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Média
IDE 162	Base vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 163	Terraplenagem	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por erosão e deslizamentos de terras e risco de assoreamento dos cursos de água	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 164	Terraplenagens e obras de arte para a construção	Águas superficiais e subterrâneas	Perturbação do fluxo de águas superficiais durante a construção de obras de arte (pontilhões, lajes, calhas e lajes submersíveis) e Perturbação do ambiente aquático ao nível do rio	Média	Local	Momentânea	Média
IDE 165	Terraplenagem e construção de obras de arte	Vegetação	Estima-se a perda de 323 árvores	Forte	Local	Permanent	Forte
IDE 166	Desmatação e desobstruição da área de servidão, terraplenagem e construção de estruturas	Fauna e habitat	Exploração da fauna (caça) e perturbação dos animais	Baixo	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE 167	Circulação de veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pela circulação de veículos e aumento dos gases com efeito de estufa	Forte	Local	Permanent	Forte

FDS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 168	Entrada da estrada em funcionamento	Águas superficiais e solo	Poluição da água e do solo por escoamento de habitações e latrinas e resíduos do tráfego rodoviário	Baixo	Local	Permanent	Média
FD1 169	Entrada da estrada em funcionamento	fauna	Exploração da fauna	Baixo	Local	*Permanent*	Média
IDE 170	Entrada da estrada em funcionamento	Vegetação	Desflorestação de tarrafes por exploração de lenhas e carvão vegetal.	Baixo	Local	*Permanent*	Média

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3. Impactos sociais negativos

6.4.3.1. Impactos sociais negativos da plataforma desde Antotinha até Mpack (Lote2)

Folhas de Declaração de Impactos dos Impactos Sociais Negativos da Plataforma Antotinha ao Mpack (Lote2)

Ver anexo 42.

Quadro: 67 Matriz sumária das fichas de impacto social da Plataforma Antotinha para o Mpack (Lote2)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 171	Instalação de base vida	Economia local	Perda de bens por parte das populações (risco de reassentamento involuntário)	Forte	Local	Forte	Forte
IDF 172	Recrutamento de mão de obra	Social	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
IDF 173	Instalação do estaleiro e da vida de base, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e	Forte	Regionais	Média	Forte

FINAL COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
			abuso e assédio sexual (EAS/AS), em especial sobre raparigas menores e viúvas)				
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 174	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto e culturas),	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 175	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 176	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço, nomeadamente na travessia de aglomerações e ao nível das pontes e obras de arte a construir e reabilitar, das rotas de desvio e do acesso às zonas de empréstimo e pedreiras	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 177	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimos e recrutamento de pessoal	Social	Conflitos sociais entre as populações locais e o pessoal do estaleiro nas aglomerações.	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 178	Decapagem, terraplenagem,	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e de vestígios culturais	Média	Local	Momentânea	Média
IDF 179	Decapagem, terraplenagem,	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência do abate de -150 árvores	Forte	Local	Momentânea	Forte
IDF 180	Decapagem, terraplenagem,	Espaço agro-silvo-pastoril	Perda de produtos florestais não lenhosos pertencentes as espécies listadas	Baixo	Local	Temporário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUG

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDE 181	Entrada em circulação da estrada (circulação de veículos e máquinas)	Acesso, circulação e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido a deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na estrada.	Baixo	Local	Permanent	Média
IDE 182	Entrada em circulação da estrada (circulação de veículos e máquinas)	Vegetação e vida selvagem	Aumento da pressão sobre os recursos florestais na parte florestal da estrada Safim – M'Pack	Forte	Local	*Permanent*	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.2. Impactos sociais negativos do trabalho no contrato de Bula, componente adicional)

Fichas de impacto social do mercado de Bula, componente adicional

Ver anexo 43.

Quadro: 68 Resumo das afirmações dos impactos sociais negativos do mercado de Bula, componente adicional

	FASE PREPARATÓRIA						

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUÊS

183	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte da população (edifícios, árvores)	**Forte**	**Local**	**Permanent**	**Forte**
184	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção de resíduos de demolições	Média	Local	Temporário	Média
185	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
186	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com riscos de acidentes)	Média	Local	Temporário	Média
187	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de contração de doenças respiratórias e oftalmológicas bem como depravação da moral ligada aos riscos de exploração e de abuso e assédio sexual (EAS / AS), nomeadamente de raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
188	Exploração de zonas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão.	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão dos trabalhos do projeto (árvores de fruto, culturas e rendimentos),	Forte	Local	Permanent	Forte
189	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial no que diz respeito a raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

190	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e das pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou reabilitar, os desvios e vias de acesso.	Média	Local	Temporário	Média
191	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Temporário	Média
192	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Quadro de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Temporário	Média
193	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonora, aumento da prevalência de infecções respiratórias agudas (IRA) e doenças oftalmológicas,	Forte	Local	Temporário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
194	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Temporário	Média
195	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Permanent	Forte
196	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial em raparigas de menor idade e viúvas)	Forte	Regionais	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.3. Impactos sociais negativos do trabalho no contrato Ingore, componente adicional)

Fichas de declaração sobre o impacto dos impactos sociais do mercado Ingore, componente adicional

EIAS COMPOSANTE ADICIONNEL EN PORTUGUÊS

Ver anexo 44.

Quadro: 69 Resumo das declarações dos impactos sociais negativos do mercado Ingore, componente adicional

	FASE PREPARATÓRIA						
197	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte da população (edifícios, árvores)	**Forte**	**Local**	**Permanent**	**Forte**
198	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção de resíduos de demolições	Média	Local	Temporário	Média
199	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
200	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)	Média	Local	Temporário	Média
201	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de contração de doenças respiratórias e oftalmológicas bem como depravação da moral ligada aos riscos de exploração e de abuso e assédio sexual (EAS / AS), nomeadamente de raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
202	Exploração de zonas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão.	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão dos trabalhos do projeto (árvores de fruto, culturas e rendimentos),	Forte	Local	Permanent	Forte
203	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS),	Forte	Regionais	Temporário	Forte

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

			em especial no que diz respeito a raparigas menores e viúvas)				
204	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou reabilitar, os desvios e vias de acesso.	Média	Local	Tempo rário	Média
205	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Tempo rário	Média
206	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Ambiente de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Tempo rário	Média
207	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonora, aumento da prevalência de infecções respiratórias agudas (IRA) e doenças oftalmológicas.	Forte	Local	Tempo rário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
208	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Tempo rário	Média
209	Entrada em funcionamento da infraestrutura (contratos públicos)	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Perman ent	Forte
210	Entrada em funcionamento da infraestrutura (contratos públicos)	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Perman ent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.4.3.4. Impactos sociais negativos dos trabalhos de construção do contrato de Sedengal, componente adicional)

Impactos sociais negativos

Fichas de avaliação do impacto social no mercado sedengal, componente adicional

Ver anexo 45.

Quadro: 70 Síntese dos relatórios sobre os impactos sociais negativos do mercado de Sedengal (componente adicional)

	FASE PREPARATÓRIA						
211	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte da população (edifícios, árvores)	**Forte**	**Local**	**Permanent**	**Forte**
212	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção de resíduos de demolição	Média	Local	Temporário	Média
213	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
214	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)	Média	Local	Temporário	Média
215	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de contração de doenças respiratórias e oftalmológicas bem como depravação da moral ligada aos riscos de exploração e de abuso e assédio sexual (EAS / AS), nomeadamente de raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
216	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, limpeza de terrenos e limpeza de direitos de passagem	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão dos trabalhos do projeto	Forte	Local	Permanent	Forte

VIA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

			(árvores de fruto, culturas e rendimentos).				
217	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências.	Saúde pública	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial no que diz respeito a raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Tempo rário	Forte
218	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade, de bens, das pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, desvios e vias de acesso.	Média	Local	Tempo rário	Média
219	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Tempo rário	Média
220	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Ambiente de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Tempo rário	Média
221	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas, proveniências	Saúde pública	Poluição sonora, aumento da prevalência de infecções respiratórias agudas (IRA) e doenças oftalmológicas.	Forte	Local	Tempo rário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
222	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Tempo rário	Média
223	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Permanent	Forte
224	Entrada em funcionamento da infraestrutura (mercados)	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com os riscos de exploração e abuso	Forte	Regionais	Permanent	Forte

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

			sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial em raparigas de idade menor e viúvas)				

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.5. Impactos sociais negativos dos trabalhos no contrato de São Domingos, componente adicional)

Fichas de declaração sobre o impacto dos impactos sociais do mercado de São Domingos, componente adicional

Ver anexo 46.

Quadro: 71 Resumo das fichas de relatório sobre os impactos sociais negativos do mercado de São Domingos, componente adicional

	FASE PREPARATÓRIA						
225	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte da população (edifícios, árvores)	**Forte**	**Local**	**Permanent**	**Forte**
226	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção de resíduos de demolição	Média	Local	Temporário	Média
227	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
228	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)	Média	Local	Temporário	Média
229	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de contração de doenças respiratórias e oftalmológicas bem como depravação da moral ligada aos	Forte	Regionais	Temporário	Forte

EIAS COMPOSANTE ADI... VERSÃO PORTUGAIS

			riscos de exploração e de abuso e assédio sexual (EAS/AS), nomeadamente de raparigas menores e viúvas)				
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
230	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, limpeza de terrenos e limpeza de áreas de servidão.	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão dos trabalhos do projeto (árvores de fruto, culturas e rendimentos).	Forte	Local	Permanent	Forte
231	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial no que diz respeito a raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
232	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, desvios e vias de acesso.	Média	Local	Temporário	Média
233	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra.	Média	Local	Temporário	Média
234	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Ambiente de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Temporário	Média
235	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonora, aumento da prevalência de infecções respiratórias agudas (IRA) e doenças oftalmológicas.	Forte	Local	Temporário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
236	Entrada em funcionamento da infraestrutura (contratos públicos)	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das	Baixo	Local	Temporário	Média

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

			infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios				
237	Entrada em funcionamento da infraestrutura (contratos públicos)	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Permanent	Forte
238	Entrada em funcionamento da infraestrutura (contratos públicos)	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), em especial em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

6.4.3.6. Impactos sociais negativos da realização do Parqueamento (componente adicional da Bula)

Folhas de declaração dos impactos sociais negativos da componente adicional do parque de estacionamento de Bula

Ver Anexos n.o 47

Quadro: 72 Matriz sumária das declarações dos impactos sociais negativos da componente adicional dos parques de estacionamento de Bula

	FASE PREPARATÓRIA						
239	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte da população (árvores (871), rendimentos, etc.)	Forte	Local	Permanent	Forte
240	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção e gestão de resíduos provenientes da abertura da área de de servidão (abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Média	Local	Temporário	Média

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

241	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Tempo rário	Média
242	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)	Média	Local	Tempo rário	Média
243	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de depravação da moral ligada aos riscos de exploração e abuso e assédio sexual (EAS/AS),IST, DST nomeadamente em raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Tempo rário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
244	Exploração de zonas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão dos trabalhos do projeto (árvores de fruto, culturas e rendimentos).	Forte	Local	Permanent	Forte
245	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Riscos de contração de doenças e infeções sexualmente transmissíveis (DST/ITS), depravação de costumes relacionados com riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (ESA/SH), em especial em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Tempo rário	Forte
246	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, desvios e vias de acesso.	Média	Local	Tempo rário	Média
247	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Tempo rário	Média

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

248	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Ambiente de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Tempo rário	Média
249	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonora, aumento da prevalência de infecções respiratórias agudas (IRA) e doenças oftalmológicas.	Forte	Local	Tempo rário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
250	Entrada em funcionamento de infraestruturas (mercados, parques de estacionamento, portagens, pesagem)	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Tempo rário	Média
251	Entrada em funcionamento de infraestruturas (mercados, parques de estacionamento, portagens, pesagem)	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Perman ent	Forte
252	Entrada em funcionamento de infraestruturas (mercados, parques de estacionamento, portagens, pesagem)	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/HS), designadamente em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Perman ent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.7. Impactos sociais negativos da construção do parque de estacionamento de São Domingos (componente adicional)

Fichas de impacto social do parque de estacionamento de São Domingos (componente adicional)

Ver Anexos n.o 48

Quadro: 73 Matriz de síntese das fichas de impacto social dos parques de estacionamento em São Domingos (componente adicional)

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	FASE PREPARATÓRIA						
253	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	**Economia local**	Perda de bens da população (árvores (1802), culturas, rendimentos, etc.)	Forte	Local	Permanent	Forte
254	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção e gestão de resíduos provenientes da abertura de área de servidão (abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Média	Local	Temporário	Média
255	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
256	Transporte e manuseamento de máquinas, máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)	Média	Local	Temporário	Média
257	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de depravação da moral relacionadas com os riscos de exploração e abuso e assédio sexual (EAS / HS), IST / MST, em especial em raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
258	Exploração de zonas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão.	Economia local	Perdas de ativos afetados nas áreas de servidão do projeto (árvores de fruto (1802), culturas e rendimentos),	Forte	Local	Permanent	Forte
259	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Riscos de contração de doenças e infeções sexualmente transmissíveis (DST/ITS), depravação de costumes relacionados com riscos de exploração, abuso e assédio sexual (ESA/AS), especialmente em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL DO PORTO

260	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, desvios e vias de acesso.	Média	Local	Tempo rário	Média
261	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Tempo rário	Média
262	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Quadro de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Tempo rário	Média
263	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonoras, aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) e patologias oftalmológicas,	Forte	Local	Tempo rário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
264	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Tempo rário	Média
265	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Permanent	Forte
266	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com riscos de exploração, abuso e assédio sexual (EAS/HS), especialmente em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.8. Impactos sociais negativos da construção da estação de pesagem de São Domingos (componente adicional)

Fichas de impacto social para a estação de pesagem SAO Domingo (componente adicional)

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Ver Anexos n.o 49

Quadro: 74 Matriz de síntese das fichas de impacto social da estação de pesagem de São Domingos (componente adicional)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 267	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia social	Perda de bens por parte da população (edifícios, árvores)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 268	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção de resíduos de demolição	Média	Local	Temporário	Média
IDF 269	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
IDF 270	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamentos	Ambiente de som	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)	Média	Local	Temporário	Média
IDF 271	Instalação no local e na vida de base, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de contracção de doenças respiratórias e doenças oftalmológica, depravação de costumes relacionadas com os riscos de exploração sexual, abuso e assédio sexual (EAS / AS), especialmente em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 272	Exploração de zonas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto, culturas e rendimentos),	Forte	Local	Permanent	Forte

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO F

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 273	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Depravação moral relacionada com os riscos de exploração, abuso e assédio sexual (EAS/HS), especialmente em raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
IDF 274	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, desvios e vias de acesso.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 275	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Temporário	Média
IDF 276	Terraplenagem geral - Trabalhos de escavação	Ambiente de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Temporário	Média
IDF 277	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonoras, aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) e patologias oftalmológicas,	Forte	Local	Temporário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 278	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 279	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 280	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com riscos de exploração, abuso e	Forte	Regionais	Permanent	Forte

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
			assédio sexual (EAS/AS), especialmente em raparigas de idade menor e viúvas)				

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.9. Impactos negativos da realização de postos de portagem de Bula (componente adicional)

Fichas de impacto social para as cabinas de portagem de Bula

Ver Anexos n.o 50

Quadro: 75 Resumo dos relatórios sobre os impactos sociais negativos da componente adicional da cabina de portagem de Bula

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 281	Construção de bases de estaleiro, abertura de direitos de passagem (destruição de edifícios, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte da população (edifícios, árvores)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 282	Demolição de construções existentes	Ambiente	Produção de resíduos de demolição	Média	Local	Temporário	Média
IDF 283	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	Temporário	Média
IDF 284	Transporte e manuseamento de máquinas e equipamento	Ambiente sonoro	Perturbação dos trabalhadores e das populações ribeirinhas (Perturbação	Média	Local	Temporário	Média

EIAS COMPOSANTE FINAL VERSÃO PORTUGUESA

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
			da mobilidade dos peões nas zonas de trabalho com risco de acidentes)				
IDF 285	Instalação no local e na vida de base, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Saúde	Riscos de contracção de doenças respiratórias e doenças oftalmológica, depravação de costumes relacionados com os riscos de exploração, abuso e assédio sexual (EAS / AS), especialmente em raparigas de idade menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 286	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, limpeza de terrenos e limpeza de direitos de passagem	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto, culturas e rendimentos),	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 287	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Depravação moral relacionada com os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual (EAS/AS), especialmente em raparigas menores e viúvas)	Forte	Regionais	Temporário	Forte
IDF 288	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Segurança social	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, desvios e vias de acesso.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 289	Terraplenagem e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	Média	Local	Temporário	Média
IDF 290	Terraplenagem geral - Trabalhos de corte	Ambiente de vida	Produção de resíduos	Média	Local	Temporário	Média

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTU

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
IDF 291	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde pública	Poluição sonoras, aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) e patologias oftalmológicas,	Forte	Local	Temporário	*Média*
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 292	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Acesso, segurança	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas e acidentes em torno das infraestruturas a construir e ou a reabilitar, colapso de edifícios	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 293	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Ambiente	Produção de resíduos	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 294	Entrada em funcionamento da infraestrutura	Saúde pública	Riscos de contração de DST/IST, depravação de costumes relacionados com riscos de exploração, abuso e assédio sexual (EAS/AS), especialmente em raparigas de idade menor e viúvas)	Forte	Regionais	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.10. Impactos sociais negativos da realização da pista Bipo - componente adicional Jolmete)

Bipo - Jolmete acompanham as fichas de impacto social

Ver Anexos n.o 51

Quadro: 76 Matriz de síntese das fichas de avaliação de impacto social Bipo-Jolmete (componente adicional)

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 295	Instalação de base vida, abertura do direito de passagem da pista e das vias de acesso, abertura de pedreiras para a obtenção de materiais (destruição de construções, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia local	Perda de bens por parte das pessoas (risco de reassentamento involuntário)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 296	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	*Temporário*	Média
IDF 297	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde Pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS / AS), especialmente em raparigas menores e viúvas)	Forte	Local	*Temporário*	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 298	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto e culturas),	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 299	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 300	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Sociais	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço da pista, nomeadamente nas travessias fora das localidades e ao nível das pontes e obras de arte a construir e ou reabilitar, vias de desvio e de acesso a pedreiras	Média	Local	Temporário	Média
IDF 301	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo de materiais e recrutamento do pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e o pessoal da obra fora das localidades	Média	Local	Temporário	Média

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF 302	Decapagem, terraplenagem, exploração de áreas de empréstimos	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e vestígios culturais	Média	Local	Tempo rário	Média
IDF 303	Decapagem, terraplenagem, exploração de áreas de empréstimos	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência do abate de 903 árvores	Forte	Local	Tempo rário	Forte
IDF 304	Decapagem, terraplenagem, exploração de áreas de empréstimos	Zona agro-silvo-pastoril	Perda de produtos florestais não lenhosos (PTFN) de espécies listadas no presente relatório	Baixo	Local	Tempo rário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 305	Entrada da pista em funcionamento (circulação de veículos e máquinas)	Acesso, Tráfego e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido a deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na faixa de rodagem	Baixo	Local	Tempo rário	Média
IDF 306	Entrada da pista em funcionamento (circulação de veículos e máquinas)	Vegetação e vida selvagem	Aumento da pressão sobre os recursos florestais na parte florestal da pista Bipo-Jolmete	Forte	Local	Perman ent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.11. Impactos negativos da construção da via Bipo – Bissum naga (componente adicional)

Fichas de Declaração de Impacto Social da Pista do Bipo – Bissum naga

Ver Anexos n.o 52

Quadro: 77 Resumo dos impactos sociais negativos da pista Bipo – Bissum naga (componente adicional)

	FASE PREPARATÓRIA						

EIA ROSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUÊS

IDF 307	Instalação da base vida	Economia local	Perda de bens por parte das pessoas (risco de reassentamento involuntário)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 308	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	*Temporário*	Média
IDF 309	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde Pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS / AS), especialmente sobre raparigas menores e viúvas)	Forte	Local	*Temporário*	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 310	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão	economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto e culturas),	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 311	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 312	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Sociais	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço da pista, nomeadamente nas travessias fora das localidades e ao nível das pontes e obras de arte a construir e ou a reabilitar, dos desvio e vias de acesso a pedreiras e zonas de empréstimos de materiais	Média	Local	Temporário	Média
IDF 313	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra fora das localidades	Média	Local	Temporário	Média
IDF 314	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e vestígios culturais	Média	Local	Temporário	Média

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF 315	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência de abate de 792 árvores	Forte	Local	Tempo rário	Forte
IDF 316	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Espaço agro-silvo-pastoril	Perda de produtos florestais não lenhosos (PTFN) de espécies listadas no presente relatório	Baixo	Local	Tempo rário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 317	Entrada da pista em funcionamento (movimentos de veículos e máquinas)	Acesso, Tráfego e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido a deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na faixa de rodagem	Baixo	Local	Tempo rário	Média
IDF 318	Entrada da pista em funcionamento (movimentos de veículos e máquinas)	Vegetação e fauna	Aumento da pressão sobre os recursos florestais na parte florestal da pista Bipo-Bissum Naga	Forte	Local	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.12. Impactos negativos da realização da pista Carabane Xérif - Componente adicional Tande)

Folhas de declaração de impactos dos impactos sociais da pista Carabane Xerif - Tande

Ver Anexos n.o 53

Quadro: 78 Resumo dos impactos sociais negativos da pista Carabane Xerif - Tande (componente adicional)

	FASE PREPARATÓRIA						
IDF 319	Instalação de base vida, abertura do direito de passagem da pista e das vias de acesso, abertura de pedreiras para a obtenção de	Economia local	Perda de bens por parte das pessoas (risco de reassentamento involuntário).	Forte	Local	Permanent	Forte

	materiais (destruição de construções, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)						
IDF 320	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	*Tempo rário*	Média
IDF 321	Instalação do estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde Pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS / AS), em especial sobre raparigas menores e viúvas)	Forte	Local	*Tempo rário*	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 322	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza de áreas de servidão	Economia local	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto e culturas).	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 323	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Tempo rário	Média
IDF 324	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Sociais	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço da pista, nomeadamente nas travessias fora das localidades e ao nível das pontes e obras de arte a construir e ou a reabilitar, dos desvio e vias de acesso a pedreiras e zonas de empréstimos de materiais	Média	Local	Tempo rário	Média
IDF 325	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimos e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra fora das localidades	Média	Local	Tempo rário	Média
IDF 326	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e vestígios culturais	Média	Local	Tempo rário	Média

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF 327	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência do abate de 734 árvores	Forte	Local	Tempo rário	Forte
IDF 328	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Zona agro-silvo-pastoril	Perda de produtos florestais não lenhosos (PTFN) de espécies listadas no presente relatório	Baixo	Local	Tempo rário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 329	Entrada em circulação da pista (circulação de veículos e máquinas)	Acesso, Tráfego e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido aos deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na faixa de rodagem	Baixo	Local	Tempo rário	Média
IDF 330	Entrada em circulação da pista (circulação de veículos e máquinas)	Vegetação e vida selvagem	Aumento da pressão sobre os recursos florestais e da fauna na parte florestal da pista 17: Carabane xerif-Tandé	Forte	Local	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.13. Impactos negativos da construção da via Sedengal - Apilho (componente adicional)

Impactos sociais negativos da pista Sedengal - Apilho (componente adicional)

Fichas de Declaração de Impacto Social para a Pista do Sedengal - Apilho

Ver Anexos n.o 54

Quadro: 79 Resumo dos impactos sociais negativos da pista de Sedengal - componente adicional Apilho

	FASE PREPARATÓRIA						

IDF 331	Instalação de base vida, abertura do direito de passagem da pista e das vias de acesso, abertura de pedreiras para a obtenção de materiais (destruição de construções, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia social	Perda de bens por parte das pessoas (risco de reassentamento involuntário)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 332	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	*Temporário*	Média
IDF 333	Instalação do estaleiro e base, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde Pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS/AS), em especial sobre raparigas menores e viúvas).	Forte	Local	*Temporário*	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 334	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza da área de servidão.	Actividades económicas e comerciais	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto e culturas).	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 335	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 336	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Sociais	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço da pista, nomeadamente nas travessias fora das localidades e ao nível das pontes e obras de arte a construir e ou a reabilitar, dos desvio e vias de acesso a pedreiras e zonas de empréstimos de materiais.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 337	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimos e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra fora das localidades.	Média	Local	Temporário	Média

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF 338	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e vestígios culturais.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 339	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência do abate de 377 árvores.	Média	Local	Temporário	Média
IDE 340	Descapagem, terraplenagem, exploração de zonas de empréstimo	Zona agro-silvo-pastoril.	Perda de produtos florestais não lenhosos (PTFN) de espécies listadas no presente relatório.	Baixo	Local	Temporário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE 341	Entrada em circulação da pista (circulação de veículos e máquinas)	Acesso, Tráfego e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido aos deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na faixa de rodagem	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 342	Entrada em circulação da pista (circulação de veículos e máquinas)	Vegetação e vida selvagem	Aumento da pressão sobre os recursos florestais da pista florestal 22: Sedengal-Apilho.	Forte	Local	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.14. Impactos sociais negativos da construção da pista Tarreiro – Tulum (componente adicional)

Fichas de impacto social da pista do Tarreiro – tulum

Ver Anexos n.o 55

Quadro: 80 Síntese dos impactos sociais negativos da pista do Tarreiro – tulum (componente adicional)

	FASE PREPARATÓRIA						

EIA ROSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUÊS

IDF 343	Instalação de base vida, abertura do direito de passagem da pista e das vias de acesso, abertura de pedreiras para a obtenção de materiais (destruição de construções, abate ou poda de árvores de fruto e destruição de culturas)	Economia social	Perda de bens por parte das pessoas (risco de reassentamento involuntário)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 343	Recrutamento de pessoal do estaleiro	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local	Média	Local	*Temporário*	Média
IDF 344	Instalação do estaleiro e base, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde Pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS/AS), em especial sobre raparigas menores e viúvas).	Forte	Local	*Temporário*	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 345	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza das áreas de servidão	Actividades económicas e comerciais	Perdas de ativos afetados na área de servidão do projeto (árvores de fruto e culturas).	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 346	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 347	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Sociais	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço da pista, nomeadamente nas travessias fora das localidades e ao nível das pontes e obras de arte a construir e ou a reabilitar, dos desvio e vias de acesso a pedreiras e zonas de empréstimos de materiais.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 348	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimos e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra fora das localidades.	Média	Local	Temporário	Média

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF 349	Descascamento, terraplenagem, exploração de áreas emprestadas	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e vestígios culturais	Média	Local	Tempo rário	Média
IDF 350	Descascamento, terraplenagem, exploração de áreas emprestadas	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência do abate de 83 árvores	Baixo	Local	Tempo rário	Média
IDF 351	Descascamento, terraplenagem, exploração de áreas emprestadas	Zona agro-silvo-pastoril	Perda de produtos florestais não lenhosos (PTFN) de espécies listadas no presente relatório	Baixo	Local	Tempo rário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 352	Entrada em serviço na pista (movimentos de veículos e máquinas)	Acesso, Tráfego e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido a deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na faixa de rodagem.	Baixo	Local	Tempo rário	Média
IDF 353	Entrada em circulação da estrada (circulação de veículos e máquinas)	Vegetação e vida selvagem	Aumento da pressão sobre os recursos florestais na parte florestal da pista 21:Tarreiro-Tulum	Forte	Local	Perman ent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

6.4.3.15. Impactos sociais negativos da construção da via Aquintcha - Botche (componente adicional)

Fichas de impacto social para a pista Aquintcha - Botche.

Ver Anexos n.o 56

Quadro: 81 Resumo dos impactos sociais negativos da pista Aquintcha - Botche (Componente adicional)

	FASE PREPARATÓRIA						

EIA ROSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUÊS

IDF 354	Instalação de base vida,	Economia local	Perda de bens por parte das pessoas (risco de reassentamento involuntário)	Forte	Local	Permanent	Forte
IDF 355	Recrutamento de pessoal do estaleiro	Sociais	Conflitos sociais devido à não utilização de mão de obra local.	Média	Local	*Temporário*	Média
IDF 356	Instalação do estaleiro e base, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego, Saúde Pública e Cultura	Depravação da moral relacionada com os riscos de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS/AS), em especial sobre raparigas menores e viúvas).	Forte	Local	*Temporário*	Forte
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDF 357	Exploração de áreas de empréstimo, terraplenagem, desmatação e limpeza das áreas de servidão.	economia local	Perdas de ativos afetados no direito de passagem dos trabalhos do projeto (árvores de fruto e culturas),	Média	Local	Permanent	Forte
IDF 358	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) nas localidades atravessadas	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 359	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Sociais	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo do troço da pista, nomeadamente nas travessias fora das localidades e ao nível das pontes e obras de arte a construir e ou a reabilitar, dos desvio e vias de acesso a pedreiras e zonas de empréstimos de materiais.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 360	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimos e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra fora das localidades.	Média	Local	Temporário	Média
IDF 361	Descascamento, terraplenagem, exploração de áreas emprestadas	Sociocultural	Perturbação de sítios arqueológicos e vestígios culturais	Média	Local	Temporário	Média

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF 362	Descascamento, terraplenagem, exploração de áreas emprestadas	Paisagem	Degradação da paisagem na sequência do abate de 323 árvores	Média	Local	Temporário	Média
IDF 363	Descascamento, terraplenagem, exploração de áreas emprestadas	Zona agro-silvo-pastoril	Perda de produtos florestais não lenhosos (PTFN) de espécies listadas no presente relatório.	Baixo	Local	Temporário	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDF 364	Entrada da pista em funcionamento (circulação de veículos e máquinas)	Acesso, circulação e Mobilidade	Perturbação do tráfego devido a deslizamentos de terra ou à rotura de uma obra de arte ou à queda regular de árvores na faixa de rodagem	Baixo	Local	Temporário	Média
IDF 365	Entrada da pista em funcionamento (circulação de veículos e máquinas)	Vegetação e fauna	Aumento da pressão sobre os recursos florestais na parte florestal da pista 24: Aquintcha-Botche	Forte	Local	Permanent	Forte

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.4.4. Impactos ambientais e sociais negativos da construção de sistemas de abastecimento de água potável e de perfuração

6.4.4.1. Impactos ambientais negativos da construção de sistemas de abastecimento de água potável e de perfuração

A construção de furos pode levar a um agravamento dos défices hídricos, ao abaixamento dos lençóis freáticos e à deterioração da sua qualidade.

Aumento de défices hídricos

A construção de furos e a consequente extração de água implica a remoção de água do meio natural, podendo provocar uma descida dos níveis de água. Sobretudo quando ocorrem durante os períodos naturais de escassez de água (geralmente no período seco), ou mesmo durante os períodos de estiagem, as captações de água são suscetíveis de acelerar o fenómeno do défice hídrico e de acentuar a sua extensão. Quanto maiores forem os volumes retirados e quanto mais longo for o período de retirada, maior será o impacto.

Rebaixamento do lençol freático

Durante o período estival, quando não há precipitação, as águas subterrâneas alimentam os meios aquáticos e baixam naturalmente. A extração de água do solo pode acelerar este processo. De um período de seca para o outro, as retiradas são geralmente compensadas pela reposição natural da água através da precipitação: mesmo no caso de um défice hídrico muito grave que provoque a secagem de um lençol freático, o período de recarga subsequente permite normalmente o retorno da água.

Mas, nalguns casos, o recurso subterrâneo não é renovado, ou é renovado demasiado lentamente numa escala temporal de uma vida humana: são os aquíferos fósseis, que não comunicam com as águas superficiais ou com outros aquíferos. Qualquer extração destes aquíferos muito profundos conduz inexoravelmente ao seu esgotamento.

Deterioração da qualidade das águas subterrâneas

A captação de água pode também ter um impacto na qualidade das águas subterrâneas. A construção de furos provoca alterações na circulação da água no aquífero, o que pode levar à contaminação da água.

No litoral, por exemplo, na zona do projeto, as águas subterrâneas estão em contacto com a água do mar e a extração de demasiada quantidade de água em relação à renovação do lençol freático pode levar à intrusão salina. Isto significa que a água salgada se infiltra no lençol de água doce. Lentamente reversível, este fenómeno pode tornar um lençol freático inutilizável durante vários anos.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fichas de declaração sobre o impacto dos impactos ambientais* das infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração) no *anexo -57--

Quadro: 82 Matriz-resumo das fichas de declaração de impacto ambiental das infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE --	Demolição, desmatação e desobstrução da área de servidão do traçado	Qualidade do ar	Poluição do ar por partículas de poeira em suspensão na sequência da demolição de edificações e outras instalações existentes nos sítios	Média	Local	Momentânea	Média
		Solo e paisagem	Alteração da paisagem na sequência de obras de demolição (instalações existentes nos locais	Média	Local	Permanent	Média
		Saúde	Poluição sonora na sequência de trabalhos de demolição de instalações existentes nos sítios	Média	Local	Momentânea	Média
		Vegetação	Perda de espécies vegetais	Baixo	Local	Permanent	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE --	Escavação do solo em zonas de trabalho	Solo	Degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE --	Trabalhos de perfuração de poços para abastecimento de água potável	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais	Média	Local	Momentânea	Média
IDE --	Base vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
	FASE DE FUNCIONAMENTO						
IDE --	Exploração de pontos de abastecimento de água potável	Águas subterrâneas	Esgotamento das reservas de águas subterrâneas	Baixo	Local	Permanent	Média

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO FINAL

6.4.4.2. Impactos sociais negativos da construção de sistemas de abastecimento de água potável e de perfuração

Fichas de declaração sobre o impacto dos impactos sociais das infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração)

Ver anexo 58.

Quadro: 83 Resumo das fichas de relatório sobre os impactos sociais negativos das infraestruturas de abastecimento de água potável (perfuração)

N.o IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Natureza do impacto potencial	Intensidade	Âmbito de aplicação	Duração	Importância
	FASE PREPARATÓRIA						
IDE --	Demolição, limpeza e branqueamento do direito de passagem da rota	Qualidade do ar	Poluição do ar por partículas de poeira em suspensão na sequência da demolição de edificações e outras instalações existentes nos sítios	Média	Local	Momentânea	Média
		Solo e paisagem	Alteração da paisagem na sequência de obras de demolição (instalações existentes nos locais	Média	Local	Permanent	Média
		Saúde	Poluição sonora na sequência de trabalhos de demolição de instalações existentes nos sítios	Média	Local	Momentânea	Média
		Vegetação	Perda de espécies vegetais	Baixo	Local	Permanent	Média
	FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE --	Escavação no solo em zonas de trabalho	Solo	Degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	Baixo	Local	Momentânea	Baixo
IDE --	Perfuração de poços para abastecimento de água potável	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais	Média	Local	Momentânea	Média
IDE --	Base de vida	Águas superficiais e subterrâneas	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Média	Local	Momentânea	Média
FASE DE FUNCIONAMENTO							
IDE --	Exploração de pontos de abastecimento de água potável	Águas subterrâneas	Esgotamento das reservas de águas subterrâneas	Baixo	Local	Permanent	Média

EAU COMPOSANTE REGIONAL VERSION PORTUGUESA

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau*

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.5. Impactos específicos relacionados com a reinstalação

Os trabalhos do subprojecto de reabilitação da estrada Safim-M'Pack (componente adicional) na Guiné-Bissau, objecto do presente estudo, afectarão tanto homens como mulheres e entidades coletivas (estruturas, agrupamentos, associações, etc.). A maior parte da propriedade afetada consiste em casas, hangares, latrinas, cercas, árvores, campos, etc.

Os resumos dos ativos perdidos e o número de PAP afetados para cada tipo de componente adicional são apresentados nos quadros abaixo.

6.5.1. Número de PAT por setor e por componente adicional

O inquérito permitiu identificar **1076** pessoas e estruturas que serão diretamente afetadas pelo projeto, dos quais 1071 pessoas singulares (601 mulheres, 470 homens) e 05 pessoas coletivas (estruturas ou instituições). As PAP do género N (neutro) correspondem a estruturas, instituições ou associações.

A distribuição das PAP por sexo, de acordo com a componente adicional afetada e o setor, é apresentada no quadro abaixo.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 84 Número de PAP por género por componente e setor adicionais afetados

Componente adicional/local de impacto	BIGENE			BISSORA			BULA				CANCHUNGO				SÃO DOMINGOS				Total geral
	F	M	Total Bigene	F	M	Total Bissora	F	M	N	Bula total	F	M	N	Total Canchungo	F	M	N	Total São Domingos	
Mercado de Bula	0	0	0	0	0	0	292	74	1	367	0	0	0	0	0	0	0	0	367
Mercado INGORE	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Mercado de São Domingos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	254	99	1	354	354
Mercado SEDENGAL	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Parque de estacionamento BULA	0	0	0	0	0	0	2	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Parque de estacionamento de São Domingos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	3
Portagem João Landim	0	0	0	0	0	0	2	9	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Portagem São Vicente	0	0	0	0	0	0	0	4		4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Pesagem São Domingos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	3
Pista 10	0	0	0	6	17	23	11	23	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	57
Pista 11	0	0	0	0	0	0	7	28	0	35	4	53	1	58	0	0	0	0	93
Pista 17	4	57	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61
Pista 21	7	28	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
Pista 22	8	34	42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42
Pista 24	3	33	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
Total geral	**23**	**156**	**179**	**6**	**17**	**23**	**314**	**141**	**1**	**456**	**4**	**53**	**1**	**58**	**254**	**103**	**3**	**360**	**1076**
Total em % por sector	**16,64%**			**2,14%**			**42,38 %**				**5,39%**				**33,45 %**				**100%**

Fonte: Missão de preparação da AESI para as obras de reabilitação da estrada Safim-Mpack (componente adicional), fevereiro-março de 2024.

F = Feminino; M = Masculino; N = Neutro

Das 1.076 PAP que serão afetadas pelas obras de reabilitação da estrada Safim-M'Pack (componente adicional) na Guiné-Bissau o sector de Bigene conta com 179 PAP (23 mulheres e 156 homens), o sector de Bissora com 23 PAP (6 mulheres e 17 homens), 456 PAP para o sector de Bula (214 mulheres, 141 homens e 1 entidade coletiva), 58 PAP para o sector de Canchungo (4 mulheres, 53 homens e 1 entidade coletiva) e 360 PAP para o sector de São Domingos (254 mulheres, 103 homens e 3 entidades coletivas).

O sector com mais PAP é Bula com 456 PAP (42.38%), seguido de São Domingos com 360 PAP (33.45%), Bigene com 179 PAP (16.64%), Canchungo com 58 PAPs (5.39%) e Bissora com 23 PAP (2.14%).

Além disso, em termos de componente adicional, o mercado de Bula tem o maior número de PAP conta com 367 PAP, ou seja, 34,11 % de todas as PAP, seguido do mercado de São Domingos com 354 PAP (32,90 % de todas as PAP). Para as outras componentes adicionais, como indicado no quadro acima, o número de PAP é inferior a 100 e varia entre 2 e 93 PAT, ou seja, entre 0,19 % e 8,93 % de todas as PAP, respetivamente.

6.5.2. Número de PAP por tipo de bens afetados de acordo com a componente adicional

Várias propriedades serão afetadas pelas obras de reabilitação da estrada Safim-M'Pack (componente adicional) na Guiné-Bissau.

Trata-se de árvores privadas, estruturas/construções (casas, hangares, latrinas, vedações, etc.) e terrenos residenciais, terrenos agrícolas, perda de rendimentos, sítios culturais e sítios sagrados.

A tabela abaixo resume os números de PAP de acordo com as diferentes perdas por componente adicional.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 85 Pessoal PAP com base nas perdas por componente adicional.

Componente adicional	Perda de uma árvore privada				Perda de construções				Perda de terrenos residenciais			Perda de terras agrícolas				Perda de rendimentos locativos		Perda de garantias de aluguer		Perda de receitas comerciais			PAP vulnerável	
	Não.	PAP			Não.	PAP			*Sup (m^2)*	PAP		*Sup(m^2)*	PAP			PAP		PAP		PAP			PAP	
		F	M	N		F	M	N		F	M		F	M	N	F	M	F	M	F	M	N	F	M
Mercado INGORE	0	0	0	0	0	0	0	0	3000 m^2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercado SEDENGAL	855	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	40000	1	2		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pista 17	707	4	56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		1	4
Pista 21	76	4	26	0	11	3	7	0	0	0	0	918.42	2	0	0	0	0	0	0	3	7	0	0	0
Pista 22	305	8	26	0	17	1	12	0	509,9 m^2	0	4	863,5	0	3	0	0	2	0	2	1	12	0	4	0
Pista 24	323	3	34	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2
Bigene	2266	20	144	0	30	4	21	0	**3509,9**m^2	0	6	**41781,92** m^2	3	5	0	0	2	0	2	4	21	0	7	6
Pista 10	304	8	16	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
Bissora	304	8	16	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
Mercado de Bula	0	0	0	0	254	144	63	1	0	0	0	0	0	0	0	2	18	3	19	264	76	1	33	1
Parque de estacionamento Bula	871	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	31277,2	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portagem Joao Landim	5	0	1	0	1	0	1	0	5730 m^2	1	3	10330	1	6	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Portagem São Vicente	566	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	20000	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pista 10	313	7	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Pista 11	442	7	41	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Bula	2197	16	79	0	256	144	65	1	**5730** m^2	1	3	**61607,2** m^2	3	13	0	2	18	3	19	264	78	1	34	1
Pista 11	1089	4	48	1	5	0	2	1	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2	1	2	0
Canchungo	1089	4	48	1	5	0	2	1	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2	1	2	0
Mercado de São Domingos	7	0	0	1	124	11	55	1	0	0	0	0	0	0	0	4	11	2	13	250	85	1	20	1
Parque estacionamento Sao Domingos	1802	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	46848.1	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pesagem Sao Domingos	794	0	1	1	1	0	1	0	250	0	1	40000	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
São Domingos	2603	0	3	3	125	11	56	1	**250** m^2	0	1	**86848,1** m^2	0	3	2	4	11	2	13	250	86	1	20	1

FAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Componente adicional	Perda de uma árvore privada				Perda de construções				Perda de terrenos residenciais			Perda de terras agrícolas				Perda de rendimentos locativos		Perda de garantias de aluguer		Perda de receitas comerciais			PAP vulnerável	
	Não.	PAP			Não.	PAP			*Sup (m^2)*	PAP		*Sup(m^2)*	PAP			PAP		PAP		PAP			PAP	
		F	M	N		F	M	N		F	M		F	M	N	F	M	F	M	F	M	N	F	M
Total geral	**8459**	**48**	**290**	**4**	**417**	**159**	**145**	**3**	**9489,9**m^2	**1**	**10**	**190237,22** m^2	**6**	**21**	**2**	**6**	**31**	**5**	**34**	**518**	**188**	**3**	**65**	**8**
Total por perda	**8459**	**342 PAT**			**417**	**307 PAT**			**9489,9**m^2	**11 PAP**		**190237,22** m^2	**29 PAT**			**37 PAT**		**39 PAT**		**709 PAP**			**73 PAT**	

Fonte: Missão de preparação da AESI para as obras de reabilitação da estrada Safim-Mpack (componente adicional), fevereiro-março de 2024.

F = Feminino; M = Masculino; N = Neutro; N.o: Número; Sup: área por m2

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Um total de 8459 árvores privadas será afetado pelos trabalhos de reabilitação da estrada Safim-M'Pack (componente adicional) na Guiné-Bissau, dos quais 2603 árvores para o setor de São Domingos (30,77%); 2266 árvores para o setor de Bigene (26,79 %); 2197 árvores para o sector de Bula (25,97%); 1089 árvores para o setor de Cachungo (12,87 %); 304 árvores para o sector de Bissora (3,59%). A espécie de árvore mais afetada é o cajueiro de todas as árvores afetadas.

  Em todos os setores, 342 PAP serão afetadas por perdas de árvores privadas, sendo 159 mulheres, 145 homens e 3 entidades coletivas, repartidas do seguinte modo:164 PAP para o setor de Biegene (20 mulheres e 144 homens); 24 PAP para o setor de Bissora (8 mulheres e 16 homens); 79 PAP para o setor de Bula (16 mulheres e 95 homens); 52 PAP para o setor de Canchungo (4 mulheres e 48 homens); 6 PAP para o setor de São Domingos (3 homens e 3 pessoas coletivas)

- Das 417 estruturas e edificações afetados, 256 (61,39%) são afetados no setor de Bula; 125 no setor de São Domingos (ou seja, 30 %); 30 no setor Bigene (ou seja, 7,19 %); 5 no sector Cachungo (1,19%) e 01 no sector Bissora (0,23%). Dependendo do tipo de estrutura/edificações afetado, os hangares de chapa metálica são os mais numerosos de todas as estruturas/edificações afetados.

  Em todos os setores, 307 PAP serão afetados por perdas de estruturas e edificações, dos quais 159 são mulheres, 145 homens e 3 pessoas coletivas, repartidos do seguinte modo: 25 PAP para o setor de Biegene (ou seja, 4 mulheres e 21 homens) 01 PAP para o setor de Bissora (ou seja, 00 mulheres e 01 homens), 210 PAP para o setor de Bula (ou seja, 144 mulheres, 65 homens e 1 pessoa coletiva) 03 PAP para o setor de Canchungo (ou seja, 00 mulheres, 02 homens e 01 pessoas coletivas); 68 PAP para o setor de São Domingos (11 mulheres, 56 homens e 1 pessoa coletiva).

- A implementação do presente subprojeto terá um impacto na área de servidão estimado em 9 489,9 m2 de terrenos residenciais, sendo 359,9 m2 para o setor de Bigene; 5730 m2 para o setor de Bula e 250 m2 para a área de São Domingos.

  Onze (11) PAP, sendo 10 homens e 01 mulheres, são afetados por perda de terrenos residenciais, ou seja, 6 PAT (0 mulheres e 6 homens) para o setor de Bigene; 4 PAP (1 mulher e 3 homens) para o setor de Bula e 01 PAP (0 mulher e 01 homem) para o setor de São Domingos).

- A execução do presente subprojeto terá um impacto na área de servidão estimado em 190 237,22 m2 de terras agrícolas (campos), sendo 41 781,92 m2 para o setor de Bigene; 61 607,2 m2 para o setor de Bula e 86.848,1 m2 para a área de São Domingos.

  Vinte e nove (29) PAP são afetadas pela perda de terras agrícolas (campos), das quais 08 PAP (3 mulheres e 5 homens) para o setor de Bigene; 16 PAP (3 mulheres e 13 homens) para o setor de Bula e 05 PAP (3 mulheres e 2 homens) para o setor de Sac Domingos.

- As obras de reabilitação da estrada Safim – M'Pack (componentes adicionais) conduzirão à perda de rendimentos para os comerciantes e as populações localizadas na área de servidão do subprojeto. Os impactos nas receitas dizem respeito à perda de receitas comerciais para os vendedores/feirantes e os comerciantes de infraestruturas fixas de comercio, à perda de receitas de arrendamento e à garantia de arrendamento para os inquilinos e senhorios (proprietários não exploradores) destas instalações comerciais.

FAC COMPLIANT EDIÇÃO DE VERSÃO PORTUGUESA

- O número de PAP por perda de rendimentos locativos é estimado em 37 PAP, sendo 2 PAP para o setor de Biegene (0 mulheres e 2 homens); 16 para o setor de Bula (3 mulheres e 13 homens); 15 PAP para o setor de São Domingos (4 mulheres e 11 homens).
- O número de PAP por perdas de garantias de arrendamento é calculado em: 39 PAP, entre os quais 2 PAP para o setor de Biegene (0 mulheres e 2 homens); 20 para o setor de Bula (2 mulheres e 18 homens); 15 PAP para o setor de São Domingos (2 mulheres e 13 homens).
- O número de PAP por perda de receitas comerciais (operadores de estabelecimentos comerciais e proprietários de infraestruturas comerciais fixas) é avaliado em: 709 PAT, sendo 25 PAT (4 mulheres e 21 homens) para o setor de Bigene; 1 PAT (0 mulheres e 1 homens) para o setor de Bissora; 343 PAP (246 mulheres, 78 homens e 1 pessoa coletiva) para o setor de Bula; 3 PAP (0 mulheres, 2 homens e 1 pessoa coletiva) para o setor de Canchungo e 337 PAP (250 mulheres, 86 homens e 1 pessoa coletiva) para o setor de São Domingos.

❖ O censo identificou 73 PAP vulneráveis, sendo 65 mulheres vulneráveis PAP e 08 homens vulneráveis PAP. Dos 73 PAP vulneráveis, 13 PAP (07 PAT para mulheres e 06 PAT para homens pertencem ao setor de Bigene); 02 PAP (02 mulheres PAP e nenhum homem PAP são do setor de Bissora); 35 PAP (34 mulheres e 01 homens são PAP do setor de Bula); 02 PAP (02 mulheres PAP e nenhum homem PAP são do setor de Cachungo); 21 PAP (20 mulheres PAP e 01 homens PAP são do setor de São Domingos);

Para compensar o défice em termos de perdas, será desenvolvido no PAR um programa de ação em conformidade com as normas do BEI e as disposições nacionais.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.6. Análise de impacto cumulativa

Os impactos cumulativos resultam do efeito combinado de diferentes projetos passados, atuais ou projetados.

A avaliação de impacto cumulativa identifica projetos ou outras atividades localizados na área do subprojeto que podem ter um efeito nas diferentes componentes do ambiente. Tal como acontece com a análise dos impactos diretos e indiretos apresentada nas secções anteriores, a análise de impacto cumulativo analisou uma área de estudo que varia de acordo com as componentes. A área de estudo das componentes biofísicos é mais restrita. Ela está localizado ao nível das áreas das componentes adicionais, enquanto a das componentes sociais se estende a todas as aldeias ribeirinhas no local do subprojeto.

6.6.1. Identificação de projectos e actividades susceptíveis de ter efeitos cumulativos

Os projetos ou atividades suscetíveis de gerar impactos cumulativos com o projeto são os seguintes:

- Expansão urbana das cidades: desenvolvimento de infraestruturas, aquisição de terrenos e desenvolvimento de zonas residenciais;
- Desflorestação para fins utilitários (campos, casas) pelas comunidades rurais;
- Aquisição de terrenos para desenvolvimento agropastoril privado (explorações agrícolas privadas);
- Desenvolvimento de assentamentos espontâneos;
- Construção ou reabilitação de vias rurais.

6.6.2. Identificação dos impactos cumulativos

Serão gerados impactos cumulativos com o subprojecto nas seguintes componentes do ambiente:

- recursos hídricos;
- flora, fauna e habitats;
- emprego, economia e meios de subsistência.

Os impactos cumulativos que podem ser gerados são descritos a seguir.

6.6.3. Recursos hídricos

O desenvolvimento de projectos de infra-estruturas, explorações agrícolas e unidades industriais irá gerar uma pressão considerável sobre os recursos hídricos. Estes projectos requerem grandes volumes de água para o seu ordenamento e construção. A água de superfície é utilizada para este fim. Para além das águas superficiais, as águas subterrâneas são também utilizadas através da realização de furos. Este facto pode levar ao esgotamento/escassez de água em certos reservatórios ou a uma descida do nível freático. Estes fenómenos são localizados, mas podem constituir um incómodo se não existirem redes de distribuição de água próximas para abastecer a população..

6.6.4. Flora/Vegetação, fauna e habitats

O desenvolvimento de infra-estruturas, a expansão urbana, a reafectação de terras para fins imobiliários bem como os desenvolvimentos agro-pastoris (produção agrícola e explorações pecuárias) conduzirão a uma redução da superfície dos habitats naturais, que se acentuará, em particular, nas relíquias florestais, onde ainda existem zonas fortemente arborizadas.

A redução da superfície dos habitats naturais poderá levar ao desaparecimento das espécies mais adaptadas. Além disso, o crescimento demográfico e os fluxos populacionais que fogem das zonas de insegurança ou que procuram zonas adequadas às suas actividades de subsistência poderão aumentar a

DOS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

pressão sobre os recursos naturais da zona. Esta pressão sobre os recursos naturais limitará a presença de espécies de maior valor utilitário ou cultural. A composição das formações vegetais e animais será assim modificada, com uma potencial proliferação das espécies mais resistentes. As espécies mais sensíveis ou vulneráveis que poderão ser afectadas são a Mangifera indica, o Borassus aethiopum e o Anacardium occidentale.

As medidas de compensação previstas, que incluem a reflorestação de espécies ameaçadas e protegidas, limitarão a contribuição do subprojecto para este impacto.

6.6.5. Actividades económicas

A antropologia do território terá o efeito de transformar o uso atual do solo. A construção de pistas, mercados, estações de pesagem, postos de portagem e parques de estacionamento contribuirá localmente para a densificação da ocupação humana e a transformação das utilizações atuais do território. Assim, é provável que as zonas afectadas aos habitats naturais diminuam a favor das zonas antropológicas. A presença de componentes adicionais de que as comunidades beneficiarão pode conduzir a atividades económicas nos terrenos adjacentes ao projeto. A ocupação destas áreas poderia ocorrer sem um plano de desenvolvimento e exacerbar as tensões relacionadas à ocupação do espaço.

Economia, emprego, meios de subsistência, qualidade de vida, saúde e segurança

O subprojeto é suscetível de gerar impactos cumulativos positivos com os outros projetos previstos:

- criação de emprego;
- a presença da estrada ajudará a impulsionar a economia local;
- facilitar os intercâmbios (comerciais e culturais) entre aldeias;

O rápido desenvolvimento económico acelerará as mudanças nos estilos de vida das populações residentes. No entanto, as desigualdades podem aumentar na ausência de medidas para distribuir a riqueza e melhorar a mobilidade social. Estas desigualdades, se persistirem, podem conduzir a uma elevada vulnerabilidade, à pobreza de uma parte da população e a conflitos. O desenvolvimento urbano e a mistura sociocultural desencadeada pela presença da realização de componentes adicionais podem levar ao desenvolvimento de comportamentos desviantes, como a delinquência, o consumo de produtos proibidos, a depravação da moral e exacerbar ainda mais a situação dos estratos mais vulneráveis.

Para reduzir os efeitos negativos dos impactos cumulativos previstos, foi proposto um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). A aplicação de medidas de atenuação para gerir os impactos previstos do subprojecto e a consulta de outros projectos, bem como dos serviços técnicos e administrativos, permitirão reduzir a sua contribuição para os vários impactos cumulativos negativos acima identificados.

6.7. Melhoria e mitigação dos impactos

6.7.1. Medidas de reforço do impacto positivo

Estas medidas dizem respeito à procura de formas e meios que permitam às pessoas melhorar os seus rendimentos e o ambiente de vida da população, bem como à protecção do ambiente biofísico. Em especial, serão tomadas as seguintes medidas:

- dar prioridade à contratação de pessoal de execução (trabalhadores não qualificados e trabalhadores) nos bairros e aldeias abrangidos pelo projeto, a fim de aumentar o impacto no emprego;
- organização e formação da população na gestão e manutenção da estrada reabilitada, a fim de garantir a sua sustentabilidade.

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

As medidas de bonificação são resumidas no quadro abaixo.

Quadro: 86 Matriz de síntese das medidas destinadas a melhorar os efeitos positivos do projeto

Atividades/Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Descrição do impacto	Medidas de subvenção
		Impactos ambientais positivos da variante «com o projeto»	
		FASE DE CONSTRUÇÃO	
Desalfandegamento e abertura do direito de passagem	Vegetaçãoa Solo Fauna	• Como parte do projeto, a missão estimou 15866 árvores a serem cortadas. Isto exige a reflorestação compensatória de **79330** árvores. Este reflorestamento contribuirá para a luta contra a erosão, reduzindo a velocidade de escoamento da água e minimizando a sedimentação. Isto conduz a uma melhoria na qualidade do solo e promove a infiltração de água. A reflorestação pode proteger as margens de certos rios do risco de erosão e assoreamento. • Criação de um habitat favorável ao repovoamento das aves. • Atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono através da reflorestação.	• Exigir a utilização de espécies locais adequadas para tratamento da plantações pelo método HIMO (High Labour Intensity) • Permitir que a população apodere da madeira proveniente da terraplenagem e da limpeza; • Integrar a proteção da avifauna, em especial dos abutres e dos morcegos, nos cadernos de encargo das empresas;
		FASE DE EXPLORAÇÃO	
Exploração da infraestrutura	Vegetação, solo, água, fauna	• Luta contra a poluição: a exploração num ambiente controlado promoverá a conservação e a proteção da vegetação, do solo e da fauna, bem como a preservação da integridade de um rio atravessado por estrada.	• Envolver fortemente as mulheres na luta contra a poluição.
Gestão de resíduos	Vegetação, solo, água, vida selvagem	• Redução da poluição: A disseminação de pelo menos 200 latrinas modernas subsidiadas e a instalação de 200 recipientes de recolha de lixos em estabelecimentos públicos (mercados, escolas) reduzirão significativamente a poluição ambiental.	• Estabelecer um sistema de subvenção das latrinas em colaboração com as autoridades administrativas locais
Instalação de barreiras de redução de velocidade	Fauna	• Redução dos acidentes sobre a fauna: A implantação de barreiras de redução da velocidade ao nível das zonas de tarrafes e relíquias florestais poderia reduzir consideravelmente o número de acidentes com animais selvagens (macacos e veados), que atravessam frequentemente a estrada.	• Implementar barreiras de redução da velocidade e outros sinais de trânsito para reduzir os acidentes com a vida selvagem
Aumento do tempo de viagens	Ar	• Redução das emissões de CO2: De acordo com o relatório de viabilidade da estrada Antotinha – Mpack, o projeto contribuirá para a redução de 10 006 toneladas de CO2 por ano (as emissões	• Sensibilizar os utentes para a manutenção adequada dos veículos e equipamentos

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Descrição do impacto	Medidas de subvenção
(motocicletas, veículos)		de CO2 foram calculadas com base nos pressupostos «com projeto» e «sem projeto»)	
Impactos sociais positivos da variante «com o projeto»			
		FASE DE CONSTRUÇÃO	
Oportunidade de empregos temporários para desmatação e desobstrução da área de servidão	Human	• Reforçar a coesão social. • Disponibilidade de lenha e madeira para os agregados familiares ribeirinhos. • Recrutamento de mão-de-obra local.	• Permitir que a população local disponha de madeira proveniente dos trabalhos de terraplanagem e de limpeza. • Criar postos de trabalho.
Instalação do estaleiro e base vida	Human	• Desenvolvimento da economia informal (restauração diária de centenas de trabalhadores, aquisição de materiais de construção como cimento, areia e pedra)	• Formação das mulheres em matéria de higiene e reconversão em AGR no final do projeto
Aquisição de pequenos materiais	Human	• Oportunidades de negócio: fluidez de mercadorias (materiais de construção como cimento, areia e pedra) de operadores económicos privados locais.	• IEC ao nível das empresas para a compra de materiais a nível local como uma prioridade
Emprego de mão de obra local para o desenvolvimento e a construção do projeto	Human	• Oportunidades de emprego de tipo qualificados e não qualificados • Reforço das capacidades de dez pessoas no domínio da gestão ambiental e social das infraestruturas rodoviárias • Oportunidades de emprego para as mulheres	• Dar prioridade à mão de obra local • Reservar pelo menos 25% dos empregos para as mulheres
Compensação por bens afetados (perda de culturas, árvores ou terrenos)	Human	• Aceitação social do projecto • Reforço da coesão social	• IEC a PAP para investir em setores promissores
Recrutamento de empresas para a realização da obra e estudos	Matéria colectável	• Aumento da receita fiscal: Aumento da matéria coletável: A importação de materiais e equipamentos de construção conduzirá inevitavelmente ao pagamento de taxas de importação e resultará no aumento da receita fiscal do Estado. Com base na nossa experiência e nas discussões com os serviços técnicos, prevemos um aumento da receita fiscal.	• IEC para que as empresas paguem impostos
Restaurantes e pequenas empresas normalmente	Feminino	• Melhoria das condições de vida das mulheres: os restaurantes e as pequenas empresas geralmente propriedade de mulheres serão cada vez mais	• Capacitar grupos de mulheres na gestão de negócios

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Atividades/Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Descrição do impacto	Medidas de subvenção
pertencentes a mulheres		solicitados pelos trabalhadores. Isso aumentará os rendimentos das mulheres.	• Organização e reconhecimento dos grupos de mulheres
		• ***FASE DE FUNCIONAMENTO***	•
Execução do projecto	Saúde humana	• Melhoria da segurança rodoviária (acidentes) e redução das avarias dos veículos. • Redução de doenças de origem hídrica.	• IEC para os utentes da estrada e, em especial, para os condutores, a fim de respeitar o código da estrada. • IEC da população sobre tratamento de água
Execução do projecto	Socioeconomia	• Melhor desenvolvimento dos intercâmbios comerciais e culturais entre as localidades atravessadas e o Senegal	• Continuar a manutenção periódica da estrada para que não se degrade cedo
Execução do projecto	Condições de vida, qualidade de vida e bem-estar das populações	• Poupança de tempo, redução de custos de transporte e de manutenção de veículos • Redução das tarefas das mulheres (distância de abastecimento de água)	• Continuar a manutenção periódica da estrada para que não se degrade cedo • Continuar a manutenção periódica de furos e sistema de abastecimento de água para garntir a durabilidade.
Execução do projecto		• Melhor acesso às localidades atravessadas e às estruturas socioeconómicas (escolas, centros de saúde, mercados).	• Permite fazer a ligação entre as aldeias situadas a menos de 10 km da estrada
Execução do projecto	Ambiente de vida	• Redução da poluição (poeira) das habitações situadas ao longo da estrada. • Contribuição para o acesso sustentável à água potável para a população.	• Continuar a manutenção periódica das estruturas das componentes adicionais para garantir as suas durabilidades
Execução do projecto	Human	• Melhoria dos rendimentos dos comerciantes. • Melhor acesso às aldeias.	• Permite ligar as aldeias situadas a menos de 10 km da estrada
Execução do projecto	Human	• Maior desenvolvimento da economia informal local (restauração diária de centenas de viajantes e transportadores)	• Continuar a manutenção periódica das estruturas das componentes adicionais para que não se deteriorem.

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

6.7.2. Medidas de atenuação dos impactos ambientais negativos

As medidas de atenuação dos impactos ambientais negativos estão consignadas no quadro 86 abaixo.

Quadro: 87 Medidas para atenuar os impactos ambientais negativos

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
FASE PREPARATÓRIA						
IDE 382	Desmatação e desobstrução da área de servidão	Vegetação	Perda de espécies vegetais	**Perda de espécies vegetais:** A execução do subprojeto poderá conduzir à destruição de plantas ornamentais e árvores de fruto. As árvores de fruto são principalmente compostas por mangas (Mangiferaindica), cajueiro (Anacardium Ocidental) e cibes (Borassus aethiopum), etc., enquanto as espécies ornamentais afetadas são principalmente compostas por eucalipto, Azadirachta indica e ficus. Pode também conduzir a uma redução da cobertura vegetal aquando da abertura das vias de acesso. A execução do projeto resultará, por conseguinte, na destruição e/ou mdificação dos habitats naturais, na perturbação dos movimentos migratórios ou na fuga de animais para outras zonas mais adequadas. Alguns	- Realizar reflorestação compensatória e ordenamento paisagistico para todas as componentes.	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
				trabalhadores podem participar em atividades de caça no local e à sua volta Este impacto é de baixa intensidade, de dimensão pontual e de duração permanente e, por conseguinte, de pequena importância.		
IDE 383	Instalação do estaleiro	Solo e paisagem	Erosão do solo e modificação da paisagem	A instalação da base vida pode levar à destruição da vegetação, alterando assim a paisagem e provocando a erosão do solo. Além disso, o funcionamento da base vida irá gerar resíduos sólidos (peça de madeira, sucata, embalagens de plástico, etc.) e resíduos líquidos (esgotos) que podem conduzir à poluição do solo. Este impacto é de elevada intensidade, com um âmbito local e uma duração temporária, ou seja, o tempo das obras, e, por conseguinte, de importância média.	- Assegurar uma gestão adequada dos resíduos; - Sensibilizar a mão de obra (trabalhadores do estaleiro) para a gestão de resíduos; - Instalar recipientes do lixo e assegurar o transporte deste lixo para aterros públicos; - Instalar instalações sanitárias adequadas e suficientes na base vida. - A escolha do local para a base vida deve respeitar as normas ambientais e sociais e, acima de tudo, ter em conta a distância de mais de 500 metros de um curso de água.	Menor
FASE DE COSNTRUÇÃO						
IDF 384	Circulação de máquinas, transporte e circulação de mão	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição atmosférica (poeiras e gases de escape)	A presença permanente e o aumento do material circulante, incluindo máquinas pesadas, durante as obras, a	- Descrição: - Regar regularmente de 2 a 3 vezes por dia durante a estação seca;	Menor

EIAS COMPOSANTE ADDITIONNELLE VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
	de obra, máquinas e materiais em empréstimos e pedreiras			terraplenagem e o transporte de materiais em zonas emprestadas contribuirão para a degradação temporária e local da qualidade do ar através das emissões de gases com efeito de estufa (SO2, NOx, CH4, CO, CO2, etc.) e de poeiras, especialmente durante os meses de estação seca. Este impacto será sentido com amior intensidade pelos residentes locais e por aqueles que frequentam locais públicos, em particular escolas, locais de culto e centros de saúde identificados ao longo do percurso. Este impacto será imediato e durará a duração das obras. Será local e de baixa intensidade porque só será verificado quando ha forte dinâmica do vento e a circulação atmosférica forem significativas na área do Projeto.	- Elaborar e executar um plano de gestão do tráfego - Manutenção regular de máquinas e veículos de construção; - Obter a autorização de exploração de água - Tornar obrigatória a cobertura dos camiões que transportam materiais pulverulentos com lonas na estação seca ou umedece-los durante o transporte; - Equipar o pessoal com máscara anti-pó do tipo FFP3 ou FFP2 - Regar as plataformas lateritas regularmente ao atravessar aldeias.	
IDF 385	Terraplenagem	Solo	Aumento da erosão e degradação do solo durante as obras e risco de deslizamento de terras	A instalação do estaleiro e da base vida, bem como a circulação de máquinas (compactação) e as descargas acidentais de óleos usados (obstrução dos poros do solo) podem alterar a estrutura do solo, com o efeito imediato de aumentar o fenómeno de erosão já existente na área do projeto. Soma-se a	- Preparar e implementar um plano dos circulação das máquinas do estaleiro - Estabilização ou reflorestação de zonas de risco com espécies adaptadas e de crescimento rápido; - Incluir nos contratos das empresas clausulas que proíbam a utilização	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
				isso a destruição da vegetação durante a exploração descontrolada de pedreiras e locais de empréstimo. O impacto negativo é considerado de intensidade média, de âmbito local e de duração temporária (duração dos trabalhos) e, por conseguinte, de importância relativamente média. Este impacto é de elevada intensidade, pontualidade e duração temporária, pelo que é considerado de importância média.	de áreas de empréstimo para fins de promoção imobiliária - Sensibilizar os operadores de máquinas para as boas práticas no domínio das obras de construção - Explorar racionalmente os locais de empréstimo para materiais e reabilitá-los no final das obras, incluindo a reflorestação; - Planear obras que evitem períodos de chuvas torrenciais e grandes inundações; - Evacuar os entulhos e outros resíduos para sítios autorizados - Estabilizar as zonas de deslizamento de terras com plantas antierosivas - Prever um dimensionamento adequado das estruturas - Sensibilizar a população - Instalar um sistema de drenagem permanente; - Pôr em prática um plano de contingência	
IDF 386	Base vida Funcionamento das máquinas	Águas superficiais, subterrâneas e solo	Poluição e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Os derrames acidentais ou fugas de óleos de manutenção e outros óleos usados provenientes do funcionamento da base vida podem	- Escolha do sítio da localização da base vida (a mais de 500 m dos cursos de água em terrenos de inclinação zero);	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
	aprovisionamento, armazenagem, distribuição de hidrocarbonetos e circulação de máquinas (derrame de lubrificantes)			contribuir para a deterioração da qualidade do solo. Com efeito, pode ter um risco de degradação da qualidade do solo por asfixia de microrganismos (fuga acidental ou derrame de hidrocarbonetos, óleo dos esgotos). Esta poluição do solo pode estender-se às águas superficiais e subterrâneas. Existe também um risco de contaminação da água por óleos ou hidrocarbonetos se as máquinas e os veículos de construção forem lavados nos cursos de água. Este impacto é de âmbito local, de intensidade média e de duração temporária e, por conseguinte, de importância média.	- Drenagem de forma adequada as correntes de águas vindas da base vida; - Prever um plano de contingência em caso de derrame acidental de hidrocarbonetos/óleos (circunscrição da área de influência do impacto, utilização de kits de controlo da poluição, etc.); - oerdenamento e estabilização das áreas de manutenção de veículos, a fim de as impermeabilizar; - Recolher os óleos usados em recipientes impermeáveis para reciclagem ou reutilização; - Proibir formalmente os trabalhadores de lavar máquinas e outros equipamentos (betoneiras, carrinhos de mão, etc.) nos cursos de água; - Equipar a base do estaleiro, as estações de distribuição de combustível e as oficinas mecânica com kits de depoluição - Evitar as fontes de água utilizadas pela população para as necessidades das obras;	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
					- Construir bacias de retenção adqquadas para o armazenamento de hidrocarbonetos.	
IDF 387	Trabalhos de construção das infraestruturas (escavação, enchimento e escavação)	Ambiente sonoro	Ruído	A terraplenagem durante o ordenamento do sítio será uma fonte de emissões sonoras durante a fase da obra (circulação das maquina, construção de estruturas). Isso causará desconforto às populações ribeirinhas. Este impacto é de intensidade média, de âmbito local (domínio de desenvolvimento das obras) e de duração temporária e, por conseguinte, de menor importância.	- Utilizar equipamentos que respeitem a regulamentação (escolher máquinas pouco ruidosas); - Respeitar os períodos de descanso dos habitantes locais; - Fazer a manutenção das máquinas (lubrificar corretamente); - Equipar as máquinas com silenciadores, se possível; - Utilizar alarmes visuais em vez de alarmes sonoros para limitar a poluição sonora.	- Menor
IDF 388	Produção de resíduos resultantes de obras de desenvolvimento de infraestruturas (limpeza, escavação, enchimento, escavação, impregnação, betume, etc.) e	Solo	Poluição do solo	Os trabalhos de beneficiação das infra-estruturas (desmatação, escavação, aterro, desaterro, impregnação, asfaltagem, etc.) nos sítios serão uma fonte de produção de resíduos. A má gestão destes resíduos pode levar à poluição dos solos. Este impacte é de intensidade média, de extensão local (zona de progresso dos trabalhos) e de	- Utilizar e, se necessário, prever zonas estanques para o armazenamento de quaisquer produtos poluentes ou perigosos; - Utilizar e, se necessário, criar zonas estanques para o estacionamento de veículos e máquinas no estaleiro; - Evitar o derrame de óleos usados e de combustível, efectuando a	- Menor

EIAS COMPOSANTE AMBIENTAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
	exploração da base do local			duração momentânea, pelo que é pouco importante..	manutenção e a lavagem dos camiões e de outros equipamentos motorizados em oficinas fora do estaleiro; - Efetuar controlos regulares aos motores dos camiões e máquinas utilizados no sítio do projeto; - Efetuar a triagem e recolha de resíduos para serem depositados em aterro; - Instalar no estaleiro recipientes ou contentores de lixo; - Assinar um contrato de recolha e eliminação de resíduos com uma estrutura certificada; - Fazer a triagem, a recolha e o transporte dos resíduos para os sítios autorizados pelas entidades territoriais ou pelas aldeias; - Envolver os serviços competentes no acompanhamento das actividades da obra;	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
					- Informar e sensibilizar o pessoal do estaleiro para o respeito das regras de higiene.	
IDE 389	Exploração da zona de empréstimos	Águas superfíciais e subterrâneas	Poluição física das águas superficiais por sedimentos de erosão e deslizamento de terras	A exploração das zonas de empréstimos pode levar à poluição das águas superficiais por sedimentos. Este impacto é de importância média.	- Instalar bacias ou barreiras de retenção de sedimentos em locais adequados; - Reabilitar o sítio imediatamente após a exploração;	Menor
FASE DE OPERAÇÃO						
IDE 390	Circulação de máquinas e veículos	Qualidade do ar e ambiente sonoro	Poluição do ar pelo tráfego e aumento dos gases com efeito de estufa	A entrada em serviço da via levará a uma concentração no ar de CO, CO2, O3 e outras partículas, como chumbo, provenientes da circulação de veículos e máquinas. As emissões gasosas provenientes do tráfego rodoviário podem também aumentar os gases com efeito de estufa. É um impacto permanente e de baixa intensidade, abrangendo toda a área do projeto.	- Instalação de sinais de limitação de velocidade, sinais de circulação de veículos e máquinas - prever um plano IEC do pessoal sobre a manutenção regular dos veículos e o respeito do limite de velocidade - prever um plano de manutenção e inspeção regular das máquinas /equipamentos - adquirir equipamento, veículos, materiais ou combustíveis pouco poluente	Menor
IDE 391	Execução do projecto	Águas superficiais	Poluição das águas e dos solos por escoamentos proveniêntes dos	Durante os trabalhos de manutenção do troço, pode haver poluição dos cursos de água devido a derrames acidentais de hidrocarbonetos.	- Prever um plano de contingência em caso de derrame acidental de hidrocarbonetos/óleos (circunscrição da área de influência	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL – VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
			trabalhos de manutenção e de circulação de veículos	A passagem de veículos implica a libertação de várias substâncias que são depositadas na faixa de rodagem: óleos, massas hidrocarbonetos, hidrocarbonetos, lascas de pneus e vários metais da carroçaria. Além disso, o desgaste dos pneus liberta hidrocarbonetos numa estrada asfaltada. Estes poluentes depositados na pista de circulação são lixiviados pela chuva em direção à lagoa. Vários metais pesados podem ser identificados nesta água de lixiviação, incluindo cádmio, cobre, chumbo, ferro e zinco. Os dois últimos metais estão frequentemente presentes em maior concentração. Este impacto, de duração permanente e intensidade relativamente baixa e importância relativa média.	do impacto, utilização de kits de despoluição, etc.); - Recolher os óleos usados em recipientes impermeáveis para reciclagem ou reutilização; - Equipar as oficinas com kits de despoluição.	
IDE 392	Funcionamento de depósitos	Água e solo	Poluição dos solos e dos recursos hídricos por resíduos provenientes de trabalhos de manutenção de camiões	A manutenção de camiões e veículos de serviço pode levar ao risco de derrame crónico de óleo usado nas áreas das oficinas mecânicas. Trata-se de uma fonte de poluição do solo e dos recursos hídricos. Especialmente no caso de óleos usados, electrólitos de baterias e PCB de DEEE	- Prever um plano de contingência em caso de derrame acidental de hidrocarbonetos/óleos (circunscrição da área de influencia do impacto, utilização de kits de despoluição, etc.);	Menor

EIAS COMPOSANTE AMBIENTAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impactos residuais
				(condensadores), os hidrocarbonetos têm a propriedade de se absorverem no solo, onde podem ficar retidos durante muitos anos. A lixiviação do solo pela chuva contribui para a migração dos poluentes para os cursos de água.	- Recolher os óleos usados em recipientes impermeáveis para reciclagem ou reutilização; - Impermeabilizar os solos das oficinas e fornecer-lhes kits de despoluição; - Fazer a manutenção ao abrigo das intempéries.	

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI de componentes adicionais para a reabilitação da estrada Antotinha - Mpack

6.7.3. Medidas para atenuar os impactos sociais negativos

As medidas destinadas a atenuar os impactos sociais negativos são apresentadas no quadro 87 infra.

Quadro: 88 Atenuação dos impactos sociais negativos

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
FASE PREPARATÓRIA						
IDF 393	Recrutamento de mão-de-obra	Sociais	Conflitos sociais entre as populações locais e os trabalhadores da construção civil (influxo de trabalhadores)	O não utilização de mão-de-obra local e o desrespeito de usos e costumes das populações locais por empregados vindos de outros locais (influxo de trabalhadores) podem levar a conflitos. Além disso, a gestão de fornecedores e prestadores de serviços pode conduzir a conflitos,	- Dar prioridade ao recrutamento de mão de obra local para trabalhos não qualificados, aplicando o sistema HIMO, tendo em conta a presença da linha de demarcação; - Não há discriminação contra pessoas vulneráveis, nomeadamente mulheres,	Menor

EIAS COMPOSANTES ADDITIONNELLES VERSION PORTUGAISE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
				nomeadamente em caso de incumprimento. A intensidade deste impacto é média, à escala local, mas terá uma duração temporária e, por conseguinte, uma importância média.	pessoas com deficiência, PI, deslocados internos, etc. - Informar a população sobre o início dos trabalhos e as zonas em causa; - Implementar uma estratégia de inclusão social para a contratação de pessoas marginalizadas pela comunidade; - Ter em conta o género (incentivar o recrutamento de mulheres) - Proibir a contratação de menores de 18 anos no local de trabalho - Aplicar o procedimento de gestão da mão de obra (PGMO); - Implementar o Mecanismo de Gestão de Reclamações sensível à EAS/AS (MGP-EAS/AS): - Fazer com que os trabalhadores dos estaleiros, incluindo os dos subcontratantes e prestadores de serviços, assinem o Código de boa conduta que proíbe os actos de EAS/AS, bem como as sanções a aplicar em caso de prática dos mesmos;	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					- Elaborar e fazer assinar o Código de Conduta Interno; - Registar todos os trabalhadores no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), incluindo os dos subcontratados e prestadores de serviços. - Fazer com que os trabalhadores assinem o Código de boa conduta - Assinar os contratos dos trabalhadores no estaleiro, incluindo os dos subcontratantes e dos prestadores de serviços, e fazer com que sejam assinados pela inspeção do trabalho; - Organizar reuniões de sensibilização dos trabalhadores, das comunidades ribeirinhas e das pessoas vulneráveis sobre os riscos associados aos comportamentos desviantes em relação às IST/VIH/SIDA;	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					- Assegurar a disponibilidade de preservativos para os trabalhadores; - realizar reuniões de sensibilização dos trabalhadores e das comunidades ribeirinhas sobre pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis; ; - incentivar os trabalhadores a descobrirem o seu estado serológico através de testes voluntários ao VIH e assegurar a assistência aos trabalhadores seropositivos; - dar uma formação às equipas de projeto sobre o quadro ambiental e social do Banco Europeu de Investimento e, mais especificamente, sobre a "Nota de Boas Práticas sobre o Combate à Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (EAS/AS) no	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					Financiamento de Projectos de Investimento que Envolvam Obras Civis Pesadas"; - assegurar que a unidade de gestão do projeto dispõe de pessoal especializado com formação para realizar actividades de prevenção, coordenação e acompanhamento da VBG/EAS/AS - assegurar que a Unidade de Gestão do Projeto receba assistência técnica regular, em coordenação com os especialistas do Banco Europeu de Investimento em VBG/EAS/AS e salvaguardas ambientais e sociais, que lhe permita avaliar continuamente, ao longo do ciclo de implementação do projeto, os riscos de VBG/EAS/AS e EAS/AS do	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					projeto, bem como a implementação adequada do plano de ação, incluindo medidas para mitigar esses riscos; - Elaborar um mapa das estruturas e das partes interessadas envolvidas na gestão da VBG/EAS/AS e das pessoas vulneráveis na área de estudo; - Estabelecer um sistema de recrutamento transparente (evitar o recrutamento nos locais de trabalho, mas de preferência num centro de recrutamento). Preparar uma lista de residentes locais que desejem trabalhar no projeto e enviá-la à empresa e aos seus subcontratantes). - Sensibilizar os trabalhadores e as empresas para o respeito do salário mínimo	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					- Sensibilizar o pessoal da obra para o respeito dos usos e costumes das populações locais. - Inclusão social de pessoas vulneráveis. - Promover a saúde e a segurança no trabalho; - Defender os princípios de liberdade de associação e de negociação colectiva para os trabalhadores do projeto, em conformidade com a legislação nacional.	
IDE 394	instalação da base do estaleiro	Sociais	Actividades económicas, de emprego e culturais	Perda de atividades económicas, de postos de trabalho e de culturas	- Implementar o Plano de Reinstalação para garantir que a indemnização está em conformidade com as políticas operacionais do Banco Europeu de Investimento. - Encontrar um local para a relocalização dos comerciantes e das estações de transportes; - Compensar as actividades económicas afectadas pelo	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGAISE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					projeto se a reinstalação física não for possível. - Compensar as pessoas afectadas pelo projeto antes do início dos trabalhos; - Informar as PAP durante todo o processo de reassentamento; - Informar os proprietários de culturas sobre a data de início das obras, para que possam efetuar as suas colheitas antes das obras, se possível; - Realizar o projeto antes da época de cultivo; - Estabelecer uma provisão para indemnizar as pessoas não identificadas que poderão ser vítimas de destruição de bens durante as obras; - Pôr à disposição da população local grelhas de avaliação dos bens; - Evitar o pagamento de indemnizações superiores a 100.000 francos CFA em dinheiro vivo, mas sim por cheque ou qualquer outro	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					meio de pagamento sem manuseamento de dinheiro vivo, a fim de garantir a segurança dos beneficiários.	
IDF 395			Habitat	Perda de habitat e construções	- Executar o Plano de Acção de Reinstalação; - Compensar as pessoas afetadas antes do início dos trabalhos, caso não seja possível uma relocalização física.	Baixo
IDE 396	Instalação estaleiro e base vida, presença e circulação de trabalhadores e técnicos	Emprego e questões sociais	Depravação da moral relacionada com o risco de exploração sexual e abuso e assédio sexual (EAS / AS), em especial em raparigas menores e viúvas), propagação de DST	A execução do projeto exigirá mão de obra qualificada ou não qualificada. A presença de trabalhadores assalariados pode conduzir a comportamentos desviantes, exploração e abuso sexuais e assédio sexual (EAS/HS), especialmente em grupos vulneráveis (viúvas, menores). Além disso, a mistura de trabalhadores com populações poderia aumentar a violência baseada no género, a exploração, o abuso e o assédio sexual na área do projeto ao longo do troço. A precariedade dos bairros e aldeias é um fator	- Realizar IES sobre os riscos de exploração e abuso sexual e assédio sexual, bem como as suas consequências para os grupos vulneráveis e o pessoal das instalações; - Punir os responsáveis pela exploração e abuso sexual em caso de descoberta de violência contra pessoas vulneráveis. - Recrutamento de estruturas de gestão de processos - A realização de um exame médico pré-emprego como pré-requisito.	Baixo

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
				determinante. O impacto negativo é considerado de elevada intensidade, âmbito regional e duração média e, por conseguinte, de importância relativa, considerado forte.		
FASE DE CONSTRUÇÃO						
IDE 397	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Aumento da prevalência de infeções respiratórias agudas (IRA) na população ribeirinha	A poeira e as partículas poluentes (SO2 e NOX), geradas pelo movimento e funcionamento de máquinas, podem levar a um aumento das infecções respiratórias agudas (asma), especialmente durante os meses de estação seca. Os idosos, as crianças e as grávidas, bem como as pessoas imunodeprimidas, serão os mais expostos ao nível das populações ribeirinhas localizadas à beira da área de servidão da obra, bem como os funcionários da empresa. Considera-se que o impacto negativo é de baixa intensidade, âmbito local e duração temporária (o tempo dos	- sensibilizar e informar os habitantes ribeirinhos e os trabalhadores locais sobre os riscos de IRA - pôr à disposição dos trabalhadores os EPI adequados, nomeadamente as máscaras antipoeiras, e exigir-lhes o seu uso - - limitar a velocidade dos camiões a 30 km/h durante o transporte, nomeadamente a nível das aglomerações e dos mercados - Regar regularmente 2 a 3 vezes a plataforma da estrada, as vias de acesso ao sítio de trabalho e as pistas de acesso às zonas de empréstimo ao nível da atravessia das aglomerações,	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
				trabalhos) e, por conseguinte, de importância relativa média.	sobretudo durante a estação seca. - Incluir no caderno de encargos da empresa de construção a obrigação de ter um manual de saúde, segurança e ambiente (HSE); - Distribuir os EPI (vestuário adequado, capacetes, sapatos ou botas, luvas, etc.) e dar formação aos trabalhadores sobre a sua utilização; - Sancionar severamente aqueles que não cumprem as medidas de segurança; - Substituir os EPIs em intervalos específicos para cada equipamento; - Reforçar a dotação das estruturas de saúde das localidades do projeto com equipamento e medicamentos para combater as IRA. - Realizar reuniões de segurança semanais para cada posto de trabalho identificado;	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					- Formar todo o pessoal novo sobre os riscos de saúde e segurança do trabalho; - Dotar os postos de trabalho de equipamento de primeiros socorros.	
IDE 398	Terraplenagem, movimentação de máquinas e presença de trabalhadores de diversas proveniências	Saúde e segurança públicas	Risco de aumento da prevalência de casos de IST/VIH/SIDA	O poder de compra muito baixo das famílias e a presença de uma população feminina com baixo poder de compra nas aldeias bem como precariedade das aldeias atravessadas pelo projeto são factores que podem encorajar relações sexuais de risco entre trabalhadores com meios financeiros relativamente elevados. Isto pode levar à contaminação com IST e VIH/SIDA. A este respeito, a intensidade deste impacto negativo é considerada elevada, com um alcance regional, e dada a duração das consequências para os indivíduos, este impacto é considerado permanente e, por conseguinte, de importância relativa elevada.	- Sensibilizar e informar os trabalhadores e as populações circundantes sobre os perigos das IST e do VIH/SIDA, bem como sobre as suas consequências - Formar os educadores pares para sensibilizarem e fornecerem informações nos bairros por onde passam - organizar testes de despistagem voluntários para os trabalhadores e a população vizinha - colocar preservativos à disposição dos trabalhadores e das populações vizinhas - Prestar cuidados aos trabalhadores seropositivos	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
IDE 299	Terraplenagem	Saúde e segurança públicas	Aumento dos riscos de doenças de origem hídrica entre a população vizinha e os trabalhadores	A estagnação da água durante as obras poderia provocar um aumento das doenças de origem hídrica (como a cólera, a disenteria, a febre tifoide, a poliomielite, etc.). Esta situação seria agravada, nomeadamente, entre as crianças, os idosos e o pessoal da empresa. O impacto será de fraca intensidade, de âmbito local e de duração momentânea (a duração dos trabalhos), com uma importância relativa considerada média.	- sensibilizar e formar os trabalhadores e as populações vizinhas sobre as doenças transmitidas pela água, a malária e a cólera - instalar e manter um número suficiente de latrinas modernas nas bases de vida para evitar os riscos fecais - instalar um sistema de abastecimento de água potável (cisternas/reservatórios/buracos) ao nível das bases de vida - instalar e manter um sistema adequado de drenagem contínua das águas de escoamento.	Menor
IDE 400	Terraplenagem, movimentação de veículos e máquinas pesadas	Acesso, tráfego e mobilidade	Perturbação da mobilidade de bens e pessoas ao longo das vias de circulação existentes e, particularmente, nos cruzamentos Perturbação do funcionamento das estações de transporte público	O circulação de equipamentos do estaleiro, as obras sobre a faixa de rodagem no cruzamento das vias existentes perturbarão a circulação e a mobilidade das populações nas proximidades. A alteração das rotas dos mototáxis e tipos de transportes públicos poderá causar perturbações na circulação das pessoas, sendo as pessoas com mobilidade reduzida e os idosos	- Delimitar e sinalizar as zonas de trabalho; - Informar e sensibilizar as populações sobre o início dos trabalhos e as zonas afectadas pelas perturbações; - Informar, sensibilizar e distribuir o plano de circulação às populações - Formar controladores de tráfego para gerir a circulação	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
				os mais afectados. Este impacto é considerado de intensidade média, de âmbito local, de duração temporária (durante o período de construção) e de importância relativa média.	- Sensibilizar os trabalhadores e camionistas sobre o cumprimento do Código da Estrada - Respeitar os prazos de execução das obras; - Instalar painéis provisórios de sinalização rodoviária e aqueles de redução de velocidade - Limitar os trabalhos às áreas de servidão adoptadas; - Providenciar passagens temporárias acordadas para os residentes locais nos bairros e aldeias; - construir e efetuar a manutenção das vias de desvio,	
IDE 401	Terraplenagem, exploração de zonas de empréstimos e recrutamento de pessoal	Sociais	Conflitos sociais entre a população local e os trabalhadores da obra	A não utilização de mão-de-obra local e o desrespeito dos usos e costumes da população local por parte funcionários de outras localidades pode levar a conflitos sociais. A intensidade deste impacto é média, à escala local, mas terá uma duração temporária e, por conseguinte, uma importância média.	- dar prioridade ao recrutamento de mão de obra local para os empregos não qualificados - criar um sistema transparente de recrutamento - evitar a discriminação das mulheres - proibir o emprego de menores de 18 anos no estaleiro	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					- respeitar o SMIG (sigla francesa para Salário Mínimo Interprofissional Garantido) no pagamento dos salários - criar um dispositivo de prevenção e de gestão dos conflitos; - informar e sensibilizar as populações locais - Sensibilizar o pessoal da obra sobre o respeito dos usos e costumes das populações locais; - Fornecer às populações locais grelhas de avaliação dos bens; - Indemnizar as pessoas vítimas de destruição de bens; - Realojar as pessoas deslocadas; - Envolver os chefes tradicionais na comunicação sobre o recrutamento de trabalhadores; - Colocar sinalética adequada e bem visível nos locais de trabalho; - Marcar a área de servidão de forma bem visível. - Elaborar e implementar o plano de mobilização das partes interessadas (PMPP)	

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUE

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					- Informar regularmente as partes interessadas sobre o estado de implementação do PGAS e do PR - Facultar às partes interessadas o acesso aos documentos do projeto (EIAS, PGAS, PR, etc.). -	
IDE 402	Funcionamento do sítio	Saúde e segurança públicas	Acidente de trabalho	Durante o funcionamento de estaleiro, podem ocorrer acidentes devido a colisões com outros utentes da estrada, mau manuseamento, funcionamento do central de mistura de betão, etc. (ferimentos, mortes, perda de equipamento, etc.). A intensidade deste impacto é média, de âmbito local, mas de duração momentânea e, por conseguinte, de importância média.	- Elaboração de um plano de saúde e segurança - Assinalar os locais mais perigosos - Todos os trabalhadores devem usar equipamentos de proteção individual adequados (auriculares, máscaras, luvas, óculos de proteção, etc.) - proteger o local com uma vedação para impedir a entrada de intrusos	Menor
IDF 403	Descascamento, terraplenagem, utilização de áreas de empréstimo	Paisagem	Mudificação da paisagem	A paisagem será afetada pelo conjunto do subprojecto, que a alterará significativamente através da intrusão de novos elementos no campo visual e da alteração da qualidade estética da paisagem. Esta alteração	- recuperar as áreas utilizadas após os trabalhos - se necessário, reflorestar as áreas restauradas	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
				dever-se-á ao armazenamento de materiais de construção no local, ao estacionamento de máquinas de estaleiro e a depósitos diversos. Este impacto será relativamente permanente (até à restauração) no caso das zonas de empréstimo e das pedreiras. Será localizado, de baixa intensidade e, por conseguinte, de importância moderada.		
IDF 404	Presença de trabalhadores no local	Economia local	Risco de inflação do preço dos géneros alimentícios de base devido à presença de trabalhadores.	A presença de trabalhadores assalariados poderá provocar uma ligeira inflação do preço dos produtos alimentares de base na zona do projeto. A intensidade deste impacto é média, de âmbito local, mas será de duração momentânea e, portanto, de importância média.	- Sensibilizar para a necessidade de preservar os preços	Menor
IDE 405	Presença de trabalhadores no estaleiro	Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual	Riscos do EAS/AS	A presença de trabalhadores assalariados pode levar a incidentes de EAS/AS nas comunidades locais, incluindo raparigas menores de idade, viúvas e mulheres, bem como raparigas em situações económicas precárias.	- Realizar sessões de sensibilização e de educação dos trabalhadores e dos habitantes locais sobre os riscos de EAS/HS e as suas consequências. - Assinatura do Código de Conduta por todas as pessoas que trabalham	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
					no estaleiro (inspectores, empreiteiros, empresas, consultores, etc.).	
FASE DE EXPLORAÇÃO						
IDE 407	Entrada da estrada em funcionamento (circulação de veículos e máquinas)	Saúde e segurança públicas	Acidentes devido ao não cumprimento das regras de trânsito	Estes riscos de acidentes estarão associados ao desrespeito da velocidade de referência e da sinalização no ponto de cruzamento com as vias existentes. Podem também estar associados às práticas perigosas de alguns automobilistas, nomeadamente o estacionamento descontrolado na via na sequência de uma avaria ou a realização de uma carga, a paragem numa parte da estrada destinada à circulação por várias razões. Este impacto é forte e localizado. Considera-se forte porque é possível ter perdas de vida humana.	- Realização de sessões de sensibilização e educação para os utentes da estrada sobre o código da estrada; - Colocar os painéis de redução da velocidade, especialmente perto dos pontos de cruzament.	Menor

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

IDF	Atividades/ Fontes de impacto	Componente do ambiente afetado	Título do impacto potencial	Descrição do impacto	Medidas de atenuação	Impacto residual
	Colocação em funcionamento de infraestruturas de adução de água potável	Acesso, segurança	Conflitos sociais para o acesso e a segurança	Possibilidade de desacordo sobre o acesso à água (ordem de chegada ou monopolização do bem)	- Sensibilizar a população sobre a utilização dos bens comunitários; - Sensibilização sobre os direitos e deveres das populações beneficiárias.	Média
	Funcionamento e manutenção de centros de abastecimento de água potável	Qualidade das águas subterrâneas	Turbidez das águas subterrâneas	Pode haver perturbações na alteração da qualidade das águas subterrâneas	- Recolher amostras mensais para a análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos.	Baixo

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI de componentes adicionais para a reabilitação da estrada Antotinha - Mpack

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7. AVALIAÇÃO E PREVENÇÃO DOS RISCOS

7.1. Avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos é utilizada para planificar acções preventivas durante os trabalhos de construção, tendo em conta as prioridades. A metodologia utilizada tem três etapas principais:

- Identificação das situações de risco associadas aos trabalhos de abertura de valas e de desenvolvimento;
- Estimativa para cada situação perigosa da gravidade dos danos potenciais e da frequência de exposição;
- Hierarquização dos riscos para determinar as prioridades do plano de ação..

7.1.1. Identificação e avaliação dos riscos

A identificação dos riscos baseou-se no retorno das experiências (acidentes, queimaduras e doenças profissionais nos estaleiros, actividades do projeto, etc.) e nas visitas de terreno. Foi adotado um sistema de pontuação para avaliar os riscos. O objetivo desta pontuação é definir os principais riscos e dar prioridade às acções preventivas. Os critérios tidos em conta nesta avaliação são: a frequência da tarefa a executar que contém o risco e a gravidade do acidente/incidente.

7.1.2. Apresentação da grelha de avaliação

A estimação do risco consiste em considerar dois factores para cada situação perigosa: a frequência da exposição ao perigo e a gravidade dos danos potenciais. Os níveis de frequência podem variar de baixo a muito frequente e os níveis de gravidade de baixo a muito grave.

Quadro: 89 Níveis dos fatores da grelha de avaliação dos riscos

Escala de probabilidades (P)		Escala de gravidade (G)	
Pontuação	Significância	Pontuação	Significância
P1	Muito improvável	G1 = baixo	**Acidente ou doença sem baixa**
P2	Pouco provável	G2 = média	**Acidente ou doença com baixa**
P3	Provável	G3 = grave	**Acidente ou doença com incapacidade permanente parcial**
P4	Muito provável	G4 = muito grave	**Acidente ou doença fatal**

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

Frequência e gravidade da travessia dão o nível de prioridade

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 90 Grelha de avaliação dos riscos

	P1	P2	P3	P4
G4				
G3				
G2				
G1				

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.*

Quadro: 91 Significado das cores da grelha de avaliação dos riscos

Código da cor	Nível prioritário
	Prioridade 1
	Prioridade 2
	Prioridade 3

Fonte *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.*

7.2. Análise de risco

7.2.1. Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas

Quadro: 92 Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas

Código 366	Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas	
Perigos e/ou situações perigosas • *Incompetência do condutor* • *Falha do travão* • *Falta de visão panorâmica a partir do posto de condução* • *Algumas manobras, incluindo a marcha-atrás* • *Ausência de circulação, velocidade excessiva ou ausência de visibilidade durante as manobras* • *Restrições de tempo* • *Condução em estado de embriaguez;* • *Veículos inadaptados;* • *Veículos avariados;* • *Perturbação do tráfego*	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas no local de trabalho.	
	Probabilidade: Probabilidade fraca	P2
	Gravidade: acidente com ou sem baixa	G2
	Nível de risco:	2
Medidas preventivas		
As pessoas mais expostas são naturalmente condutores, trabalhadores, peões (geralmente populações ribeirinhas) que são suscetíveis de serem atingidos. Os principais fatores que reduzem estes riscos são:		

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Código 366	Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas

- *Assegurar que os condutores recebem formação adequada sobre Código de Estrada, por exemplo, no Certificado de Aptidão para Condução Segura (CACES);*
- *Realizar um exame médico regular dos condutores para detetar drogas e álcool*
- *Efetuar manutenção e inspeções adequada e ensaios regulares para reduzir a possibilidade de falha dos travões e outros problemas;.*
- *O risco de quedas por parte dos condutores que entram ou saem da cabina pode ser eliminado em grande medida através da instalação e manutenção de sistemas adequados de acesso às cabinas e, se for caso disso, a outras partes das máquinas de grande dimensão.*
- *Todos os equipamentos devem estar equipados com uma estrutura de proteção combinada com um cinto de segurança que mantenha o condutor em segurança em caso de capotamento, um visor de marcha-atrás e um sistema de alerta, acesso ergonómico, cabinas adequadas e proteção contra a queda de objetos.*
- *Estabelecer regras e procedimento interno e afixar instruções de segurança no local.*

Os riscos de lesão por ação mecânica (corte, esmagamento, etc.) de uma máquina ou ferramenta também não devem ser negligenciados. Para evitar este risco, as principais ações a serem tomadas são:

- *Formar o pessoal em matéria de segurança no local de trabalho;*
- *Elaborar fichas de procedimentos para a utilização de máquinas;*
- *Certificar-se de que todas as máquinas têm documentos de bordo válidos*
- *Certifique-se de que o equipamento de proteção individual (EPI) é usado: capacetes, botas de segurança, luvas adequadas, etc.*
- *Assegurar que todas as máquinas dispõem de um sistema de segurança adequado;*
- *Elaborar um plano de gestão do tráfego e de segurança rodoviária pela empresa no âmbito dos estudos de execução:*
- *Viagem: políticas de limitação ou otimização das viagens*
- *Competências: organizar ações de formação e sensibilização para condutores e trabalhadores*
- *Entre os exemplos contam-se os regimes de acantonamento na estrada.*
- *Integração do risco na abordagem qualitativa dos vários intervenientes: existência de uma política/regras de risco rodoviário, identificação do risco no documento único ou equivalente, ações de comunicação específicas, plano de ação, etc.*
- *Fazer alcotests a todos os condutores*
- *Estabelecer um plano de tráfego*
- *Sistematizar a manutenção regular do veículo*
- *Sistematizar o dispositivo de segurança do veículo (sinais, alerta sonora, sinal luminoso, alerta sonora de recuo, etc.),*
- *Operadores de comboios em condução defensiva*
- *Disponibilizar veículos adequados;*
- *Manutenção periódica dos veículos;*
- *organizar a circulação de trabalhadores no estaleiro e na zona do estaleiro;*
- *Proibir os estupefacientes (álcool, drogas) durante a condução;*
- *Não telefonar durante a viagem (sistema de resposta)*
- *Considerar a instalação ou os monitores de limitação de velocidade e instalar sirenes de marcha-atrás*
- *Introduzir no regulamento interno sanções para condutores recalcitrantes*

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL DE SAÚDE PORTUGUESA

Código 366			Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas					
• *Garantir que todos os motoristas tenham as qualidades necessárias para a condução*								
Interveniente na supervisão			**Intervenientes de acompanhamento**			**Indicadores**		
Centro de Saúde Ocupacional HSE/UGP; Empresa			*DGE, Unidade do Ambiente METP*			*100% dos trabalhadores usam EPI* *relatórios de formação do pessoal* *fichas de monitorização e da manutenção dos equipamentos*		
Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 366	Risco de acidentes ligados à circulação de máquinas	*Cuidados com os feridos*	*Provisão*	*1*	*2000 000*	*2000 000*		*2000 000*
		IEC sobre a gestão do local	*FF*	*1*	*1 000 000*	*1000 000*		*1 000 000*
	Total					3000000		3000000

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.*

7.2.2. Risco de ruído

É um risco resultante da exposição a um ambiente sonoro elevado que pode levar à perda auditiva irreversível e gerar problemas de saúde (memória, fadiga, doenças cardíacas, etc.).

Quadro: 93 Risco de ruído

Código 367	Risco de ruído	
Perigos e/ou situações perigosas: • *Exposição contínua a ruído muito elevado ou a ruído de impulso muito elevado* • *Comunicação verbal e telefónica prejudicada* • *Sinais de alarme mascarados pelo ruído do ambiente*	**Avaliação qualitativa dos riscos:** O ruído é também faz parte de um dos principais riscos associados à utilização de maquinaria pesada e de outras ferramentas e equipamentos que serão utilizados no estaleiro.	
	Probabilidade: acontecimento provável	P3
	Gravidade: doença com ou sem baixa	G2
	Nível de risco	2
Medidas preventivas		
• *- Informar os trabalhadores sobre os riscos;* • *- Assegurar-se da utilização de equipamentos de proteção individual (tampões para os ouvidos, auscultadores com cancelamento de ruído, etc.);* • *- Organizar uma vigilância médica especial para os trabalhadores expostos.* • *- Organizar os horários de trabalho geradores de ruído de modo a não expor os trabalhadores a períodos permanentes de níveis sonoros muito elevados.*		

EIAS COMPLEMENTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Interveniente na supervisão			**Intervenientes de acompanhamento**			**Indicadores**		
Centro de Saúde de trabalho UAS/UGP; Empresa			*DGA, Unidade do Ambiente MTPHU*			*100 % dos trabalhadores utilizam EPI – fichas de monitorização da manutenção do equipamento*		
Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 367	Risco de ruído		*FF*	**1**		**2000**		**2000**

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

7.2.3. Riscos relacionados com a movimentação manual e mecânica

É um risco de lesão, queimadura corporal na fábrica de asfalto durante a preparação do betume e sob certas condições, doenças ocupacionais resultantes de esforço físico, esmagamento, choques, gestos repetitivos, más posturas.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 94 Riscos relacionados com a movimentação manual e mecânica

Código 368		Riscos relacionados com a manutenção manual e mecânica	
Perigos e/ou situações perigosas • *Manuseamento de cargas pesadas* • *Manuseamento repetitivo a alta velocidade* • *Má postura adoptada pelo pessoal (cargas distantes, costas curvadas)*		**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas no local de trabalho.	
		Probabilidade: acontecimento provável	P3
		Gravidade: doença e lesões com ou sem baixa	G2
		Nível de risco	2

Medidas preventivas

Proteção coletiva

- *Organizar os postos de trabalho de modo a eliminar ou reduzir o manuseamento;*
- *Identificar os riscos relacionados com a movimentação e aplicar medidas preventivas Utilizar equipamento de manuseamento adequado, por exemplo, porta-paletes*
- *Equipar as máquinas com um sinal sonoro (advertencia sonora)*
- *Equipar as cargas com dispositivos de preensão, como pegas*
- *Formar o pessoal para adotar gestos e posturas adequados*

Proteção individual

- *obrigar os trabalhadores a usar equipamentos de proteção individual (sapatos, luvas, botas, etc.)*
- *Efetuar uma avaliação dos riscos profissionais relacionados com as tarefas,*
- *Criar dispositivos de prevenção de emergência*
- *Criar um sistema de autorização para as tarefas de risco, etc..*

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Centro de Saúde Ocupacional *UAS/UGP; Empresa*	DGE, Unidade do Ambiente MTPHU	100 % dos trabalhadores utilizam EPI fichas de monitorização da manutenção do equipamento

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 368	Riscos relacionados com a movimentação manual e mecânica	IEC sobre a gestão do local	*FF*	1	2000			2000

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.4. Riscos tóxicos

Toxicidade aguda - efeitos locais: Altas concentrações de vapores ou aerossóis podem ser irritantes para o trato respiratório e para as membranas mucosas. O contacto do gasóleo com os olhos provoca sensações de ardor e vermelhidão temporária. Em caso de ingestão acidental, o

produto pode ser aspirado dos pulmões devido à sua baixa viscosidade e dar origem a uma pneumatite por inalação que se desenvolve nas horas seguintes (supervisão médica indispensável durante 48 horas).

Toxicidade crónica ou a longo prazo: O contacto frequente ou prolongado com a pele destrói o revestimento cutâneo e pode provocar dermatites com risco de alergia secundária. Suspeitou-se de um efeito carcinogénico, mas as provas são insuficientes. Alguns testes de aplicação em animais revelaram o desenvolvimento de tumores malignos.

Quadro: 95 Riscos relacionados com a utilização de produtos químicos

<table>
<tr><td>Código 369</td><td colspan="2">Riscos relacionados com a utilização de produtos químicos</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Perigos e/ou situações perigosas
Utilização, no quadro das atividades da empresa, de produtos tóxicos (T), nocivos (Xn), corrosivos ©, irritantes (XI).
• Armazenamento de produtos tóxicos em más condições (instalações não conformes, falta ou inadequação de ventilação, ausência de tanques de retenção, incumprimento dos princípios de armazenamento, incompatibilidade entre produtos)
• Ventilação inadequada ou inexistente para determinados postos de trabalho (soldadura, pintura, etc.)
• Rotulagem inexistente ou deteriorada nos recipientes ou embalagens
• Deterioração da embalagem (esmagamento, corrosão)
• Falta de informação ou de formação do pessoal que manuseia ou utiliza este tipo de produto
• Ausência ou inadequação de EPI
• Incumprimento das diretivas relativas à segurança e à proteção do ambiente</td><td colspan="2">Avaliação qualitativa dos riscos:
Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas no local de trabalho.
No estaleiro, serão armazenados, em maior ou menor quantidade, gasóleo para o funcionamento de máquinas e veículos, bem como produtos à base de hidrocarbonetos utilizados pelos trabalhadores, betumes, tintas, mástiques, etc.</td></tr>
<tr><td>Probabilidade: acontecimento provável</td><td>P3</td></tr>
<tr><td>Gravidade: Queimadura ou acidente mortal</td><td>G2</td></tr>
<tr><td>Nível de risco</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="3">Medidas preventivas e de proteção
• Cada produto tóxico deve ser acompanhado da respetiva ficha de dados de segurança (FDS).
• Se possível, substitua um produto perigoso por um outro menos nocivo.
• Limitar a utilização de produtos tóxicos em silos ou assegurar uma ventilação adequada dos espaços ou áreas de trabalho
• Não misturar resíduos tóxicos ou embalagens que contenham produtos tóxicos
• Ao manusear ou utilizar produtos, usar obrigatóriamente EPI adequados (vestuário de proteção de algodão, luvas, máscara e óculos de proteção)
• Respeitar das normas de armazenamento e miscibilidade para diferentes produtos
• Informação e formação do pessoal sobre a utilização e os perigos dos produtos tóxicos
• Instalar meios de proteção coletivos do pessoal (lavagem ocular, chuveiro de segurança, lavatório com sabão, etc.)
• Criação de capacidades de combate a incêndios</td></tr>
</table>

DAS COMPOSIÇÃO ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Código 369	Riscos relacionados com a utilização de produtos químicos
• *Repeitar das directivas relativas à protecção do ambiente (recuperação selectiva de produtos tóxicos usados);* • *Realizar ações de formação e sensibilização*	
Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção	
- Prever uma evacuação de emergência - Alertar os bombeiros - Tenha uma caixa da farmácia	

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Centro de Saúde Ocupacional *HSE/UGP; Empresa*	DGE, Unidade do Ambiente METP	100% dos trabalhadores são sensibilizados e formados sobre os riscos de toxicidade

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 369	Riscos relacionados com a utilização de produtos químicos	CEI para os trabalhadores em matéria de toxicidade dos produtos	FF	1	1000 000	1000 000		1000 000

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

7.2.5. Riscos de incêndio e explosão na base do estaleiro de construção

É um risco grave de queimaduras ou ferimentos em pessoas na sequência de um incêndio ou explosão. Podem causar danos materiais e corporais (para o pessoal e mesmo para as populações estabelecidas na área).

Quadro: 96 Perigos de incêndio e explosão

Código 370	Perigos de incêndio e explosão	
Perigos e/ou situações perigosas • Presença no estaleiro de combustível de: gasóleo, fuel, gás butano; • Inflamação de um veículo ou de uma máquina; • Mistura de produtos incompatíveis ou armazenamento não diferenciado; • Incêndio devido à libertação de ponta de cigarro não extinta no estaleiro; • Incumprimento das instruções de segurança • Explosão de restos de explosivos de guerra • Presença de uma fonte de chamas ou faíscas: raio, partículas incandescentes, faíscas elétricas, etc.;	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas local de trabalho. No local, o gasóleo será armazenado em maior ou menor quantidade para o funcionamento de máquinas e veículos, e o gás será armazenado para uso doméstico dos trabalhadores.	
	Probabilidade: acontecimento provável	P3
	Gravidade: Queimadura ou acidente mortal	G4
	Nível de risco	1
Medidas preventivas e de proteção		
• Organizar as instalações de armazenamento (cisterna de gasóleo ou construção de uma bomba);		

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Código 370	Perigos de incêndio e explosão

- Instalação de sistemas de deteção e alarme de fumo e incêndio;
- Elaborar planos de intervenção e de evacuação;
- Ter no estaleiro e nos veículos material de extinção de fogos (extintores, tabuleiros de areia, emulsionantes e equipamento de bombagem) para conter rapidamente o fogo antes que este se desenvolva;
- Colocar os extintores de forma a que sejam visíveis e acessíveis para todos (os caminhos que conduzem a eles devem estar livres de quaisquer obstáculos);
- Formar o pessoal em técnicas de extinção de incêndios;
- Proibir o consumo de tabaco em áreas claramente especificadas (perto de áreas de armazenamento, por exemplo).
- Reforçar as medidas de vigilância;
- Instalar a base do estaleiro longe das zonas residenciais;
- Estabelecer um plano de emergência e de evacuação médica;
- Exigir que as empresas possuam uma ambulância médica..

Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção

- Prever uma evacuação de emergência;
Alertem os bombeiros.

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Centro de Saúde Ocupacional UAS/UGP; Empresa	*DGE, Unidade do Ambiente MTPHU*	*100% dos trabalhadores estão sensibilizados* 100% dos feridos ou vítimas são atendidos.

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 370	Perigos de incêndio e explosão	Aquisição de extintores de incêndio e formação dos trabalhadores	NB	5	300 000	1 500 000	-	1 500 000
		Total				1 500 000	-	1 500 000

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

7.2.6. Risco de afogamento

C'est un risque grave consécutive à une noyade. La chute d'un membre du personnel dans un cours d'eau peut entraîner la mort (pour le personnel et même pour les visiteurs).

PAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 97 Risco de afogamento

Código 371	Riscos de afogamento	
Perigos e/ou situações perigosas • Inadequado arumação de materiais no local; • Existência de zonas escorregadias no local; • Natação na lagoa; • Estado de embriaguez; • Obstáculo à boa circulação no canteiro de obras.	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas na área de trabalho. Na verdade, os trabalhadores terão que trabalhar na ponte de Ouham e Lei	
	Probabilidade: acontecimento provável	P3
	Gravidade: acidente mortal	G4
	Nível de risco	1

Medidas preventivas e de proteção

- Sensibilizar o pessoal para os riscos de queda;
- Instalar uma rede de proteção contra as quedas;
- Fornecer coletes salva-vidas ao pessoal;
- Proibir o pessoal de nadar;
- Recrutar um socorrista;
- Estabelecer um plano de emergência e de evacuação médica;
- Exigir que as empresas disponham de uma ambulância médica.

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Centro de Saúde Ocupacional UAS/UGP; Empresa	*DGE, Unidade do Ambiente MTPHU*	*100% dos trabalhadores estão sensibilizados* 100% dos feridos ou vítimas são atendidos.

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 372	*Risco de afogamento*	rede de proteção contra quedas	FF	1	1000000	1000000	-	1000000
		Recrutamento de um trabalhador de primeiros socorros	meses	12	200000	2400000		2400000
	Total					2400000		2400000

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

7.2.7. Risco de Exploração Sexual e Abuso (EAS) e Assédio Sexual (HS) e Doenças Sexualmente Transmissíveis(DST)

➢

- A chegada do projeto e dos seus funcionários à área pode levar a um aumento do número de casos de EAS/AS e de doenças sexualmente transmissíveis IST/HIV/SIDA. Uma vez que é provável que haja contacto entre os funcionários e a comunidade ribeirinha;
- As grandes obras de engenharia civil podem aumentar o risco de violência baseada no género, exercida de diferentes formas por uma série de autores, tanto na esfera pública como na privada. A combinação destes factores pode aumentar significativamente o risco de VBG e deve ser cuidadosamente considerada durante a preparação e implementação do projeto.

Quadro: 98 Riscos de exploração e abuso sexual

<table>
<tr><td>Código 373</td><td colspan="2">Riscos de exploração e abuso sexual</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Perigos e/ou situações perigosas
• Presença de trabalhadores durante a fase de obra;
• Proximidade aos numerosos pubs e bares de dança;</td><td colspan="2">Avaliação qualitativa dos riscos:
Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas na área de trabalho.</td></tr>
<tr><td>Probabilidade: acontecimento muito provável</td><td>P4</td></tr>
<tr><td>Gravidade: violência, trauma, violação</td><td>G4</td></tr>
<tr><td>Nível de risco</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="3">Medidas preventivas</td></tr>
<tr><td colspan="3">Proteção coletiva
• Criar um sistema de receção de denúncias de sobreviventes, a fim de comunicar todos os casos de violência baseada no género no estaleiro ou por um trabalhador da empresa responsável pelas obras no estaleiro;
• Disponibilizar um mecanismo adequado de gestão das reclamações relativas à violência baseada no género;
• Estabelecer um protocolo de resposta à VBG por uma ONG especializada, que será responsável pela implementação do plano de ação contra a VBG;
• Assegurar medidas de apoio aos sobreviventes: prestadores de serviços de VBG para encaminhamento e um pacote de serviços disponíveis;
• Prever um código de boa conduta a ser assinado pelos gestores do projeto, pela empresa e por todos os trabalhadores do projeto (todas as partes interessadas);
• Implementar uma estratégia de sensibilização dos trabalhadores e das comunidades, bem como das responsabilidades dos trabalhadores no âmbito do Código de Conduta, como parte do quadro de responsabilização;
• Implementar um plano de formação/reciclagem para todos os trabalhadores do estaleiro e para os recém-chegados;
• Planear acções para abordar os riscos de VBG/EAS/AS a nível da empresa;
• Definir claramente os elementos necessários em termos de GBV/EAS/HS numa nota aos trabalhadores;
• Incluir as actividades de prevenção da VBG/EAS/AS no contrato de trabalho (por exemplo, em termos de saúde e segurança no trabalho);
• Incluir comportamentos proibidos relacionados com a VBG, bem como sanções, nas condições específicas do contrato;
• Planear uma avaliação dos riscos de VBG/EAS/AS, bem como avaliações de meio termo durante a implementação para assegurar que são reduzidos ou aumentados, identificando as suas causas e propondo medidas de mitigação.
• Preparar um plano de ação de potenciais medidas de prevenção, mitigação e resposta a incidentes de EAS/AS antes da implementação do projeto;</td></tr>
</table>

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Código 373	Riscos de exploração e abuso sexual

- Sensibilização da população através da rádio, divulgação de caixas de imagens, etc. (mensagem dirigida às mulheres e às raparigas).
  - proporcionar uma formação às equipas de projeto sobre o quadro ambiental e social do Banco Europeu de Investimento e, mais especificamente, sobre a "Nota de Boas Práticas sobre o Combate à Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (SEA/HS) no Financiamento de Projectos de Investimento que Envolvam Obras Civis Fortes";
  - assegurar que a unidade de gestão do projeto dispõe de pessoal especializado com formação para realizar actividades de prevenção, coordenação e acompanhamento da VBG/EAS/AS
  - assegurar que a Unidade de Gestão do Projeto receba assistência técnica regular, em coordenação com os especialistas do Banco Europeu de Investimento em VBG/EAS/AS e em salvaguardas ambientais e sociais, que lhe permita avaliar continuamente, ao longo do ciclo de execução do projeto, os riscos de VBG/EAS/AS e EAS/AS do projeto, bem como a implementação adequada do plano de ação, incluindo medidas para mitigar esses riscos
  - assegurar que os trabalhos de construção sejam efectuados, tanto quanto possível, com o menor afluxo possível de mão de obra não nativa e incentivar as empresas a recrutar mão de obra local;

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Especialista em VBG e UGP	*UAS/UGP, DGE*	*Indicadores de acompanhamento: 100% dos trabalhadores assinaram o código de conduta, 100% dos trabalhadores receberam a formação sobre EAS/AS, 100% da população local sensibilizada, 100% da população consultada, 100% das queixas de EAS/AS relacionadas com o projeto recebidas e acompanhadas pela ONG e MGR do projeto, 100% dos sobreviventes receberam cuidados*

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 373	Riscos de exploração e abuso sexual	*IEC em GBV*	*FF*	*1*	*2000000*		*2000000*	*2000000*
		Cuidados a prestar aos sobreviventes	*FF*	*1*	*2000000*		*2000000*	*2000000*
		Extensão das BPF específicas à violência baseada no género	*FF*	*1*	*2000000*		*2000000*	*2000000*
		Total				0	*6000000*	*6000000*

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.8. Risco de contaminação por pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis

Durante as fases de preparação e de execução das obras, a empresa, a missão de controlo, os fornecedores e outros prestadores de serviços recrutarão mão de obra local no estaleiro. Esta mão de obra permanente no estaleiro estará exposta a pandemias, epidemias e qualquer doença transmissível.

Quadro: 99 Riscos de contaminação e propagação por pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis

Código 374			Riscos de contaminação e propagação de pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis					
Perigos e/ou situações perigosas • Presença de trabalhadores durante a fase de trabalho; • Organização de consultas públicas • Envolver as partes interessadas no projeto • Proximidade de numerosos pubs e bares de dancing;			**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas no trabalho. Probabilidade: acontecimento muito provável: P4 Gravidade: danos para a saúde,: G4 Nível de risco: 1					
Medidas preventivas								
Proteção coletiva • Sensibilizar os trabalhadores e as populações ribeirinhas sobre a luta contra pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis; • *Criar um número de telefone verde em , Bula, Ingoré, São Domingos e M'Pack* • Executar o plano de resposta elaborado pelo Estado								
Interveniente na supervisão			**Intervenientes de acompanhamento**			**Indicadores**		
Especialista em VBG e UGP			*UGP, DGE*			100% dos trabalhadores usam EPI, 100% dos trabalhadores beneficiaram de IEC sobre pandemias, epidemias e qualquer doença transmissível, 100% da população ribeirinha sensibilizada obre pandemias, 100% dos trabalhadores respeitam as disposições do plano nacional de resposta		
Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 374	Riscos de contaminação e propagação de pandemias, epidemias e quaisquer	IEC sobre pandemias	FF	1	2000000		2000000	2000000
		Cuidados a prestar aos doentes	FF	1	2000000		2000000	2000000
		Equipamento de proteção	FF	1	1000000		1000000	1000000

EIAS COMPOSANTE ARCIONAL VERSÃO PUBLICA

Código 374							Riscos de contaminação e propagação de pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis	
	doenças transmissíveis							
		Total					**5000000**	**5000000**

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

7.2.9. Riscos de vibrações

Estes são todos os riscos de lesão tendinosa, muscular, neurológica ou vascular, ligados às vibrações sofridas por uma parte do corpo, na sequência da utilização de ferramentas vibratórias, maquinaria de condução.

Os riscos de vibração decorrem da instalação da base de vida, terraplenagem e compactação, do funcionamento das áreas de empréstimo e do funcionamento das vias. O risco de vibração é um evento provável de baixa gravidade e, portanto, baixo nível.

Quadro: 100 Riscos de vibrações

Código 375	Riscos de vibrações	
Perigos e/ou situações perigosas • Utilização do martelo perfurante; • Utilização de contadores de rolos ou pneus lisos;	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estes são todos os riscos de lesões tendinosas, musculares, neurológicas ou vasculares, relacionadas com as vibrações sofridas por uma parte do corpo, na sequência da utilização de ferramentas vibratórias, máquinas de condução	
	Probabilidade: acontecimento provável	P2
	Gravidade: Prejuízo à integridade física	G1
	Nível de risco	3

Medidas preventivas e de proteção
Os meios de prevenção a utilizar para controlar, reduzir ou eliminar os riscos associados às vibrações são: • Redução da duração da exposição a vibrações: alternância das tarefas e pausas; • informação, formação e instrução dos trabalhadores; • resppeito dos valores-limite.
Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção
- atribuir ao trabalhador outro posto de trabalho

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Centro de Saúde Ocupacional *UAS/UGP; Empresa*	DGA, Unidade do Ambiente MTPHU	100 % dos trabalhadores utilizam EPI – fichas de monitorização da manutenção do equipamento

FICHA COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 375	Riscos de vibrações		*Consideração no código 31*					

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.10. Riscos associados ao transporte de materiais das pedreiras para os estaleiros de construção

Quadro: 101 Riscos associados ao transporte de materiais das pedreiras para os estaleiros de construção

Código 376		Riscos relacionados com acidentes de viação
Perigos e/ou situações perigosas • *Excesso de velocidade ou falta de visibilidade nas manobras;* • *Constrangimentos de tempo;* • *Condução sob o efeito do álcool ;* • *Veículos inapropriados ;* • *Veículos defeituosos;* • *Proximidade de povoações com passagem regular de crianças;*	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas no trabalho.	
	Probabilidade: Provável	P3
	Gravidade: Doença ou acidentes com baixa	G2
	Nível de risco:	*2*

Medidas preventivas

- *Elaborar um plano de circulação;*
- *IEC para as populações e os condutores;*
- *Não utilizar o telefone durante a viagem (sistema de atendedor de chamadas);*
- *Limitar a velocidade de circulação;*
- *Incluir no regulamento interno sanções para os condutores incumpridores;*
- *Assegurar-se de que todos os condutores possuem as competências necessárias para conduzir;*
- *Cobrir os materiais com lonas;*

Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção

- Prever a evacuação médica ou a prestação de cuidados às vítimas

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Centro de Saúde Ocupacional UAS/UGP; Empresa	*DGA, Unidade do Ambiente MTPHU*	*100% dos condutores respeitam o limite de velocidade*

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 376	*Riscos associados ao transporte de materiais das pedreiras para os estaleiros de construção*	*IEC para as pessoas e os condutores*	*FF*	*1*	*1000000*	*1000000*		*1000000*

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.11. Riscos relacionados com o trabalho infantil

Durante a fase de obras, os fornecedores de materiais de construção, tais como: areia, cascalho, britas de granito podem recorrer a utilização de crianças nos trabalhos de manuseamento de pedra ou noutras tarefas ao nível da pedreira.

O nível de pobreza na área do projeto e a necessidade de sustentar as suas famílias são as razões pelas quais alguns dos trabalhadores destes fornecedores contratam os seus filhos ou outros para trabalhar nas pedreiras; para alguns, as crianças são também a mão de obra mais barata.

Quadro: 102 Riscos relacionados com o trabalho infantil

<table>
<tr><td colspan="4">Código 377</td><td colspan="5">Riscos relacionados com o trabalho infantil</td></tr>
<tr><td colspan="4" rowspan="4">Perigos e/ou situações perigosas
• Emprego de crianças em pedreiras
• Problemas físicos e psicológicos (perda de autoestima, autodestruição, etc.)</td><td colspan="5">Avaliação qualitativa dos riscos:
Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas no trabalho.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Probabilidade: Provável</td><td>P3</td></tr>
<tr><td colspan="3">Gravidade: Lesão à integridade física, lesão à saúde</td><td>G2</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nível de risco:</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="9">Medidas preventivas
• Incluir no DAO e contratos com os prestadores de serviços medidas específicas a cumprir em relação ao trabalho infantil: “As crianças não podem ser empregadas em nenhuma empresa, mesmo como aprendizes, antes dos 14 anos, e não dos 18, e de acordo com a NES 2 do Banco Europeu de Investimento;
• Elaborar e implementar o PGMO
• Organizar campanhas de sensibilização dos pais para a necessidade de enviar os seus filhos para a escola em vez de os obrigar a trabalhar
• Incluir cláusulas contratuais que proíbam o recrutamento de crianças nas obras do projeto
• Fazer com que os empreiteiros e os seus subempreiteiros assinem o Código de Procedimentos aplicável aos principais fornecedores. Este código de procedimentos especifica os compromissos/obrigações dos fornecedores em matéria de trabalho infantil, trabalho forçado e condições gerais de saúde e segurança a respeitar (ver anexo);
• Proibir o emprego de crianças e de menores abaixo da idade legal de trabalho (todos os menores de 18 anos);
• Proibir o recrutamento e o emprego de crianças no projeto
• Limitar as visitas de cortesia durante o horário de trabalho no local de trabalho.
• Proibir o emprego de crianças com idade inferior a 18 anos no estaleiro e incluir esta medida nas cláusulas ambientais e sociais dos contratos dos empreiteiros, dos seus subempreiteiros e dos fornecedores de materiais e serviços.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Interveniente na supervisão</td><td colspan="3">Intervenientes de acompanhamento</td><td colspan="3">Indicadores</td></tr>
<tr><td colspan="3">Empresa, Especialista Social e UGP</td><td colspan="3">UGP, DGA, Ação Social</td><td colspan="3">100% dos trabalhadores recrutados têm mais de 18 anos de idade</td></tr>
<tr><td>Código</td><td>Riscos</td><td>Actividades</td><td>Unidade</td><td>Quantidade</td><td>Custo unitário</td><td>Empresa</td><td>Projeto</td><td>Custo total</td></tr>
</table>

DAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Código 377	Riscos relacionados com o trabalho infantil	IEC sobre o trabalho infantil	FF	1	1000000		1000000	1000000
		Total					1000000	1000000

Fonte: *Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.*

7.2.12. Risco relacionado com a prevalência de DST/SIDA

Quadro: 103 Riscos de aumento da prevalência de DST/SIDA

Código 378	Riscos de aumento da prevalência de DST/SIDA
Perigos e/ou situações perigosas • Presença de trabalhadores durante a obra; • Organização de consultas públicas • Envolver as partes interessadas no projeto • Proximidade de numerosos pubs, bares e bares dancing;	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas na área de trabalho.
	Probabilidade: acontecimento muito provável — *P4*
	Gravidade: morte, danos para a saúde — *G4*
	Nível de risco — *1*

Medidas preventivas

Proteção coletiva

- Sensibilizar e informar os trabalhadores e as populações ribeirinhas sobre os perigos das IST do VIH/SIDA, bem como sobre os riscos da EAS/AS e as suas consequências
- Formar os pares educadores para sensibilizar e fornecer informações nas aldeias
- Organizar testes de despistagem voluntários de trabalhadores e residentes
- Disponibilizar preservativos aos trabalhadores, utentes da estrada e populações residentes
- Observar as regras de higiene respiratória

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
: Especialista Social e UGP	*UGP, DGA, Centro de Saúde*	*100% dos trabalhadores estão cientes das IST e do VIH. SIDA - 80% dos trabalhadores testados e infetados por VIH/SIDA são tratados* *100% dos trabalhadores e residentes receberam preservativos para se protegerem contra as IST e o VIH/SIDA*

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 378	Riscos de aumento da prevalência de IST/SIDA	*IEC sobre IST/SIDA*	*FF*	*1*	*2000000*		*2000000*	*2000000*

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

		Total					*2000000*	*2000000*

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.13. Riscos de descobertas acidentais

Quadro: 104 Riscos de descoberta acidental de objetos culturais ou arqueológicos

Código 379 A	Riscos *de descoberta acidental de objetos culturais ou arqueológicos*	
Perigos e/ou situações perigosas • *Risco de descoberta acidental de bens culturais*	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas na área de trabalho.	
	Probabilidade: Provável	**P3**
	Gravidade: destruição de bens culturais	**G2**
	Nível de risco:	**2**

Medidas preventivas e de proteção

- Observar a abordagem definida na presente EIAS no parágrafo 10.8 (Orientações em caso de descobertas acidentais)
- Aplicar os procedimentos de descoberta acidental em conformidade com a NES n.º 8 do Banco Europeu de Investimento;
- Incluir nos cadernos de encargos e nos contratos dos empreiteiros as medidas a observar em caso de descoberta fortuita, em conformidade com a legislação nacional e os costumes locais;
- Respeitar as medidas de segurança sanitária adequadas a este tipo de atividade;
- Proceder a investigações, inquéritos e consultas complementares a nível nacional e local em matéria de património cultural;
- Seguir o procedimento nacional em caso de descoberta de património cultural.
- Colaborar com o Ministério da Cultura, da Juventude e dos Desportos para valorizar os sítios descobertos e os vestígios recolhidos.

Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Ministério da Cultura, UGP; Empresa	*DGA, Unidade do Ambiente MTPHU*	*100% das descobertas são conservadas e protegidas*

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 379-A	Riscos *de descoberta acidental de bens culturais*	Gestão do arqueólogo	Provisão	1	3000000		3000000	3000000

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.14. Riscos relacionados com a descoberta de sepulturas ou enterros

Quadro: 105 Riscos relacionados com a descoberta de sepulturas ou enterros

Código 379 B	Riscos *de descoberta acidental de objetos culturais ou arqueológicos*	
Perigos e/ou situações perigosas • *Risco de vandalização de cemitérios e degradação de restos mortais*	**Avaliação qualitativa dos riscos:** Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas na área de trabalho.	
	Probabilidade: Provável	**P3**
	Gravidade: Profanação de túmulos	**G2**
	Nível de risco:	**2**

Medidas preventivas e de proteção

- Cumprir a abordagem definida na presente AIAS no parágrafo 10.8 (Orientações em caso de descobertas acidentais)
- Aplicar os procedimentos de descoberta acidental em conformidade com a NES n.º 8 do Banco Europeu de Investimento;
- Incluir no DAO e contrato de prestação de serviços as medidas a adotar em caso de descoberta acidental, em conformidade com a legislação nacional e os costumes locais;
- Os familiares dos defuntos serão envolvidos na remoção das sepulturas;
- Confiar a remoção das sepulturas à Cruz Vermelha ou a uma organização autorizada para o efeito;
- Observar as medidas de segurança e de saúde adequadas a este tipo de atividade;
- Colaborar com o Ministério da Cultura, da Juventude e do Desporto para valorizar os sítios descobertos e os restos mortais recolhidos.

Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Ministério da Cultura, UGP; Empresa	*DGE, Unidade do Ambiente METP*	*100% das descobertas são conservadas e protegidas*

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 379-B	Riscos *de descoberta acidental de sepulturas ou enterros*	Gestão do arqueólogo	Provisão	1	3000000		3000000	3000000

EIAS COMPOSANTE ARCHIVE VERSÃO PORTUGUESA

7.2.15. Riscos de catástrofes naturais

Quadro: 106 Riscos das alterações climáticas

Código 380	*Riscos relacionados com catástrofes naturais*	
Fase	Funcionamento da plataforma	
Perigos e/ou situações perigosas • Variação das condições meorológicas e climáticas (alterações climáticas)	Avaliação qualitativa dos riscos: *Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas na área de trabalho.*	
	Probabilidade: acontecimento muito provável	*P4*
	Gravidade: Inundações, tornados, ventos fortes, destruição de estruturas, deslizamentos de terras,	*G4*
	Nível de risco	*1*

Medidas preventivas

- *dimensionamento da infraestrutura tendo em conta os tornados e as inundações na zona do projeto;*
- *tornar o desempenho das medições e das previsões meteorológicas e divulgar as previsões;*
- *Prever a assistência às vítimas (cuidados médicos, aquisição de meios de subsistência) e a reabilitação das infra-estruturas.*

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Ambiente Especialista e UCP	*UCP, GIP*	100% dos troços degradados são reabilitados 100% das vítimas são atendidas pelo projecto 100% das vítimas receberam vivas

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 380	*Riscos das alteraçõ es climátic as*	*Prestação de cuidados às vítimas*	*FF*	*1*	*20000000*		*20000000*	*20000000*

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.2.16. Riscos relacionados com quedas, acidentes de trabalho (SST), vibrações, quedas Riscos de acidentes relacionados com a utilização de andaimes ou equipamentos de elevação

O risco de queda de altura é o que provoca os acidentes mais graves e, para além das tragédias humanas, gera os custos mais elevados para os seguros de saúde. Trata-se do risco de queda de

uma altura sem limite de altura, porque uma queda de 50 cm de altura pode ser extremamente perigosa.

As causas de quedas de altura no sector da construção e da engenharia civil são várias: quedas de escadas quando estas são utilizadas como postos de trabalho, trabalhos em andaimes ou plataformas sem guarda-corpos ou sem arneses de segurança devidamente fixados e trabalhos em escadas mal mantidas, mal posicionadas e/ou mal fixadas.

Os andaimes são equipamentos de trabalho essenciais para os trabalhos em altura. Eles garantem a eficácia e a segurança dos trabalhos em todas as fases de construção ou de reparação, permitindo o acesso às fachadas, aos telhados, aos terraços, etc. No entanto, os trabalhos que requerem a utilização de andaimes continuam a estar na origem de um risco elevado de acidentes graves nas empresas de construção e de obras públicas (quedas de altura, queda de objectos, desabamento de andaimes, etc.).

Quadro: 107 Riscos relacionados com quedas e colapsos, acidentes de trabalho (SST), vibrações, quedas Riscos de acidentes relacionados com a utilização de andaimes ou equipamentos de elevação

<table>
<tr><td>Código 381</td><td colspan="2">Riscos relacionados com quedas e colapsos</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Perigos e/ou situações perigosas
• um descuido ou subestimação das hipóteses de carga (pontual, distribuída, sobrecargas, dinâmicas, etc.) ;
• largura de apoio insuficiente;
• deslocação dos apoios devido a um choque;
• um apoio mal concebido para a fase de transição (betão demasiado jovem, não realização de um bloqueio);
• remoção prematura de escoras sem o acordo do gabinete de conceção;
• deslizamento de terras;
• sobrecarga da estrutura.
• -Pisos e tabuleiros escorregadios de passadiços e pontes de peões
• Sujidade dos pavimentos e dos tabuleiros dos viadutos: presença de água, óleo, etc;
• Disposição dos pavimentos: tapetes soltos, azulejos escorregadios, etc.
• Dimensões dos corredores de circulação: estreitos
• Obstáculos na zona de circulação de peões: cabos ou ferramentas espalhados,
• Escadas: rampas inadequadas, existência de buracos nos patamares, etc;
• Iluminação nas vias de circulação: inadequada, lâmpada defeituosa não substituída, etc.
• Calçado de trabalho não adequado à atividade.</td><td colspan="2">Avaliação qualitativa dos riscos: Estas situações perigosas podem muito bem ser encontradas durante a construção das obras.</td></tr>
<tr><td>Probabilidade: Provável</td><td>P4</td></tr>
<tr><td>Gravidade: Ferido ou morto com paralisação do trabalho</td><td>G4</td></tr>
<tr><td>Nível de risco:</td><td>1</td></tr>
<tr><td></td><td></td></tr>
</table>

• Escadas e escadotes não conformes ou utilizados de forma incorrecta. • Andaimes sobre uma superfície instável ou mal construídos. • Corrimões das escadas em falta ou gastos. • Forma inadequada de entrar ou sair de um veículo. • Diferenças excessivas de altura (por exemplo, inclinações muito acentuadas do telhado). • Utilização incorrecta da lança ou do empilhador. • Equipamento de proteção individual (EPI) incorretamente utilizado, não utilizado ou não conforme. • Andaimes sobre uma superfície instável ou mal construídos. • Andaimes mal concebidos. • Escorregamento ou capotamento provocado por ventos • Desnível demasiado grande (por exemplo, inclinação muito acentuada do telhado). • Utilização incorrecta da plataforma ou do empilhador. • Quedas de carga. • Equipamento desprendido do seu ponto de fixação. • Rutura de cordas, cabos ou correntes. • Queda de pessoas em diferentes níveis. • Esmagamento. • Forças excessivas. • Manuseamento de cintas, cabos defeituosos, estilhaços nas paletes. • Choques eléctricos diretos ou indirectos. • Ruído.		
Medidas preventivas:		
Proteção coletiva - Verificar se o solo é estável; - Verificar se os elementos estabilizadores podem suportar a carga; - Verificar as condições de resistência dos apoios; - Evitar a remoção prematura dos suportes; - Suspender os trabalhos em tempo de chuva e ventos fortes. - Não ultrapassar a capacidade máxima de carga do equipamento. - Manutenção regular e/ou periódica. - Limpar as zonas de passagem de obstáculos para que não haja obstáculos. - Utilizar os acessos previstos para o efeito. - Não subir para cima da carga para se deslocar. - Em caso de trabalhos em gruas, bloquear os comandos para evitar movimentos acidentais. - Não permitir o transporte de cargas por pessoas. - Não passar por baixo das cargas depois de estas terem sido içadas. - Não deixar as cargas suspensas. - Instalar guarda-corpos provisórios;		

FIAC COMPOSANTES ... SÃO PORTUGUESA

- Instalar uma rede de segurança (dispositivos flexíveis de recolha) para impedir as quedas;
- Utilizar os meios de acesso temporários à plataforma (escada, andaime, plataforma elevatória, etc.);
- Não ultrapassar a capacidade máxima de carga do equipamento.
- Manutenção regular e/ou periódica.
- - Limpar os sítios de transito para evitar obstáculos.
- Utilizar os acessos previstos para o efeito.
- Não subir para cima da carga para se deslocar.
- Em caso de trabalhos em gruas, bloquear os comandos para evitar movimentos acidentais.
- Não passar por baixo das cargas depois de estas terem sido içadas.
- Não baixar demasiado o gancho (evitar que este se apoie no solo)..

Medidas organizativas

- Disponibilizar meios de limpeza (pás, areia, etc.);
- Criar mecanismos de recolha de relatórios sobre situações perigosas ou quase-acidentais, a fim de identificar as causas recorrentes e de as resolver;
- Assegurar-se de que todas as instruções de montagem são respeitadas e mantidas antes da utilização do andaime;
- Formar os montadores na sua tarefa e os utilizadores nos " o que fazer e o que não fazer " para utilizar o andaime em segurança.
- Verificar as componentes do andaime e certificar-se de que estão em boas condições antes de qualquer operação de montagem do andaime. Os materiais danificados nunca devem ser utilizados.
- Verificar se o piso não está sobrecarregado.
- Determinar as superfícies de apoio em função das cargas do andaime, do peso próprio e das cargas de exploração.
- Eliminar o perigo na origem: a entidade patronal deve dar prioridade ao maior número possível de tarefas no solo, a fim de efetuar o menor número possível de trabalhos em altura;
- Formar e informar os trabalhadores sobre os riscos de queda no solo;
- Proibir o uso de estupefacientes (álcool, drogas) pelos trabalhadores;
- Proibir a utilização de telefones durante o acesso à plataforma;
- Proibir a utilização de corredores ao correr;
- Inspecionar andaimes, escadas, escadotes ou plataformas de trabalho aéreo (gôndolas, etc.) antes de cada utilização;
- Inspecionar os sistemas anti-queda individuais (arneses, correias, bobinas, absorvedores de energia, etc.);
- Montar e utilizar os andaimes de acordo com as instruções do fabricante e mantê-los nessa configuração.
- Assegurar-se de que todas as instruções de montagem são respeitadas e mantidas antes da utilização do andaime;
- Formar os montadores na sua tarefa e os utilizadores nos seus deveres " o que fazer e o que não fazer " para utilizar o andaime em segurança.
- Verificar as componentes do andaime e certificar-se de que estão em boas condições antes de qualquer operação de montagem do andaime. Os materiais danificados nunca devem ser utilizados.
- Verificar se o piso não está sobrecarregado.
- Determinar as superfícies de apoio em função das cargas do andaime, do peso próprio e das cargas de exploração.

FDS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

-

Proteção pessoal

- Fazer com que os trabalhadores usem equipamentos de proteção individual (sapatos, luvas, botas, etc.);
- Efetuar uma avaliação dos riscos profissionais relacionados com as tarefas,
- Estabelecer um sistema de autorização para as tarefas de alto risco, etc.
- Calçado de segurança: é obrigatório o uso de botas altas
- Capacete de proteção: proteção contra quedas de objectos e pancadas na cabeça
- Óculos de proteção: proteção durante a desmontagem de andaimes e contra a luz solar
- Luvas: proteção contra o frio, a humidade e os objectos cortantes
- Colete salva-vidas: para trabalhos perto ou sobre a água
- Arnês anti-queda: composto por várias correias que, em caso de queda, distribuem as forças pelas partes mais fortes do corpo (coxas, bacia).
- Anti-queda: sistema que se bloqueia logo que a aceleração do utilizador se torna demasiado forte, com fixação acima do nível da cintura. Deve travar a queda no primeiro metro.
- Absorvedor de energia: obrigatório quando a queda é superior a um metro. Amortece a queda para limitar os efeitos da desaceleração abaixo de um limiar suscetível de provocar lesões no corpo humano.
- Sistema de ligação: consiste num cordão de segurança e num dispositivo de fixação (mosquetão, por exemplo). O comprimento permanente do cordão ou do conjunto constituído pelo cordão e pelo amortecedor não deve exceder 2 metros.

Medidas de atenuação em caso de falha na prevenção

Assegurar a evacuação médica e o tratamento dos feridos

Interveniente na supervisão	**Intervenientes de acompanhamento**	**Indicadores**
Ambiente Especialista e UGP	*UCP, GIP*	100% das vítimas são atendidas pelo projecto

Código	Riscos	**Actividades**	**Unidade**	**Quantidade**	**Custo unitário**	**Empresa**	**Projeto**	**Custo total**
Código 381	*Riscos relacionados com quedas e colapsos*	*Prestação de cuidados às vítimas*	**FF**	3	32000		32000	96000

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

7.3. Síntese da análise de risco e das medidas de prevenção

Quadro: 108 Resumo da análise de risco

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
Código 366	*Riscos de acidente relacionados com a circulação de máquinas e equipamentos de construção*	*P3*	*G2*	*2*	As pessoas mais expostas são, evidentemente, os automobilistas e os peões (geralmente as pessoas que vivem nas proximidades), que são susceptíveis de serem atingidos. Os principais fatores de redução destes riscos são os seguintes • Assegurar que os condutores tenham uma formação adequada, • Realizar uma manutenção adequada e testes regulares para reduzir a possibilidade de falha dos travões. • risco de queda dos condutores ao entrarem ou saírem da cabina pode ser em grande parte eliminado através da instalação e manutenção de sistemas de acesso adequados às cabinas e, se for caso disso, a outras partes das máquinas pesadas. • Todas as máquinas devem estar equipadas de uma estrutura de proteção e de um cinto de segurança para manter o condutor em segurança em caso de capotamento, de um visor de marcha atrás, de um sistema de alerta, de um acesso ergonómico, de cabinas adaptadas e de proteção contra a queda de objectos. • Elaborar um regulamento interno e afixar instruções de segurança no estaleiro. O risco de ferimentos provocados pela ação mecânica (cortes, esmagamento, etc.) de uma máquina ou de uma ferramenta também não deve ser negligenciado. Para prevenir este risco, as principais medidas a tomar são: • Formar o pessoal em matéria de segurança nos postos de trabalho; • Elaborar fichas de procedimentos relativos ao funcionamento das máquinas; • Assegurar que todas as máquinas possuem livros de registo válidos. • Assegurar que os equipamentos de proteção individual (EPI) são utilizados: capacetes, botas de segurança, luvas adequadas, etc. • Assegurar-se de que todas as máquinas dispõem de um sistema de segurança adequado;

FIAS COMPOSANTE NACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
					• Estabelecer um plano de gestão do tráfego e de segurança rodoviária pela empresa no âmbito dos estudos de execução: • Veículos: inventário dos veículos no itinerário, estado dos veículos, equipamento de segurança dos veículos, política de inspeção, política de manutenção, • Deslocações: políticas para limitar ou otimizar as deslocações. • Competências: acções de formação e de sensibilização dos condutores e dos trabalhadores. • Outras componentes relacionadas com o risco rodoviário. • A título de exemplo, podem citar as ações de encerramentos das margens das estradas. Integração do risco na abordagem de qualidade dos diferentes intervenientes: existência de uma política/regras de "risco rodoviário", identificação do risco no documento único ou sistema equivalente, ações de comunicação específicas, plano de ação, etc.
Código 367	Risco de ruído	*P3*	*G2*	*2*	• Informar os trabalhadores sobre os riscos; • Assegurar a utilização de EPI (rolhas, protetores auriculares, etc.); • Organizar vigilância médica especial para os trabalhadores expostos.
Código 368	*Risco relacionado com a movimentação manual e mecânica*	*P3*	*G2*	*2*	Proteção coletiva • Organizar os postos de trabalho de modo a eliminar ou reduzir a manipulação; • Utilizar equipamento de movimentação adequado: por exemplo, porta-paletes • Equipar as cargas com dispositivos de preensão, como pegas. • Formar o pessoal para adotar gestos e posturas adequadas. Proteção individual • Usar equipamento de proteção individual (sapatos, luvas, botas, etc.) • Efetuar uma avaliação dos riscos profissionais relacionados com as tarefas, • introduzir um sistema de autorização para as tarefas de alto risco, etc..
Código 369	Risco de acidente devido a quedas e colapsos	*P3*	*G2*	*2*	• Proteção coletiva • Organizar a armazenagem (zonas reservadas, métodos de armazenagem adaptados aos objetos, larguras de corredores compatíveis com os equipamentos de movimentação utilizados); • Limitar as alturas de armazenagem; • Delimitar as alturas de armazenagem; • Preencher as escavações;

EIAS COMPOSANTE SOCIAL VERSÃO PORTUGUESA

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
					• Verificar a estabilidade dos elementos de cofragem, escoras, etc; • Fixar corretamente as cargas; • Sensibilizar o pessoal do estaleiro sobre as medidas de segurança. Proteção individual • Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (calçado de segurança, capacete, etc.).
Código 370	Risco de acidente associado à circulação de máquinas de construção e ao tráfego	*P3*	*G2*	*2*	• Estabelecer um plano de circulação • Sistematizar a manutenção regular de veículos • Sistematizar o dispositivo de segurança do veículo (painéis de sinalização, advertência sonora, sinalização luminosa, advertência sonora de marcha a trás, etc.), • Formar operadores em condução defensiva • Disponibilizar veículos adequados; • Manutenção periódica dos veículos; • Organizar as deslocações; • Proibir os estupefacientes (álcool, drogas) durante a condução; • Não telefonar durante a viagem (utilizar sistema de atendedor de chamadas) • Instalar limitadores ou monitores de limitação de velocidade e instalar sirenes de marcha-atrás
Código 372	*Riscos de incêndio e explosão na base do estaleiro de construção*	*P3*	*G4*	*1*	• Organizar o armazenamento (cisterna de gasóleo ou instalar uma bomba), • Instalação de sistemas de alarme, de deteção e de fumo e de incêndio. • Elaborar planos de intervenção e de evacuação; • Dispor, no estaleiro e nos veículos, de materiais de extinção (extintores, tabuleiros de areia, emulsionantes e equipamento de bombagem) suficiente para conter rapidamente o incêndio antes que este se desenvolva; • Colocar os extintores numa posição visível e num local acessível a todos e livre de qualquer obstáculo; • Formar o pessoal em técnicas de extinção de incêndios. • Proibir o consumo de tabaco em zonas claramente definidas (por exemplo, perto das zonas de armazenamento).

FIAS COMPOSANTE NACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
					• Reforçar as medidas de vigilância • Instalar a base do estaleiro longe das zonas residenciais • Estabelecer um plano de emergência e de evacuação médica • Exigir que as empresas dispõem de ambulância médica
Código 373	Risco de Exploração Sexual e Abuso (ESA) e Assédio Sexual (HS) e Doenças Sexualmente Transmissíveis	P3	G2	2	Proteção coletiva • Criar um sistema de receção de denúncias de sobreviventes, a fim de comunicar todos os casos de violência baseada no género na obra ou por um funcionário da empresa responsável pelas obras no estaleiro; • Estabelecer um mecanismo de gestão de reclamações eficaz para tratar as denúncias de violência baseada no género; • Estabelecer um protocolo de resposta à VBG por uma ONG especializada, que será responsável pela implementação do plano de ação contra a VBG; • Assegurar-se das medidas de apoio aos sobreviventes: prestadores de serviços de VBG para encaminhamento e um pacote de serviços disponíveis; • Prever um código de conduta (a ser traduzido para a língua local do sítio do projeto) a ser assinado pelos gestores do projeto, pela empresa e por todos os trabalhadores do projeto (todas as partes interessadas); • Implementar uma estratégia de sensibilização dos trabalhadores e das comunidades para as responsabilidades dos trabalhadores no âmbito do Código de Conduta, como parte do quadro de responsabilização/responsabilidade; • Estabelecer um plano de formação/reciclagem para todos os trabalhadores antes de serem afectados na obra, bem como para todos os recém-chegados; • Planear acções para lidar com os riscos de VBG/EAS/AS a nível da empresa; • Definir claramente os requisitos em termos de VBG/EAS/AS numa nota aos trabalhadores;

EIAS COMPOSANTE SOCIALE VERSION PORTUGUESA

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
					• Incluir actividades de prevenção da VBG/EAS/AS no contrato de trabalho (por exemplo, saúde e segurança no trabalho); • Incluir os comportamentos proibidos relacionados com a VBG, bem como as sanções, nas condições específicas do contrato; • Planear uma avaliação dos riscos de VBG/EAS/AS, bem como avaliações intercalares durante a execução para se assegurar que estes são reduzidos ou aumentados, identificando as suas causas e propondo medidas de mitigação. • Preparar um plano de ação de potenciais medidas de prevenção, atenuação e resposta a incidentes de EAS/AS antes da implementação do projeto para cumprir os seguintes objectivos: 1° Identificar e avaliar os riscos de VBG/EAS/AS, designadamente através de uma análise social e de uma avaliação da capacidade e da qualidade dos prestadores de serviços de VBG, e incluir medidas de atenuação na conceção do projeto. Em princípio, isto é feito durante a preparação do projeto, no entendimento de que a avaliação do risco de VBG é um processo contínuo e deve ter lugar durante todo o ciclo de vida do projeto, uma vez que a VBG pode ocorrer em qualquer altura. 2° Agir sobre os riscos de violência baseada no género, definindo e implementando estratégias adequadas de mitigação de riscos e medidas de monitorização contínua durante a implementação do projeto. 3° Responder a todos os casos de violência baseada no género identificados, relacionados ou não com o projeto, assegurando a existência de mecanismos eficazes de acompanhamento e avaliação (M&A) que cumpram as recomendações do Banco Europeu de Investimento sobre a salvaguarda e de

EIAS COMPOSANTE SOCIAL VERSÃO PORTUGUESA

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
					notificação da violência baseada no género implantadas por forma a informar e acompanhar esses casos; Sensibilização da população através da rádio, divulgação de caixas de imagens, etc. (mensagem dirigida às mulheres e às raparigas).
Código 374	Risco de contaminação por pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis	*P4*	*G4*	*1*	Proteção coletiva • Sensibilizar os trabalhadores e as populações ribeirinhas sobre a luta contra pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis; • Aplicar o plano de resposta elaborado pelo Estado • Criar um número de telefone verde em , Bula, Ingoré, São Domingos e M'Pack
Código 376	Risco de aumento da prevalência de casos de IST/VIH/SIDA em aglomerações identificadas	*P3*	*G2*	*2*	• Sensibilizar e informar os trabalhadores e as populações ribeirinhas sobre os perigos das IST e do VIH/SIDA e das suas consequências • Formar pares educadores de sensibilização e informação nas aldeias • organizar testes de despistagem voluntários dos trabalhadores e residentes • disponibilizar preservativos aos trabalhadores, utentes da estrada e populações locais
Código 377	Aumento dos riscos de doenças transmitidas pela água ao nível das pessoas nas localidades afetadas pelo projeto	*P3*	*G2*	*2*	• Sensibilizar e formar os trabalhadores e as populações locais sobre doenças transmitidas pela água designadamente malária, cólera, etc. • Estabelecer e manter latrinas modernas em número suficiente ao nível da base de vida para evitar o perigo fecal • Estabelecer um sistema de abastecimento de água potável (tanques/tanques/perfuradores) ao nível da base de vida • Estabelecer e manter um sistema adequado para o fluxo contínuo de escoamento; • Divulgar redes mosquiteiras impregnadas para populações ribeirinhas.

EIAS COMPOSANTE SOCIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Nº de código	Riscos identificados	Análise de risco			Medidas preventivas
		Probabilidade	Gravidade	Nível de risco	
					•
Código 378	Riscos de inundação das infraestruturas socioeconómicas ao longo do itinerário	*P3*	*G2*	*2*	• Informar as populações locais sobre o risco de inundações; • Estabelecer instalações de drenagem e saneamento adequadas para a drenagem de água.
Código 379	Riscos de inflação dos preços de produtos de 1ª necessidade devido à presença de cerca de 250 a 500 trabalhadores	*P3*	*G2*	*2*	• Sensibilizar as populações sobre a necessidade de preservar os preços
Código 380	Risco de explosão de resíduos explosivos de guerra	*P3*	*G4*	*1*	• Elaborar e implementar um plano de identificação e gestão dos resíduos explosivos de guerra, em colaboração com o Ministério da Defesa.
Código 381	Riscos de acidentes rodoviários durante a fase de exploração	*P3*	*G2*	*2*	• Planear e implementar um plano de informação, educação e comunicação sobre os riscos de segurança rodoviária para os residentes locais e os utentes da estrada; • Sistematizar a manutenção regular dos veículos • Exigir inspeções técnicas e envolver a polícia local.

Fonte: Missão do SERF Burkina para preparar a ESIA para o Projecto de Conectividade do Norte da Guiné-Bissau

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

8. RESUMO DAS CONSULTAS DAS PARTES PARTES INTERESSADAS

8.1. Objetivo da consulta

De acordo com o NES 2 do BEI, o objetivo das consultas é estabelecer um diálogo eficaz com as partes interessadas, receber informações sobre a análise e os planos propostos, examinar as preocupações e apoiar as decisões do mutuário, se for caso disso.

Os objetivos específicos prosseguidos por essa abordagem são os seguintes:

- em primeiro lugar, fornecer às partes interessadas informações justas e pertinentes sobre o projeto, em especial o seu objetivo, uma descrição ds seus impactos tanto positivos como negativos e as respetivas medidas de atenuação;
- Convidar as partes interessadas a apresentarem as suas opiniões e sugestões sobre as soluções propostas e a estabelecer um diálogo;
- lançar as bases para uma implementação concertada e sustentável das acções previstas pelo projecto.
- Incentivar as reações das partes interessadas para fundamentar a conceção dos projetos e orientar as suas participações na identificação e atenuação dos riscos e efeitos ambientais e sociais;
- Basear-se na comunicação e divulgação prévias de informações pertinentes, transparentes, objetivas, significativas e facilmente acessíveis, em tempo útil, que permitam consultas significativas com as partes interessadas, numa ou mais línguas locais, num formato culturalmente adequado e de fácil compreensão para as partes interessadas;
- Ter em conta e responder às observações das partes interessadas;
- Promover a mobilização ativa e geral das partes afetadas pelo projeto;

O principal objetivo das consultas públicas foi informar e sensibilizar as várias partes interessadas sobre o projeto e os seus potenciais impactos, recolher as suas opiniões, os riscos e impactos que percecionam, as suas preocupações, as suas expectativas e as suas sugestões sobre o projeto, em conformidade com o mandato validado pelo ministério responsável pelo ambiente. Especificamente, os seus objetivos são os seguintes:

- Apresentar o projeto e as suas várias componentes;
- Permitir que as partes interessadas partilhem as suas preocupações sobre o projeto;
- Recolher as informações pertinentes a ter em conta na execução do projeto;
- Compreender as preocupações e recolher as expectativas das diferentes partes interessadas relativamente aos impactos ambientais e sociais, compensações e benefícios relacionados com o projeto.

8.2. Metodologia da consulta

Foram realizadas sessões de consulta pública de **14/02/2024 a 30/03/2024** nas regiões de Cacheu e Oio com as Autoridades Administrativas, estruturas técnicas e populações de acolhimento (transportadoras, sindicatos, ONGs, guias religiosos, líderes comunitários, líderes de aldeias, associações de jovens, associações de mulheres, representantes das Pessoas Afetadas

EIAS COMPOSANTE AJUCIONAL VER

pelo Projeto (PAP), a fim de informá-las, por um lado, sobre os desenvolvimentos planificados e recolher suas opiniões sobre os impactos negativos que serão gerados pelo projeto, bem como as medidas de mitigação a serem desenvolvidas. Foram consultadas **554 pessoas,** dos quais **171 mulheres (30,87%) e 383 homens (69,13%).** A ata, listas de presenças e fotografias ilustrativas das consultas das partes interessadas podem ser consultadas no anexo do presente relatório.

Esta abordagem facilitou a identificação dos pontos de vista e preocupações dos diferentes intervenientes no projeto, bem como a recolha das suas sugestões e recomendações.

A fim de obter os pontos de vista do público sobre o projeto, os seguintes temas ou pontos foram abordados e discutidos com as partes interessadas após a apresentação do projeto pelo consultor: a apresentação do projeto, os canais de comunicação, a experiência de compensação, a gestão de resíduos sólidos e líquidos, o acesso ao emprego, o acesso a serviços sociais básicos, as necessidades de reforço de capacidade, a questão das perdas de bens (edifícios, árvores, culturas, etc.), a gestão de PAP sem documentos de identificação, a questão das pessoas ausentes, a questão das pessoas desconhecidas, a gestão de bens adquiridos por herança ou doação, a questão da mobilidade de bens e pessoas durante o trabalho, a questão das pessoas vulneráveis (pessoas com deficiência, viúvas e órfãos, pessoas que vivem com VIH, etc.), a saúde e a segurança das populações locais, o método de pagamento da compensação, a questão dos locais culturais e sagrados, a questão da gestão de litígios, a assistência as PAP na fase pós-pagamento de compensações, as expectativas em relação ao projeto, a gestão da pedreira, a boa governação, a questão da sustentabilidade rodoviária, a questão da VBG, a questão dos VCC, as principais preocupações e receios sobre o projeto, a localização do estaleiro e base vida, a logística da empresa, áreas de empréstimo, e as principais recomendações.

Nem todas as preocupações das pessoas consultadas foram abordadas durante as consultas, até porque muitas delas estão fora do âmbito do projeto. No entanto, sempre que pertinente e possível, serão tidos em conta na conceção e aplicação de instrumentos de gestão dos riscos, como o PAR ou o plano de ação EAS/AS.

8.3. Estatísticas sobre as consultas das partes interessadas

Quadro: 109 Estatísticas sobre as consultas das partes interessadas

Secção	Mulheres		Homens		Total
	Menos de 35 anos	Mais de 35 anos	Menos de 35 anos	Mais de 35 anos	
Bula	5	22	4	44	75
Canchungo	11	25	23	34	93
Bissora	5	12	2	14	33
Begene	10	41	35	149	235
São Domingos	12	28	20	58	118
Total por grupo etário	43	128	84	299	554
Total (Nb)	171		383		554
Percentage	*7.8*	*23.1*	*15.2*	*53,9*	100
Percentagem total	*30.87*		*69.13*		100

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI de componentes adicionais para a reabilitação da estrada Antotinha - Mpack

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

As fichas, as atas dos encontros e as listas de presenças das pessoas contactadas durante as consultas constam dos anexos (2 a 26).

8.4. Síntese das recomendações das reuniões dos grupos de partes interessadas

Em termos de apreciação do projeto, os debates revelaram que o projeto deve envolver todas as partes interessadas e realizar sessões de informação e comunicação sobre o projeto, para que este possa ser implementado com êxito.

As discussões e os debates destacaram as acções a empreender para responder às várias preocupações das partes interessadas.

❖ Recomendações específicas para os serviços técnicos e administrativos:

- Criar uma plataforma para o intercâmbio de informações entre os responsáveis pelos serviços técnicos e administrativos;
- Combater a corrupção e a extorsão nas estradas;
- Formar ou reciclar o pessoal dos serviços técnicos e administrativos no acompanhamento ambiental dos projectos;
- compensar as pessoas afetadas pelo projeto no momento da aquisição antes da implentação das componentes adicionais;
- Envolver os serviços técnicos e administrativos no acompanhamento da execução do projecto;
- facilitar o acesso das populações aos documentos;
- vulgarizar o mecanismo de gestão de reclamações do projeto.

❖ Resumo das recomendações específicas dirigidas às associações de transportadores e utentes da estrada:

- pôr termo ao assédio das forças de defesa e de segurança nas estradas;
- Facilitar a obtenção de uma carta de condução nas zonas do projeto;
- alargar as estações rodoviárias
- Sensibilizar a população sobre o código da estrada;
- Incentivar a criação de escolas de condução nas zonas abrangidas pelo projeto;
- Lutar contra a corrupção nas estradas..

❖ Resumo das recomendações específicas para associações de mulheres, incluindo raparigas:

- influenciar as empresas a recrutar mulheres durante a execução do projeto;
- Introduzir medidas fiscais para ajudar as mulheres a criar empresas;
- apoiar as associações de mulheres nas suas actividades;
- incentivar a criação de instituições de microcrédito na área do projecto;

❖ Síntese das recomendações específicas para os comerciantes

- influenciar as empresas para que recrutem mulheres durante a execução do projeto;
- compensar as pessoas afectadas pelo projeto de forma transparente;
- construir um mercado moderno com instalações sanitárias;

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

❖ Resumo das recomendações específicas para as associações masculinas, incluindo os jovens

- pressionar as empresas a recrutar jovens durante a execução do projeto;
- subsidiar o acesso dos jovens às escolas de condução;
- divulgar o Código da Estrada;
- instalar barreiras para a redução da velocidade nas aglomerações;
- sensibilizar os utentes da estrada sobre a segurança rodoviária;
- apoiar os jovens na criação de empresas;

❖ Recomendações específicas para o controlo de VAB e VFV

- Envolver ONG/Associações e instituições tais como a ação social na prevenção da violência baseada no género, durante a execução do projeto;
- Sensibilizar os trabalhadores e as populações ribeirinhas sobre a violência de género;
- Criar centros de acolhimento para as vítimas de violência de género;
- Apoiar as redes de luta contra a violência contra as mulheres e as crianças;
- apoiar as instituições do circuito de referência da VBG e da VCC na zona do projeto;
- criar um número de telefone verde para contatar as autoridades em caso de VBG;;

Todas as preocupações dos consultados, em especial as mais relevantes, serão tidas em conta na conceção e aplicação dos instrumentos de gestão dos riscos.

9. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)

O PGAS inclui orientações e requisitos específicos para a realização do PGAS da Empresa construtora, também conhecido como PGAS-Estaleiro (PGAS-E), incluindo orientações para um programa de execução, para medidas de atenuação e melhoria, para um programa de acompanhamento e monitorização ambiental, para o reforço das capacidades, para um plano de informação e comunicação, para um plano de gestão de emergência ou de risco e para uma avaliação dos custos de execução do PGAS.

9.1. Plano de gestão de contingências ou plano de gestão de riscos do estaleiro

9.1.1. Medidas preventivas

A empresa deve respeitar e aplicar as leis e regulamentos ambientais em vigor na Guiné-Bissau e as normas ambientais e sociais do Banco Europeu de Investimento. Na organização diária das suas instalações, deve tomar todas as medidas adequadas para minimizar os danos causados ao ambiente através da aplicação das exigências do contrato e assegurar que o seu pessoal também as respeita e aplica.

Os regulamentos internos a nível do estaleiro devem mencionar especificamente:

- um resumo das boas práticas e do comportamento no estaleiro (o que fazer e o que não fazer no estaleiro em termos de proteção ambiental, regras de higiene e gestão de resíduos, medidas de segurança e proteção, disposições de emergência, etc.);
- regras de segurança (sinalização do estaleiro, limite de velocidade dos veículos a 40 km/h nas aglomerações);
- Realizar-se-ão regularmente sessões de informação e sensibilização.

FAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Especificamente, o plano de emergência ou de gestão de riscos é o seguinte:

9.1.2. Estratégiade resposta

9.1.2.1. Disposição geral

A estratégia de resposta a emergências baseia-se em três (03) abordagens à saber:

Abordagem 1: Antes de: As atividades relacionadas com a prevenção e a preparação incluem:

- promover a prevenção através da informação do público;
- Sensibilizar e educar os trabalhadores e as aldeias ou bairros vizinhos;
- preparar os planos de emergência e salvamento e a organização de operações brancas.

Abordagem 2: Durante: actividades relacionadas com a intervenção.

A ação diz respeito à execução de planos de emergência e de socorro para assegurar a cobertura eficiente dos riscos.

Abordagem 3: Após: actividades relacionadas com a reabilitação. Tal implica aadoção e aplicação de medidas de assistência e apoio às vítimas, também com vista ao restabelecimento dos seus direitos e meios e à reabilitação das infraestruturas.

a) Mecanismos de prevenção e de preparação

As discussões com os gestores de projeto salientaram a necessidade de reforçar a capacidade das partes interessadas durante a obra, organizando "no mínimo" uma campanha anual de IEC (Informação, Educação e comunicação) relativa aos riscos associados à obra e aos sítios. Isto incluirá: (i) informação geral, (ii) sensibilização das populações, (iii) educação dos trabalhadores, (iv) formação das partes interessadas, (v) elaboração de planos de comunicação e de preparação para os riscos e (vi) teste dos planos através de exercícios de simulação..

b) Sistema de monitorização local

O projeto deve estabelecer um mecanismo de acompanhamento local que envolva as partes interessadas e os contratantes do projeto. As suas funções são as seguintes:

- A recolha de todas as informações relativas aos riscos naturais, sanitários e antropogénicos;
- O intercâmbio de informações entre as várias partes envolvidas;
- A análise, o tratamento e a divulgação de informações relativas a esses riscos;
- Gerir os ensinamentos retirados de cada catástrofe, a fim de prevenir riscos futuros;
- Descentralização através da criação de locais-sentinela periféricos para a recolha de informações e o acompanhamento de indicadores;
- a adoção de medidas preventivas;
- Publicação de um boletim de risco a curto prazo.

Qualquer facto ou acontecimento significativo suscetível de gerar uma situação de crise com consequências para as pessoas, os bens, o ambiente ou a atividade económica deve ser comunicado à UGP através das partes interessadas do projeto..

EIAS COMPOSANTE ADICIONNELLE VERSION PORTUGUESA

9.1.2.2. Mecanismo de intervenção

O mecanismo de intervenção descreve o processo para gerir melhor uma crise/ situação crítica. Está estruturado em torno da gestão da informação, da execução do plano de contingência, do acompanhamento/avaliação e do relatório de encerramento.

9.1.2.3. Gestão da informação (comunicação)

A partilha de informações entre as partes interessadas no projeto é um princípio necessário. A estratégia de sensibilização e comunicação dirigida aos meios de comunicação locais e nacionais será comum e validada pelas autoridades. A advocacia para a mobilização de recursos será conjunta e colocada sob a responsabilidade do Dono de Projeto.

Em termos operacionais, a gestão da informação das populações deve basear-se nas seguintes acções:

- Ativação do sistema de alerta;
- Divulgação da alerta (autoridades administrativas e técnicas);
- Comunicação com as partes interessadas no projeto;
- Divulgação da informação;
- Divulgação de informações à autoridade administrativa competente;
- Elaboração de um plano para os meios de comunicação social;
- Comunicação com os meios de comunicação social;
- Divulgação de informações aos parceiros;
- Criação de uma base de dados;
- Divulgação de informação à população;
- Acompanhamento e avaliação da comunicação.

9.1.3. Execução do plano de contingência

9.1.3.1. Cuidados médicos

Será estudada a possibilidade de criar uma cadeia de socorro e de cuidados médicos ao nível das estruturas operacionais especializadas, que permita designadamente:

- prestar assistência e cuidados às vítimas;
- Prevenção de epidemias;
- Melhorar as instalações de saúde degradadas.

9.1.3.2. Alojamento de emergência

O alojamento é fornecido quer em estruturas já instaladas, identificadas ou preparadas antecipadamente, quer em edifícios suscetíveis de serem reconstruídos para o efeito, quer em campos que podem ser mobilizados através da ajuda humanitária (com relações prévias a estabelecer).

9.1.3.3. Acesso à água e aos alimentos

O abastecimento de alimentos e de água potável deve ser garantido. É essencial manter uma base de dados dos fornecedores de géneros alimentícios. A população deve ser informada sobre as possibilidades e os procedimentos de acesso à água potável.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.1.3.4. Pessoas separadas

Será considerada a possibilidade de estabelecer disposições para a gestão de pessoas separadas das suas famílias, em especial i) crianças não acompanhadas e ii) pessoas falecidas.

A gestão das pessoas falecidas será rigorosamente supervisionada através das autoridades a mobilizar. Serão instituídos procedimentos para organizar a identificação e o armazenamento dos corpos, a autópsia e a elaboração de certidões de óbito para fins forenses. Em determinadas circunstâncias, o tratamento dos organismos será decidido pela estrutura de coordenação.

9.1.3.5. Restauração das redes de água e eletricidade

Será necessário prever a aplicação de medidas de exploração que permitam assegurar um equilíbrio relativo entre a oferta em situação degradada e a procura. Serão assinados acordos a este respeito com operadores públicos ou privados que operem nestes setores.

9.1.3.6. Abastecimento de hidrocarbonetos

O objectivo será pôr em prática medidas para restringir o consumo, a fim de abastecer os veículos prioritários. Serão assinados acordos a este respeito com operadores públicos ou privados que operem nestes setores.

9.1.3.7. Aspetos financeiros

Será criado um fundo de emergência para responder rapidamente às necessidades da fase de resposta de emergência. Serão estabelecidos e divulgados procedimentos para a requisição de material e recursos logísticos. Os procedimentos para a mobilização de recursos dos parceiros devem ser conhecidos.

9.1.3.8. Aspectos jurídicos

Será necessário mobilizar o quadro regulamentar para os inquéritos destinados a determinar as causas e a estabelecer as diferentes responsabilidades. Os procedimentos de compensação, indemnização, etc. deverão ser organizados. A documentação disponível sobre as precauções tomadas no âmbito do projeto será armazenada em formato digital numa nuvem dedicada e colocada à disposição de modo ad hoc às autoridades..

9.1.3.9. Modalidades de concessão de assistência externa

O princípio a seguir será o de criar e divulgar previamente junto das autoridades e das ONG:

- Procedimentos simplificados de isenção de recursos da ajuda externa;
- Procedimentos de «deixar passar humanitário» para as caravanas e comboios humanitários;
- Procedimentos de recebimento de aeronaves que transportem ajudas nos aeroportos.

9.1.3.10. Necessidades

A prevenção implica a preparação dos seguintes aspectos:

- Mapeamento das zonas de risco do projeto.
- Material de comunicação, de transmissão e de rolamento para os serviços competentes;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Sinalização sonora: rede de sirenes, equipamento das colectividades locais com sistemas de alerta sonoro;
- Criação de números de emergência gratuitos e de números de telefone verde em caso de crise;
- Mensagens de segurança essenciais pré-gravadas nos meios de comunicação social;
- Criação de um sistema comunitário de vigilância e alerta;
- Desenvolvimento de uma parceria com os operadores de telemóveis para facilitar a circulação da informação em caso de crise;
- Disponibilização de sistemas de comunicação por satélite e de assistência remota às vítimas;
- Formação do pessoal do projeto e de outros agentes do sector;
- Formação de uma massa crítica de recursos humanos capazes de intervir em situações de emergência;
- Programa de sensibilização nas zonas de risco.

9.1.3.11. Recursos materiais e logísticos

O objetivo é assegurar que os recursos estão disponíveis com antecedência para responder em tempos de crise.

Para o efeito, é necessário:

- Disponibilizar pavilhões e armazéns a nível das comunas e em pontos estratégicos (principais localidades e mercados, etc.) na zona do projeto;
- Preparar para cada localidade afetada lotes/estoques de proteção civil, organizados em lotes paletizáveis para facilitar o transporte para as zonas sinistradas. Estes lotes serão constituídos pelos seguintes equipamentos: geradores, equipamento de desencarceramento, tendas, marquises, cobertores, água, reservas de alimentos não perecíveis, reservas de medicamentos e vacinas, material de tratamento de corpos, equipamento de proteção, equipamento de maca, kits de primeiros socorros, kits de emergência, etc;
- Manter reservas de segurança nos sectores sensíveis (alimentação, água, hidrocarbonetos);
- Adquirir meios de transmissão em condições de deterioração das redes convencionais (estações de rádio, telefones por satélite, etc.);
- Adquirir material circulante: camiões/contentores para transporte de equipamentos, meios de transporte para equipas de intervenção e vítimas.

9.1.3.12. Recursos humanos

- Formar pessoas nos diferentes domínios de intervenção (socorro, saúde, água, saneamento, assistência psico-social às vítimas, etc.);
- Elaborar e atualizar regularmente uma lista de ONG e de especialistas em situações de emergência nas zonas/locais de risco e a nível nacional..

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.1.4. Acompanhamento e avaliação

O seguimento e a avaliação continuam a ser o elo mais fraco das estratégias de resposta à gestão de catástrofes.

O acompanhamento e a avaliação globais da execução do projeto são da responsabilidade do coordenador do projeto e dos peritos ambientais e sociais. A nível local, são da responsabilidade das comunas e dos chefes de bairro.

O acompanhamento será uma atividade contínua ao longo de todo o processo de execução do projeto, com um elevado nível de concentração durante uma crise em que terá de ser efectuado diariamente. Baseia-se tanto no acompanhamento do ambiente de risco através do sistema de monitorização e alerta precoce planeado, como na revisão regular das disposições operacionais. A organização de exercícios de simulação regulares também ajudará a rever e a atualizar o plano.

O acompanhamento assumirá a forma de relatórios, cuja frequência deverá ser trimestral em situações normais, mensal em épocas de chuva e semanal em situações de pré-crise ou de crise. O acompanhamento basear-se-á em indicadores de desempenho pré-estabelecidos, num formato de análise de dados harmonizado e num modelo único de relatório.

Ao contrário do acompanhamento, a avaliação será um processo pontual. A nível interno, assumirá a forma de uma avaliação global e de avaliações sectoriais anuais em circunstâncias normais. Tendo em conta o contexto da área do projeto, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos, será criado um quadro de consulta multilateral, que se reunirá anualmente num seminário de dois dias para fazer o balanço dos vários elementos de informação relacionados com a execução do projeto, a evolução dos riscos e o contexto nacional de gestão de catástrofes.

No entanto, em situações de crise, para além destas avaliações padrão, serão efectuadas outras no final de cada resposta. No final de cada processo será elaborado um relatório de avaliação.

9.1.5. Mecanismo de reabilitação

Teoricamente, a reabilitação tem lugar após a emergência e envolve acções de regresso a uma situação de normalidade. Durante a fase de emergência, as actividades de reabilitação serão empreendidas com vista a incentivar as iniciativas locais para um rápido regresso à normalidade, nomeadamente no que respeita ao funcionamento dos serviços sociais básicos, à governação das instituições e à reconstrução dos meios de subsistência das vítimas de catástrofes. Esta fase incluirá uma avaliação das necessidades pós-catástrofe, que é essencial para a formulação de um quadro de recuperação a médio e longo prazo..

- **No plano ambiental**

Determinar e pôr em prática os meios técnicos para avaliar e gerir as consequências em termos de manifestações, de gravidade e de duração

- **A nível social e de saúde**
  - - Identificar as repercussões sanitárias e sociais e criar procedimentos de controlo e meios de subsistência.

FAC COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- - Prestar apoio psicológico às pessoas envolvidas e aos actores..

- **Do ponto de vista económico**

Fazer face às repercussões em termos de perda de postos de trabalho, de destruição do tecido económico, de rendimentos, etc;

- - Recuperar casas, sítios e infra-estruturas danificados..

9.2. Plano de gestão de resíduos

9.2.1. Gestão de resíduos triviais

O local irá gerar vários resíduos, designadamente resíduos de madeira, metais, resíduos "domésticos", papel, cartão, sacos de cimento, sucata metálica, óleos e lubrificantes, óleo usado, pneus usados, baterias usadas, etc.

Objectivos: Prevenir a poluição do ambiente natural através da produção de resíduos sólidos, lixiviados e efluentes.

Princípios: a gestão dos resíduos do estaleiro respeitará os princípios da 4RVE (recuperação, reutilização, redução, reciclagem, valorização e eliminação em condições satisfatórias para as práticas internacionais) e dos efluentes (tratamento adequado antes da descarga).

O plano de gestão de resíduos será implementado pela empresa.

9.2.1.1. Resíduos sólidos

No quadro da preparação do PGAS, o Empreiteiro incluirá um Plano de Gestão de Resíduos para todos os locais e actividades sob a sua responsabilidade, que satisfaça as seguintes especificações:

Princípios gerais :

- Deve ser implementada uma categorização de resíduos no local (perigosos, não perigosos, domésticos, sólidos, madeira, metal, líquidos).
- Os resíduos domésticos não perigosos serão recolhidos regularmente e depositados num ou vários centros de tratamento;
- Os resíduos de construção não perigosos serão reciclados ou enterrados num local específico;
- Os resíduos classificados como perigosos serão armazenados num local específico antes de serem eliminados e/ou armazenados numa instalação de eliminação final;
- Os resíduos perigosos recicláveis (óleos lubrificantes usados, pilhas usadas, etc.) devem ser entregues em instalações de reciclagem. Os outros materiais perigosos devem ser eliminados em aterros industriais autorizados.

O Empreiteiro criará instalações para o tratamento dos resíduos domésticos:

- Antes do início dos trabalhos, o Empreiteiro identificará um local adequado para a criação de um centro de tratamento centralizado para os resíduos do estaleiro;
- O local deve estar situado a uma distância mínima de mais de 100 m de qualquer rio, fora de qualquer zona de inundação; Após a escavação das células de eliminação, o fundo destas últimas não deve estar a menos de 2 m do lençol freático na sua posição sazonal mais elevada;

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- A instalação será concebida de acordo com as diretrizes ASS do Grupo do Banco Europeu de Investimento sobre a gestão de resíduos - instalações;
- A instalação será dimensionada para tratar os resíduos produzidos durante o período de construção;
- Os procedimentos operacionais da instalação respeitarão as seguintes boas práticas: (i) plataforma de betão para a triagem manual dos resíduos trazidos antes de serem depositados na célula;; (ii) a célula deve ser revestida para evitar as fugas de se infiltrar no solo. Todas as fugas devem ser recolhidas e tratadas antes de serem descarregadas, em conformidade com a regulamentação local e com as disposições das diretrizes gerais em matéria de saúde e segurança no trabalho. Compactação regular dos resíduos e cobertura regular com terra para limitar os odores e a proliferação de insectos; (iii) quando a célula estiver cheia, instalação de respiradouros para evacuar os gases, cobertura com uma geomembrana de pelo menos 1 mm de espessura ou uma camada de argila compactada antes da cobertura final com 1,5 m de terra vegetal a ser revegetada;
- Será criado um centro de armazenamento de produtos recicláveis (ferro, madeira, plásticos, vidro) dentro dos limites do sítio de aterro, permitindo a segregação dos produtos antes da sua eliminação;
- Os resíduos serão recolhidos em contentores apropriados e em quantidades suficientes para assegurar a segregação dos materiais residuais e para cumprir os requisitos do plano de gestão de materiais residuais, consoante sejam recuperáveis, reutilizáveis, recicláveis ou valorizáveis onde quer que possam ser valorizados;
- Os resíduos serão removidos regularmente, pelo menos duas vezes por semana; se necessário, os abrigos cobertos temporários serão instalados nos acampamentos para armazenar os sacos de lixo que aguardam a remoção;
- Eliminação dos materiais residuais em sítios autorizados;
- Os resíduos não putrescíveis e não perigosos (metal, vidro, borracha, pneus) que podem ser reciclados serão armazenados na área específica do aterro; qualquer parte não reciclada será enterrada numa célula específica dedicada do sítio do aterro no final da obra;
- Os resíduos não perigosos e não recicláveis (betão e outros resíduos de construção) serão removidos e poderão ser enterrados nos depósitos permanentes constituídos por material escavado não utilizado (com exceção dos produtos contaminados);
- Os resíduos perigosos (óleos usados, filtros de óleo e de combustível, latas de tinta, solventes, baterias de veículos, kits anti-poluição, resíduos de clínicas e de postos de socorro, etc.) serão separados dos outros resíduos e armazenados em locais idênticos aos utilizados para os produtos perigosos;
- a recolha e o armazenamento dos resíduos domésticos em contentores fechados, para evitar atrair animais, e a eliminação regular desses resíduos;
- eliminação de resíduos perigosos (hidrocarbonetos) por empresas autorizadas em aterros industriais adequados e autorizados;
- informações sobre qualquer descoberta acidental de solo que apresente sinais visuais ou olfactivos de contaminação;

EIA'S COMPOSANTE AUXILIAR VERSÃO PORTUGUESA

- a gestão adequada de qualquer solo contaminado descoberto acidentalmente, que deve ser temporariamente armazenado numa plataforma estanque, caracterizado e eliminado de acordo com os regulamentos e políticas em vigor,
- tratamento dos solos acidentalmente contaminados por decapagem imediata e bio-geração.
- Todos os outros produtos perigosos (pilhas, lâmpadas fluorescentes, lâmpadas economizadoras, latas de tinta vazias, etc.) serão recolhidos e armazenados num local de armazenamento específico.
- O Empreiteiro manterá um registo atualizado no qual serão registados todos os movimentos de resíduos perigosos, a fim de garantir a traçabilidade dos resíduos;
- O Empreiteiro criará um sistema de formação para os seus empregados, a fim de garantir que as regras básicas de gestão de resíduos sejam conhecidas e compreendidas por todos.

9.2.1.2. Águas residuais

No âmbito da preparação do plano de gestão de resíduos, o empreiteiro elaborará um plano de gestão de águas residuais para todos os sítios de atividade.

- O plano definirá os princípios de tratamento adoptados (estação de tratamento de águas residuais, fossa séptica, lagoa, latrinas, etc.) para os vários tipos de locais: campos temporários, sítios de construção;
- As descargas de águas residuais em águas superficiais naturais não devem exceder 30 mg/I DBO5 e não devem conter mais de 50 mg/I de sólidos em suspensão.
- O empreiteiro especificará os recursos utilizados e os procedimentos propostos para a manutenção das fossas sépticas;
- As lamas das fossas sépticas não serão, em caso algum, descarregadas nas células de aterro utilizadas para os resíduos domésticos; serão depositados em valas específicas instaladas no aterro e estabilizados com cal viva antes de serem cobertos de terra;
- Durante as operações de desmobilização do local, as fossas sépticas dos sanitários serão abertas, estabilizadas com cal viva (norma US-EPA 832-B-93-005) com a manutenção do pH12 por um período mínimo de meia hora, antes de serem enchidas com terra e completamente cobertas.

9.2.2. Gestão de materiais perigosos

Plano de gestão de resíduos de produtos químicos, combustíveis e materiais perigosos para a fase de ordenamento do espaços públicos.

Objetivo. O principal objetivo do plano é facilitar a gestão, o fornecimento, o armazenamento, o manuseamento e a eliminação segura destes produtos e evitar qualquer libertação não controlada para o ambiente circundante.

Princípios: Preparação e aplicação de procedimentos rigorosos na utilização de produtos químicos perigosos; estabelecimento de um procedimento de resposta de emergência em caso de derrame acidental grave de um produto perigoso.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Uma boa gestão minimiza o risco de contaminação em caso de derrame acidental. O projeto deve ter um plano de gestão de resíduos e, por conseguinte, assegurará a realização das seguintes ações incluídas no plano:

- Os líquidos inflamáveis e os combustíveis, bem como os materiais perigosos, são armazenados e manuseados de acordo com as normas aplicáveis;
- Nenhum produto químico é derramado ou libertado para o ambiente circundante;
- Quaisquer derrames são imediatamente limpos; as águas de escoamento e o solo contaminados devem também ser recolhidos e tratados ou eliminados através de um método aprovado pela UGP e pelo Ministério do Ambiente;
- O Plano de Emergência exige a disponibilidade de equipamento de emergência que possa ser utilizado em caso de derrame acidental; os trabalhadores devem receber formação para aplicar o Plano de Emergência no estaleiro;
- Estão em vigor medidas de monitorização e controlo para o transbordo, manuseamento e armazenamento de materiais perigosos no estaleiro;
- Estão previstos sistemas de proteção contra incêndios e meios de contenção secundários para as instalações de armazenamento são fornecidos para evitar incêndios ou a libertação de materiais perigosos para o ambiente;
- O pessoal recebe formação adequada para o manuseamento, armazenamento e confinamento de produtos químicos e materiais perigosos, tendo em conta as funções desempenhadas; esta formação fará parte do processo de admissão e formação no estaleiro;
- O reabastecimento em combustível dos veículos e geradores de construção/reabilitação terá de ser efectuado em áreas reservadas para o efeito e fora dos locais de trabalho;
- As águas pluviais susceptíveis de estarem contaminadas devem também ser monitorizadas para determinar as possibilidades de eliminação;
- Todos os derrames são imediatamente comunicados à UGP, bem como as acções tomadas para minimizar o seu impacto;
- Em caso de derrame, é ativado o plano de emergência do local.

O quadro 110 abaixo apresenta uma lista não exaustiva dos resíduos suscetíveis de serem produzidos no estaleiro, especificando os métodos de tratamento, recolha e armazenamento, bem como conselhos para a prevenção prevista.

Quadro: 110 Resumo do plano de gestão de resíduos do local

Organização para a gestão de tipos de resíduos	Prevenção	Recolha e/ou armazenagem	Tratamento
Natureza dos resíduos: Sólidos			
Materiais de escavação	*Aterro no local*	*Recolha por camiões basculantes*	• Depósito de excedentes em instalações aprovadas • Utilização, se possível, como aterro em zonas de mpréstimos ou pedreiras
Produtos de abate de árvores (tronco, ramos, etc.)	*Limitar o abate à largura da área de servidão*	*Recolha por Camiões basculantes*	• Depósito em sítios aprovadas para o efeito
Agregados, betão, materiais rochosos, entulho,	*Reutilizar, se possível, para obras rodoviárias*	*Recolha por Camiões basculantes*	• Depósito em sítios aprovadas para oefeito

QUADRO COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Organização para a gestão de tipos de resíduos	Prevenção	Recolha e/ou armazenagem	Tratamento
			• Aterros para pedreiras
Metais	*Encomendar a quantidade necessária e a reutilização, se possível*	*Armazenar numa área ordenada para o efeito*	• Setor valorização locai (ferreiros, artesãos, setor recuperação informal, etc.);
Madeira	*Encomendar a quantidade necessária e reutilizar, se possível*	*Armazenar numa área ordenada para o feito*	• Setor de valorização local (rios, padaria, comerciantes, etc.)
Resíduos equiparados a resíduos domésticos (restos de alimentos, embalagens de alimentos, papel, etc.)	*Descartar na compra quaisquer substâncias que possam se tornar resíduos.*	*Coloque em caixotes do lixo que serão colocados no estaleiro*	• Os resíduos são enviados para o aterro da aldeia
Baterias, resíduos não perigosos e embalagens sujas		*Armazenar em contentores Impermeabilização específica*	• Eliminação por uma empresa especializada ou transferência para o Senegal
Natureza dos resíduos: líquidos			
Tintas	*Encomendar a quantidade necessária e a reutilizar, se possível*	*Armazenar em recipientes estanques*	• Setor de valorização local • Reutilização noutros locais
Água de lavagem de maquinas e veículos (camiões)		*Bacia de receção*	• Reutilização da água para a rega de plataformas ou desvios
Óleos usados	*Utilizar lubrificantes de qualidade Reutilização para cofragem.*	*Armazenar em recipientes estanques de acordo com as regras de arte*	• Eliminação por uma empresa aprovada • Manutenção de veículos em estações de serviços
Águas residuais	*Utilização de instalações sanitárias que serão disponíveis no sítio*	*Sistema de saneamento indivídual adequado*	• Eliminação de excrementos por uma empresa aprovada
Leite de betão	*Boa quantificação das necessidades em materiais e em matérias-primas*	*Bacia de decantação*	• Descarga ou reutilização da água; • Eliminação de de depósitos (a semelhança de resíduos inertes)

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau.

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.3. Plano de Gestão de Saúde Pessoal

Objectivos: assegurar boas condições de saúde e de prestação de cuidados a todo o pessoal

Princípios: deteção de doenças transmissíveis e prevenção de epidemias, resposta eficaz a situações de emergência.

No âmbito da PGASE, o empreiteiro elaborará um plano de saúde, segurança e saúde do pessoal que seguirá as seguintes especificações:

- Criação de condições e medidas médicas detalhadas no plano de saúde, segurança e higiene;

- Deteção dos riscos de transmissão de doenças infecciosas através de exame médico de todo o pessoal aquando do recrutamento: nomeadamente, despistagem de doenças respiratórias, malária, infeções parasitárias (bilharziose, oncocercose, vermes intestinais), esclerose múltipla, alcoolismo ou toxicodependência;
- Tratamento e acompanhamento das pessoas infectadas;
- Formação do pessoal em matéria de primeiros socorros e de transporte dos feridos.
- Implementação de um programa geral de prevenção que indique
    - a limitação dos riscos associados às actividades de construção através da análise dos riscos profissionais por tarefa e da disponibilização de equipamentos de segurança individual adaptados às actividades dos trabalhadores (óculos de proteção, máscaras respiratórias, proteção auditiva, calçado de proteção, etc.).
    - Informação e formação dos trabalhadores em matéria de promoção da saúde e de vida saudável;
    - controlo rigoroso da higiene das cantinas, das cozinhas, da armazenagem e da manipulação dos alimentos;
    - controlo rigoroso da qualidade da água potável fornecida
    - Qualquer outra medida no âmbito do Plano de Saúde, Segurança e Higiene.

9.4. Plano de desmobilização do local

Objectivos: Garantir a restauração dos locais no final da obra.

Princípios: Procedimento coerente para a execução das medidas do PGASE e a planificação do plano programa.

No âmbito da preparação PGASE, empreiteiro elaborará um plano de desmobilização dos sítios, que será apresentado ao Dono da Obra, para não objeção, o mais tardar três meses antes do início da desmobilização dos sítios em causa.

Este plano definirá:

- O procedimento que tenciona seguir;
- as medidas concretas a aplicar;
- o calendário da desmobilização para todos os locais.

O plano de desmobilização do local avaliará: a extensão das demolições, o volume estimado de resíduos por tipo, a presença de resíduos perigosos (lamas da fossa séptica, solo contaminado, betão contaminado), a presença de solo superficial preservado e, eventualmente, a necessidade de solo superficial adicional, as áreas a revegetar e as espécies propostas.

9.5. Plano de Gestão Integral para a Operação e Reabilitação de Áreas de Empréstimos e Pedreiras

Objectivos: limitar os riscos de descarga excessiva de sedimentos nas águas superficiais, de instabilidade (queda) e de impacto excessivo na utilização dos solos. Limitar os impactos do ruído e das poeiras e os riscos para a segurança pública.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Princípios: escolha da zona de depósito, adaptação da conceção e medidas antierosão. Definição de um plano de atividades que reduza o direito fundamental de acesso às atividades

O plano global de gestão para a exploração e reabilitação das zonas de empréstimos e das pedreiras será elaborado pelo empreiteiro no âmbito da preparação da PGASE.

- A escolha dos sítios deve, na medida do possível, respeitar as seguintes condições:
- O sítio será preferencialmente numa área não florestal (a fim de limitar a desflorestação) e não cultivada;
- O sítio será facilmente acessível para evitar a criação de novas vias de acesso
- O local não deve, em caso algum, obstruir um fluxo natural permanente ou temporário e não deve situar-se numa zona de inundação; Em caso de impossibilidade de respeitar estas condições, o empreiteiro procederá, em primeiro lugar, a estudos técnicos relativos ao desvio do caudal ou à estimativa do impacto nos caudais de superfície em caso de inundação.
- Toda a área de depósito será previamente decapada, sendo a terra arável armazenada e conservada durante todo o período de utilização do local, de modo a poder ser reutilizada para reflorestar os taludes do local de depósito ou para restaurar o sítio, caso o depósito seja temporário;
- Antes da decapagem e da instalação do depósito, um sistema de drenagem do sítio será instalado em conformidade com as especificações detalhadas no Plano de Controlo da Erosão e dos Sedimentos precedente;
- um sistema de drenagem será reforçado (enrocamento, betão) em todos os pontos de concentração de fluxo e ao nível dos escoamentos verticais.
- Os taludes dos depósitos permanentes serão revegetados à medida que o crescimento de depósito, após o espalhamento à superfície do solo arável inicialmente preservado.
- O Plano definirá as medidas a adotar pelo Empreiteiro para combater as poeiras. Em particular, são desejáveis sistemas de pulverização de materiais ao nível da britadeira e nas correias de transporte.
- Devido ao ruído significativo gerado pelas actividades da pedreira, o Empreiteiro assegurará que os empregados do sítio usam equipamento de segurança pessoal.

9.6. Plano de gestão da saúde e da segurança

A empresa terá de elaborar um plano de gestão da saúde, segurança e saúde. As orientações e exemplos fornecidos nesta secção não constituem o plano da Empresa.

Todas as medidas regulamentares e todas as precauções razoavelmente praticáveis serão tomadas para evitar qualquer risco para os funcionários ou qualquer outra pessoa que possa ser afetada. Antes de mais, porém, é essencial recordar que cada trabalhador é responsável pela sua própria segurança, pela segurança dos outros e pela preservação das instalações.

A responsabilidade pela segurança deve ser plenamente reconhecida e claramente definida a todos os níveis. A empresa compromete-se a desenvolver esforços contínuos para identificar, eliminar ou gerir os riscos associados às suas actividades. Esforçar-se-á por prevenir todos os acidentes, lesões e doenças profissionais através do envolvimento ativo de todos os trabalhadores e procurará constantemente proporcionar locais de trabalho, sistemas e

ESIA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

procedimentos seguros, a fim de evitar qualquer risco de acidente profissional ou qualquer risco para a segurança e a saúde dos seus trabalhadores.

A empresa elaborará um plano de gestão da saúde, segurança e proteção e, ao implementá-lo, garantirá que:

- Reforçar a comunicação sobre prevenção de riscos, controlos regulamentares e resultados de segurança;
- Desenvolver inspecções de segurança e auditorias internas do SMA;
- Efetuar sistematicamente uma análise preliminar de riscos para cada posto de trabalho e para todas as novas instalações e modificações de instalações;
- Analisar sistematicamente situações perigosas, incidentes e acidentes e notificar o DO, a fim de implementar as acções corretivas e preventivas necessárias;
- Envolver plenamente os subcontratantes no processo. O seu grau de envolvimento na abordagem de segurança da empresa deve tornar-se um critério de seleção decisivo, mais do que o custo ou a qualidade do serviço prestado;
- Nenhuma situação de risco deve ser negligenciada, porque os acidentes não são inevitáveis. O profissionalismo das actividades da empresa deve integrar constantemente a noção de controlo dos riscos e não pode aceitar colocar ninguém em perigo;
- Nas nossas relações profissionais, a abordagem da segurança será aplicada quotidianamente, para nós e para os outros, numa atitude geral de sensibilização e de compromisso adquirida, nomeadamente, através de acções de informação, de formação e de acreditação;
- Os membros da equipa de gestão e supervisão da empresa são responsáveis pela aplicação desta política na empresa e devem garantir que as considerações de Saúde e Segurança são sempre prioritárias na organização das suas tarefas diárias.

Todos os trabalhadores e subcontratados das empresas são convidados e devem cooperar plenamente na aplicação da presente política e devem garantir que o seu próprio trabalho é efectuado sem riscos para si próprios e para os outros..

9.6.1. Planificação da políticas

No que diz respeito ao PGAS – Estaleiro, as atividades que decorrerão na área de servidão do projeto apresentam vários riscos para:

- saúde do pessoal;
- acidentes de trabalho;
- o risco de incêndio;

Os objetivos gerais da planificação da gestão das questões de segurança, higiene e ambiente são os seguintes:

- prevenir e controlar os riscos para a segurança (saúde e segurança do pessoal) associados ao trabalho;
- prevenir e controlar o risco de incêndios no local.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

O quadro 110 abaixo é um exemplo de como os indicadores-chave selecionados pela empresa podem ser monitorizados..

Quadro: 111 acompanhamento dos indicadores-chave

Não.	Objectivos	Objectivos	Indicadores
1	Saúde e segurança		
	Controlo das infeções respiratórias relacionadas com o pó	Pessoal	Número de pessoas infetadas por mês
	Controlo dos riscos químicos relacionados com os produtos manuseados	Pessoal	Número de pessoas infetadas por mês
	Prevenção da proliferação de infeções VIH/SIDA dentro e a partir do sítio	Pessoal	Número de sessões de sensibilização
	Prevenção da contaminação por pandemias, epidemias e quaisquer doenças transmissíveis	Pessoal	% do pessoal que executa as medidas do plano de resposta elaborado pelo Estado
	Prevenção contra EAS / HS	Pessoal	Número de casos de EAS/AS registados, tratados e geridos
	Sensibilizar o pessoal para as questões de saúde e segurança	Pessoal	Número de eventos de sensibilização/mês
	Segurança contra incêndios		
	Assegurar a monitorização regular das infraestruturas hídricas	Pessoal	Número de controlos Bimestral
	Controlo dos riscos relacionados com Instalações hidráulicas	Pessoal	Número de casos/mês, número de manutenção mecânica mensal
	Controlo dos riscos de incêndio relacionados com o aprovisionamento do sítio em combustível	Pessoal	Número de processos trimestrais
	Dispor de equipamento de combate a incêndios (extintores de incêndio, caixas de areia, etc.)	Pessoal	Número de equipamentos disponíveis
	Formação do pessoal sobre medida de Segurança	Pessoal	Número de pessoas formadas
	Ambiente		
	Controlo da poluição acidental do solo por produtos petrolíferos (combustíveis solventes, óleos, etc.)	Pessoal	Quantidade ou superfície de solo contaminado por mês/Número de derrames acidentais por mês
	Domínio da gestão de resíduos perigosos (óleos usados, etc.)	Pessoal	Quantidades produzidas/quantidades recuperadas por uma estrutura aprovada

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

ESIA COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

O quadro de indicadores de desempenho é completado por indicadores sobre (i) riscos eléctricos, (ii) indicadores sobre acidentes de viação, (iii) indicadores sobre os riscos do trabalho em altura, (iv) sessões de sensibilização sobre HSE organizadas, (v) cálculo do desempenho de HSE (TG, IF, TF, número de casos de acidentes de trabalho com mais de 03 dias de baixa, número de casos de hospitalização, número de casos de primeiros socorros, número de incidentes com danos, número de incidentes ambientais, número de quase-acidentes, número de acidentes de viação, número de inspecções HSE organizadas e documentadas, número de auditorias HSE organizadas, número de exercícios de simulação de emergência organizados, etc.).).

9.6.2. Execução da política empresarial

A direção geral da empresa é responsável pela gestão de acidentes, saúde e higiene no estaleiro. A divisão de responsabilidades dos quadros superiores para a aplicação do PHSS deve ser apresentada no plano da empresa, por exemplo, como no quadro seguinte:

Quadro: 112 Atribuição de responsabilidades no PHSS

Não.	Nível de responsabilidade	Função/Responsabilidade
1	Diretor de Obras/Primeiro responsável pela segurança e saúde no trabalho no estaleiro	• Garante a prevenção de acidentes de trabalho, danos, prejuízos ou riscos para as pessoas; • Aplica o PHSS por todos os funcionários
2	Gerente de Higiene-Segurança - Assistente ambiental/ambiental	• Responsável pela aplicação do PHSS e por assegurar a sua transmissão a todo o pessoal • Obriga os trabalhadores da construção civil a usarem equipamento de proteção e impõe sanções aos infratores • Assegura que todos os supervisores e operadores sob o seu controlo estão conscientes das suas responsabilidades em matéria de saúde, higiene e segurança e não assumem riscos desnecessários.
		• Ele organiza o local de tal forma que todo o trabalho a ser realizado apresenta o risco mínimo para os funcionários, outras partes interessadas, o público, equipamentos ou materiais. • Estabelece uma organização com prestadores de serviços e outras partes interessadas para evitar confusões nas áreas de competência em Saúde, Higiene e Segurança. • Deve assegurar que sejam tomadas medidas adequadas para a prevenção de incêndios em todas as instalações do seu local. • Garante que todos os acidentes que ocorram em qualquer instalação sejam realizados de acordo com os requisitos contratuais e com o Plano de Saúde e Segurança. • O responsável pela segurança responde diretamente perante o gestor do projeto • Lidera o programa de segurança e aconselha os gestores nos locais que continuam a ser responsáveis pela segurança do seu pessoal no local. • Deve verificar e apresentar relatórios sobre a eficácia do equipamento e dos procedimentos estabelecidos para fazer face a incêndios ou qualquer outra catástrofe.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Não.	Nível de responsabilidade	Função/Responsabilidade
3	Chefes de equipa/gestores de instalações	• Devem executar todos os trabalhos em conformidade com os procedimentos de higiene, saúde, segurança e ambiente estabelecidos na presente PHSS; • Organizam intercâmbios com as suas equipas, a fim de lhes recordar as regras, os métodos de trabalho e o aconselhamento sobre todas as precauções a tomar. • Eles trazem os subcontratados que trabalham com eles para cumprir a política de saúde, segurança e saúde da empresa.
4	Subcontratantes	Os subcontratantes que trabalham sob o controlo de empresas comprometem-se a respeitar todas as medidas de protecção relativas à saúde, à segurança e ao ambiente. O cumprimento destas normas é um componente essencial do trabalho com a empresa. Todos os subcontratantes que não cumpram as disposições e regras da HSSE no site terão o seu subcontrato rescindido. Os subcontratantes são avaliados pela empresa com base no seu grau de envolvimento no cumprimento das medidas HSSE.

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

9.6.3. Medidas de emergência e evacuação geralmente tomadas pela empresa

O plano de segurança baseia-se nas instruções de segurança durante a execução dos trabalhos em cada posto de trabalho. No entanto, ressaltamos que as instruções podem ser comuns a várias posições.

9.6.4. Conformidade

Consiste na inspeção e verificação técnica de máquinas, equipamentos de transporte, equipamentos de elevação e seus acessórios, equipamentos pesados ou leves e materiais atribuídos ao estaleiro de acordo com a legislação em vigor. Também envolve a instalação e manutenção de equipamentos e dispositivos de segurança.

9.6.5. Proteção pessoal: Equipamento de proteção individual (EPI)

O pessoal tem à sua disposição equipamento de proteção individual (EPI). Estes incluem:

- coletes fluorescentes;
- equipamento de proteção da cabeça;
- Equipamento de proteção ocular e facial: óculos de segurança, máscaras e ecrãs para soldadores, máscaras de proteção;
- Equipamento de proteção auditiva: os tampões de proteção auditiva necessários nas áreas de trabalho consideradas muito ruidosas e nas suas imediações;
- Sapatos de segurança;
- Botas;
- Equipamento de proteção das mãos, como luvas que são necessárias ao manusear produtos ou materiais que podem queimar, cortar, rasgar ou ferir a pele.

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- - Arnês anti-queda com cordão duplo e absorvedor de energia..

O uso deste equipamento será obrigatório no local e durante as obras para todos os funcionários. Em caso de incumprimento, o culpado será sancionado pelos seus gestores.

Todos os EPI serão inspecionados, utilizados, armazenados e mantidos de forma adequada. Se o EPI deixar de cumprir o nível de proteção exigido, será reparado ou substituído imediatamente. Os EPI que já não sejam utilizáveis devem ser destruídos antes de serem descartados. Os equipamentos de proteção individual serão verificados durante as inspeções.

O(s) armazenista(s) manterá(ão) uma lista dos diferentes EPI fornecidos ao pessoal, especificando o tipo de equipamento emitido, a data e o nome da pessoa. O quadro seguinte mostra os EPI necessários para o local e os tipos de trabalho.

Quadro: 113 EPI necessários para o local e tipos de trabalho

Símbolos dos EPI	Instruções	Tipos de trabalho ou tarefas
	*É obrigatório o uso de colete de alta visibilidade*	*Todas as tarefas, incluindo visitas ao estaleiro*
	*Uso obrigatório de equipamento de proteção da cabeça (capacete)*	*Todas as tarefas no local*
	*Usar sapatos de segurança*	*Todas as tarefas no local*
	*Uso obrigatório de equipamento de proteção das mãos*	*Todas as tarefas no local*
	*Uso obrigatório de equipamento de proteção respiratória*	*Escavação e manuseamento de produtos nocivos;* *Carga de cascalho e descarga e materiais*
	*Uso obrigatório de equipamento de proteção ocular*	*Escavações, manuseamento de produtos nocivos, trabalhos de transplantação de superfície, trabalhos de soldadura,*
	*Uso obrigatório de equipamento de protecção dos peões*	*Corredor pedonal durante a visita do Local de construção*

FAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Símbolos dos EPI	Instruções	Tipos de trabalho ou tarefas
	*Uso obrigatório de equipamento de proteção auditiva*	*Utilização do martelo perfurante /perfurador/misturador de betão*

Fonte: Missão do SERF Burkina para preparar a ESIA para o Projecto de Conectividade do Norte da Guiné-Bissau

9.6.6. Formação em matéria de segurança

Esta formação permite aos participantes:

- Compreender os desafios de ter em conta os riscos para a segurança e a saúde no trabalho,
- Aumentar o nível de perceção de risco, o que facilitará a escolha correta e conforme as soluções a adotar e permitirá a execução do trabalho que compete a cada um,
- Ajudar o trabalhador em caso de acidente

Esta qualificação terá um impacto positivo na qualidade do trabalho, nos prazos e no clima social. A formação será ministrada por um organismo qualificado acreditado pelo menos duas vezes durante a implementação do projeto com temas específicos.

9.6.7. Métodos de monitorização e controlo

a) Inspeções

Serão efectuadas diariamente nas áreas de trabalho e nas zonas de instalação do estaleiro, em primeiro lugar pelos diferentes chefes de obra e, em seguida, pelo responsável pela HSSE.

Estes controlos permitirão corrigir rapidamente qualquer infração às regras de segurança ou pôr termo a qualquer ação que exponha os autores ou terceiros ao risco de incidentes ou acidentes. As inspecções abrangem tanto os equipamentos de proteção individual como os métodos de trabalho. Para cada infração observada pelo gestor de HSSE, serão recomendadas medidas corretivas e as pessoas responsáveis pelo seu acompanhamento serão indicadas pelo nome. Um arquivo desta operação será conservado.

b) Análise e relatório de acidente/incidente

As instruções gerais em caso de acidentes e doenças serão afixadas no estaleiro à atenção do pessoal. Estes cartazes indicarão os números de emergência dos médicos a contactar e a organização da evacuação dos feridos. Concretamente, esta organização basear-se-á nos seguintes aspetos:

- Todos os acidentes devem ser comunicados ao gestor de HSSE
- Desencadear medidas de emergência, se necessário:
  - ✓ Suspensão da actividade
  - ✓ Execução
  - ✓ Protecção da zona em causa
  - ✓ Longe dos curiosos

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Proteger a(s) pessoa(s) envolvida(s)
- Conduzir a pessoa ou pessoas envolvidas para a enfermaria
- Identificar as fontes de prova
- Desencadear a investigação e análise do acidente
- Cobrir os custos dos cuidados médicos para acidentes no estaleiro pela empresa ou doenças relacionadas com as atividades estaleiro.
- Constituir uma comissão de inquérito composta pelo diretor da obra, o ambientalista, o chefe de equipa da pessoa ferida ou doente e, se possível, o trabalhador ferido. As investigações devem começar imediatamente após o acidente ou incidente. Se necessário, serão tiradas fotografias do local. As testemunhas serão entrevistadas e os seus depoimentos analisados, a fim de reconstituir o acontecimento. Qualquer que seja a gravidade do acidente (ligeiro, grave ou mortal), a comissão elaborará um relatório destinado à direção da empresa. Este relatório é redigido pelo responsável pela HSSE e disponibilizado ao chefe de projeto para validação, antes de ser transmitido ao gabinete de missão de controlo.

Na sequência do relatório, as recomendações são colocadas à disposição das pessoas envolvidas para acompanhamento e acções corretivas no estaleiro..

- ✓ **Procedimentos em caso de acidente**

Incidentes/acidentes são acontecimentos a serem combatidos. No entanto, uma vez que a segurança é duplamente a arte de antecipar e gerir eventos concluídos, a seguinte abordagem será adotada em caso de acidente:

- ✓ **As investigações**

Serão realizadas por um comité composto por:

- o gestor do local ou o gestor do trabalhador ferido ou vítima do incidente;
- O agente de segurança;
- do Médico de medicina de trabalho
- o sociólogo
- o trabalhador lesado (se possível).

As investigações começarão imediatamente após o acidente ou incidente. Se necessário, fotografias da cena serão tiradas no local. Serão ouvidas testemunhas; Os depoimentos serão analisados a fim de reconstruir o evento.

Em caso de acidente mortal ou particularmente grave, o chefe de obra deve assinar o documento de relatório e enviá-lo para a sede da empresa num prazo máximo de 24 horas para ser transmitido ao chefe de Dono do projeto num prazo de 48.

Para ser eficaz, o relatório deve ser utilizado como orientação durante o inquérito no terreno a efetuar pelo responsável da obra, o mais rapidamente possível após ter tido conhecimento do acidente.

Em caso de acidente, devem ser elaborados os seguintes relatórios:

- ✓ **Relatório de acidente**

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Este relatório deve ser elaborado pelo gestor da HSSE. Este relatório deve ser preenchido para qualquer acidente de trabalho que exija primeiros socorros, no local ou fora do local (mesmo leve), e a fortiori para qualquer acidente mais grave:

- Imediatamente, em caso de acidente que provoque a morte;
- no prazo de 24 horas para os outros casos.

✓ **Relatório pormenorizado dos acidentes de trabalho**

Este relatório é elaborado pelo responsável local da obra e/ou pelo responsável pela HSSA

Deve ser elaborado um relatório pormenorizado para cada acidente de trabalho, independentemente das suas consequências.

O documento terá um duplo objetivo: por um lado, manter um registo formal de qualquer acontecimento que afecte o estaleiro e, por outro lado, permitir uma análise de cada um desses acontecimentos. As medidas corretivas tomadas em resposta a cada situação permitirão melhorar o feedback e servirão de base para as reuniões de segurança do local.

A transmissão dos relatórios à Missão de Controlo de que o local depende será objeto de decisões organizacionais locais..

c) Reuniões periódicas de segurança:

Todos os trabalhadores, incluindo os dos subcontratantes que trabalham nas respectivas instalações, serão obrigados a participar numa reunião regular de segurança uma vez por semana, ou seja, todas as segundas-feiras.

Esta reunião será feita por equipa ou por secção, sob a liderança dos vários gestores destas unidades, antes de entrarem em serviço no posto de trabalho.

Estas reuniões terão uma duração máxima de 15 minutos e terão por objetivo comunicar, de forma progressiva e repetitiva, os diferentes riscos associados aos trabalhos a efetuar.

Cada participante escreverá o seu nome na folha de presença e assiná-la-á. Esta ficha será elaborada e arquivada junto do responsável pela HSSE..

9.7. Plano de gestão do tráfego rodoviário do estaleiro e nas suas imediações

Será dada grande prioridade à circulação e à sinalização durante os trabalhos. O local será vedado e fechado ao público. Será colocada sinalização adequada nas imediações do estaleiro para evitar colisões de veículos. Os sinais e símbolos necessários para evitar acidentes estarão sempre bem visíveis durante os trabalhos. Serão colocados sinais que indiquem aos residentes locais a direção dos desvios. Deste modo, os incómodos para os residentes locais serão reduzidos ao mínimo..

9.7.1. Plano de tráfego

Durante os trabalhos, a circulação automóvel e pedestre será mantida, uma vez que os trabalhos serão efectuados em metade da faixa de rodagem. No entanto, a circulação automóvel e pedestre será fortemente perturbada. Para evitar qualquer risco de acidente nas zonas de obras, a Empresa informará amplamente os utentes sobre as alterações das condições de circulação através dos meios habituais

FAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

(sinalização rodoviária, responsáveis locais, etc.).

A Empresa definirá e implementará um conjunto de medidas para assegurar a proteção da população e do seu ambiente contra acidentes que possam ocorrer durante a execução dos trabalhos.

O objetivo destas medidas é reduzir ou limitar os riscos potenciais na origem, ou mesmo proibir certas actividades consideradas perigosas; prevenir os acidentes graves através da criação de sistemas de segurança preventivos que contribuam para a segurança do estaleiro; e limitar as consequências dos acidentes graves, se não puderem ser evitados, através da definição prévia de um plano de circulação no estaleiro..

9.7.2. Instalação de sinais de trânsito

O plano de tráfego é apoiado pela instalação de diversos sinais e fitas de sinalização nas zonas de trabalho com o objetivo de:

- Facilitar a localização e disposição das saídas de veículos e máquinas de forma a não constituir um risco de segurança para peões e automobilistas;
- Indicar instruções de segurança rodoviária, nomeadamente ao longo do traçado da estrada utilizada pelo projeto;
- Isolar a zona de trabalho do tráfego público.

Estes sinais e balizas são reforçados pela mobilização de trabalhadores responsáveis pela regulação do tráfego nas horas de maior movimento e nos locais considerados perigosos..

9.7.3. Outros dispositivos de segurança rodoviária

Trata-se de manter a circulação pedestre em torno da obra e o acesso às habitações e às actividades económicas.

Durante os trabalhos de terraplanagem geral para abrir valas na estrada. A empresa tomará igualmente medidas especiais para facilitar a circulação dos peões, nomeadamente em direção às concessões e às actividades económicas.

As medidas propostas para facilitar a circulação dos peões e manter o acesso às habitações e locais de trabalho vizinhos durante as obras são as seguintes: construção ao longo e de cada lado da estrada de vias de circulação pedestre para facilitar a circulação das pessoas durante as obras. Estas pistas serão protegidas das actividades da obra, a fim de reduzir o risco de acidentes entre os peões e os veículos e outros equipamentos da obra.

9.8. Plano de ação sobre a violência de género

Foi proposto um plano de acção operacional incluindo actividades seguintes: Descreve como o projeto implementará os protocolos e mecanismos necessários para abordar os riscos EAS/AS e como abordar quaisquer reivindicações EAS/AS que possam surgir. Estão incluídas as seguintes atividades:

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 114 Atividades do plano de ação operacional sobre a violência de género.

Actividades
Atividade 1: *Formação do pessoal da Unidade de Gestão do Projeto e dos profissionais de saúde envolvidos na execução das atividades do projeto em matéria de VBG/EAS/AS e de gestão de casos/mecanismo de tratamento*
Atividade 2: *Cartografia e avaliação das capacidades dos prestadores de serviços de qualidade identificação e repertório de serviços que oferece acolhimento, tipos de serviços prestados aos sobreviventes de violência baseada no género/SSA/SH (médical psicológicos, de segurança e de assistência jurídica; avaliação das necessidades e definição de quadros e modalidades de colaboração*
Atividade 3: *provisão de recursos para serviços de VBG (kits de emergência, materiais de cuidados, ferramentas de gestão de dados, etc.)*
Atividade 4: *Elaboração e assinatura do código de conduta interno para todos os parceiros envolvidos na execução das actividades do projecto/destacamento em todos os departamentos envolvidos*
Atividade 5: *Contacto com todas as estruturas enumeradas no diretório de serviços de prevenção e gestão de casos de violência de género e identificação, para cada serviço, de um ponto focal*
Atividade 6: *Elaboração de um plano de comunicação sobre o mecanismo VBG* *Envolvimento/engajamento dos canais de confiança da comunidade (intervenientes-chave da comunidade, tais como associações religiosas, educadores interpares, associações de mulheres e jovens, ONG, sociedade civil e outras pessoas com recursos)*
Atividade 7: *Reforço das capacidades dos serviços em matéria de procedimentos operacionais normalizados e princípios do Banco Europeu de Investimento em matéria de violência de género*
Atividade 8: *Avaliação das necessidades dos serviços de referenciação e de apoio e afetação de recursos suficientes*
Atividade 9: *Conceção, partilha/divulgação de materiais/ferramentas de monitorização/avaliação (fichas de referência e de acompanhamento de casos, formato dos relatórios mensais, modo de apresentação de relatórios, etc.)*
Atividade 10: *Organização de reuniões de avaliação*
Atividade 11: *Introdução de medidas de prevenção e controlo de infeções*
Atividade 12: *Criação de um mecanismo de comunicação de informações e de partilha de dados*
Atividade 13: *Criação de um mecanismo eficaz de gestão de queixas com múltiplos canais para a apresentação de queixas.*
Atividade 14: *Aplicação de medidas específicas relacionadas com a localização e a gestão dos estaleiros de construção (fornecimento de blocos sanitários separados, bem iluminados e seguros, que podem ser fechados a partir do interior)*
Atividade 15: *Organização de consultas comunitárias para recolher as opiniões e preocupações de mulheres e crianças (raparigas e rapazes)*

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.9. Procedimento para a descoberta acidental de bens enterrados ou procedimento de "chance find"

A aplicação do procedimento de descoberta fortuita de património enterrado ou do procedimento de «chance find» permite salvaguardar os vestígios históricos em benefício da cultura.

Consiste em alertar a Direção-Geral da Cultura (DGC) em Bissau ou o seu representante nas regiões1 em caso de descoberta de quaisquer vestígios (obras de arte antigas, vestígios

[1] A Direcção-Geral da Cultura tem representantes nas regiões

arqueológicos, etc.) durante a abertura e exploração de pedreiras e de empréstimo, e durante as obras.

Será para as empresas que serão responsáveis pelo trabalho de:

- Informar devidamente os trabalhadores sobre bens em causa e o procedimento a seguir;
- Interromper imediatamente os trabalhos no caso de vestígios arqueológicos (gruta, caverna, fogões, cemitério, supulturas) enquanto se aguarda a decisão da Direção-Geral da Cultura (DGC) em Bissau ou do seu representante na região em causa;
- No caso de objectos (figuras, estatuetas) circunscrever a área e alertar a Direcção-Geral da Cultura (DGC) de Bissau ou o seu representante na região em causa;
- Retomar os trabalhos apenas com autorização da Direção-Geral da Cultura (DGC) em Bissau ou do seu representante na região em causa.

No total, as várias fases de gestão de descobertas acidentais de restos do património enterrado (procedimento Chance find) são descritas da seguinte forma:

❖ **SUSPENSÃO DOS TRABALHOS**

Este parágrafo pode indicar que a empresa deve interromper os trabalhos se forem descobertos bens culturais físicos durante as escavações. No entanto, deve ser especificado se todos os trabalhos devem ser suspensos ou apenas os diretamente relacionados com a descoberta. Nos casos em que se preveja a descoberta de estruturas enterradas significativas, todos os trabalhos podem ser suspensos dentro de um determinado perímetro (por exemplo, 50 metros) à volta do bem descoberto. Deverá ser chamado um arqueólogo qualificado para tratar desta questão. Uma vez suspensos os trabalhos, a empresa deve comunicar imediatamente a descoberta ao engenheiro residente. A empresa pode não ter direito a pedir uma indemnização pelo período em que os trabalhos estiveram suspensos. O engenheiro residente pode ter poderes para suspender os trabalhos e pedir à empresa que efectue escavações a expensas suas se considerar que uma descoberta que acabou de ser feita não foi comunicada..

❖ **Delimitação do local da descoberta**

Com a aprovação do engenheiro residente, a empresa é convidada a demarcar temporariamente o local e restringir o acesso ao mesmo.

❖ **Não suspensão de obras**

O procedimento pode permitir ao engenheiro residente determinar se o objeto cultural físico pode ser transportado para outro local para continuar o trabalho, por exemplo, se o objeto descoberto é uma moeda.

❖ **Relatório de descoberta acidental**

A empresa deve então, a pedido do engenheiro residente e nos pormenores especificados, elaborar um relatório de descoberta fortuita com as seguintes informações:

- Data e hora da descoberta;
- Local da descoberta;
- Descrição do bem cultural físico;
- estimativa do peso e das dimensões do imóvel;
- Medidas de proteção temporárias aplicadas.

EIAS COMPLEMENTAR AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL VERSÃO PORTUGUESA

O relatório de descoberta acidental deve ser apresentado ao engenheiro residente e a outras partes designadas de comum acordo com as partes designadas e os serviços responsáveis pelo património cultural e em conformidade com a legislação nacional.

O engenheiro residente, ou qualquer outra parte por mútuo acordo, deve informar os serviços culturais da descoberta.

❖ **Chegada dos serviços culturais e medidas tomadas**

A Direção-Geral da Cultura (DGC) de Bissau ou o seu representante na região em causa tomará as medidas necessárias para enviar um representante ao local da descoberta no prazo máximo de 24 horas e determinar as medidas a tomar, nomeadamente:

- Remoção de bens culturais materiais considerados importantes;
- continuação dos trabalhos de escavação num raio especificado em torno do local da descoberta;
- Alargamento ou redução da área delimitada pelo compromisso.

Estas medidas devem ser tomadas num determinado prazo (no prazo de 7 dias a contar da descoberta, por exemplo).

A empresa pode, mas não necessariamente, exigir uma indemnização pelo período de suspensão dos trabalhos.

NB1: Se a Direção-Geral da Cultura (DGC) de Bissau ou o seu representante na região em causa não enviar um representante dentro dos prazos especificados (dentro de 24 horas, por exemplo), o engenheiro residente pode ser autorizado a prorrogar esses prazos por um período especificado.

NB2: Se a Direção-Geral da Cultura (DGC) de Bissau ou o seu Representante na região em causa não enviar um Representante dentro do prazo de prorrogação, o engenheiro residente pode ser autorizado a solicitar à empresa a transferência do bem cultural físico ou a tomar outras medidas de mitigação e retomar o trabalho. Os trabalhos suplementares serão imputadas ao contrato, mas a empresa não poderá reclamar uma compensação pelo período de suspensão das obras.

❖ **Suspensão adicional das obras**

Durante o período de sete (7) dias, os serviços culturais podem ter o direito de solicitar a suspensão temporária dos trabalhos no local da descoberta ou nas suas proximidades por um período adicional de, por exemplo, trinta (30) dias. A empresa pode, mas não necessariamente, exigir uma indemnização pelo período de suspensão dos trabalhos. No entanto, a empresa pode ser autorizada a assinar um novo acordo com a Direção-Geral da Cultura (DGC) em Bissau ou com o seu representante na região em causa para a prestação de serviços ou recursos adicionais durante esse período.

9.10. Plano de gestão ambiental e social do sítio

Os convites à apresentação de propostas (DAO) para as obras farão referência aos exigências do Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Europeu de Investimento (BEI) e ao PGAS do presente EIAS.

Os proponentes apresentarão um plano ambiental e social preliminar como parte das suas propostas, descrevendo os princípios e a metodologia que utilizarão para abordar as questões

EIAS COMPLEMENTAR INTERNACIONAL VERSÃO PORTUGUESA

ambientais, sociais, de saúde e de segurança no âmbito do contrato, e incluirão nas suas propostas todos os custos associados à gestão das questões ambientais e sociais.

A qualidade do plano ambiental e social preliminar, o desempenho ambiental e social anterior dos proponentes e a sua capacidade de gerir as questões ambientais e sociais serão tidos em conta na seleção das empresas.

As empresas selecionadas prepararão um Plano de Gestão Ambiental e Social específico para a empresa (PGAS da empresa), detalhando a forma como os critérios ambientais e sociais mínimos serão implementados, incluindo os procedimentos de implementação e o pessoal necessário.

A UGP terá de aprovar o PGAS de cada empresa antes de esta poder iniciar as suas actividades.

A empresa vencedora do concurso elaborará um PGAS do estaleiro com base neste PGAS, que será submetido à aprovação da Fiscalização e depois incorporado no calendário global das obras antes do início das mesmas. O PGAS elaborado por cada empresa servirá de referência para o acompanhamento e a avaliação do seu desempenho ambiental e social.

A empresa elaborará um PGAS do estaleiro sob a forma de um manual prático contendo todos os planos específicos necessários (plano de gestão dos resíduos, plano de saúde e segurança, plano de reabilitação de empréstimo e das pedreiras, medidas de proteção ambiental e social a cumprir diariamente nos estaleiros, medidas de proteção das populações vulneráveis contra os riscos de eventuais abusos por parte dos trabalhadores imigrantes, relatórios e frequência, etc.) para servir de guia para a gestão ambiental e social durante as fases de execução das obras. Este PGAS do estaleiro pode ser atualizado em função das alterações verificadas no terreno. Esta atualização deve ser realizada em consulta com as principais partes interessadas, ou seja, a empresa vencedora, Fiscalização, a AAAC, os peritos ambientais da UGP, etc.etc.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.11. Programa de acompanhamento e monitorização ambiental e social

O mecanismo de monitorização e avaliação do PGES (Plano de Gestão Ambiental e Social) é um processo que assegura a efetiva implementação das medidas de mitigação previstas na avaliação de impacto e monitoriza a eficácia das disposições implementadas no âmbito do PGES, tanto durante a fase de construção como durante a fase de exploração do projeto. São igualmente debatidas as modalidades e fases da supervisão do POP, bem como o papel dos vários intervenientes na aplicação do POP.

O mecanismo de seguimento e avaliação do PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social) é um processo que permite garantir a aplicação efectiva das medidas de atenuação previstas no estudo de impacto e controlar a eficácia das disposições implementadas no âmbito do PGAS, tanto durante a fase de construção como durante o funcionamento do projeto. São igualmente abordados os métodos e as etapas da supervisão do PGAS, bem como o papel dos diferentes actores na execução do PGAS.

O objetivo do programa de controlo e acompanhamento é assegurar que as medidas de atenuação e de melhoria são aplicadas, que produzem os resultados previstos e que são modificadas, interrompidas ou substituídas se se revelarem inadequadas. Além disso, permitirá

avaliar a conformidade com as políticas e normas ambientais e sociais nacionais, bem como com as políticas de salvaguarda do Banco Europeu de Investimento.

9.11.1. Atividades de monitorização ambiental e social

A monitorização ambiental e social é uma atividade destinada a garantir que as empresas cumprem os seus compromissos e obrigações ambientais ao longo do ciclo do projeto. Visa garantir que as medidas de melhoria e de atenuação propostas sejam efetivamente aplicadas durante a fase de execução. O objetivo do acompanhamento é, portanto, reduzir os inconvenientes para os habitantes e os efeitos sobre o ambiente das diferentes actividades do projeto. Cada atividade de projeto será objeto de um acompanhamento ambiental e social pelo dono da obra, que pode delegar algumas das suas prerrogativas a um gabinete de acompanhamento autorizado.

O quadro seguinte apresenta o acompanhamento através da aplicação de medidas ambientais e sociais.

Quadro: 115 : Resumo do programa de monitorização das medidas ambientais e sociais propostas

Ambiente afetados	Impactos	Acções	Intervenientes responsáveis pela execução	Intervenientes monitoramento	Calendário execução	Indicador objetivamente verificável	Custos (USD)
		Ambiente biofísico					
Fiscalização	**-Emissão de poeiras; Emissões de gases de combustão (co_2).**	**Manutenção da qualidade do ar**	**Empresa**	**Fiscalização (MoC)**	**Durante a fase preparatória e de trabalho**	• 100% dos funcionários estão sensibilizados • 100% dos trabalhadores usam EPI • Equipamento 100% de proteção a ser distribuído • 100% dos camiões funcionam com proteção • 100% das estradas de acesso linear são regadas duas a três vezes por dia.	5000
Águas	**Poluição das águas superficiais e subterrâneas**	**Manutenção da qualidade da água**	**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase preparatória e de trabalho**	• 100 % dos cursos de água estão isentos de resíduos sólidos e líquidos provenientes das obras; • Quantidade de água retirada dos cursos de água para efeitos das obras • 100% das massas de água e rios da zona do projeto estão livres de turbidez provenientes da erosão causada pelas obras.	5000
Solo	**Degradação do solo**	**Restauração do solo**	**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase de obras e local de recurso**	• 100 % das ravinas identificadas e dos pontos de erosão do solo são tratados • 100% dos pontos de descarga de resíduos são identificados • 100 % dos sítios contaminados por resíduos líquidos são tratados	5000

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL – VERSÃO PORTUGUESA

Ambiente afetados	Impactos	Acções	Intervenientes responsáveis pela execução	Intervenientes monitoramento	Calendário execução	Indicador objetivamente verificável	Custos (USD)
Vegetação	**Perda de vegetação lenhosa**	**Reflorestação compensatória**	**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase de obras e local de recurso**	• Área desmatada durante as obras • 100% das áreas escavadas são reflorestadas após as obras e com uma taxa de sucesso superior a 80% • 100% das áreas cultivadas estão livres de invasão ou propagação de ervas daninhas	15000
Fauna	**Destruição das Habitações da Fauna Aviária**	**Restauração do ambiente ecológico**	**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase de obras e local de recurso**	• 100% das áreas escavadas são reflorestadas após as obras e com uma taxa de sucesso superior a 80% • 100% das áreas cultivadas estão livres de invasão ou propagação de ervas daninhas	**Apoiado acima**
	•	Ambiente humano					
Atividades socioeconómicas	• Perdas de activos agrícolas • Perdas de edifícios: • Perdas de rendimentos de atividades	**Compensação das pessoas afetadas pelo projeto (PAP)**	**UCP**	**AAAC**	**Antes das obras**	• 100% dos trabalhadores participaram nas sessões do IEC realizadas • 100 % das pessoas afetadas são indemnizadas • 100% dos empregos não qualificados são destinados aos habitantes locais. • 100% dos conflitos sociais recebidos relacionados ao projeto são resolvidos • 100% dos casos de EAS/AS são tratados e geridos • 100% das queixas recebidas são tratadas e resolvidas	12000
Higiene e saúde/Poluição e perturbaçõ es:	• Degradação da higiene e da saúde dos trabalhadores		**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase preparatória e de trabalho**	• 100 % das empresas respeitam as normas de higiene • Presença de resíduos no estaleiro • Existência de um sistema de recolha e eliminação de resíduos a nível do estaleiro • 100% dos trabalhadores são sensibilizados, testados na DST/VIH-SIDA • 100 % dos trabalhadoresrecém empregados realizaram testes de saúde pré-emprego • 100 % dos trabalhadores feridos são assumidos pelo projeto • Taxa de prevalência das doenças relacionadas com o trabalho	15000

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Ambiente afetados	Impactos	Acções	Intervenientes responsáveis pela execução	Intervenientes monitoramento	Calendário execução	Indicador objetivamente verificável	Custos (USD)
Segurança nos estaleiros de construção:	• Acidentes	• Disponibilidade de instruções de segurança em caso de acidente • Quanto à existência de uma sinalização adequada • Cumprimento das regras de trânsito • Conformidade dos veículos de transporte • Cumprimento do limite de velocidade • Respeito pelo horário de trabalho • Usar equipamento de proteção adequado • Execução do programa de informação e sensibilização do pessoal e do público em geral	**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase preparatória e de trabalho**	• Disponibilidade de instruções de segurança em caso de acidente • 100 % dos trabalhadores usam EPI • Existência de sinalização adequada • Nível de conformidade técnica dos veículos de transporte • Existência de uma convenção com estabelecimento de saúde de referência • Nível de cumprimento do horário de trabalho • Disponibilidade de estojos de primeiros socorros • Respeito do limite de velocidade • Eficácia do programa de sensibilização para o pessoal e as populações ribeirinhas	15000
Grupos vulneráveis	Aumento da GBV/EAS/HS	• *Peça aos trabalhadores dos estaleiros de construção, incluindo os de subcontratantes e prestadores de serviços, que assinem um código de boa conduta que proíba os atos da EAS/HS, bem como as sanções a aplicar em caso de prática de tais atos:* • *IEC em GBV* • *Extensão das BPF específicas à violência baseada no género* • *Cuidados a prestar aos sobreviventes*	**Empresa**	**Fiscalização**	**Durante a fase preparatória e de trabalho**	• *100% dos trabalhadores assinam o código de conduta,* • *100% dos trabalhadores beneficiaram de formação em EAS/AS,* • *100% das populações ribeirinhas são sensibilizadas,* • *100% das denuncias EAS/AS recebidas são tratadas e seguidas,* • *100% dos sobreviventes receberam assistencia*	PM
TOTAL	•	•				•	**72 000**

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

9.11.2. Atividades de monitorização ambiental e social

Estas atividades consistem em medir e avaliar os impactos do projeto em determinadas componentes ambientais e sociais que suscitam preocupação após a aplicação de medidas de atenuação e a aplicação de medidas corretivas, se necessário. Além disso, pode ajudar a reagir prontamente ao fracasso de uma medida de atenuação ou compensação ou a qualquer perturbação adicional do ambiente, pondo em prática medidas adequadas.

Por último, a monitorização ambiental ajuda a abordar melhor os impactos em projetos subsequentes semelhantes e, eventualmente, a rever as normas e orientações em matéria de proteção ambiental.

O programa de monitorização deve definir, tão claramente quanto possível, os indicadores a utilizar para monitorizar as medidas de atenuação e reforço que devem ser avaliadas durante a execução e/ou operacionalização do projeto. Fornece igualmente pormenores técnicos sobre as atividades de monitorização, tais como os métodos a utilizar nos locais de amostragem, a frequência das medições, os limites de deteção e a definição de limiares para comunicar a necessidade de medidas corretivas.

Quadro: 116 Programa de monitorização ambiental e social

Componente ambiental	Indicadores de acompanhamento	Frequência	Metodologia de monitorização	Intervenientes de acompanhamento	Custos de acompanhamento (em USD)
Qualidade do ar	Controlo da qualidade do ar, em especial das partículas em suspensão (PM10, PM 5 e PM 2.5), CO2, NOx, COV, metais pesados	Semestral	Comparação com os valores fixados pelas normas guineenses de qualidade do ar: a norma relativa às descargas atmosféricas e à poluição(NG 09-01-011 2012/CNQ: 2004);	UAS-PCN-AAAC e serviço através de um laboratório de análises aprovado	1000
Qualidade e quantidade da água	Teor de água dos metais pesados nos nitratos/nitritos, coliformes totais, CBO5, CQO5	Anual	Comparação com os valores fixados pelas normas guineenses de qualidade da água (NG 09-01-010: 2012/CNQ (em inglês). 2004)	UAS-PCN-AAAC e serviço através de um laboratório de análises aprovado	1500
Vegetação	Taxa de sobrevivência das árvores plantadas	Anual	Comparação com o estado de referência	UAS-PCN-AAFC e serviço através de um especialista em flora	10000
Fauna	Número de incidentes relacionados com o perigo para as aves por defeito de nicho	Anual	Comparação com o estado de referência	**um ornitólogo especialista**	6000
Ambiente social	Ruído e vibração	Semestral	Comparação com as normas de ruído guineenses	UAS-PCN-AAAC e serviço através de um laboratório	1500

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAR VERSÃO PORTUGUESA

Componente ambiental	Indicadores de acompanhamento	Frequência	Metodologia de monitorização	Intervenientes de acompanhamento	Custos de acompanhamento (em USD)
				de análises aprovado	
Total					20 000

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

9.12. Plano de reforço das capacidades

A aplicação efetiva do PGAS exige o reforço das capacidades de todos os intervenientes envolvidos na gestão ambiental e social do projeto (os responsáveis pela execução do projeto, pelo acompanhamento e vigilância das medidas de atenuação identificadas, os utentes da estrada, as pessoas que vivem perto da infraestrutura rodoviária, a sociedade civil, etc.).

9.12.1. Reforço das capacidades do empresário

Objectivos: Assegurar a correta aplicação das medidas desenvolvidas no PGAS
Princípios: Formar o pessoal a todos os níveis de responsabilidade e especialização. Como parte da preparação do PGAS, o Empreiteiro preparará um Plano de Formação para o seu pessoal em todos os aspectos da gestão ambiental e social nos sítios. Este plano obedecerá às seguintes especificações::

- *O* Plano definirá programas de formação geral (sensibilização) para todo o pessoal e programas de formação especializada para os trabalhadores envolvidos em actividades particularmente sensíveis do ponto de vista ambiental (gestão de hidrocarbonetos e distribuição, gestão de resíduos de guerra explosivos (REG), gestão de resíduos perigosos, etc.);
- O programa de sensibilização para a gestão ambiental nos sítios, destinado a todos os trabalhadores do Empreiteiro, será assegurado pelo seu Gestor Ambiental e Social; este programa abrangerá os seguintes aspectos
- Uma introdução à política ambiental do Empreiteiro e aos objectivos do PGASE;
- Regras de gestão de resíduos dentro dos limites dos sítios;
- Regras para a gestão de produtos e resíduos perigosos, nomeadamente o seu armazenamento apenas em áreas especialmente designadas;
- Comportamento a adotar em caso de derrame acidental de poluentes;
- A proteção da biodiversidade, impondo (i) proibição absoluta da caça e da introdução no local de armas e armadilhas, (ii) proibição da pesca e da introdução de qualquer equipamento de pesca dentro dos limites do local, (iii) uma proibição do consumo de carne de animais selvagens da obra.
- Proteção dos sítios contra a erosão e a sedimentação;
- luta contra a poluição;
- O procedimento a seguir em caso de descoberta de um recurso cultural físico;
- Procedimento à seguir em caso de descoberta de restos de explosivos de guerra (ERW);
- Notificação de incidentes e preparação de relatórios de incidentes:

EIAS COMPLEMENTAR VERSÃO PORTUGUESA

- Procedimentos de emergência e de evacuação médica;
- Regras de segurança rodoviária nas estradas e sítios públicos;
- Sanções em caso de infração às regras acima referidas;
- Os participantes em cada sessão de formação serão inscritos num registo que pode ser consultado a qualquer momento pelo perito ambiental e social do Dono da Obra.
- - Cada novo recrutado participará no programa de sensibilização nos 10 dias seguintes à sua contratação;
- - A formação será complementada pela produção de cartazes e de outros materiais informativos que serão afixados nos locais de trabalho em painéis dedicados aos aspectos ambientais e sociais;
- - No âmbito do programa de sensibilização ambiental e social, serão fornecidas informações adicionais em matéria de saúde e segurança sobre todos os aspectos não abrangidos pelo plano de saúde e segurança e pela formação em matéria de saúde e segurança conexa.

9.12.2. Reforço das capacidades sob a responsabilidade da entidade adjudicante

Objectivos: Assegurar a correta aplicação das medidas desenvolvidas no âmbito do PGAS do subprojeto

Princípios: Formar as partes interessadas a todos os níveis de responsabilidade e especialização. No âmbito da implementação dos subprojectos, o presente PGAS estabelece os elementos do Plano de Formação das Partes Interessadas sobre todos os aspectos relacionados com a gestão ambiental e social do subprojecto.

Beneficiários: UAS-PCN-AAAC, serviços técnicos locais, empreiteiros de obras e Fiscalização, etc.

Assunto: os temas centrar-se-ão em: i) as questões fundiárias, ambientais e sociais envolvidas no trabalho; ii) higiene e segurança, e iii) regulamentação ambiental adequada; iii) regulamentação em matéria de avaliação ambiental; as políticas operacionais e os instrumentos de salvaguarda do Banco Europeu de Investimento; boas práticas ambientais e sociais; monitorização ambiental obra e monitorização ambiental.

9.12.3. Módulos de formação

9.12.3.1. Avaliação Ambiental e Social

- Conhecimento das políticas e procedimentos ambientais e sociais nacionais e do BEI
- Avaliação objetiva do conteúdo dos relatórios da EIAS;
- Conhecimento do processo de acompanhamento da execução do EIAS.

9.12.3.2. Formação em matéria de monitorização ambiental e social

- Metodologia de monitorização ambiental e social
- Indicadores de acompanhamento/avaliação ambiental e social;
- Cumprimento e aplicação das leis e regulamentos ambientais;
- Sensibilização do público para a proteção e gestão do ambiente;
- Eficácia da integração da perspetiva de género.

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.12.4. Informação e sensibilização das populações e partes interessadas em causa

O Projeto de Mobilidade e Conectividade Rural coordenará a realização de campanhas de informação e sensibilização destinadas às comunidades locais, aos residentes locais e aos utentes das estradas. As campanhas de informação e sensibilização incidirão nos seguintes domínios: questões de posse da terra e de coabitação, gestão de conflitos, factores de vulnerabilidade como o VIH/SIDA, risco de acidentes, gestão dos resíduos sólidos domésticos, sustentabilidade das estruturas construídas, etc.

Isto implica a organização de sessões de informação e de debate em cada localidade atravessada pelas vias do projeto; a organização de assembleias populares em cada local, recorrendo a ONG ou a líderes locais previamente formados. As autoridades consuetudinárias locais deverão servir de intermediários junto das populações locais, informando-as e sensibilizando-as para as questões em jogo no projeto. A informação a nível local (bairro, etc.) poderá ser confiada a associações ou ONG com experiência comprovada em matéria de sensibilização.

Quadro: 117 Síntese das atividades de formação e de sensibilização

Temático	Público-alvo	Custo em USD
Avaliação ambiental e social	*UAS-PCN-AAAC, Serviços Técnicos Locais, Empresas de Construção e Gabinetes de Controlo*	*10000*
Monitorização ambiental e social	*UES-PCN-AAAC, Serviços Técnicos Locais, Empresas de Construção e Gabinetes de Controlo*	*10000*
Impactos sociais e ambientais da execução do subprojeto	*População afectada pelo projecto*	*5000*
Normas de saúde e segurança rodoviárias e laborais	*População ribeirinha e utentes da estrada*	*4500*
DST/VIH/SIDA e infeções respiratórias agudas (IRA)	*População local*	*2500*
Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR/P)	*Populações ribeirinhas*	*3000*
Gestão de resíduos	*Populações ribeirinhas*	*3000*
Total		38000

9.13. Responsabilidade pela aplicação e acompanhamento do PGAS

No âmbito da implementação e do acompanhamento do PGAS, são propostas as seguintes disposições:

9.13.1. Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Enquanto promotor do projeto, o seu papel consiste em assegurar que cada parte envolvida desempenhe o seu papel de forma eficaz. Na preparação do PGAS, o seu papel consiste em: informar as partes interessadas; organizar o seminário de feedback e de validação do PGAS; consultar a sociedade civil durante a implementação do PGAS; acompanhar a implementação do PGAS através das Missões de Acompanhamento, que lhe comunicam regularmente e em tempo real os problemas levantados durante a implementação do projeto e do PGAS; assegurar a implementação de certas medidas complementares a realizar para corrigir os problemas ambientais e sociais que afetam a área abrangida pela zona de influência do projeto.

A UGP dispõe de uma Unidade Ambiental e Social (UES-UGP) no âmbito do Projeto.

FIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

A Unidade Ambiental e Social da UGP (UES-UGP) assegurará a supervisão ambiental e social das obras. Tendo em conta as questões ambientais, sociais e fundiárias em jogo no projeto, a UES-UGP e o MdC assegurarão que estes aspectos sejam efetivamente tidos em conta pelas empresas durante as obras. Neste contexto, os relatórios sobre a gestão ambiental e social das obras deverão ser elaborados mensalmente e enviados à UES-UGP, a fim de acompanhar a evolução da gestão ambiental do estaleiro.

9.13.2. Ministério do Ambiente e da Biodiversidade (MABAC)

O MEBAC intervém principalmente através das diferentes direções gerais. É responsável pela política ambiental da Guiné Bissau nomeadamente no que diz respeito à validação do EIAS e a política de gestão dos recursos naturais.

- **A AAAC**

Este EIAS será validada pela AAAC em nome do MABAC. Acompanhará e controlará igualmente a execução das medidas ambientais e sociais do projeto. A nível local, este acompanhamento e controlo serão realizados com a assistência da DGEF.

9.13.3. Empresas de construção

As empresas são responsáveis pela execução física do trabalho no terreno, incluindo a execução do PGASEAs empresas devem assegurar a aplicação efetiva de determinadas medidas de atenuação incluídas no PGAS e, eventualmente, de medidas de atenuação adicionais identificadas no âmbito das atividades de monitorização e vigilância ambiental. Para o efeito, terão de elaborar um plano de gestão ambiental e social que defina a forma como tencionam aplicar as medidas recomendadas no EIAS. Internamente, o acompanhamento ambiental e social é efetuado pelo gestor ambiental da empresa, que deve assegurar que a empresa aplica todas as medidas recomendadas no PGASE.

9.13.4. Fiscalização (missão de controlo)

A Fiscalização assegurará o acompanhamento ambiental e social das obras e o controlo da eficácia e eficiência das medidas ambientais e sociais constantes no contrato de obra.

9.13.5. Administrações localizadas na zona do projeto

Participarão em atividades de acompanhamento, sensibilização do público e mobilização social. Em cada comunidade-alvo, os serviços técnicos locais acompanharão de perto a implementação das recomendações do PGAS. Participarão na mobilização social, adoção e divulgação da informação contida no PGAS e assegurarão o acompanhamento das infraestruturas realizadas.

9.13.6. ONG e outras organizações da sociedade civil

A sociedade civil desempenhará um papel fundamental: participando na fase preparatória do projeto; participando plenamente nas consultas públicas e no seminário de restituição; examinando o documento do PGAS transmitindo os seus comentários ao PCN; acompanhando os resultados e os problemas que surjam e apresentando suas reações e sugestões a todas as partes interessadas.

Estas organizações poderão também apoiar o projeto na informação e sensibilização dos intervenientes do sistema de transportes e das populações das zonas beneficiárias sobre os

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

aspetos ambientais e sociais decorrentes dos trabalhos e da entrada em funcionamento da estrada, bem como sobre os riscos de caça furtiva e exploração florestal ilegal.

9.13.7. Banco Europeu de Investimento (BEI)

Realizar missões de supervisão para garantir que todos as exigências ambientais e sociais são tidas em conta na execução e no acompanhamento do projeto, em conformidade com as políticas operacionais definidas pelo projeto.

9.14. Mecanismo de Gestão de Reclamações (CMM)

O mecanismo de gestão de queixas é um instrumento para receber, tratar e responder às queixas dos beneficiários/partes interessadas de forma sistemática.

9.14.1. Justificação da MGR

O mecanismo de Gestão de Reclamações é uma condição necessária em todos os projetos financiados pelo BEI. É um elemento essencial da responsabilização de qualquer entidade perante os seus beneficiários e partes interessadas.

9.14.2. Objectivo e princípios orientadores do MGR

O principal objetivo é garantir que as preocupações e reclamações das comunidades ou de outros beneficiários sejam ouvidas, prontamente analisadas e tratadas com o objetivo de detetar as causas, tomar medidas corretivas e/ou preventivas e evitar um potencial agravamento que ultrapasse o controlo do projeto.

Os princípios orientadores da BPF são apresentados no quadro que se segue.

Quadro: 118 Princípios fundamentais de um mecanismo funcional e participativo

Princípios	Medida de execução	Indicador
Subsidiariedade	• Lidar com qualquer reclamação, se possível, o mais próximo possível do local onde foi apresentada (ou apenas lidar com a reclamação a um nível superior se tal não puder ser feito no nível inferior)	Número de queixas recebidas
Segurança	• Proteger o anonimato dos queixosos, se necessário; • Assegurar a confidencialidade necessária em caso de queixas de natureza sensível, • Limitar o número de pessoas com acesso a informações sensíveis	Nenhuma retaliação por denúncias
Acessibilidade e contextualização	• Divulgar amplamente o mecanismo junto dos grupos-alvo, superando as barreiras linguísticas, geográficas, intelectuais e financeiras • Explicar claramente os procedimentos de apresentação de queixas; • Diversificar as possibilidades de deposição de planícies, • Ajudar as pessoas com problemas específicos de acesso...	Variedade de fontes de queixas Taxa de reclamações elegíveis
Previsibilidade	• Responda prontamente a todos os queixosos, • Apresentar um processo de tratamento claro, com prazos para cada etapa,	Tempo médio de processamento Taxa de resposta

EIAS COMPOSANTE REGIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Imparcialidade	• Garantir a imparcialidade das pessoas envolvidas nas investigações • Assegurar que nenhuma pessoa com um interesse direto no resultado da investigação está envolvida no tratamento da queixa em causa	Objeção dos membros da equipa de gestão de reclamações
Transparência	Informar as partes interessadas sobre a evolução e os resultados do tratamento	
Equidade	Trate cada reclamação de forma justa, de acordo com os procedimentos descritos no documento do PMM e o mais rápido possível para construir a confiança das pessoas no projeto.	Número de queixas tratadas por tipo de PAT

9.14.3. A Importância e os Benefícios do MGR

Trata-se de um mecanismo destinado a reforçar a responsabilização do projeto através de duas funções:

- Resolver os problemas através do estabelecimento de um diálogo entre o queixoso e o projeto, a fim de resolver os problemas que dão origem a um recurso sem imputar responsabilidade ou culpa a ninguém;
- Executar uma verificação da conformidade para determinar se o projeto cumpre ou não os seus documentos-quadro e o QAS a que está sujeito.

9.14.4. Processo de tratamento de queixas

Uma vez que as queixas podem ser de natureza muito diferente, terão de ser apresentadas a organismos específicos denominados Comité de Gestão de Reclamações e Celula de Arbitragem de Reclamações. Estes organismos serão apoiados por instituições parceiras, que trabalharão com o projeto. Os dois níveis são:

- A nível das aldeias, nas áreas de intervenção do projeto, através de comités de gestão de reclamações, que serão criados.
- A nível do projecto – Celula de Arbitragem de Reclamações.

O procedimento de tratamento deve ser transparente no tratamento e de gestão de reclamações e conflitos. É aplicado de forma a responder de forma eficaz e atempada às preocupações manifestadas pelos autores da denúncia.

9.14.5. Organização e responsabilidades

Para animar as principais etapas da gestão de reclamações, o PCN assegurará as seguintes tarefas:

a) registar por escrito todas as queixas recebidas,
b) verificar a reclamação
c) incentivar a resolução imediata e no local dos problemas, e
d) Comunicar as queixas recebidas e as medidas tomadas em resposta a cada queixa.

Os diferentes casos possíveis de queixas

As queixas podem dizer respeito, nomeadamente:

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- questões relacionadas com o trabalho;
- questões relacionadas com a indemnização;
- Questões gerais.
- Violência contra as mulheres e as crianças

A estrutura para o tratamento das queixas pode ser composta da seguinte forma:

A nível local, ou seja, locais de intervenção do projeto, um Comité de Gestão de Reclamações por local composto pelo chefe da aldeia, líder religioso, sábio, representante de organizações de mulheres, representante de organizações de juventude e um representante das PAP será criado, para coordenar todas as atividades do MGR na sua área.

Estes comités de gestão de queixas serão criados nos locais de execução do projecto, reunindo aldeias muito próximas - unidas pelas mesmas tradições, economia, língua, etc., e que partilham determinados serviços básicos (educação, saúde, etc.).

Os nomes e informações de contacto dos membros do Comité de Gestão de Reclamações serão amplamente divulgados em cada local durante a divulgação do MGR.

No que diz respeito às responsabilidades, o Comité de Gestão de Reclamações deverá:

- Ser acessível e imparcial
- Coordenar o procedimento de apresentação de queixas a nível das aldeias;
- Recolher e examinar as informações disponíveis sobre o objeto da reclamação; - Elaboração de respostas para os queixosos;
- procurar resolver as questões que dão origem a queixas;
- Recebimento e registo de reclamações
- Centralizar e lidar objetivamente com todas as queixas apresentadas.
- Traduzir reclamações para o livro de reclamações, se a reclamação for verbal
- Enviar reclamações que não resultaram em um acordo todas as semanas para a Celula de Arbitragem de Reclamações para processamento
- Enviar semanalmente à Celula de Arbitragem de Reclamações para inscrição no registo central de reclamações que tenham sido resolvidas pelo Comité de Gestão de Reclamações
- Divulgar soluções para as queixas encontradas aos queixosos.

Qualquer pessoa afetada pelo projeto que considere que o seu direito foi violado tem direito de apresentar uma queixa/reclamação/denuncia

As queixas são dirigidas ao chefe da aldeia, aos membros do CGR, ao pessoal da RENLUV que trabalha com o projeto, ao Especialista Ambiental e Social da Fiscalização (EASF), etc., que as encaminha para o secretário do CGR, que informa o queixoso sobre o resto do circuito do seu pedido. O CGR deve igualmente informar o queixoso da pertinência da queixa.

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

O Secretário envia as informações à Célula de Arbitragem de Reclamações para registro da reclamação antes de ser analisada pelo CGR.

Um dos membros do MGR assegurará o secretariado que será responsável pela receção e envio de queixas à Celula de Arbitragem de Reclamações para registo e apresentação.

Ao secretário do MGR será fornecido um livro de registo para a recolha de queixas apresentadas oralmente, e será também o canal de transmissão para as pessoas que não têm a oportunidade de redigir e enviar as suas queixas.

Trabalha em estreita colaboração com as populações nas áreas de intervenção do projeto.

Nos casos em que nenhum dos membros do MGR sabem ler ou escrever, o secretariado será assegurado pelo pessoal da RENLUV e/ou do EASF.

Para as queixas não sensíveis, o Comité de Gestão das Reclamações é competente para iniciar uma resolução amigável, se possível. Se não for encontrada uma solução satisfatória, o processo será transmitido à UGP pelo Comité de Gestão das Reclamações com a assinatura do queixoso.

Se a queixa puder ser resolvida a nível local, o Comité de Gestão de Reclamações limitar-se-á a informar a CAR antes de informar o queixoso. Caso contrário, no entanto, a responsabilidade pelo tratamento da reclamação será transferida para a CAR.

As queixas de natureza sensível, em especial a violência contra as mulheres e as crianças, são da responsabilidade da equipa de conformidade da VBG, composta por:

i. Especialistas em salvaguardas da UGP;
ii. Responsável de saúde e segurança no trabalho da empresa, ou outra pessoa responsável pela VBG, com experiencia suficientes para dedicar ao cargo;
iii. O especialista em salvaguarda da missão de controlo; e
iv. Um representante da RENLUV

O secretariado da equipa de conformidade será assegurado pela ONG RENLUV. Esta equipa devera em particulartratar de casos ligados a VBG (exame, resolução, sanção). Se não for encontrada uma solução satisfatória a este nível, a equipa transmitirá o processo ao órgão judicial.

O CGR dispõe de um prazo máximo de cinco dias úteis para responder às reclamações não sensíveis que lhe sejam apresentadas. Após este período, é obrigada a transferir o processo para a CAR. que também deve, em condições normais, dar uma solução no prazo de 5 dias úteis, caso não seja necessário um exame ou investigação aprofundados.

A nível central do projeto, ou seja**,** a Unidade de Gestão do Projeto em Bissau, será criada uma Celula de Arbitragem de Reclamações composta pelo coordenador do projeto, , responsável pelas salvaguardas sociais e ambientais, um representante do Comité de Pilotagem, um representante da AAAC, com as seguintes responsabilidades:

- Assegurar a coordenação dos procedimentos do MGR;

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Recolher e examinar as informações disponíveis sobre o objeto das reclamações transmitidas pelo CGR;
- Redigir as respostas para os queixosos;
- Receber e tratar todas as reclamações que não tenham resultado num acordo ao nível dos Comités de Gestão de Reclamações (aldeias);
- Receber registar e fazer triagem das reclamações enviadas diretamente à UGP e sua transmissão aos respetivos CGR para tratamento
- Registo de todas as reclamações recebidas ao nível do presente MGR
- Centralizar o sistema de registo das reclamações apresentadas.
- Receber as reclamações
- Transcrever as reclamações para o livro de reclamações, se a reclamação for verbal
- Comunicar soluções das reclamações encontradas aos CGR para divulgação.

Todas as queixas não resolvidas ao nível do CGR e encaminhadas para UGP - CN serão tratadas pelo CAR, cujos membros serão nomeados pelo Coordenador do Projeto.

A reclamação, que chega UGP, é registada e deve ser entregue um aviso de receção ao reclamante ou seu representante.

Depois de o coordenador ter recebido instruções sobre o circuito do processo, o responsável pela salvaguarda social analisa e propõe, se necessário, uma reunião de consulta entre o CAR, o chefe do setor/secção em causa e um representante do CGR em causa.

Após a adoção da estratégia de resolução de conflitos, será organizada uma reunião de conciliação entre a Comissão e o reclamante.

Consoante a natureza das reclamações, serão favorecidos dois tipos de soluções, nomeadamente a resolução amigável e a indemnização por danos. Se as duas soluções não forem bem sucedidas, o reclamante tem o direito de remeter a questão para uma entidade jurídica competente para novos processos, que é o último recurso mencionado no diagrama de funcionamento das MGR.

Para completar a informação, pode ser necessário ir ao terreno para verificação. O Projeto pode, de acordo com as autoridades locais, nomear investigadores para melhor definir os vários aspectos do problema. Estes investigadores serão pessoas independentes que devem possuir as seguintes competências: competência, transparência, confidencialidade, imparcialidade, etc..

Por todo este procedimento e por razões de transparência, os reclamantes podem utilizar todos os canais de comunicação à sua disposição (telefone, carta, etc.) para chegar ao projeto e assegurar-se de que a reclamação é bem transmitida.

O mecanismo de gestão de reclamações do Projecto, na sua abordagem funcional, é conduzido em seis etapas que permitem uma resposta coerente às questões. Estes são: informações sobre MGR, o acesso, o aviso de receção, a triagem e o tratamento, o retorno de informação, o acompanhamento e a avaliação,

EAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.14.6. Etapas básicas do procedimento de gestão de reclamações

9.14.6.1. Informar as pessoas direta ou indiretamente afetadas e as várias partes interessadas no projeto sobre a existência do MGR

Durante as reuniões de sensibilização do público sobre o projeto e em colaboração com diferentes instituições parceiras do projeto (RENLUV), as empresas, pessoas direta ou indiretamente afetadas e diferentes partes interessadas no projeto, serão informadas da existência de um mecanismo de gestão de reclamações a nível da PCN, destas ferramentas de execução e dos canais de acesso.

O PCN garantirá aos potenciais utilizadores um acesso fácil e culturalmente adequado à informação sobre o projecto e a utilização do mecanismo.

A configuração operacional do mecanismo de reclamações da PCN e as ferramentas de acesso serão publicadas no sítio Web do projeto. Serão utilizadas vozes da imprensa através de emissões de rádio, televisão, exibições em locais de projeto e outros meios de comunicação culturalmente adequados. A divulgação do mecanismo visará principalmente os beneficiários diretos (indivíduos, agências governamentais, comunidades locais, etc.), os proponentes, os beneficiários indiretos e as organizações da sociedade civil.

9.14.6.2. Acesso (apresentação da denúncia, contacto com os autores da denúncia)

a) Utentes do mecanismo

Qualquer pessoa que tenha sofrido danos relacionados com a execução das atividades do PCN pode apresentar uma queixa a este mecanismo.

b) Canais de transmissão

O mecanismo de funcionamento de cada canal de reclamação será descrito ao público durante as sessões de informação e sensibilização.

De acordo com o princípio da acessibilidade e da contextualização, os meios de apresentação de queixas serão diversificados, nomeadamente:

- Auto-referência ao Comité de Gestão das Queixas
- Com base em informações recolhidas durante as reuniões, uma visita ao local, etc.
- Uma chamada telefónica onde as pessoas podem fazer uma queixa anónima ou não anónima,
- Uma caixa de reclamações na sede do projeto,
- Caixas de reclamações colocadas nas comunidades na responsabilidade do Presidente de CGR, onde as pessoas podem apresentar reclamações anónimas por escrito.
- Mensagem telefónica
- Outros

9.14.6.3. Aviso de receção:

Para todas as queixas recebidas através do presente MGR, é entregue um aviso de receção ao reclamante para facilitar o seguimento do processo.

No prazo máximo de 5 dias úteis, o reclamante deve receber um aviso de receção confirmando que o seu caso foi registado. Este aviso deve ser comunicado ao reclamante através do Comité de Gestão de Reclamações, do membro da RENLUV que trabalha na zona e/ou da EASMC, por carta, telefonema, mensagem telefónica ou contacto direto com o reclamante. O aviso de

FIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

receção deve incluir informações sobre as etapas seguintes do procedimento, os prazos e os dados de contacto do responsável pelas queixas.

9.14.6.4. Triagem e transformação (procedimento)

☞ ***Natureza das reclamações***

As queixas podem ser classificadas em dois grupos. As queixas sensíveis e as queixas não sensíveis.

As queixas não sensíveis dizem respeito ao processo de execução. Incluem questões relacionadas com obras, indemnizações e assuntos de ordem geral.

As queixas sensíveis incluem má conduta pessoal, como corrupção e violência contra mulheres (VBG) e crianças (VCC).

As queixas relacionadas com a violência contra as mulheres e as crianças devem ser tratadas pela equipa de conformidade, enquanto os casos de corrupção são da responsabilidade do projeto.

Os utentes terão a garantia de que as queixas sensíveis serão tratadas de forma confidencial, de modo a evitar represálias ou ataques gratuitos à dignidade das pessoas.

☞ ***Validação de reclamações***

Todas as queixas relacionadas com os compromissos assumidos pelo PCN, as suas atividades ou assuntos do seu âmbito operacional são elegíveis ao abrigo deste MGR.

Nesta fase, garantimos que a reclamação é relevante para as atividades ou compromissos do projeto. Procurar-se-á estabelecer a ligação entre as queixas e as atividades e impactos do projeto. Esta validação permitirá também determinar se o caso deve ser tratado no âmbito do MGR ou encaminhado para outras autoridades, como a polícia, etc.

Concordar que a queixa não é elegível para o MGR porque outro organismo seria mais adequado para a tratar. Competência de terceiros.

c) Registo de reclamações

As queixas recebidas da UGP e através do CGR serão enviadas aos responsáveis pelas salvaguardas sociais e ambientais do projeto para registo, assim que forem recebidas. O seu progresso será então acompanhado.

d) Investigação e tratamento de reclamações

Embora uma resposta rápida do responsável pelas reclamações, do responsável pelo projeto ou da empresa possa ser suficiente para resolver muitos tipos de reclamações, aquelas que são mais graves ou que envolvem um aspeto técnico complexo podem exigir uma investigação mais aprofundada. Neste caso, o Projeto pode, com o acordo das autoridades locais, nomear investigadores para obter uma melhor compreensão dos vários aspetos do problema.

A composição do comité de investigação será definida pelo projeto em consulta com os parceiros e o queixoso.

Para os casos de violência contra mulheres e crianças, o projeto pode recorrer a uma investigação independente para uma resolução adequada com base em pareceres de peritos. Competência de uma comissão de inquérito.

As tarefas da comissão de inquérito consistem em esclarecer os seguintes pontos

- O problema ou acontecimento que deu origem à queixa,
- As partes interessadas que estão envolvidas no problema ou acontecimento,

FAIS COMPOSANTE ADDITIONAL VERSÃO PORTUGUESA

- Os interesses e preocupações das partes interessadas em relação ao problema,
- O desenrolar da investigação,
- Identificação de medidas para resolver a denúncia,
- Proposta de medidas para a resolução de litígios.

e) Feedback

Os resultados da resolução da queixa devem ser comunicados ao queixoso. Esta informação será fornecida diretamente entre o projeto e o queixoso, através de :

- Uma resposta escrita;
- Encaminhamento direto para o queixoso;
- Uma chamada telefónica;
- Uma mensagem de texto

Os termos da carta devem ser intelectual e culturalmente adequados ao remetente. A resposta pode incluir:

- explicar a escolha do tratamento
- oferecer opções de solução aos queixosos
- clarificar os procedimentos e os papéis que se seguirão,
- o diálogo necessário para esclarecimentos adicionais

Se o queixoso concordar, as respostas propostas são implementadas, a saber, a ação direta do Comité de Gestão de Reclamações, um exame aprofundado ou a transferência do processo.

Se o queixoso não considerar que a sua queixa não é elegível ou rejeitar as medidas de resolução propostas, a Célula de Arbitragem de Reclamações deve proceder do seguinte modo:

- registar os motivos da recusa,
- fornecer informações adicionais,
- Se possível, rever a abordagem proposta

Se a discordância persistir, o queixoso deve ser informado de outras vias de recurso fora do MGP e encerrar o processo.

Aplicação da resolução

Algumas queixas podem não preencher os critérios por falta de informação, enquanto outras podem ser resultado de rumores ou de pessoas motivadas por vingança ou inveja.

Este tipo de queixas pode prejudicar a reputação do projeto se não forem tratadas com cuidado.

Em situações como estas, para que o PCN não viole o seu dever de diligência, será necessário localizar a origem da queixa para descobrir se esta esconde um problema não dito, uma questão que as pessoas não estão a expressar abertamente, e descobrir por que razão não o estão a expressar abertamente.

Uma vez concluído o inquérito, deverá ser elaborada uma proposta provisória razoável, proporcional à queixa e que tenha em conta as normas culturais. Dependendo do resultado da investigação, a resposta, incluindo as opções de resolução, será desenvolvida internamente em primeira instância, em especial quando for suscetível de criar um precedente ou exigir uma decisão política.

O responsável pelas queixas discutirá a proposta provisória com o queixoso, em vez de impor unilateralmente o veredito. O queixoso terá a oportunidade de aceitar a proposta, de apresentar uma proposta alternativa que possa ser discutida, ou de a rejeitar e considerar outro processo de resolução de litígios. O acordo final deve ser exato, limitado no tempo e acordado por ambas

EIA SCOMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

as partes. Se não for diretamente aplicável, deve incluir um plano de acompanhamento. Se a queixa for considerada sem mérito, o responsável pelas queixas deve explicar as razões ao queixoso e indicar as possíveis vias de recurso.

9.14.6.5. Apresentação de relatórios

A célula de arbitragem de queixas registará todas as queixas recebidas numa base de dados. Os dados relativos às queixas não sensíveis serão acessíveis ao público, permitindo o seguimento das queixas. O sistema monitorizará e apresentará relatórios sobre:

- número de queixas recebidas
- tipo de queixa;
- número e a percentagem de queixas que deram origem a um acordo;
- número e a percentagem de queixas que foram resolvidas;
- número e a percentagem de queixas que foram objeto de mediação;
- número e a percentagem de queixas que não resultaram num acordo;
    - Represálias na sequência de denúncias;
    - Tempo médio de processamento;
    - Variedade de fontes de denúncia;
    - Taxa de queixas elegíveis;
    - Taxa de resposta.
- Recusa de membros da equipa de gestão de denúncias

A base de dados indicará também os problemas mais recorrentes e as zonas geográficas de onde provém o maior número de queixas.

A informação fornecida pela base de dados deverá ajudar a Unidade de Arbitragem de Queixas a melhorar o mecanismo e a compreender e abordar melhor os impactos sociais dos projetos.

Todas as reações e queixas registadas serão publicadas, juntamente com um número de queixa para ajudar o queixoso a acompanhar a evolução do seu caso.

Esta informação também estará disponível sob a forma de cartazes em locais públicos no sítio de execução em causa.

9.14.6.6. Avaliação, atribuição, reconhecimento

Se a queixa não se enquadrar nas atribuições operacionais do projeto, mas estiver relacionada com as políticas gerais e a governação do país, a Célula de Arbitragem de Reclamações encaminhará o reclamante para as autoridades competentes.

Se a queixa disser respeito às políticas do Banco Europeu de Investimento, a CAR informará a representação no país para que esta interprete a política em causa.

9.14.6.7. Resolução e encerramento

O caso deve ser resolvido e encerrado no prazo de 15 dias úteis a contar da receção da reclamação inicial por um membro do pessoal.

Em todos os casos, o MGP oferecerá a possibilidade de recorrer a uma mediação independente ou de encontrar outro meio de resolução do litígio.

Qualquer que seja o resultado, todos os documentos comprovativos das reuniões necessárias para chegar a uma solução devem ser incluídos no processo de reclamação. Se

FINS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

necessário, em todas as fases do processo, o projeto informará o gabinete do Banco Europeu de Investimento sobre o caso

9.14.6.8. Arquivo

O projeto prevê a criação de um sistema de arquivo físico e eletrónico das queixas. Este sistema de arquivo permitirá documentar as propostas e as informações recebidas. Este sistema será composto por quatro módulos, um para as queixas não sensíveis recebidas, um para as queixas sensíveis recebidas e dois módulos para o tratamento das queixas sensíveis e não sensíveis, respetivamente. Este sistema permitirá o acesso a informações sobre: i) as queixas recebidas ii) as soluções encontradas e iii) as queixas não resolvidas que requerem ações complementares.

9.14.7. Operacionalização do MGR

A metodologia para operacionalizar o mecanismo de gestão de queixas deve incluir:

- Difusão, divulgação de instrumentos e procedimentos;
- Elaboração de um protocolo de referenciação de sobreviventes de EAS/AS;
- Reforço das capacidades das partes interessadas;
- Acompanhamento - avaliação da aplicação da MGR;
- As fases de operacionalização da BPF.

a) Difusão e divulgação do Mecanismo de Gestão de Reclamações (ferramentas e procedimentos)

As comunidades beneficiárias, as pessoas suscetíveis de serem afetadas pelo projeto ou de influenciar a sua correta execução devem ter acesso às informações relativas ao MGR relacionadas com a execução global dos subprojetos.

Para o efeito, o mecanismo de apresentação de queixas será publicado pelo projeto e posteriormente divulgado a todas as partes interessadas. A divulgação do mecanismo destinar-se-á principalmente aos beneficiários finais (autoridades administrativas, órgãos de poder local e regional, PAP, comunidades locais, beneficiários indiretos, etc.). Isto é feito através de:

(i) realização de sessões com os vários comités de gestão de queixas e outras partes interessadas a nível das áreas afetadas,
(ii) transmissão das BPF ao nível das estações de rádio comunitárias sem barreiras linguísticas (línguas portuguesas e locais das zonas em causa),
(iii) publicações nos sítios do projeto,
(iv) impressão e desagregação de brochuras/prospetos sobre as BPF a nível das localidades em causa e no sítio Web do projeto;
(v) e serão utilizados outros meios de comunicação culturalmente adequados.

b) Reforço das capacidades dos intervenientes

No quadro do projeto, a execução desta MGR exige, em primeiro lugar, o reforço das capacidades de todos os intervenientes em todo o processo, dado o seu forte envolvimento na sua execução no terreno. Por conseguinte, após a aprovação do documento, estes

EAS COMPOSANTE ADDITIONAL VERSÃO PORTUGUESA

intervenientes receberão formação sobre os objetivos, o procedimento e o conteúdo deste MGR, bem como sobre a sua aplicação (registo e tratamento de queixas).

c) Acompanhamento - avaliação do POP

O seguimento das queixas e reclamações será efectuado directamente pelos Especialistas em salvaguardas do projecto em estreita colaboração com os especialistas das agências de execução envolvidas neste MGR. No entanto, a UGP é responsável pela aplicação global e pelo acompanhamento do MGR. Como tal, o projeto melhorará o sistema de receção e acompanhamento de queixas e reclamações, a fim de evitar vários problemas antecipadamente e melhorar a aceitabilidade das atividades dos seus subprojetos. Assim, será dada especial atenção às denuncias e reclamações de pessoas vulneráveis.

O acompanhamento e a avaliação internos são efetuados pela UGP.

Os indicadores de acompanhamento são os seguintes:

- % de campanhas de sensibilização em massa sobre oMGR nas zonas de intervenção do projeto;
- % de pessoas formadas;
- % de pessoas sensibilizados
- Número de queixas registadas;
- % de reclamações/queixas recebidas, incluindo pessoas vulneráveis
- % de reclamações/queixas resolvidas;
- % de reclamações/queixas não resolvidas;
- % de queixas que foram submetidas a mediação;
- % de queixas resolvidas amigavelmente;
- % de queixas apresentadas nos tribunais competentes;
- Número de sobreviventes VBG/EAS/AS encaminhados para serviços de cuidados
- % do pessoal e dos trabalhadores que assinaram o código de conduta.

d) Fases de operacionalização do MGR

A operacionalização do MGR de acordo com as diferentes fases do projecto inclui as actividades ilustradas no quadro seguinte.

Quadro: 119 Operacionalização do MGR

Rubricas	Designação da actividade	Partes interessadas envolvidas	Fase do subprojecto	Responsável
Difusão/ Divulgação do MGR	*Divulgação do MGR junto das partes interessadas e dos meios de comunicação social*	*Atores de estaleiros de construção;* *Comunidades beneficiárias*	*Preparação*	*UGP*

VERSÃO PORTUGUESA

Reforço das capacidades	*Sessões de formação para os Comités de Gestão de Reclamações*	*Membros do Comité*	*Preparação*	*UGP*
Apoio jurídico	*Prestar aconselhamento jurídico aos sobreviventes*	*Comissões*	*Preparação e construção*	*UGP*
Protocolo de referenciação	*Assistência aos sobreviventes*	*Comissões*	*Preparação e construção*	*UGP*
Governação dos Comités	*Seguimento e realização de reuniões*	*Comités*	*Preparação e construção*	*UGP e Comitês*
	Registo de reclamações *(actividade permanente)*	*Pontos focais e secretários CGR*	*Preparação e construção*	*Pontos focais e secretários CGR*

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

9.15. Plano de comunicação pública da AESI

O plano de comunicação encontra-se resumido no quadro seguinte:

Quadro: 120 Plano de comunicação durante a vida do projeto

	Objectivos	Visar as partes interessadas	Mensagens/Agenda	Meios de comunicação	Calendário/ frequência	Organismos/grupos responsável
			PREPARAÇÃO DO PROJECTO			
1	*Preparação da AESI*	*MEBAC, MTPHU,*	*Preparação do instrumento EIAS Inquérito socioeconómico/medida pormenorizada;*	*Grupo de reflexão Reunião de consulta pública Reunião individual*	*Antes da fase de construção do projecto*	*Especialistas de salvaguardas da ugp, MEBAC, MTPHU etc., consultor EIAS*
2		*MEBAC, MTPHU, proprietários fundiários, outras instituições governamentais e locais, ONG locais e sociedade civil,*	*Debater as conclusões e recomendações da EIAS*	*Reunião de consulta pública Reunião do grupo de reflexão*	*Antes da execução do projecto*	*Responsável pelas salvaguardas da UGP, MEBAC, MTPHU; Consultores do EIAS Ministério dos Assuntos fundiários*
			FASE DE EXECUÇÃO DO PROJECTO			
3	*Divulgação da AESI*	*MEBAC, MTPHU e estruturas locais estatais e da sociedade civil*	*Mensagem de correio eletrónico para informar as partes interessadas da distribuição e dos locais de consulta dos documentos.*	*Nos sítios Web das agências governamentais e do BEI.*	*Uma semana após a validação pela AAAC e pelo BEI*	*UGP, MEBAC, MTPLU e estruturas locais estatais e da sociedade civil*

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	Objectivos	Visar as partes interessadas	Mensagens/Agenda	Meios de comunicação	Calendário/ frequência	Organismos/grupos responsável
4	*Seminário específico de apresentação do EIAS, MGR e Planos de ação VBG/EAS/AS*	*Serviços técnicos e administrativos locais, organizações de jovens e de mulheres, organizações sindicais.*	*Conteúdo ESIA, MGR e VBG* *Participação das partes interessadas* *Impactos genéricos;*	*Seminário*	*Dois meses antes do início dos trabalhos*	*UGP e Governo Local*
5	*PGAS Estaleiro*	*Empresário, MEBAC, MTPHU e estruturas locais do estado e da sociedade civil*	*Examinar e avaliar o conteúdo do PGAS do estaleiro*	*Intercâmbio por correio eletrónico*	*Em curso até o PGAS estaleiro ser considerado aceitável.*	*MEBAC, MTPHU e estruturas locais estatais e da sociedade civil*
6	*Construção do projecto*	*Estruturas locais do Estado e da sociedade civil*	*Informar o público de qualquer interrupção na prestação de serviços de saúde, educação ou utilização de estradas planeadas*	*Notificação pública (via rádio)*	*Pelo menos uma semana antes do início dos trabalhos*	*Estruturas do Estado e da sociedade civil*
7	*Acompanhamento dos progressos na execução do projeto*	*Comité de Pilotagem*	*Análise do relatório de progresso do projeto e do consultor de supervisão do projeto*	*Reuniões presenciais* *Reunião de consulta pública*	*Trimestralmente ao longo da duração do projeto*	*UGP*
8		*UGP, consultor de supervisão de projectos e contratante*	*Analisar os progressos da execução; debater e abordar as questões levantadas;*	*Reunião de consulta pública*	*Mensalmente e/ou conforme necessário*	*UGP*

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	Objectivos	Visar as partes interessadas	Mensagens/Agenda	Meios de comunicação	Calendário/ frequência	Organismos/grupos responsável
9	*Resolver as queixas recebidas pelo subprojeto*	*Comité de Gestão de Reclamações*	*Tratamento das queixas apresentadas ao Comité*	*Reuniões*	*Se necessário (de acordo com o especialista em proteção ambiental)*	*UGP*
10	*Reunião trimestral a nível local com a participação de todas as partes interessadas*	*Serviços técnicos e administrativos centrais e locais*	*Ponto da situação Desempenho*	*Reunião*	*Todas as quintas-feiras de cada trimestre durante o projeto*	*UGP*
11	*Informação e sensibilização para a manutenção das infraestruturas, higiene e saúde, doenças infecciosas e sistemas de prevenção, deteção e resposta a estas doenças em locais públicos, em particular nas escolas*	*Trabalhadores da obra de construção, populações ribeirinhas, associações de jovens e de mulheres*	*Modo e prevenção de doenças infecciosas*	*Reunião de informação ao público* *Grupo de reflexão* *Colocação de cartazes nas comunidades ribeirinhas*	*Uma vez por trimestre durante o ciclo de vida do projeto*	*UGP*
12	*Divulgação dos indicadores de desempenho dos projectos*	*Público em geral* *Todas as agências governamentais* *Comunidade empresarial* *Organizações da sociedade civil*	*Informações gerais sobre a melhoria do acesso das pessoas às infraestruturas;*	*Afixação nos placards do MABAC e do MTPHU,* *Comunicados de imprensa e de rádio aquando da inauguração.* *Folhetos informativos*	*O mais rapidamente possível após o início do projecto*	*MEBAC; MTPHU,*
			FASE DE ENCERRAMENTO DO PROJECTO			

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

	Objectivos	Visar as partes interessadas	Mensagens/Agenda	Meios de comunicação	Calendário/ frequência	Organismos/grupos responsável
13	*Organização do seminário de encerramento do projeto*	*Serviços técnicos e administrativos, organizações de jovens e de mulheres, organizações sindicais*	*Objetivos do projeto, atividades e áreas de estudo, expectativas do projeto*	*Seminário*	*1º trimestre antes do encerramento*	*UGP MEBAC, MTPHU*

Fonte: Missão do SERF Burquina para elaborar a AESI para as componentes adicionais da conta do Projeto de Conectividade da Guiné do Norte-Bissau

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUES

9.16. Orçamento do PGAS

O orçamento do POP, excluindo os custos de apoio ao PAR, está estimado em 636 000 USD.

Quadro: 121 Estimativa dos custos ambientais e sociais

Códigos	*Designação da medida*	*Unidade*	*Qties*	*Custos unitários USD*	*Empresa*	*Projeto*	*Custo total USD*
	Medidas de mitigação dos impactos ambientais						
1	*Reflorestação compensatória com espécies arbóreas de crescimento rápido*	*Nb*	*8000*	*10*	*80 000*		*80 000*
2	*Implementação do IEC e do plano de gestão de resíduos para os trabalhadores em Safim – M'Pack,*	*Sessão*	*9*	*5 000*	*45000*		*45 000*
3	*Rega regular*	*FF*	*1*		*-*		*-*
4	*Reabilitação de pedreiras*	*m^2*	*FF*	*FF*			*-*
	Combater a degradação do solo durante as obras e o risco de deslizamento de terras	*m^2*	*FF*	*FF*			*-*
6	*Estabilização de taludes das obras de arte e furos e zonas degradadas*	*FF*	*1*	*30 000*	*30 000*		*30 000*
8	*Sensibilização dos trabalhadores e residentes vizinhos para a luta contra a caça furtiva ao longo da estrada Safim – M'Pack*	*Sessão*	*4*	*10 000*	*40000*		*40 000*
9	*Elaboração e implementação de um plano de gestão da avifauna*	*Plan*	*1*	*10 000*	*10 000*	*10 000*	*20 000*
10	*Sensibilização dos condutores do estaeiro e camionistas sobre o respeito dos limites de velocidade*	*FF*	*1*	*25 000*		*25 000*	*25 000*
11	*Manutenção da estrada asfaltaada e limpeza das calhas durante a fase de exploração*	*Número*	*FF*	*FF*		*Trabalhos de manutenção*	
12	*Fogões melhorados*	*Nb*	*100*	*500*		*5 000*	*5 000*
	Estudo sobre o setor da energia da biomassa	*estudo*	*1*	*50 000*		*50 000*	*50 000*
	Medidas de mitigação dos impactos sociais						*-*
!!	*Sensibilização sobre os riscos VBG/EAS/AS*	*2 Sessões de sensibilização para as cidades e aldeias*	*31*	*500*	*15 500*		*15 500*
	Medidas de prevenção de riscos						*-*

EIAS COMPLEMENTAIRE VERSION PORTUGUESA

Códigos	*Designação da medida*	*Unidade*	*Qties*	*Custos unitários USD*	*Empresa*	*Projeto*	*Custo total USD*
24	*Realização de ordenamento florestal para estabilizar as zonas de erosão*	*Provisão*	*1*	*2 000*	*2 000*		*2 000*
25	*Implementação de um plano IEC para Utentes*	*Provisão*	*1*	*2 000*	*2 000*		*2 000*
26	*Provisão para a assistência aos trabalhadores, vítimas de acidentes ou mortes e vítimas de inundações*	*FF*	*3*	*32000*	*96 000*		*96 000*
30	*IEC dos trabalhadores sobre a luta contra a EAS/AS*	*Sessão*	*1*	*10 000*	*10 000*	*O Plano de Ação GBV do Projeto*	*10000*
	Disponibilização de redes mosquiteiras impregnadas às populações locais	*Nb*	*500*	*25*		*12 500*	*12 500*
	TOTAL DA MEDIDA DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO EM USD				*330 500*	*102 500*	*433 000*
42	*Monitorização ambiental e social*	Ano	1	20 000		20 000	20 000
43	Auditoria ambiental e social	Ano	1	65 000		65 000	65 000
44	*Supervisão das medidas ambientais propostas*	Ano	1	*80 000*	*80 000*		*80 000*
45	*Atividades de formação e sensibilização*	Ano	1	*38 000*		38 000	38 000
	TOTAL DE MEDIDAS DE SUPERVISÃO, REFORÇO DE CAPACIDADES, AUDITORIA MONITORIZAÇÃO, E AVALIAÇÃO			*203 000*	*80 000*	*123 000*	*203 000*
	TOTAL GENERAL PGES USD				*410 500*	*225 500*	*636 000*

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Quadro: 122 Resumo da estimativa dos custos ambientais e sociais

Rubri0ques	Empresa	Projeto	Total
MEDIDAS DES IMPACTOS AMBIENTAIS	*205 000*	*90 000*	*295 000*
MEDIDAS DE IMPACTO SOCIAIS	*15 500*	*0*	*15 500*
MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS	*110 000*	*12500*	*122 500*
MEDIDAS DE SUPERVISÃO, REFORÇO DE CAPACIDADES, AUDITORIA, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	*80 000*	*123 000*	*203 000*
TOTAL GERAL PGAS USD	*410 500*	*225 500*	*636 000*
ORÇAMENTO TOTAL PGAS EM FCFA	*246 300 000*	*135 300 000*	*381 600 000*
ORÇAMENTO TOTAL DO PGAS EM EURO (€)	*376 031*	*206 565*	*582 595*

10. ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS (CEAS)

As responsabilidades relativas a implementação de medidas ambientais sociais são as seguintes:

Dono da obra: O Projeto Conetividade Norte (PCN)

O PCN é o Dono da obra, cmo tal, é responsável por assegurar a implementação das medidas ambientais e sociais descritas neste relatório, incorporando-as no contrato de obras com a empresa de construção da estrada/rodovia.

Assegurará também a execução do plano de implementação das medidas ambientais e sociais e a realização da monitorização ambiental.

Cláusulas ambientais e sociais:

A empresa responsável pelas obras é obrigada a respeitar as cláusulas ambientais e sociais, um documento do DAO e, por conseguinte, do contrato, que contém, nomeadamente, as especificações ambientais. Recrutará um quadro competente (higiene, Saúde-Segurança-Social-Ambiente) responsável pela gestão dos aspectos ambientais e sociais do seu contrato. Este responsável ambiental deve ser assistido por outros agentes encarregados respetivamente da formação do pessoal, da gestão dos resíduos sólidos e líquidos, da gestão dos resíduos perigosos, da comunicação de derrames e da limpeza pós-derrame.

Através do seu ambientalista, a empresa deve elaborar um Plano de Gestão Ambiental e Social, que será validado pela Fiscalização e pelo PCN. Este plano, que será elaborado com base em cláusulas ambientais e sociais, deve incluir pelo menos um dos seguintes elementos:

- Plano que indique as medidas de gestão ambiental e social (incluindo a violência baseada no género) (procedimento preventivo, curativo e corretivo);
- Plano geral que indique as várias zonas de povoamento previstas;
- Plano de higiene e saúde (incluindo IST e VIH/SIDA)
- Plano de segurança do estaleiro;
- Plano de gestão da água;
- Plano de gestão de resíduos sólidos e líquidos do estaleiro;
- Plano de gestão das áreas de estruturas assim como zonas de empréstimos.
- Plano de evacuação do estaleiro e da base-vida;
- Plano de recrutamento de pessoal;
- Plano de execução das medidas de limitação da velocidade;
- Plano de instalação de barreiras de limitação de velocidade;
- Plano de instalação de lonas de proteção nos materiais transportados por camiões que transportam materiais friáveis
- Fornecimento de equipamento de proteção ao pessoal do estaleiro;
- Procedimento para a gestão de descobertas arqueológicas fortuitas:

A empresa de construção deve tomar todas as medidas necessárias para respeitar os locais culturais e arqueológicos (cemitérios, locais sagrados, etc.) nas proximidades das obras e não prejudicá-los. Para o efeito, terá de verificar previamente a sua tipologia e localização antes do início dos trabalhos. Se, durante as obras, forem descobertos vestígios de interesse cultural,

EIAS CONSULTIVE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

histórico ou arqueológico, a empresa deve seguir o seguinte procedimento: i) interromper os trabalhos na zona em causa; ii) notificar imediatamente as populações ribeirinhas e o supervisor, que devem tomar medidas para proteger o sítio, a fim de evitar qualquer destruição; deve ser identificado e materializado um perímetro de proteção no sítio e não deve ser aí realizada qualquer atividade; iii) abster-se de remover e movimentar objetos e restos mortais. As obras devem ser suspensas dentro do perímetro de proteção até que a Direção-Geral da Cultura, responsável pela proteção dos sítios históricos e arqueológicos, tenha dado autorização para as prosseguir.

- Sensibilização do pessoal do estaleiro para um comportamento responsável em relação à violência baseada no género:

Como prelúdio das atividades das obras, todo o pessoal do estaleiro deve beneficiar de sessões de sensibilização com vista a adotar um comportamento responsável em relação às populações locais e ao género de uma forma específica. As atas das sessões de sensibilização devem estar disponíveis para as necessidades de acompanhamento desta atividade. Tendo em conta a sua sensibilidade, terá de ser recrutada uma ONG especializada para esta fase específica.

Aplicação de medidas adequadas para proteger as zonas húmidas nas áreas de intervenção do projeto, tais como: proibição da construção de instalações temporárias (zonas de armazenamento e de estacionamento, estradas de desvio ou de trabalho, etc.) nas zonas húmidas e realização de inquéritos sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas antes e depois da construção, em colaboração com um laboratório reconhecido.

A implantação do Mecanismo de Gestão de Reclamações para lidar com situações de insatisfação das partes interessadas. A empresa deve cumprir o capítulo dedicado: Mecanismo de Resolução de Reclamações..

Assim, este plano aprovado pela Fiscalização e pelo pelo PTR será um documento de referência a ser implementado durante os trabalhos da Empresa.

O controlo da Empresa para a implementação de todos estes aspetos ambientais e sociais será realizado pela Fiscalização.

O cumprimento das especificações ambientais e sociais do contrato, do Plano de Gestão Ambiental e Social do estaleiro aprovado pela Fiscalização e PCN bem como a elaboração de um relatório mensal sobre a execução do PGAS enviado ao gabinete de Fiscalização e com cópia para o PCN, condicionam a receção definitiva da obra e o pagamento da respetiva prestação financeira.

Missão de Fiscalização: Para além do controlo tradicional das obras, o Gabinete de Fiscalização, recrutado pelo Cliente, será responsável pela monitorização do cumprimento das medidas ambientais e sociais no estaleiro. É responsável, da mesma forma que a Empresa, pela qualidade do ambiente nas áreas de influência do projeto.

Os danos ou prejuízos ambientais de qualquer natureza são da responsabilidade conjunta da Empresa e da Fiscalização.

Para realizar esta atividade de monitorização ambiental, o Gabinete de Fiscalização terá no seu seio um "Perito Ambiental com conhecimento de VBG". Sob a responsabilidade do Engenheiro

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

Chefe da Missão, este último assegurará a aplicação efetiva do PGAS, em concertação com os serviços técnicos, incluindo o Comité Ad Hoc, as ONG e as autoridades locais.

Se necessário, o Chefe da Missão de Fiscalização pode alterar os métodos de trabalho a fim de alcançar os objectivos de protecção do ambiente biofísico e humano, sem no entanto, perturbar o calendário global de execução dos trabalhos.

A Missão de Fiscalização apresentará um relatório mensal sobre as suas actividades e a aplicação das medidas previstas nas especificações ambientais. O relatório deve indicar quaisquer problemas ambientais e sociais ocorridos durante o período de monitorização.

Comité de Seguimento (ad hoc): Sob a liderança da AAAC, o comité de acompanhamento elaborará, com base nas orientações do presente relatório e da DAO, um plano de acompanhamento centrado nos impactos mais preocupantes do projeto, com o objetivo de destacar os efeitos reais numa componente ambiental e validar as apreensões constantes da avaliação de impacto. A composição do comité de acompanhamento das medidas ambientais e sociais para este projeto dependerá das questões em causa.

Durante os trabalhos, as reuniões regulares do Comité são realizadas mensalmente, com vista ao tratamento dos resultados da missão mensal realizada pelos representantes locais. É preferível que o comité de acompanhamento delegue um ou mais representantes nas reuniões mensais do estaleiro entre a empresa e a Missão de Fiscalização.

Este comité trabalhará em estreita colaboração com a Missão de Fiscalização, que assegura o acompanhamento e seguimento diários e que, contratualmente, tem o poder de obrigar a Empresa a corrigir as deficiências identificadas.

Além da aplicação do PGAS, vale a pena notar o contexto do influxo de mão-de-obra que pode causar a VBG. Este contexto atual não representa, por si só, um risco para o êxito da aplicação do PGAS. No entanto, o PCN e o seu pessoal (comité de acompanhamento), bem como as empresas e os seus subcontratantes, terão de estar vigilantes na execução deste projeto, nomeadamente através do desenvolvimento e gestão de um plano para a gestão de casos de violência.

EIAS COMPOSANTE ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA

11. CONCLUSÃO

O presente Estudo de impacto ambiental e social (EIAS) salientou os impactos positivos da reabilitação das componentes adicionais financiadas pelo projeto. Gera muitas expectativas, mas também receios por parte das pessoas e das autoridades locais. Embora tal projeto tenha certos impactos positivos, pode também ter impacto negativo no seu ambiente de integração.

Antes do início do projeto, o presente EIAS é elaborado com vista a fazer o balanço da situação ambiental e social das componentes adicionais, em conformidade com a legislação nacional e o novo quadro ambiental e social do Banco Europeu de Investimento. Graças a este inventário em comparação com a natureza e as diferentes fases do projeto, o EIAS permite identificar os potenciais impactos positivos e negativos que poderiam resultar das atividades do PCN e propor as medidas de melhoria dos impactos positivos e das medidas de atenuação e/ou compensação dos impactos negativos. No âmbito deste estudo, foi igualmente proposto um orçamento estimado para apoiar a aplicação de medidas destinadas a atenuar os impactos negativos.

Estudos de impacto ambiental e social indicam que a maioria dos impactos negativos identificados são de média importância e podem ser mitigados e controlados.

Se as disposições da PGAS, em especial as medidas de segurança e higiene, forem aplicadas e respeitadas, o impacto será consideravelmente reduzido, tal como os riscos. Com efeito, são propostas medidas preventivas para cada risco considerado importante.

A maior parte dos efeitos negativos pode ser atenuada. Não existem riscos importantes ou fortes que afetem a conclusão dos subprojetos neste projeto. Além disso, as medidas especificadas no Plano de Gestão Ambiental e Social e os sistemas de monitorização ambiental durante as fases de engenharia (libertação da área de servidão do projeto e construção) e de exploração evitarão ou reduzirão significativamente os impactos negativos anteriores.

O acompanhamento da aplicação das medidas ambientais e sociais será efetuado pelas missões de acompanhamento, pela AAAC e pelos serviços técnicos locais. Estes trabalhos serão monitorizados pela UAS-UGP. O MGR, incluindo as relacionadas com a VBG/EAS/AS, serão executadas durante a implementação do projeto PCN para o qual o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PMP) acabou de ser elaborado.

Devido ao compromisso do promotor de ter em conta as preocupações das partes interessadas e de as envolver no acompanhamento e seguimento do projeto, por um lado, e de executar as medidas de atenuação recomendadas, por outro, a missão considera que este projeto é viável do ponto de vista ambiental e social.

Com base nas avaliações acima referidas, pode concluir-se que o projeto, tal como proposto, é uma opção viável do ponto de vista ambiental e social, desde que todas as medidas previstas pelo projeto PCN e as definidas no PGAS sejam plena e rigorosamente aplicadas.

ANEXOS (ver Volume 2)

EIAS COMPLEMENTAR ADICIONAL VERSÃO PORTUGUESA